



AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Companhia Aberta - CVM nº 00305-0
Praça Leoni Ramos, nº 1, CEP 24210-200, Niterói - RJ
CNPJ/MF nº 33.050.071/0001-58 - NIRE 33300054944

R\$250.000.000,00

Código ISIN: BRCBEEDBS047 (1ª Série) e BRCBEEDBS054 (2ª Série)

Classificação de Risco: "brAA-" pela Standard & Poor's

Registro na CVM nº CVM/SRE/DEB/2009/031 (1ª Série) e nº CVM/SRE/DEB/2009/032 (2ª Série), concedidos em 23 de dezembro de 2009

Quinta emissão pela **AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.** ("Emissora", "Companhia" ou "Ampla"), para distribuição pública, em duas séries, de 25.000 debêntures, sendo 11.533 debêntures da 1ª série e 13.467 debêntures da 2ª série, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 em 15 de dezembro de 2009 ("Data de Emissão"), perfazendo o total de R\$250.000.000,00, com vencimentos em 15 de dezembro de 2012 (1ª série) e 15 de dezembro de 2015 (2ª série) ("Emissão", "Oferta" e "Debêntures", respectivamente). As Debêntures são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem emissão de cautelas ou certificados.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, realizada com a intermediação do **BANCO BRADESCO BBI S.A.** ("Coordenador Líder" ou "Bradesco BBI") e do **BANCO VOTORANTIM S.A.** ("Votorantim"), e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores" e instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), na Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), e no Convênio CVM/ANBID de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas - Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID ("ANBID"), em 20 de agosto de 2008 ("Convênio CVM - ANBID").

As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio (a) do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (b) do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na BOVESPAFIX; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

A Emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 21 de outubro de 2009, cuja ata foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 23 de outubro de 2009, sob o nº 1966049 e foi publicada no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" ("DOERJ") e nos jornais "Valor Econômico - Edição Nacional" e "O Fluminense" em 30 de outubro de 2009.

A Emissão é regida pelo "Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Ampla Energia e Serviços S.A.", celebrada entre a Emissora e a Planner Trustee DTVM Ltda. ("Agente Fiduciário"), em 22 de outubro de 2009 e aditada em 17 de novembro de 2009 e 17 de dezembro de 2009 ("Escritura de Emissão"). A Escritura de Emissão, o primeiro aditamento e o segundo aditamento à Escritura de Emissão foram devidamente registrados na JUCERJA em 28 de outubro de 2009, 23 de novembro de 2009 e 18 de dezembro de 2009, sob os nºs ED33000161-9/000, ED33000031-0/001 e ED33000031-8/002, respectivamente.

Data de Início da Oferta: 28 de dezembro de 2009.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, EM GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

ESTE PROSPECTO NÃO DEVE, EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, SER CONSIDERADO RECOMENDAÇÃO DE COMPRA DAS DEBÊNTURES. AO DECIDIR POR ADQUIRIR AS DEBÊNTURES, POTENCIAIS INVESTIDORES DEVERÃO REALIZAR SUA PRÓPRIA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, DE SEUS ATIVOS E DOS RISCOS DECORRENTES DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES. ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM BASE NAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA COMPANHIA.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE A EMISSORA E A OFERTA PODERÃO SER OBTIDOS JUNTO AOS COORDENADORES E NA CVM.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NAS PÁGINAS 73 A 86 DESTES PROSPECTO.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADORES



BBI

COORDENADOR LÍDER



BancoVotorantim

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

I - Introdução

Definições	7
Informações Cadastrais da Emissora	15
Informações dos Coordenadores	17
Identificação dos Administradores, Consultores Legais e Auditores Independentes	19
Emissora	19
Coordenador Líder	19
Coordenador	19
Consultores Legais	19
Agente Fiduciário	19
Banco Mandatário	20
Instituição Depositária	20
Auditores Independentes	20
Informações Adicionais	20
Declarações da Emissora e do Coordenador Líder	20
Sumário da Oferta	21
Cronograma das Etapas da Oferta	27
Sumário da Companhia	29
Histórico	29
Área de Concessão – Estado do Rio de Janeiro	29
Estrutura Acionária	30
Estratégia de Negócios	31
Investimentos e Desinvestimentos	34
Indicadores de Qualidade dos Serviços	34
DEC e FEC	35
Perdas e Cobrabilidade	36

II - Informações Relativas à Oferta

Composição do Capital Social	41
Aprovação da Oferta	45
Informações Relativas à Oferta	47
Características da Oferta	47
Características das Debêntures	47
Suspensão ou Cancelamento da Oferta	60
Modificação da Oferta	60
Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez	60
Contrato de Distribuição	60
Custos da Oferta	62
Relacionamento Entre a Emissora e os Coordenadores	63
Coordenador Líder	63
Votorantim	63
Operações Vinculadas à Oferta	65
Destinação dos Recursos	67
Capitalização	69
Considerações Sobre Estimativas e Projeções	71

III - Fatores de Riscos

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos	75
Riscos Relacionados ao Setor Elétrico Brasileiro	78
Riscos Relacionados à Companhia	82
Riscos Relacionados às Debêntures	85

IV - Informações Financeiras da Companhia

Apresentação das Informações Financeiras	89
Informações Financeiras Seleccionadas da Companhia	91
Discussão e Análise da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais	97
Demonstrações de Resultado	101
Análise da Comparação dos Resultados Consolidados Relativos aos Períodos de 9 Meses Encerrados em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008.....	101
Análise da Comparação dos Resultados da Emissora Relativos aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2008.....	104
Análise da Comparação dos Resultados da Emissora Relativos aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2007.....	106
EBITDA Ajustado – Comparação do EBITDA Ajustado em 30 de setembro de 2008 e 2009 e 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006...	109
Balanco Patrimonial	109
Análise da Comparação dos Balancos Patrimoniais de 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008.....	110
Análise da Comparação dos Balancos Patrimoniais de 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007.....	114
Análise da Comparação dos Balancos Patrimoniais de 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2007.....	118
Liquidez e Recursos de Capital	121
Fluxo de Caixa.....	122
Origens dos Recursos	122
Utilização de recursos	122
Derivativos	122
Endividamento e Estratégia Financeira	122
Capacidade de Pagamento frente ao Endividamento da Emissora	125

V - Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro

Histórico	129
Geração de Energia Elétrica	131
Transmissão de Energia Elétrica no Brasil	132
Distribuição de Energia Elétrica	133
Comercialização de Energia Elétrica no Brasil	133
Concessões	134
Principais Entidades Regulatórias	135
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.....	136
Ambientes para a Comercialização de Energia Elétrica	137
Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica	143

VI - Informações Sobre a Companhia

Atividades da Companhia.....	153
Histórico.....	153
Objeto Social.....	153
Área da Concessão – Estado do Rio de Janeiro.	153
Matéria Prima e Fornecedores	154
Estratégia de Negócios	155
Principais Investimentos e Desinvestimentos	158
Relacionamento com os Consumidores	158
Procedimentos de Cobrança	159

Vendas.....	160
Sazonalidade	160
Atendimento ao Cliente.....	161
Rede de Distribuição	161
Desempenho do Sistema	162
Perdas	162
Tarifas	163
Serviços.....	164
Tributos sobre os Serviços de Distribuição de Energia.....	167
Concorrência	169
Energia Comprada.....	169
Energia Faturada	169
Propriedade Intelectual.....	169
Contratos Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades	171
Contratos Financeiros.....	175
Dívidas e Despesas Financeiras Líquidas – Conceito Covenants Financeiros.....	180
Política de Derivativos	181
Contratos tendo a Emissora como Garantidora	181
Garantias sobre o faturamento da Companhia.....	181
Seguros.....	181
Propriedades, Plantas e Equipamentos	182
Aspectos Sócio Ambientais.....	182
Sustentabilidade	185
Empregados e Política de Recursos Humanos	190
Pendências Judiciais e Administrativas	195
Pendências Judiciais e Administrativas Fiscais.....	195
Pendências Judiciais e Administrativas Cíveis.....	199
Pendências Judiciais Trabalhistas	202
Pendências Judiciais Ambientais	203
Pendências Administrativas perante a ANEEL.....	204
Práticas de Governança Corporativa.....	205
Estrutura Acionária.....	209
Capital, Dividendos e Acionistas.....	213
Operações com Partes Relacionadas.....	215
Administração e Conselho Fiscal	217
Conselho de Administração	217
Diretoria	219
Remuneração da Administração.....	221
Contratos entre a Emissora e os Membros da Administração	221
Conselho Fiscal	222
Planos de Opção de Compra de Ações.....	222
Participações na Emissora de Titularidade da Administração e/ou do Conselho Fiscal	222
Relação de Parentesco	222

VII - Anexos

Anexo A	Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamentos.....	225
Anexo B	Atos Societários da Emissora relativos à Emissão	357
Anexo C	Súmula de Classificação de Risco.....	367
Anexo D	Declarações da Emissora e do Coordenador Líder.....	371
Anexo E	Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e respectivos pareceres dos Auditores Independentes e relatórios da Administração da Companhia.....	377
Anexo F	Informações Trimestrais da Emissora (ITRs) relativos aos períodos encerrados em 30 de setembro de 2008 e 2009 e relatórios de revisão especial dos Auditores Independentes	641
Anexo G	Estatuto Social da Emissora	785

I - INTRODUÇÃO

- Definições
- Informações Cadastrais da Emissora
- Identificação dos Coordenadores
- Identificação dos Administradores, Consultores Legais e Auditores Independentes
- Sumário da Oferta
- Cronograma das Etapas da Oferta
- Sumário da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

ABRADEE	Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica.
Acciona	Acciona S.A.
ACL	Ambiente de Contratação Livre.
ACR	Ambiente de Contratação Regulada.
Agente Fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Ampla Geração	Ampla Geração S.A. (antiga denominação da Quanta Geração S.A.).
Ampla Investimentos	Ampla Investimentos e Serviços S.A.
Ampla, Ampla Energia, Companhia ou Emissora	Ampla Energia e Serviços S.A.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
ANEEL ou Órgão Regulador	Agência Nacional de Energia Elétrica.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta.
APA	Área de Proteção Ambiental.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado relativo à Oferta.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco do Brasil	Banco do Brasil S.A.
Banco Mandatário	Banco Itaú S.A.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
BOVESPAFIX	Sistema BOVESPAFIX, administrado pela BM&FBOVESPA.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Brasileiros	Fundação CERJ de Seguridade Social.
CAR	Curva de Aversão a Risco.
CCC	Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis.
CCEAR	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético.
CERJ	Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro – CERJ.
CETIP	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.

CFURH	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.
CGSE	Câmara de Gestão do Setor Elétrico.
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco.
Chilectra	Chilectra S.A.
CMSE	Conselho de Monitoramento do Setor Elétrico.
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética.
Coelce	Companhia Energética do Ceará.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Concessão	Concessão para prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro, outorgada à Emissora por meio do Contrato de Concessão.
Consumidores Livres	Adquirentes de energia elétrica no ACL.
Contrato de Concessão	Contrato de Concessão de Distribuição nº 05/96 – ANEEL para Distribuição de Energia Elétrica, celebrado entre a Emissora e a União, por intermédio da ANEEL, em 9 de dezembro de 1996, conforme aditado.
Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da Quinta Emissão da Ampla Energia e Serviços S.A., celebrado entre a Companhia e os Coordenadores em 22 de outubro de 2009.
Coordenador Líder ou Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Coordenador ou Votorantim	Banco Votorantim S.A.
Coordenadores	Em conjunto, o Coordenador Líder e o Coordenador.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
CVA	Instituída pela Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) destina-se a registrar as variações positivas ou negativas, ocorridas no período entre reajustes tarifários, dos custos da "Parcela A", de que tratam os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
CVU	Custo Variável Unitário.
Data de Emissão	15 de dezembro de 2009.
Data de Integralização	A data em que ocorrer a integralização das Debêntures, no ato de sua efetiva subscrição.
Data de Vencimento	As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 3 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2012 e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 6 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2015.
Data de Vencimento da Primeira Série	15 de dezembro de 2012.

Data de Vencimento da Segunda Série	15 de dezembro de 2015.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	25.000 debêntures nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, perfazendo o total de R\$250.000.000,00, objeto da presente Oferta.
Debêntures da Primeira Série	11.533 debêntures da primeira série.
Debêntures da Segunda Série	13.467 debêntures da segunda série.
DEC	Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora.
Decreto nº 2.655/98	Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998.
Decreto nº 5.163/04	Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.
Despacho Aneel nº 3.073	Despacho da Aneel nº 3.073, em vigor desde 1º de janeiro de 2007.
Dia Útil	Qualquer dia, exceção feitas aos sábados, domingos e feriados nacionais.
DIC	Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora.
DMIC	Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora.
EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do IR e CSLL, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização, resultados não operacionais e participações. Para um melhor entendimento sobre o EBITDA Ajustado calculado pela Companhia, vide seção "Discussão e Análise da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – EBITDA Ajustado – Comparação do EBITDA Ajustado em 30 de setembro de 2008 e 2009 e 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006", na página 109 deste Prospecto.
EBITDA Covenants	Para os efeitos do disposto no subitem (m) da seção "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado", na página 55 deste Prospecto, é o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo aos últimos 12 meses, antes da contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação e amortização.
ECE	Encargo de Capacidade Emergencial.
Edelnor	Edelnor S.A.
Edesur	Edesur S.A.
EDP	EDP – Energias de Portugal S.A.
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte.
Endesa Brasil	Endesa Brasil S.A.
Endesa Cachoeira	Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.
Endesa CIEN	Companhia de Interconexão Energética.
Endesa Espanha	Endesa S.A.
Endesa Fortaleza	Central Geradora Termelétrica de Fortaleza S.A.

Endesa Internacional	Endesa Internacional S.A.
Energyworks	Energy Works do Brasil Ltda.
Enersis	Enersis S.A.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética.
Escritura de Emissão	Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Ampla Energia e Serviços S.A., celebrada entre a Companhia e o Agente Fiduciário em 22 de outubro de 2009, conforme aditada em 17 de novembro e 17 de dezembro de 2009, constante do Anexo A, na página 225 deste Prospecto.
ESS	Encargo de Serviço do Sistema.
Fator X	Fator de indução à melhoria da eficiência econômica das concessionárias por meio do compartilhamento com os consumidores dos eventuais ganhos de produtividade derivados do mercado do serviço regulado e da avaliação do grau de satisfação do consumidor, bem como à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
FEC	Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FIC	Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora.
Gigawatt (GW)	Unidade equivalente a um bilhão de watts.
Gigawatt hora (GWh)	Unidade equivalente a um gigawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por uma hora ou um bilhão de watts hora.
Governo Federal ou Governo	Governo da República Federativa do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Municipal e de Comunicação.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , que são práticas contábeis internacionais, utilizado-se de um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo IASB (<i>International Accounting Standards Board</i>).
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela FGV.
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
Instituição Depositária	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 471	Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008.
Investluz	Investluz S.A.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.

IRPJ	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza da Pessoa Jurídica.
IRT	Índice de Reajuste Tarifário.
Itaipu	Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional.
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
Juros Remuneratórios da Primeira Série	Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Primeira Série, nos termos da Escritura de Emissão.
Juros Remuneratórios da Segunda Série	Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão.
Kilovolt (kV)	Unidade equivalente a 1.000 volts.
Kilowatt (kW)	Unidade equivalente a 1.000 watts.
Kilowatt hora (kWh)	Unidade equivalente a um kilowatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou 1.000 watts hora.
Lei de Concessões	Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.
Lei do Setor Elétrico	Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.
Lei nº 10.833/03	Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.
Lei nº 11.638/07	Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.
Lei nº 11.941/09	Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.
Lei nº 9.991/00	Lei nº 9.991, de 24 de setembro de 2000.
Lei nº 10.438/02	Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Lei nº 6.404/76 ou Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei nº 8.727/93	Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.
Lei nº 9.648/98	Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.
Light	Light Serviços de Eletricidade S.A.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica.
Megawatt (MW)	Unidade equivalente a um milhão de watts.
Megawatt hora (MWh).	Unidade equivalente a um megawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou um milhão de watts hora.
MME	Ministério das Minas e Energia.
MP nº 449/08	Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09.
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia.
NTN -B	Notas do Tesouro Nacional – série B.
Oferta	Distribuição pública das Debêntures da quinta emissão da Companhia.

ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico.
P&D	Pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
PCH	Pequena Central Hidrelétrica.
PEE ou Programa de Eficiência Energética	Programa de Eficiência Energética.
PET	Programa de Expansão de Transmissão.
PIB	Produto Interno Bruto.
PIS	Programa de Integração Social.
PLD	Preço de Liquidação de Diferenças.
PMO	Programas Mensais de Operação.
PND	Programa Nacional de Desestatização.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas da legislação societária brasileira e pela legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, editada pela ANEEL, normas complementares adotadas pela CVM, pronunciamentos técnicos emitidos pelo IBRACON e resoluções do CFC.
Preço de Integralização	Valor Nominal das Debêntures, acrescido da remuneração aplicável, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento ou Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, conduzido pelos Coordenadores, nos termos da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, que definiu, com a Emissora, a remuneração aplicável à emissão, bem como da quantidade de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, cujo resultado foi ratificado por meio do segundo aditamento à Escritura de Emissão e será divulgado por meio do Anúncio de Início.
Produtores Independentes ou PIE	Produtores Independentes de Energia Elétrica.
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	O presente Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples da Quinta Emissão da Companhia, divulgado após (i) finalização do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento; e (ii) registro da Oferta junto à CVM.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Debêntures Simples da Quinta Emissão da Companhia, documento sujeito à complementação e correção, observados os procedimentos previstos na Instrução CVM 400.
Quanta Geração	Quanta Geração S.A.
Remuneração da Primeira Série	A remuneração aplicável às Debêntures da Primeira Série, nos termos da Escritura de Emissão.
Remuneração da Segunda Série	A remuneração aplicável às Debêntures da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão.
Resolução ANEEL nº 23/99	Resolução ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999.

Resolução ANEEL nº 318/98	Resolução ANEEL nº 318, de 6 de outubro de 1998.
RGR	Reserva Global de Revisão.
RTE	Reajuste da Tarifa Extraordinário.
SABRICORP	SABRICORP Participações Ltda.
S&P ou Standard & Poor's	Standard & Poor's Rating Services.
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos – SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SENGE-RJ	Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro.
Serviços	Serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro e demais serviços que venham a ser contratados ou realizados pela Emissora.
SESC	Serviço Social do Comércio.
SIN	Sistema Interligado Nacional.
Sistemas Isolados	Os sistemas isolados brasileiros, predominantemente térmicos e majoritariamente localizados e dispersos na região norte do Brasil, atendem a uma área de 45% do território e a cerca de 3% da população nacional, ou seja, aproximadamente 1,2 milhão de consumidores. Os sistemas isolados estão localizados nas capitais da região norte (exceto Belém) e no interior dos estados dessa região. Estes últimos caracterizam-se basicamente pelo grande número de pequenas unidades geradoras a óleo diesel e pela grande dificuldade de logística de abastecimento. Caracterizam-se por não estarem conectados ao SIN.
SND	Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
SRF	Secretaria da Receita Federal.
STF	Supremo Tribunal Federal.
STIENN	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Niterói.
STIENNF	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
Synapsis	Synapsis Brasil S.A.
Taxa DI	Varição acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.
Taxa Selic	Taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apuradas no SELIC.
TFSEE	Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica.

TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo.
TST	Tribunal Superior do Trabalho.
TUSD	Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição.
TUST	Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão.
USP	Universidade de São Paulo.
UTE	Usina Termelétrica.
Valor de Referência Anual	Média ponderada dos custos de aquisição de energia elétrica decorrentes dos leilões "A-5" e "A-3".
Valor Nominal	O Valor Nominal das Debêntures, de R\$10.000,00, na Data da Emissão.
Volt	Unidade básica de tensão de energia elétrica.
Watt	Unidade básica de potência de energia elétrica.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação	A Companhia é uma sociedade por ações com registro de companhia aberta junto à CVM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.050.071/0001-58, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33300054944.
Sede	Praça Leoni Ramos, nº 1 – Bairro de São Domingos 24210-200 Niterói, RJ
Data e número de registro da Companhia na CVM	15 de agosto de 1969 Registro sob o nº 00305-0
Diretor de Relações com Investidores	Sr. Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt Praça Leoni Ramos, nº1 24210-200 Niterói, RJ Tel.: (21) 2613-7031 Fax: (21) 2613-7199
Atendimento aos Acionistas	Departamento de Acionistas da Companhia Sr. David Augusto de Abreu Praça Leoni Ramos, nº1 24210-200 Niterói, RJ Tel.: (21) 2613-7031 Fax: (21) 2613-7199
Instituição Financeira Depositária das Ações de emissão da Companhia	Banco Bradesco S.A. Sr. José Donizetti de Oliveira Cidade de Deus – Prédio Amarelo – 2º andar 60029-900 Osasco, SP Tel.: (11) 3684-3749 Fax: (11) 3684-2714
Auditores Independentes	Canarim Auditores Associados Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Acionista Majoritário	Endesa Brasil S.A.
Títulos e valores mobiliários emitidos até 31 de dezembro de 2008	Ações e debêntures, cujas principais características encontram-se descritas neste Prospecto, na seção "Capital, Dividendos e Acionistas – Valores Mobiliários", na página 214.
Jornais nos quais a Companhia divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "Valor Econômico" e "O Fluminense".
E-mail e <i>website</i> para informações aos investidores e ao mercado	ri@ampla.com www.ampla.com
Declarações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	As declarações da Emissora e do Coordenador Líder encontram-se anexas a este Prospecto, nas páginas 373 e 374, respectivamente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Coordenador Líder

O Bradesco BBI opera nas áreas de Banco de Investimento, destacando operações de Mercado de Capitais, Fusões e Aquisições, Financiamento de Projetos e Operações Estruturadas, além de contar com Corretora de Valores Mobiliários, *Private Banking* e *Asset Management*. Além do mercado local, o Bradesco BBI também atua no mercado internacional, originando e estruturando operações junto a investidores estrangeiros.

Confirmamos o excelente desempenho do Bradesco BBI na área de Banco de Investimento através dos seguintes destaques:

- Líder em operações de Reestruturações Societárias e ofertas públicas de aquisição de ações (OPAs) e segundo colocado na prestação de serviços envolvendo operações de Fusões e Aquisições, em valores de transações executadas, no segundo semestre de 2009, segundo o *ranking* de anúncio da ANBID.
- Terceira posição em operações de renda variável por valor (distribuição), segundo o *ranking* ANBID publicado em setembro de 2009. O Bradesco BBI foi coordenador líder e *Joint Bookrunner* do IPO da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, que totalizou R\$8,4 bilhões e *Joint Bookrunner* do IPO da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., no montante de R\$575 milhões.
- Líder em operações de renda fixa no mercado doméstico segundo o *ranking* de originação da ANBID publicado em setembro de 2009, com participação de mercado de 23,3% e volume de R\$6,9 bilhões.
- Em 2009, atuou como assessor e estruturador financeiro para importantes projetos de diferentes setores da economia, dentre os quais destacam-se os projetos UHE Jirau (usina hidrelétrica do Complexo Madeira, com capacidade instalada de 3.300 MW) e Usina Jataí (investimento *greenfield* da Cosan, com capacidade de moagem de 4 milhões de toneladas/ano de cana-de-açúcar). Os recursos obtidos junto ao BNDES para a implantação dos projetos somam R\$7,2 bilhões para a UHE Jirau e R\$639 milhões para a Usina Jataí.

Ademais, o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI, é um banco múltiplo privado presente em praticamente todos os municípios do Brasil. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia, que possibilita oferecer a seus 20,4 milhões de correntistas comodidade e segurança. Clientes e usuários têm à disposição 41.067 pontos de atendimento, entre eles, 4.598 agências e 6.011 unidades do Banco Postal. No primeiro semestre de 2009, o lucro líquido foi de R\$4,0 bilhões, patrimônio líquido de R\$37,3 bilhões e R\$482,5 bilhões em ativos totais.

Votorantim

O Votorantim iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM Ltda. O sucesso inicial da Votorantim DTVM Ltda. motivou sua transformação em banco múltiplo, conforme autorização concedida pelo Banco Central, em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima, em 25 de fevereiro de 1991.

Além dos serviços de banco comercial e de investimento prestados a clientes corporativos, o Votorantim atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por meio de suas subsidiárias BV Financeira S.A.; CFI – Crédito Financiamento e Investimento e BV Leasing Ltda., na gestão de fundos de investimento, por meio da Votorantim Asset Management DTVM Ltda., e como corretora de valores mobiliários, por meio da Votorantim CTVM Ltda. O Votorantim tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e filiais nas Cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Nassau (Bahamas).

Nos termos do fato relevante divulgado ao mercado em 28 de setembro de 2009, o Banco do Brasil S.A. e a Votorantim Finanças concluíram a parceria estratégica anunciada em 9 de janeiro de 2009, passando o Banco do Brasil a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital total do Votorantim. Com a capacidade de originação de ativos e distribuição terceirizada do Votorantim, e a solidez, presença nacional, ampla base de clientes, capacidade de captação e diversidade de produtos do Banco do Brasil, a parceria propiciará ganhos de escala e ampliação da capacidade de originação de operações de crédito.

O Votorantim também tem atuação relevante em outras frentes negociais, como no segmento *corporate* e de mercado de capitais, mercado nos quais o Banco do Brasil deseja expandir seus negócios. Adicionalmente, o Votorantim possui uma corretora de valores que passa a complementar o portfólio do Banco do Brasil.

Em 30 de junho de 2009, o Votorantim estava posicionado entre os 10 maiores bancos em atuação no Brasil pelo critério de ativos totais, que atingiram R\$88,4 bilhões.

O Votorantim tem atuado fortemente no segmento de mercado de capitais. Como resultado desta atuação, o Votorantim ocupa a 5ª colocação no *ranking* de originação de emissões de longo prazo e a 2ª colocação no *ranking* de distribuição, ambos divulgados pela ANBID, data-base setembro de 2009, classificação consolidado de longo prazo.

Em 2009, até a presente data, o Votorantim participou de 15 operações no mercado de capitais de renda fixa, 11 como instituição líder, nas quais destacam-se a emissão de debêntures da Tractebel (R\$600 milhões), Gafisa (R\$250 milhões), Light (R\$300 milhões) e MRV (R\$100 milhões) e as emissões de notas promissórias da Tractebel (R\$300 milhões), Light (R\$100 milhões), MRV (R\$100 milhões), MetroRio (R\$100 milhões) e Iochpe Maxion (R\$330 milhões). Como coordenador, destacam-se as operações de Sabesp (R\$600 milhões) e Santos Brasil (R\$200 milhões). Existem ainda em andamento mais de R\$3,75 bilhões em operações de mercado de capitais sendo estruturadas pelo Votorantim.

No mercado de renda variável, o Votorantim participou recentemente do *follow-on* da PDG Realty (R\$1,0 bilhão), *follow-on* da Tivit (R\$660 milhões); IPO da Visanet (R\$7,4 bilhões) e *follow-on* da MRV (R\$550 milhões).

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES LEGAIS E AUDITORES INDEPENDENTES

Emissora

Ampla Energia e Serviços S.A.
Praça Leoni Ramos, nº 1 – São Domingos
24212-200 Niterói, RJ
At.: Sr. Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt
Tel.: (21) 2613-7031
Fax: (21) 2613-7199
www.ampla.com

Coordenador Líder

Banco Bradesco BBI S.A.
Av. Paulista, nº 1.450 - 8º Andar
01310-917 São Paulo, SP
At.: Sr. João Carlos Zani
Tel: (11) 2178-4800
Fax: (11) 2178-4880
www.bradescobbi.com.br

Coordenador

Banco Votorantim S.A.
Av. das Nações Unidas, nº 14.171 – 18º andar
04794-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Roberto Roma
Tel.: (11) 5171-2612
Fax: (11) 5171-2656
www.bancovotorantim.com.br

Consultores Legais

Consultores Legais da Emissora

Pinheiro Guimarães – Advogados
Av. Rio Branco, nº 181, 27º andar
20040-918 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Bruno Lardosa / Sr. Pedro Barretto Vasconcellos
Tel.: (21) 4501-5000
Fax: (21) 4501-5025
www.pinheiroguimaraes.com.br

Consultores Legais dos Coordenadores

Souza, Cescon, Barrieu e Flesch – Advogados
Praia de Botafogo, nº 228, conj. 1101
22250-040 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Henrique Filizzola
Tel.: (21) 2196-9200
Fax: (21) 2551-5898
www.scbf.com.br

Agente Fiduciário

Planner Trustee DTVM Ltda.
Av. Brig. Faria Lima, nº 3.900 – 10º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sra. Viviane Rodrigues
Tel.: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-7264
www.planner.com.br

Banco Mandatário

Banco Itaú S.A.
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707
7º andar – Torre Eudoro Villela
04309-010 São Paulo, SP
At.: Sr. Luiz Loureiro
Tel: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
www.itaucustodia.com.br

Instituição Depositária

Itaú Corretora de Valores S.A.
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707
7º andar – Torre Eudoro Villela
04309-010 São Paulo, SP
At.: Sr. Luiz Loureiro
Tel: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
www.itaucustodia.com.br

Audidores Independentes

Audidores Independentes das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e das informações financeiras trimestrais referentes aos trimestres encerrados em 30 de setembro de 2009 e de 2008.

Canarim Auditores Associados
Av. Rio Branco, nº 122 – 4º andar
20040-001 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Érico Luiz Canarim
Tel.: (21) 2224-6431
Fax: (21) 2507-0782
www.canarimauditores.com.br

Audidores Independentes das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Av. Presidente Wilson, nº 231 – 22º andar
20030-021 Rio de Janeiro, RJ
At: Sr. Antônio Carlos Brandão
Tel: (21) 3981-0631
Fax: (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

Informações Adicionais

Maiores informações sobre a distribuição pública das Debêntures poderão ser obtidas com o Coordenador Líder ou na CVM, em sua página na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br) e nos endereços abaixo:

Comissão de Valores Mobiliários
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 5º andar
Rio de Janeiro, RJ

Comissão de Valores Mobiliários
Rua Cincinato Braga, nº 340 – 2º, 3º e 4º andares
São Paulo, SP

Esclarecimentos junto ao Coordenador Líder deverão ser obtidos por meio da pessoa indicada nesta seção, no item "Coordenador Líder" na página 19 deste Prospecto.

Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder relativas ao artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se no Anexo D, na página 371 deste Prospecto.

SUMÁRIO DA OFERTA

Emissora	Ampla Energia e Serviços S.A.
Coordenadores	Banco Bradesco BBI S.A. (Coordenador Líder) e Banco Votorantim S.A.
Agente Fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Instituição Depositária	Itaú Corretora de Valores S.A.
Classificação de Risco	A Emissora contratou a agência de <i>rating</i> Standard & Poor's para avaliar as Debêntures, tendo recebido a classificação "brAA-".
Autorizações Societárias	A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 21 de outubro de 2009, cuja ata foi registrada JUCERJA em 23 de outubro de 2009, sob o nº 1966049 e publicada no DOERJ e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Fluminense" em 30 de outubro de 2009.
Destinação dos Recursos	<p>O montante líquido obtido pela Emissora com a Oferta será integralmente utilizado para o pagamento e/ou a amortização de dívidas vincendas da Companhia, conforme indicadas na seção "Destinação dos Recursos", na página 67 deste Prospecto.</p> <p>Para informações sobre a capitalização da Emissora em 30 de setembro de 2009, ajustada para refletir o recebimento dos recursos relativos à Oferta, vide seção "Capitalização", na página 69 deste Prospecto.</p>
Colocação	As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Para informações sobre o plano da Oferta, vide seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Plano da Oferta", na página 61 deste Prospecto.
Valor Total da Emissão	O valor total da emissão é de R\$250.000.000,00, na Data de Emissão.
Quantidade	Serão emitidas 25.000 Debêntures.
Valor Nominal	As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00, na Data de Emissão.
Séries	A Emissão será realizada em 2 séries.
Convertibilidade	As Debêntures não serão conversíveis em ações.
Espécie	As Debêntures serão da espécie quirografária, ou seja, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.
Prazo de Subscrição	Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 3 Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início, observado o disposto no item "Garantia Firme", da seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição", na página 60 deste Prospecto.
Forma de Subscrição	As Debêntures serão subscritas por meio do SDT e/ou do DDA.

Forma e Preço de Integralização	As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, sendo que: (a) as Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e (b) as Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
Negociação	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.
Data de Emissão	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de dezembro de 2009.
Prazo e Data de Vencimento	As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 3 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2012, e as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 6 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2015.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	<p>Procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, conduzido pelos Coordenadores, nos termos da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, que definiu, com a Emissora, a remuneração aplicável à emissão, bem como da quantidade de Debêntures da Primeira Série e de Debêntures da Segunda Série, cujo resultado foi ratificado por meio do segundo aditamento à Escritura de Emissão e será divulgado por meio do Anúncio de Início.</p> <p>No Procedimento de <i>Bookbuilding</i> não foram aceitos lances dos Coordenadores ou de pessoa(s) jurídica(s) a eles vinculada(s) ou quaisquer outras pessoas vinculadas à Oferta, entendendo-se por pessoas vinculadas aquelas referidas no artigo 55 da Instrução CVM nº 400.</p>
Remuneração da Primeira Série	<p>O Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado. Sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br), capitalizada de um <i>spread</i> ou sobretaxa de 1,10%, definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, base 252 Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série, desde a Data de Emissão até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série.</p> <p>Para maiores informações sobre a remuneração das Debêntures da Primeira Série, vide "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Remuneração" na página 48 deste Prospecto.</p>
Remuneração da Segunda Série	<p>O Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal ou ao Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série ("<u>Atualização da Segunda Série</u>").</p> <p>As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios de 8,30%, conforme definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p> <p>Para mais informações sobre a remuneração das Debêntures da Segunda Série, vide "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Remuneração" na página 48 deste Prospecto.</p>

Pagamento do Valor Nominal	O Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série será pago em uma única parcela na Data de Vencimento. O Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 parcelas anuais, cada uma delas atualizada monetariamente desde a Data de Emissão, devidas a partir do final do quarto ano contado da Data de Emissão, ou seja, a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2013, a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2014 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2015, sendo as duas primeiras parcelas no valor de R\$3.333,33 e a última no valor de R\$3.333,34.
Periodicidade de Pagamento dos Juros	<p>O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2012, que é a Data de Vencimento da Primeira Série.</p> <p>O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, do mês de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2015, que é a Data de Vencimento da Segunda Série.</p>
Repactuação	Não haverá repactuação programada.
Resgate Antecipado Facultativo	<p>A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão e mediante deliberação em reunião do Conselho de Administração, a seu exclusivo critério: (a) a partir do 18º mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Primeira Série ("<u>Período de Resgate Antecipado da Primeira Série</u>"); e (b) a partir do 36º mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Segunda Série, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.</p> <p>Para maiores informações sobre o resgate das Debêntures, vide seções "Fatores de Risco – Riscos Relacionados às Debêntures – As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado a exclusivo critério da Emissora ou na hipótese da Indisponibilidade da Taxa DI ou do IPCA", na página 86 deste Prospecto e "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Resgate Antecipado Facultativo", na página 53 deste Prospecto.</p>
Aquisição Facultativa	A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos aqui descritos, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.
Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado	As Debêntures estão sujeitas a determinados eventos de inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, vide seção "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado", na página 55 deste Prospecto e "Fatores de Risco – Riscos Relacionados às Debêntures – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado", na página 85 deste Prospecto.

Quora de Deliberação	<p>Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pela existência dos <i>quora</i> específicos dispostos na Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, bem como de Debenturistas que representem 2/3, no mínimo, das Debêntures em Circulação para as Assembleias Gerais relativas a assuntos comuns.</p> <p>Para maiores informações sobre os <i>quora</i> de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas, vide seção "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Assembleias Gerais de Debenturistas", na página 57 deste Prospecto e no "Anexo A – Escritura de Emissão das Debêntures", na página 225 deste Prospecto.</p>
Público Alvo	<p>O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.</p>
Inadequação da Oferta	<p>As Debêntures não são adequadas a investidores que: (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado; e/ou (iii) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Debêntures. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" nas páginas 73 a 86 deste Prospecto.</p>
Regime de Colocação – Garantia Firme	<p>A Oferta será realizada sob o regime de garantia firme de colocação. Para mais informações, ver "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição", na página 60 deste Prospecto.</p>
Fatores de Risco	<p>Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser cuidadosamente considerados antes da decisão de investimento nas Debêntures, ver seção "Fatores de Risco" nas páginas 73 a 86 deste Prospecto.</p>
Conselho Fiscal	<p>O Conselho Fiscal da Emissora não tem funcionamento em caráter permanente e, atualmente, não está instalado.</p>

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora e/ou a Oferta poderão ser obtidas com o Coordenador Líder e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação de Administradores, Consultores Legais e Auditores Independentes", na página 19 deste Prospecto.

O Prospecto Definitivo está disponível nas seguintes páginas da *internet*:

Emissora: <http://www.ampla.com> (neste *website* acessar "5ª Emissão Debêntures").

Coordenador Líder: <http://www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas> (neste *website* acessar "Ampla", no item "Debêntures - NP" e depois acessar "Prospecto Definitivo" na nova janela).

Banco Votorantim: http://www.bancovotorantim.com.br/opencms/opencms/bv/para_sua_empresa/mercado_capitais/prospectos.html (neste *website* acessar "Ampla – Prospecto Definitivo da 5ª Emissão de Debêntures").

CETIP: <http://www.cetip.com.br> (neste *website* acessar "Prospectos" no item "Valores Mobiliários"; neste item acessar "Prospectos de Debêntures"; e neste item acessar "Definitivo" ao lado de "Ampla Energia e Serviços S.A.").

BM&FBOVESPA: <http://www.bovespa.com.br> (neste *website* acessar "Empresas Listadas"; neste item digitar "ampla" no quadro em branco e acessar "buscar"; neste item acessar "Ampla Energia e Serviços S.A."; neste item acessar "Informações Relevantes"; neste item acessar "Prospecto de Distribuição Pública"; e neste item acessar "Prospecto de Distribuição Pública" em PDF).

CVM: <http://www.cvm.gov.br> (neste *website* acessar "Companhias Abertas" no item "Participantes do Mercado"; neste item acessar "Prospectos de Ofertas Públicas de Distribuição"; neste item digitar "ampla" no quadro em branco e acessar "Continuar"; neste item acessar "Ampla Energia e Serviços S.A."; e neste item acessar "Consulta" ou "Download" ao lado do "Prospecto de Distribuição Pública" com a data mais recente).

ANBID: <http://www.anbid.com.br> (neste *website* acessar "COP – Controle de Ofertas Públicas" no item "Convênio Anbid-CVM"; neste item acessar "Clique aqui"; neste item acessar "Acompanhar Análise de Ofertas"; neste item acessar "Ampla Energia e Serviços S.A."; e neste item acessar "AMPLA DEFINITIVO.pdf").

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção "Informações Relativas à Oferta", na página 39 deste Prospecto.

O pedido de registro da Oferta foi apresentado à ANBID, ao amparo da Instrução CVM 471, do Convênio CVM-ANBID e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, em 9 de novembro de 2009.

A Oferta foi registrada pela CVM em 23 de dezembro de 2009, sob os nºs CVM/SRE/DEB/2009/031 (1ª série) e CVM/SRE/DEB/2009/032 (2ª série).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da Oferta.

Nº	Evento	Data de Realização/ Data Prevista*
1.	Assembleia Geral Extraordinária aprovando a emissão das Debêntures e a Oferta.....	21/10/2009
2.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBID	09/11/2009
3.	Publicação de Fato Relevante sobre a Oferta.....	09/11/2009
4.	Publicação do Aviso ao Mercado da Oferta Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das Apresentações a Potenciais Investidores	24/11/2009
5.	Envio dos documentos à CVM pela ANBID	30/11/2009
6.	Encerramento das Apresentações a Potenciais Investidores	30/11/2009
7.	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	17/12/2009
8.	Registro da Oferta na CVM	23/12/2009
	Publicação do Anúncio de Início da Oferta com a divulgação do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Início da Oferta	
9.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	28/12/2009
10.	Encerramento da Oferta Liquidação da Oferta	28/12/2009
11.	Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	Até 30/12/2009

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal "Valor Econômico – Edição Nacional" e na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.ampla.com).

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado.

Para informações sobre "Manifestação de Aceitação à Oferta", "Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Modificação da Oferta", vide páginas 59 e 60 deste Prospecto.

Para informações sobre os prazos, termos e condições para devolução e reembolso do Preço de Integralização, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da oferta, vide página 60 deste Prospecto.

Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação de Debêntures adquiridas pelos Coordenadores, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, vide seção "Garantia Firme" na página 62 deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Histórico

A Companhia, sob a denominação de Guinle & Cia, foi constituída em 1909, com prazo de duração indeterminado. Tornou-se companhia aberta em 15 de agosto de 1969 e foi controlada pelo Estado do Rio de Janeiro entre 29 de dezembro de 1978 e 21 de novembro de 1996 (sendo que teve sua denominação alterada para CERJ – Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1980). Com o advento da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que criou o PND, a Emissora foi privatizada e passou a ser controlada pela Endesa Desarrollo S.A., juntamente com a EDP, a *Empresa Eléctrica de Panamá S.A.*, e a *Sociedad Panamenã de Electricidad S.A.* Em 27 de abril de 2005, a Companhia passou a ter sua atual denominação, Ampla Energia e Serviços S.A. Posteriormente, a Endesa Desarrollo S.A. foi sucedida pela Endesa Internacional S.A. e a *Empresa Eléctrica de Panamá S.A.* foi sucedida pela Enersis S.A. e pela Chilectra S.A.

Em 9 de dezembro de 1996, foi assinado junto à União o Contrato de Concessão, com prazo de 30 anos, o qual expirará em 9 de dezembro de 2026. Para maiores informações sobre o Contrato de Concessão vide seção "VI - Informações Sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Contratos Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades – Contrato de Concessão" na página 171 deste Prospecto.

Com a entrada em vigor da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, proibiu-se que distribuidoras de energia elétrica desenvolvessem atividades de geração e transmissão, bem como que participassem da estrutura societária de outras sociedades. Por esta razão, a Emissora implementou, durante o exercício de 2005, um projeto visando a desverticalização de suas atividades, o qual foi homologado pela ANEEL em setembro de 2005 e que consistiu na segregação das atividades de geração e distribuição de energia elétrica da Emissora, bem como na transferência de sua participação na Investluz para a Ampla Investimentos.

Para atender a este fim, os ativos de geração da Companhia foram aportados na Ampla Geração a qual foi alienada para a SABRICORP Participações Ltda. ("SABRICORP"), em 26 de dezembro de 2005. Através da Resolução Autorizativa nº 566, de 16 de maio de 2006, a ANEEL anuiu com a transferência das ações da Ampla Geração para a SABRICORP. Em 26 de junho de 2006, conforme deliberação da assembléia geral extraordinária da Ampla Geração, a razão social desta foi alterada para Quanta Geração S.A. ("Quanta Geração"). A transferência da concessão da atividade de geração anteriormente detida pela Companhia, para a Quanta Geração, deu-se através da Resolução Autorizativa nº 753, de 28 de novembro de 2006. Concomitantemente, a outra medida adotada pela Companhia para a segregação dos ativos que não fossem de distribuição foi a cisão parcial da Emissora e a criação da Ampla Investimentos, com a finalidade de transferir a totalidade de sua participação societária na Investluz, bem como os ativos e passivos não relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica.

A sede da Ampla esta localizada na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Leoni Ramos, nº 1, e a Companhia está registrada na CVM sob o nº 00305-0, desde 15 de agosto de 1969.

Área de Concessão – Estado do Rio de Janeiro

A Ampla atende parte do mercado consumidor do Estado do Rio de Janeiro, atuando em 66 municípios, ou seja, 32.188 km², correspondente a aproximadamente 73,3% do território do Estado do Rio de Janeiro, e envolvendo uma população estimada de 7,0 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 2,5 milhões são clientes da Companhia. A Companhia também atende a localidade de Maringá no Distrito de Mirantão, localizado no Município de Bocaina de Minas, no Estado de Minas Gerais. A Companhia distribuiu, aproximadamente, 2% do total de energia elétrica distribuída no Brasil em 2007, de acordo com a ABRADÉE, que representa aproximadamente 4% dos clientes de energia elétrica no País.

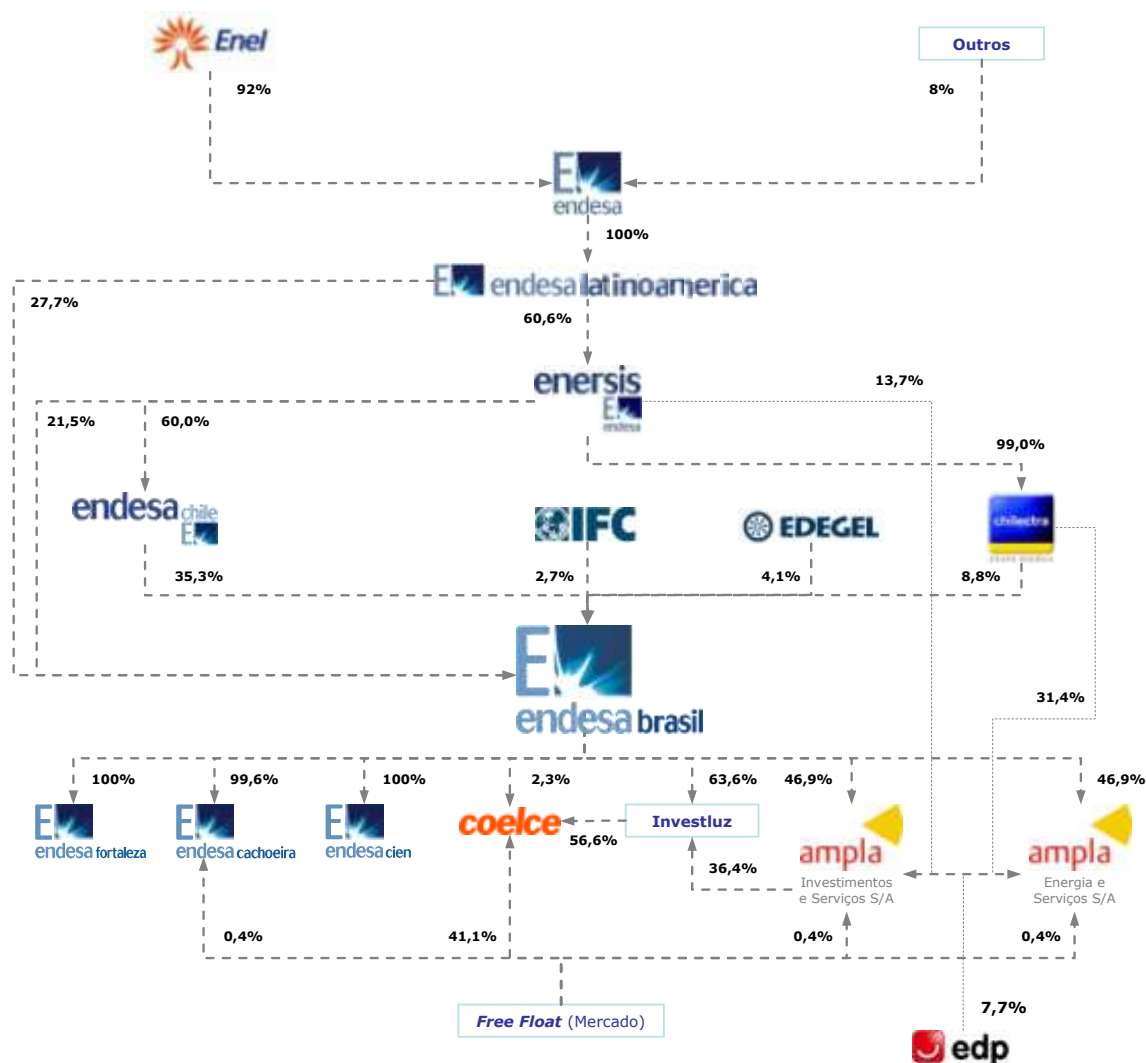
O mapa abaixo ilustra as áreas do Estado do Rio de Janeiro onde a Companhia opera:



Estrutura Acionária

Segue abaixo o diagrama refletindo a estrutura societária em que se insere a Emissora na data deste Prospecto:

Estrutura Acionária



Nota: Para fins da Estrutura Acionária acima, foi considerado como *free float* todos os acionistas que não fazem parte do grupo da Endesa e do grupo da EDP.

Enel

A Enel é uma empresa de energia da Itália, que está listada na Bolsa de Milão. É um *player* integrado, que atua na geração, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica e gás. Após a aquisição da Endesa Espanha, a Enel está presente em 22 países com aproximadamente 94.300 MW de capacidade instalada, e atende a cerca de 61 milhões de consumidores, nos mercados de energia elétrica e gás.

A Enel registrou uma receita operacional líquida de EUR 61,2 bilhões e um lucro líquido de EUR 5,3 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Enersis

A Enersis é uma *holding* do setor elétrico, constituída de acordo com as leis do Chile, cujo objeto principal é a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica através de suas subsidiárias localizadas no Chile, Argentina, Brasil, Colômbia e Peru. Em termos de ativos consolidados e receita operacional, com 12,4 milhões de consumidores, é uma das maiores empresa do setor no Chile, conforme o site oficial da Enersis (www.enersis.cl). Através da Endesa Chile, a Enersis atua no segmento de geração de energia elétrica na América do Sul, com capacidade instalada de 13.893 MW.

A Enersis registrou uma receita operacional líquida de US\$11,2 bilhões e um lucro líquido de US\$897 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. No mesmo exercício, os seus ativos consolidados totalizavam US\$22,4 bilhões.

Endesa Brasil

A Endesa Brasil é uma sociedade *holding* cujos principais e únicos ativos são participações societárias em empresas que atuam no setor elétrico brasileiro. Atualmente, as principais participações societárias diretamente detidas pela Endesa Brasil são representadas por ações do capital social da Ampla, da Coelce, da Endesa Cachoeira, da Endesa CIEN, da Endesa Fortaleza e da Investluz.

EDP

A EDP é uma sociedade constituída de acordo com as leis de Portugal, com sede em Lisboa. O grupo EDP é um dos grandes operadores europeus do setor elétrico, com atividades de produção e distribuição em Portugal e Espanha, e atividades de produção, distribuição e de comercialização na América Latina (com grande representação no Brasil), África e Macau. As atividades do grupo EDP estão centradas nas áreas de produção e distribuição de energia elétrica, telecomunicações e tecnologias de informação, mas também abrangem outras áreas complementares e relacionadas, como as da água, gás, engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional ou gestão do patrimônio imobiliário.

Chilectra e Chilectra Inversud

A Chilectra Inversud é uma filial da Chilectra (sucessora legal de Empresa Electrica de Panamá S.A. e Sociedad Panameña de Electricidade S.A.), sociedade constituída de acordo com as leis do Chile, com sede em Santiago que, por sua vez, é controlada pela Enersis.

Para maiores informações sobre os acionistas da Companhia, vide seções "Composição do Capital Social", na página 41 deste Prospecto e "Capital, Dividendos e Acionistas", na página 213 deste Prospecto.

Estratégia de Negócios

No início de 2004, a Ampla implementou um plano estratégico, chamado "Plano de Transformação", com o objetivo de fazer uma transformação cultural da Companhia, reestruturando e viabilizando a Ampla. Para apoiar este processo foram disseminados os seguintes valores corporativos de forma a serem compreendidos, compartilhados e praticados:

Foco nas Pessoas: Ser uma empresa que valoriza e se preocupa em ter, manter e desenvolver pessoas competentes, confiáveis, comprometidas e motivadas, fazendo-as atuar em funções compatíveis com suas competências e em um ambiente agradável, que promova a realização profissional e pessoal.

Espírito de Equipe: Colaboradores e parceiros trabalhando comprometidos com um resultado comum, interagindo com outras pessoas e equipes na busca de soluções, atuando com funções bem definidas, compartilhando informações e conhecimento e privilegiando a tomada de decisão.

Orientação ao Negócio: Promover o entendimento do negócio de forma a orientar as ações individuais e das equipes, de acordo com os objetivos estratégicos da Companhia, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

Foco no Cliente: Direcionar as ações e processos da Companhia visando conhecer e atender os clientes por meio de soluções competitivas, de qualidade, que antecipem e satisfaçam as necessidades de cada segmento, melhorando a percepção da sociedade com relação à imagem transmitida pela Companhia.

Criatividade e Inovação: Promover e implementar a melhoria contínua dos processos e buscar soluções simples, econômicas e criativas, que agreguem valor.

Conduta Ética: Atuar e exigir em todas as relações de nossos colaboradores e parceiros profissionalismo, integridade moral, transparência, lealdade e respeito mútuo.

A implementação deste plano se deu através de times multidisciplinares de trabalho em 5 áreas prioritárias da Companhia, que internamente foram chamados de eixos estratégicos, buscando um salto de qualidade operacional e de imagem, alavancado os resultados econômicos e financeiros já no curto prazo:

Os eixos escolhidos foram:

- recuperação de clientes;
- otimização operativa;
- imagem corporativa;
- gestão de pessoas; e
- plano regulatório.

Este plano foi fundamental para uma verdadeira reviravolta no desempenho geral da Companhia.

Uma vez "transformada", em 2006 a Ampla entrou numa nova fase de transição e, para isso, foi desenvolvida uma nova etapa para o plano estratégico: "Plano Atitude Ampla". Esta etapa estratégica teve como foco a consolidação dos resultados alcançados pela transformação de forma a garantir a sua perenidade.

Como forma de atingir seus objetivos, mudamos o modelo de operacionalização do Plano Estratégico, de 5 eixos para 14 projetos estratégicos distribuídos por perspectivas (Colaborador, Sociedade, Cliente e Acionista). A mudança se fez necessária dada a nova fase da Companhia e o objetivo de consolidar e perenizar a transformação obtida no Plano de Transformação, buscando internalizar o salto de qualidade no dia-a-dia da operação da Companhia. Os principais benefícios desta estrutura de trabalho foram:

- Participantes mais especializados nos grupos (estrutura funcional para alguns temas);
- Temas das perspectivas mais focados em fatores críticos de sucesso; e
- Relação causa efeito dos objetivos estratégicos mais clara.

Para cada um dos 14 projetos, que são liderados por um diretor executivo, foram traçados planos de ações focados em melhorias e evoluções nos indicadores operacionais e financeiros, sendo acompanhados e revisados periodicamente.

Plano de Transformação		Atitude Ampla	
2003	2005	2008	Evolução
23,6%	Perdas de Energia (fronteira antiga)	18,7%	- 21%
22,2	DEC 12 meses (duração)	13,2	- 41%
17,0	DEC 12 meses (frequência)	10,1	- 41%
- 75	Lucro Líquido (R\$ milhões)	+ 281	+ 475%
-	Dividendos (R\$ milhões)	+ 93	-
1.958	Dívida Líquida (R\$ milhões)	1.062	- 46%
59,7%	Satisfação dos Clientes (ISQP)	72,5%	+ 21%
52%	Clima Laboral (% satisfação)	85%	+ 63%

Os resultados positivos de 2008 mostraram que tivemos sucesso na consolidação da nossa transformação. Conseguindo internalizar padrões e práticas de qualidade que neste momento já faziam parte do dia-a-dia da Companhia. A receita operacional cresceu 15%, o lucro líquido 84%. Foi registrado uma redução de 1.2 p.p. em perdas por furto de energia, melhoria da inadimplência, com uma cobrabilidade de 99,4% e indicadores de qualidade de fornecimento de energia nunca antes obtidos. Essas conquistas foram sustentadas pela melhoria contínua dos processos e da qualidade.

Assim, consolidados os resultados, em 2009 a Ampla inicia uma nova fase, onde os padrões operacionais já permitem estabelecer objetivos entre as melhores empresas do Brasil.

Nossos valores reformulados:

- Respeitamos a vida: "*Atuamos com ética, trabalhamos com segurança, respeitamos as pessoas e o meio ambiente*";
- Buscamos a simplicidade: "*Valorizamos a prontidão, a clareza e a objetividade*"; e
- Criamos valor: "*Buscamos sempre fazer mais e melhor com menos para nossos clientes e acionistas*".

Nossa visão do negócio:

- Em 2011: Estar entre as 3 mais rentáveis distribuidoras do país e as 3 melhores no Prêmio ABRADDEE.
- Em 2013: Ser a mais rentável distribuidora do país e a mais admirada entre as empresas do Rio de Janeiro.

Seguimos trabalhando muito focados em nossas oportunidades de incremento no valor ao acionista:

- Melhorar continuamente o índice de perdas e inadimplência;
- Reduzir contingências;
- Melhorar eficiência operacional;
- Minimizar efeitos da crise econômica; e
- Otimizar resultado da revisão tarifária.

Para operacionalizar a estratégia, o Plano Ampla + está baseado em 8 objetivos estratégicos chave que orientam todo o nosso processo decisório e planos de ação, cada objetivo possui grupos de trabalho (funcionais e multidisciplinares) com acompanhamento sistemático de implementação e resultados.

Os objetivos estratégicos foram reunidos em 4 perspectivas: (i) Acionistas (gerar valor nos negócios e aumentar a rentabilidade); (ii) Cliente (estar entre as melhores distribuidoras do Brasil em satisfação do cliente e aumentar a qualidade dos processos); (iii) Colaborador (desenvolver cultura de alto desempenho e alinhar 100% dos parceiros); e (iv) Sociedade (ser a empresa do Rio de Janeiro mais bem reconhecida pela sociedade).

No início das operações da Companhia, após o processo de privatização, o foco foi o bem estar de funcionários e contratados. Com a evolução do mercado e o seu consequente amadurecimento, foi necessário introduzir uma cultura de alto desempenho, estando no centro da gestão os fatores meritocracia e trabalho em equipe.

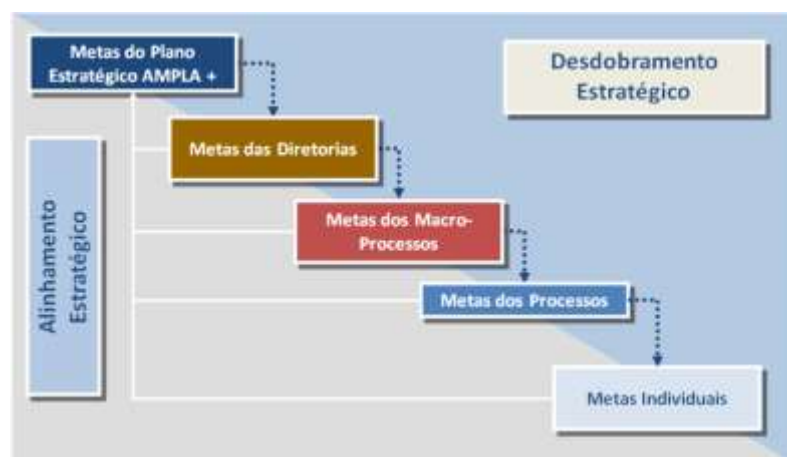
Atualmente, o foco da Companhia é o crescimento da organização até o ano de 2013. A Companhia pretende estabelecer um claro diferencial competitivo baseado na oferta de produtos bons e eficientes, destacando-se por proporcionar qualidade de serviço com custos mais baixos.

Haverá um aprimoramento na gestão de processos entre as diferentes áreas da Companhia, para estabelecer uma cadeia de compromissos e permitir a visão horizontal dos negócios. Especificamente no caso da Ampla, pela natureza do negócio de distribuição e a existência de um grande número de fornecedores, será necessário fortalecer, cada vez mais, os laços em toda a sua cadeia de valor.

Também estão entre os objetivos da Companhia: (i) a melhoria da eficiência operacional em relação às outras distribuidoras do País; (ii) o aumento do consumo *per capita*; (iii) a ampliação das fontes alternativas de energia; (iv) o crescimento do Programa Baixa Renda; (v) o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados; e, especialmente, (vi) o incremento da satisfação dos consumidores. Outras metas principais da Companhia é à redução do número de acidentes fatais à zero (em 2008, foram 3), bem como os registros de ato inseguro.

A estratégia da Ampla, portanto, será calcada na excelência do relacionamento com seus clientes e colaboradores. Isso exige investimentos de longo prazo para que a Companhia atue prestando um serviço de qualidade com custos compatíveis a empresa de referência regulatória.

Para garantir a disciplina estratégica, desde 2006 a Ampla faz o desdobramento de metas estratégicas até o nível do indivíduo, garantindo que cada ação no dia-a-dia da Companhia está orientada a implementação do seu plano estratégico:



Investimentos e Desinvestimentos

Nos anos de 2006, 2007, 2008 e nos períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009, a Companhia destinou o montante de, respectivamente, R\$463 milhões, R\$427 milhões, R\$351 milhões, R\$281 milhões e R\$265 milhões para investimentos, distribuídos nas seguintes áreas conforme indicado na tabela abaixo:

Investimentos (em R\$ milhões)	Exercícios sociais findos em				
	31 de dezembro de			30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
Investimentos por Demanda	194	145	137	105	79
Qualidade do Sistema Elétrico	47	66	61	39	30
Luz para Todos	17	20	20	15	9
Combate às Perdas	189	181	115	109	122
Outros	16	15	18	13	25
Total Investido	463	427	351	281	265
Aportes / Subsídios (recebidos/a receber)	22	44	23	17	12
Investimento Líquido	441	383	328	264	253

A Companhia investe, principalmente, em projetos que visam à redução do nível de perdas de energia, em especial aqueles referentes à instalação da Rede Ampla, e em projetos de atendimento aos pedidos de novas conexões.

Os montantes de investimentos apresentados nesta seção são gerenciais e atendem a critérios internos da Companhia para acompanhamento dos seus projetos e foram divulgados nos Relatórios de Administração e Relatórios de Desempenho que acompanham as demonstrações financeiras dos períodos indicados.

A Emissora não efetuou quaisquer desinvestimentos relevantes de capital nos últimos 3 exercícios sociais e não possui desinvestimentos em andamento na data deste Prospecto.

Indicadores de Qualidade dos Serviços

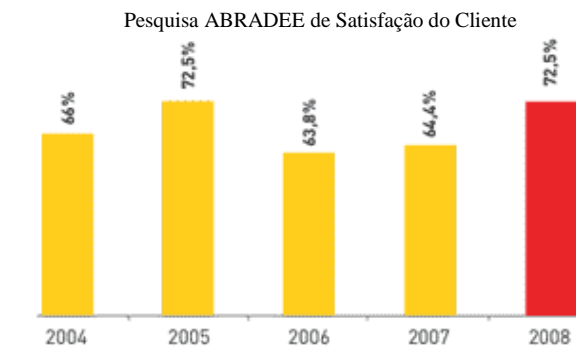
Satisfação do Cliente

A Companhia realiza periodicamente diferentes pesquisas para conhecer melhor os seus clientes, assim como mensurar o grau de satisfação com os serviços. Em 2008, foram realizadas 9,9 mil entrevistas, executadas pela própria Companhia e por diversos institutos de pesquisas.

Os questionários são estruturados com perguntas fechadas e abertas, além de escalas de valores. São avaliados aspectos comerciais, qualidade de produtos, serviços e atendimento, faturamento e marketing.

Outra prática da Companhia inclui discussões em grupo, nas quais são investigadas as necessidades e expectativas dos clientes. Os encontros também auxiliam a avaliar a imagem da marca, testar produtos e conceitos e novas propostas da Companhia. Além disso, são realizadas pesquisas com os consumidores pela ANEEL e pela ABRADDEE.

A Pesquisa ABRADDEE de Satisfação do Cliente Residencial ou Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) é uma ferramenta utilizada como indicador do planejamento estratégico da Companhia, que visa conhecer o grau de satisfação dos clientes e comparar o desempenho de todas as distribuidoras do País. A partir dos resultados, a ABRADDEE define parâmetros para que as empresas busquem a melhoria dos seus serviços. Para a Ampla, são realizadas 625 entrevistas pessoais e domiciliares por meio de questionários estruturados e aplicados nos meses de março e abril de cada ano. Abaixo estão os resultados da Companhia para os anos ali indicados.

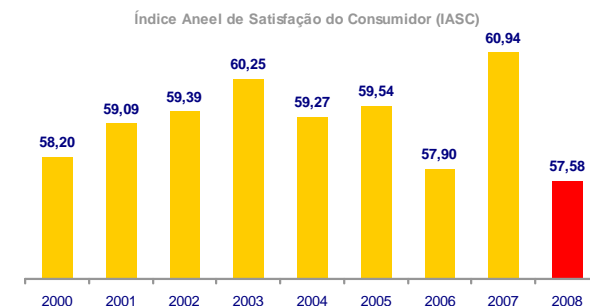


Fonte: ABRADDEE

Adicionalmente, a Companhia ainda realiza a Simulação da Pesquisa ABRADEE de Satisfação do Cliente Residencial Medição Ampla, que tem por objetivo a antecipação das informações e o monitoramento dos planos de ações para elevar o índice da pesquisa oficial ABRADEE.

O "Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC)" é o resultado da pesquisa realizada anualmente pela ANEEL para avaliar o grau de satisfação dos consumidores residenciais com os serviços em todo o Brasil. O estudo é quantitativo, pessoal e domiciliar, com amostra de 450 entrevistas em 14 municípios. As entrevistas também são feitas com questionários padronizados e são realizadas por institutos contratados pela ANEEL.

No gráfico a seguir são apresentados os resultados do IASC da Ampla para o período de 2000 a 2008:



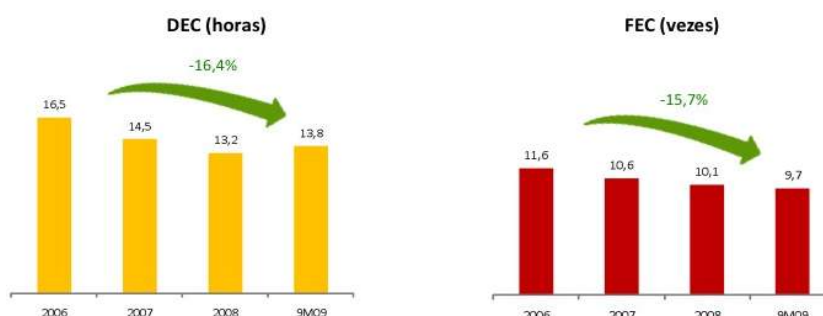
Fonte: ANEEL

DEC e FEC

O DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) reflete o intervalo de tempo que, em média, no período de observação, cada unidade consumidora da Ampla teve o seu fornecimento de energia elétrica interrompido, sendo medido em horas por período (no caso, horas por ano).

O FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), por sua vez, reflete a frequência que, em média, os Consumidores da Ampla tiveram o seu fornecimento interrompido, sendo medido em vezes por período (no caso, vezes por ano).

Conforme os gráficos a seguir, a Companhia tem melhorado progressivamente a qualidade e confiabilidade de abastecimento de energia elétrica nos últimos anos, uma vez que a frequência e duração das interrupções de energia em suas redes diminuíram.



A frequência das interrupções por ano durante 2008 atingiu a média de 10,1 interrupções por consumidor, enquanto a média nacional foi aproximadamente de 11,3 interrupções por consumidor em 2008 (últimos dados disponíveis da ANEEL). A duração média das interrupções em 2008 foi de 13,2 horas por consumidor em relação à média nacional de aproximadamente 16,5 horas por consumidor em 2008 (últimos dados disponíveis da ANEEL).

Já no período encerrado em 30 de setembro de 2009, a frequência das interrupções atingiu a média de 9,8 interrupções por consumidor, enquanto a duração média das interrupções foi de 13,8 horas.

A Companhia tem se empenhado para planejar a construção e manutenção de seus equipamentos de forma a minimizar a interrupção no serviço de distribuição de energia elétrica. Em 2008, a duração média das interrupções programadas foi de 1,09 horas por consumidor (7,5% do total) e a frequência de interrupções programadas foi de 0,51 interrupções por consumidor (5,1% do total). As interrupções não programadas devido a acidentes, tais como raios, ventos ou incêndios, representaram o restante do total das interrupções.

Nos últimos 5 anos, mais de R\$200,0 milhões foram investidos pela Companhia para melhorar a qualidade de seus sistemas de distribuição.

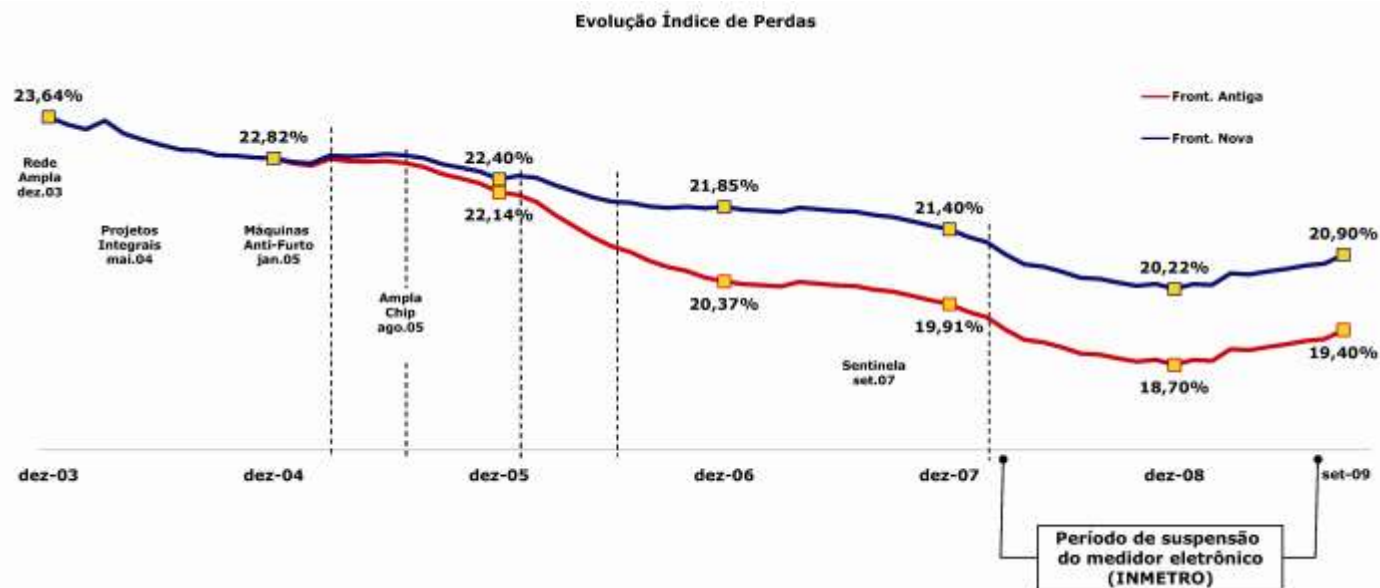
Perdas e Cobrabilidade

Perdas

A Ampla registra 2 tipos de perdas de energia elétrica: técnicas e comerciais. As perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso normal de distribuição, devido à dissipação da energia elétrica nos sistemas de transmissão e distribuição. As perdas comerciais resultam principalmente de ligações ilegais ou fraudes. Ambas estão relacionadas à quantidade de energia elétrica que a Companhia compra e que não é consumida por seus clientes, afetando diretamente os resultados.

A Ampla vem realizando significativos esforços para reduzir as perdas de energia e reafirma o seu compromisso no combate ao furto e à inadimplência, com a utilização, desde o ano de 2003, de modernos processos de gestão aliados ao uso de tecnologias de ponta. Destaque para os projetos: Rede Ampla e Medição Eletrônica para clientes massivos, Sentinela para grandes clientes de baixa tensão e Máquinas Anti-Furto para clientes conectados a média tensão.

A redução de perdas é significativa, sendo que a Ampla encerrou o ano de 2008 com uma redução de 3,42pp em relação ao ano de 2003 (considerando a "fronteira antiga", sendo que com o advento da Resolução Normativa nº 67 da Aneel, de 8 de junho de 2004, foi estabelecido uma "nova fronteira", com novos critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, ampliando as fronteiras de compra de energia, o que resultou em uma elevação das perdas técnicas da Companhia), conforme demonstrado no gráfico a seguir.



Porém, no comparativo entre os períodos findos em 30 de setembro de 2008 e 2009, ocorreu um incremento nas perdas de 0,56pp, consequência da suspensão, pelo INMETRO, em outubro de 2007, da instalação dos equipamentos de medição eletrônica para a validação dos modelos existentes e a aprovação de um novo modelo. Entretanto, em julho de 2009, o INMETRO aprovou o novo modelo e autorizou a Companhia a retomar a instalação destes equipamentos, normalizando a instalação de clientes na medição eletrônica.

O Ampla Chip, tecnologia que utiliza a medição eletrônica como base para todo o seu processo de funcionamento, possui como objetivo principal reduzir as perdas de energia além de agregar valor as atividades de leitura, corte e religação que passaram a ser realizadas remotamente.

Atualmente, 248 mil clientes são faturados através da Medição Eletrônica. Após a implementação desta solução, a impossibilidade de furtar energia faz com que a medição correta deste cliente gere um ganho médio para a Companhia de 53,5 kWh/cliente-mês.

O Projeto Sentinela é outra importante ferramenta para combater o furto de energia em grandes clientes de baixa tensão. A solução consiste em exteriorizar todo o sistema de medição e instalar telemetria para a supervisão do conjunto. A Ampla possui 13,5 mil clientes com este equipamento e o ganho médio após a instalação do Sentinela é de 769 kWh/cliente-mês.

Para os clientes de média tensão, a solução utilizada é a Máquina Antifurto. O sistema consiste em agrupar todos os elementos da medição em um único compartimento blindado e instalado no topo do poste. Essas máquinas são conectadas a uma central de dados da Ampla por meio de um sistema de telemetria. São módulos inteligentes com funcionalidades diversas, como: alarmes de abertura de porta, alarmes de presença, subtensão e falta de energia.

Desde o início do projeto, foram instaladas 4.230 Máquinas Anti-Furto que, após a instalação deste equipamento em clientes com furto de energia, geram um ganho médio no faturamento de 1.750 kWh/cliente-mês.

O furto de energia tem uma forte variável sócio-econômica e as áreas mais críticas devem ser continuamente trabalhadas com tecnologias de ponta e através de ações sociais em comunidades de baixa renda. Tais ações, como o incentivo a projetos para a geração de renda, educação sobre o uso eficiente de energia elétrica e conscientização em relação a questões ambientais, éticas e de desenvolvimento comunitário sustentável, já beneficiaram, desde 2004, mais de 500 mil pessoas.

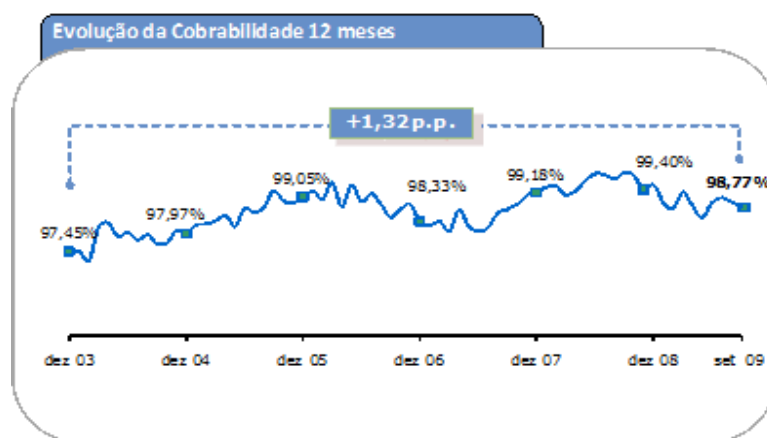
Estes projetos aproximam cada vez mais a Companhia da comunidade, mudando a imagem que os clientes mantinham em relação à Companhia e conscientizando-os a não desperdiçar energia.

A redução sustentável no indicador de perdas é consequência da ação conjunta de todos os projetos que a Ampla possui para combater o furto de energia e do contínuo desenvolvimento de novas tecnologias para melhorar a sua eficiência e resultados.

Cobrançabilidade

O percentual de cobrançabilidade é calculado pela Companhia com base na relação entre o montante efetivamente arrecadado nos 12 meses anteriores (incluindo o mês para o qual está sendo calculado o índice) e o montante faturado no mesmo período. Um percentual acima de 100% indica que dívidas antigas foram pagas no período considerado.

A forte atuação da Companhia, com as diferentes frentes de ações de cobrança e o acompanhamento dos desvios de comportamento de pagamentos dos clientes, permitiu com que a taxa de arrecadação atingisse patamares crescentes de melhoria, conforme gráfico abaixo.



Esses esforços aumentaram a inadimplência (taxa de arrecadação), de 99,2% em 2007 para 99,4% em 2008, que foi o melhor índice obtido pela Companhia desde a sua privatização, reflexo da melhoria dos processos de arrecadação e cobrança. Adicionalmente, no ano de 2008, ainda foram efetuados 765.631 desligamentos em decorrência do não pagamento de contas.

Além das ações voltadas para recuperação de créditos vencidos, a Companhia promove constantemente campanhas de incentivo à adimplência. Para maiores informações sobre os procedimentos de cobrança da Companhia, vide seção "VI – Informações Sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Procedimentos de Cobrança", na página 159 deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

II - INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

- Composição do Capital Social
- Aprovação da Oferta
- Informações Relativas à Oferta
- Características das Debêntures
- Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores
- Operações Vinculadas à Oferta
- Destinação dos Recursos
- Capitalização
- Considerações sobre Estimativas e Projeções

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 30 de setembro de 2009, o capital social da Emissora era de R\$998.230.386,65, representado por 3.922.515.918.446 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

De acordo com o Estatuto Social, o capital social da Emissora poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por mera deliberação do conselho de administração, no valor máximo de R\$142.307.692,88, até o limite de R\$1.767.731.999,26, mediante a emissão de novas ações ordinárias, sem que haja direito de preferência aos atuais acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei 6.404/76, ou seja, (a) venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou (b) permuta por ações, em oferta pública de aquisição e controle nos termos dos artigos 257 e 263 da Lei 6.404/76.

O capital social da Emissora está dividido entre seus acionistas da seguinte forma:

Nome	Ações Ordinárias (mil)	% por acionista
Endesa Brasil S.A.....	1.839.121.933.344	46,89
EDP – Energia de Portugal S.A.....	302.176.533.045	7,70
Enersis S.A.....	536.591.907.868	13,68
Chilectra S.A.....	405.768.824.339	10,35
Chilectra Inversud S.A.	824.607.526.461	21,02
Outros.....	14.249.193.389	0,36
Total	3.922.515.918.446	100,00

Acionistas Controladores

São indicados, a seguir, os acionistas controladores da Emissora, até o nível de pessoa física, quando for o caso. O detalhamento preciso da cadeia de controle da Emissora encontra-se disponível aos potenciais investidores nas informações constantes no Formulário IAN da Emissora, acessível pelo seguinte endereço da Internet: "www.cvm.gov.br" – "Participantes do Mercado" – "Companhias Abertas" – "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações" – acessar "Ampla Energia e Serviços S.A." – "IAN" – "Consulta" – "Grupo 03 – Distribuição do Capital" e "Subgrupo 03 – Distribuição do Capital dos Acionistas Com Mais de 5% das ações".

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A. (Emissora)

1) ENDESA BRASIL S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.523.555/0001-67, proprietária de 1.839.121.933.344 ações ordinárias da Emissora, representando 46,89% das ações com direito a voto da Emissora.

1.1) EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, proprietária de 60.299.607 ações ordinárias, representando 35,29% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.

1.1.1) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 4.919.488.794 ações ordinárias, representando 59,98% das ações com direito a voto da EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A.

1.1.1.1) ENDESA LATINOAMERICA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da Espanha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.708.231/0001-78, proprietária de 19.794.583.473 ações ordinárias, representando 60,62% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A.

1.1.1.1.1) ENDESA S.A., proprietária de 249.584.027 ações ordinárias, representando 100% das ações com direito a voto da ENDESA LATINOAMERICA S.A.

1.1.1.1.1.1) ENEL ENERGY EUROPE SRL., proprietária de 974.051.947 ações ordinárias, representando 92,06% das ações com direito a voto da ENDESA S.A.

1.1.1.1.1.1.1) ENEL S.P.A., proprietária de 6.186.419.603 ações ordinárias, representando 100,00% das ações com direito a voto da ENEL ENERGY EUROPE SRL.

1.1.1.1.1.1.1.1) MINISTERIO DE ECONOMÍA, proprietária de 1.305.237.516 ações ordinárias, representando 21,10% das ações com direito a voto da ENEL S.P.A.

1.1.1.1.1.1.1.2) CASA DEPOSITI E PRESTITI S.P.A., proprietária de 627.528.282 ações ordinárias, representando 10,14% das ações com direito a voto da ENEL S.P.A.

1.1.1.1.1.1.3) OUTROS, proprietários de 4.253.805 ações ordinárias, representando 68,76% das ações com direito a voto da ENEL S.P.A.

As ações do grupo OUTROS, conforme disponibilizado pela ENEL S.P.A. em seu *site* através de seu "Report on Corporate Governance and Ownership Structure" são totalmente pulverizadas no mercado e não existe qualquer outro acionista que detenha mais que 2% das ações da ENEL S.P.A. Além disso, a ENEL S.P.A. não tem conhecimento da existência de qualquer acordo de acionistas. Nesse sentido, a ENEL S.P.A. é controlada direta e indiretamente, através da Casa Depositi e Prestiti e pelo Ministério de Economia e Finanças italiano que detém ações com poder de voto suficiente para exercer uma influência dominante nas decisões da ENEL S.P.A.

1.1.1.1.1.2) OUTROS, proprietários de 84.700.169 ações ordinárias, representando 7,94% das ações com direito a voto da ENDESA S.A. As ações do grupo OUTROS estão pulverizadas em diversos acionistas, pessoas físicas e jurídicas, com menos de 5% das ações de emissão da ENDESA S.A., não sendo de conhecimento da ENDESA S.A. a existência de qualquer acordo de voto entre tais acionistas.

1.1.2) OUTROS, proprietários de 3.282.393.177 ações ordinárias, representando 40,02% das ações com direito a voto da EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A.. As ações do grupo OUTROS estão pulverizadas em diversos acionistas, pessoas físicas e jurídicas, com menos de 5% das ações de emissão da EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A., não sendo de conhecimento da EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A. a existência de qualquer acordo de voto entre tais acionistas.

1.1.1.2) ADMINISTRADORA DE FONDOS DE PENSIONES PROVIDA S.A., ou AFP PROVIDA, companhia administradora de fundos de pensão privados no Chile, proprietária, no agregado, de 1.744.595.549 ações ordinárias, representando 5,34% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A.

1.1.1.2.1) BBVA INVERSIONES CHILE S.A., antiga BBVA Pensiones Chile S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, proprietária de 171.023.573 ações ordinárias, representando 51,62% das ações com direito a voto da AFP PROVIDA.

1.1.1.2.1.1) BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da Espanha, proprietária de 100% das ações com direito a voto da BBVA INVERSIONES CHILE S.A.

O capital social do BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A. é totalmente pulverizado no mercado e não existe conhecimento de qualquer acionista que detenha mais que 5% das ações do BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A.

1.1.1.2.2) TITULARES DE AMERICAN DEPOSITARY RECEIPT (ADR's), proprietários de 94.029.465 ações ordinárias, representando 28,38% das ações com direito a voto da AFP PROVIDA.

1.1.1.2.3) OUTROS, proprietários de 66.263.585 ações ordinárias, representando 20,00% das ações com direito a voto da AFP PROVIDA. As ações do grupo OUTROS estão pulverizadas em diversos acionistas, pessoas físicas e jurídicas, com menos de 5% das ações de emissão da AFP PROVIDA, não sendo de conhecimento da AFP PROVIDA a existência de qualquer acordo de voto entre tais acionistas.

1.1.1.3) TITULARES DE AMERICAN DEPOSITARY RECEIPT (ADR's), proprietários de 3.563.352.750 ações ordinárias, representando 10,91% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A.

1.1.1.4) OUTROS, proprietários de 7.551.020.641 ações ordinárias, representando 23,13% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A. As ações do grupo OUTROS estão pulverizadas em diversos acionistas, pessoas físicas e jurídicas, com menos de 5% das ações de emissão da ENERSIS S.A., não sendo de conhecimento da ENERSIS S.A. a existência de qualquer acordo de voto entre tais acionistas.

1.2) ENDESA LATINOAMERICA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da Espanha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.708.231/0001-78, proprietária de 47.354.669 ações ordinárias, representando 27,71% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.

1.2.1) A cadeia societária da ENDESA LATINOAMERICA S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1.1 e seguintes.

1.3) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 36.677.243 ações ordinárias, representando 21,46% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.

1.3.1) A cadeia societária da ENERSIS S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1 e seguintes.

1.4) OUTROS, proprietários de 26.545.859 ações ordinárias, representando 15,54% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.. As ações do grupo OUTROS estão pulverizadas em diversos acionistas, pessoas físicas e jurídicas, com menos de 5% das ações de emissão da ENDESA BRASIL S.A., não sendo de conhecimento da ENDESA BRASIL S.A. a existência de qualquer acordo de voto entre tais acionistas.

2) EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis de Portugal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.706.311/0001-94, proprietária de 302.176.533.044 ações ordinárias da Emissora, representando 7,70% das ações com direito a voto da Emissora.

2.1) PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, SGPS, S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis de Portugal, proprietária de 749.923.856 ou 20,49% das ações com direito a voto da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

2.1.1) GOVERNO DE PORTUGAL, proprietário de 100% do capital da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS, SGPS, S.A.

2.2) CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS S.A., proprietária de 191.172.634 ações ordinárias, representando 5,23% das ações com direito a voto da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

2.2.1) GOVERNO DE PORTUGAL, proprietário de 100% do capital da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS.

2.3) CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS (CAJASTUR), proprietária de 183.257.513 ações ordinárias, representando 5,01% das ações com direito a voto da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

2.4) IBERDROLA – PARTICIPAÇÕES SGPS S.A., proprietária de 347.371.083 ações ordinárias, representando 9,50% das ações com direito a voto da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

2.5) OUTROS, proprietários de 2.185.412.629 ações ordinárias, representando 59,77% das ações com direito a voto da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

A EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. não possui um acionista controlador ou um grupo de controle. O exercício do poder decisório por parte dos acionistas da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. não é objeto de qualquer acordo de acionistas ou acordo prévio de voto em reuniões do conselho de administração, estando sujeito, desta forma, ao voto majoritário de seus acionistas nas assembleias gerais de acionistas. Nas três últimas assembleias gerais de acionistas da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A., tem prevalecido a posição do Governo de Portugal, tendência que pode ou não se repetir no futuro.

3) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 536.591.907.867 ações ordinárias da Emissora, representando 13,68% das ações com direito a voto da Emissora.

3.1.) A cadeia societária da ENERSIS S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1 e seguintes.

4) CHILECTRA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.723.875/0001-35, proprietária de 405.768.824.339 ações ordinárias da Emissora, representando 10,35% das ações com direito a voto da Emissora.

4.1) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 1.140.130.668 ações ordinárias, representando 99,08% das ações com direito a voto da CHILECTRA S.A.

4.1.1) A cadeia societária da ENERSIS S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1 e seguintes.

5) CHILECTRA INVERSUD S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.294.410/0001-31, proprietária de 824.607.526.460 ações ordinárias da Emissora, representando 21,02% das ações com direito a voto da Emissora.

5.1) CHILECTRA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.723.875/0001-35, proprietária de 56.901 ações ordinárias, representando 100,00% das ações com direito a voto da CHILECTRA INVERSUD S.A.

5.1.1.) A cadeia societária da CHILECTRA S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme item 4 e seguintes.

Para maiores informações acerca dos acionistas da Companhia, vide seção "Capital, Dividendos e Acionistas", na página 213 deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

APROVAÇÃO DA OFERTA

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 21 de outubro de 2009, cuja ata foi registrada na JUCERJA em 23 de outubro de 2009, sob o nº 1966049 e publicada no DOERJ e nos jornais "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Fluminense" em 30 de outubro de 2009.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Características da Oferta

Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Para informações sobre o plano da Oferta, vide seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Plano da Oferta", na página 61 deste Prospecto.

Prazo de Subscrição

Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 3 Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início.

Forma de Subscrição

As Debêntures serão subscritas por meio do SDT e/ou do DDA.

Forma de Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.

Características das Debêntures

Número da Emissão

As Debêntures representam a quinta emissão pública de debêntures da Emissora.

Valor Total da Emissão

O valor total da emissão é de R\$250.000.000,00, na Data de Emissão.

Quantidade

Serão emitidas 25.000 Debêntures.

Valor Nominal

As Debêntures terão Valor Nominal de R\$10.000,00, na Data de Emissão.

Séries

A emissão será realizada em duas séries, sendo que a quantidade de Debêntures por série foi definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo 11.533 Debêntures da Primeira Série e 13.467 Debêntures da Segunda Série.

A Emissora não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado, conforme previsto no artigo 59, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.

Tipo e Forma

As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, quando depositadas no SND, e pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures depositadas no BOVESPAFIX.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

Espécie e Limites de Emissão

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

Tendo em vista que, na data de assinatura da Escritura de Emissão, o capital social integralizado da Emissora era de R\$998.230.386,65 e que as Debêntures totalizam R\$250.000.000,00, o limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações está atendido.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2009.

Prazo e Data de Vencimento

O prazo das Debêntures da Primeira Série será de 3 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2012; e das Debêntures da Segunda Série será de 6 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2015.

Amortização do Valor Nominal

O Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série será amortizado integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série.

O Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 parcelas anuais, cada uma delas atualizada monetariamente desde a Data de Emissão, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2013 e a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2014, ambas no valor de R\$3.333,33, e a última, com vencimento em 15 de dezembro de 2015, no valor de R\$3.333,34.

Remuneração

As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

Remuneração das Debêntures da Primeira Série. A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:

- (i) atualização monetária: o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e
- (ii) juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,10%, definido no Procedimento de *Bookbuilding* ("Taxa Máxima da Primeira Série"), base 252 Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série, desde a Data de Emissão até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série ("Juros Remuneratórios da Primeira Série"). A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será ratificada por meio de aditamento à Escritura de Emissão. Os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis e deverão ser pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável). O cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = V_{ne} \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 casas decimais sem arredondamento;

Vne = Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI, variando de 1 até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com 8 casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI de ordem k, expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 1,1000%; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série. A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

(i) atualização monetária: O Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE ("Atualização da Segunda Série"), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal ou ao Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série. A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade prevista abaixo (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável). A Atualização da Segunda Série será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, atualizado, calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série ou Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série; após a data de aniversário respectiva, o "NI_k" corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo "dut" um número inteiro.

Observações:

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;

Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre 2 Datas de Aniversários consecutivas;

O fator resultante da expressão $[NI(k) / NI(k-1)]$ é considerado com 8 casas decimais, sem arredondamento; e

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

(ii) juros remuneratórios: as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios de 8,30%, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* ("Juros Remuneratórios da Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração da Segunda Série"). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme o item (i) acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 Dias Úteis, a partir da Data de Emissão e, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis. A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será ratificada por meio de aditamento à Escritura de Emissão. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{Vna \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal atualizado ou Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left(spread + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 8,3000%; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior (conforme o caso) e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização": (a) para as Debêntures da Primeira Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série; e (b) para as Debêntures da Segunda Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

Define-se o "Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série" como o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série remanescente após cada Data de Amortização da Segunda Série.

Indisponibilidade Temporária da Taxa DI

Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto abaixo.

Indisponibilidade da Taxa DI

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Primeira Série da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X da Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicados, observado o disposto abaixo.

Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, no prazo de até 30 dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI_k o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas no item 4.2.2 e seguintes da Escritura de Emissão para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da data em que passar a vigorar, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

Indisponibilidade Temporária do IPCA

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto abaixo.

Indisponibilidade do IPCA

Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X da Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização da Segunda Série que será aplicada, observado o disposto abaixo.

Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, no prazo de 30 dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, pelo seu Valor Nominal atualizado, ou pelo Saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização da Segunda Série com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização da Segunda Série.

Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série

Debêntures da Primeira Série: O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2012, que é a Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série").

Debêntures da Segunda Série: O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15 do mês de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2015, que é a Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série").

Repactuação

Não haverá repactuação programada.

Resgate Antecipado Facultativo

A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e mediante deliberação em reunião de Conselho de Administração, a seu exclusivo critério: (a) a partir do 18º mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Primeira Série ("Período de Resgate Antecipado da Primeira Série"); e (b) a partir do 36º mês (exclusive) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Segunda Série ("Período de Resgate Antecipado da Segunda Série" e, em conjunto com o Período de Resgate Antecipado da Primeira Série, os "Períodos de Resgate Antecipado"), realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso ("Resgate Antecipado Facultativo").

O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observado os respectivos Períodos de Resgate Antecipado, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos do item 4.13 da Escritura de Emissão ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 15 dias da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado respectiva; (b) se o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial; (c) a menção de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal das Debêntures será devidamente atualizado até a Data de Resgate Antecipado, conforme aplicável, observado o disposto no parágrafo acima, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e/ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado ("Valor de Resgate") e (ii) de prêmio de resgate a ser calculado de acordo com os parágrafos abaixo; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

Debêntures da Primeira Série: O(s) prêmio(s) de resgate a que farão jus os Debenturistas da Primeira Série por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série será(ão) calculado(s) de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D * 0,0075 * \text{Valor de Resgate}$$

onde:

P = prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 2 casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Primeira Série; e

D = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período de Resgate Antecipado da Primeira Série e a Data de Vencimento da Primeira Série.

Debêntures da Segunda Série: O(s) prêmio(s) de resgate a que farão jus os Debenturistas da Segunda Série por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série será(ão) calculado(s) de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d/D * 0,015 * \text{Valor de Resgate}$$

onde:

P = prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 2 casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Segunda Série; e

D = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período de Resgate Antecipado da Segunda Série e a Data de Vencimento da Segunda Série.

No caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (conforme o Resgate Antecipado Facultativo seja referente às Debêntures da Primeira Série e/ou às Debêntures da Segunda Série) para fins de deliberar os critérios do sorteio, observado, para tanto, o disposto nos itens 6.1.5.1 e 6.1.5.2 e na Cláusula X da Escritura de Emissão.

No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial mencionado acima, tal Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado para as Debêntures da Primeira Série e/ou para as Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, registradas no SND e/ou no BOVESPAFIX, conforme o caso, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP e pela BM&FBOVESPA, respectivamente, por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures da Primeira Série e/ou de Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a serem resgatadas por Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, serão realizadas fora do âmbito da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso. Caso a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA, conforme o caso, venham a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste da Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Caso, por qualquer razão: (a) não haja a realização da(s) Assembleia(s) Geral(is), conforme previsto no item 6.1.5 da Escritura de Emissão, em até 2 Dias Úteis antes da Data de Resgate Antecipado; ou (b) ainda que havendo a(s) Assembleia(s) Geral(is), não haja acordo sobre os critérios para realização do sorteio no caso de Resgate Antecipado Facultativo parcial entre os Debenturistas da Primeira Série e/ou os Debenturistas da Segunda Série reunidos em Assembleia(s) Geral(is), conforme previsto no item 6.1.5 da Escritura de Emissão, o sorteio relativo ao Resgate Antecipado Facultativo parcial ocorrerá com relação à totalidade dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série (conforme o caso) detentores de Debêntures em Circulação.

As Debêntures resgatadas pela Emissora serão obrigatoriamente canceladas.

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados às Debêntures – As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado a exclusivo critério da Emissora ou na hipótese da Indisponibilidade da Taxa DI ou do IPCA", na página 86 deste Prospecto.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em Circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

Encargos Moratórios

Caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos ficarão sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% ao mês sobre o montante devido e não pago, corrigido monetariamente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, excluindo-se a hipótese de a variação acumulada do IPCA resultar em um valor negativo. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas previstas na Escritura de Emissão, utilizando-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados à CETIP ou à BM&FBOVESPA, conforme o caso.

Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado na seção "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Local de Pagamento", na página 54 deste Prospecto, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvado os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Vencimento Antecipado

Sujeito ao disposto nos 3 últimos parágrafos deste item, são considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures objeto da Oferta e a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal de cada Debênture, devidamente atualizado, conforme aplicável, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) Descumprimento, pela Emissora, da obrigação de pagamento: (i) do Valor Nominal das Debêntures, devidamente atualizado, conforme aplicável; (ii) dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série; e/ou (iii) de quaisquer encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento do Valor Nominal das Debêntures, devidamente atualizado, conforme aplicável, e/ou dos Juros Remuneratórios da Primeira Série ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, não sanado no prazo máximo de 2 Dias Úteis, contado da data do respectivo vencimento;
- (b) Caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora; (ii) a decretação de falência da Emissora; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Emissora; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- (c) Descumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$35.000.000,00, ou seu equivalente em outra moeda;
- (d) Término antecipado da concessão ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica da Emissora (conforme aplicável);
- (e) Decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$35.000.000,00, ou seu equivalente em outra moeda;
- (f) Protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse a R\$35.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 15 Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;
- (g) Alteração do controle acionário indireto da Emissora, exceto nos casos em que: (i) o novo controlador indireto não tenha *rating* corporativo atribuído pela Fitch Ratings ("Fitch"), Moody's Investors Service ("Moody's") ou Standard & Poor's Rating inferior em mais de 1 nível (*notch*) em relação ao *rating* global da Enersis S.A. ("Enersis"); e (ii) a alteração do controle acionário indireto não resulte em rebaixamento do *rating* da Emissão em mais de 1 (um) nível (*notch*). Para fins deste subitem (g), haverá alteração do controle acionário indireto da Emissora se a Enersis deixar de ser a controladora indireta da Emissora;
- (h) Sem prejuízo do disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação da Emissora por outra sociedade, cisão ou fusão da Emissora, exceto nos casos em que a incorporação, cisão ou fusão não resulte em rebaixamento do *rating* da Emissão em mais de 1 nível (*notch*);
- (i) Inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer (quaisquer) acordo(s) do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$35.000.000,00, ou seu equivalente em outra moeda, exceto se: (i) sanado no prazo máximo de 3 Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento; ou (ii) a Emissora obtiver as medidas legais e/ou judiciais cabíveis para o não pagamento no prazo máximo de 3 Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento;

(j) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 15 Dias Úteis contados: (i) da data do referido descumprimento, caso a Emissora receba comunicação escrita neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário em até 3 Dias Úteis após a data do descumprimento, data de descumprimento esta a ser informada à Emissora pelo Agente Fiduciário por meio de referida comunicação escrita; ou (ii) da data em que a Emissora receber comunicação escrita do Agente Fiduciário conforme prevista na alínea (i) deste subitem (j), caso a Emissora não receba, em até 3 Dias Úteis após o respectivo descumprimento, comunicação escrita do Agente Fiduciário nesse sentido, sendo certo que, caso um período de cura específico e distinto dos 15 Dias Úteis previstos acima tenha sido estipulado com relação a qualquer obrigação não pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão, tal período de cura específico prevalecerá, observadas as disposições constantes deste subitem (j) para fins de contagem desse período de cura específico;

(k) Nacionalização, desapropriação ou qualquer ato governamental que acarrete a apreensão de ativos da Emissora essenciais para a consecução de sua atividade de distribuidora de energia elétrica, apreensão esta que afete de forma relevante e negativa a capacidade da Emissora de honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;

(l) Redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; e

(m) Não atendimento, pela Emissora, por 2 trimestres consecutivos, de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros"), a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Emissora à CVM, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação ao primeiro trimestre de 2010:

I. Dívida Financeira Líquida / EBITDA Covenants menor ou igual a 2,7; e

II. EBITDA Covenants/ Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 2,5.

Para os efeitos do disposto no subitem (m) acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Dívida Financeira Líquida" significa a soma de (i) empréstimos e financiamentos, inclusive com o BNDES, Eletrobrás e agências multilaterais; (ii) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da Emissora (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (iii) saldo líquido de operações de derivativos (i.e., passivos menos ativos de operações com derivativos); (iv) dívidas oriundas de quaisquer emissões ainda em circulação de debêntures e/ou notas promissórias comerciais da Emissora; e (v) dívidas com pessoas ligadas listadas no passivo da Emissora, líquidas dos créditos com pessoas ligadas listadas no ativo da Emissora, excluindo-se os valores referentes aos contratos que não sejam mútuos, empréstimos e/ou financiamentos firmados com essas pessoas ligadas e desde que descritos em notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emissora; menos o resultado da soma (i) do numerário disponível em caixa da Emissora; (ii) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras da Emissora; e (iii) dos saldos de aplicações financeiras da Emissora.

"EBITDA Covenants" significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo aos últimos 12 meses, antes da contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação e amortização.

"Despesa Financeira Líquida" significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, em bases consolidadas.

Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X da Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido abaixo.

Se, nas Assembleias Gerais referidas acima: (a) Debenturistas da Primeira Série detentores de, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou; (b) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em Circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

Adicionalmente, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral ou de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, aplicando-se o disposto abaixo.

Observado o disposto acima, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série (conforme aplicável), com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal de cada Debênture, devidamente atualizado (se for o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos da Escritura de Emissão, em até 3 Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.8 da Escritura de Emissão.

Assembleias Gerais de Debenturistas

Às assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais" ou, individualmente, "Assembleia Geral") aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

Convocação

As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% das Debêntures da Primeira Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo 10% das Debêntures da Segunda Série em Circulação para as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série. Para deliberações em Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, a convocação poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% das Debêntures em Circulação.

A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 vezes nos órgãos de imprensa referidos na seção "Informações Cadastrais da Emissora – Jornais nos quais a Companhia divulga informações", na página 15 deste Prospecto, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral em primeira convocação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Primeira Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Da mesma forma, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da Segunda Série em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos. Ainda, com relação às Assembleias Gerais das quais deverão participar tanto os Debenturistas da Primeira Série quanto os Debenturistas da Segunda Série, nos termos da Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável, serão consideradas regulares aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

Quorum de instalação

A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou no mínimo a metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, previstos na Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures da Primeira Série em Circulação" ou "Debêntures da Segunda Série em Circulação" (conjuntamente, as "Debêntures em Circulação") todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série, respectivamente, subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (b) de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

Mesa Diretora

A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista da Primeira Série ou ao Debenturista da Segunda Série eleito pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série e/ou pelos titulares das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

Quorum de Deliberação

Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no parágrafo abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou, no mínimo, 2/3 das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

Não estão incluídos nos *quora* mencionados no parágrafo acima: (a) os *quora* expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura da Emissão, inclusive com relação a assuntos de interesse comum aos Debenturistas de ambas as séries da presente Emissão; (b) as alterações relativas (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 da Escritura de Emissão; (ii) às condições de Resgate Antecipado Facultativo, conforme previsto na Cláusula VI da Escritura de Emissão; (iii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto na Escritura de Emissão; e/ou (iv) à espécie das Debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (b) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo, 90% das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série; (c) as autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura, devendo qualquer dessas autorizações ou permissões (*waivers*) ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% das Debêntures da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Primeira Série ou, no mínimo, 90% das Debêntures da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Debêntures da Segunda Série; e (d) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII (que trata das hipóteses de vencimento antecipado) da Escritura de Emissão, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação.

Alterações aos Quora de Instalação e/ou Deliberação

As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.5 e 10.6 da Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação. As alterações das disposições e/ou dos *quora* estabelecidos nos parágrafos acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% das Debêntures da Primeira Série em Circulação, ou por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90%, das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

Matérias de Interesse Específico

Na hipótese de instalação de Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse específico de Debenturistas de uma respectiva série, as disposições da Cláusula X da Escritura de Emissão aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série, sendo que as matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia em quaisquer Assembleias Gerais.

O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber e não conflitar com o aqui disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

Divulgação de Anúncios Relacionados à Oferta

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente disponibilizados na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.ampla.com>), bem como comunicados na forma de avisos, e publicados nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, "Valor Econômico – Edição Nacional" e "O Fluminense", exceção feita à publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400 (Aviso ao Mercado), ao Anúncio de Início e ao Anúncio de Encerramento, que serão publicados apenas no jornal "Valor Econômico – Edição Nacional".

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores pessoas físicas e jurídicas, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

As Debêntures não são adequadas a investidores que: (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado; e/ou (iii) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas Debêntures. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 73 a 86 deste Prospecto, antes de aceitar a Oferta.

Registro para Distribuição das Debêntures

As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio (a) do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (b) do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na BOVESPAFIX; e (ii) negociação no mercado secundário por meio (a) do SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) do Sistema BOVESPAFIX, administrado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

Manifestação de Aceitação à Oferta

Respeitadas (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 3 Dias Úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início.

Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta

Caso a Oferta seja suspensa ou modificada, nos termos do item "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" abaixo, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores até às 16:00 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos tributos incidentes, no prazo de 3 Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores: (i) até às 16:00 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização deste Prospecto, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até às 16:00 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, e sem reembolso, não havendo dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores, no prazo de 3 Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Caso (a) a Oferta seja suspensa ou cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Coordenador Líder comunicará aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, não havendo dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores, no prazo de 3 Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento da Oferta.

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Emissora, de comum acordo com os Coordenadores, de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta.

É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores.

A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Debêntures ofertadas. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, não havendo dedução de encargos ou tributos de qualquer natureza dos valores dados em contrapartida às Debêntures pelos investidores, no prazo de 3 Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do Anúncio de Início. Os Coordenadores deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Os Coordenadores comunicarão diretamente aos investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 Dias Úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência aos Coordenadores ou em sua sede, no endereço indicado na seção "Identificação de Administradores, Consultores Legais e Auditores Independentes", na página 19 deste Prospecto, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, aplicar-se-á o disposto no terceiro parágrafo deste item, que se refere à restituição dos valores aos investidores.

Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez

Não foram celebrados contrato de estabilização de preços ou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures.

Contrato de Distribuição

O Contrato de Distribuição estará disponível para consulta na sede da Emissora, no endereço indicado na seção "Identificação de Administradores, Consultores Legais e Auditores Independentes", na página 19 deste Prospecto.

Garantia Firme

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores foram contratados para realizar a coordenação, colocação e distribuição pública das Debêntures em regime de garantia firme de colocação, válida até o dia 29 de janeiro de 2010, exceto conforme disposto abaixo, sem qualquer solidariedade entre os Coordenadores e na proporção descrita a seguir:

Instituição Financeira	Montante de Garantia Firme na Data de Emissão	Percentual de Garantia Firme na Data de Emissão
Bradesco BBI	R\$125.000.000,00	50%
Votorantim	R\$125.000.000,00	50%
Total	R\$250.000.000,00	100%

A colocação das Debêntures será feita em até 3 Dias Úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Colocação").

Se, ao final do prazo mencionado acima, as Debêntures não tiverem sido totalmente colocadas, a alocação da garantia firme será determinada exclusivamente pela Companhia, na proporção que julgar adequada, em qualquer uma das séries da Oferta ou em ambas, ficando cada um dos Coordenadores responsável pela subscrição e integralização das Debêntures que eventualmente não sejam colocadas, sempre na proporção de 50% cada um, para cada uma das séries.

Os Coordenadores poderão revender, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação por preço não superior ao Preço de Subscrição acrescido da Remuneração das Debêntures entre a Data de Emissão e a data de revenda. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

Plano da Oferta

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável, os Coordenadores iniciarão a colocação das Debêntures.

A colocação das Debêntures somente ocorrerá após: (a) a obtenção do registro da Oferta junto à CVM; (b) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, nos termos da Instrução CVM 400; e (c) a publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400 ("Aviso ao Mercado") e do Anúncio de Início. A colocação pública das Debêntures será realizada no mercado primário por meio do SDT e/ou do DDA.

Anteriormente ao registro da Oferta junto à CVM, os Coordenadores disponibilizarão ao público o Prospecto Preliminar, precedido da publicação do Aviso ao Mercado, não havendo, contudo, recebimento pelos Coordenadores de reservas de subscrição de Debêntures.

A colocação será pública e sob o regime de garantia firme de subscrição, com a intermediação dos Coordenadores, não existindo lotes mínimos ou máximos de investimento.

O plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores levará em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos estabelecidos no Contrato de Distribuição. Não haverá a possibilidade de reservas para subscrição ou aquisição das Debêntures durante prazo de distribuição pública.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável e a prestação de informações à Emissora, quando por ela solicitado, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (a) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (b) a adequação do investimento ao perfil de risco dos investidores; bem como (c) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa(s) designada(s) pelo Coordenador Líder e/ou pelo Votorantim, nos termos dos incisos I, II e III do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

Durante todo o Prazo de Colocação, o preço de integralização das Debêntures da Primeira Série corresponderá ao Preço de Subscrição da Primeira Série e o preço de integralização das Debêntures da Segunda Série corresponderá ao Preço de Subscrição da Segunda Série.

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

Não será: (a) constituído fundo de sustentação de liquidez; (b) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures; e/ou (c) firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures no âmbito da Oferta, seja por meio de lote adicional (nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400), seja por meio de lote suplementar (nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400).

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso qualquer dos Coordenadores eventualmente venha a subscrever Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, e tenha interesse em vender qualquer dessas Debêntures antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda de tais Debêntures será limitado ao Preço de Subscrição da Primeira Série e/ou Preço de Subscrição da Segunda Série, conforme o caso.

A revenda de Debêntures por qualquer dos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época, observada a regulamentação aplicável.

Custos da Oferta

As tabelas abaixo demonstram os custos, total e unitário, da Oferta, com base no valor na Data de Emissão:

Custo Total da Oferta	Valor (R\$)	% Valor Total da Emissão
Valor da Emissão.....	R\$250.000.000,00	100,00
Custo da Oferta.....	R\$2.543.810,00	1,02
Custo de Registro pela CVM.....	R\$165.740,00	0,07
Custo de Registro pela ANBID.....	R\$15.000,00	0,01
Comissão de Coordenação e Estruturação.....	R\$250.000,00	0,10
Comissão de Garantia Firme.....	R\$375.000,00	0,15
Comissão de Distribuição.....	R\$500.000,00	0,20
Comissão de Sucesso.....	600.000,00	0,24
Despesas com Auditores e Advogados.....	450.000,00	0,18
Despesas com Classificação de Risco.....	61.810,00	0,02
Despesas com Publicações, Impressões e Apresentações a Potenciais Investidores.....	126.260,00	0,05
Montante Líquido para a Emissora.....	247.456.190,00	98,98
Percentual do Custo da Oferta em Relação ao Valor da Emissão.....	2.543.810,00	1,02

Custo Unitário da Oferta	Valor (R\$)	% do Valor Unitário
Valor Nominal.....	10.000,00	100,00
Custo da Oferta por Debênture.....	R\$101,75	1,02
Montante Líquido para a Emissora por Debênture.....	R\$9.898,25	98,98

Além das comissões indicadas na tabela acima, não serão devidos quaisquer outros tipos de remuneração aos Coordenadores.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

Coordenador Líder

Além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI e/ou sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico. Neste contexto, a Companhia realizou operações de crédito com o Banco Bradesco S.A. com as seguintes características: (i) capital de giro de longo prazo, no valor de R\$23 milhões, com taxa de juros de CDI + 1,40 % ao ano, com vencimento em 28 de dezembro de 2009, cujo saldo devedor em 31 de outubro de 2009 era de R\$24 milhões; (ii) capital de giro de longo prazo, no valor de R\$13 milhões, com taxa de juros de CDI + 1,15% ao ano, com vencimento em 3 de dezembro de 2012, cujo saldo devedor em 31 de outubro de 2009 era de R\$13,8 milhões; (iii) 3 contratos de capital de giro de longo prazo, no montante total de R\$100 milhões, com taxa de juros de CDI + 1,05% ao ano, com vencimento em 7 de janeiro de 2013, cujo saldo devedor em 31 de outubro de 2009 era de R\$102,5 milhões; (iv) debêntures em carteira da 4ª Emissão da Companhia, no valor de R\$2,4 milhões, com remuneração de CDI + 0,85% ao ano, com vencimento em 1º de agosto de 2012, cujo saldo devedor em 31 de outubro de 2009 era de R\$2,5 milhões; (v) 2 contratos de financiamento via repasse do BNDES, no montante de R\$54,2 milhões, com taxas de juros entre TJLP + 5,20% ao ano e TJLP + 6,00%, com vencimentos em 15 de junho de 2011 e 15 de junho de 2012, respectivamente, cujo saldo devedor em 31 de outubro de 2009 era de R\$54,5 milhões; e (vi) fianças bancárias prestadas pelo Banco Bradesco S.A., no valor de R\$6,6 milhões, com taxas entre 2% ao ano e 4% ao ano, além de serviços bancários em gerais, tais como custódia, arrecadação e cobrança, além de aplicações financeiras cujo valor somavam R\$189 milhões em 31 de outubro de 2009.

Adicionalmente, parte dos recursos obtidos pela Emissora com a Oferta será utilizada no pagamento do contrato de capital de giro indicado no item (i) acima; e dos juros referentes às debêntures da 4ª emissão da Companhia, indicado no item (iv) acima. Para maiores informações sobre a destinação dos recursos da Oferta, vide seção "Destinação dos Recursos", na página 67 deste Prospecto. Entretanto, a Companhia e o Coordenador Líder entendem que as operações descritas acima não ocasionam qualquer tipo de conflitos de interesse que possam vir a comprometer ou influenciar a presente Oferta.

O Coordenador Líder atuou, ainda, como coordenador na 4ª emissão de debêntures da Companhia. Para maiores informações sobre as características da 4ª emissão de debêntures, vide seção "VI. Informações sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Contratos Financeiros – 4ª Emissão de Debêntures", na página 178 deste Prospecto.

Nem o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico receberá qualquer remuneração referente à Oferta além daquelas descritas no Contrato de Distribuição e na seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Custos da Oferta", na página 62 deste Prospecto, não havendo, ainda, qualquer conflito de interesses envolvendo o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico com a Companhia.

Além do relacionamento descrito acima, a Companhia não mantém, nesta data, com o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade do conglomerado econômico do Coordenador Líder, qualquer outro relacionamento comercial relevante, sendo que, no futuro, a Companhia pode vir a contratar com o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico operações financeiras e bancárias necessárias à condução das atividades da Companhia.

Votorantim

Além do relacionamento referente à presente Oferta, o Votorantim mantém relacionamento comercial com a Emissora e outras empresas integrantes do Grupo Endesa, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro.

Neste contexto, na data deste Prospecto, a Companhia e outras empresas integrantes do Grupo Endesa possuíam aplicações em produtos financeiros do Votorantim no montante aproximado de R\$400 milhões. A Ampla tem contratado com o Votorantim em operação de repasse BNDES, no montante de R\$50 milhões, com garantia de recebíveis, com taxa de juros TJLP + 5,20% ao ano, com vencimento em 2012, cujo saldo devedor em 31 de outubro de 2009 era de R\$38 milhões. Adicionalmente, a Coelce contratou o Votorantim para prestação de fianças bancárias no valor aproximado de R\$280 milhões, com taxas entre 0,8% e 1% ao ano.

Nem o Votorantim ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico receberá qualquer remuneração referente à Oferta além daquelas descritas no Contrato de Distribuição e na seção "Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição – Custos da Oferta", na página 62 deste Prospecto, não havendo, ainda, qualquer conflito de interesses envolvendo o Votorantim ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico com a Companhia.

Além do relacionamento descrito acima, a Companhia não mantém, nesta data, com o Votorantim ou qualquer outra sociedade do conglomerado econômico do Votorantim, qualquer outro relacionamento comercial relevante, sendo que, no futuro, a Companhia pode vir a contratar com o Votorantim ou qualquer outra sociedade de seu conglomerado econômico operações financeiras e bancárias necessárias à condução das atividades da Companhia.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Coordenador Líder

Além do relacionamento referente à Oferta, o Bradesco BBI mantém o relacionamento detalhado na seção "Informações Relativas à Oferta – Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores" na página 63 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora, ao Bradesco BBI, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

Votorantim

Além do relacionamento referente à Oferta, o Votorantim mantém o relacionamento detalhado na seção "Informações Relativas à Oferta – Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores" na página 63 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora, ao Votorantim, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

O montante líquido obtido pela Emissora com a Oferta será integralmente utilizado para o pagamento e/ou amortização de principal e/ou juros das seguintes dívidas da Companhia no período entre dezembro de 2009 e fevereiro de 2010:

		Pagamentos com recursos da Emissão Previstos (dez.09-fev.10) (R\$ mil)			
Credor		Taxa	Principal	Juros estimados em fevereiro de 2010 ⁽¹⁾	Total Estimado
I.	União dos Bancos Brasileiros S.A.....	CDI + 1,25%	46.667	2.294	48.961
II.	Bradesco S.A.....	CDI + 1,40%	23.333	1.076	24.409
III.	Banco Alfa S.A.	CDI + 0,95%	5.000	3.318	8.318
IV.	Debêntures (2ª série da 3ª emissão).....	IGP-M + 11,40%	133.623	15.297	148.920
V.	Debêntures (4ª emissão).....	CDI + 0,85%	-	17.168	17.168
Total			208.623	39.153	247.776
					100,0%

⁽¹⁾ As estimativas foram calculadas projetando o CDI e/ou o IGPM até a data de vencimento das respectivas dívidas, conforme o caso.

I. Contrato de Empréstimo nº 1420612444, celebrado entre o Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S.A. e a Emissora, em 10 de janeiro de 2007, conforme aditado em 3 de março de 2008, no valor de R\$46.667.000,00, com vencimento em 28 de dezembro de 2009.

II. Contrato de Empréstimo nº 1.804.889, celebrado entre o Banco Bradesco S.A. e a Emissora, em 10 de janeiro de 2007, no valor de R\$23.333.000,00, com vencimento em 28 de dezembro de 2009.

III. Contrato de Abertura de Crédito nº 250005874, celebrado entre o Banco Alfa de Investimentos S.A. e a Emissora, em 10 de janeiro de 2007, conforme alterado em 5 de novembro de 2007, no valor de R\$70.000.000,00, com vencimento final em 30 de julho de 2012, sendo que o pagamento do principal será feita em 6 parcelas, sendo 5 parcelas de R\$5 milhões e o saldo remanescente a ser pago na sexta parcela, vencendo-se a primeira parcela em 11 de janeiro de 2010, enquanto os juros estão sendo pagos semestralmente, desde 10 de janeiro de 2008.

IV. 11.000 debêntures da segunda série da terceira emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, emitidas em 1º de março de 2005, no valor total de R\$110.000.000,00, , que foram objeto de distribuição pública e com vencimento em 1º de março de 2010.

Em 30 de setembro de 2009 o saldo das debêntures da terceira emissão da Emissora era de R\$142,3 milhões.

V. Juros referentes à emissão de 37.000 debêntures simples da quarta emissão da Emissora, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, emitidas em 1º de agosto de 2006, no valor total de R\$370.000.000,00, que foram objeto de distribuição pública e com vencimento em 1º de agosto de 2012.

Em 30 de setembro de 2009 o saldo das debêntures da quarta emissão da Emissora era de R\$375,5 milhões.

A Oferta é realizada sob o regime de garantia firme de colocação, não havendo, portanto, formas alternativas de captação para que a Companhia atinja o seu objetivo de captação.

Conforme a tabela acima, em 30 de setembro de 2009, a estimativa do saldo total das dívidas que serão pagas com os recursos obtidos na presente Oferta era de aproximadamente R\$247,8 milhões, podendo variar em função da variação do CDI e do IGP-M. Entretanto, (i) na hipótese do montante captado através da presente Oferta ser insuficiente para que a Companhia consiga pagar as dívidas acima referidas, a diferença será quitada pela Companhia com recursos próprios obtidos de suas disponibilidades de caixa; ou (ii) na hipótese do montante captado através da presente Oferta ser mais do que suficiente para que a Companhia pague as dívidas acima referidas, o valor remanescente será utilizado para reforço do caixa da Emissora.

Para maiores informações sobre o impacto da destinação dos recursos na situação patrimonial da Companhia ver seção "Capitalização" na página 69 deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta o endividamento e a capitalização total da Companhia no período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de 2009. Essas informações foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, foi inserida uma coluna para refletir o efeito *pro forma* da emissão e colocação da totalidade das Debêntures.

A tabela seguinte deve ser analisada em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas contidas em outras seções deste Prospecto. Não houve qualquer alteração relevante na capitalização da Companhia desde 30 de setembro de 2009.

	Período de 9 meses findo em	
	30 de setembro de 2009	30 de setembro de 2009
	Real	Ajustado ⁽¹⁾
	(em milhares de Reais)	
Ativos Financeiros.....	463.009	713.009
Total de Empréstimos e Financiamentos	1.352.406	1.602.406
Curto Prazo.....	367.626	367.626
Longo Prazo	984.780	1.234.780
Endividamento Líquido.....	889.397	889.397
Patrimônio Líquido.....	1.665.652	1.665.652
Capitalização Total.....	2.555.049	2.555.049

⁽¹⁾ Considera a captação de R\$250 milhões da presente Oferta.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES

Este Prospecto contém declarações prospectivas. As declarações que apresentem natureza hipotética, que dependam de acontecimentos ou condições futuras ou que a eles se refiram ou que incluam palavras como "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "acredita", "estima", "projeta" e expressões similares são declarações prospectivas. Embora a Emissora acredite que essas declarações prospectivas sejam baseadas em pressupostos razoáveis, essas declarações estão sujeitas a vários riscos e incertezas e são feitas levando em conta as informações às quais atualmente a Emissora tem acesso.

Ademais, determinadas informações referentes ao Brasil e ao setor de energia elétrica incluídas neste Prospecto foram compiladas de dados disponíveis ao público em geral e a Emissora, as sociedades integrantes do grupo Endesa e os Coordenadores não assumem qualquer responsabilidade pela veracidade ou precisão dessas informações.

As declarações prospectivas poderão ser influenciadas por certos fatores, incluindo os seguintes:

- conjuntura geral econômica, política, financeira e comercial nos mercados de atuação da Emissora e das demais empresas de seu grupo, tanto no Brasil como no exterior, inclusive níveis de demanda e de preços;
- flutuações da taxa de juros, inflação e variações na taxa de câmbio do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América;
- nível de endividamento e correspondentes exigências de serviço da dívida da Emissora e das demais empresas de seu grupo;
- capacidade da Emissora e das demais empresas de seu grupo de obter financiamentos em termos satisfatórios;
- concorrência;
- medidas adotadas pelos principais acionistas da Emissora e das demais empresas de seu grupo;
- desfecho de processos de grande monta relativos à tributação, questões trabalhistas e outras questões legais;
- leis e regulamentos editados que afetem ou possam afetar a Emissora, as demais empresas de seu grupo econômico e suas atividades; e
- outros fatores identificados ou discutidos na Seção "Fatores de Risco", nas páginas 73 a 86 deste Prospecto.

As declarações prospectivas da Emissora não constituem garantia de desempenho futuro, podendo os resultados ou acontecimentos efetivos diferir de forma relevante das expectativas expressas nas declarações prospectivas em razão da incerteza inerente às estimativas, previsões e projeções. Em vista dessas incertezas, as declarações prospectivas não devem ser utilizadas como um parâmetro objetivo.

Potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações sobre tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como sobre as metodologias e assunções em que se baseiam as discussões sobre tendências e previsões.

Nada previsto neste Prospecto constitui, ou deve ser entendido como sendo, promessa ou garantia sobre resultados ou eventos futuros.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

III - FATORES DE RISCOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão acerca da aquisição das Debêntures, os investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações contidas na Escritura de Emissão e neste Prospecto, e, em especial, os riscos e incertezas mencionados abaixo. Os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversa e significativamente afetados por quaisquer desses riscos ou outros fatores. Os riscos descritos abaixo são aqueles de conhecimento da Companhia na data deste Prospecto. Riscos adicionais, atualmente desconhecidos ou irrelevantes, também podem ter um efeito adverso nos negócios da Companhia.

Este Prospecto contém apenas uma descrição resumida dos termos e condições das Debêntures e das respectivas obrigações assumidas pela Emissora com relação à Oferta. Para mais detalhes, os investidores devem ler a Escritura de Emissão, anexa ao presente Prospecto.

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Condições políticas e econômicas adversas podem acarretar um efeito adverso para a Companhia.

O Governo Federal intervém frequentemente na economia brasileira e, ocasionalmente, impõe mudanças drásticas na política monetária, de crédito, fiscal, dentre outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e implementar outras políticas já incluíram, dentre outras medidas, controle sobre preços e salários, desvalorização da moeda, controle de remessa de capital, limites nas importações e o congelamento de contas correntes.

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- aumentos na taxa de inflação;
- políticas cambiais;
- crescimento econômico nacional;
- instabilidade social;
- diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- políticas monetárias;
- taxas de juros;
- controles sobre importação e exportação;
- políticas fiscais e alterações na legislação tributária;
- alterações nas normas trabalhistas; e
- outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Medidas do Governo para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais doméstico, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

A crise financeira e de crédito mundial poderá afetar de maneira adversa o crescimento econômico do Brasil, limitar o acesso da Emissora aos mercados financeiros e de capitais e, conseqüentemente, prejudicar seus negócios e condição financeira.

A crise financeira e de crédito global e a conseqüente instabilidade no sistema financeiro mundial têm afetado, e poderão continuar a afetar, negativamente o crescimento econômico do Brasil. A atual crise financeira reduziu a liquidez e a disponibilidade de crédito para o financiamento da continuidade e da expansão dos negócios em todo o mundo. A escassez de liquidez e crédito, combinada com recentes e substanciais perdas nos mercados de ações em todo o mundo, inclusive no Brasil, poderá causar uma prolongada recessão mundial ou, até mesmo, uma depressão.

A Emissora poderá enfrentar problemas significativos de liquidez, caso a situação dos mercados financeiros não melhore. Sua capacidade de acesso aos mercados de capitais ou financeiro poderá sofrer restrições em um momento no qual deseje, ou precise, acessar tais mercados, o que poderá prejudicar sua capacidade de reação face a condições econômicas e comerciais adversas, bem como poderia dificultar ou impedir a realização de projetos considerados relevantes pela Companhia. Além disso, a crise financeira e de crédito poderá afetar os atuais clientes da Emissora ou a capacidade de seus fornecedores cumprirem pontualmente com entregas pactuadas, fazendo com que os mesmos venham a inadimplir suas obrigações junto à Emissora. Um agravamento da crise financeira e de crédito poderá prejudicar a demanda pelos serviços da Emissora e sua capacidade de financiar seu crescimento futuro e refinanciar dívidas pré-existentes, o que, conseqüentemente, poderia afetar adversamente os resultados operacionais e/ou a condição financeira da Emissora.

A instabilidade política pode prejudicar os resultados operacionais da Companhia.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado, as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

Nos últimos anos, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas antiéticas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional, incluem financiamento de campanhas e violações nas práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção. No período de 2007 a 2008, diversos membros do partido do atual presidente do Brasil e do Governo Federal, incluindo o presidente do partido do presidente do País, renunciaram. Não podemos prever quais serão os efeitos dessas acusações e investigações nas condições políticas e econômicas brasileiras.

A eleição presidencial acontecerá em outubro de 2010. Durante as últimas eleições presidenciais, foi observada volatilidade nas taxas de câmbio, juros, nos índices de inflação e nos preços de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. As incertezas sobre o resultado das eleições de 2010 e a especulação sobre as medidas do futuro Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os negócios e/ou resultados operacionais da Companhia.

A instabilidade da taxa de câmbio pode prejudicar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Nas últimas 4 décadas, a moeda brasileira tem se valorizado e desvalorizado periodicamente. Ao longo desse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e uma série de políticas cambiais, inclusive controles de câmbio, desvalorizações súbitas, mini desvalorizações (durante as quais a frequência dos ajustes oscilou entre diária e mensal) e sistemas de câmbio flutuante.

Nos últimos anos, houve uma volatilidade significativa do Real em relação ao Dólar e outras moedas. Por exemplo, a desvalorização do Real frente ao Dólar foi de 18,7% e 52,3% em 2001 e 2002, respectivamente. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar foi de 18,2% em 2003, 8,1% em 2004, 11,8% em 2005, 8,7% em 2006, 17,1% em 2007 e 31,9% em 2008.

A Companhia não pode garantir que o Real não sofrerá uma desvalorização ou valorização frente ao Dólar no futuro. Em 30 de setembro de 2009, a taxa cambial Real/Dólar era de R\$1,77810 por US\$1,00.

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia não possuía endividamento em moeda estrangeira e nem empréstimos com partes relacionadas. Entretanto, a desvalorização do Real frente ao Dólar aumenta os custos de compra de energia elétrica, tendo em vista que parte do suprimento de energia é proveniente da Usina de Itaipu, cuja tarifa é denominada em Dólar norte-americano. Para fins dos reajustes tarifários anuais da Emissora, as oscilações da tarifa de Itaipu decorrente da flutuação cambial são capturadas no mecanismo da CVA. Elevações abruptas da taxa de câmbio podem elevar as necessidades de capital de giro da emissora, comprometendo o seu fluxo de caixa, em período que antecede o reajuste tarifário anual, quando este valor será repassado à tarifa de energia elétrica. Adicionalmente, a desvalorização do Real frente ao Dólar também pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, dificultar o acesso aos mercados financeiros e de capitais internacionais e pode resultar na imediata intervenção do Governo Federal, incluindo políticas governamentais restritivas. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode resultar na deterioração das reservas do Brasil e de sua balança de pagamentos, bem como afetar as exportações. Qualquer uma dessas circunstâncias poderá afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como a capacidade de pagamento da Companhia com relação às Debêntures.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela política monetária do Governo Federal e/ou pelo aumento nas taxas de juros.

Em 30 de setembro de 2009, o endividamento total em aberto da Companhia era de R\$1.352,4 milhões, sendo 100% denominados em Reais dos quais 88% eram taxas de juros indexadas, principalmente, ao CDI (68%) e à TJLP (20%).

Caso o Governo Federal aumente as taxas de juros ou adote outras medidas com relação à política monetária que resultem em um aumento significativo das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia poderão aumentar significativamente, afetando adversamente a liquidez, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem afetar adversamente a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários brasileiro, bem como a condução dos negócios da Companhia.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas do Governo Federal para combatê-la tiveram um impacto significativamente negativo sobre a economia brasileira. No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Os índices de inflação anuais apurados pelo IGP-M foram de 3,8%, 7,7% e 9,8% em 2006, 2007 e 2008, respectivamente, e, de acordo com o IPCA, os índices foram de 3,1%, 4,5% e 5,9% em 2006, 2007 e 2008, respectivamente.

No período encerrado em 30 de setembro de 2009, o IGP-M apurado foi de -1,60% e o IPCA, apurado no mesmo período, foi de 3,21%.

Medidas futuras tomadas pelo Governo Federal, inclusive intervenção no mercado de câmbio e atos para ajustar ou fixar o valor do Real poderão causar aumento da inflação e produzir efeitos prejudiciais relevantes nos negócios da Companhia, incluindo um aumento nos custos de financiamento.

Caso não haja o repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para o preço das tarifas cobradas pela Companhia a seus clientes em valores suficientes e prazo hábil para cobrir os crescentes custos operacionais da Companhia, tal aumento de custos poderá afetar adversamente a Companhia. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais, que poderão ter um efeito adverso na Companhia.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variados, pelas condições de mercado em outros países da América Latina e de outras economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos de um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações.

No passado recente, eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, incluindo os da América Latina, afetaram adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo, resultando em saída significativa de recursos do País e na diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País.

Caso ocorram eventos políticos, econômicos e sociais em outros países de economia emergente que afetem relativamente o País, pelas razões indicadas acima, isso poderá ter um efeito adverso na Companhia.

Alterações nas leis tributárias brasileiras podem ter um impacto adverso nos resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias brasileiras. Estas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal. Essas medidas podem aumentar as obrigações fiscais da Companhia, o que, por sua vez, afetaria adversamente seus resultados operacionais.

Caso não haja o repasse desses tributos adicionais aos consumidores da Companhia em valores suficientes e prazo hábil, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira podem ser adversamente afetados.

O Confisco temporário ou expropriação permanente dos ativos da Emissora pode afetar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais.

A União pode retomar o serviço de distribuição de energia elétrica da Emissora em casos de razão de interesse público, mediante lei específica que autorize tal retomada e pagamento de prévia indenização. Tais razões incluem desastre natural, guerra, perturbações públicas significativas, ameaças contra a paz interna ou por razões econômicas e por outras razões relacionadas à segurança nacional. Referida situação ocasionaria efeitos adversos significativos na condição financeira e nos resultados operacionais da Emissora e não se pode garantir que a eventual compensação seja adequada ou que tal pagamento seja realizado em tempo.

A perda da Concessão pela Companhia afetaria significativamente sua capacidade de continuar suas operações, o que, consequentemente, ocasionaria um efeito adverso relevante em seu resultado operacional e/ou em sua condição financeira.

Riscos Relacionados ao Setor Elétrico Brasileiro

A Companhia está sujeita a uma abrangente legislação e regulamentação impostas pelo Governo Federal, e não tem como prever o efeito de eventuais alterações na regulamentação/legislação em vigor sobre seus negócios e resultados operacionais.

A principal atividade da Companhia, qual seja a distribuição de energia elétrica, e a de seus concorrentes são reguladas e supervisionadas pela ANEEL e pelo MME. A ANEEL, o MME e outros órgãos reguladores exerceram historicamente um importante grau de autoridade sobre os negócios da Companhia. Nos últimos anos, o Governo Federal implementou novas políticas relacionadas ao setor elétrico brasileiro. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, promulgada em 15 de março de 2004, por exemplo, regula as operações de companhias do setor elétrico, através da implementação de portarias, resoluções e outras diretrizes governamentais, devendo-se notar que tais regras poderão ser alteradas se os leilões de energia nova não garantirem a ampliação da capacidade de distribuição.

Além disso, de acordo com a legislação brasileira, a ANEEL está autorizada a regular diversos aspectos dos negócios da Companhia, inclusive com relação à necessidade de investimentos, à realização de despesas adicionais e à determinação das tarifas cobradas, bem como limitar o repasse do preço da energia comprada às tarifas cobradas pela Companhia. Na hipótese da ANEEL desconsiderar a constituição da CVA e a Companhia seja obrigada a efetuar gastos adicionais não provisionados e encontre-se impossibilitada de ajustar, tempestivamente, suas tarifas junto aos consumidores, os seus resultados podem ser adversamente afetados. Ver seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica – Reajustes e Revisões Tarifárias", na página 143.

Adicionalmente, a constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi contestada diante do STF, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o STF indeferiu as medidas cautelares das ações diretas de inconstitucionalidade, por 7 votos a 4, declarando que, em princípio, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. No entanto, o mérito das ações diretas de inconstitucionalidade ainda não foi julgado, sendo que, em 6 de janeiro de 2009, a Procuradoria Geral da República deu parecer favorável pela improcedência do pedido. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, ou uma parte significativa dela, seja declarada inconstitucional, as diretrizes regulatórias estabelecidas pela referida Lei poderão não ser eficazes, resultando em incertezas com relação a como e quando o Governo Federal será capaz de introduzir mudanças no setor elétrico. O efeito das medidas regulatórias implementadas de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o resultado dos processos judiciais em trâmite no STF e as futuras alterações regulatórias no setor elétrico brasileiro são difíceis de se prever e poderão ter um efeito adverso sobre os negócios e os resultados operacionais da Companhia. Ver seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Questionamento quanto à Constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico", na página 136 deste Prospecto.

A condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser negativamente afetados caso a ANEEL não aprove os reajustes de suas tarifas de distribuição em termos favoráveis.

As tarifas de distribuição da Companhia são estabelecidas de acordo com seu Contrato de Concessão e estão sujeitas à aprovação da ANEEL. O Contrato de Concessão estabelece um mecanismo de controle de preços que permite 3 tipos de reajustes nas tarifas de distribuição:

- o reajuste periódico anual, que tem como objetivo compensar os efeitos da inflação e repassar aos consumidores certas alterações da estrutura de custos da Companhia que estejam fora de seu controle, tais como o custo da energia elétrica que é adquirida de certas fontes e determinados impostos;
- a revisão periódica, realizada a cada 5 anos pela ANEEL, para realinhar as tarifas da Companhia com os seus custos e para fixar um índice baseado na eficiência operacional da Companhia, o qual será aplicado contra o índice de inflação dos futuros reajustes periódicos anuais, cujo objetivo é remunerar a administração eficiente dos custos da Companhia e, ao mesmo tempo, compartilhar ganhos de produtividade com os consumidores; e
- a revisão extraordinária, que pode ser pleiteada pela Companhia sempre que houver um desequilíbrio econômico e financeiro na concessão devido a uma mudança inesperada e significativa nos custos.

A Companhia não pode afirmar que os reajustes e revisões de tarifas de distribuição serão aprovados pela ANEEL em termos favoráveis. Além disso, caso esses reajustes e/ou revisões não sejam concedidos pela ANEEL em tempo hábil ou de forma integral, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente. Ver seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Principais Entidades Regulatórias - ANEEL", na página 135 deste Prospecto.

Dessa forma, na hipótese de alterações imprevistas nas condições originais de contratação, caso os reajustes tarifários ou, ainda, a aplicação da cláusula de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gerem, tempestivamente, um aumento do fluxo de caixa, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente. Para maiores esclarecimentos sobre as regras aplicáveis às tarifas às quais as distribuidoras estão sujeitas, ver seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica", na página 143 deste Prospecto.

Os reajustes sobre as tarifas aprovadas pela ANEEL estão sujeitos a contestações, o que pode afetar adversamente a receita operacional e/ou a condição financeira da Emissora.

Quaisquer revisões e reajustes tarifários por parte da Companhia estão sujeitos à aprovação pela ANEEL, bem como aos limites estabelecidos no Contrato de Concessão e na legislação brasileira aplicável, tal como a Lei de Concessões e as resoluções da ANEEL. Os índices apurados por meio dessas revisões e reajustes tarifários, ainda que homologados pela ANEEL, podem ser objeto de contestações judiciais por parte dos consumidores, da Ordem dos Advogados do Brasil, de órgãos governamentais, por meio, por exemplo, de comissões parlamentares de inquérito e por parte do Ministério Público na defesa dos interesses difusos dos consumidores da área de concessão da Companhia, dada a natureza de serviço público essencial da atividade da Companhia. Nesse sentido, mudanças metodológicas, impostas pelo poder concedente no Contrato de Concessão, relativas ao cálculo dos reajustes tarifários anuais e revisões tarifárias, além de eventuais decisões favoráveis aos questionamentos relacionados a revisões e reajustes tarifários concedidos pela ANEEL, podem afetar negativamente a imagem da Emissora, bem como sua receita operacional e condição financeira.

A Companhia pode ser penalizada pela ANEEL pelo não atendimento das obrigações contidas no Contrato de Concessão, o que pode acarretar multas e outras penalidades e, dependendo da gravidade do inadimplemento, a caducidade da Concessão.

As atividades de distribuição da Companhia são conduzidas em conformidade com o Contrato de Concessão. A ANEEL poderá impor penalidades à Companhia caso ela deixe de cumprir com qualquer disposição contida no referido contrato. As penalidades aplicáveis dependem da extensão da gravidade da não conformidade e incluem:

- advertências;
- multas por infração, limitadas a 2% do faturamento da concessionária nos doze meses anteriores à data da lavratura do auto de infração;
- impedimentos à construção de novas instalações ou à compra de novos equipamentos;
- restrições sobre a operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões;
- suspensão do repasse de recursos do poder concedente em caso de inadimplência intrasetorial;
- suspensão da aplicação de reajuste/revisão em caso de inadimplência intrasetorial;
- intervenção na administração da empresa inadimplente por parte da ANEEL; ou
- caducidade da concessão.

A ANEEL, além das penalidades descritas acima, também poderá intervir na concessão para assegurar a observância às leis e regulamentações aplicáveis.

Ainda, o Governo Federal tem autoridade para extinguir o Contrato de Concessão antes de seu término: (i) no caso de falência ou dissolução da Companhia; (ii) no caso de inexecução, total ou parcial, do Contrato de Concessão; ou (iii) caso a Companhia não atenda aos termos e às condições estabelecidas no Contrato de Concessão, bem como às obrigações legais e regulatórias aplicáveis.

O término antecipado ou a não-renovação do Contrato de Concessão, a imposição de multas ou penalidades severas por parte da ANEEL, ou a intervenção da ANEEL na Concessão, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia, sem mencionar os efeitos sobre o valor de mercado dos valores mobiliários e sua emissão, bem como sobre a sua capacidade de pagamento com relação às Debêntures.

A Concessão, por meio da qual a Companhia está autorizada a realizar atividades de distribuição, está sujeita à extinção sob certas circunstâncias, e a Companhia pode não ser capaz de recuperar o valor integral investido caso a Concessão seja extinta.

A Companhia executa suas atividades de distribuição de acordo com o Contrato de Concessão. O prazo da concessão é de 30 anos, o qual expirará em 9 de dezembro de 2026, e este poderá ser renovado caso certas condições sejam atendidas. Contudo, nos termos da Lei de Concessões, o Governo Federal tem autoridade para extinguir a concessão antes do seu término, em caso de falência ou dissolução da Companhia. A legislação brasileira também estabelece que as concessões poderão ser extintas antes de seu término por meio de uma ação de encampação, justificada pelo interesse público. De acordo com a legislação brasileira, uma encampação exigiria o pagamento antecipado de indenização por parte do Governo Federal, a título de reparação pelos prejuízos sofridos pela Companhia. A caducidade da Concessão poderá ser declarada caso a Companhia não atenda aos termos e às condições estabelecidas no Contrato de Concessão, bem como às obrigações legais e regulatórias aplicáveis.

Caso o Governo Federal declare a extinção da Concessão da Companhia antes do seu término, por qualquer motivo, a indenização a que esta tem direito pela parte não-amortizada de seu investimento poderá não ser suficiente para a recuperação do valor integral do investimento feito. Em todos os casos descritos, a extinção antecipada da Concessão da Companhia terá um efeito adverso relevante sobre os seus negócios, resultados e situação financeira, sem mencionar os efeitos sobre os valores mobiliários de sua emissão, bem como sobre a sua capacidade de pagamento com relação às Debêntures.

Estimativas incorretas da demanda de energia para as áreas de concessão de distribuição da Companhia poderão afetar adversamente os seus resultados operacionais. A Companhia pode não conseguir repassar integralmente, através de suas tarifas, os custos de compras de energia devido à necessidade de aquisição de energia elétrica por meio de contratos de curto prazo.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que as distribuidoras de energia elétrica devem contratar antecipadamente, por meio de leilões públicos, toda a demanda de energia prevista para suas áreas de concessão de distribuição para os 5 anos subsequentes. Caso a demanda prevista esteja incorreta e a Companhia adquira energia elétrica em quantidade maior ou menor do que a necessária, a Companhia pode ser impedida de repassar integralmente os custos da compra de energia aos consumidores e ficar sujeita a multas impostas pela ANEEL.

Por exemplo, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece, dentre outras restrições, que caso a energia contratada esteja aquém da real demanda de energia, além de pagamento de penalidade a ser estabelecida pela ANEEL, a Companhia compra esse déficit de energia ao preço da liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE sem poder assegurar que esse custo será repassado para as tarifas dos consumidores. Além disso, a Companhia fica também com a obrigação de compensar a defasagem com contratos de compra de energia com prazos menores (que normalmente são negociados com preços maiores), o que impossibilitaria a Companhia de repassar integralmente aos consumidores os custos adicionais resultantes dessas compras. Adicionalmente, caso a energia contratada exceda a real demanda de energia em mais de 3,0%, a Companhia também estará impossibilitada de repassar esses custos excedentes aos consumidores, sendo que esse excedente de energia é negociado na liquidação financeira da CCEE ao preço da liquidação, podendo resultar em perda para a Companhia caso o preço da liquidação seja inferior ao custo de compra. Para maiores informações, vide seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico – O Ambiente de Contratação Regulada – ACR", na página 138 deste Prospecto.

A Companhia não pode garantir que sua previsão para a demanda de energia será correta. Caso haja variações significativas entre as previsões de demanda de energia e o volume de energia adquirida, os resultados de suas operações poderão ser afetados adversamente.

Além disso, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico limita a capacidade de repassar o custo da energia adquirida pela Companhia aos consumidores, caso esses custos excedam o Valor de Referência Anual estabelecido pela ANEEL, conforme definido na seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Comercialização de Energia Elétrica no Brasil", na página 133 deste Prospecto, o que, consequentemente, poderia afetar os resultados operacionais e/ou a condição financeira da Companhia.

Um novo racionamento de energia, em função da falta de investimentos em expansão da capacidade de geração de energia e/ou condições hidrológicas adversas podem afetar negativamente o faturamento e a geração de caixa da Companhia.

A energia hidrelétrica é uma das principais fontes de eletricidade do Brasil. A baixa média pluviométrica nos anos anteriores a 2001 acarretou redução dos níveis dos reservatórios e baixa capacidade hidrelétrica nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. O programa de racionamento determinou uma redução no consumo de energia elétrica de consumidores industriais, comerciais e residenciais da ordem de 15% a 25% entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.

O faturamento da Companhia entre junho de 2001 e fevereiro de 2002 (período do racionamento) foi 10% inferior a igual período iniciado em junho de 2000 e 33% inferior a igual período iniciado em junho de 2002. A geração de caixa da Companhia também foi afetada negativamente durante o racionamento.

A falta de investimentos em expansão da capacidade de geração de energia, somada à diminuição do nível de água dos reservatórios brasileiros, podem levar o Governo Federal a tomar novas medidas para redução do consumo de energia que poderão ter um impacto negativo na economia brasileira, no faturamento e na geração de caixa da Companhia.

Tendo em vista que uma parte substancial dos ativos da Companhia é dedicada ao fornecimento de um serviço público essencial, esses ativos não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência, e não estarão sujeitos a penhora para garantia de juízo.

Parte substancial dos ativos da Companhia é considerada como dedicada ao fornecimento de serviço público essencial pelos tribunais brasileiros. Deste modo, esses ativos não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantia de juízo e, nesses casos, de acordo com os termos da Concessão e da legislação brasileira, serão revertidos para o Governo Federal.

A indenização recebida pela Companhia poderá ser menor do que o valor de mercado dos ativos. Essas restrições à liquidação e penhora poderão diminuir significativamente os valores a que os investidores da Companhia teriam direito em caso de liquidação, além de poder ter efeito adverso sobre a capacidade da Companhia de obter financiamentos, o que, consequentemente, afetaria de forma adversa os resultados operacionais e/ou a condição financeira da Companhia.

O projeto de Reforma das Agências Reguladoras pode afetar a competência da ANEEL.

Há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão, que deverão ser firmados entre as agências reguladoras e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e (ii) de ouvidoria nas agências reguladoras, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da agência reguladora, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República.

Não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Companhia.

Projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional poderão alterar a Lei de Concessões e Lei Federal nº 9.427/96.

Tramita no Congresso Nacional o projeto de lei nº 3.245/2008, que visa acrescentar o artigo 13-A à Lei de Concessões, o qual preverá que a prestação de serviços públicos essenciais aos consumidores de baixa renda será subsidiada por meio da instituição de tarifa social. O parágrafo único do artigo 13-A ainda definirá o fornecimento de energia elétrica como serviço público essencial.

Também tramita no Congresso Nacional o projeto de lei nº 4.942/2009 que, se aprovado, poderá dificultar o procedimento de suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento. Assim, a suspensão do fornecimento de energia somente será admitida mediante sentença judicial, quando frustrados os meios ordinários de cobrança, devendo ser comunicada com antecedência mínima de 15 dias ao poder público local ou ao Poder Executivo Estadual, quando puder prejudicar a prestação de serviço público ou essencial à população.

As alterações em discussão, se aprovadas, poderão afetar negativamente as empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Companhia.

Modificações nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente os resultados da Emissora.

Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (conversão, em lei, da MP nº 449/08), que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matérias contábeis, em vigência desde 1º de janeiro de 2008. A Lei nº 11.638/07 teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis, emitidas por entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria sejam adotadas, no todo ou em parte, pela CVM.

Em decorrência da promulgação da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, inclusive por conta das MP que lhes deram origem, durante o ano de 2008 foram editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC diversos pronunciamentos com aplicação obrigatória para o encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Adicionalmente, em continuidade a esse processo de convergência, poderão ser editados novos pronunciamentos contábeis os quais podem eventualmente trazer impactos relevantes sobre o resultado das operações da Companhia. Apesar do CPC divulgar uma agenda para aprovação dos novos pronunciamentos, a Companhia não tem controle e não pode prever quais serão os novos pronunciamentos contábeis a serem emitidos em face do IASB estar continuamente revisitando os procedimentos e também possuir uma agenda de harmonização com o USGAAP. Demonstrações contábeis a serem futuramente elaboradas pela Companhia poderão eventualmente vir a ser alteradas de forma a afetar a apuração dos resultados da Companhia de maneira relevante em decorrência de diversos pronunciamentos contábeis previstos para serem emitidos pelo CPC e normatizados pela CVM no decorrer dos exercícios de 2009 e 2010.

Para maiores informações sobre o assunto, vide seção "Apresentação das Informações Financeiras – Alinhamento com Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS – Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08", na página 89 deste Prospecto.

Com relação ao setor de energia elétrica, até 30 de setembro de 2009, existia uma indefinição com relação à forma de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, bem como à contabilização dos ativos fixos relacionados à concessão do serviço de distribuição de energia elétrica (vide seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica – Reajustes e Revisões Tarifárias", na página 143 deste Prospecto), tendo em vista que a regulamentação específica sobre estes assuntos está em processo de análise e aprovação pelos órgãos reguladores brasileiros para emissão em futuro próximo.

A modificação de referidas normas contábeis relacionadas ao setor de energia elétrica pode produzir impactos relevantes nas demonstrações financeiras das empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Emissora, com possível efeito em seus resultados contábeis, incluindo possíveis impactos nas bases de distribuição de dividendos, bem como no caso da Emissora na manutenção de índices financeiros por ela assumidos no âmbito da Oferta e em alguns outros contratos financeiros.

A fiscalização do Tribunal de Contas da União Federal nos procedimentos adotados pela ANEEL poderá afetar adversamente a metodologia de revisão e reajuste de tarifas de energia elétrica.

O Tribunal de Contas da União acompanhou e fiscalizou o procedimento de revisão tarifária de algumas empresas do setor elétrico, conduzido pela ANEEL no ano de 2003, e proferiu acórdãos nos processos referentes às empresas Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A., Light e Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, nos quais elaborou diversas considerações, críticas e determinações à ANEEL, referentes à metodologia da revisão. Caso o Tribunal de Contas da União venha a fiscalizar o procedimento de revisão tarifária da Companhia, o seu respectivo posicionamento poderá afetar adversamente a metodologia de revisão e reajuste da Companhia, afetando, consequentemente, o resultado operacional e a condição financeira da Companhia.

Riscos Relacionados à Companhia

A insuficiência de indenização por parte do Governo Federal na hipótese de extinção da concessão e bens reversíveis da Emissora, pode causar um efeito relevante adverso sobre os negócios, resultados e situação financeira da Emissora, bem como sobre seu valor de mercado e sua capacidade de pagamento com relação às Debêntures.

O Governo Federal tem autoridade para extinguir as concessões da Emissora antes do seu término em caso de falência ou dissolução da Emissora. A legislação brasileira também estabelece que as concessões poderão ser extintas antes de seu término por meio de uma ação de encampação, justificada pelo interesse público. De acordo com a legislação brasileira, uma encampação exigiria o pagamento antecipado de indenização por parte do Governo Federal, a título de reparação pelos prejuízos da Emissora. Adicionalmente, em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou da legislação aplicável, a Emissora estará sujeita à caducidade das concessões, ou seja, tais concessões poderão ser extintas por decretos dos poderes concedentes e após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. Declarada a caducidade, o Poder Concedente não é responsável por quaisquer encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados das concessionárias. Em todos os casos aqui descritos, a extinção antecipada da concessão terá um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados e situação financeira da Emissora, bem como sobre seu valor de mercado e sua capacidade de pagamento com relação às Debêntures.

A Emissora está sujeita a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas, as quais podem afetar de forma adversa os seus resultados e/ou sua condição financeira.

A Emissora é parte em diversos processos judiciais e administrativos movidos no curso regular de seus negócios. Esses processos referem-se, entre outros assuntos, a ações fiscais, trabalhistas e cíveis. Em 30 de setembro de 2009, as contingências decorrentes de processos judiciais e administrativos nos quais a Emissora figurava como parte correspondiam aproximadamente a R\$4,39 bilhões, dos quais R\$496 milhões encontravam-se provisionados.

Uma decisão adversa referente a qualquer procedimento administrativo ou processo judicial existente, ou mesmo futuro, poderá ter um efeito adverso relevante sobre os negócios da Emissora, seus resultados e/ou sobre sua condição financeira. Para maiores informações sobre as pendências judiciais e administrativas da Companhia, vide seção "Pendências Judiciais e Administrativas", na página 195 deste Prospecto.

A terceirização de parte substancial das atividades da Emissora pode ter um efeito adverso relevante nos seus resultados e/ou na sua condição financeira caso tal terceirização venha a ser considerada como vínculo empregatício para fins da legislação aplicável ou caso venha a ser considerada ilegal pelo Poder Judiciário.

Em 30 de setembro de 2009, a Emissora tinha em vigor contratos com 24 empresas terceirizadas, prestadoras de serviços vinculados à parte operacional da Emissora, envolvendo cerca de 6.400 colaboradores de tais empresas, prestando diversos serviços para a Emissora, dentre eles corte e religamento de energia elétrica, manutenção de redes, normalização e leitura, dentre outros. Esses serviços representam atualmente um custo médio mensal para a Emissora de R\$14,5 milhões.

Na hipótese de uma ou mais das referidas empresas não cumprirem com quaisquer de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e/ou fiscais, a Emissora pode vir a ser condenada judicialmente a arcar com tais obrigações caso os prestadores de serviços contratados pela Emissora sejam considerados empregados da Emissora para fins da legislação trabalhista aplicável. Caso isto ocorra, os resultados e/ou a condição financeira da Emissora poderão ser significativamente afetados de forma adversa.

Além disso, o Tribunal Superior do Trabalho, em recurso julgado recentemente pela Subseção Especializada em Dissídios Individuais em face da Centrais Elétricas de Goiás - CELG, decidiu pela impossibilidade de terceirização de algumas atividades consideradas "atividades-fim" da referida companhia. Caso o entendimento do TST no julgamento mencionado acima seja mantido em julgamentos futuros, inclusive naqueles relativos às atividades desenvolvidas pela Companhia, a Companhia poderá ser obrigada a substituir os terceirizados por ela contratados, o que poderá acarretar custos significativos para a Companhia, afetando, conseqüentemente, de forma relevante e adversa os seus resultados operacionais e/ou a sua condição financeira.

A Companhia tem responsabilidade objetiva por quaisquer prejuízos resultantes da inadequada prestação de serviços de distribuição de energia elétrica. As apólices de seguros da Companhia poderão não cobrir inteiramente prejuízos resultantes da inadequada prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia, na qualidade de prestadora de serviços públicos, tem responsabilidade objetiva por quaisquer prejuízos diretos e indiretos resultantes da inadequada prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, tais como interrupções abruptas no suprimento ou interferências de voltagem.

A Companhia contrata seguro de risco operacional para cobertura de perdas resultantes de incêndio, raio, explosões, enchentes, quebra de maquinário, dano elétrico e queda de energia elétrica em todas as subestações, prédios e instalações, bem como para perdas materiais e pessoais resultantes de acidentes de trânsito. A Companhia contrata também seguro de responsabilidade civil para a cobertura de danos pessoais e materiais causados a terceiros e contrata, ainda, apólices de seguro de transporte nacional e internacional, cobrindo os riscos nos transportes dos equipamentos nacionais e importados. As apólices de seguros da Companhia poderão não ser suficientes para a cobertura integral de todos os passivos que poderão surgir no decorrer dos negócios da Companhia.

Caso as diretrizes de administração de riscos futuros do Grupo Endesa exijam a diminuição da cobertura dos seguros abaixo dos níveis atuais, ou caso a Companhia não seja capaz de contratar seguros em termos comparáveis aos atuais, o resultado das operações da Companhia poderá ser adversamente afetado caso esta incorra em passivos que não estejam totalmente cobertos por suas apólices de seguro. Para maiores informações sobre os seguros da Companhia, vide seção "Atividades da Companhia – Seguros", na página 181 deste Prospecto.

As disposições restritivas dos contratos de financiamento da Emissora podem afetar adversamente a capacidade de operar seus negócios e de efetuar os pagamentos relativos às Debêntures.

Os contratos de financiamento que regem as dívidas da Emissora contêm restrições e limitações que poderiam restringir significativamente a forma pela qual a Emissora opera seus negócios. Por exemplo, a Emissora é obrigada a observar disposições de *cross default*, restrições à sua capacidade de contratar novas dívidas, bem como determinados índices financeiros. Qualquer inadimplemento dos contratos financeiros pode levar os credores a exigir o pagamento do valor devido imediatamente e, ainda, pode causar o vencimento antecipado de outros contratos financeiros celebrados pela Emissora, o que poderia influenciar negativamente a capacidade de a Emissora honrar com seus compromissos financeiros, inclusive com os pagamentos relativos às Debêntures.

Se a Emissora não conseguir controlar com sucesso as suas perdas de energia, os resultados de suas operações e sua situação financeira poderão ser adversamente afetados.

A Emissora sofre 2 tipos de perdas de energia: técnicas e comerciais. As perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso normal da atividade de distribuição de energia elétrica. As perdas comerciais são resultantes de ligações ilegais e fraude por parte dos Consumidores, ou seja, configuram o furto de energia elétrica. As perdas totais (média móvel de 12 meses) de energia da Emissora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e no período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de 2009 foram de 20,22% e 20,90%, respectivamente. A Emissora não pode assegurar que as estratégias a serem implementadas para combater perdas de energia elétrica serão eficazes. Uma parcela de suas perdas de energia elétrica não poderá ser repassada por meio de aumento das tarifas, e não é possível assegurar que as medidas do Governo em resposta a uma possível escassez de energia no futuro, bem como um aumento nas perdas de energia, não venham a afetar adversamente a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora.

Adicionalmente, devido às perdas técnicas e comerciais, o montante de eletricidade comprado pela Companhia é superior ao montante entregue e cobrado dos consumidores. Tal fato aumenta os custos de aquisição de eletricidade da Companhia, o que gera um efeito adverso nas margens operacionais da Companhia em razão de a Companhia poder não conseguir repassar integralmente aos consumidores tais custos adicionais.

Se a Emissora não conseguir controlar com sucesso a inadimplência de seus clientes, os resultados de suas operações e sua situação financeira poderão ser adversamente afetados.

Em 30 de setembro 2009, o saldo total das contas vencidas era de aproximadamente R\$361 milhões enquanto o índice de cobrabilidade da Companhia, medida como valores arrecadados sobre valores faturados, com relação aos últimos doze meses da data de apuração, obteve um resultado equivalente a 98,77%, conforme seção "Atividades da Companhia – Procedimentos de Cobrança", na página 159 deste Prospecto.

A Emissora não pode assegurar que conseguirá implementar todas as ações necessárias para reduzir o inadimplemento de seus clientes, e tampouco que, uma vez implementadas, tais medidas garantirão a eliminação da inadimplência.

Adicionalmente, o corte de fornecimento de energia pela Companhia em caso de inadimplemento dos seus clientes pode ser questionado na justiça e, ainda, discute-se no legislativo a possibilidade de alteração nos procedimentos de corte de energia permitido às distribuidoras de energia, sendo que não há como assegurar que decisões judiciais contrárias à Emissora com relação ao corte de fornecimento de energia e/ou que alterações nos procedimentos de corte de energia não ocasionarão efeitos adversos aos negócios e à situação financeira da Emissora.

O aumento dos índices de inadimplência da Emissora podem afetar a arrecadação da Emissora, o que, consequentemente, poderá afetar a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

Parcela das receitas da Emissora foi empenhada e/ou onerada em favor de seus credores, nos termos de determinados contratos financeiros e de fornecimento de energia.

Em 30 de setembro de 2009 a Companhia tinha 47,2% de suas receitas operacionais líquidas empenhada e/ou onerada em favor de determinados credores, nos termos de determinados contratos financeiros e contratos de fornecimento de energia (vide seções "Atividades da Companhia – Contratos Financeiros" e "Atividades da Companhia – Garantias sobre o faturamento da Companhia", nas páginas 175 e 181 deste Prospecto). Em caso de inadimplemento de tais contratos, as receitas oneradas poderão ser utilizadas para quitar obrigações vencidas da Emissora, o que poderá afetar adversamente a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora.

Os recursos alocados pela Companhia para atender às suas obrigações previdenciárias podem ser inferiores ao valor estimado de tais obrigações e, dessa forma, a Companhia talvez precise fazer contribuições adicionais aos planos de previdência complementar de seus empregados.

Os passivos relativos aos planos de previdência complementar dos empregados da Companhia alcançaram R\$238 milhões em 30 de setembro de 2009, estando 100% deste valor provisionado. Contudo, as estimativas atuariais da Companhia podem não estar corretas e pode haver reduções a longo prazo nas taxas de juros, nos valores de mercado dos valores mobiliários mantidos pelos planos ou outras mudanças adversas. Caso isso ocorra, a posição de planos de previdência complementar dos empregados da Companhia pode ser significativamente prejudicada, afetando, portanto, a periodicidade e o nível crescente das contribuições a serem feitas pela Companhia aos planos de previdência de seus empregados, o que por sua vez pode afetar os resultados e a capacidade de pagamento da Companhia.

O não cumprimento da legislação ambiental aplicável ou de determinações judiciais ou administrativas relacionadas à Emissora referentes à aspectos ambientais, bem como a criação de regulamentação ambiental mais rigorosa, poderá causar impacto adverso relevante na imagem, no resultado operacional e/ou na condição financeira da Companhia.

Os equipamentos, instalações e operações da Companhia estão sujeitos à legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal, bem como à fiscalização por agências governamentais responsáveis pela verificação de cumprimento dessa legislação e pela implementação de políticas ambientais e de segurança do trabalho. Essa legislação inclui, por exemplo, a necessidade de obtenção de licenças para a instalação e operação de determinados equipamentos e atividades, a obrigatoriedade de obtenção de autorizações para a supressão de vegetação e intervenções em áreas protegidas, bem como para o armazenamento, tratamento e destinação final adequada de resíduos. Tais agências podem impor sanções administrativas contra a Companhia em virtude de não-atendimento da legislação aplicável. Essas sanções poderão incluir, entre outras, a imposição de multas, o embargo de obras ou de atividades, a suspensão parcial ou total da atividade, bem como a suspensão ou cancelamento de licenças concedidas, a perda ou restrições de incentivos fiscais, linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito e a proibição de contratar com o poder público. Caso a legislação ambiental e de segurança do trabalho se torne mais rigorosa, a Companhia poderá ser forçada a aumentar os gastos com investimentos para atender a esta legislação. A demora ou a recusa dos órgãos ambientais em emitir ou renovar licenças ou autorizações, ou a incapacidade da Companhia de obter as licenças ambientais pertinentes e/ou renovar as licenças ambientais atualmente existentes, bem como de atender às exigências formuladas pelos órgãos ambientais para tal finalidade, pode impedir o início ou a continuidade de serviços prestados pela Companhia. Tais fatos podem afetar de maneira adversa a situação financeira e/ou resultado operacional da Companhia.

Além disso, a inobservância, pela Companhia, da legislação ambiental pode acarretar, além da obrigação de reparar danos diretos e indiretos que eventualmente sejam causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, a aplicação de sanções de natureza penal contra a Companhia e seus administradores, que podem incluir, no caso das sanções impostas contra a Companhia, a imposição de multas, a suspensão parcial ou total da atividade e a proibição de contratar com o poder público ou dele obter subsídios, subvenções e doações, podendo ter impacto negativo nas receitas da Companhia ou, ainda, inviabilizar a captação de recursos junto ao mercado financeiro. A personalidade jurídica da Companhia poderá também ser desconsiderada para garantir a reparação dos danos ambientais que porventura a Companhia venha a causar.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância pela Companhia da legislação ambiental, assim como o descumprimento de termos de ajustamento de conduta, termos de compromisso e/ou acordos judiciais por ela celebrados poderá causar impacto adverso relevante na imagem, no resultado operacional e/ou na condição financeira da Companhia.

Riscos Relacionados às Debêntures

A espécie das Debêntures é quirografária.

As Debêntures são quirografárias, não contando com garantias ou preferências. Em caso de liquidação da Emissora, os créditos das Debêntures serão realizados preferencialmente apenas sobre os créditos dos acionistas, após o pagamento de todos os demais credores da Emissora.

A taxa de juros estipulada nas Debêntures pode ser questionada em decorrência da Súmula nº 176 do STJ.

O STJ editou a Súmula nº 176 declarando ser "nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP". De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBID quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras.

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas com base na Taxa DI. Assim, embora a referida súmula não vincule as decisões do Poder Judiciário, existe a possibilidade de, em uma eventual disputa judicial, a referida Súmula ser aplicada pelo Poder Judiciário por considerar que a Taxa DI, divulgada pela CETIP, não é válida como fator de remuneração das Debêntures da Primeira Série. Nesse caso, o índice que vier a ser estipulado pelo Poder Judiciário poderá conceder aos titulares das Debêntures da Primeira Série uma remuneração inferior à da Taxa DI, prejudicando a rentabilidade das Debêntures da Primeira Série.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.

Atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de Debêntures. Os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário, bem como pode afetar o preço de venda destes títulos.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta e/ou à Emissora durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às respectivas Debêntures, tais como pedido de recuperação judicial ou de autofalência pela Emissora, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, perda da Concessão e vencimento antecipado de outras dívidas. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante nos seus resultados e operações. Para mais informações, vide seção "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado", na página 55 deste Prospecto e na página 225 do "Anexo A – Escritura de Emissão das Debêntures" deste Prospecto.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado a exclusivo critério da Emissora ou na hipótese da Indisponibilidade da Taxa DI ou do IPCA.

Uma vez que (i) as Debêntures poderão, a exclusivo critério da Emissora, ser objeto de resgate antecipado, a partir de 15 de junho de 2011 para as Debêntures da Primeira Série e a partir de 15 de dezembro de 2012 para as Debêntures da Segunda Série, mediante pagamento do prêmio previsto na seção "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures", na página 47 deste Prospecto, e (ii) na hipótese em que não haja acordo sobre o (ii.a) novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série, na hipótese da indisponibilidade da Taxa DI e/ou (ii.b) novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série, na hipótese da indisponibilidade do IPCA, conforme seções "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Indisponibilidade da Taxa DI", na página 51 deste Prospecto e "Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures – Indisponibilidade do IPCA", na página 52 deste Prospecto, os adquirentes das Debêntures poderão sofrer prejuízos financeiros em decorrência de tal resgate, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto Definitivo contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que refletem as opiniões da Emissora em relação ao desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Emissora seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção "Fatores de Risco" e/ou em outras seções deste Prospecto Definitivo. As expressões "acredita que", "espera que" e "antecipa que", bem como outras expressões similares identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Emissora e não tomar decisões de investimento exclusivamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo disposto na regulamentação aplicável. A não concretização das perspectivas do futuro da Emissora podem gerar um impacto negativo relevante nos resultados e operações da Companhia.

IV - INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA

- Apresentação das Informações Financeiras
- Informações Financeiras Seleccionadas da Companhia
- Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Todas as referências aqui contidas a "Real", "Reais" ou "R\$" constituirão referências à moeda oficial do Brasil. Referências a "Dólar", "Dólares", "Dólares norte-americanos" ou "US\$" constituirão referências a Dólares dos Estados Unidos da América.

Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os dados financeiros selecionados de 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 são provenientes das demonstrações financeiras auditadas incluídas neste Prospecto. Os dados financeiros selecionados e relativos aos períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2009 e 2008 são provenientes de informações financeiras intermediárias (ITR) da Emissora revisadas incluídas neste Prospecto.

As demonstrações financeiras da Emissora foram elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Alinhamento com Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS – Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08

Em dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, a qual modifica as disposições da Lei das Sociedades por Ações, estabelecendo diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), atribuindo à CVM amplo poder normativo para regular a matéria para as companhias abertas.

Em 3 de dezembro de 2008, foi editada a MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), com força de lei, que instituiu o RTT – Regime Tributário Transitório de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei das Sociedades por Ações.

Os impactos das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09) estão sendo apresentados nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras da Emissora, as quais se encontram anexas a esse Prospecto.

Foram adotados os dispositivos constantes da Lei 11.638/07 e da MP 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09) para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, tendo como base as orientações da CVM e/ou das normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), estabelecendo a data de transição em 1º de janeiro de 2008, conforme opção constante da Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008.

As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil. Entretanto, conforme facultado pela referida deliberação da CVM, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações financeiras apresentadas para fins comparativos. Para maiores informações sobre a Lei nº 11.638/07 e os respectivos impactos de sua adoção, vide a seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Alteração da legislação societária brasileira", na página 97 deste Prospecto.

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, foram auditadas pela Canarim Auditores Associados segundo as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, foram auditadas pela Canarim Auditores Associados, segundo as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e respectivas notas explicativas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Em adição, fazendo referência ao "Fatores de Riscos – Modificações nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente os resultados da Emissora", na página 81 deste Prospecto, que aborda a questão da indefinição com relação à forma de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, e possíveis impactos na demonstração de resultados, cabe mencionar que os efeitos associados à contabilização da CVA seriam entre os reajustes tarifários, de modo que o efeito em um exercício social seria compensado no exercício subsequente por força do reajuste tarifário anual.

Demonstrações Financeiras da Emissora

As informações financeiras apresentadas neste Prospecto referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e as informações financeiras referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos trimestres findos em 30 de setembro de 2008 e de 2009, foram extraídas das demonstrações financeiras da Emissora.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios apresentados, e foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Emissora referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foi emitido sem ressalvas.

As demonstrações financeiras da Emissora referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 foram auditadas pela Canarim Auditores Associados de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. As demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07. As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os exercícios apresentados.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Emissora referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 inclui parágrafos de ênfase, sobre as alterações das práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007.

As informações financeiras trimestrais da Emissora referentes aos trimestres encerrados em 30 de setembro de 2009 e de 2008 foram revisadas pela Canarim Auditores Associados de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON e em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade. As informações financeiras trimestrais relativas ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2009 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07. As informações financeiras trimestrais referentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2008 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, o que pode afetar a comparabilidade entre os períodos apresentados.

O relatório de revisão especial sobre as informações financeiras trimestrais da Emissora relativas aos trimestres findos em 30 de setembro de 2009 e de 2008 inclui parágrafo de ênfase sobre as alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e que foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção inicial somente foram contabilizados pela Companhia durante o quarto trimestre de 2008 e divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008.

Arredondamentos

Alguns dos valores constantes deste Prospecto foram submetidos a ajustes e arredondamentos. Consequentemente, totalizações numéricas incluídas em algumas tabelas podem não representar exatamente a soma aritmética dos valores que as precedem.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA COMPANHIA

A presente seção contém informações financeiras selecionadas da Emissora e, portanto, não possui todas as informações financeiras que deverão ser analisadas pelos investidores antes de se tomar uma decisão de investimento nas Debêntures objeto da Oferta. A leitura da presente seção não substitui a leitura da seção "Análise e Discussão sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Resultados Operacionais da Emissora", na página 97 deste Prospecto.

Esta seção contempla a discussão e análise da administração sobre as demonstrações financeiras da Emissora e é baseada nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e aos períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2008 e 2009, que foram auditadas ou revisadas, conforme o caso, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, e respectivas notas explicativas e demais informações financeiras incluídas neste Prospecto, devendo ser lida em conjunto com as mesmas. Adicionalmente, esta seção contempla determinadas informações operacionais da Emissora.

As informações financeiras apresentadas nesta seção e referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados da Emissora foram extraídas de suas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, salvo se de outra forma indicado na seção "Apresentação das Informações Financeiras", na página 89 deste Prospecto, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e para os períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009, anexas a este Prospecto.

As demonstrações financeiras incluídas neste Prospecto, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 foram auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, conforme disposto na seção "Apresentação das Informações Financeiras – Demonstrações Financeiras da Emissora", na página 89 deste Prospecto.

As demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008 foram auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil pela Canarim Auditores Associados. As Informações Trimestrais (ITR) da Emissora incluídas neste Prospecto, referentes aos períodos de 30 de setembro de 2008 e 2009 foram revisadas pela Canarim Auditores Associados, conforme disposto na seção "Apresentação das Informações Financeiras – Demonstrações Financeiras da Emissora", na página 89 deste Prospecto.

As tabelas abaixo apresentam um sumário das demonstrações financeiras e do balanço patrimonial da Emissora para os períodos ali indicados.

Demonstração de Resultado da Emissora

30 de setembro de 2009 e 2008

	2009	30 de setembro de (R\$ mil) AV ⁽¹⁾	2008	AV ⁽¹⁾	09/08 ⁽²⁾
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.070.284	100,0%	2.844.723	100,0%	7,9%
Consumidores, concessionários e permissionários	2.849.175	92,8%	2.656.219	93,4%	7,3%
Fornecimento não faturado	(9.821)	-0,3%	(581)	0,0%	1590,4%
Baixa renda	106.297	3,5%	87.369	3,1%	21,7%
Ativo regulatório	(84.227)	-2,7%	(78.949)	-2,8%	6,7%
Suprimento de energia elétrica	21.147	0,7%	16.588	0,6%	27,5%
Disponibilidade da rede elétrica	124.496	4,1%	106.971	3,8%	16,4%
Outras receitas	63.217	2,1%	57.106	2,0%	10,7%
Deduções da Receita Bruta	(1.112.560)	-36,2%	(1.028.787)	-36,2%	8,1%
ICMS	(737.626)	-24,0%	(692.741)	-24,4%	6,5%
PIS	(33.058)	-1,1%	(32.884)	-1,2%	0,5%
COFINS	(152.187)	-5,0%	(140.802)	-4,9%	8,1%
ISS	(1.997)	-0,1%	(2.174)	-0,1%	-8,1%
Quota para reserva global de reversão	(37.334)	-1,2%	(37.006)	-1,3%	0,9%
Subvenções CCC/CDE	(130.690)	-4,3%	(105.224)	-3,7%	24,2%
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	(19.668)	-0,6%	(17.956)	-0,6%	9,5%
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.957.724	63,8%	1.815.936	63,8%	7,8%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.401.950)	-45,7%	(1.200.167)	-42,2%	16,8%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.071.124)	-34,9%	(890.257)	-31,3%	20,3%
Encargos de uso de rede de transmissão	(11.991)	-0,4%	(10.676)	-0,4%	12,3%
Pessoal	(45.699)	-1,5%	(51.999)	-1,8%	-12,1%
Entidade de previdência privada	(2.612)	-0,1%	(2.667)	-0,1%	-2,1%
Material	(6.157)	-0,2%	(4.250)	-0,1%	44,9%
Serviço de terceiros	(130.980)	-4,3%	(112.373)	-4,0%	16,6%
Depreciação e amortização	(123.221)	-4,0%	(118.956)	-4,2%	3,6%
Outras	(10.166)	-0,3%	(8.989)	-0,3%	13,1%
Resultado Bruto	555.774	18,1%	615.769	21,6%	-9,7%
Despesas/Receitas Operacionais	(371.799)	-12,1%	(374.816)	-13,2%	-0,8%
Com Vendas	(82.843)	-2,7%	(46.134)	-1,6%	79,6%
Provisão p/credito de liquidação duvidosa	(11.943)	-0,4%	69.779	2,5%	-117,1%
Perda com títulos incobráveis	(54.762)	-1,8%	(84.074)	-3,0%	-34,9%
Pessoal (inclui previdência privada)	(9.760)	-0,3%	(7.558)	-0,3%	29,1%
Material	(4.792)	-0,2%	(5.201)	-0,2%	-7,9%
Serviços de terceiros	(1.478)	0,0%	(18.986)	-0,7%	-92,2%
Outras	(108)	0,0%	(94)	0,0%	14,9%
Gerais e Administrativas	(205.554)	-6,7%	(201.528)	-7,1%	2,0%
Despesas gerais e administrativas	(100.794)	-3,3%	(131.838)	-4,6%	-23,5%
Encargo de serviços do sistema	(57.375)	-1,9%	2.371	0,1%	-2519,9%
Taxa de fiscalização ANEEL	(4.989)	-0,2%	(4.995)	-0,2%	-0,1%
Depreciação e amortização	(4.481)	-0,1%	(4.675)	-0,2%	-4,1%
Outras	(17.048)	-0,6%	(21.382)	-0,8%	-20,3%
Provisão para contingências	(20.867)	-0,7%	(41.009)	-1,4%	-49,1%
Financeiras	(83.402)	-2,7%	(127.154)	-4,5%	-34,4%
Resultado Operacional	183.975	6,0%	240.953	8,5%	-23,6%
Resultado Antes Tributação/Participações	183.975	6,0%	240.953	8,5%	-23,6%
Provisão para IR e Contribuição Social	(62.934)	-2,0%	(82.004)	-2,9%	-23,3%
Provisão para IR e Contribuição Social	(65.268)	-2,1%	(64.444)	-2,3%	1,3%
IR Diferido	2.334	0,1%	(17.560)	-0,6%	-113,3%
Participações/Contribuições Estatutárias	(1.290)	0,0%	-	-	n/a
Lucro/Prejuízo do Período	119.751	3,9%	158.949	5,6%	-24,7%

(1) Indicam percentuais de representatividade das linhas em relação à receita bruta de vendas, respectivamente

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados

	31 de dezembro de (R\$ mil)							
	2008	AV ⁽¹⁾	2007	AV ⁽¹⁾	2006	AV ⁽¹⁾	08/07 ⁽²⁾	07/06 ⁽²⁾
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.837.723	100,0%	3.396.779	100,0%	3.294.152	100,0%	13,0%	3,1%
Consumidores, concessionários e permissionários	3.565.672	92,9%	3.142.218	92,5%	3.023.630	91,8%	13,5%	3,9%
Fornecimento não faturado	19.707	0,5%	1.763	0,1%	35.070	1,1%	1017,8%	-95,0%
Baixa renda	113.662	3,0%	93.553	2,8%	54.326	1,6%	21,5%	72,2%
Ativo regulatório	(106.167)	-2,8%	(93.267)	-2,7%	(91.150)	-2,8%	13,8%	2,3%
Suprimento de energia elétrica	23.401	0,6%	46.498	1,4%	44.703	1,4%	-49,7%	4,0%
Disponibilidade da Rede Elétrica	146.093	3,8%	151.949	4,5%	164.911	5,0%	-3,9%	-7,9%
Outras receitas	75.355	2,0%	54.065	1,6%	62.662	1,9%	39,4%	-13,7%
Deduções da Receita Bruta	(1.386.394)	-36,1%	(1.264.689)	-37,2%	(1.087.287)	-33,0%	9,6%	16,3%
ICMS	(927.913)	-24,2%	(838.816)	-24,7%	(782.165)	-23,7%	10,6%	7,2%
PIS	(43.437)	-1,1%	(40.755)	-1,2%	(49.765)	-1,5%	6,6%	-18,1%
COFINS	(190.021)	-5,0%	(184.019)	-5,4%	(218.641)	-6,6%	3,3%	-15,8%
ISS	(2.637)	-0,1%	(1.977)	-0,1%	(1.711)	-0,1%	33,4%	15,5%
Quota para reserva global de reversão	(50.509)	-1,3%	(28.598)	-0,8%	(34.446)	-1,0%	76,6%	-17,0%
Encargo de capacidade emergencial	-	0,0%	-	0,0%	(559)	0,0%	0,0%	-100,0%
Subvenções CCC/CDE	(145.462)	-3,8%	(149.181)	-4,4%	-	0,0%	-2,5%	n/a
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	(26.415)	-0,7%	(21.343)	-0,6%	-	0,0%	23,8%	n/a
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.451.329	63,9%	2.132.090	62,8%	2.206.865	67,0%	15,0%	-3,4%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.652.276)	-43,1%	(1.319.216)	-38,8%	(1.305.373)	-39,6%	25,2%	1,1%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.253.449)	-32,7%	(1.004.200)	-29,6%	(991.792)	-30,1%	24,8%	1,3%
Encargos de uso de rede de transmissão	(14.166)	-0,4%	(12.760)	-0,4%	(13.369)	-0,4%	11,0%	-4,6%
Pessoal	(68.829)	-1,8%	(67.872)	-2,0%	(57.001)	-1,7%	1,4%	19,1%
Entidade de previdência privada	(3.589)	-0,1%	(3.436)	-0,1%	(3.051)	-0,1%	4,5%	12,6%
Material	(7.380)	-0,2%	(3.964)	-0,1%	(3.022)	-0,1%	86,2%	31,2%
Serviço de terceiros	(146.985)	-3,8%	(91.459)	-2,7%	(87.825)	-2,7%	60,7%	4,1%
Depreciação e amortização	(145.837)	-3,8%	(126.592)	-3,7%	(134.163)	-4,1%	15,2%	-5,6%
Outras	(12.041)	-0,3%	(8.933)	-0,3%	(12.754)	-0,4%	34,8%	-30,0%
Custo dos serviços prestados a terceiros	-	0,0%	-	0,0%	(2.396)	-0,1%	0,0%	n/a
Resultado Bruto	799.053	20,8%	812.874	23,9%	901.492	27,4%	-1,7%	-9,8%
Despesas/Receitas Operacionais	(372.429)	-9,7%	(579.116)	-17,0%	(744.947)	-22,6%	-35,7%	-22,3%
Com Vendas	(75.443)	-2,0%	(129.542)	-3,8%	(50.919)	-1,5%	-41,8%	154,4%
Provisão p/credito de liquidação duvidosa	89.925	2,3%	(63.766)	-1,9%	-	0,0%	-241,0%	n/a
Perda com títulos incobráveis	(120.896)	-3,2%	(21.766)	-0,6%	-	0,0%	455,4%	n/a
Pessoal (inclui previdência privada)	(10.497)	-0,3%	(9.637)	-0,3%	(17.525)	-0,5%	8,9%	-45,0%
Material	(7.128)	-0,2%	(8.651)	-0,3%	(1.180)	0,0%	-17,6%	633,1%
Serviços de terceiros	(26.627)	-0,7%	(25.618)	-0,8%	(32.104)	-1,0%	3,9%	-20,2%
Outras	(220)	0,0%	(104)	0,0%	(110)	0,0%	111,5%	-5,5%
Gerais e Administrativas	(172.145)	-4,5%	(190.774)	-5,6%	(499.241)	-15,2%	-9,8%	-61,8%
Despesas gerais e administrativas	(158.898)	-4,1%	(131.330)	-3,9%	(207.176)	-6,3%	21,0%	-36,6%
Conta consumo de combustível	-	0,0%	-	0,0%	(111.816)	-3,4%	0,0%	n/a
Conta de desenvolvimento energético	-	0,0%	-	0,0%	(88.612)	-2,7%	0,0%	n/a
Encargo de serviços do sistema	52.335	1,4%	(15.463)	-0,5%	(40.408)	-1,2%	-438,5%	-61,7%
Taxa de fiscalização ANEEL	(6.685)	-0,2%	(6.143)	-0,2%	(5.212)	-0,2%	8,8%	17,9%
Depreciação e amortização	(8.193)	-0,2%	(5.577)	-0,2%	(6.666)	-0,2%	46,9%	-16,3%
Outras	(25.273)	-0,7%	(32.261)	-0,9%	(2.611)	-0,1%	-21,7%	1135,6%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa ⁽³⁾	-	0,0%	-	0,0%	(36.740)	-1,1%	n/a	-100,0%
Provisão para contingências	(25.431)	-0,7%	-	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Financeiras	(124.841)	-3,3%	(258.800)	-7,6%	(194.787)	-5,9%	-51,8%	32,9%
Resultado Operacional	426.624	11,1%	233.758	6,9%	156.545	4,8%	82,5%	49,3%
Resultado Não Operacional	-	0,0%	-	0,0%	38.029	1,2%	0,0%	n/a
Receitas	-	0,0%	-	0,0%	72.502	2,2%	0,0%	n/a
Despesas	-	0,0%	-	0,0%	(34.473)	-1,0%	0,0%	n/a
Resultado Antes Tributação/Participações	426.624	11,1%	233.758	6,9%	194.574	5,9%	82,5%	20,1%
Provisão para IR e Contribuição Social	(145.238)	-3,8%	(80.427)	-2,4%	(3.453)	-0,1%	80,6%	2229,2%
Provisão para IR e Contribuição Social	(92.582)	-2,4%	(40.561)	-1,2%	(66.272)	-2,0%	128,3%	-38,8%
IR Diferido	(52.656)	-1,4%	(39.866)	-1,2%	62.819	1,9%	32,1%	-163,5%
Lucro/Prejuízo do Período	281.386	7,3%	153.331	4,5%	191.121	5,8%	83,5%	-19,8%

(1) Indicam percentuais de representatividade das linhas em relação à receita bruta de vendas, respectivamente

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados

(3) A partir de 2007, passou a ser alocada na rubrica "Despesas com Vendas", nas contas de "Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa" e de "Perda com Títulos Incobráveis", por estar mais diretamente relacionada rubrica "Despesas com Vendas" que a de "Despesas Gerais e Administrativas".

Balço Patrimonial da Emissora

30 de setembro de 2009 e 2008

Ativo R\$ mil	2009	30 de setembro de AV ⁽¹⁾	2008	AV ⁽¹⁾	09/08 ⁽²⁾
Ativo Circulante	1.543.749	33,8%	1.315.487	28,0%	17,4%
Disponibilidades	463.009	10,1%	239.430	5,1%	93,4%
Créditos	1.076.946	23,6%	1.070.038	22,8%	0,6%
Estoques	2.197	0,0%	3.888	0,1%	-43,5%
Outros	1.597	0,0%	2.131	0,0%	-25,1%
Despesas antecipadas	1.597	0,0%	2.131	0,0%	-25,1%
Ativo Não Circulante	3.024.065	66,2%	3.380.011	72,0%	-10,5%
Ativo Realizável a Longo Prazo	450.789	9,9%	687.613	14,6%	-34,4%
Ativo Permanente	2.573.276	56,3%	2.692.398	57,3%	-4,4%
Investimentos	3.167	0,1%	643	0,0%	392,5%
Imobilizado	2.538.947	55,6%	2.629.721	56,0%	-3,5%
Intangível	31.162	0,7%	60.132	1,3%	-48,2%
Diferido	-	0,0%	1.902	0,0%	n/a
Ativo Total	4.567.814	100,0%	4.695.498	100,0%	-2,7%

Passivo R\$ mil	2009	30 de setembro de AV ⁽¹⁾	2008	AV ⁽¹⁾	09/08 ⁽²⁾
Passivo Circulante	1.218.731	26,7%	913.909	19,5%	33,4%
Empréstimos e Financiamentos	219.788	4,8%	228.728	4,9%	-3,9%
Debêntures	147.838	3,2%	16.917	0,4%	773,9%
Fornecedores	207.834	4,5%	172.671	3,7%	20,4%
Impostos, Taxas e Contribuições	152.816	3,3%	101.592	2,2%	50,4%
Dividendos a Pagar	92.985	2,0%	36.416	0,8%	155,3%
Provisões	602	0,0%	928	0,0%	-35,1%
Dívidas com Pessoas Ligadas	72.695	1,6%	6.846	0,1%	961,9%
Outros	324.173	7,1%	349.811	7,4%	-7,3%
Passivo Não Circulante	1.683.431	36,9%	2.040.604	43,5%	-17,5%
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.683.431	36,9%	2.040.604	43,5%	-17,5%
Empréstimos e Financiamentos	614.780	13,5%	744.803	15,9%	-17,5%
Debêntures	370.000	8,1%	504.176	10,7%	-26,6%
Provisões	342.489	7,5%	444.532	9,5%	-23,0%
Dívidas com Pessoas Ligadas	2.844	0,1%	3.054	0,1%	-6,9%
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	0,0%	-	0,0%	n/a
Outros	353.318	7,7%	344.039	7,3%	2,7%
Resultados de Exercícios Futuros	-	0,0%	-	0,0%	n/a
Patrimônio Líquido	1.665.652	36,5%	1.740.985	37,1%	-4,3%
Capital Social Realizado	998.230	21,9%	998.230	21,3%	0,0%
Reservas de Capital	23.254	0,5%	23.253	0,5%	0,0%
Reservas de Reavaliação	-	0,0%	213.370	4,5%	n/a
Reservas de Lucro	524.417	11,5%	337.847	7,2%	55,2%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	n/a
Lucros/Prejuízos Acumulados	119.751	2,6%	168.285	3,6%	-28,8%
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	0,0%	-	0,0%	n/a
Passivo Total	4.567.814	100,0%	4.695.498	100,0%	-2,7%

(1) Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação ao total do Ativo ou do Passivo, respectivamente

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados

Ativo R\$ mil	31 de dezembro de							
	2008	AV ⁽¹⁾	2007	AV ⁽¹⁾	2006	AV ⁽¹⁾	08/07 ⁽²⁾	07/06 ⁽²⁾
Ativo Circulante	1.532.874	34,2%	1.536.820	31,9%	1.220.520	27,8%	-0,3%	25,9%
Disponibilidades	461.422	10,3%	462.654	9,6%	144.176	3,3%	-0,3%	220,9%
Créditos	1.067.713	23,8%	1.063.803	22,1%	1.064.889	24,2%	0,4%	-0,1%
Estoques	2.671	0,1%	5.613	0,1%	4.678	0,1%	-52,4%	20,0%
Outros	1.068	0,0%	4.750	0,1%	6.777	0,2%	-77,5%	-29,9%
Despesas antecipadas	1.068	0,0%	4.750	0,1%	6.777	0,2%	-77,5%	-29,9%
Ativo Não Circulante	2.954.247	65,8%	3.286.740	68,1%	3.174.369	72,2%	-10,1%	3,5%
Ativo Realizável a Longo Prazo	506.386	11,3%	722.899	15,0%	848.927	19,3%	-30,0%	-14,8%
Ativo Permanente	2.447.861	54,6%	2.563.841	53,2%	2.325.442	52,9%	-4,5%	10,3%
Investimentos	974	0,0%	1.505	0,0%	1.477	0,0%	-35,3%	1,9%
Imobilizado	2.412.021	53,8%	2.528.166	52,4%	2.287.458	52,0%	-4,6%	10,5%
Intangível	34.866	0,8%	32.889	0,7%	36.507	0,8%	6,0%	-9,9%
Diferido	-	0,0%	1.281	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Ativo Total	4.487.121	100,0%	4.823.560	100,0%	4.394.889	100,0%	-7,0%	9,8%

Passivo R\$ mil	31 de dezembro de							
	2008	AV ⁽¹⁾	2007	AV ⁽¹⁾	2006	AV ⁽¹⁾	08/07 ⁽²⁾	07/06 ⁽²⁾
Passivo Circulante	1.058.584	23,6%	1.108.850	23,0%	1.074.320	24,4%	-4,5%	3,2%
Empréstimos e Financiamentos	311.600	6,9%	123.825	2,6%	27.609	0,6%	151,6%	348,5%
Debêntures	34.508	0,8%	329.986	6,8%	45.465	1,0%	-89,5%	625,8%
Fornecedores	191.504	4,3%	155.732	3,2%	167.599	3,8%	23,0%	-7,1%
Impostos, Taxas e Contribuições	110.552	2,5%	100.415	2,1%	363.554	8,3%	10,1%	-72,4%
Dividendos a Pagar	93.068	2,1%	36.416	0,8%	45.391	1,0%	155,6%	-19,8%
Provisões	470	0,0%	1.115	0,0%	1.041	0,0%	-57,8%	7,1%
Dívidas com Pessoas Ligadas	9.286	0,2%	31.317	0,6%	50.001	1,1%	-70,3%	-37,4%
Outros	307.596	6,9%	330.044	6,8%	373.660	8,5%	-6,8%	-11,7%
Passivo Não Circulante	1.882.635	42,0%	2.132.673	44,2%	1.855.401	42,2%	-11,7%	14,9%
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.882.635	42,0%	2.132.673	44,2%	1.855.401	42,2%	-11,7%	14,9%
Empréstimos e Financiamentos	671.286	15,0%	883.611	18,3%	385.112	8,8%	-24,0%	129,4%
Debêntures	505.846	11,3%	493.598	10,2%	774.785	17,6%	2,5%	-36,3%
Provisões	405.251	9,0%	419.115	8,7%	404.305	9,2%	-3,3%	3,7%
Dívidas com Pessoas Ligadas	3.736	0,1%	2.826	0,1%	3.411	0,1%	32,2%	-17,2%
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Capital	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Outros	296.516	6,6%	333.523	6,9%	287.788	6,5%	-11,1%	15,9%
Resultados de Exercícios Futuros	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Patrimônio Líquido	1.545.902	34,5%	1.582.037	32,8%	1.465.168	33,3%	-2,3%	8,0%
Capital Social Realizado	998.230	22,2%	998.230	20,7%	998.230	22,7%	0,0%	0,0%
Reservas de Capital	23.254	0,5%	23.254	0,5%	23.254	0,5%	0,0%	0,0%
Reservas de Reavaliação	-	0,0%	222.706	4,6%	236.091	5,4%	n/a	-5,7%
Reservas de Lucro	524.418	11,7%	337.847	7,0%	207.593	4,7%	55,2%	62,7%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Passivo Total	4.487.121	100,0%	4.823.560	100,0%	4.394.889	100,0%	-7,0%	9,8%

(1) Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação ao total do Ativo ou do Passivo, respectivamente

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

A discussão e análise a seguir sobre a situação financeira da Emissora e seus resultados operacionais se baseiam e deverão ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Emissora, anexas a este Prospecto, bem como as seções "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações", na página 89 deste Prospecto, e outros dados financeiros que constam em outras seções deste Prospecto.

Este Prospecto contém estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas. Os resultados efetivamente obtidos pela Emissora poderão diferir substancialmente daqueles discutidos nessas estimativas e declarações futuras por diversas razões, incluindo, mas não se limitando, a fatores indicados na seção "Fatores de Risco" nas páginas 73 a 86 deste Prospecto.

Alteração da legislação societária brasileira

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício que se iniciou em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a Companhia está adotando pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.638/07 e a MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09). As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pela referida deliberação da CVM, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis. As seguintes práticas contábeis foram modificadas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007:

- A Companhia revisou os saldos registrados em ativo diferido e os que não atendiam aos critérios de reconhecimento como intangível foram baixados no exercício de 2008. Assim, a parcela correspondente a anos anteriores foi registrada, no balanço de abertura, no valor total de R\$1.281 mil, líquido dos efeitos fiscais.
- A Lei nº 11.638/07 extinguiu a reavaliação de ativos e determinou no artigo 6º que os saldos existentes na reserva de reavaliação deveriam ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o fim desse exercício social. A Companhia optou por estornar a reavaliação dos ativos, bem como, os impostos diferidos relativos à mesma, no montante líquido de R\$218.395 mil, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 13.
- A Companhia reclassificou o saldo de *softwares* e de marcas e patentes do ativo imobilizado para o intangível, no montante de R\$32.889 em atendimento à Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 04.
- A Companhia contabilizou a baixa dos custos incorridos na captação de recursos de terceiros que estavam apresentados como despesas antecipadas no montante de R\$3.609 mil.

Consoante item 51 do Pronunciamento Técnico CPC 13, a Companhia não está apresentando a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Os efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e no patrimônio líquido decorrente da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), líquidos dos efeitos tributários, estão demonstrados a seguir:

Baixa da Despesa Antecipada, do Ativo Diferido e da Reserva de Reavaliação

Efeitos da Lei 11.638/07	Resultado	Patrimônio
		Líquido
Baixa de Despesas antecipadas	-	(3.609)
Baixa do Ativo diferido	(1.659)	(1.281)
Baixa da Reserva de reavaliação	17.427	(218.395)

Cenário Macroeconômico – Fatores que Influenciam os Negócios da Emissora

A condição financeira e os resultados operacionais da Emissora são substancialmente dependentes do cenário macroeconômico da economia brasileira.

A economia brasileira, durante diversos períodos, sofreu frequentes intervenções do Governo Federal, que por vezes modifica as políticas monetária, de crédito, fiscal entre outras, a fim de controlar a inflação e implementar políticas macroeconômicas.

Nos anos recentes, vem se consolidando na economia brasileira um quadro de estabilidade que, ao menos até o segundo semestre de 2008 (vide comentários sobre a crise financeira mundial abaixo), vinha gerando expectativas favoráveis dos agentes econômicos para os próximos anos. Os principais indicadores econômicos apontavam para um crescimento sustentado, com manutenção da estabilidade monetária, ao mesmo tempo em que se observa a melhoria das contas públicas e a redução da vulnerabilidade externa. O PIB brasileiro mostrava elevação gradual, tendo como um dos principais fatores o bom desempenho do setor exportador, que vinha sendo diretamente influenciado pelo crescimento das principais economias mundiais. Adicionalmente, contribuíram para este cenário o aumento da demanda interna, propiciado pela elevação do crédito, e o crescimento do nível de atividade e de investimento no Brasil. Como reflexo, observou-se, nesse período, a redução do nível de desemprego que, segundo dados do IBGE sobre as 6 principais regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre), caiu de 11,2% em outubro de 2002 para 9% em 31 de março de 2008. Sendo o principal serviço prestado pela Emissora a distribuição de energia elétrica, e sendo a energia elétrica o seu principal produto relacionado, os níveis de demanda e de receita da Emissora apresentam baixa elasticidade em relação às variações nos níveis de desemprego, tendo em vista se tratar de um bem essencial. Ao observarem-se os níveis de energia vendida nos últimos anos, percebem-se incrementos consecutivos. Entre os exercícios de 2003 e 2008, a energia vendida (em MWh) aumentou em 27,9%, conforme divulgação da Companhia.

No segundo semestre de 2008, porém, a grave crise financeira internacional originada no sistema financeiro norte-americano se agravou, fazendo com que as expectativas em relação ao crescimento da atividade econômica brasileira (e mundial) em 2009 e 2010 se reduzissem consideravelmente e, em consequência, observou-se diminuição da oferta de crédito para pessoas físicas e jurídicas e aumento do desemprego no Brasil.

Em parte devido aos efeitos da crise financeira na economia brasileira, a taxa de inflação tem se mantido estável dentro das metas estipuladas pelas autoridades monetárias e pelo Governo Federal e apresentou quedas sensíveis nos últimos anos. O IPCA, um dos principais indicadores da inflação brasileira, vem caindo sistematicamente, passando de 12,5%, em 2002, para 5,9%, em 2008, percentual este dentro da meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil, que compreende a faixa entre 2,5% e 6,5%. Trajetória semelhante tem registrado o IGP-M que, em 2002, chegou a 25,3%, e, em 2008, caiu para 9,8%, conforme IGP-M divulgado pela FGV. Tendo em vista a metodologia para a manutenção do equilíbrio financeiro adotada pelo modelo regulatório do setor elétrico, as distribuidoras de energia (grupo de agentes do qual a Emissora faz parte) passam anualmente pelo processo de reajuste tarifário, quando uma parcela das suas tarifas sofre atualização pelo índice de inflação (IGP-M) acumulado durante os últimos 12 meses. Essa parcela representa em torno de 25% da tarifa e sua atualização anual representa uma proteção para a Emissora em relação às elevadas variações da inflação.

Até o terceiro trimestre de 2009, a queda dos níveis inflacionários permitiu ao Banco Central do Brasil reduzir a taxa básica de juros, influenciando os juros praticados pelo mercado, a exemplo da taxa média dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) que, entre 2002 e 2008, caiu de 19,00% ao ano para 13,75% ao ano, tendo atingido 26,50% ao ano em 2003. A queda na taxa de juros também pode ser observada na TJLP, referência para empréstimos de longo prazo, que saiu de uma média de 9,9% ao ano, em 2002, para 6,3% ao ano, em 2008. Atualmente, a Emissora possui aproximadamente 68% de sua dívida indexada ao CDI e 20% à TJLP, portanto a redução desses indicadores tem favorecido a manutenção do custo da dívida em patamares considerados bastante favoráveis nos últimos anos.

Outro aspecto relevante foi a variação da taxa de câmbio doméstica, principalmente pela alta volatilidade após 1999, ano em que o regime de câmbio brasileiro passou a ser flutuante. A taxa observada em relação ao Dólar foi de R\$2,88 ao final de 2003, de R\$2,34 ao final de 2008, e R\$1,78 em 30 de setembro de 2009, conforme cotação de fechamento do Banco Central do Brasil. Esses resultados, aliados ao contínuo fluxo de investimento estrangeiro direto e de portfólio, e a redução do endividamento externo, contribuíram para o acúmulo de reservas internacionais e a redução da vulnerabilidade externa. Porém, com a eclosão da crise financeira internacional acima referida, o Real apresentou desvalorização considerável frente ao Dólar a partir do segundo semestre de 2008 até o final do primeiro trimestre de 2009, saindo de uma taxa em relação ao Dólar de R\$1,60 em 30 de junho de 2008 para R\$2,31 em 31 de março de 2009, mas já tendo retornado ao patamar de R\$1,78 em 30 de setembro de 2009. A Emissora atualmente não possui dívida em moeda estrangeira, porém alguns contratos de compra de energia também são atrelados ao Dólar, mas, com base na regulamentação do setor elétrico, o resultado da Companhia se mantém protegido através da CVA, resultando apenas num efeito caixa, a ser recuperado na próximo reajuste tarifário (vide seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica – Reajustes e Revisões Tarifárias", na página 143 deste Prospecto).

A tabela abaixo apresenta dados sobre o PIB, inflação, taxa de juros e taxa câmbio (Real frente ao Dólar) no Brasil, nos períodos lá indicados:

	31 de dezembro de			30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	3,7%	5,4%	5,1%	6,4%	Não divulgado
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	3,8%	7,7%	9,8%	8,5%	-1,6%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	3,1%	4,5%	5,9%	4,8%	3,2%
CDI ⁽⁴⁾	15,0%	11,8%	12,3%	8,7%	7,6%
TJLP ⁽⁵⁾	6,9%	6,3%	6,3%	6,3%	6,0%
Taxa de Câmbio (fechamento) – R\$ por US\$1,00.....	R\$2,138	R\$1,771	R\$2,337	R\$1,914	R\$1,778

⁽¹⁾ O PIB do Brasil, acumulado ao longo do ano e informado para tais períodos, já utiliza a nova metodologia do IBGE, implementado no ano de 2007, mas que foram aplicadas aos resultados do PIB do Brasil desde o ano de 2000.

⁽²⁾ A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e de 9 meses para os períodos encerrados em 30 de setembro de 2009 e 2008.

⁽³⁾ A inflação (IPCA) é um índice nacional de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e de 9 meses para os períodos encerrados em 30 de setembro de 2009 e 2008.

⁽⁴⁾ A Taxa DI é a média para os períodos indicados das taxas dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) com prazo de um dia no Brasil, apurados diariamente, expressos ao ano.

⁽⁵⁾ TJLP é a Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES. A TJLP é calculada a partir dos seguintes parâmetros: (i) meta de inflação calculada *pro rata para* os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo Conselho Monetário Nacional; e (ii) prêmio de risco.

Fontes: Banco Central do Brasil, FGV, IBGE, CETIP e BNDES.

Principais Práticas Contábeis da Emissora

Apresentamos a seguir a descrição das principais práticas contábeis que atualmente afetam a situação financeira e resultado das operações da Emissora e que exigem que a administração da Emissora adote determinadas estimativas e premissas, extraídas da experiência histórica e de outros fatores considerados razoáveis e relevantes, incluindo estimativas e premissas relacionadas ao cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e derivativos. A adoção dessas estimativas e premissas requer que a administração da Emissora faça julgamentos, com base na situação financeira e resultado das operações da Emissora, referentes aos efeitos de questões que são inerentemente incertas. Caso a administração decida alterar tais estimativas e premissas, a situação financeira e resultado das operações da Emissora pode variar de modo relevante.

A Nota Explicativa n.º 3 ("Sumário das práticas contábeis adotadas") às demonstrações financeiras da Emissora para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, anexas ao presente Prospecto, inclui um resumo das políticas e métodos contábeis utilizados na elaboração das demonstrações financeiras da Emissora. Abaixo seguem as principais práticas contábeis adotadas pela Emissora de forma resumida.

Aplicações financeiras. Os fundos de investimento e CDBs possuem liquidez diária e têm seus ativos valorizados a seus respectivos valores de mercado, conforme instruções do Banco Central do Brasil.

Consumidores, concessionários e permissionários. Incluem os créditos faturados a consumidores finais e concessionários revendedores, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada, os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE até as datas dos balanços, contabilizados pelo regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – clientes. Calculada com base nos critérios determinados pela ANEEL, em valor considerado pela administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e para os saldos dos clientes das demais classes vencidos há mais de 360 dias (tais como entidades do setor público), conforme determinado no manual de contabilidade do setor elétrico.

Estoques. Os materiais em estoques, de operação e manutenção, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a projetos, contabilizados no ativo imobilizado estão avaliados ao custo médio de aquisição, deduzidos por provisões para perdas, quando aplicável.

Ativos e passivos regulatórios. Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do Contrato de Concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Despesas antecipadas. Referem-se a dispêndios com a contratação de seguros cujo reconhecimento é registrado de forma linear no prazo de vigência dos contratos que os originaram. (vide nota 11 das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2008, na página 597 deste Prospecto).

Imobilizado. Está composto pelo custo de aquisição e/ou construção deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear em conformidade com as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL. Os juros e demais encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram registrados nesse subgrupo como custo, até 30 de junho de 2003. Adicionalmente, os gastos de administração geral são apropriados, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, em até 10% dos dispêndios diretos com pessoal e serviços de terceiros.

Intangível. Registrado pelo custo de aquisição, composto de *software* do sistema corporativo e marcas e patentes, sendo a amortização realizada pelo método linear durante 5 anos.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. São calculados e registrados com base nas alíquotas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência. Os impostos diferidos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no ativo e ajustados ao seu valor provável de recuperação com base nas projeções de resultados fiscais suficientes para a utilização daqueles ativos.

Obrigações com benefícios pós-emprego. Consistem no passivo atuarial relativo ao plano de previdência complementar e plano médico dos aposentados, registrado em regime de competência, com base em avaliação efetuada por atuário independente, em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, que estabeleceu as normas para contabilização de benefícios pós-emprego concedidos a empregados.

Obrigações vinculadas à Concessão. Referem-se aos recursos de participação financeira dos consumidores e da União e de doações e subvenções para investimentos, aplicados na expansão do serviço público de energia elétrica. Estas obrigações são apresentadas nas demonstrações financeiras como redução do ativo imobilizado.

Provisões para contingências. São reconhecidas mediante avaliação dos riscos em processo cuja probabilidade de perda é provável e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre o processo existentes na data do balanço.

Atualizações monetárias de direitos e obrigações. Os direitos e obrigações sujeitos a variação monetária e cambial, por força contratual ou dispositivo legal, estão atualizados até as datas dos balanços. Os passivos em moeda estrangeira são convertidos para reais em função da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil, em cada data-base apresentada.

Estimativas. A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para contingências e planos de aposentadoria e pensão;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Comercialização de energia no âmbito da CCEE; e
- Recuperação do ativo regulatório – reposicionamento tarifário.

Apuração do resultado. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Eventos Subsequentes Relevantes

Não ocorreu qualquer evento subsequente relevante após 30 de setembro de 2009 que pudesse causar impacto significativo nas operações da Emissora e, consequentemente, em suas demonstrações financeiras na data deste Prospecto Definitivo.

Operações Não Registradas nas Demonstrações Financeiras

Não há qualquer operação ocorrida até 30 de setembro de 2009 que não tenha sido registrada nas demonstrações financeiras da Emissora.

Demonstrações de Resultado

As discussões a seguir relativas aos resultados das operações da Emissora são baseadas em informações obtidas de suas demonstrações de resultado, para os períodos indicados, e foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

A tabela a seguir apresenta as informações das demonstrações do resultado da Emissora para os períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2009 e 2008. Para fins de comparação, a tabela apresenta variações percentuais para os períodos indicados.

	2009	30 de setembro de (R\$ mil) AV ⁽¹⁾	2008	AV ⁽¹⁾	09/08 ⁽²⁾
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.070.284	100,0%	2.844.723	100,0%	7,9%
Consumidores, concessionários e permissionários	2.849.175	92,8%	2.656.219	93,4%	7,3%
Fornecimento não faturado	(9.821)	-0,3%	(581)	0,0%	1590,4%
Baixa renda	106.297	3,5%	87.369	3,1%	21,7%
Ativo regulatório	(84.227)	-2,7%	(78.949)	-2,8%	6,7%
Suprimento de energia elétrica	21.147	0,7%	16.588	0,6%	27,5%
Disponibilidade da rede elétrica	124.496	4,1%	106.971	3,8%	16,4%
Outras receitas	63.217	2,1%	57.106	2,0%	10,7%
Deduções da Receita Bruta	(1.112.560)	-36,2%	(1.028.787)	-36,2%	8,1%
ICMS	(737.626)	-24,0%	(692.741)	-24,4%	6,5%
PIS	(33.058)	-1,1%	(32.884)	-1,2%	0,5%
COFINS	(152.187)	-5,0%	(140.802)	-4,9%	8,1%
ISS	(1.997)	-0,1%	(2.174)	-0,1%	-8,1%
Quota para reserva global de reversão	(37.334)	-1,2%	(37.006)	-1,3%	0,9%
Subvenções CCC/CDE	(130.690)	-4,3%	(105.224)	-3,7%	24,2%
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	(19.668)	-0,6%	(17.956)	-0,6%	9,5%
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.957.724	63,8%	1.815.936	63,8%	7,8%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.401.950)	-45,7%	(1.200.167)	-42,2%	16,8%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.071.124)	-34,9%	(890.257)	-31,3%	20,3%
Encargos de uso de rede de transmissão	(11.991)	-0,4%	(10.676)	-0,4%	12,3%
Pessoal	(45.699)	-1,5%	(51.999)	-1,8%	-12,1%
Entidade de previdência privada	(2.612)	-0,1%	(2.667)	-0,1%	-2,1%
Material	(6.157)	-0,2%	(4.250)	-0,1%	44,9%
Serviço de terceiros	(130.980)	-4,3%	(112.373)	-4,0%	16,6%
Depreciação e amortização	(123.221)	-4,0%	(118.956)	-4,2%	3,6%
Outras	(10.166)	-0,3%	(8.989)	-0,3%	13,1%
Resultado Bruto	555.774	18,1%	615.769	21,6%	-9,7%
Despesas/Receitas Operacionais	(371.799)	-12,1%	(374.816)	-13,2%	-0,8%
Com Vendas	(82.843)	-2,7%	(46.134)	-1,6%	79,6%
Provisão p/credito de liquidação duvidosa	(11.943)	-0,4%	69.779	2,5%	-117,1%
Perda com títulos incobráveis	(54.762)	-1,8%	(84.074)	-3,0%	-34,9%
Pessoal (inclui previdência privada)	(9.760)	-0,3%	(7.558)	-0,3%	29,1%
Material	(4.792)	-0,2%	(5.201)	-0,2%	-7,9%
Serviços de terceiros	(1.478)	0,0%	(18.986)	-0,7%	-92,2%
Outras	(108)	0,0%	(94)	0,0%	14,9%
Gerais e Administrativas	(205.554)	-6,7%	(201.528)	-7,1%	2,0%
Despesas gerais e administrativas	(100.794)	-3,3%	(131.838)	-4,6%	-23,5%
Encargo de serviços do sistema	(57.375)	-1,9%	2.371	0,1%	-2519,9%
Taxa de fiscalização ANEEL	(4.989)	-0,2%	(4.995)	-0,2%	-0,1%
Depreciação e amortização	(4.481)	-0,1%	(4.675)	-0,2%	-4,1%
Outras	(17.048)	-0,6%	(21.382)	-0,8%	-20,3%
Provisão para contingências	(20.867)	-0,7%	(41.009)	-1,4%	-49,1%
Financeiras	(83.402)	-2,7%	(127.154)	-4,5%	-34,4%
Resultado Operacional	183.975	6,0%	240.953	8,5%	-23,6%
Resultado Antes Tributação/Participações	183.975	6,0%	240.953	8,5%	-23,6%
Provisão para IR e Contribuição Social	(62.934)	-2,0%	(82.004)	-2,9%	-23,3%
Provisão para IR e Contribuição Social	(65.268)	-2,1%	(64.444)	-2,3%	1,3%
IR Diferido	2.334	0,1%	(17.560)	-0,6%	-113,3%
Participações/Contribuições Estatutárias	(1.290)	0,0%	-	-	n/a
Lucro/Prejuízo do Período	119.751	3,9%	158.949	5,6%	-24,7%

(1) Indicam percentuais de representatividade das linhas em relação à receita bruta de vendas, respectivamente

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados

Análise da Comparação dos Resultados Consolidados Relativos aos Períodos de 9 Meses Encerrados em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008.

Nos títulos abaixo, as expressões "9M08" e "9M09" referem-se aos resultados da Emissora no período de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2008 e 30 de setembro de 2009, respectivamente.

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

No 9M09, a conta de Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços da Companhia apresentou um incremento em relação ao 9M08 de 7,9%, ou R\$225.561 mil, passando de R\$2.844.723 mil para R\$3.070.284 mil. Este incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 7,3%, ou R\$192.956 mil, na Receita de Fornecimento de Energia (rubrica "Consumidores, Concessionários e Permissionários"), devido a: (i) incremento de 18,9% (R\$168.072 mil) da receita por fornecimento de energia no primeiro trimestre do ano de 2009, efeito combinado do reajuste tarifário de 11,1%, homologado em 11 de março de 2008 e em vigor desde o dia 15 do mesmo mês e o crescimento de 3,5% da energia faturada no mercado cativo; e (ii) um incremento de 1,6% (R\$29.294 mil) da receita por fornecimento de energia no período de abril a setembro de 2009, efeito combinado da revisão tarifária de 0,82%, homologado em 04 de março de 2009 e em vigor desde o dia 15 do mesmo mês ("Revisão Tarifária") e do crescimento de 2,2% da energia faturada no mercado cativo.
- Incremento de 21,7%, ou R\$18.928 mil, na rubrica "Baixa Renda", devido, principalmente, ao incremento de 7,5% no consumo e à Revisão Tarifária.
- Incremento de 16,4%, ou R\$17.525 mil, na rubrica de "Disponibilidade da Rede Elétrica" que refere-se, principalmente, ao aumento médio de 20% da tarifa de uso do sistema em decorrência da Revisão Tarifária.

Deduções da Receita Bruta

As conta de Deduções da Receita Bruta, que inclui basicamente tributos (ICMS, ISS, PIS e COFINS) e encargos setoriais, apresentou um incremento de 8,1%, ou R\$83.773 mil, passando de - R\$1.028.787 mil no 9M08 para - R\$1.112.560 mil no 9M09. Este incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 6,5%, ou R\$44.885 mil, na rubrica "ICMS", tendo em vista o aumento no pagamento deste tributo em decorrência do aumento da receita bruta de vendas e/ou serviços, gerado principalmente pelo aumento do volume de energia vendida.
- Incremento de 8,1%, ou R\$11.385 mil, na rubrica "COFINS", tendo em vista o aumento no pagamento deste tributo em decorrência do aumento da receita bruta de vendas e/ou serviços, gerada principalmente pelo aumento do volume de energia vendida.
- Incremento de 24,2%, ou R\$25.466 mil, na rubrica "Subvenções CCC/CDE". Essa rubrica refere-se ao rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do país. Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL, para cada concessionária de distribuição, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoeletricas.

Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

A conta de Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos, que envolve os custos de compra de energia, encargos do uso do sistema de distribuição e os custos de operação, apresentou um incremento de R\$201.783 mil, ou 16,8%, passando de - R\$1.200.167 mil no 9M08 para - R\$1.401.950 mil no 9M09. Este incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 20,3%, ou R\$180.867 mil, na rubrica "Energia Elétrica Comprada para Revenda", tendo em vista, principalmente: (i) que em 19 de março de 2009 o Tribunal Arbitral proferiu sentença condenando a Ampla ao pagamento de R\$76 milhões referente à diferença entre o preço de contrato de compra e venda da energia elétrica e o valor pago à Enertrade entre o período de 01/04/2004 a 28/08/2006 e nos meses de outubro à dezembro de 2003, fazendo com que a Companhia fizesse uma provisão no valor de R\$69.029 mil; (ii) o aumento do custo de compra de energia da usina de Itaipu em função da valorização do dólar médio no 9M09 em relação ao 9M08; e (iii) o aumento da quantidade de energia comprada em leilões e reajuste dos preços destes contratos (IPCA).
- Incremento de 16,6%, ou R\$18.607 mil, na rubrica "Serviço de Terceiros" em função, principalmente, da reclassificação de R\$13.245 mil referente às tarifas bancárias de arrecadação que passaram a ser contabilizadas, a partir de 2009, em Despesas Gerais e Administrativas.

Despesas/Receitas Operacionais

No 9M09, a conta de Despesas/Receitas Operacionais apresentou uma redução em relação ao 9M08 de 0,8%, ou R\$3.017 mil, passando de - R\$374.816 mil para - R\$371.799 mil. Esta redução é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 79,6%, ou R\$36.709 mil, na rubrica "Despesa com Vendas", variação que se explica, principalmente, pelo incremento do saldo da conta de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, compensada em parte pela redução dos saldos das contas de Perda com Títulos Incobráveis e de Serviços de Terceiros.

- Incremento de 2,0%, ou R\$4.026 mil, na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas" devido, principalmente, ao incremento de R\$59.746 mil na conta de Encargo de Serviço de Sistema (representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do sistema para o atendimento do consumo quando há despacho de térmicas em regime emergencial ou por determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico); compensados, parcialmente, por: (i) redução de R\$20.142 mil na conta de Provisão para Contingências; e (ii) redução de R\$31.044 mil na conta de Despesas Gerais e Administrativas em função dos ajustes no passivo atuarial da Brasileiros (fundo de pensão do qual a Companhia é patrocinadora) R\$64.031 mil no 9M08 frente a R\$19.098 mil no 9M09.
- Incremento de 34,4% ou R\$43.752 mil, na rubrica "Despesas Financeiras" no 9M09 comparativamente ao 9M08, passando de - R\$127.154 mil para - R\$83.402 mil. Vide comentários constantes do item "Resultado Financeiro" abaixo.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia apresentou um incremento de 34,4%, ou R\$43.752 mil, no 9M09 comparativamente ao 9M08, passando de - R\$127.154 mil para - R\$83.402 mil. Este incremento reflete o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 103,2%, ou R\$18.571 mil, na renda de aplicação financeira" explicada, principalmente, pelo maior saldo médio de caixa, que no 9M09 foi de R\$471.765 mil contra R\$187.801 mil no mesmo período de 2008.
- Redução de 95,5%, ou R\$18.767 mil, na receita financeira com partes relacionadas devido, principalmente, à liquidação do mútuo ativo, em dólares, com a Enersis no final de 2008, quando gerou receita financeira devido à valorização cambial.
- Redução de 62,1%, ou R\$13.039 mil, na receita financeira sobre ativos regulatórios devido, principalmente, à recuperação da totalidade do ativo regulatório (recomposição de receitas relativas ao período de vigência do programa emergencial de redução de consumo de energia elétrica) em junho de 2009, não havendo, a partir dessa data receita de correção desse ativo.
- Redução de 19,7%, ou R\$23.580 mil, nos encargos da dívida devido, principalmente, à queda da taxa CDI que remunera 68,4% da dívida da Companhia.
- Redução de 37,0%, ou R\$23.139 mil, na despesa com juros de debêntures devido, principalmente, à queda da taxa CDI, citada anteriormente, que remunera 77,1% das debêntures de emissão da Companhia somada ao maior volume de debêntures no primeiro trimestre de 2008, uma vez que a 1ª série da 3ª Emissão, no valor de R\$290.000 mil, foi amortizada nesse período.
- Redução de 38,1%, ou R\$6.434 mil, nas despesas financeiras relativas à energia livre explicada, principalmente, pelo menor saldo de energia livre (energia elétrica gerada e não-vinculada a contratos iniciais ou equivalentes apurado de junho de 2001 à fevereiro de 2002 recuperado dos consumidores e repassado como ressarcimento aos geradores) passiva em 2009 contra 2008.

Provisão para Imposto de Renda ("IR") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

A despesa com IR e CSLL (corrente e diferida) apresentou redução 23,3% de R\$19.070 mil, passando de - R\$82.004 mil no 9M08 para - R\$62.934 mil no 9M09. Dentre os fatores que resultaram nessa redução, destaca-se principalmente a redução de 23,6% do "Resultado Antes Tributação/ Participação".

A tabela a seguir apresenta as informações da demonstração do resultado da Emissora para os exercícios encerrados em 2008, 2007 e 2006. Para fins de comparação, a tabela apresenta variações percentuais para os períodos indicados.

	31 de dezembro de (R\$ mil)							
	2008	AV ⁽¹⁾	2007	AV ⁽¹⁾	2006	AV ⁽¹⁾	08/07 ⁽²⁾	07/06 ⁽²⁾
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.837.723	100,0%	3.396.779	100,0%	3.294.152	100,0%	13,0%	3,1%
Consumidores, concessionários e permissionários	3.565.672	92,9%	3.142.218	92,5%	3.023.630	91,8%	13,5%	3,9%
Fornecimento não faturado	19.707	0,5%	1.763	0,1%	35.070	1,1%	1017,8%	-95,0%
Baixa renda	113.662	3,0%	93.553	2,8%	54.326	1,6%	21,5%	72,2%
Ativo regulatório	(106.167)	-2,8%	(93.267)	-2,7%	(91.150)	-2,8%	13,8%	2,3%
Suprimento de energia elétrica	23.401	0,6%	46.498	1,4%	44.703	1,4%	-49,7%	4,0%
Disponibilidade da Rede Elétrica	146.093	3,8%	151.949	4,5%	164.911	5,0%	-3,9%	-7,9%
Outras receitas	75.355	2,0%	54.065	1,6%	62.662	1,9%	39,4%	-13,7%
Deduções da Receita Bruta	(1.386.394)	-36,1%	(1.264.689)	-37,2%	(1.087.287)	-33,0%	9,6%	16,3%
ICMS	(927.913)	-24,2%	(838.816)	-24,7%	(782.165)	-23,7%	10,6%	7,2%
PIS	(43.437)	-1,1%	(40.755)	-1,2%	(49.765)	-1,5%	6,6%	-18,1%
COFINS	(190.021)	-5,0%	(184.019)	-5,4%	(218.641)	-6,6%	3,3%	-15,8%
ISS	(2.637)	-0,1%	(1.977)	-0,1%	(1.711)	-0,1%	33,4%	15,5%
Quota para reserva global de reversão	(50.509)	-1,3%	(28.598)	-0,8%	(34.446)	-1,0%	76,6%	-17,0%
Encargo de capacidade emergencial	-	0,0%	-	0,0%	(559)	0,0%	0,0%	-100,0%
Subvenções CCC/CDE	(145.462)	-3,8%	(149.181)	-4,4%	-	0,0%	-2,5%	n/a
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	(26.415)	-0,7%	(21.343)	-0,6%	-	0,0%	23,8%	n/a
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.451.329	63,9%	2.132.090	62,8%	2.206.865	67,0%	15,0%	-3,4%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.652.276)	-43,1%	(1.319.216)	-38,8%	(1.305.373)	-39,6%	25,2%	1,1%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.253.449)	-32,7%	(1.004.200)	-29,6%	(991.792)	-30,1%	24,8%	1,3%
Encargos de uso de rede de transmissão	(14.166)	-0,4%	(12.760)	-0,4%	(13.369)	-0,4%	11,0%	-4,6%
Pessoal	(68.829)	-1,8%	(67.872)	-2,0%	(57.001)	-1,7%	1,4%	19,1%
Entidade de previdência privada	(3.589)	-0,1%	(3.436)	-0,1%	(3.051)	-0,1%	4,5%	12,6%
Material	(7.380)	-0,2%	(3.964)	-0,1%	(3.022)	-0,1%	86,2%	31,2%
Serviço de terceiros	(146.985)	-3,8%	(91.459)	-2,7%	(87.825)	-2,7%	60,7%	4,1%
Depreciação e amortização	(145.837)	-3,8%	(126.592)	-3,7%	(134.163)	-4,1%	15,2%	-5,6%
Outras	(12.041)	-0,3%	(8.933)	-0,3%	(12.754)	-0,4%	34,8%	-30,0%
Custo dos serviços prestados a terceiros	-	0,0%	-	0,0%	(2.396)	-0,1%	0,0%	n/a
Resultado Bruto	799.053	20,8%	812.874	23,9%	901.492	27,4%	-1,7%	-9,8%
Despesas/Receitas Operacionais	(372.429)	-9,7%	(579.116)	-17,0%	(744.947)	-22,6%	-35,7%	-22,3%
Com Vendas	(75.443)	-2,0%	(129.542)	-3,8%	(50.919)	-1,5%	-41,8%	154,4%
Provisão p/credito de liquidação duvidosa	89.925	2,3%	(63.766)	-1,9%	-	0,0%	-241,0%	n/a
Perda com títulos incobráveis	(120.896)	-3,2%	(21.766)	-0,6%	-	0,0%	455,4%	n/a
Pessoal (inclui previdência privada)	(10.497)	-0,3%	(9.637)	-0,3%	(17.525)	-0,5%	8,9%	-45,0%
Material	(7.128)	-0,2%	(8.651)	-0,3%	(1.180)	0,0%	-17,6%	633,1%
Serviços de terceiros	(26.627)	-0,7%	(25.618)	-0,8%	(32.104)	-1,0%	3,9%	-20,2%
Outras	(220)	0,0%	(104)	0,0%	(110)	0,0%	111,5%	-5,5%
Gerais e Administrativas	(172.145)	-4,5%	(190.774)	-5,6%	(499.241)	-15,2%	-9,8%	-61,8%
Despesas gerais e administrativas	(158.898)	-4,1%	(131.330)	-3,9%	(207.176)	-6,3%	21,0%	-36,6%
Conta consumo de combustível	-	0,0%	-	0,0%	(111.816)	-3,4%	0,0%	n/a
Conta de desenvolvimento energético	-	0,0%	-	0,0%	(88.612)	-2,7%	0,0%	n/a
Encargo de serviços do sistema	52.335	1,4%	(15.463)	-0,5%	(40.408)	-1,2%	-438,5%	-61,7%
Taxa de fiscalização ANEEL	(6.685)	-0,2%	(6.143)	-0,2%	(5.212)	-0,2%	8,8%	17,9%
Depreciação e amortização	(8.193)	-0,2%	(5.577)	-0,2%	(6.666)	-0,2%	46,9%	-16,3%
Outras	(25.273)	-0,7%	(32.261)	-0,9%	(2.611)	-0,1%	-21,7%	1135,6%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa ⁽³⁾	-	0,0%	-	0,0%	(36.740)	-1,1%	n/a	-100,0%
Provisão para contingências	(25.431)	-0,7%	-	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Financeiras	(124.841)	-3,3%	(258.800)	-7,6%	(194.787)	-5,9%	-51,8%	32,9%
Resultado Operacional	426.624	11,1%	233.758	6,9%	156.545	4,8%	82,5%	49,3%
Resultado Não Operacional	-	0,0%	-	0,0%	38.029	1,2%	0,0%	n/a
Receitas	-	0,0%	-	0,0%	72.502	2,2%	0,0%	n/a
Despesas	-	0,0%	-	0,0%	(34.473)	-1,0%	0,0%	n/a
Resultado Antes Tributação/Participações	426.624	11,1%	233.758	6,9%	194.574	5,9%	82,5%	20,1%
Provisão para IR e Contribuição Social	(145.238)	-3,8%	(80.427)	-2,4%	(3.453)	-0,1%	80,6%	2229,2%
Provisão para IR e Contribuição Social	(92.582)	-2,4%	(40.561)	-1,2%	(66.272)	-2,0%	128,3%	-38,8%
IR Diferido	(52.656)	-1,4%	(39.866)	-1,2%	62.819	1,9%	32,1%	-163,5%
Lucro/Prejuízo do Período	281.386	7,3%	153.331	4,5%	191.121	5,8%	83,5%	-19,8%

(1) Indicam percentuais de representatividade das linhas em relação à receita bruta de vendas, respectivamente

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados

(3) A partir de 2007, passou a ser alocada na rubrica "Despesas com Vendas", nas contas de "Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa" e de "Perda com Títulos Incobráveis", por estar mais diretamente relacionada rubrica "Despesas com Vendas" que à de "Despesas Gerais e Administrativas".

Análise da Comparação dos Resultados da Emissora Relativos aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2008.

Nos títulos abaixo, as expressões "em 2007" e "em 2008" referem-se aos resultados da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008, respectivamente.

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

No exercício de 2008, a conta de Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços da Companhia apresentou um incremento em relação ao exercício de 2007 de 13,0%, ou R\$440.944 mil, passando de R\$3.396.779 mil para R\$3.837.723 mil. Este incremento é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 13,5%, ou R\$423.454 mil, na receita de fornecimento de energia (rubrica "Consumidores, Concessionários e Permissionários"), tendo em vista o aumento no volume de energia vendida para o mercado cativo em 4,3%, atrelado ao reajuste tarifário positivo de 2008, no valor de 11,1%, vigente a partir de 15 de março de 2008.

Deduções da Receita Bruta

A conta de Deduções da Receita Bruta, que inclui basicamente tributos (ICMS, ISS, PIS e COFINS) e os encargos setoriais, apresentou um incremento de 9,6%, ou R\$121.705 mil, passando de - R\$1.264.689 mil no exercício de 2007 para - R\$1.386.394 mil no exercício de 2008. Este incremento é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 10,6%, ou R\$89.097 mil, na rubrica "ICMS" devido à maior Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços.
- Incremento de 76,6%, ou R\$21.911 mil, na rubrica "Quota para Reserva Global de Reversão" – RGR. Quota anual, prevista na legislação, destinada à União Federal, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica, cujo montante anual é definido pela ANEEL, e equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade.

Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

A conta de Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos, que envolvem os custos de compra de energia, encargos do uso do sistema de distribuição e os custos de operação, apresentou um incremento de 25,2%, ou R\$333.060 mil, passando de - R\$1.319.216 mil no exercício de 2007 para - R\$1.652.276 mil no exercício de 2008. Este incremento é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 24,8%, ou R\$249.249 mil, na rubrica "Energia Elétrica Comprada para Revenda", em função do montante de energia adquirido no mercado spot (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) para atender o mercado da Companhia, uma vez que houve aumento de 4,3% na quantidade de energia vendida para o mercado cativo. Vale destacar que no início de 2008 o preço *spot* (PLD) alcançou valores de R\$570/MWh. Além disso, em 2008 iniciou-se o fornecimento de energia no ambiente regulado (Contra de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR), por meio de contratos de compra de energia nova, principalmente com termelétricas, mais caros do que os demais contratos do portfólio da Companhia.
- Incremento de 60,7%, ou R\$55.526 mil, na rubrica "Serviços de terceiros", por aumento nos desembolsos com os serviços de terceiros prestados à Companhia em função dos reajustes contratuais efetuados com os fornecedores ao longo de 2008 e em função do acerto da contabilização de projetos de controle de perdas de investimentos para despesas.
- Incremento de 15,2%, ou R\$19.245 mil, na rubrica "Depreciação e Amortização" em função da maior base de ativos ao longo de 2008 (R\$3.891.972 mil em 2008 vs. R\$3.200.845 mil em 2007) devido ao encerramento de uma grande quantidade de obras atrasadas no final de 2007.

Despesas/Receitas Operacionais

No exercício de 2008, as Despesas/Receitas Operacionais apresentaram uma redução em relação ao exercício de 2007 de 35,7%, ou R\$206.687 mil, passando de - R\$579.116 mil para - R\$372.429 mil. Esta redução é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Redução de 41,8%, ou R\$54.099 mil, na rubrica "Despesa com Vendas". A variação se explica, principalmente, pela redução dos saldos das contas de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa e de Perda com Títulos Incobráveis. A redução significativa no saldo dessa provisão deve-se ao expurgo das parcelas a vencer das dívidas renegociadas (mudança na forma de cálculo da provisão) em 2008.
- Redução de 9,8%, ou R\$18.629 mil na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas", devido à: (i) diminuição de R\$67.798 mil na conta de "Encargo de Serviços do Sistema", que é apurado pela CCEE e pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração, quando há despacho de térmicas em regime emergencial ou por determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico ("CMSE"). Como durante o ano de 2008 as térmicas foram acionadas de forma expressiva, houve constituição de CVA Ativa, fazendo com que essa rubrica fechasse o período com uma receita de R\$52.335 mil; (ii) acréscimo de R\$25.431 mil na conta de "Provisão para Contingências"; e (iii) acréscimo de R\$64.031 mil no passivo atuarial da Brasiletros (fundo de pensão do qual a Companhia é patrocinadora).
- Incremento de 51,8%, ou R\$133.959 mil, na rubrica "Despesas Financeiras" no exercício de 2008 comparativamente ao exercício de 2007, passando de - R\$258.800 mil para - R\$124.841 mil. Vide comentários constantes do item "Resultado Financeiro" abaixo.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia apresentou um incremento de 51,8%, ou R\$133.959 mil, no exercício de 2008 comparativamente ao exercício de 2007, passando de - R\$258.800 mil para - R\$124.841 mil. Este incremento é efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 132,9%, ou R\$15.929 mil, na renda de aplicação financeira, decorrente de aplicações financeiras da Companhia que tiveram um maior saldo médio de caixa em 2008.
- Incremento de R\$56.601 mil na receita financeira com partes relacionadas em função do ganho de variação cambial da Companhia sobre empréstimo ativo em Dólar com a Enersis.
- Incremento de 22,7%, ou R\$30.506 mil, nos encargos da dívida em função do aumento da dívida bancária da Companhia em dezembro de 2007, acarretando, no ano de 2008, um maior volume de despesas em comparação com o ano anterior.
- Redução de 79,6%, ou R\$25.074 mil, nas multas e acréscimos moratórios em função, principalmente, de: (i) Termo de Ajuste de Conduta (Processo ANEEL n° 48500.003647/2007-63), no valor de R\$18.611 mil, aplicados a Companhia, em 2007, em função do não cumprimento dos níveis de DEC e FEC acordados com a ANEEL; (ii) revisão de pagamentos de impostos relativos aos anos de 2002, 2003 e 2004 (denúncia espontânea) no valor de R\$4.753 mil; e (iii) multas e juros, no valor de R\$2.748 mil referente à IR e CSLL no período janeiro a fevereiro de 2003, não recolhidos por força de uma decisão liminar cassada em 2006.
- Redução de 22,3%, ou R\$23.430 mil, nos juros de debêntures em função da liquidação 1ª série da 3ª Emissão de debêntures da Companhia, realizada em março de 2008, no montante de R\$290.000 mil.
- Redução de 52,0%, ou R\$23.362 mil, nas tarifas bancárias uma vez que, em 2008, foi extinto o pagamento de CPMF, enquanto que, em 2007, foram destinados R\$16.708 mil para pagamento dessa contribuição.

Provisão para IR e CSLL

A despesa com IR e CSLL (corrente e diferida) apresentou incremento de 80,6%, ou R\$64.811 mil, passando de - R\$80.427 mil no exercício de 2007 para - R\$145.238 mil no exercício de 2008. Dentre os fatores que resultaram nessa redução, destaca-se principalmente o aumento em 82,5% do "Resultado Antes Tributação/ Participação".

Análise da Comparação dos Resultados da Emissora Relativos aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2007.

Nos títulos abaixo, as expressões "em 2006" e "em 2007" referem-se aos resultados da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2007, respectivamente.

Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços

No exercício de 2007, a conta de Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços da Companhia apresentou um incremento em relação ao exercício de 2006 de 3,1%, ou R\$102.627 mil, passando de R\$3.294.152 mil para R\$3.396.779 mil. Este incremento é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 3,9%, ou R\$118.588 mil, na Receita de Fornecimento de Energia (rubrica "Consumidores, Concessionários e Permissionários"), tendo em vista o aumento no volume de energia faturada pela Emissora em 3,49%, atrelado ao reajuste tarifário médio de 2007, no valor de 1,90%, vigente a partir de 15 de março de 2007.
- Incremento de 72,2%, ou R\$39.227 mil, na rubrica "Baixa Renda", devido à provisão realizada em 2006, no valor de R\$51.000 mil, reflexo do ajuste na base de clientes decorrente da fiscalização da ANEEL realizada em setembro de 2006. Essa rubrica refere-se ao recebimento do subsídio do Governo Federal que complementa as contas de energia dos consumidores classificados na classe "Baixa Renda" e que usufruem o benefício da tarifa social.
- Redução de 95,0%, ou R\$33.307 mil, na rubrica de "Fornecimento Não Faturado" que se refere, principalmente, a uma reclassificação, em 2006, de fornecimento de energia para energia não faturada devido à emissão de faturas no início do mês subsequente.

Deduções da Receita Bruta

A conta de Deduções da Receita Bruta, que inclui basicamente tributos (ICMS, ISS, PIS e COFINS) e os encargos setoriais, apresentaram um incremento de 16,3%, ou R\$177.402 mil, passando de - R\$1.087.287 mil no exercício de 2006 para - R\$1.264.689 mil no exercício de 2007. Este incremento é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 7,2%, ou R\$56.651 mil, na rubrica "ICMS", tendo em vista o aumento no pagamento deste tributo em decorrência do aumento da receita bruta de vendas e/ou serviços, gerada principalmente pelo aumento no volume de energia vendida.
- Incremento de R\$149.181 mil na rubrica "Subvenções CCC/CDE" devido à mudança na forma de contabilização da Conta de "Compensação de Combustíveis Fósseis" – CCC conforme definido no despacho da ANEEL nº 3.073, em vigor desde 1º de janeiro de 2007 ("Despacho ANEEL nº 3.073"), que determinou que esse encargo passasse a ser contabilizado como deduções da receita ao invés de despesas operacionais. Essa rubrica refere-se ao rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do país. Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL, para cada concessionária de distribuição, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoeletricas.
- Incremento de R\$21.343 mil na rubrica "Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética"- P&D deve-se, principalmente, à mudança na forma de contabilização definida no Despacho ANEEL nº 3.073. O encargo referente à Pesquisa e Desenvolvimento Energético (P&D) foi criado pela Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que estabelece que as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar anualmente o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% em programas de eficiência energética.
- Redução de 15,8%, ou R\$34.622 mil, na rubrica "COFINS" que engloba os valores de CVA contabilizados à época, de acordo com o reajuste tarifário anual. Em decorrência da mudança de critério de repasse de custo da COFINS ao consumidor, a partir do ano de 2006, a CVA de COFINS passou a ser amortizada.

Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

A conta de Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos, que envolve os custos de compra de energia, encargos do uso do sistema de distribuição e os custos de operação, apresentou um incremento de R\$13.843 mil, ou 1,1%, passando de - R\$1.305.373 mil no exercício de 2006 para - R\$1.319.216 mil no exercício de 2007. Este incremento é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 1,3%, ou R\$12.408 mil, na rubrica "Energia Elétrica Comprada para Revenda", tendo em vista o aumento de 3,3% do volume de energia comprada para atender ao mercado da Companhia. Vale ressaltar também que os preços contratuais são reajustados anualmente, em sua maioria, pelo IPCA.
- Incremento de 19,1%, ou R\$10.871 mil, na rubrica "Pessoal" devido, principalmente, ao: (i) acordo coletivo que aprovou reajuste salarial de 2,86%; (ii) maior número médio de funcionários ao longo do ano de 2007; e (iii) incremento de 47% do bônus pago aos colaboradores pelo de metas.
- Redução de 5,6%, ou R\$7.571 mil, na rubrica "Depreciação e Amortização" em função da Resolução Normativa da ANEEL nº 240 que estabelece a equalização das taxas anuais de depreciação para os ativos de uso e características semelhantes, no âmbito da distribuição e da transmissão de energia elétrica, que passou a vigorar em 5 de dezembro de 2006.

Despesas/Receitas Operacionais

No exercício de 2007, a conta de Despesas/Receitas Operacionais apresentou uma redução em relação ao exercício de 2006 de 22,3%, ou R\$165.831 mil, passando de - R\$744.947 mil para - R\$579.116 mil. Esta redução é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Incremento de 154,4%, ou R\$78.623 mil, na rubrica "Despesa com Vendas". A variação se explica, principalmente, pelo incremento dos saldos das contas de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa e de Perda com Títulos Incobráveis, pois as mesmas passaram a ser alocadas na rubrica "Despesas com Vendas", a partir de 2007, devido ao entendimento de que estão mais diretamente relacionadas a esta rubrica que à de "Despesas Gerais e Administrativas", onde eram alocadas em 2006.

- Redução de 61,8%, ou R\$308.467 mil, na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas" devido, principalmente, à reclassificação das contas de Consumo de Combustível e de Desenvolvimento Energético, conforme mudança na contabilização definida no Despacho ANEEL nº 3.073. Vide comentários constantes do item "Deduções da Receita" nessa seção acima. Compensada em parte pela alocação das despesas não operacionais na linha de "outras despesas".
- Incremento de 32,9% ou R\$64.013 mil, na rubrica "Despesas Financeiras" no exercício de 2007 comparativamente ao exercício de 2006, passando de - R\$194.787 mil para - R\$258.800 mil. Vide comentários constantes do item "Resultado Financeiro" abaixo.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia apresentou um incremento de 32,9%, ou R\$64.013 mil, no exercício de 2007 comparativamente ao exercício de 2006, passando de - R\$194.787 mil para - R\$258.800 mil. Este incremento é efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

- Redução de 73,3%, ou R\$89.404 mil, na receita financeira referente ao ativo regulatório explicada, principalmente, pela constituição, em 2006, de ajuste de atualização referente ao saldo de Ativo Regulatório conforme Ofício 2212/05 (Fiscalização da ANEEL ocorrida em 2006).
- Redução de 22,0%, ou R\$37.749 mil, nos encargos da dívida devido, principalmente, à atualização monetária, em 2006, da liminar cassada em 2006, referente ao processo que concedia direito de compensação integral dos prejuízos fiscais e base negativa.
- Incremento de 519,1%, ou R\$26.411 mil, nas multas e acréscimos moratórios, explicada, principalmente, por: (i) Termo de Ajuste de Conduta (Processo ANEEL nº 48500.003647/2007-63), no valor de R\$18.611 mil, aplicado a Companhia, em 2007, em função do não cumprimento dos indicadores de continuidade DEC e FEC relativos aos anos de 2003 a 2006, acordados com a ANEEL (a Companhia e ANEEL acordaram que não haveria desembolso desse valor, e sim aplicação integral em investimentos na qualidade da rede); (ii) revisão de pagamentos de impostos relativos aos anos de 2002, 2003 e 2004 (denúncia espontânea) no valor de R\$4.753 mil; e (iii) multas e juros, no valor de R\$2.748 mil referente a IR e CSLL no período janeiro a fevereiro de 2003, que não estavam sendo recolhidos por força de liminar cassada em 2006.
- Incremento R\$13.207 mil na despesa financeira com partes relacionadas provocado pela desvalorização do Dólar frente ao Real ao longo do ano de 2007, o que reduziu o ativo (em moeda estrangeira) da Ampla com a Enersis. Para maiores informações, vide página 62 das Demonstrações Financeiras da Emissora relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, constante do "Anexo E", na página 530 deste Prospecto.
- Redução de R\$16.461 mil nas perdas com operações com derivativos uma vez que foram liquidados, em 6 de dezembro de 2006, os contratos em moedas estrangeiras que eram protegidos por derivativos – *swaps*, não havendo despesa a partir dessa data.
- Incremento de 21,3%, ou R\$18.467 mil, nos juros de debêntures pelo aumento de saldo de dívida decorrente da 4ª emissão de debêntures da Companhia, no valor de R\$370.000 mil, emitida em 28 de agosto de 2006. Em 2006, houve incidência de juros por 5 meses e, em 2007, houve incidência de juros por 12 meses.
- Redução de 22,2%, ou R\$12.834 mil, nas despesas financeiras com passivo regulatório decorrente, principalmente, da diminuição do Passivo Regulatório conforme Ofício 2212/05 (Fiscalização da ANEEL ocorrida em 2006).

Resultado Não Operacional

O Resultado Não Operacional passou, a partir de 2007, a ser contabilizado nas rubricas de Resultado Operacional ("Outras Receitas" e "Outras Despesas").

Provisão para IR e CSLL

A despesa com IR e CSLL (corrente e diferida) apresentou aumento de R\$76.974 mil, passando de - R\$3.453 mil no exercício de 2006 para - R\$80.427 mil no exercício de 2007. Esse incremento deve-se, principalmente, pelo impacto positivo, em 2006, pela recomposição dos saldos de IR e CSLL Diferidos sobre o prejuízo fiscal base negativa.

EBITDA Ajustado – Comparação do EBITDA Ajustado em 30 de setembro de 2008 e 2009 e 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006.

O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do IR e CSLL, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização, resultados não operacionais e participações. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diversa da Companhia. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o IR e CSLL, a depreciação e amortização, os resultados não operacionais e as participações, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA Ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

A reconciliação entre o EBITDA Ajustado e o lucro líquido da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e nos períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2009 e 2008 é apresentada a seguir:

	30 de setembro de ⁽¹⁾				31 de dezembro de ⁽¹⁾			
	2009	2008	09/08	2008	2007	2006	08/07	07/06
Lucro Líquido	119.751	158.949	-24,7%	281.386	153.331	191.121	83,5%	-19,8%
(-) Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-	n/a	-	-	-	n/a	n/a
(+) Participações	1.290	-	n/a	-	-	-	n/a	n/a
(+) Provisão IR/CSLL	62.934	82.004	-23,3%	145.238	80.427	3.453	80,6%	2229,2%
(-) Resultado não Operacional	-	-	n/a	-	-	(38.029)	n/a	n/a
(+) Financeiras	83.402	127.154	-34,4%	124.841	258.800	194.787	-51,8%	32,9%
(+) Depreciação e Amortização	127.702	123.631	3,3%	154.030	132.169	140.829	16,5%	-6,1%
EBITDA Ajustado (2) (3)	395.079	491.738	-19,7%	705.495	624.727	492.161	12,9%	26,9%
Margem EBITDA Ajustado	20,2%	27,1%	-25,5%	28,8%	29,3%	22,3%	-1,8%	31,4%
Receita Operacional Líquida	1.957.724	1.815.936	7,8%	2.451.329	2.132.090	2.206.865	15,0%	-3,4%

⁽¹⁾ Os valores de EBITDA Ajustado são referentes ao período de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2008 e 2009 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008.

⁽²⁾ Corresponde ao lucro líquido ou prejuízo antes das despesas financeiras líquidas, do IR e CSLL, da depreciação e amortização, dos resultados não operacionais e das participações. O cálculo do EBITDA Ajustado não corresponde a uma prática contábil adotada no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado substituto do lucro líquido, como indicador de desempenho operacional ou substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e a definição de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

⁽³⁾ O ano de 2006 não é comparável com os demais anos em razão dos efeitos do Resultado Não Operacional, que em função da alteração no inciso IV do artigo 187 da MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 (conforme seção "Apresentação das Informações Financeiras – Alinhamento com Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS – Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08", na página 89 deste Prospecto), passou a ser contabilizado no Resultado Operacional ("Outra Receitas" e "Outras Despesas").

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e, portanto, não foi objeto de auditoria ou revisão especial pelos auditores independentes da Companhia.

Balanco Patrimonial

As discussões a seguir relativas aos balanços patrimoniais da Emissora são baseadas em informações obtidas de suas demonstrações financeiras, para os períodos indicados, e foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

A tabela a seguir apresenta as informações do balanço patrimonial da Emissora para os períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2009 e 2008. Para fins de comparação, a tabela apresenta variações percentuais para os períodos indicados.

Ativo R\$ mil	2009	30 de setembro de ⁽¹⁾ AV	2008	AV ⁽¹⁾	09/08 ⁽²⁾
Ativo Circulante	1.543.749	33,8%	1.315.487	28,0%	17,4%
Disponibilidades	463.009	10,1%	239.430	5,1%	93,4%
Créditos	1.076.946	23,6%	1.070.038	22,8%	0,6%
Estoques	2.197	0,0%	3.888	0,1%	-43,5%
Outros	1.597	0,0%	2.131	0,0%	-25,1%
Despesas antecipadas	1.597	0,0%	2.131	0,0%	-25,1%
Ativo Não Circulante	3.024.065	66,2%	3.380.011	72,0%	-10,5%
Ativo Realizável a Longo Prazo	450.789	9,9%	687.613	14,6%	-34,4%
Ativo Permanente	2.573.276	56,3%	2.692.398	57,3%	-4,4%
Investimentos	3.167	0,1%	643	0,0%	392,5%
Imobilizado	2.538.947	55,6%	2.629.721	56,0%	-3,5%
Intangível	31.162	0,7%	60.132	1,3%	-48,2%
Diferido	-	0,0%	1.902	0,0%	n/a
Ativo Total	4.567.814	100,0%	4.695.498	100,0%	-2,7%

Passivo R\$ mil	2009	30 de setembro de AV ⁽¹⁾	2008	AV ⁽¹⁾	09/08 ⁽²⁾
Passivo Circulante	1.218.731	26,7%	913.909	19,5%	33,4%
Empréstimos e Financiamentos	219.788	4,8%	228.728	4,9%	-3,9%
Debêntures	147.838	3,2%	16.917	0,4%	773,9%
Fornecedores	207.834	4,5%	172.671	3,7%	20,4%
Impostos, Taxas e Contribuições	152.816	3,3%	101.592	2,2%	50,4%
Dividendos a Pagar	92.985	2,0%	36.416	0,8%	155,3%
Provisões	602	0,0%	928	0,0%	-35,1%
Dívidas com Pessoas Ligadas	72.695	1,6%	6.846	0,1%	961,9%
Outros	324.173	7,1%	349.811	7,4%	-7,3%
Passivo Não Circulante	1.683.431	36,9%	2.040.604	43,5%	-17,5%
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.683.431	36,9%	2.040.604	43,5%	-17,5%
Empréstimos e Financiamentos	614.780	13,5%	744.803	15,9%	-17,5%
Debêntures	370.000	8,1%	504.176	10,7%	-26,6%
Provisões	342.489	7,5%	444.532	9,5%	-23,0%
Dívidas com Pessoas Ligadas	2.844	0,1%	3.054	0,1%	-6,9%
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	0,0%	-	0,0%	n/a
Outros	353.318	7,7%	344.039	7,3%	2,7%
Resultados de Exercícios Futuros	-	0,0%	-	0,0%	n/a
Patrimônio Líquido	1.665.652	36,5%	1.740.985	37,1%	-4,3%
Capital Social Realizado	998.230	21,9%	998.230	21,3%	0,0%
Reservas de Capital	23.254	0,5%	23.253	0,5%	0,0%
Reservas de Reavaliação	-	0,0%	213.370	4,5%	n/a
Reservas de Lucro	524.417	11,5%	337.847	7,2%	55,2%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	n/a
Lucros/Prejuízos Acumulados	119.751	2,6%	168.285	3,6%	-28,8%
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	0,0%	-	0,0%	n/a
Passivo Total	4.567.814	100,0%	4.695.498	100,0%	-2,7%

(1) Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação ao total do Ativo ou do Passivo, respectivamente

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados

Análise da Comparação dos Balanços Patrimoniais de 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008.

Nos títulos abaixo, as expressões "9M08" e "9M09" referem-se aos resultados da Emissora no período de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2008 e 30 de setembro de 2009, respectivamente.

Ativo

Ativo Circulante

No 9M09 a conta de Ativo circulante da Companhia foi de R\$1.543.749 mil, correspondendo a 33,8% de seu ativo total. Comparando-se esse montante com o valor de R\$1.315.487 mil referente ao Ativo Circulante apurado no mesmo período de 2008, observa-se um incremento de 17,4% ocasionado principalmente pelas variações das subcontas a seguir:

Disponibilidades

No 9M09, a conta de disponibilidades da Companhia, que inclui numerários e aplicações financeiras disponíveis foi de R\$463.009 mil, representando um incremento de 93,4% em relação ao valor de R\$239.430 mil apurado no mesmo período de 2008. Esse incremento se deve, principalmente, pelo recebimento de R\$193.250 mil (o equivalente na época a US\$82 milhões) do Empréstimo com a Enersis em dezembro de 2008. Vide página 22 das Demonstrações Financeiras da Emissora relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, constante do "Anexo E", na página 576 deste Prospecto.

Créditos

No 9M09, o valor referente à conta Créditos foi de R\$1.076.946 mil, representando um incremento de 0,6% em relação ao valor de R\$1.070.038 mil apurado no mesmo período de 2008. Essa redução foi ocasionada, principalmente, pelas variações das subcontas a seguir:

Clientes

No 9M09, o valor referente à conta de clientes foi de R\$820.081 mil, representando uma redução de 5,1% em relação a R\$864.322 mil apurado no mesmo período de 2008. Essa redução se refere principalmente a:

- Redução de 55,5%, no valor de R\$132.706 mil na rubrica "Ativos Regulatórios", tendo em vista a recuperação dos ativos regulatórios (Energia Livre e Perda de Receita).
- Incremento de 79,3%, no valor de R\$34.600 mil, na rubrica "Rendas a Receber", tendo em vista o aumento do saldo de serviços em curso (registro de gasto com pessoal, material e serviços na execução de obras prestadas a terceiros) e serviços prestados (registro de crédito contra terceiro na execução de serviços solicitados).
- Incremento de 4,2%, no valor de R\$31.851 mil, na rubrica "Consumidores, Concessionários e Permissionários.", que reflete ao saldo de contas a receber de fornecimento de energia.
- Incremento de 65,7%, no valor de R\$11.429 mil, na rubrica "Devedores Diversos", incremento referente ao aumento do saldo de aluguel de equipamentos, adiantamento de fornecedores e cauções de depósitos vinculados.

Créditos diversos

No 9M09, o valor referente da conta de Créditos Diversos foi de R\$450.064 mil, representando uma redução de 14,7% em relação ao valor de R\$527.322 mil apurados no mesmo período de 2008. Essa redução se deve, principalmente, à transferência de longo para curto prazo dos ativos regulatórios (Energia Livre e Perda de Receita) no valor de R\$81.871 mil.

Estoques

No 9M09, o saldo da conta Estoques referente a materiais de operação e manutenção foi de R\$2.197 mil representando uma redução de 43,5%, em relação ao valor de R\$3.888 mil do mesmo período de 2008. Essa redução foi ocasionada pela maior utilização de materiais destinados a manutenção do sistema elétrico da Companhia.

Despesa Antecipada

No 9M09, o valor da conta Despesa Antecipada foi de R\$1.597 mil, representando uma redução de 25,1% em relação ao valor de R\$2.131 mil apurado no mesmo período de 2008. Essa redução se refere às amortizações dos custos com emissão de debêntures e comissões bancárias.

Ativo Não Circulante

No 9M09, o valor do Ativo Não Circulante da Companhia foi de R\$3.024.065 mil, correspondendo a 66,2% de seu Ativo Total. Comparando-se com o mesmo período de 2008 observa-se uma redução de 10,5% ocasionada, principalmente, pelas variações das subcontas a seguir:

Ativo Realizável a Longo Prazo

No 9M09, o valor do Ativo Realizável a Longo Prazo foi de R\$450.789 mil, representando uma redução de 34,4%, em relação ao valor de R\$687.613 mil apurado no mesmo período de 2008. Esta redução está relacionada, principalmente, a variação nas subcontas Créditos Diversos e Outros conforme comentários a seguir:

Créditos Diversos

No 9M09, o valor referente da conta de Créditos Diversos foi de R\$450.064 mil, representando uma redução de 14,7% em relação ao valor de R\$527.322 mil apurados no mesmo período de 2008. Essa redução se deve, principalmente, à transferência de longo para curto prazo dos ativos regulatórios (Energia Livre e Perda de Receita) no valor de R\$81.871 mil.

Créditos com Pessoas Ligadas

No 9M09, o valor referente à conta de Créditos com Pessoas Ligadas foi de R\$725 mil, representando uma redução de 99,5% em relação ao valor de R\$158.219 mil apurado no mesmo período de 2008. Essa redução se deve ao recebimento do Empréstimo com a Enersis em dezembro de 2008.

Outros

No 9M09, a conta de Outros não apresenta saldo, o que representa uma redução de 100,0% em relação ao valor de R\$2.072 mil apurado no mesmo período de 2008. Em dezembro de 2008 foi transferido para o curto prazo todo o saldo de comissões bancárias e custos das debêntures.

Ativo Permanente

No 9M09, o valor referente ao Ativo Permanente foi de R\$2.573.276 mil, representando uma redução de 4,4% em relação ao valor de R\$2.692.398 mil apurado no mesmo período de 2008, ocasionado principalmente pelas variações das subcontas a seguir:

Investimentos

No 9M09, o valor referente à conta de Investimentos foi de R\$3.167 mil, representando um incremento de 392,5% em relação ao valor de R\$643 mil apurado no mesmo período de 2008. Conforme SDI (Solicitação de Documentos e Informações) da ANEEL de maio de 2009, os postes utilizados apenas para fins de aluguel foram reclassificados da conta de imobilizado para investimento em 2009.

Imobilizado

No 9M09, o valor referente a conta "Imobilizado" foi de R\$2.538.947 mil, representando uma redução de 3,5% em relação ao valor de R\$2.629.721 mil referente à conta "Imobilizado" apurado no mesmo período de 2008. Essa redução se refere à reversão da constituição da reserva de reavaliação ocorrida em dezembro de 2008.

Intangível

No 9M09, o valor referente ao intangível foi de R\$31.162 mil, representando uma redução de 48,2% em relação ao valor de R\$60.132 mil apurado no mesmo período de 2008. Essa redução se refere principalmente a: (i) depreciação do custo histórico de marcas e patentes e; (ii) servidões cujo saldo foi transferido para o imobilizado.

Diferido

No 9M09, o valor referente à conta de Diferido foi baixado do Balanço da Companhia de acordo com as novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/07 e a MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09). O valor referente à conta Diferido no mesmo período em 2008 era de R\$1.902.

Passivo

Passivo Circulante

No 9M09, o valor referente à conta de Passivo Circulante da Companhia foi de R\$1.218.731 mil, correspondendo a 26,7% de seu Passivo Total, representando, um incremento de 33,4% comparado ao valor de R\$913.909 mil apurado do mesmo período de 2008. Esse incremento foi ocasionado, principalmente, pelas variações das subcontas a seguir:

Empréstimos e Financiamentos

No 9M09, o valor referente à conta de Empréstimos e Financiamentos de curto prazo foi de R\$219.788 mil, representando uma redução de 3,9% em relação ao valor de R\$228.728 mil apurado no mesmo período de 2008. Essa redução se refere à queda dos juros a pagar de contratos liquidados em junho e julho de 2009.

Debêntures

No 9M09, o valor referente à conta de Debêntures de curto prazo foi de R\$147.838 mil, representando um incremento de 773,9% em relação ao valor de R\$16.917 mil referente à conta de Debêntures apurado no mesmo período de 2008. Esse incremento corresponde principalmente à transferência de longo para curto prazo da 2ª série da 3ª Emissão de Debêntures com o vencimento em fevereiro de 2010.

Fornecedores

No 9M09, o valor referente à conta de Fornecedores foi de R\$207.834 mil, representando um incremento de 20,4% em relação ao valor de R\$172.671 mil apurado no mesmo período de 2008. Esse incremento se refere a: (i) aumento de saldo a pagar com fornecedores referente a materiais e serviços no valor de R\$34.481 mil; (ii) aumento do saldo a pagar a Furnas.

Impostos, Taxas e Contribuições

No 9M09, o valor referente à conta de Impostos, Taxas e Contribuições foi de R\$152.816 mil, representando um incremento de 50,4% em relação ao valor de R\$101.592 mil apurado do mesmo período de 2008. Esse incremento se deve, principalmente, ao aumento de saldo a pagar de IR e CSLL no valor de R\$50.919 mil.

Dividendos a Pagar

No 9M09, o valor de Dividendos a Pagar foi de R\$92.985 mil, representando um aumento de 155,3% em relação ao valor de R\$36.416 mil apurado no mesmo período de 2008. Esse saldo corresponde aos dividendos deliberados referentes ao exercício de 2008, e o incremento se deve por: (i) incremento de 83,5% no lucro líquido em relação a 2007; e (ii) destinação, em 2007, de 25% sobre seu resultado para os dividendos enquanto que em 2008 foram destinados 35% sobre seu resultado.

Provisões

No 9M09, o valor referente à conta de Provisões foi de R\$602 mil, representando uma redução de 35,1% em relação ao valor de R\$928 mil apurado no mesmo período de 2008. Essa variação se refere à redução dos saldos de provisão de contingência cíveis e trabalhistas.

Dívidas com Pessoas Ligadas

No 9M09, o valor referente à conta de Dívidas com Pessoas Ligadas foi de R\$72.695 mil, representando um incremento de 961,9% em relação ao valor de R\$6.846 mil apurado no mesmo período de 2008. Esse incremento se refere à constituição da provisão do contrato de compra de energia com a Enertrade no valor de R\$68.623 mil.

Outros

No 9M09, o valor referente à conta de Outros foi de R\$324.173 mil, representando uma redução de 7,3% em relação ao valor de R\$349.811 mil apurado no mesmo período de 2008. Essa redução se deve, principalmente, às amortizações das CVA's das transmissoras de energia elétrica no valor de R\$12.611 mil.

Passivo Não Circulante

No 9M09, o valor referente à conta do Passivo Não Circulante foi de R\$1.683.431 mil, representando uma redução de 17,5% em relação ao valor R\$2.040.604 mil apurado no mesmo período de 2008. Esta conta representa 36,9% do total do passivo da Companhia.

Passivo Exigível a Longo Prazo

No 9M09, o Passivo Exigível a Longo Prazo foi de R\$1.683.431 mil, representando uma redução de 17,5% em relação ao valor de R\$2.040.604 mil apurado no mesmo período de 2008. Esse incremento está relacionado, principalmente, às variações das subcontas abaixo:

Empréstimos e Financiamentos

No 9M09, o valor referente à conta de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo foi de R\$614.780 mil, representando uma redução de 17,5% em relação ao valor de R\$744.803 mil apurados no mesmo período de 2008. Essa redução se refere à transferência de Longo para Curto prazo dos contratos de empréstimos bancários.

Provisões

No 9M09, o valor referente à conta de Provisões foi de R\$342.489 mil, representando uma redução de 23,0% em relação ao valor de R\$444.532 mil apurado do mesmo período de 2008. Essa variação se refere à redução dos saldos de provisão para contingências fiscais e trabalhistas.

Dívidas com Pessoas Ligadas

No 9M09, o valor referente à conta de Dívida com Pessoas Ligadas foi de R\$2.844 mil, representando uma redução de 6,9% em relação ao valor de R\$3.054 mil apurado do mesmo período de 2008. Essa variação se refere à atualização monetária dos contratos de prestação de serviços especializados com empresas relacionadas.

Outros

No 9M09, o valor referente à conta Outros foi de R\$353.318 mil, representando um incremento de 2,7% em relação ao valor de R\$344.039 mil apurado no mesmo período de 2008. Essa redução se refere, principalmente, à transferência de Longo para Curto prazo do Passivo Regulatório de Energia Livre.

Patrimônio Líquido

No 9M09, o saldo da conta de Patrimônio Líquido foi de R\$1.665.652 mil, representando uma redução de 4,3% em relação ao valor de R\$1.740.985 mil apurado no mesmo período de 2008. O Patrimônio Líquido representa 36,5% do total do Passivo da Companhia no 9M09. Esse incremento ocorreu conforme apresentado nas subcontas abaixo:

Capital Social Realizado

No 9M09, o saldo da conta Capital Social Realizado foi de R\$998.230 mil, mesmo valor apurado no ano de 2008, não tendo havido, portanto, qualquer variação.

Reservas de Capital

No 9M09, o saldo da conta de Reserva de Capital foi de R\$23.254 mil, mesmo valor apurado no ano de 2008, não tendo havido, portanto, qualquer variação.

Reservas de Reavaliação

Em 2009, não se constituiu a Reserva de Reavaliação devido à alteração da Lei nº 11.638/07. O saldo em setembro de 2008 era de R\$213.370 mil. Em dezembro de 2008 a Companhia estornou todo o saldo, zerando o saldo da conta.

Reserva de Lucro

No 9M09, o valor referente à conta de Reserva de Lucro foi de R\$524.417 mil, representando um aumento de 55,2% em relação ao valor de R\$337.847 mil apurado no mesmo período de 2008. Esse aumento se deve a: (i) proposta da Administração de retenção de lucros no valor de R\$172.596 mil, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, sendo totalmente provenientes do Lucro Líquido do Exercício de 2008; e (ii) constituição da Reserva Legal de 2007 no valor de R\$13.975 mil.

Lucros Acumulados

No 9M09, o valor referente à conta de lucro e prejuízos acumulados foi de R\$119.751 mil, representando uma redução de 28,8% em relação ao valor de R\$168.285 mil apurado no mesmo período de 2008. Essa redução se refere, principalmente, à queda no Lucro Líquido, no 9M09, de 24,7% em relação ao mesmo período de 2008.

A tabela a seguir apresenta as informações do balanço patrimonial da Emissora para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006. Para fins de comparação, a tabela apresenta variações percentuais para os períodos indicados.

Ativo R\$ mil	2008	AV ⁽¹⁾	2007	31 de dezembro de AV ⁽¹⁾	2006	AV ⁽¹⁾	08/07 ⁽²⁾	07/06 ⁽²⁾
Ativo Circulante	1.532.874	34,2%	1.536.820	31,9%	1.220.520	27,8%	-0,3%	25,9%
Disponibilidades	461.422	10,3%	462.654	9,6%	144.176	3,3%	-0,3%	220,9%
Créditos	1.067.713	23,8%	1.063.803	22,1%	1.064.889	24,2%	0,4%	-0,1%
Estoques	2.671	0,1%	5.613	0,1%	4.678	0,1%	-52,4%	20,0%
Outros	1.068	0,0%	4.750	0,1%	6.777	0,2%	-77,5%	-29,9%
Despesas antecipadas	1.068	0,0%	4.750	0,1%	6.777	0,2%	-77,5%	-29,9%
Ativo Não Circulante	2.954.247	65,8%	3.286.740	68,1%	3.174.369	72,2%	-10,1%	3,5%
Ativo Realizável a Longo Prazo	506.386	11,3%	722.899	15,0%	848.927	19,3%	-30,0%	-14,8%
Ativo Permanente	2.447.861	54,6%	2.563.841	53,2%	2.325.442	52,9%	-4,5%	10,3%
Investimentos	974	0,0%	1.505	0,0%	1.477	0,0%	-35,3%	1,9%
Imobilizado	2.412.021	53,8%	2.528.166	52,4%	2.287.458	52,0%	-4,6%	10,5%
Intangível	34.866	0,8%	32.889	0,7%	36.507	0,8%	6,0%	-9,9%
Diferido	-	0,0%	1.281	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Ativo Total	4.487.121	100,0%	4.823.560	100,0%	4.394.889	100,0%	-7,0%	9,8%

Passivo R\$ mil	2008	AV ⁽¹⁾	2007	31 de dezembro de AV ⁽¹⁾	2006	AV ⁽¹⁾	08/07 ⁽²⁾	07/06 ⁽²⁾
Passivo Circulante	1.058.584	23,6%	1.108.850	23,0%	1.074.320	24,4%	-4,5%	3,2%
Empréstimos e Financiamentos	311.600	6,9%	123.825	2,6%	27.609	0,6%	151,6%	348,5%
Debêntures	34.508	0,8%	329.986	6,8%	45.465	1,0%	-89,5%	625,8%
Fornecedores	191.504	4,3%	155.732	3,2%	167.599	3,8%	23,0%	-7,1%
Impostos, Taxas e Contribuições	110.552	2,5%	100.415	2,1%	363.554	8,3%	10,1%	-72,4%
Dividendos a Pagar	93.068	2,1%	36.416	0,8%	45.391	1,0%	155,6%	-19,8%
Provisões	470	0,0%	1.115	0,0%	1.041	0,0%	-57,8%	7,1%
Dívidas com Pessoas Ligadas	9.286	0,2%	31.317	0,6%	50.001	1,1%	-70,3%	-37,4%
Outros	307.596	6,9%	330.044	6,8%	373.660	8,5%	-6,8%	-11,7%
Passivo Não Circulante	1.882.635	42,0%	2.132.673	44,2%	1.855.401	42,2%	-11,7%	14,9%
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.882.635	42,0%	2.132.673	44,2%	1.855.401	42,2%	-11,7%	14,9%
Empréstimos e Financiamentos	671.286	15,0%	883.611	18,3%	385.112	8,8%	-24,0%	129,4%
Debêntures	505.846	11,3%	493.598	10,2%	774.785	17,6%	2,5%	-36,3%
Provisões	405.251	9,0%	419.115	8,7%	404.305	9,2%	-3,3%	3,7%
Dívidas com Pessoas Ligadas	3.736	0,1%	2.826	0,1%	3.411	0,1%	32,2%	-17,2%
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Outros	296.516	6,6%	333.523	6,9%	287.788	6,5%	-11,1%	15,9%
Resultados de Exercícios Futuros	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Patrimônio Líquido	1.545.902	34,5%	1.582.037	32,8%	1.465.168	33,3%	-2,3%	8,0%
Capital Social Realizado	998.230	22,2%	998.230	20,7%	998.230	22,7%	0,0%	0,0%
Reservas de Capital	23.254	0,5%	23.254	0,5%	23.254	0,5%	0,0%	0,0%
Reservas de Reavaliação	-	0,0%	222.706	4,6%	236.091	5,4%	n/a	-5,7%
Reservas de Lucro	524.418	11,7%	337.847	7,0%	207.593	4,7%	55,2%	62,7%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	n/a	n/a
Passivo Total	4.487.121	100,0%	4.823.560	100,0%	4.394.889	100,0%	-7,0%	9,8%

(1) Indicam os percentuais de representatividade das linhas em relação ao total do Ativo ou do Passivo, respectivamente

(2) Indicam os percentuais de variação em relação aos períodos indicados

Análise da Comparação dos Balanços Patrimoniais de 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007.

Nos títulos abaixo, as expressões "em 2007" e "em 2008" referem-se a 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008, respectivamente.

Ativo

Ativo Circulante

Em 2008, o valor do Ativo Circulante da Companhia foi de R\$1.532.874 mil, correspondendo a 34,2% de seu ativo total representando uma redução de 0,3% no valor de R\$1.536.820 mil referente ao Ativo Circulante apurado no ano de 2007. Essa redução decorre, principalmente, pelas variações das subcontas a seguir:

Disponibilidades

Em 2008, o valor referente à conta Disponibilidades da Companhia, incluindo numerários e aplicações financeiras disponíveis, foi de R\$461.422 mil, representando uma redução de 0,3% em relação ao valor de R\$462.654 mil apurado no ano de 2007.

Créditos

Em 2008, o valor referente à conta Créditos foi de R\$1.067.713 mil, representando um aumento de 0,4% em relação ao valor de R\$1.063.803 mil apurado no ano de 2007, ocasionado principalmente pelas variações das subcontas a seguir:

Clientes

Em 2008, o valor referente à conta Clientes foi de R\$858.792 mil, representando um aumento de 0,5% em relação ao valor de R\$854.498 mil apurado no ano de 2007, o que não representa variação relevante.

Créditos Diversos

Em 2008, o valor referente a Créditos Diversos foi de R\$208.921 mil, representando uma redução de 0,2% aos R\$209.305 mil do ano de 2007, o que não representa variação relevante.

Estoques

Em 2008, o valor referente a conta Estoques foi de R\$2.671 mil representando uma redução de 52,4%, em relação ao valor de R\$5.613 mil referente à conta "Estoques" apurado no ano de 2007. A variação apresentada nesta conta decorre, principalmente, da maior utilização de materiais destinados à manutenção do sistema elétrico da Companhia.

Despesa Antecipada

Em 2008, o valor referente à conta Despesa Antecipada foi de R\$1.068 mil, representando uma redução de 77,5% em relação ao valor de R\$4.750 mil apurado no ano de 2007. Essa redução se refere, principalmente, a amortização dos custos com Emissão de Debêntures e Comissão Bancária.

Ativo Não Circulante

Em 2008, o valor referente ao Ativo Não Circulante da Companhia foi de R\$2.954.247 mil, correspondendo a 65,8% de seu Ativo Total, representando uma redução de 10,1% em relação ao valor de R\$3.286.740 mil apurado no ano de 2007.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Em 2008, o valor da conta Ativo Realizável a Longo Prazo foi de R\$506.386 mil, correspondendo uma redução de 30,0% em relação ao valor de R\$722.899 mil apurado no ano de 2007. Esta redução está relacionada, principalmente, à variação nas subcontas créditos diversos e outros conforme comentários a seguir:

Créditos Diversos

Em 2008, o valor referente à conta Créditos Diversos foi de R\$505.639 mil, representando uma redução de 13,0% em relação ao valor de R\$581.034 mil apurado no ano de 2007. Esta variação ocorreu, principalmente, pela transferência para curto prazo da recuperação dos ativos regulatórios no valor de R\$27.880 mil e baixas do ativo de IR e CSLL, no montante de R\$43.111 mil.

Créditos com Pessoas Ligadas

Em 2008, o valor referente à conta de Créditos com Pessoas Ligadas foi de R\$747 mil, representando uma redução de 99,5% em relação ao valor de R\$139.243 mil apurado no mesmo período de 2008. Essa redução se deve ao recebimento do Empréstimo com a Enersis em dezembro de 2008.

Outros

Em 2008, não há saldo na conta de Outros, pois as comissões das Debêntures, no valor de R\$2.622 mil, existentes no ano de 2007 foram totalmente amortizadas.

Ativo Permanente

Em 2008, o valor referente à conta Ativo Permanente foi de R\$2.447.861 mil, representando uma redução de 4,5% em relação ao valor de R\$2.563.841 mil apurado no ano de 2007, ocasionada, principalmente, pelas variações das subcontas a seguir:

Investimentos

Em 2008, o valor referente à conta Investimentos foi de R\$974 mil, representando uma redução de 35,3% em relação ao valor de R\$1.505 mil apurado no ano de 2007.

Imobilizado

Em 2008, o valor referente à conta Imobilizado foi de R\$2.412.021 mil, representando uma redução de 4,6% em relação ao valor de R\$2.528.166 mil apurado no ano de 2007. Essa variação corresponde, principalmente, à extinção da reavaliação de ativos, diante das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Intangível

Em 2008, o valor referente à conta Intangível foi de R\$34.866 mil, representando um aumento de 6,0% em relação ao valor de R\$32.889 mil apurado no ano de 2007. Esse aumento se deve, principalmente, pelo aumento de saldo de Licenciamento de Software.

Diferido

Em 2008, os valores referentes à conta Diferido foram baixados de acordo com as novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/07 e a MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09.

Passivo

Passivo Circulante

Em 2008, o valor apurado na conta Passivo Circulante da Companhia foi de R\$1.058.584 mil, correspondendo a 23,6% de seu passivo total Representando uma redução de 4,5% em relação ao valor apurado no ano de 2007 ocasionada, principalmente, pelas variações das subcontas a seguir:

Empréstimos e Financiamentos

Em 2008, o valor apurado na conta Empréstimos e Financiamentos de curto prazo foi de R\$311.600 mil, representando um incremento de 151,6% em relação ao valor de R\$123.825 mil apurado no ano de 2007. Esse incremento corresponde, principalmente, a valores transferidos de parcelas vencíveis do longo para o curto prazo referente ao financiamento do BNDES (Capex) e de empréstimos bancários de capital de giro – Banco Bradesco S.A. e Unibanco - União dos Bancos Brasileiros S.A.

Debêntures

Em 2008, o valor apurado na conta de Debêntures foi de R\$34.508 mil, representando uma redução de 89,5% em relação ao valor de R\$329.986 mil apurado no ano de 2007. Essa redução está relacionada, principalmente, ao pagamento da 1ª série da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia realizado em 2008, no valor de R\$290.000 mil.

Fornecedores

Em 2008, o valor apurado na conta de Fornecedores foi de R\$191.504 mil, representando um incremento de 23,0% em relação ao valor de R\$155.732 mil apurado no ano de 2007. Esse incremento se refere, principalmente, ao efeito combinado dos aumentos de preço e de quantidade de energia comprada. Em 2008, devido à desconstrução da energia comprada pela Companhia da Endesa CIEN (aproximadamente 12% do total de energia comprada pela Companhia), a Companhia recorreu ao mercado spot (CCEE) que nos primeiros meses do ano de 2008, em função do cenário hidrológico desfavorável e dos baixos níveis dos reservatórios, apresentava preços de energia muito elevados, chegando a alcançar até R\$570/MWh.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 2008, o valor referente à conta Impostos, Taxas e Contribuições foi de R\$110.552 mil, representando um aumento de 10,1% em relação ao valor de R\$100.415 mil apurado no ano de 2007. Esse incremento se refere principalmente ao aumento dos valores a pagar de IR, CSLL e ICMS.

Dividendos a Pagar

Em 2008, o valor referente à conta de Dividendos a Pagar foi de R\$93.068 mil, representando um aumento de 155,6% em relação ao valor de R\$36.416 mil apurado no ano de 2007. Esse aumento se deve por: (i) incremento de 83,5% no lucro líquido da Companhia em relação a 2007; e (ii) destinação, em 2007, de 25% do resultado para pagamento dos dividendos enquanto que em 2008 foi destinado 35% do resultado para pagamento dos dividendos.

Provisões

Em 2008, o valor referente à conta de Provisões foi de R\$470 mil, representando uma redução de 57,8% em relação ao valor de R\$1.115 mil apurado no ano de 2007.

Dívidas com Pessoas Ligadas

Em 2008, o valor referente à conta de Dívidas com Pessoas Ligadas foi de R\$9.286 mil, representando uma redução de 70,3% em relação ao valor de R\$31.317 mil apurado no ano de 2007. Essa redução se deve, principalmente, ao encerramento, em 2008, do contrato de compra de energia com a Endesa CIEN cujo saldo totalizava R\$18.279 mil, em 2007.

Outros

Em 2008, o valor referente à conta de Outros foi de R\$307.596 mil, representando uma redução de 6,8% em relação ao valor de R\$330.044 mil apurado no ano de 2007. Essa redução se deve, principalmente, às amortizações da CVA das Transmissoras ao longo de 2008 no valor de R\$11.465 mil.

Passivo Não Circulante

Em 2008, o valor apurado na conta do Passivo Não Circulante foi de R\$1.882.635 mil, representando uma redução de 11,7% em relação ao valor de R\$2.132.673 mil apurado no ano de 2007. O Passivo Não Circulante corresponde a 42,0% do total do Passivo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Em 2008, o valor apurado na conta Passivo Exigível a Longo Prazo foi de R\$1.882.635 mil, representando uma redução de 11,7% em relação ao valor de R\$2.132.673 mil apurado no ano de 2007. Esse incremento está relacionado à variação das subcontas a seguir:

Empréstimos e Financiamentos

Em 2008, o valor apurado na conta de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo foi de R\$671.286 mil, representando uma redução de 24,0% em relação ao valor de R\$883.611 mil apurado no ano de 2007. Essa redução se refere à transferência para o circulante dos empréstimos de capital de giro, principalmente os contratos firmados com o Banco Bradesco S.A. e Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S.A.

Debêntures

Em 2008, o valor apurado na conta de Debêntures de longo prazo foi de R\$505.846 mil, representando um incremento de 2,5% em relação ao valor de R\$493.598 mil apurado no ano de 2007. Esse aumento se refere, principalmente, à atualização monetária da 2ª série da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, no montante de R\$110.000 mil, a qual é indexada ao IGP-M.

Provisões

Em 2008, o valor apurado na conta de Provisões foi de R\$405.251 mil, representando uma redução de 3,3% em relação ao valor de R\$419.115 mil apurado no ano de 2007. Essa redução se refere, principalmente, à redução do valor a pagar de contingências trabalhistas e fiscais no montante de R\$46.850 mil e R\$5.307 mil respectivamente, que foram compensados parcialmente pelo incremento de contingências cíveis no valor de R\$38.293 mil.

Dívidas com Pessoas Ligadas

Em 2008, o valor apurado na conta Dívida com Pessoas Ligadas foi de R\$3.736 mil, representando um aumento de 32,2% em relação ao valor de R\$2.826 mil apurado no ano de 2007. Esse aumento se refere à atualização monetária dos contratos de prestação de serviços especializados com empresa relacionada.

Outros

Em 2008, o valor apurado na conta Outros foi de R\$296.516 mil, representando uma redução de 11,1% em relação ao valor de R\$333.523 mil apurado no ano de 2007. Essa redução se deve, principalmente, à transferência de do passivo regulatório de Energia Livre de longo para curto prazo.

Patrimônio Líquido

Em 2008, a conta de Patrimônio Líquido foi de R\$1.545.902 mil, representando uma redução de 2,3% em relação ao valor de R\$1.582.037 mil apurado em de 2007. Essa redução está relacionada às variações das subcontas a seguir:

Capital Social Realizado

Em 2008, foi apurado o valor de R\$998.230 mil referente à conta Capital Social Realizado, mesmo valor apurado para o ano de 2007, não tendo havido variação.

Reservas de Capital

Em 2008, , foi apurado o valor de R\$23.254 mil referente à conta Reserva de Capital, mesmo valor apurado para o ano de 2007, não tendo havido variação.

Reserva de Reavaliação

Em 2008, não foi mais constituída a Reserva de Reavaliação devido à alteração introduzida pela Lei nº 11.638/07. O saldo da conta de Reserva de Reavaliação em 2007 era de R\$222.706 mil e foi estornado pela Companhia no ano de 2008.

Reserva de Lucro

Em 2008, a conta de Reserva de Lucro foi de R\$524.418 mil, representando um aumento de 55,2% em relação ao valor de R\$337.847 mil apurado no ano de 2007. Esse aumento se deve : (i) à proposta da Administração de retenção de lucros na ordem de R\$172.596 mil, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, sendo totalmente proveniente do lucro líquido do exercício; e (ii) constituição da reserva legal de 2007 no valor de R\$13.975 mil.

Análise da Comparação dos Balanços Patrimoniais de 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2007

Nos títulos abaixo, as expressões "em 2006" e "em 2007" referem-se a 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2007, respectivamente.

Ativo

Ativo Circulante

Em 2007, o Ativo Circulante da Companhia foi de R\$1.536.820 mil, correspondendo a 31,9% de seu ativo total. Comparando-se esse montante com o valor de R\$1.220.520 mil apurado no ano de 2006, observa-se um crescimento de 25,9% ocasionado, principalmente, pelas variações das subcontas a seguir:

Disponibilidades

Em 2007 o valor apurado na conta Disponibilidades da Companhia incluindo numerários e aplicações financeiras disponíveis foram de R\$462.654 mil, representando um acréscimo de 220,9% em relação a R\$144.176 mil apurado no ano de 2006. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) aumento de 1,9% no reajuste tarifário de 2007 com reflexo positivo no caixa da Companhia de abril a dezembro de 2007; (ii) captação de empréstimos bancários em dezembro de 2007 para a liquidação da 1ª série da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, no valor de R\$290.000 mil, em 2008; e (iii) redução no índice de perdas de -0,45p.p. em relação a 2006, que ocasionou em maior geração de caixa.

Créditos

Em 2007, o valor referente à conta Créditos foi de R\$1.063.803 mil, representando uma redução de 0,1% em relação ao valor de R\$1.064.889 mil apurado no ano de 2006. Essa redução foi ocasionada principalmente pelas variações das subcontas a seguir:

Clientes

Em 2007, o valor referente à conta Clientes foi de R\$854.498 mil, representando um incremento de 1,9% em relação ao valor de R\$838.857 mil apurado no ano de 2006.

Créditos Diversos

Em 2007, o valor referente à conta Créditos Diversos foi de R\$209.305 mil, representando uma redução de 7,4% em relação ao valor de R\$226.032 mil apurado no ano de 2006. Essa redução ocorreu, principalmente, em virtude da redução de tributos a compensar no montante de R\$16.695 mil.

Estoques

Em 2007, o saldo da conta Estoques foi de R\$5.613 mil representando um aumento de 20,0%, em relação ao valor de R\$4.678 mil de 2006. Esse aumento ocorreu principalmente pela menor utilização de materiais destinados à manutenção do sistema elétrico da Companhia.

Despesa Antecipada

Em 2007, o valor da conta Despesa Antecipada foi de R\$4.750 mil, representando uma redução de 29,9% em relação ao valor de R\$6.777 mil apurado no ano de 2006. Essa redução se refere, principalmente, a amortização dos custos com Emissão de Debêntures e Comissão Bancária.

Ativo Não Circulante

Em 2007, o valor do Ativo Não Circulante da Companhia foi de R\$3.286.740 mil, correspondendo a 68,1% de seu Ativo Total. O valor do "Ativo não Circulante" da Companhia apurado no ano de 2006 foi de R\$3.174.369 mil, o que representa um aumento de 3,5% em relação ao valor apurado no ano de 2007, ocasionado, principalmente, pelas variações das subcontas a seguir:

Ativo Realizável a Longo Prazo

Em 2007, o valor do Ativo Realizável a Longo Prazo foi de R\$722.899 mil, correspondendo a uma redução de 14,8% em relação ao valor de R\$848.927 mil apurado no ano de 2006. Esta redução está relacionada, principalmente, à variação nas subcontas Créditos Diversos e Outros conforme comentários a seguir:

Créditos Diversos

Em 2007, o valor referente aa conta Créditos Diversos foi de R\$581.034 mil, representando uma redução de 16,1% em relação ao valor de R\$692.906 mil apurado no ano de 2006. Esta variação ocorreu, principalmente, pela transferência para curto prazo da recuperação dos ativos regulatórios e baixas do ativo de IR e CSLL diferido (contingências e prejuízo fiscal) da Companhia, nos valores de R\$66.273 mil e R\$47.405 mil, respectivamente.

Créditos com Pessoas Ligadas

Em 2007, o valor referente à conta de Créditos com Pessoas Ligadas foi de R\$139.243 mil, representando uma redução de 8,5% em relação ao valor de R\$152.255 mil apurado no mesmo período de 2007. Essa redução se deve a atualização do Empréstimos com a Enersis ao longo de 2007 devido a desvalorização do dólar ocorrida no ano.

Outros

Em 2007, o saldo da conta Outros foi de R\$2.622 mil, representando uma redução de 30,4% em relação ao valor de R\$3.766 mil apurado no ano de 2006. Essa variação corresponde à transferência para o circulante das amortizações de despesas da emissão de debêntures e comissão bancária.

Ativo Permanente

Em 2007, o valor referente ao Ativo Permanente foi de R\$2.563.841 mil, representando um incremento de 10,3% em relação ao valor de R\$2.325.442 mil apurado no ano de 2006, ocasionado principalmente pelas variações das subcontas a seguir:

Investimentos

Em 2007, o valor apurado na conta de Investimentos foi de R\$1.505 mil, representando um incremento de 1,9% em relação ao valor de R\$1.477 mil apurado no ano de 2006.

Imobilizado

Em 2007, o valor referente à conta Imobilizado foi de R\$2.528.166 mil, representando um incremento de 10,5% em relação ao valor de R\$2.287.458 mil apurado no ano de 2006. Esse incremento ocorreu, principalmente, em virtude de investimentos no imobilizado da Companhia, principalmente, com aquisição de máquinas e equipamentos.

Intangível

Em 2007, o valor referente ao Intangível foi de R\$32.889 mil, representando uma redução de 9,9% em relação ao valor de R\$36.507 mil apurado no ano de 2006.

Diferido

Em 2007, o valor referente à conta Diferido foi de R\$1.281 mil. Esse valor se refere aos custos com o processo de revisão tarifária (como por exemplo, consultoria) e que em 2006 eram classificados como despesa antecipada.

Passivo

Passivo Circulante

Em 2007, o valor apurado na conta Passivo Circulante da Companhia foi de R\$1.108.850 mil, correspondendo a 23,0% de seu passivo total, representando um incremento de 3,2% comparado ao valor de R\$1.074.320 mil apurado no ano de 2006. Esse incremento foi ocasionado em virtude das variações das subcontas a seguir:

Empréstimos e Financiamentos

Em 2007, o valor apurado na conta Empréstimos e Financiamentos de curto prazo foi de R\$123.825 mil, representando um incremento de 348,5% em relação ao valor de R\$27.609 mil apurado no ano de 2006. Esse incremento corresponde principalmente a: (i) transferência de longo para curto prazo do financiamento do BNDES Ativo Regulatório (financiamento ocasionado pelo racionamento de energia elétrica ocorrido em 2001) no valor de R\$41.707 mil; e (ii) transferência de longo para curto prazo do financiamento do BNDES Finem Rede Ampla (financiamento de projeto para combate no furto de energia) no valor de R\$48.794 mil.

Debêntures

Em 2007, o valor apurado na conta de Debêntures de curto prazo foi de R\$329.986 mil, representando um incremento de 625,8% em relação ao valor de R\$45.465 mil apurado no ano de 2006. Esse incremento corresponde, principalmente, à transferência de longo para curto prazo da 1ª série da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia no valor de R\$290.000 mil, liquidadas em março de 2008.

Fornecedores

Em 2007, o valor apurado na conta de Fornecedores foi de R\$155.732 mil, representando uma redução de 7,1% em relação ao valor de R\$167.599 mil apurado no ano de 2006. Essa redução se refere, principalmente, à queda do saldo devedor (compra de energia) a pagar à Eletrobrás no valor de R\$9.430 mil, reflexo da variação cambial negativa do dólar de 2006 para 2007.

Impostos, Taxas e Contribuições

Em 2007, o valor apurado na conta de Impostos, Taxas e Contribuições foi de R\$100.415 mil, representando uma redução de 72,4% em relação ao valor de R\$363.554 mil apurado no ano de 2006. Em 14 de dezembro de 2006, a Companhia teve uma liminar cassada no processo que lhe concedia direito de compensação integral dos prejuízos fiscais e base negativa (sem limitação de 30%). Com isso, a Companhia obteve 30 dias para o pagamento de todo o IR e CSLL sem multa, tendo liquidado esse montante, R\$240.691 mil, em 11 de janeiro de 2007.

Dividendos a Pagar

Em 2007, o valor de Dividendos a Pagar foi de R\$36.416 mil, representando uma redução de 19,8% em relação ao valor de R\$45.391 mil apurado no ano de 2006. Esta variação reflete diretamente o menor resultado da Companhia em 2007, comparado a 2006, uma vez que se manteve o percentual de 25% de dividendos sobre o resultado.

Provisões

Em 2007, o valor da conta Provisões foi de R\$1.115 mil, representando um incremento de 7,1% em relação ao valor de R\$1.041 mil apurado no ano de 2006.

Dívidas com Pessoas Ligadas

Em 2007, o valor da conta Dívidas com Pessoas Ligadas foi de R\$31.317 mil, representando uma redução de 37,4% em relação ao valor de R\$50.001 mil apurado no ano de 2006. Essa redução decorre, principalmente, da redução do montante de energia contratado com a Endesa CIEN.

Outros

Em 2007, o valor apurado na conta Outros foi de R\$330.044 mil, representando uma redução de 11,7% em relação ao valor de R\$373.660 mil apurado no ano de 2006. Esta redução se refere, principalmente, às amortizações da CVA das Transmissoras.

Passivo Não Circulante

Em 2007, o valor apurado na conta Passivo Não Circulante foi de R\$2.132.673 mil, representando um incremento de 14,9% em relação ao valor de R\$1.855.401 mil apurado no ano de 2006. Esta conta representava 44,2% do total do Passivo em 2007.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Em 2007, o valor apurado na conta Passivo Exigível a Longo Prazo foi de R\$2.132.673 mil, representando uma redução de 14,9% em relação ao valor de R\$1.855.401 mil apurado no ano de 2006. Esta redução está relacionada, principalmente, à variação nas subcontas a seguir:

Empréstimos e Financiamentos

Em 2007, o valor referente à conta de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo foi de R\$883.611 mil, representando um aumento de 129,4% em relação ao valor de R\$385.112 mil apurado no ano de 2006. Esse incremento está relacionado, principalmente, as seguintes captações de empréstimos bancários: (i) de R\$290.000 mil para a liquidação da 1ª série da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia em março de 2008; e (ii) R\$240.000 mil para pagamento do IR, devido em razão da cassação da liminar de compensação de IR.

Debêntures

Em 2007, o valor referente à conta de Debêntures de longo prazo foi de R\$493.598 mil, representando uma redução de 36,3% em relação ao valor de R\$774.785 mil apurado no ano de 2006. Essa redução corresponde, principalmente, à transferência de longo para curto prazo da 1ª série da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia no valor de R\$290.000 mil, liquidadas em março de 2008.

Provisões

Em 2007, o valor referente à conta de Provisões foi de R\$419.115 mil, representando um incremento de 3,7% em relação ao valor de R\$404.305 mil apurado no ano de 2006. Esse incremento se deve, principalmente, ao aumento de R\$14.601 mil na provisão de contingências trabalhistas.

Dívidas com Pessoas Ligadas

Em 2007, o valor referente à conta Dívida com Pessoas Ligadas foi de R\$2.826 mil, representando uma redução de 17,2% em relação ao valor de R\$3.411 mil apurado no ano de 2006. Essa redução ocorreu principalmente em virtude de variação cambial do contrato de prestação de serviços especializados com empresas relacionadas devido a desvalorização do dólar frente ao real ocorrida no período.

Outros

Em 2007, o valor referente à conta Outros foi de R\$333.523 mil, representando um incremento de 15,9% em relação ao valor de R\$287.788 mil apurados no ano de 2006. Esse aumento se deve, principalmente, pela transferência de longo para curto prazo de obrigações com benefício pós-emprego e passivo regulatório nos valores de R\$20.659 mil e R\$3.900 mil respectivamente.

Patrimônio Líquido

Em 2007, o valor referente à conta de Patrimônio Líquido foi de R\$1.582.037 mil, representando um aumento de 8,0% em relação ao valor de R\$1.465.168 mil apurado no ano de 2006. O Patrimônio Líquido representou 32,8% do total do Passivo em 2007. Esse incremento está relacionado às variações das subcontas a seguir:

Capital Social Realizado

Em 2007, o valor referente à conta Capital Social Realizado foi de R\$998.230 mil, mesmo valor apurado no ano de 2006, não tendo havido, portanto, qualquer variação.

Reservas de Capital

Em 2007, o valor referente à conta de Reserva de Capital foi de R\$23.254 mil, mesmo valor apurado no ano de 2006, não tendo havido, portanto, qualquer variação.

Reserva de Reavaliação

Em 2007, o valor referente à conta de Reserva de Reavaliação foi de R\$222.706 mil, representando uma redução de 5,7% em relação ao valor de R\$236.091 mil apurado no ano de 2006. Essa redução se refere às realizações da reserva de reavaliação de bens do Ativo Imobilizado.

Reserva de Lucro

Em 2007, o valor referente à conta de Reserva de Lucro foi de R\$337.847 mil, representando um aumento de 62,7% em relação ao valor R\$207.593 mil apurado no ano de 2006. Esse aumento se deve a: (i) proposta da Administração de retenção de lucros na ordem de R\$122.587 mil para fins de aplicação sob forma de orçamento de capital, nos termos do Art. 196 da Lei das Sociedades por Ações, sendo a parcela de R\$109.248 mil proveniente do lucro líquido do exercício da Companhia; e (ii) constituição da reserva legal em 2007 no valor de R\$7.666 mil.

Liquidez e Recursos de Capital

Os investimentos da Companhia na atividade de distribuição de energia elétrica cresceram de forma consistente nos últimos anos. Os investimentos de capital nos anos de 2006, 2007 e 2008, conforme demonstrações financeiras da Companhia, foram, respectivamente, de R\$437.194 mil, R\$430.520 mil e R\$394.924 mil. A Companhia financiou tais investimentos por meio do fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais e de dívidas de curto e longo prazo.

Historicamente, as atividades da Companhia geraram fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais de forma relativamente consistentes, de modo que espera que tal tendência se mantenha no futuro. Todavia, a Companhia possui dívidas em montante significativo, totalizando, em 30 de setembro de 2009, aproximadamente R\$1.352 milhões em dívidas, sendo R\$368 milhões de curto prazo (27,2%) e R\$985 milhões de longo prazo (72,8%). Em 30 de setembro de 2008, a dívida total da Companhia era de R\$1.495 milhões. Além disso, a Companhia pretende continuar recorrendo a empréstimos para financiar seus investimentos no futuro.

Fluxo de Caixa

Origens dos Recursos

A principal fonte de recursos operacionais da Companhia é o fluxo de caixa gerado com as atividades operacionais. Os fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais, conforme demonstrações financeiras da Companhia, totalizaram R\$450.021 mil em 2006, R\$756.711 mil em 2007, R\$853.283 mil em 2008. A Companhia entende que os fluxos de caixa provenientes de suas atividades operacionais são suficientes para suas necessidades de recursos. Todavia, a Companhia geralmente financia seus investimentos em (investimentos por demanda, extensão da rede, qualidade do sistema elétrico e combate às perdas) por meio da utilização de empréstimos bancários, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento.

Utilização de recursos

Os recursos provenientes do fluxo de caixa das atividades operacionais são principalmente utilizados como capital de giro, investimentos de capital, amortização de dívidas e pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia.

Em 29 de abril de 2009, a assembléia geral ordinária da Companhia aprovou a proposta de distribuição de R\$92.936.064,41 em dividendos, ou seja, 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido, representando uma distribuição de R\$0,023692973 por lote de mil ações da Companhia. Os dividendos serão integralmente pagos até 31 de dezembro de 2009.

Derivativos

A Companhia não possui dívidas em moeda estrangeira e nem obtém instrumentos de derivativos.

Endividamento e Estratégia Financeira

Em 30 de setembro de 2009, o endividamento total bruto da Companhia é de R\$1.352.406 mil. Esse endividamento é composto por R\$367.625 mil de dívida de curto prazo (ou 27,2% do endividamento total), e R\$984.780 mil de dívidas de longo prazo (ou 72,8% do endividamento total). Em 30 de setembro de 2009, a Companhia não possui dívidas contraídas junto a partes relacionadas. Segue o quadro com a abertura da dívida:

R\$ mil		31 de dezembro de			31 de setembro de	
Dívida		2006	2007	2008	2008	2009
CP	Empréstimos e Financiamentos	27.609	123.825	311.600	228.728	219.788
	Debêntures	45.465	329.986	34.508	16.917	147.838
LP	Empréstimos e Financiamentos	385.112	883.611	671.286	744.803	614.780
	Debêntures	774.785	493.598	505.846	504.176	370.000
Dívida Bruta		1.232.971	1.831.020	1.523.240	1.494.624	1.352.406
Disponibilidades		144.176	462.654	461.422	239.430	463.009
Dívida Líquida		1.088.795	1.368.366	1.061.818	1.255.194	889.397

Segue abaixo um gráfico com a curva de amortização da dívida da Companhia, considerando o principal de dívida de curto e de longo prazos, em 30 de setembro de 2009 (R\$ milhões).



Os credores da Companhia em 30 de setembro de 2009 são: Debenturistas, Bndes, Bancos e Eletrobrás. Com relação à origem das fontes, as posições de 30 de setembro de 2009 demonstram os saldos dos empréstimos e financiamentos que foram distribuídos conforme tabela abaixo:

Credor	Saldo (R\$ mil)	Percentual
Debenturistas	R\$517.838	38,3%
BNDES	R\$268.265	19,8%
Eletrobrás	R\$15.856	1,2%
Bancos	R\$550.447	40,7%
Total	R\$1.352.406	100,0%

O custo da dívida foi de 14,04% a.a. em 2006, 13,55% a.a. em 2007, 14,01% a.a. em 2008 e 11,98% a.a. no período de 9 meses compreendido entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2009. A redução nesse período de 2009 se refere, principalmente, à queda na taxa de juros (CDI) que remunera 68,4% da dívida da Ampla. A tabela abaixo informa a abertura da dívida por indexador em 30 de setembro de 2009.

Taxa	Saldo (R\$ mil)	Percentual
CDI	R\$925.976	68,5%
TJLP	R\$268.265	19,8%
IGP-M	R\$142.309	10,5%
RGR	R\$15.856	1,2%
Total	R\$1.352.406	100,0%

O vencimento médio foi de 3,18 anos em 2006, 2,65 anos em 2007, 2,58 anos em 2008 e 2,02 anos no 9M09. A redução da vida média da dívida ao longo dos anos se refere aos vencimentos de diversos contratos de 2010 a 2012.

A estratégia financeira da Companhia é de: (i) continuar o alongamento do prazo médio de vencimento de seu endividamento, inclusive por meio do pagamento de dívidas de curto prazo com recursos de empréstimos e financiamentos de longo prazo; e (ii) preservar sua liquidez em patamares prudentes.

Nossas obrigações contratuais em 30 de setembro de 2009 são resumidas da seguinte forma:

Valores (R\$ mil)	30 de setembro de 2009				
	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos em Moeda Nacional	R\$219.788	R\$438.004	R\$169.027	R\$7.749	R\$834.568
Debêntures	R\$147.838	R\$370.000	-	-	R\$517.838
Total	R\$367.626	R\$808.004	R\$169.027	R\$7.749	R\$1.352.406

A Companhia celebra contratos de locação de imóveis, na qualidade de locadora e locatária, sendo os principais deles os contratos de locação dos prédios onde funcionam as administrações centrais em Niterói e São Gonçalo. Mensalmente, a Companhia recebe aproximadamente o valor de R\$0,074 milhões referente aos aluguéis pagos por terceiros e paga aproximadamente o valor de R\$0,53 milhões referente aos aluguéis devidos a terceiros pela locação dos imóveis.

Abaixo apresentamos as principais informações sobre os contratos por meio dos quais a Companhia assumiu dívidas e/ou prestou garantias (data base 30 de setembro de 2009):

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

- Finame - Início em dezembro de 2004 e término em junho de 2010;
Destinação dos recursos obtidos: aquisição de equipamentos nacionais; e
Garantia prestada: recebíveis de clientes e recursos mantidos em conta reserva.
- Finem-Rede Ampla – Início em agosto de 2005 e término em junho de 2011;
Destinação dos recursos obtidos: financiamento do projeto de investimentos "Rede Ampla" (combate ao furto de energia) no período de 2005 a 2007. O valor da linha de crédito aprovada foi de R\$165.000 mil, dos quais 100% já foram sacados pela Ampla; e
Garantia prestada: recebíveis de clientes e recursos mantidos em conta reserva.
- Capex – Início em novembro de 2006 e término em junho de 2012;
Destinação dos recursos obtidos: financiamento dos projetos de modernização, expansão e qualidade da rede, em toda área de concessão da Ampla, no período de 2006 a 2008; a linha de crédito aprovada é de R\$301.425 mil; até 30 de setembro de 2009, a Ampla já havia sacado 73% desse valor; e
Garantia prestada: recebíveis de clientes e recursos mantidos em conta reserva.

(b) Eletrobrás

- Reluz – Início em janeiro de 2005 e término em junho de 2010;
Destinação dos recursos obtidos: Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente; dois contratos totalizando financiamento no montante de R\$750 mil; e
Garantia prestada: recebíveis de clientes.
- Luz para Todos – Início em setembro de 2008 e término em março de 2011;
Destinação dos recursos obtidos: Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso de Energia; três contratos totalizando financiamento no montante de R\$15.559 mil; e

Garantia prestada: recebíveis de clientes.

(c) Bradesco S.A.

- Contrato de Empréstimo no valor principal de R\$23.333 mil, com início em janeiro de 2007 e término em dezembro de 2009;

Destinação dos recursos obtidos: necessidade de caixa de curto prazo, ocasionada pela queda da liminar de compensação de imposto de renda, em janeiro de 2007; e

Não foram prestadas garantias.

- Contrato de Empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor principal de R\$13.350 mil, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012;

Destinação dos recursos obtidos: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida);

Não foram prestadas garantias; e

Carência para pagamento de principal: 3 anos.

- CCB – Cédula de Crédito Bancário no valor principal de R\$100.000 mil, com início em fevereiro de 2008 e término em janeiro de 2013;

Destinação dos recursos obtidos: liquidação prévia (pagamento do principal e juros) do empréstimo com Banco Votorantim, realizada em fevereiro de 2008 (refinanciamento de dívida);

Não foram prestadas garantias; e

Carência para pagamento de principal: 3 anos.

(d) Banco Alfa S.A.

- Contrato de empréstimo na modalidade de capital de giro no valor principal de R\$70.000 mil, com início em janeiro de 2007 e término em julho de 2012;

Destinação dos recursos obtidos: necessidade de caixa de curto prazo, ocasionada pela queda da liminar de compensação de imposto de renda, em janeiro de 2007;

Foi emitida nota promissória em favor do credor no âmbito do empréstimo a ser executada no caso de não pagamento pela Companhia; e

Carência para pagamento de principal: 3 anos.

(e) União dos Bancos Brasileiros S.A.

- Contrato de Empréstimo no valor principal de R\$46.667 mil, com início em janeiro de 2007 e término em dezembro de 2009;

Destinação dos recursos obtidos: necessidade de caixa de curto prazo, ocasionada pela queda da liminar de compensação de imposto de renda, em janeiro de 2007; e

Não foram prestadas garantias;

- Contrato de Empréstimo no valor principal de R\$13.300 mil, com início em novembro de 2007 e término em outubro de 2012;

Destinação dos recursos obtidos: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia, realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida);

Não foram prestadas garantias; e

Carência para pagamento de principal: 3 anos.

(f) HSBC Bank Brasil S.A.

- CCB – Cédula de Crédito Bancário emitida no valor principal de R\$30.000 mil, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012;

Destinação dos recursos obtidos: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia, realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida);

Foi emitida nota promissória em favor do credor no âmbito do empréstimo a ser executada no caso de não pagamento pela Companhia; e

Carência para pagamento de principal: 4 anos.

- CCB – Cédula de Crédito Bancário emitida no valor principal de R\$120.000 mil, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012;

Destinação dos recursos obtidos: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia, realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida);

Foi emitida nota promissória em favor do credor no âmbito do empréstimo a ser executada no caso de não pagamento da Companhia; e

Carência para pagamento de principal: 4 anos.

(g) Banco do Brasil S.A.

- Nota de Crédito Comercial emitida no valor principal de R\$100.000 mil, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012;
Destinação dos recursos obtidos: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia, realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida);
Foi emitida nota promissória em favor do credor no âmbito do empréstimo a ser executada no caso de não pagamento da Companhia; e
Carência para pagamento de principal: 6 anos.

(h) Banco Itaú S.A.

- CCB – Cédula de Crédito Bancário emitida no valor principal de R\$13.350 mil, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012;
Destinação dos recursos obtidos: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia, realizado em março de 2009 (refinanciamento de dívida);
Não foram prestadas garantias; e
Carência para pagamento de principal: 3 anos.

Apresentamos abaixo as principais características das emissões das Debêntures emitidas pela Companhia:

Série	3ª emissão 2ª série	4ª emissão série única
Forma e espécie	Nominativa escriturais/sem Garantia nem preferência (quirografia).	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografia).
Quantidade de títulos	11.000 debêntures simples.	37.000 debêntures simples.
Valor nominal	R\$10.000,00	R\$10.000,00
Data de emissão	01 de março de 2005	01 de agosto de 2006
Vencimento final	01 de março de 2010	01 de agosto de 2012
Remuneração	Taxa média IGP-M + 11,4% a.a.	Taxa média DI + 0,85% a.a.
Pagamento dos juros	Anualmente, a partir da data de emissão.	Semestral, a partir da data da emissão.
Amortização programada	No vencimento.	Em 2 parcelas iguais, sendo o 1º ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures.

3ª EMISSÃO

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2005, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures, que teve como objetivos o resgate parcial da 2ª emissão de debêntures (realizado em 31 de março de 2005), o financiamento dos programas de investimentos da Ampla previstos para o ano de 2005 e o pagamento de dívidas de curto prazo, sendo o eventual saldo remanescente utilizado para o reforço de capital de giro.

4ª EMISSÃO

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que teve como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Companhia, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures acima mencionadas, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações Financeiras. Até 30 de setembro de 2009, a Ampla vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices financeiros, na avaliação de sua Administração.

Para mais informações sobre os principais contratos financeiros firmados pela Companhia, vide seção "VI - Informações Sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Contratos Financeiros" na página 175 deste Prospecto.

Capacidade de Pagamento frente ao Endividamento da Companhia

Considerando o seu perfil de endividamento e a sua capacidade e histórico de captação de recursos e geração de caixa, a Companhia acredita que não terá dificuldade em honrar os seus compromissos financeiros. A Companhia espera que os investimentos realizados durante os últimos anos, acrescidos dos investimentos que eventualmente venham a ser realizados futuramente, permitirão aumentar a sua geração de caixa, fortalecendo gradualmente as suas métricas de fluxo de caixa e de crédito e melhorando a sua capacidade de honrar compromissos. Adicionalmente, caso precise contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

Entretanto, os investidores devem considerar os fatores identificados ou discutidos na seção "Fatores de Risco", nas páginas 73 a 86 deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

V - VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Histórico

A Constituição Federal brasileira prevê que a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica pode ser realizada diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, tais serviços eram explorados principalmente pelo Governo Federal. Nos últimos anos, o Governo Federal adotou diversas medidas para reformular o setor elétrico brasileiro. Em geral, essas medidas visavam aumentar a participação do investimento privado e eliminar restrições aos investimentos estrangeiros, aumentando, dessa forma, a concorrência no setor.

Em particular, o Governo Federal adotou as seguintes medidas:

- Em 13 de fevereiro de 1995, o Governo Federal promulgou a Lei de Concessões, que regulamentou o artigo 175 da Constituição Federal, e, em 7 de julho de 1995, a Lei do Setor Elétrico, que estabeleceu normas para outorga e prorrogação das concessões de serviços públicos existentes e desverticalização dos serviços de energia elétrica. Tais leis, em conjunto: (i) exigiram que todas as concessões para prestação de serviços relacionados à energia elétrica fossem outorgadas por meio de processos licitatórios; (ii) permitiram, gradualmente, que determinados consumidores de energia elétrica que apresentassem demanda significativa, designados Consumidores Livres, adquirissem energia elétrica diretamente de concessionárias, permissionárias ou autorizatárias, tendo a opção, desta forma, de escolher seu fornecedor de energia; (iii) criaram a figura dos chamados Produtores Independentes de Energia Elétrica que, por meio de concessão, permissão ou autorização, podem gerar e vender, por sua conta e risco, a totalidade ou parte de sua energia elétrica a Consumidores Livres, distribuidoras, comercializadoras, dentre outros; (iv) concederam aos Consumidores Livres e fornecedores de energia elétrica livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão; e (v) eliminaram a necessidade, por parte das concessionárias, de obter concessão, por meio de licitações, para construção e operação de usinas hidrelétricas com capacidade entre 1MW a 50MW, as PCHs, as quais passaram a estar sujeitas a simples autorização;
- Em 15 de agosto de 1995, por meio da Emenda Constitucional nº 6, foi autorizado o investimento estrangeiro no setor elétrico brasileiro. No período anterior à emenda em questão, basicamente todas as concessões do setor elétrico eram detidas por pessoa física brasileira ou pessoa jurídica controlada por pessoa(s) física(s) brasileira(s) ou pelo Governo Federal;
- A partir de 1995, uma parcela das participações representativas do bloco de controle de geradoras e distribuidoras detidas pela Eletrobrás, pela União e por vários Estados foi vendida a investidores privados;
- A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, instituiu a ANEEL com suas atribuições de órgão regulador e, em 6 de agosto de 1997, foi criado o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE por meio da Lei nº 9.478. Antes de 1997, o setor elétrico no Brasil era totalmente regulado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, que atuava por intermédio do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE. O DNAEE, além de outras, possuía competência para outorgar concessões de geração, transmissão e distribuição de eletricidade e desempenhava importante papel no processo de fixação de tarifas. Atualmente, a competência para fixação de tarifas é atribuída à ANEEL, uma autarquia independente por força da lei que a criou. Já a outorga de concessões compete ao Governo Federal, como Poder Concedente, que atua por meio do MME. Entretanto, o exercício de tal competência também foi delegado à ANEEL por meio de Decreto Presidencial nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003;
- Em 1998, o Governo Federal promulgou a Lei do Setor Elétrico, destinada a reformar a estrutura básica do setor elétrico que dispôs sobre as seguintes matérias:
 - (i) criação de um órgão auto-regulado responsável pela operação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (substituído pela atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e pela determinação dos preços de curto prazo;
 - (ii) exigência de que as distribuidoras e geradoras fizessem os Contratos Iniciais, teoricamente, compromissos de *take-or-pay*, com preços e quantidades aprovados pela ANEEL. A principal finalidade dos Contratos Iniciais foi assegurar que as distribuidoras tivessem acesso ao fornecimento estável de energia elétrica por preços que garantissem uma taxa de retorno fixa às geradoras de energia elétrica durante o período de transição (2002-2005) que culminaria no estabelecimento de um mercado de energia elétrica livre e competitivo;
 - (iii) criação do Operador Nacional do Sistema - ONS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional - SIN;

(iv) estabelecimento de processos licitatórios para outorga de concessões para construção e operação de usinas e instalações de transmissão de energia elétrica;

(v) separação das atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização (desverticalização);

(vi) estabelecimento de restrições de concentração a titularidade de ativos nas áreas de geração e distribuição; e

(vii) a nomeação do BNDES, como agente financeiro do setor, especialmente para dar suporte a novos projetos de geração.

- Em 2000, o Decreto nº 3.371, de 24 de fevereiro de 2000, criou o Programa Prioritário de Termelétricidade – PPT, com a finalidade de diversificar a matriz energética brasileira e diminuir sua forte dependência das usinas hidrelétricas. Os benefícios conferidos às usinas termelétricas nos termos do PPT incluíam: (i) fornecimento garantido de gás durante 20 anos, de acordo com a regulamentação do MME; (ii) garantia de repasse dos custos referentes à aquisição da energia elétrica produzida por usinas termoeletricas até o limite do valor normativo, de acordo com a regulamentação da ANEEL, e (iii) acesso garantido a programa de financiamento especial do BNDES para o setor elétrico;

- Ainda em 2000, a Lei nº 9.991/00, determinou que concessionárias e autorizadas do serviço público de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica passassem a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico - P&D. As empresas que geram energia, exclusivamente, a partir de instalações eólicas, solares, de biomassa e PCHs estão isentas desta obrigação;

- Em 2001, o País enfrentou uma grave crise energética que perdurou até o final do primeiro bimestre de 2002. Como consequência desta crise, o Governo Federal implementou medidas que incluíram:

(i) a instituição do Programa de Racionamento nas regiões mais afetadas pela escassez de energia elétrica, a saber, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil; e

(ii) a criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE (por meio da Medida Provisória nº 2.198-5/2001), que aprovou uma série de medidas de emergência prevendo metas de redução do consumo de energia elétrica para consumidores residenciais, comerciais e industriais situados nas regiões afetadas pelo racionamento, por meio da introdução de regimes tarifários especiais que incentivavam a redução. As metas para redução do consumo das classes residenciais e industriais chegavam a 20%;

- Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o Programa de Racionamento, em razão do aumento da oferta (graças à elevação significativa dos níveis dos reservatórios) e da redução moderada da demanda. Em 29 de abril de 2002, o Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438/02, conforme alterada pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, promulgou novas medidas, tais como:

(a) previsão da RTE, com vistas a ressarcir as distribuidoras e geradoras das perdas financeiras provenientes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica;

(b) criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA, com o objetivo de criar certos incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, tais como projetos de energia eólica, PCHs e biomassa. Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás compra a energia gerada por essas fontes alternativas durante o período de 20 anos e a repassa para os consumidores livres e distribuidoras, as quais se incumbem de incluir os custos do programa em suas tarifas para todos os consumidores finais da área de concessão, à exceção dos consumidores de baixa renda. Em sua fase inicial, o PROINFA está limitado a uma capacidade contratada total de 3.300MW. A maioria dos projetos que se qualificaram para os benefícios oferecidos pelo PROINFA entraram em operação a partir de 30 de dezembro de 2008; e

(c) estabelecimento de regras para universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica, que consiste no atendimento a todos os pedidos de fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras com carga instalada menor ou igual a 50Kw, em tensão inferior a 2,3 kV, inclusive aumento de carga, sem qualquer ônus para o consumidor solicitante, desde que atendidas as condições regulamentares exigidas. A ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, prevendo as metas de universalização até 2014 e estipulando multas no caso de descumprimento destas por parte da concessionária distribuidora. Os recursos provenientes das multas impostas serão aplicados prioritariamente no desenvolvimento da universalização do serviço público de energia elétrica, na forma da regulamentação da ANEEL.

(d) mudança nas condições de enquadramento dos consumidores residenciais de baixa renda;

- em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, em um esforço para reestruturar o setor, tendo por meta precípua proporcionar, aos consumidores, fornecimento seguro de energia elétrica com modicidade tarifária. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi regulamentada por decretos presidenciais dentre os quais o Decreto nº 5.163/04, o qual dispôs, principalmente, sobre a comercialização de energia elétrica.

Geração de Energia Elétrica

O Brasil possui grandes rios de planalto alimentados por chuvas tropicais abundantes que mantêm uma das maiores reservas de água doce do mundo. Em função disso, grande parte da geração de energia elétrica no País é oriunda de usinas hidrelétricas. De acordo com dados obtidos no *website* da ANEEL, a matriz de energia elétrica do Brasil, em 30 de setembro de 2009, era composta pelas seguintes fontes:

Empreendimentos em Operação							
Tipo		Capacidade Instalada		%	Total		%
		Nº de Usinas	(kW)		Nº de Usinas	(kW)	
Hidro		813	78.197.329	68,80	813	78.197.329	68,80
Gás	Natural	91	10.605.802	9,33	122	11.850.285	10,43
	Processo	31	1.244.483	1,09			
Petróleo	Óleo Diesel	777	3.894.983	3,43	798	5.606.177	4,93
	Óleo Residual	21	1.711.194	1,51			
Biomassa	Bagaco de Cana	275	4.311.378	3,79	336	5.825.443	5,12
	Licor Negro	14	1.145.798	1,01			
	Madeira	33	295.017	0,26			
	Biogás	7	41.842	0,04			
	Casca de Arroz	7	31.408	0,03			
Nuclear		2	2.007.000	1,77	2	2.007.000	1,77
Carvão Mineral	Carvão Mineral	8	1.455.104	1,28	8	1.455.104	1,28
Eólica		35	547.684	0,48	35	547.684	0,48
Importação	Paraguai	-	5.650.000	5,46	-	8.170.000	7,19
	Argentina	-	2.250.000	2,17			
	Venezuela	-	200.000	0,19			
	Uruguai	-	70.000	0,07			
Total		2.114	113.659.022	100	2.114	113.659.022	100

Fonte: ANEEL (Matriz de Energia Elétrica – Atualizado em 30 de setembro de 2009)

Nos últimos anos a capacidade instalada de geração do parque energético brasileiro experimentou um acréscimo significativo, acumulando entre os anos de 2000 e 2008 um aumento percentual de aproximadamente 42%, conforme demonstra a tabela abaixo:

Capacidade Instalada de 2000 a 2008 (MW)	
Ano	Potência (MW)
2000	72.299,0
2001	74.876,7
2002	80.314,9
2003	83.807,1
2004	90.678,5
2005	92.865,5
2006	96.294,5
2007	100.352,4
2008	102.609,8

Fonte: ANEEL (Resumo Geral das Usinas – Abril/2009)

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico procurou incentivar a volta dos investimentos no setor. Para o futuro, a ANEEL prevê um aumento da geração de energia total de 21,1GW a partir de usinas entrando em operação entre 2009 e 2013, e mais 13,5GW ainda sem previsão para entrada em operação.

A tabela a seguir ilustra os valores em MW, nos casos abaixo, conforme informações divulgadas pela ANEEL.

	2009	2010	2011	2012	2013	Sem Previsão	Total
Não existem restrições para a entrada em operação	4.925,9	4.148,8	2.117,5	1.600,3	859,2	-	13.651,7
Existem restrições para entrada em operação	1.420,0	2.388,6	1.494,1	1.084,9	1.050,0	3.397,1	10.834,7
Existem graves restrições para entrada em operação	12,5	-	-	19,0	-	10.105,7	10.137,2
	6.358,4	6.537,4	3.611,6	2.704,2	1.909,2	13.502,9	34.623,6

Fonte: ANEEL (Resumo Geral das Usinas – Abril/2009)

Considerando que:

"Não existem restrições para a entrada em operação" significa contrato de concessão assinado, licença ambiental de instalação vigente e obras civis iniciadas e não interrompidas, ou usinas com obras já em andamento.

"Existem restrições para entrada em operação" significa obras não iniciadas e atraso na obtenção das licenças.

"Existem graves restrições para entrada em operação" significa a suspensão do processo de licenciamento ambiental, solicitação de rescisão amigável do contrato de concessão, demandas judiciais, declaração de inviabilidade ambiental do empreendimento e outros.

Transmissão de Energia Elétrica no Brasil

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica dos centros de produção até os centros de consumo é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230kV, que se denomina Rede Básica. A Rede Básica é o conjunto das conexões e instalações de transmissão de energia elétrica integrantes do SIN, relacionados no Anexo I da Resolução ANEEL nº166, de 31 de maio de 2000, e as que vierem a ser declaradas a qualquer tempo ou incluídas como tal pela ANEEL.

As linhas de transmissão no Brasil normalmente são extensas, uma vez que as grandes usinas hidrelétricas estão geralmente situadas a distâncias consideráveis dos centros consumidores de energia. Hoje, o País está quase totalmente interligado. Apenas Amazonas, Roraima, Acre, Amapá, Rondônia e parte do Pará ainda não fazem parte do SIN. Nestes Estados, o abastecimento é feito por pequenas usinas termelétricas ou por usinas hidrelétricas situadas próximas às suas capitais.

O sistema interligado de eletrificação permite que as diferentes regiões permutem energia entre si, quando uma delas apresenta queda no nível dos reservatórios. Como o regime de chuvas é diferente nas regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, as linhas de transmissão de mais alta tensão (500kV ou 750kV) possibilitam que os pontos com produção insuficiente de energia sejam abastecidos por centros de geração em situação favorável.

Qualquer agente do setor elétrico que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica. O Consumidor Livre também tem este direito, uma vez atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, que é assegurado em lei e garantido pela ANEEL, e estimula a concorrência nos segmentos de geração e comercialização da energia elétrica.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, que tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do SIN.

No entanto, no ambiente de transição entre os anos de 2002 e 2005, houve redução gradual de 25% ao ano nas quantias de energia contratadas sob os Contratos Iniciais, as geradoras passaram a pagar pelo uso do sistema de transmissão, enquanto as distribuidoras ficaram sujeitas ao pagamento de 2 tipos de tarifas de transmissão: (i) as tarifas nodais, associadas a cada ponto de conexão de onde essas distribuidoras demandem potência; e (ii) a tarifa de transmissão associada aos Contratos Iniciais, a ser aplicada à parcela de demanda contratada naquele ambiente. Uma vez que os montantes vinculados aos Contratos Iniciais fossem reduzidos a zero, as geradoras, distribuidoras, comercializadoras de energia e os Consumidores Livres passariam a ter contratos livres de uso da transmissão iguais aos contratos dos agentes que surgiram depois que o livre acesso foi regulado. Nesse ambiente livre, a tarifa nodal de transmissão é calculada com base no uso efetivo que cada acessante faz da Rede Básica.

Capacidade de Transmissão

Em 2007, a Rede Básica contemplava aproximadamente 87.286 km de linhas de transmissão e 202.970 MVA de capacidade de transformação, com um total de 970 transformadores subestações. Os recursos empregados na expansão do sistema de transmissão são resultantes de parcerias estabelecidas entre os setores público e privado desde 1999, quando a ANEEL realizou as primeiras licitações para construção de 765 km de extensão de 3 novas linhas de transmissão e dezenas de subestações. Os empreendedores pioneiros que venceram a disputa aplicaram cerca de R\$440 milhões nesses empreendimentos.

Para o decênio 2008-2017, a expansão do sistema de transmissão planejada para todo o território nacional totaliza 36.387 km de linhas de transmissão e 71.357 MVA de transformação. Os investimentos previstos para o período são da ordem de R\$39 bilhões, sendo R\$25 bilhões em linhas de transmissão e R\$14 bilhões em subestações.

Do elenco de projetos merecem destaque o sistema de integração das usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, licitadas em 2008. O conjunto é composto por 2 estações conversoras, de 400 MW, para suprimento local. Além disso, linhas de transmissão em corrente contínua de cerca de 2.500 km escoarão a energia excedente, cuja configuração consiste de 2 bipolos com capacidade de 3.150 MW.

Os investimentos em novos projetos na área de transmissão de energia elétrica no Brasil ultrapassarão os R\$3 bilhões até 2013, com a construção de 2,5 mil quilômetros de linhas e 22 subestações. O cenário está previsto no Programa de Expansão de Transmissão – PET, estudo de planejamento elaborado anualmente pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, cujo ciclo 2009-2013 acaba de ser disponibilizado. Os projetos listados no plano deverão ser licitados a partir deste ano. A região Centro-Oeste que concentrará a maior parte dos investimentos, com um total de R\$1.027 bilhão, seguida pelo Sudeste, somando um montante de R\$998 milhões.

Outros destaques do PET 2009-2013

- Acréscimo de 5 linhas de transmissão e 3 subestações em Goiás, cujos investimentos somarão R\$576,47 milhões (fazendo do estado o líder em volume de recursos a serem investidos no segmento de transmissão no país nos próximos 5 anos, de acordo com o PET 2009-2013).
- Reforço no sistema de transmissão para atendimento ao estado do Espírito Santo, através da LT 500 kV Mesquita – Viana e da LT 230 kV Mascarenhas – Linhares. Os investimentos nos 2 empreendimentos chegarão a R\$296,94 milhões.
- Construção de 3 subestações em Minas Gerais, que juntas receberão R\$245,11 milhões em investimentos.
- Reforço para atendimento a 3 capitais do Nordeste – Fortaleza, Natal e Salvador – com investimentos de R\$243,86 milhões em 4 novas subestações.

Distribuição de Energia Elétrica

O setor de distribuição de energia elétrica no Brasil é bastante fragmentado, operando com 64 distribuidoras em todo território nacional e destas, as 10 maiores representam 58% da energia vendida no País.

O Governo Federal, por meio do seu Programa Nacional de Desestatização, decidiu pela privatização do setor de distribuição. Antes do Programa Nacional de Desestatização, empresas privadas de distribuição de energia eram responsáveis apenas por 3% da energia vendida no País.

Atualmente, as distribuidoras só podem oferecer seus serviços a clientes cativos dentro de sua área de concessão, sob condições e tarifas reguladas pela ANEEL. Dessa forma, se a distribuidora decidir por praticar algum desconto no valor da tarifa regulada, ela se responsabilizará pelo custo incorrido. Deve-se ainda ser levado em consideração o princípio da isonomia.

A distribuição é efetuada por 64 concessionárias, sendo 27 empresas privadas nacionais, 17 empresas privadas estrangeiras, 5 municipais, 8 estaduais e 7 federais.

Comercialização de Energia Elétrica no Brasil

A atividade de comercialização de energia elétrica compreende a compra e venda de energia elétrica no mercado de livre negociação. Dentre as formas de comercialização, destaca-se a importação de energia elétrica, como forma alternativa para ampliar a oferta de energia no sistema elétrico brasileiro. A comercialização de energia como atividade autônoma está sujeita a um regime competitivo, do qual diversos agentes podem participar, entre os quais as geradoras, atuando no regime de serviço público ou no de produção independente, e os agentes comercializadores e/ou importadoras de energia. Diferentemente da prestação dos serviços de distribuição e transmissão, cujos preços são regulados, na comercialização de energia elétrica os preços são fixados livremente, balizados pelas condições de mercado.

Consumidor Livre

Os primeiros alicerces para a contratação de energia nesta modalidade foram reconhecidos pelo artigo 15 da Lei do Setor Elétrico, o qual estipulou que todos os consumidores com carga maior ou igual a 3 MW, atendidos em tensão maior ou igual a 69 kV, podem optar por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com qualquer concessionário, permissionário e autorizado, no mesmo sistema interligado (após o ano 2000), ou produtor independente de energia elétrica (após 1995).

Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW também poderão ser atendidos por outros fornecedores de energia, se tais consumidores passarem a ser supridos por fontes incentivadas de energia alternativa, tais como usinas de biomassa, energia eólica, Pequenas Centrais Hidrelétricas ou sistemas de cogeração qualificada.

Desta maneira, consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3MW, em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer tensão, desde que o suprimento tenha se iniciado após 7 de julho de 1995, podendo optar entre: (i) continuar sendo atendido pelo distribuidor local; (ii) comprar energia elétrica diretamente de um produtor independente ou de autoprodutores com excedentes; ou (iii) comprar energia elétrica por meio de um comercializador.

Existem ainda uma categoria de consumidores livres chamada de Consumidores Especiais, que são aqueles com uma demanda igual ou superior a 500 kW, individualmente ou em conjunto, tal que comprem energia proveniente de fontes incentivadas de energia (eólica, PCH, Biomassa).

Uma vez que o consumidor tenha optado pelo Ambiente de Contratação Livre, este somente poderá retornar ao ambiente regulado se notificar seu Distribuidor Local com 5 anos de antecedência ou em um prazo inferior, a critério da Distribuidora.

Referida preocupação de nosso legislador teve o intento de prevenir a reentrada súbita de consumidores livres no mercado da distribuidora, sem que esta esteja preparada para receber uma excessiva demanda de energia, visto que tais consumidores livres são, via de regra, grandes consumidores de energia (eletrointensivos).

A legislação, a princípio, estabeleceu algumas condições e limites mínimos de consumo e tensão para definir quais os consumidores que poderiam fazer a opção para a categoria de Consumidor Livre. Estes limites seriam reduzidos ao longo dos anos, de forma a permitir que, cada vez mais, um número maior de consumidores pudesse fazer a opção desse direito, até chegar o momento em que todos os consumidores, de todas as classes, pudessem escolher quem será seu fornecedor de energia elétrica. Atualmente, a demanda necessária para que os consumidores façam essa opção é de 3MW.

A lei assegurou aos fornecedores e respectivos Consumidores Livres, acesso aos sistemas de distribuição e transmissão de concessionária e permissionária de serviço público, mediante ressarcimento dos encargos de uso da rede elétrica e dos custos de conexão.

Concessões

A Lei das Concessões estabelece, dentre outras disposições, as condições que a concessionária deverá cumprir na prestação de serviços de energia elétrica, os direitos dos consumidores de energia elétrica, e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir com o regulamento vigente do setor elétrico.

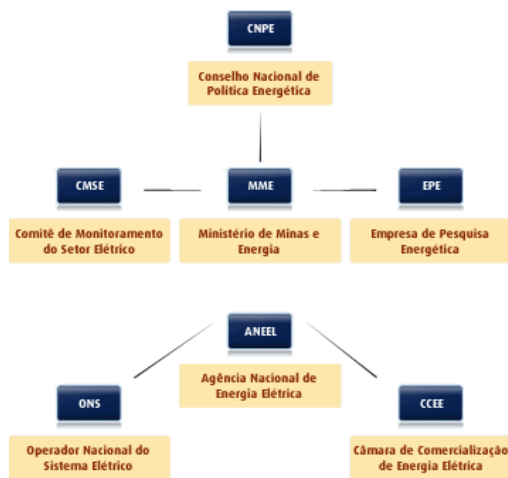
As empresas ou consórcios que desejam construir e/ou operar instalações para geração hidrelétrica com potência acima de 30 MW, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem participar de processos licitatórios. Empresas ou consórcios que desejem atuar em comercialização, geração hidrelétrica com potência superior a 1 MW e igual ou inferior a 30 MW ou geração térmica devem solicitar permissão ou autorização ao MME ou à ANEEL, conforme o caso. Concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia elétrica em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é limitado a 35 anos para novas concessões de geração e 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes poderão ser renovadas a exclusivo critério do Poder Concedente, ainda que a respectiva concessionária tenha cumprido com todas as suas obrigações nos termos dos Contratos de Concessão e solicitada a prorrogação dentro do prazo estabelecido. Assim, não há garantia de que as concessões atualmente outorgadas às respectivas concessionárias, inclusive a Companhia, serão prorrogadas pelo Poder Concedente.

As principais disposições da Lei de Concessões estão descritas de forma resumida, abaixo.

- *Serviço adequado.* A concessionária deve prestar serviço adequado a fim de satisfazer parâmetros de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e acesso ao serviço.
- *Servidões.* O Poder Concedente pode declarar os bens necessários à execução de serviço ou obra pública de necessidade ou utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa ou de desapropriação, em benefício de uma concessionária. Neste caso, a responsabilidade pelas indenizações cabíveis é da concessionária ou do Poder Concedente.
- *Responsabilidade Objetiva.* A concessionária é a responsável direta por todos os danos que sejam resultantes da prestação de seus serviços, independentemente de sua culpa.
- *Mudanças no controle societário.* O Poder Concedente deverá aprovar qualquer mudança direta ou indireta no controle societário da concessionária.
- *Intervenção do Poder Concedente.* O Poder Concedente poderá intervir na concessão com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das condições contratuais, obrigações regulamentares e legais pertinentes, caso a concessionária falhe com suas obrigações. No prazo de 30 dias contado da intervenção, um representante do Poder Concedente deverá iniciar um procedimento administrativo no qual é assegurado à concessionária o direito de contestar a intervenção. Durante o prazo do procedimento administrativo, um interventor indicado por decreto do Poder Concedente ficará responsável pela prestação dos serviços objeto da concessão. Caso o procedimento administrativo não seja concluído em 180 dias após a entrada em vigor do decreto, cessa a intervenção e a concessão retorna à concessionária. A administração da concessão também retornará à concessionária caso o interventor decida pela não extinção da concessão e o seu termo contratual ainda não tenha expirado.

- **Extinção antes do Termo Contratual.** A extinção do contrato de concessão poderá ser determinada por meio de encampação e/ou caducidade. Encampação é a retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por razões relativas ao interesse público, as quais deverão ser expressamente declaradas por lei autorizativa específica. A caducidade deverá ser declarada pelo Poder Concedente após a ANEEL ou o MME terem expedido um ato normativo indicando: (i) a falha da concessionária em cumprir adequadamente com suas obrigações estipuladas no contrato de concessão; (ii) que a concessionária não tem mais a capacidade técnica, financeira ou econômica de prestar o serviço de forma adequada; ou (iii) que a concessionária não cumpriu as penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente. A concessionária tem o direito à ampla defesa no procedimento administrativo que declarar a caducidade da concessão e poderá recorrer judicialmente contra tal ato. A concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados nos bens reversíveis que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados. Nos casos de caducidade, deverão ser descontados da indenização os valores das multas contratuais e dos danos por ela causados.
- **Termo contratual.** Quando do advento do termo contratual, todos os bens, direitos e privilégios transferidos à concessionária que sejam materialmente relativos à prestação dos serviços de energia elétrica, serão revertidos ao Poder Concedente. Após o advento do termo contratual, a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados em bens reversíveis que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados.
- **Penalidades.** A regulamentação da ANEEL prevê a aplicação de sanções e penalidades aos agentes do setor elétrico e classifica as penalidades com base na natureza e na relevância da violação (incluindo advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar em processos de licitação para novas concessões, licenças, autorizações e caducidade). Para cada violação, as multas podem atingir até 2,0% do faturamento da concessionária (deduzido o ICMS), no período de 12 meses imediatamente anterior à notificação de aplicação da sanção. Algumas das infrações que podem resultar em aplicação de multas referem-se à ausência de requerimento, pelo agente, de aprovação da ANEEL, relativos a: (i) celebração de contratos entre partes relacionadas nos casos previstos na regulamentação; (ii) venda ou cessão de bens relacionados aos serviços prestados, bem como a imposição de quaisquer gravames (incluindo qualquer espécie de garantia, caução, fiança, penhor ou hipoteca) sobre a receita dos serviços de energia; ou (iii) alterações no controle do detentor da autorização, permissão ou concessão. No caso de contratos firmados entre partes relacionadas, a agência pode impor, a qualquer tempo, restrições aos seus termos e condições e, em circunstâncias extremas, determinar sua rescisão.

Principais Entidades Regulatórias



Conselho Nacional de Política Energética – CNPE

Em agosto de 1997, foi criado o CNPE para prestar assessoria ao Presidente da República no tocante ao desenvolvimento e criação da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo Ministro de Minas e Energia, sendo a maioria de seus membros ministros do Governo Federal. O CNPE foi criado com a finalidade de otimizar a utilização dos recursos energéticos do Brasil e assegurar o fornecimento de energia elétrica ao País.

Ministério de Minas e Energia – MME

O MME é o principal órgão do setor energético brasileiro, atuando como Poder Concedente em nome do Governo Federal e tendo como sua principal atribuição o estabelecimento das políticas, diretrizes e da regulamentação do setor. Com a promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando principalmente por intermédio do MME, assumiu certas atribuições anteriormente de responsabilidade da ANEEL, incluindo a elaboração de diretrizes que regem a outorga de concessões e a expedição de normas que regem o processo licitatório para concessões de serviços públicos e instalações de energia elétrica. Entretanto, por meio de Decreto Presidencial, o exercício efetivo de tais atribuições foi delegado à ANEEL.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Respeitada a competência do MME, o setor elétrico brasileiro é regulado também pela ANEEL, autarquia federal autônoma. Com a promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser regular e fiscalizar o setor elétrico segundo a política determinada pelo MME e com as atribuições a ela delegadas pelo Governo Federal, por meio do MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) fiscalização de concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive aprovação de tarifas de energia elétrica; (ii) promulgação de regulamentação para o setor elétrico; (iii) implementação e regulamentação da exploração das fontes de energia, incluindo a utilização de energia hidrelétrica; (iv) promoção do processo licitatório para novas concessões; (v) solução de litígios administrativos entre entidades geradoras e compradoras de energia elétrica; (vi) definição dos critérios e metodologia para determinação das tarifas de distribuição e transmissão; e (v) supervisionar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor multas aplicáveis.

Operador Nacional do Sistema – ONS

O ONS foi criado em 1998. O ONS é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, formada pelos Consumidores Livres e empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de outros agentes privados, tais como importadores e exportadores. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico conferiu ao Governo Federal poderes para indicar 3 membros da Diretoria do ONS. O principal papel do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão no SIN, de acordo com a regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e principais responsabilidades do ONS incluem: (i) planejamento da operação da geração e transmissão; (ii) a organização e controle da utilização do SIN e interconexões internacionais; (iii) a garantia de acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória a todos os agentes do setor; (iv) o fornecimento de subsídios para o planejamento da expansão do sistema elétrico; (v) a apresentação ao MME de propostas de ampliações da Rede Básica (propostas estas que serão levadas em consideração no planejamento da expansão do sistema de transmissão); e (vi) a proposição de normas para operação do sistema de transmissão para posterior aprovação pela ANEEL, e a elaboração de um programa de despacho otimizado com base na disponibilidade declarada pelos agentes geradores.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Em 2004, o Governo Federal editou decreto estabelecendo a regulamentação aplicável à CCEE que, a partir de 10 de novembro de 2004, sucedeu o MAE, absorvendo todas as suas atividades, ativos e passivos.

A CCEE foi criada por força da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, sob a forma de pessoa jurídica de direito privado e sob a regulação e fiscalização da ANEEL. A finalidade da CCEE é viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN, promovendo, desde que delegado pela ANEEL, os leilões de compra e venda de energia elétrica. A CCEE será responsável: (i) pelo registro de todos os Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e os contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como dos montantes de potência e energia dos contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre – ACL; e (ii) pela contabilização e liquidação dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado, dentre outras atribuições.

A CCEE é integrada pelos concessionários, permissionários e autorizados de serviços de energia elétrica e pelos Consumidores Livres e o seu conselho de administração será composto de 5 membros, sendo 4 indicados pelos referidos agentes e um pelo MME, que ocupa o cargo de presidente.

Em 26 de outubro de 2004, por meio da Resolução Normativa nº 109, a ANEEL instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, que estabelece a estrutura e a forma de funcionamento da CCEE, dispondo, entre outros assuntos, sobre as obrigações e direitos dos agentes da CCEE, a forma de solução dos conflitos, as condições de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado e no ambiente livre e o processo de contabilização e liquidação financeira das operações realizadas no mercado de curto prazo.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Em 16 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou um decreto que criou a EPE e aprovou o seu Estatuto Social. A EPE é uma empresa pública federal, cuja criação foi autorizada por lei, sendo responsável pela condução de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo, gás natural e seus derivados (carvão mineral, fontes energéticas renováveis, dentre outros), bem como na área de eficiência energética. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiam a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

Em agosto de 2004, o Governo Federal promulgou o decreto que cria o CMSE, que é presidido e coordenado pelo MME e composto por representantes da ANEEL, da Agência Nacional do Petróleo, da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE consistem em: (i) acompanhar as atividades do setor energético; (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica; e (iii) elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando a manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as ao CNPE.

Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico promoveu alterações significativas na regulamentação do setor elétrico com vistas a (i) proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade de geração; e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil com tarifas adequadas, por meio de processos licitatórios. As principais modificações introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- (a) a criação de 2 ambientes paralelos para a comercialização de energia, sendo (i) um mercado de venda de energia elétrica para distribuidores, de forma a garantir o fornecimento de energia elétrica para consumidores cativos, chamado de Ambiente de Contratação Regulada; e (ii) um mercado especificamente voltado a atividades não reguladas, do qual podem participar os geradores, Consumidores Livres, PIE e agentes comercializadores e que permitirá um certo grau de competição em relação ao Ambiente de Contratação Regulada, qual seja, o Ambiente de Contratação Livre;

- (b) obrigatoriedade, por parte das empresas de distribuição, de adquirir energia suficiente para satisfazer 100% (cem por cento) da sua demanda;
- (c) restrições a determinadas atividades das distribuidoras, que incluir a proibição de venda de eletricidade aos Consumidores Livres a preços não regulamentados e de desenvolver atividades de geração e transmissão de energia elétrica, de forma a assegurar que estas se concentrem somente em sua atividade principal, para garantir serviços mais eficientes e confiáveis aos Consumidores Cativos;
- (d) existência de Garantia Física de lastro de geração para toda energia comercializada em contratos, sendo que Garantia Física de Lastro é a capacidade declarada de geração de energia declarada pela usina, de geração para toda energia comercializada em contratos;
- (e) proibição das distribuidoras venderem energia a Consumidores Livres a preços não regulamentados e desenvolver atividades de geração ou transmissão de energia elétrica;
- (f) eliminação da auto-contratação (*self-dealing*), de forma a proporcionar um incentivo a que as distribuidoras comprem energia aos mais baixos preços disponíveis, ao invés de comprar energia elétrica de partes relacionadas; e
- (g) respeito aos contratos firmados anteriormente à vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a proporcionar estabilidade às transações efetuadas antes da sua promulgação.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico também excluiu a Eletrobrás e suas subsidiárias do Programa Nacional de Privatização criado pelo Governo Federal em 1990 visando promover o processo de privatização das empresas estatais.

A Desverticalização no Âmbito do Marco Regulatório

A desverticalização no setor de energia elétrica é um processo aplicável às empresas que atuam de forma verticalmente integrada, visando à segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e vem sendo implementada no Brasil desde 1995.

O processo de desverticalização tem como objetivos: (i) preservar a identidade de cada concessão, evitando a contaminação na formação dos custos e da base de remuneração da atividade de serviço público, permitindo a aferição do equilíbrio econômico-financeiro de cada concessão, ensejando a transparência da gestão e permitindo ao mercado e à sociedade o pleno conhecimento dos resultados da concessão; e (ii) efetivar e estimular a competição no setor elétrico nos segmentos nos quais a competição é possível (geração e comercialização), bem como aprimorar o sistema de regulação dos segmentos nos quais há monopólio de rede (transmissão e distribuição).

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico determina que as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuem no SIN, não poderão desenvolver atividades: (i) de geração de energia (exceto Geração Distribuída); (ii) de transmissão de energia; (iii) de venda de energia a Consumidores Livres situados fora de sua área de concessão; (iv) de participação em outras sociedades, direta ou indiretamente, ressalvado quando para captação, aplicação e gerência de recursos financeiros necessários à prestação do serviço e quando disposto nos contratos de concessão; ou (v) estranhas ao objeto social, exceto nos casos previsto em lei e nos respectivos contratos de concessão. Tais restrições não se aplicam (i) ao fornecimento de energia a sistemas elétricos isolados; (ii) ao atendimento de seu próprio mercado desde que inferior a 500 GWh/ano; e (iii) na captação, aplicação ou empréstimo destinados à própria distribuidora ou à sociedade do mesmo grupo econômico, mediante prévia anuência da ANEEL.

Da mesma forma, as concessionárias e as autorizadas de geração ou transmissão que atuem no SIN não poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN.

As concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição, transmissão e de geração de energia elétrica tiveram que se adaptar às regras da referida desverticalização até setembro de 2005. Esse prazo poderia ser prorrogado pela ANEEL, uma única vez, se efetivamente comprovada a impossibilidade do cumprimento das disposições decorrentes de fatores alheios à vontade das concessionárias, permissionárias e autorizadas.

Ambientes para a Comercialização de Energia Elétrica

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as negociações envolvendo compra e venda de energia elétrica serão conduzidas, paralelamente, em 2 diferentes segmentos de mercado: (i) o Ambiente de Contratação Regulada, que contempla a compra por distribuidoras em leilões públicos para atender aos seus consumidores cativos e (ii) o Ambiente de Contratação Livre, que compreende a compra de energia elétrica por entidades não-reguladas, tais como Consumidores Livres e comercializadoras.

A energia gerada por (i) projetos de baixa capacidade de geração, localizados próximo a centrais de consumo ("Geração Distribuída"); (ii) usinas qualificadas nos termos do PROINFA, conforme definido abaixo; e (iii) Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional ("Itaipu"), não estarão sujeitas a processos de leilão centralizados para o fornecimento de energia no Ambiente de Contratação Regulada.

A energia elétrica gerada por Itaipu é comercializada pela Eletrobrás e comprada pelas distribuidoras do Sul e Sudeste do País. A ANEEL é responsável pelo cálculo das cotas de Itaipu que cabem a cada distribuidora, sendo tais cotas proporcionais ao mercado de cada distribuidora. O preço da energia de Itaipu é dado em Dólar, consequentemente, os preços estão sujeitos à variação cambial. A energia de Itaipu representa cerca de 20% da energia distribuída pela Ampla. Vale lembrar que os custos de aquisição de energia são meramente repassados às tarifas.

A aquisição pelas distribuidoras de energia proveniente de processos de Geração Distribuída, fontes eólicas, PCHs devem observar um processo competitivo de chamada pública, que garanta publicidade, transparência e igualdade de acesso.

O Ambiente de Contratação Regulada - ACR

No Ambiente de Contratação Regulada, as empresas de distribuição compram suas necessidades projetadas de energia para a distribuição a seus consumidores cativos, por meio de leilões regulados pela ANEEL e organizados pela CCEE. As compras de energia elétrica são feitas com as geradoras, comercializadoras e importadores de energia elétrica (referidos em conjunto como "Agentes Vendedores") por meio de 2 espécies de acordos bilaterais: (i) Contratos de Quantidade de Energia; e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia.

Nos termos de um Contrato de Quantidade de Energia, os Agentes Vendedores se comprometem a fornecer uma determinada quantidade de energia e assumem o risco no caso de o fornecimento ser afetado por condições hidrológicas e baixos níveis de reservatórios, ou das variações de preços dos combustíveis (geradores térmicos), e demais riscos inerentes à geração, sendo então responsáveis por quaisquer compras de energia no mercado de curto prazo que sejam necessárias para cumprir seus compromissos contratuais.

De outra forma, nos termos de um Contrato de Disponibilidade de Energia, a unidade geradora se compromete a disponibilizar uma determinada capacidade ao Ambiente de Contratação Regulada. Neste caso, a receita da geradora é garantida e os custos variáveis de despacho são assumidos pelas distribuidoras.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a estimativa de demanda por parte das distribuidoras é o principal fator levado em conta quando da determinação da quantidade de energia que o sistema como um todo deverá contratar. De acordo com o modelo, as distribuidoras são obrigadas a contratar 100% de suas necessidades de energia. A insuficiência de energia para suprir todo o mercado é verificada no processo de contabilização da CCEE e pode resultar em penalidades às distribuidoras.

As contratações entre as distribuidoras e empreendimentos de geração existentes poderão prever entrega da energia a partir do ano seguinte ao da respectiva licitação e terão prazos de duração de, no mínimo, 3 e, no máximo, 15 anos. As contratações entre as distribuidoras e novos empreendimentos de geração poderão prever entrega da energia a partir do 3º ou do 5º ano contado do ano da respectiva licitação e terão prazo de duração de, no mínimo, 15 e, no máximo, 35 anos.

As distribuidoras de energia têm o direito de repassar a seus consumidores os custos relacionados à energia adquirida por meio de leilões. Nesse repasse, determinados desvios de volumes para maior e para menor são admitidos em virtude da impossibilidade das distribuidoras de declararem montantes exatos e com antecedência em relação à sua demanda de energia elétrica para um determinado período.

As distribuidoras possuem diversos mecanismos para ajustar seu *portfólio* de contratos ao requisito de carga. As distribuidoras contam com leilões de ajuste e a possibilidade de compra de energia de pequenos geradores localizados dentro de sua área de concessão, podendo ainda ceder e adquirir contratos entre si. Além disso, no caso da saída de consumidores livres podem reduzir seus contratos junto aos geradores.

Com relação à outorga de novas concessões, os regulamentos exigem que as licitações para novas instalações de geração hidrelétrica indiquem, entre outras coisas, a porcentagem mínima de energia elétrica a ser fornecida ao ACR.

Redução Compulsória no Consumo

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, em uma situação na qual o Governo Federal venha a decretar a redução compulsória do consumo de energia em determinada região, todos os Contratos de Quantidade de Energia no Ambiente de Contratação Regulada, registrados pela CCEE, deverão ter seus respectivos volumes reajustados na mesma proporção da redução do consumo.

O Ambiente de Contratação Livre - ACL

No Ambiente de Contratação Livre é realizada a compra e venda de energia entre concessionárias de geração, PIE, Autoprodutores, comercializadoras de energia elétrica, importadores de energia e Consumidores Livres.

O mercado livre compreende atualmente cerca de 25% da carga do país. Seus contratos são livremente negociados, as negociações podem ser simplesmente bilaterais, licitações privadas, ou através de leilões privados promovidos tanto por ofertantes (geradores ou comercializadoras), quanto demandantes (consumidores livres e comercializadoras). Os contratos são negociados com diversos prazos de fornecimento, de curto, médio e longo prazos, com distintas condições de entrega, desde o fornecimento contínuo ao fornecimento com montantes variáveis ao longo do ano e ainda flexíveis para um determinado mês, de maneira que os contratos estão permanentemente refletindo características do consumo, assim como as restrições físicas e econômicas dos fornecedores. Os preços bilaterais refletem tanto as condições conjunturais como estruturais, sendo bastante relacionados às expectativas de preços *spot* e às condições de suprimento futuro.

Eliminação da Auto-Contratação (*Self-Dealing*)

Tendo em vista que a compra de energia elétrica para distribuição a consumidores cativos é efetuada no ACR, a autorização para as distribuidoras comprarem até 30% de suas necessidades de energia elétrica contratando energia elétrica adquirida de partes relacionadas não é mais permitida (*self-dealing*), exceto no contexto de contratos devidamente aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As distribuidoras podem, no entanto, comprar energia elétrica de partes relacionadas, quando participarem dos processos licitatórios para compra de energia elétrica no ACR e a geradora vencedora da licitação for uma parte relacionada da distribuidora.

Regras Específicas do Ambiente de Contratação Regulada - ACR

As regras sobre a comercialização de energia elétrica no ACR requerem que as distribuidoras atendam à totalidade de seu mercado, principalmente por meio dos leilões de compra de energia. Cabe ao MME a definição do montante total de energia a ser contratado no ACR e a relação de empreendimentos de geração aptos a integrar os leilões a cada ano.

Em linhas gerais, a partir de 2005, todo agente de distribuição, gerador, comercializador, autoprodutor ou Consumidor Livre deve declarar ao MME, até 1º de agosto de cada ano, sua previsão de mercado ou carga, para cada um dos 5 anos subsequentes. Cada agente de distribuição deve declarar, até sessenta dias antes de cada leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes ou de energia proveniente de novos empreendimentos, os montantes de energia que deve contratar nos leilões. Além disto, as distribuidoras devem especificar a parcela de contratação que pretendem dedicar ao atendimento a consumidores potencialmente livres, quais sejam, aqueles que apresentam os requisitos para se tornarem consumidores livres, mas ainda não exerceram essa opção.

Os leilões de compra, pelas distribuidoras, de energia proveniente de novos empreendimentos de geração têm ocorrido: (i) 5 anos antes do início da entrega da energia (denominados leilões "A-5"); e (ii) 3 anos antes do início da entrega (denominados leilões "A-3"). Haverá, ainda, leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes realizados no ano anterior ao de início da entrega da energia (leilões "A-1") e para ajustes de mercado, com início de entrega em até 4 meses posteriores ao respectivo leilão. Os editais dos leilões são elaborados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, especialmente no que diz respeito à utilização do critério de menor tarifa no julgamento.

Os vencedores de cada leilão de energia realizado no ACR devem firmar os CCEAR com cada distribuidora, em proporção às respectivas declarações de necessidade das distribuidoras. A única exceção a esta regra se refere ao leilão de ajuste, no qual os contratos são específicos entre agente vendedor e agente de distribuição interessado. Os CCEAR provenientes dos leilões "A-5" ou "A-3" terão prazo de 15 a 30 anos, enquanto que os CCEAR provenientes dos leilões "A-1" terão prazo de 5 a 15 anos. Os contratos provenientes do leilão de ajuste terão prazo máximo de 2 anos.

Para os CCEAR decorrentes de leilões de energia proveniente de empreendimentos de geração existentes, há 3 possibilidades de redução das quantidades contratadas, quais sejam: (i) compensação pela saída de consumidores potencialmente, livres do Ambiente de Contratação Regulada; (ii) redução, a critério da distribuidora, de até 4% ao ano do montante anual contratado para adaptar-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à respectiva compra; e (iii) adaptação às variações de montantes de energia estipuladas nos contratos de geração firmados antes de 17 de março de 2004, desde que previstas anteriormente a tal data ou relativas a ampliações de PCHs.

No que se refere ao repasse dos custos de aquisição de energia elétrica dos leilões às tarifas dos consumidores finais, foi criado o valor de referência anual ("Valor de Referência Anual"), que é uma média ponderada dos custos de aquisição de energia elétrica decorrentes dos leilões "A-5" e "A-3", calculado para o conjunto de todas as distribuidoras, o qual será o limite máximo para repasse dos custos de aquisição de energia proveniente de empreendimentos existentes nos leilões de ajuste e para a contratação de geração distribuída.

O Valor de Referência Anual é um estímulo para que as distribuidoras façam a aquisição das suas necessidades de energia elétrica nos leilões "A-5", cujo custo de aquisição é, teoricamente, inferior ao da energia contratada nos leilões "A-3" e o Valor de Referência Anual é aplicado como limite de repasse às tarifas dos consumidores nos 3 primeiros anos de vigência dos contratos de energia provenientes de novos empreendimentos. A partir do quarto ano, os custos individuais de aquisição são repassados integralmente. Há de se ressaltar a existência das seguintes limitações ao repasse dos custos de aquisição de energia pelas distribuidoras:

- impossibilidade de repasse dos custos referentes à contratação de energia elétrica correspondente a mais de 103% de sua demanda real, com o objetivo de incentivar as distribuidoras a sobre-contratarem e, admitindo o nível de incerteza na previsão de suas necessidades, o MME estabeleceu que as distribuidoras terão o direito de repassar integralmente a seus respectivos consumidores os custos relacionados à energia elétrica por elas adquirida, inclusive a um nível de sobre-contratação de até 103%;
- quando a contratação ocorrer em um leilão "A-3" e a contratação exceder em 2% a demanda, o direito de repasse deste excedente estará limitado ao menor dentre os custos de contratação relativos aos leilões "A-5" e "A-3";
- caso a aquisição de energia proveniente de empreendimento existente seja menor que o limite inferior de contratação – correspondente a 96% da quantidade de energia elétrica dos contratos que se extinguirem no ano dos leilões, subtraídas eventuais reduções, o repasse do custo de aquisição de energia proveniente de novos empreendimentos correspondente a esse valor não contratado será limitado por um redutor;
- no período compreendido entre 2005 e 2008, a contratação de energia proveniente de empreendimentos existentes nos leilões "A-1" não poderá exceder a 1% da demanda das distribuidoras, observado que o repasse do custo referente à parcela que exceder este limite estará limitado a 70% do valor médio do custo de aquisição de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes para entrega a partir de 2005 até 2008;
- O MME definirá o preço máximo de aquisição de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes;
- caso as distribuidoras não atendam a obrigação de contratar a totalidade da sua necessidade no ano civil, a energia elétrica adquirida no mercado de curto prazo será repassada aos consumidores ao menor valor entre o PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) e o Valor de Referência Anual, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Outra opção de gerenciar os riscos de desvios de mercado é o Mecanismo de Sobras e Déficits (MCSD) no qual as distribuidoras podem trocar contratos a preço de custo. Neste mecanismo as distribuidoras deficitárias poderão absorver: (i) CCEAR de energia existente associados prioritariamente a redução de CCEAR por distribuidoras que tiverem saída de consumidores para o mercado livre; (ii) redução de CCEAR por distribuidoras que tiverem novos contratos bilaterais iniciando, desde que firmados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ou relativos à ampliação de PCHs; e (iii) redução de CCEAR por distribuidoras que apresentaram variação de mercado acima do previsto. Também está previsto a modalidade de MCSD após o final do ano, momento em que as distribuidoras deficitárias cederiam contratos, a preço de custo, àquelas que estejam com déficit, sem causar perdas para as cedentes.

Leilões de Energia já realizados nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Leilões de Energia Existente

Entende-se por energia existente a energia elétrica produzida por empreendimentos de geração que não sejam classificados como empreendimentos de geração de energia nova, conforme descrito no item abaixo.

• 1º Leilão de Energia Existente

Em 7 de dezembro de 2004, foi realizado o 1º leilão de energia existente, com preços médios de R\$57,51/MWh para entrega de energia entre 2005 e 2012, R\$67,33/MWh para energia entregue entre 2006 e 2013 e R\$75,46/MWh para energia entregue entre 2007 e 2014. O volume de energia vendido foi de 9.054 MW médios para entrega entre 2005 e 2012, 6.782 MW médios para entrega entre 2006 e 2013 e 1.172 MW médios para entrega entre 2007 e 2014.

• 2º Leilão de Energia Existente

Nos dias 2 e 3 de abril de 2005, foi realizado o 2º leilão de energia existente, de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. Foi vendido no leilão um total de 1.325MW médios, correspondente a apenas 23% da energia inicialmente prevista pelo MME para 2008. Tal energia foi vendida a um preço médio de R\$83,13/MWh. A energia que seria vendida para entrega em 2009 foi automaticamente excluída do leilão, em conformidade com as regras estabelecidas pelo MME, tendo em vista que o preço para tal produto, durante o leilão, ficou abaixo das expectativas de mercado, resultando na retirada das ofertas por parte das geradoras.

- **3º e 4º Leilões de Energia Existente**

Em 11 de outubro de 2005, foram realizados o 3º e 4º leilões de energia existente, com preços médios de R\$63,00/MWh para entrega de energia entre 2006 e 2008 e R\$95,00/MWh para entrega de energia entre 2009 e 2016. Os volumes de energia vendidos foram de 102MW médios para entrega entre 2006 e 2008 e de 1.166MW médios para entrega entre 2009 e 2016.

- **5º Leilão de Energia Existente**

Em 14 de dezembro de 2006, foi realizado o 5º leilão de energia existente, com preço médio de R\$104,74/MWh para entrega de energia entre 2007 e 2015. O volume de energia vendido foi de 204 MW médios para entrega entre 2007 e 2015.

- **6º Leilão de Energia Existente**

Em 06 de dezembro de 2007, haveria o 6º leilão de energia existente, no entanto, este não foi realizado pois não houve oferta de energia.

- **7º Leilão de Energia Existente**

Em 28 de novembro de 2008, haveria o 7º leilão de energia existente, no entanto, este não foi realizado porque os vendedores não apresentaram Garantia Financeira.

Leilões de Energia Nova

Entende-se por energia nova a energia elétrica produzida por empreendimentos de geração que até a data de publicação do respectivo edital de leilão (i) não sejam detentores de concessão, permissão ou autorização; ou (ii) sejam parte de empreendimento existente que venha a ser objeto de ampliação, restrito ao acréscimo da sua capacidade instalada.

- **1º Leilão de Energia Nova**

Em 16 de dezembro de 2005, foi realizado o 1º leilão de energia nova. O resultado foi a comercialização de um total de 3.284MW médios por meio de contratos com duração de 30 anos para os empreendimentos hidrelétricos e de 15 anos para os empreendimentos termelétricos. No primeiro leilão de energia nova, 64% dos participantes foram empresas do setor público, tendo a Petrobras representado 38% e a Eletrobrás 20%. Somente 855MW médios negociados referem-se aos novos empreendimentos que não tinham concessão ou autorização previamente outorgadas pela ANEEL. Desses 855MW médios, somente 29% refere-se a investimentos do setor privado. Um dos fatores que contribuiu para a baixa participação de investidores privados foi o preço mínimo estipulado pelo Governo Federal para a contratação de energia hidrelétrica: R\$116,00/MWh. Tal valor foi considerado insuficiente para o retorno do investimento em praticamente todos os empreendimentos, segundo os investidores.

- **2º Leilão de Energia Nova**

Em 29 de junho de 2006, foi realizado o 2º leilão de energia nova. Este leilão teve energia proveniente de 2 tipos de fontes geradoras: Hidrelétrica e Termoelétrica. O primeiro teve o preço médio negociado em R\$126,77/MWh e um volume vendido de 1.028 MW médios para início de suprimento em 2009 e com 30 anos de duração. O segundo teve o preço médio negociado em R\$132,39/MWh e um volume vendido de 654 MW médios para início de suprimento em 2009 e com 15 anos de duração.

- **3º Leilão de Energia Nova**

Em 10 de outubro de 2006, foi realizado o 3º leilão de energia nova. Este leilão teve energia proveniente de 2 tipos de fontes geradoras: Hidrelétrica e Termoelétrica. O primeiro teve o preço médio negociado em R\$120,86/MWh e um volume vendido de 569 MW médios para início de suprimento em 2011 e com 30 anos de duração. O segundo teve o preço médio negociado em R\$137,44/MWh e um volume vendido de 535 MW médios para início de suprimento em 2011 e com 15 anos de duração.

- **4º Leilão de Energia Nova**

Em 26 de julho de 2007, foi realizado o 4º leilão de energia nova. Este leilão foi de energia proveniente de Termoelétrica. O preço médio negociado foi de R\$134,67/MWh e um volume vendido de 1.034 MW médios para início de suprimento em 2010 e com 15 anos de duração.

- **5º Leilão de Energia Nova**

Em 16 de outubro de 2007, foi realizado o 5º leilão de energia nova. Este leilão teve energia de Hidrelétricas e Termoelétricas. O primeiro teve o preço médio negociado em R\$129,14/MWh e um volume vendido de 715 MW médios para início de suprimento em 2012 e com 30 anos de duração. O segundo teve o preço médio negociado em R\$128,37/MWh e um volume vendido de 1.597 MW médios para início de suprimento em 2012 e com 15 anos de duração.

- **6º Leilão de Energia Nova**

Em 17 de setembro de 2008, foi realizado o 6º leilão de energia nova. Este leilão foi de energia proveniente de Outras Fontes. O preço médio negociado foi de R\$128,42/MWh e um volume vendido de 1.076 MW médios para início de suprimento em 2011 e com 15 anos de duração.

- **7º Leilão de Energia Nova**

Em 30 de setembro de 2008, foi realizado o 7º leilão de energia nova, com preço médio de R\$141,78/MWh para início de suprimento em janeiro de 2013. O volume de energia vendido foi de 3.125 MW médios com prazo de duração de 15 (outras fontes) a 30 (hidrelétricas) anos.

- **8º Leilão de Energia Nova**

Em 27 de agosto de 2009, foi realizado o 8º leilão de energia nova, com preço médio de R\$144,50/MWh para início de suprimento em janeiro de 2012. O volume total de energia vendido foi de 11.000 MW com prazo de duração de 15 (outras fontes) a 30 (hidrelétricas) anos.

Leilões de Ajuste

Os Leilões de Ajuste são realizados para possibilitar a complementação, pelos referidos agentes, do montante de energia elétrica necessário para o atendimento à totalidade de suas cargas. Em tal modalidade, os leilões têm prazo de suprimento de até 2 anos e o montante total de energia contratado nos mesmos não poderá exceder a 1% da carga total contratada de cada agente de distribuição, exceto nos anos de 2008 e 2009, quando este limite de contratação será de 5%.

- **1º Leilão de Ajuste**

Em 31 de agosto de 2005 haveria o 1º leilão de ajuste, mas este não foi realizado por ausência de comprador.

- **2º Leilão de Ajuste**

Em 1º de junho de 2006, foi realizado o 2º leilão de ajuste, com preço médio de R\$29,12/MWh (para contratos de 3 meses) e R\$34,39 /MWh (para contratos de 6 meses). O volume de energia vendido foi de 17,5 MW médios para início de suprimento em 01 de julho de 2006 com prazo de 3 a 6 meses de duração.

- **3º Leilão de Ajuste**

Em 29 de outubro de 2006, foi realizado o 3º leilão de ajuste, com preço médio de R\$75,96/MWh. O volume de energia vendido foi de 10 MW médios com prazo de 3 meses de duração.

- **4º Leilão de Ajuste**

Em 29 de Março de 2007, foi realizado o 4º leilão de ajuste, com preço médio de R\$53,93/MWh. O volume de energia vendido foi de 189 MW médios com prazo de 4 a 9 meses de duração.

- **5º Leilão de Ajuste**

Em 28 de junho 2007, seria realizado o 5º leilão de ajuste, mas este não foi realizado por ausência de proponentes (vendedores).

- **6º Leilão de Ajuste**

Em 27 de setembro de 2007, foi realizado o 6º leilão de ajuste, com preço médio de R\$138,24/MWh para entrega de energia entre outubro de 2007 a janeiro de 2008. O volume de energia vendido foi de 477 MW médios com prazo de 3 a 12 meses de duração.

- **7º Leilão de Ajuste**

Em 19 de junho de 2008, foi realizado o 7º leilão de ajuste, com preço médio de R\$140,21/MWh para entrega de energia entre julho e outubro de 2008. O volume de energia vendido foi de 109 MW médios com prazo de 3 a 6 meses de duração.

- **8º Leilão de Ajuste**

Em 23 de setembro de 2008, foi realizado o 8º leilão de ajuste, com preço médio de R\$164,55/MWh para entrega de energia entre outubro de 2008 e janeiro de 2009. O volume de energia vendido foi de 233 MW médios com prazo de 3 a 6 meses de duração.

- **9º Leilão de Ajuste**

Em 20 de fevereiro de 2009, foi realizado o 9º leilão de ajuste, com preço médio de R\$145,67/MWh para entrega de energia entre março a junho de 2009. O volume de energia vendido foi de 1.536 MW médios com prazo de 4 a 10 meses de duração.

Leilões de Fontes Alternativas

- **1º Leilão de Fontes Alternativas**

Em 18 de junho de 2007, foi realizado o 1º leilão de fontes alternativas, com preço médio de R\$137,32/MWh para início de entrega de energia em 1º de janeiro de 2010. O volume de energia vendido foi de 186 MW médios. A duração do contrato é de 30 anos para Empreendimentos Hidrelétricos e 15 anos para outras fontes.

Leilão UHE Santo Antônio

Em 10 de dezembro de 2007, foi realizado o leilão de venda da energia da UHE Santo Antônio, comercializado ao preço de R\$78,87/MWh para entrega de energia a partir de janeiro de 2012.

Leilão UHE Jirau

Em 19 de maio de 2008, foi realizado o leilão de venda da energia da UHE Jirau, comercializada ao preço de R\$71,37/MWh para entrega de energia a partir de janeiro de 2013.

Contratos celebrados anteriormente à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico expressamente determina que os contratos celebrados pelas distribuidoras de energia elétrica e aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados para refletir qualquer prorrogação de seus prazos, aumento de preços ou quantidades de energia elétrica já contratadas.

Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica

Após a criação da ANEEL, em 1997, a agência passou a regular as tarifas praticadas pelas distribuidoras, tendo por base seu Contrato de Concessão que estabelece, dentre outros, as tarifas a serem praticadas e os respectivos critérios de reajuste/revisão destas tarifas. Nesse ambiente regulatório, a tarifa é diferenciada de acordo com o tipo de consumidor (classe de consumo) e a tensão do fornecimento (grupo/subgrupo).

Reajustes e Revisões Tarifárias

Os valores das tarifas de energia elétrica (uso da rede e fornecimento) são reajustados anualmente pela ANEEL ("Reajuste Tarifário Periódico"), a cada 4 ou 5 anos ("Revisão Tarifária Periódica"), dependendo do contrato de concessão e, por fim, podem ser revistos em caráter extraordinário ("Revisão Extraordinária").

A ANEEL divide a receita das concessionárias de distribuição em 2 parcelas correspondentes aos seguintes custos: (i) custos não-gerenciáveis pela distribuidora, chamados custos da Parcela A; e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora, ou custos da Parcela B.

Os custos da Parcela A incluem, os seguintes itens:

- custos de aquisição de energia elétrica obtidos dos leilões públicos promovidos pela ANEEL;
- custos de aquisição de energia elétrica de Itaipu (apenas nas concessionárias que adquirem energia da usina de Itaipu);
- custos de aquisição de energia elétrica, conforme contratos bilaterais negociados livremente entre as partes;
- custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição; e
- encargos setoriais: CCC, CDE, RGR, TFSEE, PROINFA, ONS, ESS.

O repasse do custo de aquisição de energia elétrica sob contratos de fornecimento celebrados antes da vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico às tarifas está sujeito a um limite máximo baseado no Valor Normativo estabelecido pela ANEEL para cada fonte de energia (tais como energia hidrelétrica, energia termelétrica ou fontes alternativas de energia). O Valor Normativo é reajustado anualmente para refletir aumentos nos custos incorridos pelas geradoras. Este reajuste leva em consideração: (i) a inflação; (ii) os custos incorridos em moeda estrangeira (Dólar e inflação americana); e (iii) os custos de combustível (tal como gás natural). Os custos incorridos em moeda estrangeira não podem ultrapassar 25% dos custos das geradoras.

A Parcela B compreende os custos que estão sob o controle das concessionárias (custos operacionais, remuneração do capital e quota de reintegração regulatória). A cada reajuste, a Parcela B é obtida como resultado da subtração da Parcela A da Receita total auferida no período de Referência, que é definido como o período transcorrido entre o último reajuste e o que está em processamento, ou seja, a Parcela B é obtida residualmente.

O Reajuste Anual das tarifas baseia-se em uma fórmula paramétrica, definida no Contrato de Concessão. Nele, os custos da Parcela A são integralmente repassados às tarifas. Em outubro de 2001, foi criado o mecanismo da CVA, para compensação das variações de valores de itens dos custos não gerenciáveis ocorridas entre reajustes tarifários anuais das distribuidoras de energia. A CVA é contabilizada no balanço patrimonial das distribuidoras e o seu saldo corrigido mensalmente pela taxa de juros Selic, podendo ser um ativo ou passivo regulatório. Na data do reajuste anual, se o saldo da CVA indicar um direito a receber para a distribuidora, a ANEEL deverá homologar o respectivo acréscimo para as tarifas. Se o saldo da CVA indicar uma obrigação a ressarcir o consumidor, a ANEEL deverá homologar o respectivo decréscimo para as tarifas.

A Revisão Tarifária Periódica ocorre a cada 4 ou 5 anos (cada contrato de concessão tem um período distinto). Essas revisões são realizadas pela ANEEL tendo como princípios: as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas.

Desta forma, nos processos de Revisão Tarifária Periódica implementados pela ANEEL, todos os custos da Parcela B são recalculados com vistas a assegurar que a Parcela B seja suficiente para: (i) a cobertura dos custos operacionais eficientes; e (ii) a remuneração adequada dos investimentos prudentes considerados essenciais aos serviços objeto da concessão de cada distribuidora. É ainda na Revisão Tarifária que se determina o Fator X.

O Fator X, é utilizado para ajustar o IGP-M empregado nos reajustes anuais subsequentes. O Fator X é calculado com base em 2 componentes: (i) Xa, estabelecido a cada ano, é calculado considerando a diferença entre os índices de inflação IPCA e o IGP-M multiplicada pelos custos totais com pessoal, material e serviços da distribuidora (uma vez que esses aumentos se baseiam no IPCA e os aumentos da Parcela B se baseiam no IGP-M); e (ii) Xe, estabelecido a cada revisão periódica para os reajustes tarifários anuais subsequentes, é um fator baseado em ganhos de produtividade da concessionária devido ao crescimento de mercado.

Ademais, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica têm direito a Revisão Tarifária Extraordinária, caso a caso, de maneira a assegurar o equilíbrio financeiro de seus contratos de concessão e a compensação por custos imprevistos que modifiquem de maneira significativa sua estrutura de custos.

Abaixo segue o detalhe da alocação dos referidos custos, segundo disposição média do setor, em uma conta de luz, que chega ao consumidor final, no valor de R\$100,00. Destaca-se que a distribuidora é o Agente arrecadador de todo o sistema.



Fonte: Ampla

Encargos Tarifários

Encargo de Energia de Reserva – EER

São os custos decorrentes da contratação da energia de reserva que serão pagos mensalmente por todos os usuários finais de energia elétrica do SIN, incluindo consumidores livres e autoprodutores, por intermédio de EER, que corresponde a aluguel a ser pago a usinas por estas apresentarem disponibilidade de geração.

Reserva Global de Reversão - RGR

As companhias distribuidoras de energia elétrica são indenizadas por certos ativos utilizados em razão das concessões na hipótese de a concessão ser revogada ou deixar de ser renovada. Por meio da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, o Congresso Nacional criou a RGR, um fundo de reserva destinado a prover recursos especificamente para esta indenização. Em fevereiro de 1999, a ANEEL revisou a cobrança da quota da RGR, que atualmente exige que companhias de eletricidade do setor público façam recolhimentos mensais à RGR a uma taxa anual equivalente a 2,5% do ativo imobilizado líquido em operação no exercício, respeitado o limite máximo equivalente a 3% da receita operacional total deste exercício. Nos últimos anos, o Fundo RGR tem sido usado principalmente para financiar projetos de geração e distribuição. A Lei nº 10.438/02 previu a expiração da RGR em 2010, o que resultará em diminuição da tarifa para os consumidores.

Fundo de Uso de Bem Público

O Governo Federal também impôs um encargo aos PIE que se utilizam de recursos hídricos (com exceção das PCHs), o chamado Fundo de Uso de Bem Público, muito similar à RGR, calculado anualmente pela ANEEL com base no uso do bem público por cada PIE e pago mensalmente. Os Produtores Independentes estão obrigados a fazer contribuição ao Fundo de Uso de Bem Público, a partir de uma data estipulada até o final do prazo da concessão. A Eletrobrás recebeu os pagamentos deste fundo até 31 de dezembro de 2002, a partir de quando os pagamentos passaram a ser feitos para o MME. Todos os pagamentos subsequentes foram efetuados diretamente ao Governo Federal.

Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, criada em 1973, arrecada recursos junto às concessionárias de energia elétrica do sistema interligado para cobrir os custos de aquisição de óleo diesel em usinas térmicas dos Sistemas Isolados.

Os recursos da CCC são administrados pela Eletrobrás. O papel da ANEEL é o de fixar os valores das cotas anuais da CCC que são recolhidos nas contas de luz pelas distribuidoras de energia elétrica. As contribuições anuais são calculadas com base em estimativas do custo de combustível necessário às usinas térmicas para o ano subsequente.

O CCC incide, ainda, sobre as parcelas de energia consumida ou comercializada com o consumidor final por produtor independente que opere na modalidade integrada no sistema em que estiver conectado, bem como nos Sistemas Isolados.

Em fevereiro de 1998, o Governo Federal estabeleceu a eliminação gradual da CCC. Os subsídios da CCC foram extintos no decorrer do período de 2003 a 2006, em relação a usinas termelétricas construídas antes de fevereiro de 1998 e, atualmente, pertencentes ao SIN. As usinas termelétricas construídas após essa data não terão direito a subsídios da CCC. Entretanto, em abril de 2002, o Governo Federal estabeleceu que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas térmicas localizadas em Sistemas Isolados durante um período de 20 anos com o fim de promover a geração de energia elétrica nessas regiões.

Mecanismo de Realocação de Energia - MRE

A proteção contra riscos hidrológicos para usinas hidrelétricas despachadas de forma centralizada é proporcionada pelo MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidráulica, determinando que geradoras hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do SIN. De acordo com as normas brasileiras, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende da energia efetivamente gerada e sim da energia assegurada de cada usina, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando do respectivo contrato de concessão. As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são então cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos a que estão sujeitas as geradoras hidroelétricas, assegurando que todas as usinas hidráulicas participantes do SIN recebam pelo seu nível de energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica efetivamente gerada. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram quantidades superiores às suas energias asseguradas para aqueles que geraram quantidades de energia insuficientes para atender à energia assegurada. A geração efetiva é determinada pelo ONS, tendo em vista a demanda de energia e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, tem o seu preço fixado por uma tarifa chamada "Tarifa de Energia de Otimização" – TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta é paga pelos geradores deficitários aos geradores que cederam energia no âmbito do MRE. O MRE é contabilizado mensalmente pela CCEE, fazendo parte das Regras de Comercialização daquela câmara.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Em abril de 2002, o Governo Federal criou a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, objetivando promover: (i) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, PCHs, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelo SIN; e (ii) a universalização do serviço de energia elétrica. A CDE terá a duração de 25 anos e seus recursos serão movimentados pela Eletrobrás.

Os recursos da CDE são provenientes dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bens públicos, penalidades e multas aplicadas pela ANEEL a concessionários, permissionários e autorizados e dos encargos pagos por todos os agentes que comercializem energia com consumidores finais.

Os recursos da CDE poderão ser utilizados, ainda, para subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade tarifária de fornecimento de energia aos consumidores da subclasse residencial baixa renda quando os recursos provenientes do adicional de dividendos devidos à União pela Eletrobrás, associado às receitas adicionais auferidas pelas concessionárias geradoras de serviço público com a comercialização de energia elétrica nos leilões públicos não forem suficientes. São considerados consumidores de baixa renda aqueles atendidos por circuito monofásico, com consumo mensal situado entre 80 e 220 kWh/mês e que comprove sua inscrição no cadastro único do Governo Federal ou sua condição de beneficiário do programa Bolsa Família do Governo Federal até 27 de fevereiro de 2006.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE

A ANEEL também cobra uma taxa de fiscalização dos agentes e concessionárias que prestam serviços de energia elétrica. Essa taxa é denominada Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, ou TFSEE. A TFSEE foi criada pela Lei Federal nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e regulamentada pelo Decreto nº 2.410, de 28 de novembro de 1997, e é equivalente a 0,5% do benefício econômico anual realizado pelo agente ou concessionária. A determinação do "benefício econômico" tem como base a capacidade instalada de concessionárias de geração e transmissão autorizadas ou a faturamentos anuais das concessionárias de distribuição.

Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Os primeiros contratos de concessão obrigavam as concessionárias de geração a investirem em pesquisa e desenvolvimento do setor de energia elétrica, anualmente, um percentual mínimo de 0,25% de sua receita operacional líquida. Para as concessionárias de distribuição esse percentual era de 1%.

Com a criação da Lei nº 9.991/00, esses percentuais mínimos foram alterados e a obrigatoriedade foi estendida a todas as empresas de energia elétrica, de acordo com a sua área de atuação. De acordo com tal lei, as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica ficaram obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 0,75% da receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética. Com a alteração da Lei nº 9.991/00, pela Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007, as concessionárias e companhias autorizadas a participar das atividades de distribuição, geração e transmissão de energia passaram a aplicar, anualmente, o mínimo de 0,50% da receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor de energia elétrica, com exceção das companhias que geram energia por meio de fontes eólica, biomassa e PCHs.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como os órgãos da administração direta da União, recebem uma compensação financeira das geradoras pelo aproveitamento de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. Os valores da CFURH se baseiam na energia elétrica produzida e são pagos para os Estados e os Municípios nos quais a planta ou o reservatório se localiza. Ressalte-se que esse encargo não é aplicável às PCH's, em virtude da isenção estabelecida na Lei do Setor Elétrico.

Encargo de Capacidade Emergencial – ECE

O ECE foi criado nos termos da Lei nº 10.438/02 e incidiu até dezembro de 2005 proporcionalmente ao montante de consumo individual final dos consumidores atendidos pelo sistema interligado, sendo classificado como encargo tarifário específico. A ANEEL determinava como base a ser rateada o custo referente à contratação de capacidade de geração ou potência previsto pela CBEE para determinado ano.

PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, instituiu o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica (energia eólica, biomassa e pequena central hidrelétrica), privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, visando, também, ao aumento da participação de agentes no setor elétrico.

A responsabilidade pela contratação da energia elétrica gerada no âmbito do PROINFA é da Eletrobrás, de forma que todos os custos concernentes à aquisição da energia gerada pelo PROINFA incorridos pela Eletrobrás, inclusive os custos administrativos, financeiros e os decorrentes de encargos tributários, são rateados por todas as classes de consumidores finais atendidos pelo SIN, exclusive os integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda cujo consumo seja igual ou inferior a 80 kWh/mês.

A Resolução Normativa ANEEL nº 127, de 6 de dezembro de 2004, estabeleceu os procedimentos para o rateio do custo do PROINFA, bem como para a definição das respectivas quotas de energia elétrica, nos termos do Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004.

ONS – Operador Nacional do Sistema

As distribuidoras pagam mensalmente valores relativos ao custeio das atividades do ONS. Esse tem como atividades a coordenação e o controle da operação dos sistemas elétricos interligados, e a administração e coordenação da prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica por parte das transmissoras aos usuários acessantes da rede básica.

ESS – Encargo de Serviço do Sistema

O ESS é um encargo setorial que representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração. A maior parte desse encargo diz respeito ao pagamento para geradores que receberam ordem de despacho do ONS, para atendimento a restrições de transmissão.

Os ESS são pagos pelas distribuidoras e consumidores livres, sendo os mesmos apurados mensalmente pela CCEE e repassados aos agentes de geração que tiverem prestado tais serviços não remunerados pelo PLD.

A inadimplência com os encargos regulatórios implica na (i) inclusão da companhia no cadastro de inadimplentes da ANEEL; (ii) proibição de participação em processos de revisão/ajuste tarifário; (iii) suspensão de recebimento de subvenções por parte do Governo Federal; e (iv) autuação por parte do órgão regulador.

Tarifas e Encargos de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece as tarifas e encargos pelo uso e acesso a tais sistemas. As tarifas são a TUSD (tarifa cobrada pelo uso da rede de distribuição exclusiva de cada distribuidora) e a TUST (a tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e demais instalações de transmissão). Além disso, as distribuidoras do sistema interligado Sul/Sudeste pagam encargos pelo transporte da energia de Itaipu e algumas distribuidoras que acessam o sistema de transmissão de uso compartilhado pagam encargos de conexão. Segue abaixo maior detalhamento desses custos e receitas.

TUSD – Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição

A TUSD é paga por geradoras e Consumidores Livres pelo uso do sistema de distribuição da concessionária na qual estejam conectados e é reajustada anualmente, levando-se em conta principalmente 2 fatores: a inflação verificada no ano e os investimentos em expansão, manutenção e operação da rede verificadas no ano anterior. O encargo mensal a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação do montante de uso, em kW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/kW. A Companhia recebe a TUSD dos Consumidores Livres dentro de sua área de concessão e de algumas distribuidoras conectadas aos seus sistemas de distribuição.

TUST – Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão

A TUST é paga por distribuidoras, geradoras e Consumidores Livres pela utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente de acordo com a inflação e com as receitas anuais permitidas para as empresas concessionárias de transmissão determinadas pela ANEEL. Segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão principal transferiram a coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários de sistemas da transmissão. Os usuários de rede assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento de tarifas publicadas pela ANEEL. Outras partes da rede detidas por empresas de transmissão, mas que não são consideradas parte integrante da Rede Básica, são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica.

Encargo de Conexão

Algumas empresas distribuidoras, especialmente no Estado de São Paulo, não acessam diretamente a Rede Básica, mas utilizam-se de um sistema de transmissão intermediário entre suas linhas de distribuição e a Rede Básica. Esse sistema intermediário é chamado Sistema de Conexão. Para se conectar a essas instalações de conexão, os acessantes deverão assinar Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCTs, com as concessionárias de transmissão que detêm essas instalações. A remuneração das transmissoras é definida em função dos ativos disponibilizados, sejam estes de propriedade exclusiva ou de uso compartilhado entre os agentes. Essa remuneração também é definida e regulada pela ANEEL e reajustada anualmente de acordo com os índices de inflação e com o custo dos ativos disponibilizados.

Encargo de Transporte de Itaipu

A usina de Itaipu utiliza-se de rede exclusiva de transmissão em corrente alternada e em corrente contínua. Esse sistema não é considerado parte da Rede Básica e tampouco da Rede de Conexão e sua utilização é remunerada através de encargo específico denominado Transporte de Itaipu, pago pelas empresas que detêm quota-parte de Itaipu, rateado entre essas empresas na proporção de suas quotas-partes.

Racionamento de 2001 – Causas e Consequências

A baixa quantidade de chuvas na estação úmida 2000/2001 resultou em uma queda anormal nos níveis de água em diversos reservatórios utilizados pelas maiores usinas hidroelétricas do Brasil. Tal fato, aliado à restrição de investimentos em projetos de geração e transmissão nos anos que antecederam a esse período, levou o Governo Federal a adotar restrições no atendimento ao consumo de energia no ano de 2001. Em maio de 2001, o Presidente da República criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, posteriormente transformada na Câmara de Gestão do Setor Elétrico - CGSE, com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções imprevistas de suprimento.

A CGSE estabeleceu regimes especiais de cobrança de tarifas, limites de uso e fornecimento de energia e outras medidas visando à redução do consumo de energia elétrica nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Em virtude da melhoria nas condições hídricas no País e do êxito na política de contenção do consumo de energia elétrica, que propiciaram aumento significativo dos níveis nos reservatórios das usinas hidroelétricas, o Governo Federal anunciou, em fevereiro de 2002, o fim das medidas de racionamento.

Contudo, o impacto de um eventual racionamento pode ser estimado a luz do ocorrido no racionamento de 2001:

- o consumo de energia elétrica em 2001 apresentou uma retração de 7,7% em relação a 2000, em função do racionamento;
- a classe residencial, que detinha uma participação de 26,0% do mercado nacional, apresentou um decréscimo de 11,8% no ano, com o maior engajamento no racionamento, em relação às demais categorias;

- influenciado pelo racionamento, que contribuiu fortemente para o baixo crescimento da produção industrial brasileira, o segmento industrial, que respondia por 43,2% do consumo total de eletricidade brasileiro, apresentou redução de 6,6% em 2001;
- a categoria comercial, que representava 15,7% do consumo total, a exemplo das demais, apresentou uma retração em seu consumo de eletricidade fechando o ano de 2001 com uma queda de 6,3%;
- as outras classes de consumo, que respondiam por cerca de 15,1% do consumo total, registraram, em seu conjunto, uma variação de -4,7%, em relação ao valor verificado no ano 2000;
- o consumo total de energia elétrica brasileiro somente recuperou o mesmo patamar verificado no ano anterior ao racionamento, em 2000, no ano de 2003;
- o consumo médio por consumidor residencial, em nível nacional, após ter crescido à taxa média de 4,8% ao ano no período 1994/1998, situou-se em 146 kWh/mês no ano de 2001, ficando 15,6% abaixo do verificado em 2000; e
- a manutenção dos hábitos de consumo adquiridos no racionamento, entre os principais motivos, tem mantido o consumo residencial médio praticamente estável desde 2001, sendo que o valor verificado em 2006 é, ainda, mais de 20,0% inferior ao do ano 2000.

Acordo Geral do Setor Elétrico – Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)

O Acordo Geral do Setor Elétrico foi o acerto firmado entre geradoras e distribuidoras com o objetivo de definir regras para compensação das perdas financeiras geradas pelo Racionamento de energia 2001/2002. O acordo, fechado em dezembro de 2001, prevê financiamento de até R\$7,5 bilhões do BNDES às empresas e reajuste tarifário extraordinário de 2,9% para consumidores rurais e residenciais, com exceção dos consumidores de baixa renda, e de 7,9% para consumidores de outras classes, a título de recomposição das perdas.

Custo devido ao despacho de recursos energéticos devido à ultrapassagem da CAR – Curva de Aversão a Risco

A Resolução CNPE nº 08/2007 trata do estabelecimento de diretrizes para a utilização da CAR e determina, em seu artigo 2º, que o ONS extraordinariamente poderá despachar recursos energéticos fora da ordem de mérito econômico ou mudar o sentido do intercâmbio entre submercados, por decisão do CMSE, com vistas à garantia do suprimento energético.

O artigo 3º dessa Resolução estabelece que o Custo Variável Unitário - CVU da UTE despachada por decisão do CMSE ou devido à ultrapassagem da CAR não será utilizado para a determinação do PLD.

Com relação ao despacho de recursos energéticos fora da ordem de mérito por violação da CAR, o § 4º do art. 3º estabelece que o custo adicional do despacho de UTE acionada por ultrapassagem da CAR, dado pela diferença entre o CVU e o PLD obtido dos modelos computacionais, deve ser rateado de acordo com normas vigentes, mediante processo de contabilização e liquidação da CCEE, a ser disciplinado pela ANEEL.

A ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 306, de 8 de abril de 2008 aprovou as regras de comercialização de energia elétrica de que trata o artigo 3º da Resolução do CNPE nº 08, de 20 de dezembro de 2007, estabelecendo que o custo adicional do despacho de usina acionada por ultrapassagem da CAR, dado pela diferença entre o CVU e o PLD, seja rateado entre todos os agentes de mercado, proporcionalmente à energia comercializada nos últimos doze meses contabilizados, inclusive o mês corrente, de acordo com as normas vigentes, mediante processo de contabilização e liquidação da CCEE.

Procedimentos operativos de curto prazo para aumento da segurança energética

A Resolução nº 109, de 24 de janeiro de 2002, da CGCE, em seu artigo 8º, § 1º, estabeleceu a incorporação da Curva de Aversão a Risco – CAR nos modelos computacionais de otimização energética.

Posteriormente, a Resolução nº 10, de 16 de dezembro de 2003, do CNPE e a Resolução nº 686, de 24 de dezembro de 2003, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabeleceram que o ONS poderá, para fins de atendimento aos critérios de segurança do SIN, determinar antecipadamente, em relação à violação da CAR, o despacho de usinas térmicas, dentro dos períodos de vigência dos PMO e suas Revisões Semanais.

Com base no exposto, o CMSE aprovou Procedimentos Operativos de Curto Prazo que busquem aumentar a garantia do atendimento energético nos 2 primeiros anos do horizonte quinquenal, considerando hipóteses conservadoras de ocorrência de afluências e de requisitos de níveis mínimos de armazenamento de segurança ao final de cada mês, visando atingir um determinado estoque de segurança ao final do período seco, denominado Nível Meta.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VI - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

- Atividades da Companhia
- Pendências Judiciais e Administrativas
- Práticas de Governança Corporativa
- Estrutura Organizacional
- Capital, Dividendos e Acionistas
- Administração e Conselho Fiscal

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Histórico

A Companhia, sob a denominação de Guinle & Cia, foi constituída em 1909, com prazo de duração indeterminado. Tornou-se companhia aberta em 15 de agosto de 1969 e foi controlada pelo Estado do Rio de Janeiro entre 29 de dezembro de 1978 e 21 de novembro de 1996 (sendo que teve sua denominação alterada para CERJ – Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1980). Com o advento da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que criou o PND, a Emissora foi privatizada e passou a ser controlada pela Endesa Desarrollo S.A., juntamente com a EDP, a *Empresa Electrica de Panamá S.A.*, e a *Sociedad Panamenã de Electricidad S.A.* Em 27 de abril de 2005, a Companhia passou a ter sua atual denominação, Ampla Energia e Serviços S.A. Posteriormente, a Endesa Desarrollo S.A. foi sucedida pela Endesa Internacional S.A. e a *Empresa Electrica de Panamá S.A.* foi sucedida pela Enersis S.A. e pela Chilectra S.A.

Em 9 de dezembro de 1996, foi assinado junto à União o Contrato de Concessão, com prazo de 30 anos, o qual expirará em 9 de dezembro de 2026. Para maiores informações sobre o Contrato de Concessão vide seção "VI - Informações Sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Contratos Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades – Contrato de Concessão" na página 171 deste Prospecto.

Com a entrada em vigor da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, proibiu-se que distribuidoras de energia elétrica desenvolvessem atividades de geração e transmissão, bem como que participassem da estrutura societária de outras sociedades. Por esta razão, a Emissora implementou, durante o exercício de 2005, um projeto visando a desverticalização de suas atividades, o qual foi homologado pela ANEEL em setembro de 2005 e que consistiu na segregação das atividades de geração e distribuição de energia elétrica da Emissora, bem como na transferência de sua participação na Investluz para a Ampla Investimentos.

Para atender a este fim, os ativos de geração da Companhia foram aportados na Ampla Geração a qual foi alienada para a SABRICORP Participações Ltda. ("SABRICORP"), em 26 de dezembro de 2005. Através da Resolução Autorizativa nº 566, de 16 de maio de 2006, a ANEEL anuiu com a transferência das ações da Ampla Geração para a SABRICORP. Em 26 de junho de 2006, conforme deliberação da assembleia geral extraordinária da Ampla Geração, a razão social desta foi alterada para Quanta Geração S.A. ("Quanta Geração"). A transferência da concessão da atividade de geração anteriormente detida pela Companhia, para a Quanta Geração, deu-se através da Resolução Autorizativa nº 753, de 28 de novembro de 2006. Concomitantemente, a outra medida adotada pela Companhia para a segregação dos ativos que não fossem de distribuição foi a cisão parcial da Emissora e a criação da Ampla Investimentos, com a finalidade de transferir para esta última a totalidade de sua participação societária na Investluz, bem como os ativos e passivos não relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica.

A sede da Ampla esta localizada na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Leoni Ramos, nº 1, e a Companhia está registrada na CVM sob o nº 00305-0, desde 15 de agosto de 1969.

Objeto Social

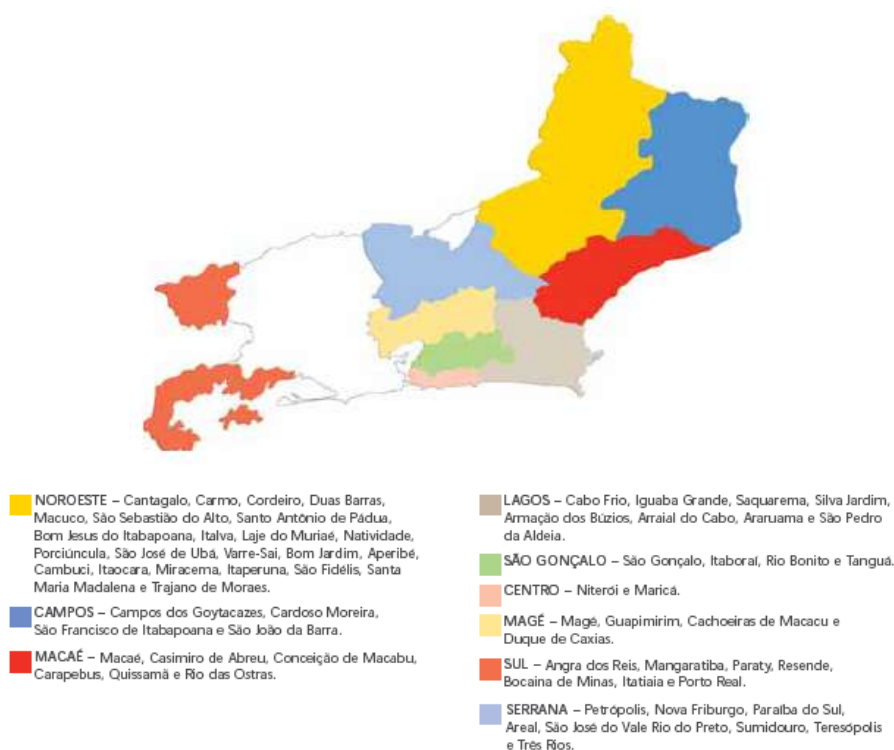
O objeto social da Emissora prevê as seguintes atividades e negócios:

- estudar, planejar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade, organizar subsidiária, ou incorporar outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seus objetivos;
- participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, notadamente nas áreas de geração, transmissão e formação de pessoal técnico e a preparação de operários qualificados, através de programas de treinamento e cursos especializados;
- participar de organizações regionais, nacionais e internacionais, voltadas ao planejamento, operação, intercâmbio técnico e desenvolvimento empresarial, relacionadas com a área de energia elétrica; e
- participar de outras empresas do setor elétrico como sócia ou acionista, inclusive no âmbito de programas de privatização, no Brasil e no exterior

Área da Concessão – Estado do Rio de Janeiro.

A Ampla atende parte do mercado consumidor do Estado do Rio de Janeiro, atuando em 66 municípios, ou seja, 32.188 km², correspondente a aproximadamente 73,3% do território do Estado do Rio de Janeiro, e envolvendo uma população estimada de 7,0 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 2,5 milhões são clientes da Companhia. A Companhia também atende a localidade de Maringá no Distrito de Mirantão, localizado no Município de Bocaina de Minas, no Estado de Minas Gerais. A Companhia distribuiu, aproximadamente, 2% do total de energia elétrica distribuída no Brasil em 2007, de acordo com a ABRADÉE, que representa aproximadamente 4% dos clientes de energia elétrica no País.

O mapa abaixo ilustra as áreas do Estado do Rio de Janeiro onde a Companhia opera:



A tabela abaixo mostra o número de clientes faturados por área nos períodos ali indicados.

Área	Número de Clientes				
	31 de dezembro de			30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
Campos	214.115	223.460	231.872	230.655	233.621
Centro	267.972	273.325	279.434	278.220	279.485
Lagos	272.033	286.436	298.248	296.210	301.138
Macaé	148.549	161.215	171.751	169.492	177.100
Magé	219.872	227.560	236.675	235.456	236.232
Noroeste	184.422	192.136	199.455	198.498	202.183
São Gonçalo	445.150	454.412	468.164	466.153	465.177
Serrana	215.042	221.271	229.783	228.725	231.160
Sul	168.295	177.970	186.185	184.685	190.087
Arapei (SP)	3	1	1	1	1
Total	2.135.453	2.217.786	2.301.568	2.288.095	2.316.184

A seguir é apresentada tabela com informações sobre o número de clientes da Ampla, divididos por classe:

Área	Número de Clientes				
	31 de dezembro de			30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
Clientes Faturados	2.135.453	2.217.786	2.301.568	2.288.095	2.316.184
Residencial	1.914.366	2.007.066	2.082.164	2.070.217	2.094.358
Industrial	5.600	5.011	4.906	4.997	4.829
Comercial	152.254	142.144	143.480	144.110	143.569
Rural	51.034	50.549	57.237	55.232	59.236
Poder público	10.430	11.080	11.615	11.443	11.881
Iluminação pública	794	975	1.142	1.091	1.196
Serviços públicos	975	961	1.024	1.005	1.115
Clientes Livres	12	15	16	15	16
Revenda	4	5	5	5	5
Subtotal - Clientes Efetivos	2.135.469	2.217.806	2.301.589	2.288.115	2.316.205
Consumo Próprio	4	4	5	5	5
Ativo sem Fornecimento	180.778	160.780	164.874	160.686	197.809
Total de Clientes	2.316.251	2.378.590	2.466.468	2.448.806	2.514.019

Matéria Prima e Fornecedores

Por ser uma Companhia eminentemente distribuidora de energia elétrica, a Companhia depende basicamente da energia elétrica que lhe é suprida pelas companhias de geração de energia elétrica. Os principais fornecedores de energia da Companhia são Furnas, CHESF e Itaipu. A partir de 2005, conforme a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras de energia elétrica brasileiras passaram a comprar energia elétrica por meio de contratos de compra e venda de energia elétrica em leilões de energia elétrica no ACR.

A Companhia comprou, através de contratos, 9.169 GWh de energia elétrica em 2008. Deste total, 6.390 GWh, ou 70%, foram obtidos nos leilões de energia elétrica do Ambiente Regulado realizados desde 2005, dentre os quais se encontram os contratos com Furnas e Chesf, e 2.288 GWh, ou 25%, por Itaipu.

Itaipu se localiza na fronteira do Brasil com o Paraguai e está sujeita ao tratado bilateral entre os 2 países, segundo o qual o Brasil é obrigado a comprar volumes específicos da energia elétrica gerada por Itaipu.

As distribuidoras de energia elétrica possuidoras das concessões do Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil foram, por lei, obrigadas a absorver parte da energia elétrica que o Brasil deve comprar de Itaipu. Os montantes que tais companhias devem comprar são regulados por contratos de adesão, cujas tarifas são estabelecidas em US\$/kW. A ANEEL determina anualmente o volume de energia a ser vendido por Itaipu. As companhias pagam pela compra de energia de Itaipu conforme a razão entre o volume estabelecido pela ANEEL e suas cotas estabelecidas por lei, independentemente de Itaipu gerar tal volume de energia elétrica. Os montantes de energia elétrica que as companhias são obrigadas a comprar de Itaipu são estabelecidos conforme o tratado bilateral para cobrir as despesas operacionais e os pagamentos de principal e juros das dívidas denominadas em Dólares de Itaipu, bem como o custo de transmissão de energia para as suas áreas de concessão. Esses montantes são denominados em Dólares e historicamente eram bem maiores do que o custo médio nacional pelo fornecimento de energia elétrica oriunda de outras fontes geradoras.

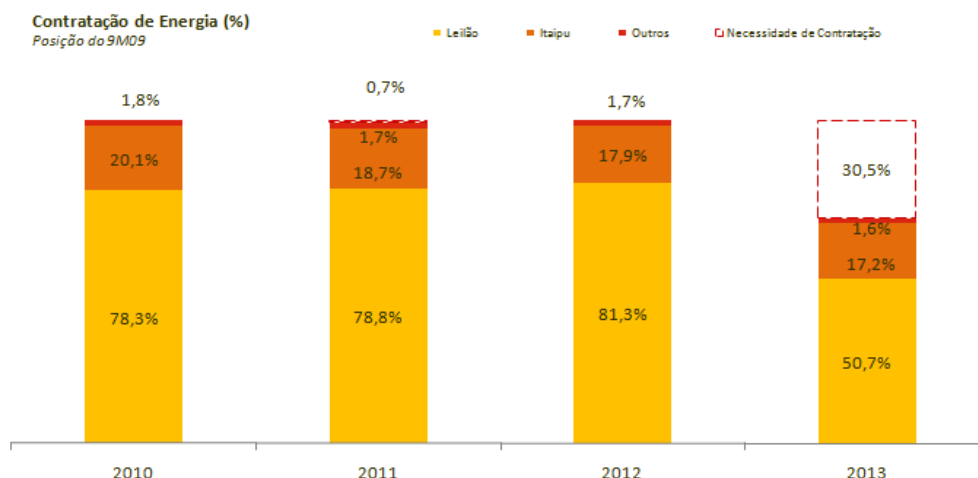
Em 2008, a Companhia pagou uma média de R\$73,91 e R\$86,17 por MWh pelas compras de energia elétrica dos leilões de energia e Itaipu, respectivamente. Durante o primeiro semestre de 2009, a Companhia pagou uma média de R\$77,98 e R\$108,51 por MWh pelas compras de energia elétrica de leilões e Itaipu, respectivamente.

A tabela abaixo resume o total de energia elétrica que a Companhia comprou de seus fornecedores durante os períodos indicados (em MWh, exceto percentuais):

	Exercício findo em 31 de dezembro de						Período de 9 meses findo em 30 de setembro de			
	2006		2007		2008		2008		2009	
CCEAR's	5.350.165	52%	5.637.467	55%	6.389.691	70%	4.658.205	70%	5.192.854	72%
Itaipu	2.088.760	20%	2.089.562	20%	2.340.101	26%	1.751.627	26%	1.720.697	24%
Contratos Bilaterais	2.838.240	27%	2.277.601	22%	351.360	4%	263.080	4%	86.440	1%
Outros	79.276	1%	279.286	3%	-	0%	-	0%	236.519	3%
Total	10.356.441		10.283.915		9.081.152		6.672.912		7.236.510	

Para maiores informações sobre os contratos de compra e venda de energia, vide seção "VI. Informações sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Contratos Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades – Contratos de Compra e Venda de Energia", na página 172 deste Prospecto.

Segue abaixo o gráfico com o nível de contratação de energia da Companhia em 30 de setembro de 2009.



Em 2011 o nível de contratação de 99,3% encontra-se dentro do limite de exposição involuntária que poderá ser complementado pela Companhia através de leilões de ajuste, mecanismos de troca de contratos entre distribuidoras e/ou chamada pública para contratação de geração distribuída.

Em 2013 encerrarão os primeiros contratos de compra de energia das distribuidoras sob o novo marco regulatório. Está previsto um leilão de energia, em 2012, para que as distribuidoras recontratem essa energia.

Estratégia de Negócios

No início de 2004, a Ampla implementou um plano estratégico, chamado "Plano de Transformação", com o objetivo de fazer uma transformação cultural da Companhia, reestruturando e viabilizando a Ampla. Para apoiar este processo foram disseminados os seguintes valores corporativos de forma a serem compreendidos, compartilhados e praticados:

Foco nas Pessoas: Ser uma empresa que valoriza e se preocupa em ter, manter e desenvolver pessoas competentes, confiáveis, comprometidas e motivadas, fazendo-as atuar em funções compatíveis com suas competências e em um ambiente agradável, que promova a realização profissional e pessoal.

Espírito de Equipe: Colaboradores e parceiros trabalhando comprometidos com um resultado comum, interagindo com outras pessoas e equipes na busca de soluções, atuando com funções bem definidas, compartilhando informações e conhecimento e privilegiando a tomada de decisão.

Orientação ao Negócio: Promover o entendimento do negócio de forma a orientar as ações individuais e das equipes, de acordo com os objetivos estratégicos da Companhia, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

Foco no Cliente: Direcionar as ações e processos da Companhia visando conhecer e atender os clientes por meio de soluções competitivas, de qualidade, que antecipem e satisfaçam as necessidades de cada segmento, melhorando a percepção da sociedade com relação à imagem transmitida pela Companhia.

Criatividade e Inovação: Promover e implementar a melhoria contínua dos processos e buscar soluções simples, econômicas e criativas, que agreguem valor.

Conduta Ética: Atuar e exigir em todas as relações de nossos colaboradores e parceiros profissionalismo, integridade moral, transparência, lealdade e respeito mútuo.

A implementação deste plano se deu através de times multidisciplinares de trabalho em 5 áreas prioritárias da Companhia, que internamente foram chamados de eixos estratégicos, buscando um salto de qualidade operacional e de imagem, alavancado os resultados econômicos e financeiros já no curto prazo:

Os eixos escolhidos foram:

- recuperação de clientes;
- otimização operativa;
- imagem corporativa;
- gestão de pessoas; e
- plano regulatório.

Este plano foi fundamental para uma verdadeira reviravolta no desempenho geral da Companhia.

Uma vez "transformada", em 2006, a Ampla entrou numa nova fase de transição e, para isso, foi desenvolvida uma nova etapa para o plano estratégico: Plano Atitude Ampla. Esta etapa estratégica teve como foco a consolidação dos resultados alcançados pela transformação de forma a garantir a sua perenidade.

Como forma de atingir seus objetivos, mudamos o modelo de operacionalização do Plano Estratégico, de 5 eixos para 14 projetos estratégicos distribuídos por perspectivas (Colaborador, Sociedade, Cliente e Acionista). A mudança se fez necessária dada a nova fase da Companhia e o objetivo de consolidar e perenizar a transformação obtida no Plano de Transformação, buscando internalizar o salto de qualidade no dia-a-dia da operação da Companhia. Os principais benefícios desta estrutura de trabalho foram:

- Participantes mais especializados nos grupos (estrutura funcional para alguns temas);
- Temas das perspectivas mais focados em fatores críticos de sucesso; e
- Relação causa efeito dos objetivos estratégicos mais clara.

Para cada um dos 14 projetos, que são liderados por um diretor executivo, foram traçados planos de ações focados em melhorias e evoluções nos indicadores operacionais e financeiros, sendo acompanhados e revisados periodicamente.

Plano de Transformação		Atitude Ampla	
2003	2005	2008	Evolução
23,6%	Perdas de Energia (fronteira antiga)	18,7%	- 21%
22,2	DEC 12 meses (duração)	13,2	- 41%
17,0	DEC 12 meses (frequência)	10,1	- 41%
- 75	Lucro Líquido (R\$ milhões)	+ 281	+ 475%
-	Dividendos (R\$ milhões)	+ 93	-
1.958	Dívida Líquida (R\$ milhões)	1.062	- 46%
59,7%	Satisfação dos Clientes (ISQP)	72,5%	+ 21%
52%	Clima Laboral (% satisfação)	85%	+ 63%

Os resultados positivos de 2008 mostraram que tivemos sucesso na consolidação da nossa transformação. Conseguindo internalizar padrões e práticas de qualidade que neste momento já faziam parte do dia-a-dia da Companhia. A receita operacional cresceu 15%, o lucro líquido 83%. Foi registrado uma redução de 1.2 p.p. em perdas por furto de energia, melhoria da inadimplência, com uma cobrabilidade de 99,4% e indicadores de qualidade de fornecimento de energia nunca antes obtidos. Essas conquistas foram sustentadas pela melhoria contínua dos processos e da qualidade.

Assim, consolidados os resultados, em 2009 a Ampla inicia uma nova fase, onde os padrões operacionais já permitem estabelecer objetivos entre as melhores empresas do Brasil.

Nossos valores reformulados:

- Respeitamos a vida: "*Atuamos com ética, trabalhamos com segurança, respeitamos as pessoas e o meio ambiente*";
- Buscamos a simplicidade: "*Valorizamos a prontidão, a clareza e a objetividade*"; e
- Criamos valor: "*Buscamos sempre fazer mais e melhor com menos para nossos clientes e acionistas*".

Nossa visão do negócio:

- Em 2011: Estar entre as 3 mais rentáveis distribuidoras do país e as 3 melhores no Prêmio ABRADEE.
- Em 2013: Ser a mais rentável distribuidora do país e a mais admirada entre as empresas do Rio de Janeiro.

Seguimos trabalhando muito focados em nossas oportunidades de incremento no valor ao acionista:

- Melhorar continuamente o índice de perdas e inadimplência;
- Reduzir contingências;
- Melhorar eficiência operacional;
- Minimizar efeitos da crise econômica; e
- Otimizar resultado da revisão tarifária.

Para operacionalizar a estratégia, o Plano Ampla + está baseado em 8 objetivos estratégicos chave que orientam todo o nosso processo decisório e planos de ação, cada objetivo possui grupos de trabalho (funcionais e multidisciplinares) com acompanhamento sistemático de implementação e resultados.

Os objetivos estratégicos foram reunidos em 4 perspectivas: (i) Acionistas (gerar valor nos negócios e aumentar a rentabilidade); (ii) Cliente (estar entre as melhores distribuidoras do Brasil em satisfação do cliente e aumentar a qualidade dos processos); (iii) Colaborador (desenvolver cultura de alto desempenho e alinhar 100% dos parceiros); e (iv) Sociedade (ser a empresa do Rio de Janeiro mais bem reconhecida pela sociedade).

No início das operações da Companhia, após o processo de privatização, o foco foi o bem estar de funcionários e contratados. Com a evolução do mercado e o seu consequente amadurecimento, foi necessário introduzir uma cultura de alto desempenho, estando no centro da gestão os fatores meritocracia e trabalho em equipe.

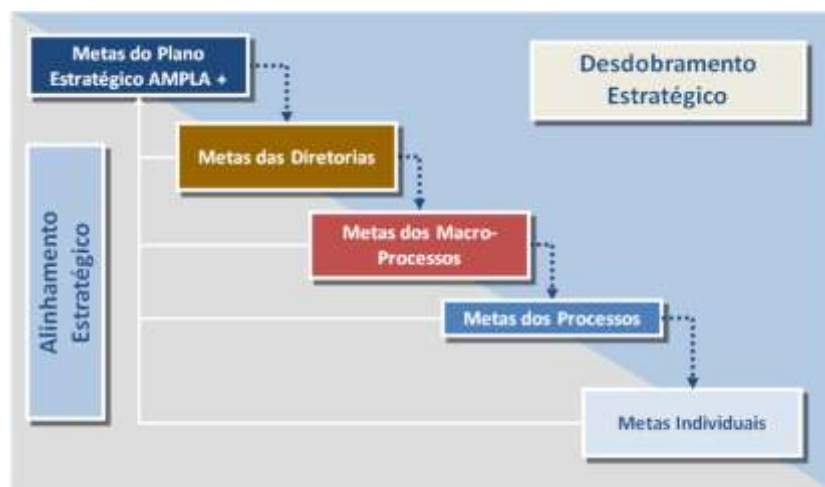
Atualmente, o foco da Companhia é o crescimento da organização até o ano de 2013. A Companhia pretende estabelecer um claro diferencial competitivo baseado na oferta de produtos bons e eficientes, destacando-se por proporcionar qualidade de serviço com custos mais baixos.

Haverá um aprimoramento na gestão de processos entre as diferentes áreas da Companhia, para estabelecer uma cadeia de compromissos e permitir a visão horizontal dos negócios. Especificamente no caso da Ampla, pela natureza do negócio de distribuição e a existência de um grande número de fornecedores, será necessário fortalecer, cada vez mais, os laços em toda a sua cadeia de valor.

Também estão entre os objetivos da Companhia: (i) a melhoria da eficiência operacional em relação às outras distribuidoras do País; (ii) o aumento do consumo *per capita*; (iii) a ampliação das fontes alternativas de energia; (iv) o crescimento do Programa Baixa Renda; (v) o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados; e, especialmente, (vi) o incremento da satisfação dos consumidores. Outras metas principais da Companhia é à redução do número de acidentes fatais à zero (em 2008, foram 3), bem como os registros de ato inseguro.

A estratégia da Ampla, portanto, será calcada na excelência do relacionamento com seus clientes e colaboradores. Isso exige investimentos de longo prazo para que a Companhia atue prestando um serviço de qualidade com custos compatíveis a empresa de referência regulatória.

Para garantir a disciplina estratégica, desde 2006 a Ampla faz o desdobramento de metas estratégicas até o nível do indivíduo, garantindo que cada ação no dia-a-dia da Companhia está orientada a implementação do seu plano estratégico:



Principais Investimentos e Desinvestimentos

Nos anos de 2006, 2007, 2008 e nos períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2008 e 2009, a Companhia destinou o montante de, respectivamente, R\$463 milhões, R\$427 milhões, R\$351 milhões, R\$281 milhões e R\$265 milhões para investimentos, distribuídos nas seguintes áreas conforme indicado na tabela abaixo:

Investimentos (em R\$ milhões)	Exercícios sociais findos em				
	31 de dezembro de			30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
Investimentos por Demanda	194	145	137	105	79
Qualidade do Sistema Elétrico	47	66	61	39	30
Luz para Todos	17	20	20	15	9
Combate às Perdas	189	181	115	109	122
Outros	16	15	18	13	25
Total Investido	463	427	351	281	265
Aportes / Subsídios (recebidos/a receber)	22	44	23	17	12
Investimento Líquido	441	383	328	264	253

A Companhia investe, principalmente, em projetos que visam à redução do nível de perdas, em especial aqueles referentes à instalação da Rede Ampla, e em projetos de atendimento aos pedidos de novas conexões.

Os montantes de investimentos apresentados nesta seção são gerenciais e atendem a critérios internos da Companhia para acompanhamento dos seus projetos e foram divulgados nos Relatórios de Administração e Relatórios de Desempenho que acompanham as demonstrações financeiras dos períodos indicados.

A Emissora não efetuou quaisquer desinvestimentos relevantes de capital nos últimos 3 exercícios sociais e não possui desinvestimentos em andamento na data deste Prospecto.

Relacionamento com os Consumidores

Todos os consumidores da Companhia estão localizados dentro de sua área de concessão, sendo classificados em 5 categorias principais: residencial, industrial, comercial, rural e outros. A maior parte dos consumidores da Companhia é da classe residencial. A seguir é apresentada tabela com informações sobre o número de consumidores da Companhia, divididos por classe, para os períodos lá indicados, conforme dados fornecidos pela Ampla.

Área	Número de Clientes				
	31 de dezembro de			30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
Clientes Faturados	2.135.453	2.217.786	2.301.568	2.288.095	2.316.184
Residencial	1.914.366	2.007.066	2.082.164	2.070.217	2.094.358
Industrial	5.600	5.011	4.906	4.997	4.829
Comercial	152.254	142.144	143.480	144.110	143.569
Rural	51.034	50.549	57.237	55.232	59.236
Poder público	10.430	11.080	11.615	11.443	11.881
Iluminação pública	794	975	1.142	1.091	1.196
Serviços públicos	975	961	1.024	1.005	1.115
Clientes Livres	12	15	16	15	16
Revenda	4	5	5	5	5
Subtotal - Clientes Efetivos	2.135.469	2.217.806	2.301.589	2.288.115	2.316.205
Consumo Próprio	4	4	5	5	5
Ativo sem Fornecimento	180.778	160.780	164.874	160.686	197.809
Total de Clientes	2.316.251	2.378.590	2.466.468	2.448.806	2.514.019

Os "Clientes Efetivos" são aqueles que, efetivamente, geram receita para a Companhia.

Os consumidores residenciais são unidades residenciais, bem como unidades de uso misto conectado a uma tensão abaixo de 2,3 kV. Os consumidores residenciais representaram 45,9% do volume total de energia elétrica vendida em 2008 pela Companhia. Nos primeiros 9 meses de 2009, esses consumidores representaram 46,5% do volume total de energia elétrica vendida pela Companhia. Na classe residencial, 799.303 clientes estão cadastrados como Baixa Renda, com consumo equivalente a 683,61 GWh em 2008.

Os consumidores industriais compreendem aqueles que desenvolvem atividades industriais e de apoio a tais atividades a tensões acima de 13,8 kV. Os consumidores industriais representaram 14,9% do volume total de energia elétrica vendida em 2008 pela Companhia. Nos primeiros 9 meses de 2009, esses consumidores representaram 14,0% do volume total de energia elétrica vendida pela Companhia.

Os consumidores comerciais são aqueles cujas principais atividades são de natureza comercial, bem como aqueles cujo uso de energia se passa em edifícios ou áreas em que as unidades de consumo são predominantemente não residenciais. Os consumidores comerciais representaram 22,3% do volume total de energia elétrica vendida em 2008 pela Companhia. Nos primeiros 9 meses de 2009, esses consumidores representaram 22,6% do volume total de energia elétrica vendida pela Companhia.

Os consumidores rurais são aqueles que se localizam em áreas rurais e os que se dedicam a atividades rurais, inclusive a pecuária e agricultura, bem como projetos rurais especiais, como as unidades do setor rural e coletivas e serviços públicos de irrigação rural. Os consumidores rurais representaram 2,8% do volume total de energia elétrica vendida em 2008 pela Companhia. Nos primeiros 9 meses de 2009, esses consumidores também representaram 2,8% do volume total de energia elétrica vendida pela Companhia.

Outros consumidores (administração pública/governo, iluminação pública, serviços públicos) representaram 14,2% do volume total de energia elétrica vendida em 2008 pela Companhia. Nos primeiros 9 meses de 2009, esses consumidores representaram 14,2% do volume total de energia elétrica vendida pela Companhia.

A Ampla ainda encerrou o ano de 2008 com 16 clientes livres, 4 parcialmente livres e 5 potencialmente livres, sendo que o consumo desses clientes representou 13,7% do mercado da Companhia para aquele ano. Nos primeiros 9 meses de 2009, esses consumidores representaram 13,1% do volume total de energia elétrica vendida pela Companhia.

Abaixo segue a evolução do consumo faturado (GWh) de energia dos principais consumidores da Emissora.

Balanco de Energia	Exercícios sociais findos em				
	31 de dezembro de			30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
Energia Faturada GWh	7.051	7.431	7.749	5.814	5.968
Residencial	3.290	3.481	3.557	2.682	2.773
Industrial	909	942	1.152	851	836
Comercial	1.613	1.691	1.726	1.294	1.348
Rural	211	226	216	164	165
Poder público	375	392	374	281	293
Iluminação pública	376	415	447	333	341
Serviços públicos	277	284	276	209	212

Procedimentos de Cobrança

O procedimento adotado para cobrança e pagamento da energia elétrica fornecida aos consumidores varia conforme a categoria de consumo e a antiguidade da dívida. A leitura mensal de medidores ou as estimativas de consumo formam a base da cobrança da maioria dos consumidores. Os medidores dos consumidores rurais são lidos mensalmente, como todas as classes, no entanto, a legislação autoriza a cultura no período de um a 3 meses para os consumidores rurais. A Companhia segue uma sequência de ações de cobranças, que variam conforme a antiguidade da dívida dos consumidores e o histórico do comportamento de pagamento destes. Inicia com ações de telecobrança automática e ativa lembrando seus consumidores da(s) conta(s) vencida(s), suspende o fornecimento de energia elétrica após notificar os consumidores de sua intenção para aqueles que não cumprem com o pagamento no prazo estipulado. Em seguida, a Companhia registra as informações dos consumidores que continuam inadimplentes nos órgãos de proteção ao crédito, realiza o protesto das faturas em cartório de títulos de protesto e aciona empresas especializadas em recuperação de créditos para as dívidas acima de R\$60,00.

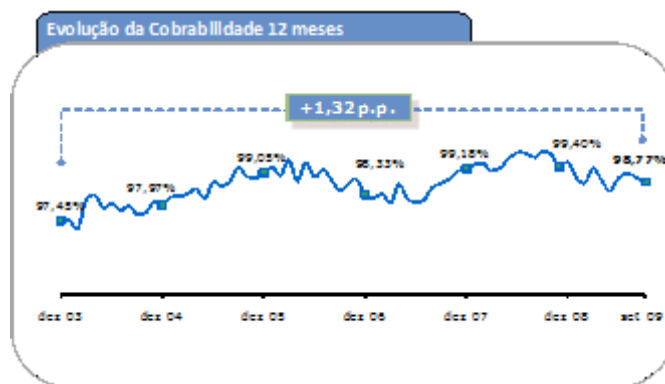
Em 30 de setembro de 2009, a Companhia tinha créditos a receber de aproximadamente R\$514,2 milhões de consumidores por contas vencidas. Deste montante, aproximadamente R\$392,1 milhões estavam vencidos há mais de 90 dias. As provisões para devedores duvidosos totalizaram R\$187,2 milhões em 30 de setembro de 2009.

A tabela a seguir mostra a posição de contas a receber da Companhia em 30 de setembro de 2009:

Classe de Consumidor	A Vencer	Vencidas até 90 dias	Vencidas há mais de 90 dias	Total
Residencial	83.150	80.420	47.049	210.619
Industrial	41.331	5.270	24.349	70.950
Comercial.....	39.101	20.319	49.917	109.337
Rural	2.206	1.900	23.143	27.249
Poder Público.....	16.838	8.459	54.342	79.639
Iluminação Pública.....	11.139	5.632	30.816	47.587
Serviço Público	4.494	84	8.929	13.507
Revenda	5.584	-	-	5.584
Total	203.843	122.084	238.545	564.472

O percentual de cobrabilidade é calculado pela Companhia com base na relação entre o montante efetivamente arrecadado nos 12 meses anteriores (incluindo o mês para o qual está sendo calculado o índice) e o montante faturado no mesmo período. Um percentual acima de 100% indica que dívidas antigas foram pagas no período considerado.

A forte atuação da Companhia, com as diferentes frentes de ações de cobrança e o acompanhamento dos desvios de comportamento de pagamentos dos clientes, permitiu com que a taxa de arrecadação atingisse patamares crescentes de melhoria, conforme gráfico abaixo.



Esses esforços aumentaram a adimplência (taxa de arrecadação) de 99,2%, em 2007, para 99,4%, em 2008, que foi o melhor índice obtido pela Companhia desde a sua privatização, reflexo da melhoria dos processos de arrecadação e cobrança. Adicionalmente, no ano de 2008, ainda foram efetuados 765.631 desligamentos em decorrência do não pagamento de contas.

Além das ações voltadas para recuperação de créditos vencidos, a Companhia promove constantemente campanhas de incentivo a adimplência.

Vendas

A tabela a seguir apresenta certas informações sobre consumidores, vendas de energia elétrica e faturamento das atividades da Companhia nos períodos indicados (clientes residenciais incluem os clientes Baixa Renda).

Exercício findo em 31 de dezembro de												
2007						2008						
Consumidores Faturados	% de consumidores	Volume Faturado	% por volume	Receita bruta	% da receita bruta	Consumidores Faturados	% de consumidores	Volume Faturado	% por volume	Receita bruta	% da receita bruta	
(milhares)		GWh		(milhões de R\$)		(milhares)		GWh		(milhões de R\$)		
Residencial	2.007	90%	3.481	47%	1.664	51%	2.082	90%	3.557	46%	1.848	50%
Industrial	5	0%	942	13%	370	11%	5	0%	1.152	15%	464	13%
Comercial	142	6%	1.691	23%	826	26%	143	6%	1.726	22%	923	25%
Rural	51	2%	226	3%	57	2%	57	2%	216	3%	58	2%
Outros	13	1%	1.091	15%	318	10%	14	1%	1.098	14%	387	11%
Total	2.218	100%	7.431	100%	3.236	100%	2.302	100%	7.749	100%	3.679	100%

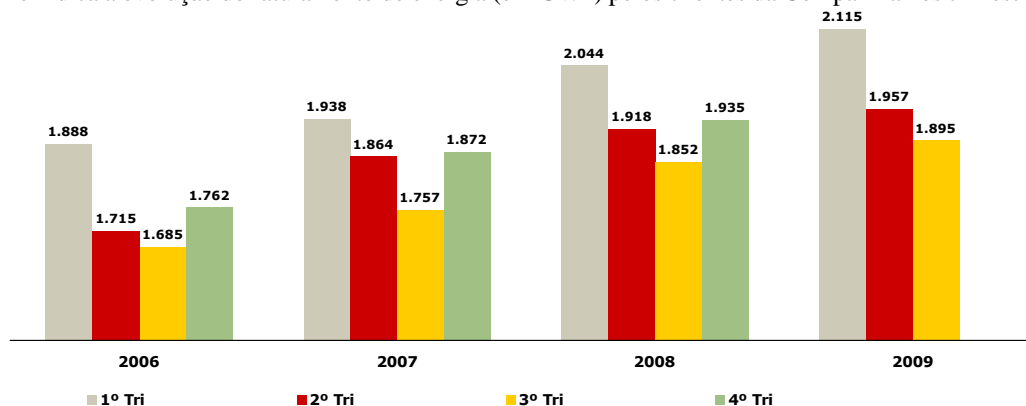
Exercício findo em 30 de setembro de												
2008						2009						
Consumidores Faturados	% de consumidores	Volume Faturado	% por volume	Receita bruta	% da receita bruta	Consumidores Faturados	% de consumidores	Volume Faturado	% por volume	Receita bruta	% da receita bruta	
(milhares)		GWh		(milhões de R\$)		(milhares)		GWh		(milhões de R\$)		
Residencial	2.070	90%	2.682	46%	1.415	52%	2.094	90%	2.773	46%	1.526	52%
Industrial	5	0%	851	15%	341	12%	5	0%	836	14%	352	12%
Comercial	144	6%	1.294	22%	662	24%	144	6%	1.348	23%	722	24%
Rural	55	2%	164	3%	44	2%	59	3%	165	3%	46	2%
Outros	14	1%	822	14%	281	10%	14	1%	845	14%	310	10%
Total	2.288	100%	5.814	100%	2.744	100%	2.316	100%	5.968	100%	2.955	100%

* A Receita Bruta refere-se apenas à venda de energia com impostos, não contabilizando outros (juros, multas, correção monetária, seguros, uso mútuo de poste etc.).

Sazonalidade

O consumo e, conseqüentemente, a venda de energia elétrica oscilam em decorrência da variação de temperatura e da atividade comercial e industrial. Assim, as vendas da Companhia são maiores no primeiro e quarto trimestre devido ao verão, em razão das temperaturas elevadas, e à proximidade das festas de final de ano, em razão do aumento da atividade industrial e comercial.

A tabela abaixo indica a evolução do faturamento de energia (em GWh) pelos clientes da Companhia nos trimestres nela indicados:



Atendimento ao Cliente

A Companhia se empenha em fornecer serviços de alta qualidade a seus consumidores, operando 173 pontos de atendimento ao consumidor e 75 lojas de atendimento. Em 2008, foram realizados 8.920.325 atendimentos, contra 7.398.517 realizados em 2007.

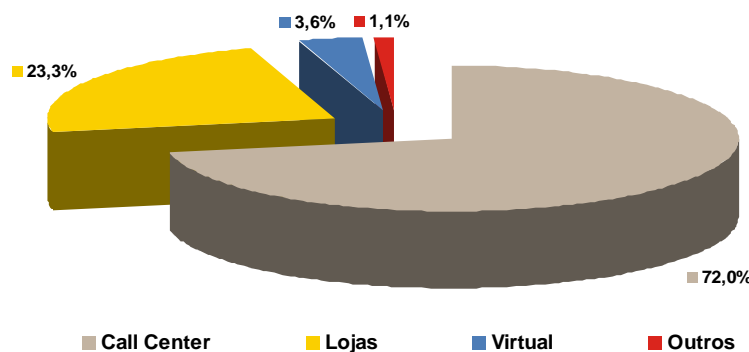
Além disso, a Companhia fornece suporte 24 horas ao dia, 7 dias por semana, por meio de seu *call center*, o qual conta com 387 atendentes. A tabela abaixo demonstra os principais indicadores do atendimento via *call center*:

	2006	2007	2008
Total de ligações atendidas pelo <i>call center</i>	6.385.764	6.842.093	7.033.861
% de reclamações em relação ao total de atendidas pelo <i>Call center</i>	2,9%	2,6%	2,2%
Tempo médio de espera ate o início do atendimento	00:35	00:48	00:31

A Companhia também tem um centro virtual de atendimento em seu *website*, que permite que seus clientes acessem suas contas e vejam a leitura de seus medidores. Em 2008, os agentes de atendimento ao consumidor da Companhia registraram 323.237 solicitações de consumidores através de seus centros virtuais de atendimento.

Cerca de 8.920.325 atendimentos foram realizados pela Companhia em 2008, por meio da central de relacionamento, seguido das lojas de atendimento e da agência virtual, como mostra o gráfico abaixo:

ATENDIMENTOS POR CANAL - 2008



Rede de Distribuição

A distribuição de energia elétrica consiste no transporte da energia da fronteira com a rede básica até o ponto de entrega aos consumidores finais.

A Companhia atualmente possui 131 linhas de transmissão. Como a tensão de suas redes de fornecimento é inferior a 138 kV, essa rede classifica-se como de distribuição, e não de transmissão. Essas linhas distribuem energia elétrica do ponto de ligação à rede básica para as subestações de energia. Todos os clientes que se conectam a essas linhas de distribuição, sejam Consumidores Livres ou outras concessionárias, devem pagar uma tarifa pelo uso do sistema.

A Companhia tem uma rede de distribuição que consiste de uma vasta rede em que predominam linhas aéreas e subestações que têm faixas de tensão sucessivamente menores. Os grandes consumidores industriais e comerciais recebem energia elétrica em faixas de alta tensão, enquanto os consumidores industriais e comerciais de menor porte e os residenciais recebem energia elétrica em faixas de tensão menores. Em 30 de setembro de 2009, além das 131 linhas de transmissão, a Companhia ainda possuía 104.530 transformadores de distribuição e 116 subestações fixas de distribuição (em 2008 eram 114), com uma rede de distribuição total de aproximadamente 48.950 km (em 2008 eram 48,5 mil km), sendo 31.881 km de média tensão e 17.069 km de baixa tensão.

Desempenho do Sistema

A tabela a seguir apresenta informações sobre as perdas de energia da Companhia e a frequência e duração das interrupções no fornecimento de energia elétrica por consumidor por ano nos períodos indicados, considerando os últimos doze meses:

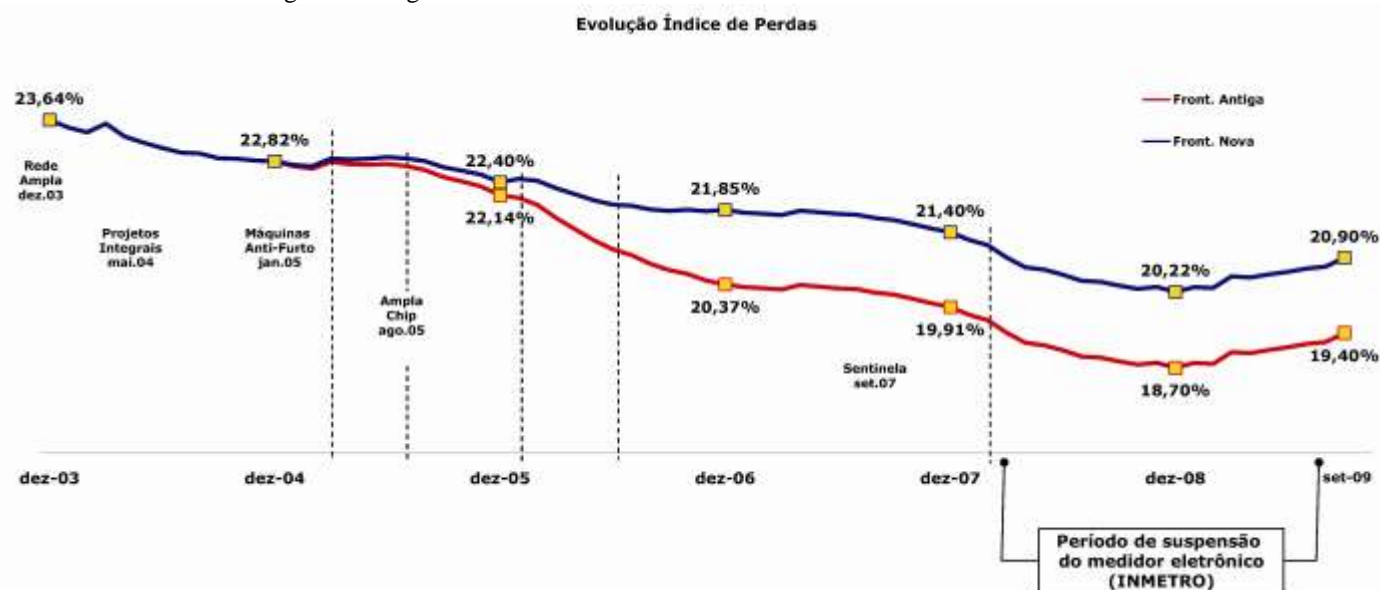
	Exercício findo em 31 de dezembro de			Média móvel nos últimos 12 meses findo em 30 de setembro de	
	2006	2007	2008	2008	2009
Perdas de energia elétrica					
Perdas técnicas – média 12 meses	10,5%	10,4%	10,6%	10,6%	10,6%
Perdas comerciais – média 12 meses	11,4%	11,0%	9,6%	9,7%	10,3%
	21,9%	21,4%	20,2%	20,3%	20,9%
Interrupções de energia					
Duração média de interrupções por consumidor (em horas)	16,5	14,5	13,2	14,1	13,8
Duração média de interrupções por consumidor (em número de interrupções) – média 12 meses	11,5	10,6	10,1	10,6	9,7

Perdas

A Ampla registra 2 tipos de perdas de energia elétrica: técnicas e comerciais. As perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso normal de distribuição, devido à dissipação da energia elétrica nos sistemas de transmissão e distribuição. As perdas comerciais resultam principalmente de ligações ilegais ou fraudes. Ambas estão relacionadas à quantidade de energia elétrica que a Companhia compra e que não é consumida por seus clientes, afetando diretamente os resultados.

A Ampla vem realizando significativos esforços para reduzir as perdas de energia e reafirma o seu compromisso no combate ao furto e à inadimplência, com a utilização, desde o ano de 2003, de modernos processos de gestão aliados ao uso de tecnologias de ponta. Destaque para os projetos: Rede Ampla e Medição Eletrônica para clientes massivos, Sentinela para grandes clientes de baixa tensão e Máquinas Anti-Furto para clientes conectados a média tensão.

A redução de perdas é significativa, sendo que a Ampla encerrou o ano de 2008 com uma redução de 3,42pp em relação ao ano de 2003 (considerando a "fronteira antiga", sendo que com o advento da Resolução Normativa nº 67 da Aneel, de 8 de junho de 2004, foi estabelecido uma "nova fronteira", com novos critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, ampliando as fronteiras de compra de energia, o que resultou em uma elevação das perdas técnicas da Companhia), conforme demonstrado no gráfico a seguir.



Exercícios sociais findos em

31 de dezembro de

30 de setembro de

Perdas de Energia	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2008	2009
Perdas (12 meses) - Fronteira Nova	23,64%	22,81%	22,40%	21,85%	21,40%	20,22%	20,34%	20,90%
Comercial	14,26%	13,28%	12,42%	11,33%	11,01%	9,58%	9,70%	10,32%
Técnica	9,38%	9,53%	9,98%	10,52%	10,39%	10,64%	10,64%	10,58%

Porém, no comparativo entre os períodos findos em 30 de setembro de 2008 e 2009, ocorreu um incremento nas perdas de 0,56pp, consequência da suspensão, pelo INMETRO, em outubro de 2007, da instalação dos equipamentos de medição eletrônica para a validação dos modelos existentes e a aprovação de um novo modelo. Entretanto, em julho de 2009, o INMETRO aprovou o novo modelo e autorizou a Companhia a retomar a instalação destes equipamentos, normalizando a instalação de clientes na medição eletrônica.

O Ampla Chip, tecnologia que utiliza a medição eletrônica como base para todo o seu processo de funcionamento, possui como objetivo principal reduzir as perdas de energia além de agregar valor as atividades de leitura, corte e religação que passaram a ser realizadas remotamente.

Atualmente, 357 mil clientes residenciais são faturados através da Medição Eletrônica. Após a implementação desta solução, a impossibilidade de furtar energia faz com que a medição correta deste cliente gere um ganho médio para a Companhia de 53,5 kWh/cliente-mês. O custo unitário médio de instalação desse equipamento é de R\$1.427.

O Projeto Sentinela é outra importante ferramenta para combater o furto de energia em grandes clientes de baixa tensão. A solução consiste em exteriorizar todo o sistema de medição e instalar telemetria para a supervisão do conjunto. A Ampla possui 13,5 mil clientes com este equipamento e o ganho médio após a instalação do Sentinela é de 769 kWh/cliente-mês. O custo unitário médio de instalação desse equipamento é de R\$6.340.

Para os clientes de média tensão, a solução utilizada é a Máquina Antifurto. O sistema consiste em agrupar todos os elementos da medição em um único compartimento blindado e instalado no topo do poste. Essas máquinas são conectadas a uma central de dados da Ampla por meio de um sistema de telemedição. São módulos inteligentes com funcionalidades diversas, como: alarmes de abertura de porta, alarmes de presença, subtensão e falta de energia.

Desde o início do projeto, foram instaladas 4.235 Máquinas Anti-Furto que, após a instalação deste equipamento em clientes com furto de energia, geram um ganho médio no faturamento de 1.750 kWh/cliente-mês. O custo unitário médio de instalação desse equipamento é de R\$13.380.

O furto de energia tem uma forte variável sócio-econômica e as áreas mais críticas devem ser continuamente trabalhadas com tecnologias de ponta e através de ações sociais em comunidades de baixa renda. Tais ações, como o incentivo a projetos para a geração de renda, educação sobre o uso eficiente de energia elétrica e conscientização em relação a questões ambientais, éticas e de desenvolvimento comunitário sustentável, já beneficiaram, desde 2004, mais de 500 mil pessoas.

Estes projetos aproximam cada vez mais a Companhia da comunidade, mudando a imagem que os clientes mantinham em relação à Companhia e conscientizando-os a não desperdiçar energia.

A redução sustentável no indicador de perdas é consequência da ação conjunta de todos os projetos que a Ampla possui para combater o furto de energia e do contínuo desenvolvimento de novas tecnologias para melhorar a sua eficiência e resultados.

Tarifas

Os valores das tarifas de fornecimento das distribuidoras de energia elétrica são reajustados anualmente pela ANEEL, conforme fórmula paramétrica prevista no respectivo contrato de concessão. Ao ajustar tarifas de distribuição, a ANEEL divide os custos de concessionárias de distribuição entre (i) custos "não gerenciáveis", ou Parcela A, e (ii) custos "gerenciáveis", ou Parcela B. Os custos da Parcela A incluem, entre outros, custos de energia comprada, determinados encargos regulatórios e custos do uso do sistema de transmissão e conexão. A Parcela B compreende os itens de custo que estão sob o controle das concessionárias e incluem, entre outros, retorno sobre o investimento relacionado à área de concessão, custos de depreciação e custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

O contrato de concessão de cada distribuidora de energia elétrica estabelece um reajuste de tarifa anual. Neste momento, se busca que todos os custos da Parcela A sejam totalmente repassados aos clientes. Os custos da Parcela B, entretanto, são corrigidos de acordo com o índice IGP-M, ajustado por um Fator X.

As empresas de distribuição de energia elétrica, conforme os contratos de concessão, também têm direito à revisão periódica das tarifas com intervalos que podem variar entre 3 e 5 anos (no caso da Emissora, a cada 5 anos). Nestas revisões (1) todos os custos da Parcela B são recalculados de forma a refletir a incorporação de melhorias de processo e novas tecnologias; (2) o Fator X é calculado com base em 2 componentes: (i) Xa, estabelecido a cada ano, é calculado considerando a diferença entre os índices de inflação IPCA e o IGP-M multiplicada pelos custos totais com pessoal, material e serviços da distribuidora (uma vez que esses aumentos se baseiam no IPCA e os aumentos da Parcela B se baseiam no IGP-M); e (ii) Xe, estabelecido a cada revisão periódica para os reajustes tarifários anuais subsequentes, é um fator baseado em ganhos de produtividade da concessionária devido ao crescimento de mercado.

Além disso, concessionárias de distribuição de energia têm direito a revisão extraordinária, analisadas caso a caso, para assegurar seu equilíbrio econômico-financeiro e compensá-las por custos imprevisíveis, inclusive impostos, que alterem significativamente sua estrutura de custos.

Histórico Recente de Revisão Tarifária da Companhia

Reajuste Tarifário 2006

O reajuste tarifário anual da Ampla, ocorrido em março de 2006, definiu um índice médio de aumento de 2,9% para as tarifas. Considerando os componentes financeiros do ano anterior e a retirada dos tributos PIS e COFINS da composição da tarifa, o reajuste médio percebido pelos consumidores foi de 7,2%, sendo que o consumidor residencial em média percebeu um reajuste de 4,5%. A Parcela B da tarifa, que é composta pelos custos gerenciáveis pela distribuidora, como, por exemplo, a remuneração dos ativos, teve um aumento médio de 4,7%.

Reajuste Tarifário 2007

Em março de 2007, o reajuste tarifário anual definiu um índice médio de aumento de 1,9%. Considerando a diminuição dos custos com a compra e transporte de energia, a redução de encargos setoriais, e ainda à baixa inflação no período, as tarifas foram reduzidas em média 4%, sendo que para o consumidor residencial o reajuste médio percebido foi de -5%.

Reajuste Tarifário 2008

Em 15 de março de 2008, foi definido o reajuste médio de 11,1% das tarifas da Ampla. O impacto médio para os consumidores foi de 10,95%, e para a classe residencial foi de 10,88%. A alta do preço de energia no mercado atacadista foi responsável por um reajuste de 18,5% sobre a compra de energia, representando 6,7 pontos percentuais dos 10,95% de impacto médio para os consumidores. A demora na chegada das chuvas de verão foi uma das principais responsáveis pela elevação do preço da energia elétrica no mercado atacadista.

Revisão Tarifária 2009

Em 13 de Março de 2009 foi publicado no Diário Oficial da União o resultado da segunda revisão tarifaria periódica da Ampla, índice médio de aumento de 3,9%.

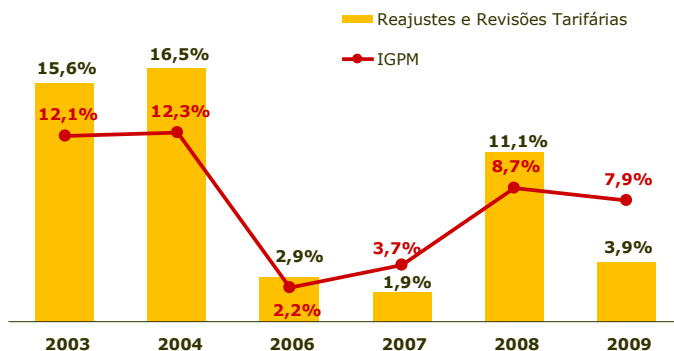
Os componentes financeiros externos à revisão somaram 57 milhões, e o valor de investimentos da Ampla reconhecido no período de 2009-2013 para o Fator X foi de 1,6 bilhões. A Parcela B também foi afetada positivamente pelo reconhecimento dos investimentos.

Foi definida ainda uma trajetória de redução de perdas de 0,7% ao ano.

RTE

Em junho de 2009, a Ampla encerrou a amortização do saldo de repasse de Energia Livre e Perda de Receita, restando apenas a amortização da parcela A, cuja estimativa de encerramento é no final de 2010.

A RTE originou da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão, devido à crise de oferta de energia elétrica no país, em 2001, por motivo de situação hidrológica crítica.



Serviços

Por força do Contrato de Concessão, a Emissora está sujeita aos regulamentos referentes à exploração dos serviços, sendo responsável pela elaboração de projetos e execução de obras necessários ao fornecimento de energia elétrica até o ponto de entrega, bem como por operar e manter o seu sistema elétrico, sendo que tais serviços são remunerados através das tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os serviços listados a seguir, e que são realizados a pedido do consumidor, são cobrados de acordo com a regulamentação da ANEEL: vistoria de unidade consumidora, aferição de medidor, verificação de nível de tensão, religação normal, religação de urgência e emissão de segunda via de fatura.

Qualidade dos Serviços

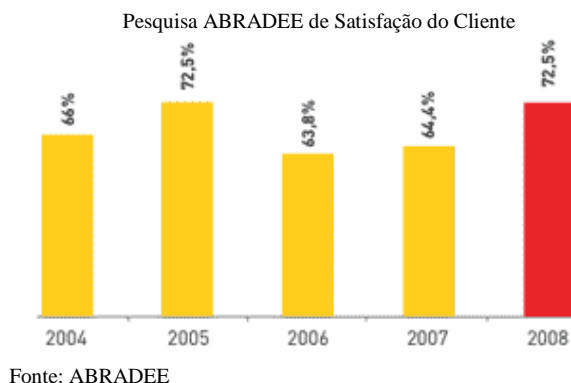
Satisfação do Cliente

A Companhia realiza periodicamente diferentes pesquisas para conhecer melhor os seus clientes, assim como mensurar o grau de satisfação com os serviços. Em 2008, foram realizadas 9,9 mil entrevistas, executadas pela própria Companhia e por diversos institutos de pesquisas.

Os questionários são estruturados com perguntas fechadas e abertas, além de escalas de valores. São avaliados aspectos comerciais, qualidade de produtos, serviços e atendimento, faturamento e marketing.

Outra prática da Companhia inclui discussões em grupo, nas quais são investigadas as necessidades e expectativas dos clientes. Os encontros também auxiliam a avaliar a imagem da marca, testar produtos e conceitos e novas propostas da Companhia. Além disso, são realizadas pesquisas com os consumidores pela ANEEL e pela ABRADEE.

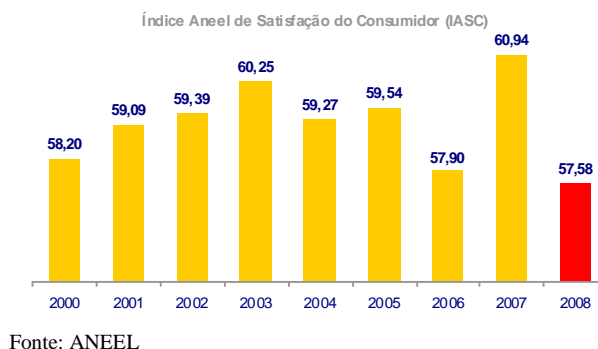
A Pesquisa ABRADDEE de Satisfação do Cliente Residencial ou Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) é uma ferramenta utilizada como indicador do planejamento estratégico da Companhia, que visa conhecer o grau de satisfação dos clientes e comparar o desempenho de todas as distribuidoras do País. A partir dos resultados, a ABRADDEE define parâmetros para que as empresas busquem a melhoria dos seus serviços. Para a Ampla, são realizadas 625 entrevistas pessoais e domiciliares por meio de questionários estruturados e aplicados nos meses de março e abril de cada ano. Abaixo estão os resultados da Companhia para os anos ali indicados.



Adicionalmente, a Companhia ainda realiza a Simulação da Pesquisa ABRADDEE de Satisfação do Cliente Residencial Medição Ampla, que tem por objetivo a antecipação das informações e o monitoramento dos planos de ações para elevar o índice da pesquisa oficial ABRADDEE.

O "Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC)" é o resultado da pesquisa realizada anualmente pela ANEEL para avaliar o grau de satisfação dos consumidores residenciais com os serviços em todo o Brasil. O estudo é quantitativo, pessoal e domiciliar, com amostra de 450 entrevistas em 14 municípios. As entrevistas também são feitas com questionários padronizados e são realizadas por institutos contratados pela ANEEL.

No gráfico a seguir são apresentados os resultados do IASC da Ampla para o período de 2000 a 2008:



Indicadores dos Serviços Técnicos

A qualidade dos serviços técnicos é mensurada por meio de indicadores de continuidade que refletem a frequência e a duração média de interrupção do fornecimento de energia elétrica em todo o sistema elétrico da Emissora.

Indicadores DEC (que mede a duração equivalente de interrupções de fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora) e FEC (que mede a frequência equivalente de interrupções de fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora) são apurados de acordo com a Resolução ANEEL nº 24/2000, que estabelece as disposições relativas à continuidade da distribuição de energia elétrica às unidades consumidoras e metas a serem cumpridas em cada conjunto do Estado do Rio de Janeiro.

Indicadores DIC (que mede a duração de interrupção individual no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora), FIC (que mede a frequência de interrupção individual no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora) e DMIC (que mede a duração máxima de interrupção continua no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora) também estão definidos na Resolução ANEEL nº 024/2000. Estes indicadores estão constando nas faturas mensais dos clientes desde janeiro de 2005. A Concessionária deverá informar estes Indicadores por escrito, em até 30 (trinta) dias, sempre que solicitado pelo consumidor.

A Emissora está sujeita, ainda, às medições determinadas pelo indicador TMAE – Tempo Médio de Atendimento a ocorrências emergenciais (que mede o tempo médio de atendimento a ocorrências emergenciais transcorrido desde o recebimento da reclamação até a resolução do problema e o número de ocorrências no período) apurados de acordo com a Resolução ANEEL nº 520, de 17 de setembro de 2002.

Padrão de Serviços

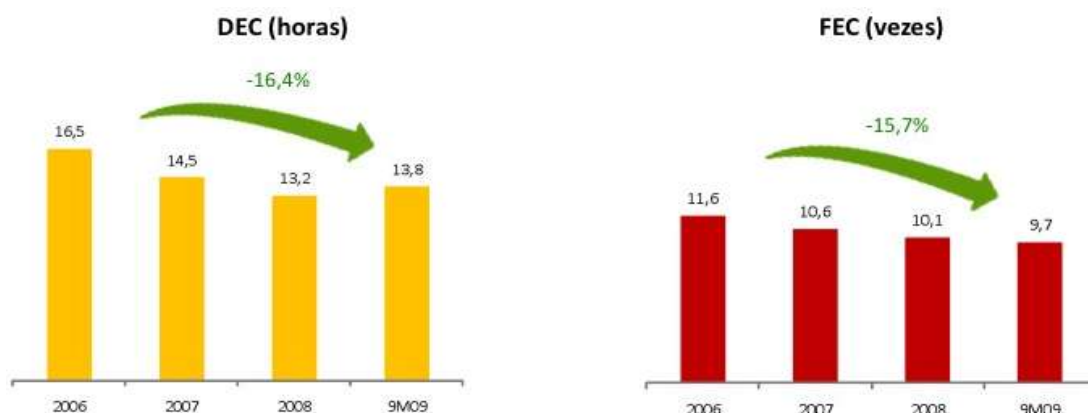
O Contrato de Concessão obriga a Emissora a conservar e melhorar seus equipamentos e instalações, de modo a estar em conformidade com os padrões de qualidade, continuidade, segurança e confiabilidade estabelecidos ou a serem estabelecidos pela ANEEL para o serviço de distribuição de energia.

DEC e FEC

O DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) reflete o intervalo de tempo que, em média, no período de observação, cada unidade consumidora da Ampla teve o seu fornecimento de energia elétrica interrompido, sendo medido em horas por período (no caso, horas por ano).

O FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), por sua vez, reflete a frequência que, em média, os Consumidores da Ampla tiveram o seu fornecimento interrompido, sendo medido em vezes por período (no caso, vezes por ano).

Conforme os gráficos a seguir, a Companhia tem melhorado progressivamente a qualidade e confiabilidade de abastecimento de energia elétrica nos últimos anos, uma vez que a frequência e duração das interrupções de energia em suas redes diminuíram.



A frequência das interrupções por ano durante 2008 atingiu a média de 10,1 interrupções por consumidor, enquanto a média nacional foi aproximadamente de 11,3 interrupções por consumidor em 2008 (últimos dados disponíveis da ANEEL). A duração média das interrupções em 2008 foi de 13,2 horas por consumidor em relação à média nacional de aproximadamente 16,5 horas por consumidor em 2008 (últimos dados disponíveis da ANEEL).

Já no período encerrado em 30 de setembro de 2009, a frequência das interrupções atingiu a média de 9,8 interrupções por consumidor, enquanto a duração média das interrupções foi de 13,8 horas.

A Companhia tem se empenhado para planejar a construção e manutenção de seus equipamentos de forma a minimizar a interrupção no serviço de distribuição de energia elétrica. Em 2008, a duração média das interrupções programadas foi de 1,09 horas por consumidor (7,5% do total) e a frequência de interrupções programadas foi de 0,51 interrupções por consumidor (5,1% do total). As interrupções não programadas devido a acidentes, tais como raios, ventos ou incêndios, representaram o restante do total das interrupções.

Nos últimos 5 anos, mais de R\$200,0 milhões foram investidos pela Companhia para melhorar a qualidade de seus sistemas de distribuição.

Penalidades

As infrações das distribuidoras de energia elétrica eram regulamentadas pela Resolução ANEEL nº 318/98, que foi revogada pela Resolução Normativa ANEEL nº 63, de 12 de maio de 2004.

De acordo com o disposto na referida resolução normativa, as infrações relativas à prestação de serviços e à implantação e operação de instalações de energia elétrica sujeitarão o infrator às penalidades de (i) advertência; (ii) multa; (iii) embargo de obras; (iv) interdição de instalações; (v) suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, permissões ou autorizações, bem como de impedimento de contratar com a ANEEL e de recebimento de autorização para serviços e instalações de energia elétrica; (vi) revogação da autorização; (vii) intervenção administrativa; e (viii) caducidade da concessão. O valor das multas poderá variar de 0,01% até 2%, dependendo do tipo de infração verificada, calculada sobre valor do faturamento oriundo da venda de energia elétrica e prestação de serviços, relativos aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração. Na fixação do valor das multas serão consideradas a abrangência e a gravidade da infração, os danos para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator e a existência de sanção nos últimos 4 anos. No caso de inadimplemento da Emissora no cumprimento das obrigações oriundas das penalidades sofridas, poderá o Poder Concedente declarar rescindido o Contrato de Concessão, ou encampar as ações de controle para posteriormente vendê-las em leilão público. A Emissora também poderá sofrer as penalidades impostas pela Resolução ANEEL nº 24/00, caso a qualidade do serviço não atinja os indicadores DEF, FEC, DIC e FIC, conforme a tabela contida no anexo à Resolução Autorizativa nº 1.670, de 18 de novembro de 2008.

Tributos sobre os Serviços de Distribuição de Energia

A Emissora tem como fonte de renda a comercialização e distribuição de energia elétrica, adquirida no mercado. Além do IRPJ e da CSLL, calculados sobre o lucro líquido ajustado por adições e exclusões previstas na legislação tributária, a Emissora está sujeita (i) à incidência da Contribuição ao PIS e à COFINS calculados sobre a receita bruta decorrente do fornecimento de energia e (ii) ao recolhimento do ICMS incluído no preço da energia fornecida.

ICMS

A comercialização de energia elétrica era tributada, antes da promulgação da Constituição Federal em vigor, pelo então denominado "imposto único sobre minerais", de competência da União. Com o advento da Constituição Federal de 1988, a tributação das operações relativas à energia elétrica passou a ser de competência dos Estados e do Distrito Federal, por via do ICMS. Por determinação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, coube às empresas distribuidoras de energia elétrica a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS incidente desde a produção ou importação de energia elétrica até a última operação, até que fosse editada Lei Complementar sobre a matéria, no caso, a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Essa Lei Complementar nada dispôs especificamente sobre a responsabilidade das distribuidoras de energia elétrica pelo recolhimento do ICMS, tendo disposto genericamente que a definição da responsabilidade pelo pagamento do imposto na condição de contribuinte ou de substituto tributário caberia a cada Estado e ao Distrito Federal, por lei.

Pela legislação do Estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito à distribuição de energia elétrica, as distribuidoras são responsáveis pelo recolhimento do ICMS incidente sobre a venda de energia elétrica ao consumidor final, situação em que as distribuidoras pagam o tributo por conta do contribuinte de direito, *i.e.*, paga o tributo a título alheio, por conta do consumidor final, que, na verdade, é o contribuinte de fato e de direito do tributo.

No Estado do Rio de Janeiro, o consumo de energia elétrica é tributado à alíquota de 30%, dos quais (i) 25% correspondem ao ICMS previsto na Lei Estadual nº 2.657, de 26 de dezembro de 1996; e (ii) 5% correspondem ao adicional de ICMS sobre energia elétrica destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (FECOP), instituído pela Lei Estadual nº 4.056, de 30 de dezembro de 2002. Ao contrário das vendas de energia elétrica para dentro do estado, o ICMS não incide sobre operações interestaduais com energia elétrica, quando destinada à comercialização ou industrialização.

O ICMS incidente sobre o fornecimento de energia elétrica dos anos de 2006 a 2008 pode ser demonstrado como segue:

Ano-Calendário	Valor (R\$ milhões)
2006	782,2
2007	838,8
2008	927,9
Total	2.548,9

Fonte: Ampla

PIS e COFINS

Existem 2 tributos incidentes sobre o faturamento das pessoas jurídicas (entendendo-se como tal a receita bruta mensal auferida), a título de contribuição social: o PIS e a COFINS, de competência da União. Estes tributos incidem sobre a receita bruta mensal das pessoas jurídicas, sendo apurados de acordo com 2 regimes distintos: o da cumulatividade, com alíquota combinada de 3,65%, e o da não cumulatividade, com alíquota combinada de 9,25%. O regime da não cumulatividade está em vigor desde dezembro de 2002 para o PIS e desde fevereiro de 2004 para a COFINS e consiste, tanto para o PIS quanto para a COFINS, na apuração do valor a pagar com a possibilidade de abater créditos oriundos de aquisições de matérias primas, serviços, entre outras hipóteses previstas em lei.

O PIS e COFINS incidentes sobre a receita bruta dos anos de 2006 a 2008 pode ser demonstrado como segue:

PIS	
Ano-Calendário	Valor (R\$ milhões)
2006	49,8
2007	40,7
2008	43,4
Total	133,9

COFINS	
Ano-Calendário	Valor (R\$ milhões)
2006	218,6
2007	184,0
2008	190,0
Total	592,6

Fonte: Ampla

Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

Os encargos de uso do sistema de transmissão devem ser suficientes para a prestação dos serviços de transmissão e são devidos às respectivas concessionárias de transmissão e ao ONS. Estes encargos são devidos por todos os usuários das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica, calculados com base nos montantes de uso contratados ou verificados, por ponto de conexão, obedecendo a seguinte fórmula: $Ec = Tp \times Up + Tfp \times Ufp$, onde: "Ec" é o encargo mensal pelo uso dos sistemas de transmissão, em R\$; "Tp" e "Tfp" são tarifas de uso do sistema de transmissão nos horários de ponta e fora de ponta, em R\$/kW, respectivamente; e "Up" e "Ufp" são os montantes do uso nos horários de ponta e fora de ponta, em kW, respectivamente.

O valor da despesa da Emissora com este encargo em 2008 foi de aproximadamente R\$15 milhões e no período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de 2009 foi de R\$12 milhões.

A Emissora não possui receitas referentes ao uso do sistema de transmissão.

Quota de Reserva Global de Reversão – RGR

O fundo de RGR foi criado pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, com objetivo de arrecadar recursos necessários para as indenizações pelas propriedades e instalações existentes no final da concessão, caso a mesma seja extinta ou não seja renovada. A RGR foi prorrogada pela Lei nº 10.438/02, que prevê sua extinção para o final do exercício de 2010, cabendo à ANEEL proceder à revisão tarifária para que os consumidores sejam beneficiados pela extinção do encargo.

A reversão do patrimônio da concessionária ao término da concessão far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Em fevereiro de 1999, a ANEEL, por meio da Resolução ANEEL nº 23/99, revisou as taxas de contribuição à RGR e determinou que as Emissoras prestadoras de serviços públicos de eletricidade contribuíssem, mensalmente, em parcelas recolhidas no dia 15 do mês seguinte ao de competência, a uma taxa anual equivalente a 2,5% do investimento *pro rata temporis*, observado o limite de 3% das receitas anuais de cada concessionária.

O referido investimento é composto pelo saldo *pro rata* do ativo imobilizado utilizado na prestação do serviço (desconsiderando o ativo intangível), deduzidas a depreciação acumulada, as doações e subvenções para investimentos e obrigações especiais, a reversão, amortização, a contribuição do consumidor e a participação da União, todos estes valores relativos ao respectivo período contábil.

A Lei nº 10.438/02 também dispõe que o atraso do pagamento da RGR implicará a incidência de juros de mora de 1% ao mês e multa de até 5%, a ser fixada pela ANEEL, respeitado o limite máximo admitido pela legislação em vigor.

O artigo 7º da Resolução ANEEL nº 23/99 prevê que as quotas da RGR terão por finalidade prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, na hipótese de uma concessão ser extinta ou não ser renovada. Na hipótese de nenhuma concessão ser extinta ou não ser renovada, a RGR será utilizada principalmente para financiar os projetos de geração e distribuição de energia elétrica.

Cabe à Eletrobrás definir os procedimentos a serem observados pelas concessionárias e permissionárias para habilitarem-se à obtenção de financiamentos com recursos da RGR.

Concorrência

A Companhia obteve concessões exclusivas para distribuir energia elétrica em 2 áreas nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, locais em que enfrenta a concorrência de outras geradoras e comercializadoras para Consumidores Livres. Os fornecedores escolhidos pelos Consumidores Livres poderão utilizar as redes e instalações auxiliares das companhias de distribuição e transmissão de energia elétrica, mediante pagamento da taxa TUSD. Em 30 de setembro de 2009, a Companhia tinha 7 consumidores potencialmente livres em sua área de concessão, que representaram R\$25 milhões de faturamento para a Companhia no acumulado de janeiro a setembro de 2009 e 19 consumidores livres.

Energia Comprada

A tabela abaixo indica a quantidade total de energia comprada pela Ampla de cada fornecedor nos períodos indicados.

Fornecedor	Exercícios sociais findos em									
	31 de dezembro de						30 de setembro de			
	2006		2007		2008		2008		2009	
	MWh	(Custo Médio R\$/MWh)	MWh	(Custo Médio R\$/MWh)	MWh	(Custo Médio R\$/MWh)	MWh	(Custo Médio R\$/MWh)	MWh	(Custo Médio R\$/MWh)
Itaipu	2.088.760	85,59	2.089.562	93,37	2.340.101	97,18	1.751.627	84,38	1.720.697	101,76
Contratos Bilaterais	2.838.240	91,77	2.277.601	92,55	351.360	98,21	263.080	100,13	86.440	112,03
CCEAR's	5.350.165	66,30	5.637.467	68,87	6.389.691	73,91	4.658.205	73,69	5.192.854	77,28
Outros	79.276	73,96	279.286	84,70	-	-	-	-	236.519	145,77
Total	10.356.441		10.283.915		9.081.152		6.672.912		7.236.510	

Energia Faturada

A energia requerida na área de concessão da Ampla, em 2008, elevou-se em relação a 2007 (10.125 GWh, em 2008, contra 9.845 GWh, em 2007), enquanto que a energia elétrica faturada obteve um incremento de 4,3% (7.749 GWh, em 2008, ante aos 7.431 GWh de 2007).

No mercado cativo, o faturamento da classe industrial elevou-se em 25,5% (R\$464 milhões, em 2008, contra R\$370 milhões, em 2007) devido, basicamente, ao reajuste tarifário de 12,1% para os clientes de alta-tensão, válido a partir de 15 de março de 2008, e ao crescimento significativo da energia faturada, conforme demonstrado anteriormente no quadro Balanço de Energia na seção "VI – Informações Sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Relacionamento com os Consumidores", na página 158 deste Prospecto.

No mercado livre, a Companhia encerrou 2008 com 16 clientes livres, 4 parcialmente livres e 5 potencialmente livres. O consumo desses clientes representou 13,7% do mercado da Companhia no ano. Em 30 de setembro de 2009, o número de clientes livres continuava em 16.

A Companhia não prevê impacto relevante no seu faturamento pela saída de clientes para o mercado livre, tendo em vista a receita auferida no transporte de energia em um eventual afastamento desses clientes e o reduzido número de consumidores potencialmente livres. Aliado a isso, a Ampla adota política ativa de fidelização desses clientes.

Os clientes que migram para o mercado livre pagam às distribuidoras uma tarifa pelo uso do sistema de distribuição (TUSD), sendo o serviço de uso do sistema a atividade fim pela qual as distribuidoras são remuneradas. O transporte de energia para atendimento aos consumidores livres apresentou redução de 12,2%, passando de 1.385 GWh, em 2007, para 1.217 GWh, em 2008, sendo tal redução explicada como um reflexo da crise financeira mundial.

Propriedade Intelectual

Visão Geral

Os direitos de propriedade intelectual abrangem 2 grandes grupos: a propriedade industrial, representada pelas marcas e patentes, mas incluindo também o nome comercial e os segredos de comércio e indústria, e os direitos autorais, em que se incluem os programas de computador e as criações literárias, artísticas e sonoras.










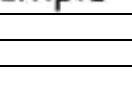

Segundo a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, o direito à exclusividade do uso de uma marca surge com o registro validamente expedido pelo INPI, autarquia autônoma vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O prazo de validade do registro é de 10 anos, renovável por iguais períodos desde que o titular não deixe de utilizar a marca por mais de 5 anos e mediante o pagamento de uma taxa decenal.

O INPI também é o responsável pela análise e concessão de patentes aos inventores de produtos ou processos que sejam novos, tenham aplicação industrial e sejam inventivos, ou seja, não sejam óbvios para um especialista no assunto. As patentes não são renováveis e asseguram a seu titular o direito de explorá-las com exclusividade por 15 ou 20 anos da data do depósito, conforme sejam patentes de invenção ou modelos de utilidade. Além disso, é assegurado um prazo mínimo de exclusividade de 10 anos para as patentes de invenção e 7 anos para os modelos de utilidade, contados da data da concessão.

A proteção dos programas de computador e criações literárias, artísticas e sonoras está assegurada, respectivamente, pelas Leis nº 9.609 e nº 9.610, ambas de 19 de fevereiro de 1998. Os programas de computador são protegidos por 50 anos a partir do início do ano subsequente ao da sua publicação ou, não sendo publicado, do de sua criação. Já os direitos sobre criações artísticas perduram por 70 anos, contados do início do ano subsequente ao da morte do autor da obra.

Marcas e Patentes

A principal marca da Companhia é a marca "Ampla" e a respectiva logomarca, cujos pedidos de registro foram depositados no INPI em 6 de setembro de 2004. As demais marcas da Ampla que já estão registradas ou cujos pedidos já foram apresentados ao INPI encontram-se abaixo descritas:

Figura	Nº oficial	Título	Tipo de marca	Classes	Data do depósito	Vigência	Status
	820110728	CERJ	Mista	37-35,37-41	27/06/1997	19/10/2019	Registrado
	820110710	CERJ	Mista	37-35,37-41	27/06/1997	26/10/2019	Registrado
	800239369	CERJ	Nominativa	37-35	28/08/1980	21/12/2012	Registrado
	825720923	CERJ FÁCIL ATENDIMENTO	Mista	35	18/07/2003	12/06/2017	Registrado
	825735190	POSTE PADRÃO CERJ	Nominativa	19	29/07/2003	12/06/2017	Registrado
	826256490	AMPLA	Nominativa	39	16/02/2004	17/07/2017	Registrado
	826876870	AMPLA	Mista	35	06/09/2004		Publicado
	826876889	AMPLA	Mista	36	06/09/2004		Publicado
	826876897	AMPLA	Mista	37	06/09/2004		Publicado
	826876900	AMPLA	Mista	39	06/09/2004		Publicado
	826876919	AMPLA	Mista	40	06/09/2004		Publicado
	826876927	AMPLA	Mista	41	06/09/2004		Publicado
	826877044	AMPLA	Mista	42	06/09/2004		Publicado
	828205922	AMPLA DIA-A-DIA	Nominativa	39	03/03/2006		Sobrestado
	829402950	AMPLA CHIP	Nominativa	38	09/10/2007		Publicado
	830281304	CONSCIÊNCIA AMPLA	Mista	41	14/05/2009		Publicado

As atividades da Emissora não dependem diretamente de marcas e/ou patentes de sua propriedade, sendo que eventual não aprovação dos pedidos de marcas e/ou patentes não causará impactos nas atividades da Companhia. Além disso, as marcas mais estratégicas para a principal atividade desenvolvida pela Companhia já possuem registro deferido junto ao INPI.

Programas de Computador

A Emissora utiliza somente programas de computador e tecnologia licenciada ou desenvolvida por terceiros e que não violam os direitos de tais terceiros.

Direitos Autorais

Toda a documentação elaborada pela Emissora e seus subcontratados, fornecedores e fabricantes, incluindo todas as especificações, planos, programações, desenhos e outros documentos finais referentes à Emissora são ou se tornarão propriedade exclusiva da Emissora quando forem concluídos e pagos.

A mídia impressa e audiovisual utilizada pela Emissora é produzida por agências contratadas caso a caso e que não detém qualquer direito sobre as obras finais produzidas.

Contratos Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades

Contrato de Concessão

Em 9 de dezembro de 1996, a Companhia e a União Federal celebraram o Contrato de Concessão, cujo objeto é a exploração do serviço de distribuição de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro, destinado ao uso da população em geral, prestado em regime público. A concessão tem vigência de 30 anos, terminando em 9 de dezembro de 2026.

Observadas as regras da legislação econômica vigente, por iniciativa da ANEEL ou da Companhia, as tarifas poderão ser reajustadas mediante aplicação de fórmulas constantes no Contrato de Concessão a cada intervalo não inferior a 12 meses, podendo haver revisão de tarifas de acordo com as situações elencadas no Contrato de Concessão. Especificamente no caso da Companhia, a data prevista para o reajuste anual é 15 de março de cada ano.

Além do reajuste anual, a Companhia está sujeita à revisão ordinária a cada 5 anos, que pode aumentar ou diminuir as suas tarifas. A primeira revisão ordinária da Companhia ocorreu em 31 de dezembro de 2003, 7 anos após a assinatura do Contrato de Concessão. Para um melhor entendimento sobre o processo de reajuste tarifário da Companhia, vide seção "VI. Informações sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Tarifas", na página 163 deste Prospecto.

O Decreto nº 5.163/04 determinou algumas alterações no Contrato de Concessão. O Decreto, entre outras medidas, prevê: (i) a aplicação do mecanismo da CVA para as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não considerados no último reajuste tarifário das empresas distribuidoras de energia elétrica; e (ii) que, nos reajustes tarifários dessas empresas, o cálculo do preço médio de compra de energia, na data do reajuste, considere o volume contratado para os doze meses seguintes.

A Resolução Normativa ANEEL nº 153, de 14 de março de 2005, regulamentou a forma de aplicação da Conta de Compensação de Variações do Custo de Aquisição de Energia Elétrica (CVAENERG), de maneira que as diferenças de preços de aquisição de energia em relação ao preço médio considerado no último reajuste/revisão sejam apuradas e repassadas às tarifas da concessionária de distribuição.

Outras modificações relevantes são: (i) inclusão, como Parcela A, e para efeito de reajustes tarifários, das despesas com pesquisa e desenvolvimento, eficiência energética, energia adquirida de geração própria e PROINFA; (ii) inclusão do conceito de "Perdas no Sistema de Distribuição", a ser utilizado quando das revisões tarifárias, no cálculo da compra de energia; e (iii) exclusão do PIS e da COFINS das tarifas para efeito do cálculo dos reajustes tarifários.

Em março de 2006, a Companhia assinou o Termo Aditivo necessário para atender às condições de eficácia constantes no supracitado Decreto.

Contratos de Compra e Venda de Energia

A Companhia adquire energia basicamente de Itaipu e através dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), onde os fornecedores são os geradores das mais diversas localidades do país, com ênfase para as companhias estatais. A tabela abaixo indica a quantidade total de energia comprada pela Companhia nos períodos indicados.

Fornecedor	Exercícios sociais findos em									
	31 de dezembro de						30 de setembro de			
	2006		2007		2008		2008		2009	
	(Custo Médio)		(Custo Médio)		(Custo Médio)		(Custo Médio)		(Custo Médio)	
	MWh	R\$/MWh	MWh	R\$/MWh	MWh	R\$/MWh	MWh	R\$/MWh	MWh	R\$/MWh
Itaipu	2.088.760	85,59	2.089.562	93,37	2.340.101	97,18	1.751.627	84,38	1.170.697	101,76
Contratos Bilaterais	2.838.240	91,77	2.277.601	92,55	351.360	98,21	263.080	100,13	86.440	112,03
CCEAR's	5.350.165	66,30	5.637.467	68,87	6.389.691	73,91	4.658.205	73,69	5.192.854	77,28
Outros	79.276	73,96	279.286	84,70	-	-	-	-	236.519	145,77
Total	10.356.441		10.283.915		9.081.152		6.672.912		7.236.510	

A seguir são feitas as descrições dos principais contratos de compra e venda de energia celebrados pela Companhia:

Itaipu. A Companhia celebrou, em 31 de maio de 1993, com Furnas, o Contrato de Suprimento e Intercâmbio de Energia Elétrica, Repasse e Transporte da Potência de Itaipu, ou Contrato de Itaipu. A partir da data da assinatura do Contrato Inicial de compra e venda de energia e de demanda elétrica com Furnas, ficaram sem efeito todas as disposições do Contrato Itaipu e seus respectivos aditivos, exceto aquelas referentes ao Repasse e Transporte de Potência de Itaipu. Esse contrato, com vigência até 31 de maio de 2013, tem como objeto regular o repasse da potência de Itaipu por força da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, o transporte da potência de Itaipu, criado pelo Decreto Lei nº 2.432, de 17 de maio de 1988 e demais intercâmbios de demanda e energia necessários à otimização global do SIN.

Endesa CIEN. Em 26 de junho de 2002, a Companhia e a Endesa CIEN celebraram um contrato de compra e venda de energia elétrica, com vigência até 31 de dezembro de 2022, cujo objeto é a venda, por parte da Endesa CIEN, e a compra, por parte da Companhia, de 200MW médios, de energia contratada, na modalidade *take or pay*, a serem disponibilizados à Companhia pela Endesa CIEN.

Em 21 de julho de 2003, a Companhia celebrou outro contrato de compra e venda de energia elétrica com a Endesa CIEN, com vigência até 30 de dezembro de 2018. Este contrato tem como objeto estabelecer os termos e condições gerais que irão regular a venda por parte da Endesa CIEN e a compra por parte da Companhia de 84MW, de energia contratada, a serem disponibilizados à Companhia pela Endesa CIEN no ponto de referência.

Porém, em função da crise energética na Argentina, os contratos com a Endesa CIEN, que eram lastreados na importação de energia daquele país, foram encerrados em 2008.

Enertrade. Em 26 de junho de 2002, a Companhia e a Enertrade celebraram um contrato de compra e venda de energia elétrica, com vigência até 30 de dezembro de 2022, cujo objeto é regular a compra, pela Companhia, e a venda, pela Enertrade, de 40MW médios de energia contratada e de demanda. Esse contrato foi homologado pela ANEEL, com ressalvas, que consistem na imposição de uma redução de 25% no preço por MWh (de R\$97,4 para R\$72,6, por MWh em dezembro de 2002) e na adequação da cláusula de rescisão do contrato. Para maiores informações, vide seção "VI. Informações sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Processos Judiciais e Administrativos, na página 195 deste Prospecto.

Leilões de Energia – Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Leilões de Energia Existente. Entende-se por energia existente a energia elétrica produzida por empreendimentos de geração que não sejam classificados como empreendimentos de geração de energia nova, conforme descrito no item abaixo.

Leilões de Energia Nova. Entende-se por energia nova a energia elétrica produzida por empreendimentos de geração que até a data de publicação do respectivo edital de leilão: (i) não sejam detentores de concessão, permissão ou autorização; ou (ii) sejam parte de empreendimento existente que venha a ser objeto de ampliação, restrito ao acréscimo da sua capacidade instalada.

A tabela a seguir resume o volume de energia elétrica adquirido pela Companhia em cada um dos leilões de energia realizados nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. Para maiores informações sobre a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e sobre os leilões de energia já realizados de acordo com seus termos, vide seção "V. Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Visão Geral – Leilões de Energia já realizados nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico".

Leilão	Data	Vigência (período de entrega da energia)	Quantidades (MW médios)	Preço Médio⁽¹⁾ (R\$/MWh)
1º Leilão de Energia Existente	07.12.2004	-	-	-
	-	01/01/05 a 31/12/12	336,74	57,51
	-	01/01/06 a 31/12/13	251,83	67,33
	-	01/01/07 a 31/12/14	36,33	75,46
2º Leilão de Energia Existente	02.04.2005	-	-	-
	-	01/01/08 a 31/12/15	56,91	83,13
1º Leilão de Energia Nova	16.12.2005	-	-	-
	Hidro	01/01/08 a 31/12/2029	1,56	106,95
		01/01/09 a 31/12/2030	1,12	114,28
		01/01/10 a 31/12/2031	32,52	115,04
	Termo	01/01/08 a 31/12/2022	12,36	132,26
		01/01/09 a 31/12/2023	20,83	129,26
		01/01/10 a 31/12/2024	31,46	121,81
2º Leilão de Energia Nova	29.06.2006	-	-	-
	Hidro	01/01/09 a 31/12/2039	15,57	126,77
	Termo	01/01/09 a 31/12/2024	9,9	132,39
3º Leilão de Energia Nova	10.10.2006	-	-	-
	Hidro	01/01/11 a 31/12/2040	16,51	120,86
	Termo	01/01/11 a 31/12/2025	15,53	137,44
5º Leilão de Energia Existente	14.12.2006	-	-	-
	Hidro	01/01/07 a 31/12/14	4,25	104,74
4º Leilão de Energia Nova	27.07.2007	-	-	-
	Termo	01/01/10 a 31/12/2024	6,3	134,67
5º Leilão de Energia Nova	16.10.2007	-	-	-
	Hidro	01/01/12 a 31/12/2041	25,4	129,14
	Termo	01/01/12 a 31/12/2026	56,74	128,37
6º Leilão de Energia Nova	17.09.2008	-	-	-
	Termo	01/01/11 a 31/12/2025	24,43	128,42
7º Leilão de Energia Nova	30.09.2008	-	-	-
	Hidro	01/01/13 a 31/12/2042	10,5	98,98
	Termo	01/01/13 a 31/12/2027	260,57	145,23
Santo Antônio	10.12.2007	-	-	-
	Hidro	01/01/12 a 31/12/2041	55,16	78,87
Jirau	19.05.2008	-	-	-
	Hidro	01/01/13 a 31/12/2042	126,5	71,37

⁽¹⁾ Os preços são reajustados anualmente com base no IPCA.

Na data deste Prospecto, a Companhia estava em dia no cumprimento das obrigações previstas nos contratos acima descritos.

Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento

Nos termos da Lei nº 9.991/00, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para os programas de P&D e PEE distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As Resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovaram os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça-de-série, lote pioneiro e inserção no mercado).

Atualmente a Emissora é parte em diversos contratos de pesquisa e desenvolvimento, celebrados com universidades e centro de pesquisas, tais como Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), FGV, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Universidade Federal de Engenharia de Itajubá (Unifei), IBMECRJ, Embrapa, USP.

O montante total dos contratos atuais da Companhia é de R\$6 milhões, sendo que, deste valor, R\$2 milhões já foram realizados pela Companhia no período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de 2009.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações previstas nos contratos de pesquisa e desenvolvimento.

Contratos de Prestação de Serviços

Contrato nº 5400002677

Em 1º de janeiro de 2002, a Emissora e a Synapsis Brasil Ltda. celebraram um contrato, conforme aditado, para prestação de serviços de gerenciamento e administração do sistema de informática e de telecomunicações administrativas da Emissora, cujo vencimento é em 31 de dezembro de 2011, no valor global previsto de R\$139,7 milhões. O saldo contratual existente até 9 de outubro de 2009 é de R\$1,5 milhão.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5200000249

Em 1º de maio de 2004, a Emissora e a Gemon Geral de Engenharia e Montagens S.A. celebraram um contrato, conforme aditado, para prestação de serviços de obras e manutenção nos sistemas de mt/bt, com fornecimento parcial de materiais nos municípios referentes à Zona 3 – Norte (Município de Campos e demais municípios), cujo vencimento é em 15 de janeiro de 2010, no valor global previsto de R\$101,9 milhões. O saldo contratual existente até 9 de outubro de 2009 é de R\$7,0 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5400004356

Em 2 de janeiro de 2003, a Emissora e a Cam Brasil Multiserviços Ltda. celebraram um contrato, conforme aditado, para prestação de serviços de laboratório e atendimento integral dos sistemas de medição de grandes clientes e medição de fronteiras, cujo vencimento é em 2 de janeiro de 2013, no valor global previsto de R\$95,9 milhões. O saldo contratual existente até 9 de outubro de 2009 é de R\$35,4 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contratos nº 5200000247 e 5200000248

Em 1º de maio de 2004, a Emissora e o Consórcio Soter Compel celebraram um contrato, conforme aditado, para prestação de serviços de obras e manutenção nos sistemas MT/BT, com fornecimento parcial de materiais nos municípios referentes à Zona 2 – Centro (Municípios de Niterói, São Gonçalo e demais municípios), cujo vencimento é em 15 de janeiro de 2010, no valor global previsto de R\$166,7 milhões. O saldo contratual existente até 9 de outubro de 2009 é de R\$3,4 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5300003486

Em 27 de fevereiro de 2009, a Emissora e a Personal Service Recursos Humanos Assessoria Empresarial Ltda. celebraram um contrato para prestação de serviços de operações comerciais novas ligações, cujo vencimento é em 27 de fevereiro de 2011, no valor global previsto de R\$80,3 milhões. O saldo contratual existente até 9 de outubro de 2009 é de R\$75,2 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5300003485

Em 27 de fevereiro de 2009, a Emissora e a Provider Soluções Tecnológicas Ltda. celebraram um contrato para prestação de serviços de serviços comerciais de novas ligações, cujo vencimento é em 27 de fevereiro de 2011, no valor global previsto de R\$75,8 milhões. O saldo contratual existente até 9 de outubro de 2009 é de R\$72,2 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5200000520

Em 1º de junho de 2009, a Emissora e a Medral Serviços de Engenharia e Infra-Estrutura Ltda. celebraram um contrato para prestação de serviços de obras, manutenção preventiva, corretiva e/ou emergencial, com linha viva em subestações, linhas de transmissão e distribuição de alta, média e baixa tensão, em toda área de concessão da Ampla, cujo vencimento é em 1º de junho de 2014, no valor global previsto de R\$62,4 milhões. O saldo contratual existente até 9 de outubro de 2009 é de R\$59,2 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5200000522

Em 1º de junho de 2009, a Emissora e a Endicon Engenharia de Instalações e Construção Ltda. celebraram um contrato para prestação de serviços de obras, manutenção preventiva, corretiva e/ou emergencial, com linha viva em subestações, linhas de transmissão e distribuição de alta, média e baixa tensão, em toda área de concessão da Ampla, cujo vencimento é em 1º de junho de 2014, no valor global previsto de R\$56,4 milhões. O saldo contratual existente até 9 de outubro de 2009 é de R\$56,2 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5300002983

Em 14 de janeiro de 2008, a Emissora e a Sitel do Brasil Ltda. celebraram um contrato para prestação de serviços de *contact center* (gerenciamento de relacionamento com os clientes), cujo vencimento é em 14 de julho de 2011, no valor global previsto de R\$39,9 milhões. O saldo contratual existente até 9 de outubro de 2009 é de R\$19,1 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contrato nº 5300003851

Em 17 de setembro de 2009, a Emissora e a SBIL Segurança Bancária e Industrial Ltda. celebraram um contrato para prestação de serviços de segurança armada, cujo vencimento é em 1º de outubro de 2010, no valor global previsto de R\$10,5 milhões. O saldo contratual existente até 9 de outubro de 2009 é de R\$10,5 milhões.

Na data deste Prospecto, a Emissora estava em dia no cumprimento das obrigações ali previstas.

Contratos Financeiros

Os principais contratos financeiros celebrados pela Companhia e em vigor em 30 de setembro de 2009 estão listados abaixo.

Contrato celebrado com a Brasileiros

Contrato de Refinanciamento do Compromisso da Reserva a Amortizar. Em 1º de janeiro de 2002, a Companhia e a Brasileiros celebraram um contrato de refinanciamento do compromisso da reserva a amortizar, cujo objeto é o refinanciamento dos custos para cobertura integral da reserva a amortizar dos Planos de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida – PACD, no montante total aproximado de R\$138,7 milhões, sendo R\$118,2 milhões referentes ao PCA e R\$20,5 milhões ao PACD. O prazo para pagamento será de 20 anos, contados a partir de 31 de dezembro de 2001, considerando uma carência de amortização do principal de 30 meses, iniciando o pagamento do principal em 31 de julho de 2004, com o pagamento de parcelas mensais e consecutivas de juros e atualização monetária sobre o saldo devedor a partir de 31 de janeiro de 2002. A partir de 31 de julho de 2004, a Companhia passou a pagar à Brasileiros principal e juros com taxa composta equivalentes a 6% ao ano em uma série de pagamentos de 210 parcelas iguais, mensais e sucessivas, pelo Sistema Price de Amortização. O saldo devedor do principal será atualizado com base no INPC do mês anterior e juros de 6% ao ano. Em garantia ao cumprimento das obrigações previstas nesse contrato, a Companhia empenhou direitos de crédito, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizadas, em um montante equivalente ao débito vencido.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido neste contrato era de R\$214,5 milhões.

Contratos de Financiamento celebrados com o BNDES

Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento mediante Repasse nº 10/356.276-6

Em 18 de agosto de 2005, a Companhia, o BNDES e, como agentes financeiros, Unibanco, Bradesco e Banco Alfa, celebraram contrato de financiamento, destinados à implantação da Rede Ampla, no período de 2005 a 2007, no valor total de R\$165 milhões. O financiamento deverá ser pago em 42 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de junho de 2011. Sobre o principal da dívida incide juros de 6,0% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente, durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização. Em garantia ao cumprimento das obrigações: (i) foi vinculada parcela da receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos, equivalentes a 1,5 vez o valor correspondente ao serviço da dívida, e (ii) constituição de "conta reserva" com recursos equivalentes a, no mínimo, 3 meses do serviço da dívida (principal e juros vencíveis em cada período). O contrato prevê a manutenção de certos índices financeiros, com periodicidade de apuração anual.

O montante total do saldo não amortizado de principal acrescido dos juros devidos, em 30 de setembro de 2009, era de aproximadamente R\$86,1 milhões.

Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento mediante Repasse nº 10/413.239-5

Em 3 de novembro de 2006, a Companhia, o BNDES e, como agentes financeiros, Unibanco, Bradesco, Banco Alfa, Itaú e Banco Votorantim celebraram contrato de financiamento, destinados à expansão, modernização e adequação do sistema de distribuição de energia elétrica, no período de 2006 a 2008, no valor total de R\$234,9 milhões. O financiamento deverá ser pago em 42 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de janeiro de 2009 e a última em 15 de junho de 2012. Sobre o principal da dívida incide juros de 5,2% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente, durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização. Em garantia ao cumprimento das obrigações, (i) foi vinculada parcela da receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos, equivalentes a 4,75% da receita operacional líquida e limitada a 120% do valor correspondente ao serviço mensal da dívida, e (ii) constituição de "conta reserva" com recursos equivalentes a, no mínimo, 3 meses do serviço da dívida (principal e juros vencíveis em cada período). O contrato prevê a manutenção de certos índices financeiros, com periodicidade de apuração anual.

O montante total do saldo não amortizado de principal acrescido dos juros devidos, em 30 de setembro de 2009, era de aproximadamente R\$152,3 milhões.

Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento mediante Repasse nº 10/422.560-3

Em 2 de janeiro de 2007, a Companhia, o BNDES e, como agentes financeiros, Unibanco, Bradesco, Banco Alfa, Itaú e Banco Votorantim celebraram contrato de financiamento, destinados à expansão, modernização e adequação do sistema de distribuição de energia elétrica, através da implantação de novas subestações e modernização e ampliação da capacidade das subestações existentes, no período de 2006 a 2008, no valor total de R\$66,5 milhões. O financiamento deverá ser pago em 42 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em 15 de janeiro de 2009 e a última em 15 de junho de 2012. Sobre o principal da dívida incide juros de 5,2% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente, durante o prazo de carência e, mensalmente, durante o período de amortização. Em garantia ao cumprimento das obrigações, (i) foi vinculada parcela da receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos, equivalentes a 1,35% da receita operacional líquida e limitada a 120% do valor correspondente ao serviço mensal da dívida, e (ii) constituição de "conta reserva" com recursos equivalentes a, no mínimo, 3 meses do serviço da dívida (principal e juros vencíveis em cada período). O contrato prevê a manutenção de certos índices financeiros, com periodicidade de apuração anual.

O montante total do saldo não amortizado de principal acrescido dos juros devidos, em 30 de setembro de 2009, era de aproximadamente R\$26,8 milhões.

Finame

Entre os meses de dezembro de 2004 e fevereiro de 2006, foram obtidos 18 financiamentos mediante Abertura de Crédito – FINAME Automático, no total de aproximadamente R\$16,1 milhões, através da celebração de Cédulas de Crédito Bancário com o Unibanco. Em todas as operações, ocorre a incidência de juros de 5,50% ou 6% ao ano, acima da TJLP, incluído o *spread* do credor de 2,00%.

O montante total do saldo não amortizado de principal acrescido dos juros devidos, em 30 de setembro de 2009, era de aproximadamente R\$3,0 milhões.

Contrato de Financiamento celebrados com a Eletrobrás

Reluz II e III

Em 13 de maio de 2004, a Companhia e a Eletrobrás celebraram contrato de financiamento, para cobertura financeira de até 75% do custo total do Programa de Eficiência Energética e Modernização dos Sistemas de Iluminação Pública da Companhia, que integra o "Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz", objetivando o Projeto de Melhoria do Sistema de Iluminação Pública do Município de Niterói, no montante de até aproximadamente R\$3,4 milhões, com juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1,5% ao ano pagos mensalmente. O crédito terá carência de 16 meses, a partir dos quais o valor do principal deverá ser pago em 48 parcelas mensais e iguais. Esse financiamento é garantido por receitas da Companhia, ficando excluídos os recursos mantidos junto aos Bancos HSBC Bank Brasil S.A. e Lemon Bank Banco Múltiplo S.A.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$0,6 milhões.

Luz para Todos I (Contrato de Financiamento nº ECFS 022/04)

Em 1º de junho de 2004, a Companhia e a Eletrobrás celebraram contrato de financiamento nº ECFS 022/04, para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o Programa de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – "Luz para Todos" do MME, em montante equivalente a até 68,65% do custo total para as obras, exclusive as despesas relativas à mão-de-obra, transporte e administração próprios, no montante aproximado de R\$9,8 milhões (provenientes de RGR). Sobre esse montante são incidentes juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano pagos mensalmente. O crédito terá carência de 24 meses, a partir dos quais o valor do principal deverá ser pago em 120 parcelas mensais e iguais (as parcelas serão representadas por um conjunto de 120 notas promissórias a serem emitidas pela Companhia). Esse financiamento é garantido por receitas da Companhia, ficando excluídos os recursos mantidos junto aos Bancos HSBC Bank Brasil S.A. e Lemon Bank Banco Múltiplo S.A. A Eletrobrás concede à Companhia, a título de subvenção econômica, recursos no valor aproximado de R\$2,3 milhões para cobertura financeira dos custos diretos das obras de seu programa de eletrificação rural (provenientes do CDE), que integra o Programa Luz para Todos, no montante equivalente a 16,35% do custo total das respectivas obras, exclusive as despesas relativas à mão-de-obra, transporte e administração próprios. A Companhia pagará, a título de ressarcimento dos custos incorridos na administração do contrato, 1% sobre cada liberação efetuada com recursos provenientes da CDE, vencível no ato da liberação.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$3,6 milhões.

Luz para Todos II (Contrato de Financiamento nº ECFS 158/06)

Em 16 de setembro de 2008, a Companhia e a Eletrobrás celebraram aditivo ao contrato de financiamento nº ECFS 158/06 (assinado em 06 de setembro de 2006), para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o Programa de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – "Luz para Todos" do MME, em montante equivalente a até 42% do custo total para as obras, exclusive as despesas relativas à mão-de-obra, transporte e administração próprios, no montante aproximado de R\$11,3 milhões (provenientes de RGR). Sobre esse montante são incidentes juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano pagos mensalmente. O crédito terá carência de 15 meses, a partir dos quais o valor do principal deverá ser pago em 120 parcelas mensais e iguais (as parcelas serão representadas por um conjunto de 120 notas promissórias a serem emitidas pela Companhia). Esse financiamento é garantido por receitas da Companhia. A Eletrobrás concede à Companhia, a título de subvenção econômica, recursos no valor aproximado de R\$2,71 milhões para cobertura financeira dos custos diretos das obras de seu programa de eletrificação rural (provenientes do CDE), que integra o Programa Luz para Todos, no montante equivalente a 10% do custo total das respectivas obras, exclusive as despesas relativas à mão-de-obra, transporte e administração próprios. A Companhia pagará, a título de ressarcimento dos custos incorridos na administração do contrato, 1% sobre cada liberação efetuada com recursos provenientes da CDE, vencível no ato da liberação.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$4,1 milhões.

Luz para Todos III (Contrato de Financiamento nº ECFS 245/08)

Em 21 de janeiro de 2009, a Companhia e a Eletrobrás celebraram contrato de financiamento nº ECFS 245/08, para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o Programa de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – "Luz para Todos" do MME, em montante equivalente a até 55% do custo total para as obras, exclusive as despesas relativas à mão-de-obra, transporte e administração próprios, no montante aproximado de R\$25,20 milhões (provenientes de RGR). Sobre esse montante são incidentes juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano pagos mensalmente. O crédito terá carência de 24 meses, a partir dos quais o valor do principal deverá ser pago em 120 parcelas mensais e iguais (as parcelas serão representadas por um conjunto de 120 notas promissórias a serem emitidas pela Companhia). Esse financiamento é garantido por receitas da Companhia. A Eletrobrás concede à Companhia, a título de subvenção econômica, recursos no valor aproximado de R\$6,87 milhões para cobertura financeira dos custos diretos das obras de seu programa de eletrificação rural (provenientes do CDE), que integra o Programa Luz para Todos, no montante equivalente a 15% do custo total das respectivas obras, exclusive as despesas relativas à mão-de-obra, transporte e administração próprios. A Companhia pagará, a título de ressarcimento dos custos incorridos na administração do contrato, 1% sobre cada liberação efetuada com recursos provenientes da CDE, vencível no ato da liberação.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$7,6 milhões.

3ª Emissão de Debêntures

Em março de 2005, a Companhia emitiu 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais, da espécie sem garantia ou preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R\$10.000,00, perfazendo o montante de R\$400,0 milhões, com vencimento em 1º de março de 2008 (1ª série) e 1º de março de 2010 (2ª série).

O montante total do saldo não amortizado de principal, acrescido dos juros devidos, em 30 de setembro de 2009, era de aproximadamente R\$142,3 milhões. Para informações sobre as características dessas debêntures, vide seção "Capital, Dividendos e Acionistas – Valores Mobiliários – Debêntures – Debêntures da Terceira Emissão", na página 214 deste Prospecto.

4ª Emissão de Debêntures

Em setembro de 2006, a Companhia emitiu 37.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais, da espécie sem garantia ou preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R\$10.000,00, perfazendo o montante de R\$370,0 milhões, com vencimento em 1º de agosto de 2012.

O montante total do saldo não amortizado de principal, acrescido dos juros devidos, em 30 de setembro de 2009, era de aproximadamente R\$375,5 milhões. Para informações sobre as características dessas debêntures, vide seção "Capital, Dividendos e Acionistas – Valores Mobiliários – Debêntures – Debêntures da Quarta Emissão", na página 214 deste Prospecto.

Financiamentos Bancários – Longo Prazo

Os recursos obtidos com os financiamentos abaixo foram utilizados para (a) refinar as dívidas de curto prazo da Companhia, (b) financiar o pagamento de contingência fiscal relativa ao IRPJ/CSLL (Limite de Compensação dos Prejuízos Fiscais e Bases de Cálculo Negativas) em janeiro de 2007; e (iii) para resgatar o saldo de R\$306,9 milhões relativo à 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia.

Banco Bradesco S.A.

Contrato de Empréstimo nº 1.804.889 (Bradesco DI-B), celebrado entre o Banco Bradesco S.A. e a Companhia, em 10 de janeiro de 2007, no valor de R\$23,3 milhões, com remuneração de CDI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,40% ao ano, que têm vencimento em 28 de dezembro de 2009. O contrato não conta com qualquer garantia e foi firmado em função da necessidade de caixa de curto prazo da Companhia, em razão do pagamento de contingência fiscal relativa ao IRPJ/CSLL.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$23,8 milhões.

Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro nº 2231404 (Bradesco DI-C), celebrado entre o Banco Bradesco S.A. e a Companhia, em 28 de dezembro de 2007, no valor de R\$13,3 milhões, com remuneração de CDI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,15% ao ano, cujo pagamento do principal será feito em 5 parcelas semestrais no valor de R\$2,67 milhões acrescida dos juros, vencendo-se a primeira parcela em 13 de dezembro de 2010 e a última em 3 de dezembro de 2012. O contrato não conta com qualquer garantia e foi firmado em função da necessidade de capital de giro da Companhia para pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$13,6 milhões.

Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro (Bradesco DI-D), celebrado entre o Banco Bradesco S.A. e a Companhia, em 1 de fevereiro de 2008, no valor de R\$40,0 milhões, com remuneração de CDI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,05% ao ano, cujo pagamento do principal será feito em 5 parcelas semestrais no valor de R\$8,0 milhões acrescida dos juros, vencendo-se a primeira parcela em 17 de janeiro de 2011 e a última em 7 de janeiro de 2013. O contrato não conta com qualquer garantia e foi firmado para pré-pagar – pagamento do principal e juros – de empréstimo que a Companhia tinha tomado com o com Banco Votorantim S.A., que foi utilizado para o pagamento de contingência fiscal relativa ao IRPJ/CSLL.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$40,7 milhões.

Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro (Bradesco DI-E), celebrado entre o Banco Bradesco S.A. e a Companhia, em 1 de fevereiro de 2008, no valor de R\$40,0 milhões, com remuneração de CDI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,05% ao ano, cujo pagamento do principal será feito em 5 parcelas semestrais no valor de R\$8,0 milhões acrescida dos juros, vencendo-se a primeira parcela em 17 de janeiro de 2011 e a última em 7 de janeiro de 2013. O contrato não conta com qualquer garantia e foi firmado para pré-pagar – pagamento do principal e juros – de empréstimo que a Companhia tinha tomado com o com Banco Votorantim S.A., que foi utilizado para o pagamento de contingência fiscal relativa ao IRPJ/CSLL.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$40,7 milhões.

Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro (Bradesco DI-F), celebrado entre o Banco Bradesco S.A. e a Companhia, em 1 de fevereiro de 2008, no valor de R\$20,0 milhões, com remuneração de CDI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,05% ao ano, cujo pagamento do principal será feito em 5 parcelas semestrais no valor de R\$4,0 milhões acrescida dos juros, vencendo-se a primeira parcela em 17 de janeiro de 2011 e a última em 7 de janeiro de 2013. O contrato não conta com qualquer garantia e foi firmado para pré-pagar – pagamento do principal e juros – de empréstimo que a Companhia tinha tomado com o com Banco Votorantim S.A., que foi utilizado para o pagamento de contingência fiscal relativa ao IRPJ/CSLL.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$20,3 milhões.

Banco Alfa de Investimentos S.A.

Contrato de Abertura de Crédito nº 250005874, celebrado entre o Banco Alfa de Investimentos S.A. e a Companhia, em 10 de janeiro de 2007, conforme alterado em 5 de novembro de 2007, no valor de R\$70,0 milhões, com remuneração de CDI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 0,95% ao ano, com vencimento final em 30 de julho de 2012, sendo que o pagamento do principal será feita em 6 parcelas, sendo 5 parcelas de R\$5 milhões e o saldo remanescente a ser pago na sexta parcela, vencendo-se a primeira parcela em 11 de janeiro de 2010, enquanto os juros estão sendo pagos semestralmente, desde 10 de janeiro de 2008. Em garantia às obrigações financeiras do contrato, a Companhia emitiu uma nota promissória em favor do Banco Alfa de Investimento S.A., no valor de R\$84,0 milhões, ou seja, o equivalente à 120% da operação. Os recursos obtidos com tal financiamento foi utilizado para o pagamento de contingência fiscal relativa ao IRPJ/CSLL.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$71,5 milhões.

Unibanco - União dos Bancos Brasileiros S.A.

Contrato de Empréstimo nº 1420612444, celebrado entre o Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S.A. e a Companhia, em 10 de janeiro de 2007, conforme aditado em 3 de março de 2008, no valor de R\$46,7 milhões, com remuneração de CDI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,25% ao ano, com vencimento em 28 de dezembro de 2009. O contrato não conta com qualquer garantia e foi firmado em função da necessidade de caixa de curto prazo da Companhia, em razão do pagamento de contingência fiscal relativa ao IRPJ/CSLL.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$47,9 milhões.

Contrato de Empréstimo nº 044.458465-2, celebrado entre o Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S.A. e a Companhia, em 26 de novembro de 2007, no valor de R\$13,3 milhões, com remuneração de CDI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,15% ao ano, cujo pagamento do principal será feito em 5 parcelas semestrais no valor de R\$2,66 milhões acrescida dos juros, vencendo-se a primeira parcela em 10 de novembro de 2010 e a última em 30 de outubro de 2012. O contrato não conta com qualquer garantia e foi firmado em função da necessidade de capital de giro da Companhia para pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$13,8 milhões.

HSBC Bank Brasil S.A.

Cédula de Crédito Bancário nº 0241-1020260, celebrado entre o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e a Companhia, em 3 de dezembro de 2007, no valor de R\$120,0 milhões, com remuneração de CDI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 0,85% ao ano, cujo pagamento do principal será feito em 4 parcelas semestrais no valor de R\$30,0 milhões acrescida dos juros, vencendo-se a primeira parcela em 3 de junho de 2011 e a última em 3 de dezembro de 2012. Em garantia às obrigações financeiras do contrato, a Companhia emitiu uma nota promissória em favor do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, no valor de R\$156,0 milhões. O contrato foi firmado em função da necessidade de capital de giro da Companhia para pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$123,7 milhões.

Cédula de Crédito Bancário nº 0241-1020279, celebrado entre o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e a Companhia, em 3 de dezembro de 2007, no valor de R\$30,0 milhões, com remuneração de CDI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 0,95% ao ano, cujo pagamento do principal será feito em 4 parcelas semestrais no valor de R\$7,5 milhões acrescida dos juros, vencendo-se a primeira parcela em 3 de junho de 2011 e a última em 3 de dezembro de 2012. Em garantia às obrigações financeiras do contrato, a Companhia emitiu uma nota promissória em favor do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, no valor de R\$39,0 milhões. O contrato foi firmado em função da necessidade de capital de giro da Companhia para pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$30,9 milhões.

Banco do Brasil S.A.

Nota de Crédito Comercial nº 175.500.100, celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Companhia, em 5 de dezembro de 2007, no valor de R\$100,0 milhões, com remuneração de CDI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 0,97% ao ano, sendo o principal e juros pagos na data de vencimento em 30 de outubro de 2013. Em garantia às obrigações financeiras do contrato, a Companhia emitiu uma nota promissória em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$100,0 milhões. O contrato foi firmado em função da necessidade de capital de giro da Companhia para pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$109,7 milhões.

Banco Itaú S.A.

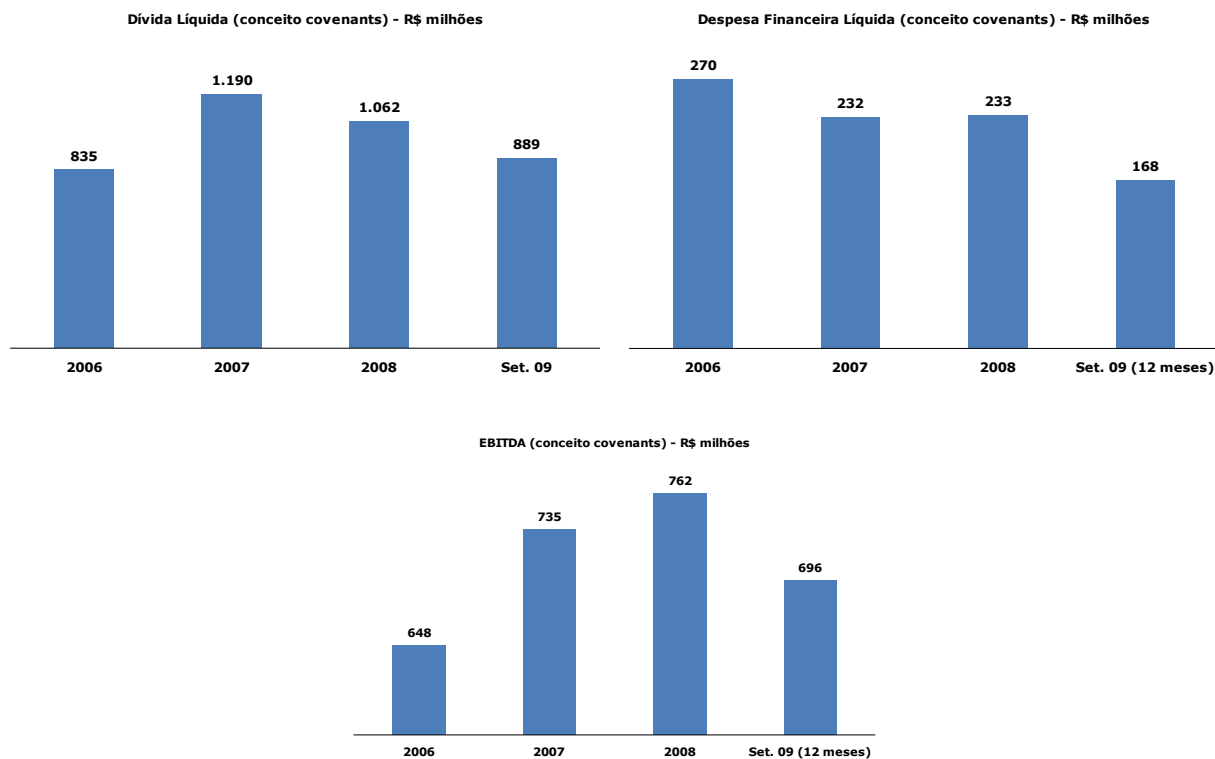
Cédula de Crédito Bancário nº 100107120005000, celebrado entre o Banco Itaú S.A. e a Companhia, em 28 de dezembro de 2007, no valor de R\$13,3 milhões, com remuneração de CDI, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,13% ao ano, cujo pagamento do principal será feito em 4 parcelas semestrais no valor de R\$3,34 milhões, vencendo-se a primeira parcela em 28 de junho de 2011 e a última em 28 de dezembro de 2012, sendo que os juros estão sendo pagos semestralmente desde 30 de junho de 2008. O contrato não conta com qualquer garantia e foi firmado em função da necessidade de capital de giro da Companhia para pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures da Companhia.

Em 30 de setembro de 2009, o montante devido era de aproximadamente R\$13,7 milhões.

Dívidas e Despesas Financeiras Líquidas – Conceito *Covenants* Financeiros

Considerando os *covenants* financeiros utilizados na presente Emissão, quais sejam, "Dívida Financeira Líquida" / EBITDA Covenants $\leq 2,7$; e EBITDA Covenants/ "Despesa Financeira Líquida" $\geq 2,5$, conforme definições constantes da seção "Informações Relativas à Oferta – Vencimento Antecipado", na página 55 deste Prospecto, a dívida e a despesa financeira líquida da Companhia apresentavam-se da seguinte forma:

R\$ milhões	31 de dezembro de			30 de setembro de
	2006	2007	2008	2009
Encargos de dívida	252	229	245	200
Variação Monetária	24	15	16	15
Receita sobre aplicações Financeiras	6	12	28	46
Despesas Financeiras Líquidas	270	232	233	168



R\$ milhões	31 de dezembro de			30 de setembro de
	2006	2007	2008	2009
Dívida Líquida (conceito <i>covenants</i>)	835	1.190	1.062	889
PL	1.465	1.582	1.546	1.666
Capitalização	2.301	2.772	2.608	2.555

	31 de dezembro de			30 de setembro de
	2006	2007	2008	2009
Dívida Líquida / EBITDA Covenants	1,29	1,62	1,39	1,28
Dívida Líquida / Capitalização	0,36	0,43	0,41	0,35
EBITDA Covenants / Despesas Financeiras Líquidas	2,40 ⁽¹⁾	3,17	3,26	4,14

⁽¹⁾ Na 4ª emissão de debêntures da Companhia eram consideradas as despesas financeiras efetivamente desembolsadas (conceito caixa), sendo que, em 31 de dezembro de 2006, o *covenant* "EBITDA Covenants/ Despesas Financeiras Líquidas" apurado pela Companhia havia sido de 3,78 (sendo o limite mínimo de 2,30).

A dívida líquida, o EBITDA Covenants e a despesa financeira líquida da Companhia para fins de cálculos de *covenants* diferem daqueles presentes em suas demonstrações financeiras. Para uma leitura destes sem levar em consideração os *covenants* financeiros da presente Emissão, vide seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais", na página 97 deste Prospecto.

O EBITDA Covenants não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e, portanto, não foi objeto de auditoria ou revisão especial pelos auditores independentes da Companhia.

Política de Derivativos

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a manter a liquidez, e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, a Companhia mantém sistemas de controle e acompanhamento gerencial das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado, sendo que a Companhia não utiliza instrumentos de derivativo para fins especulativos.

Em 30 de setembro de 2009, a Ampla não utilizava quaisquer instrumentos financeiros de derivativos.

Contratos tendo a Emissora como Garantidora

A Emissora não participa como garantidora de nenhum contrato.

Garantias sobre o faturamento da Companhia

A tabela abaixo relaciona as garantias prestadas pela Companhia, em 30 de setembro de 2009, sobre a média mensal da receita operacional líquida:

Contrato	Garantia Mensal (R\$ mil)	% sobre a Receita Operacional Líquida
Contratos Financeiros BNDES.....	51.034	23,5%
Contratos Financeiros Eletrobrás	245	0,1%
Brasileiros – Aporte	2.050	0,9%
Compra de Energia.....	49.271	22,7%
Total	102.600	47,2%

Seguros

De uma forma geral, os seguros da Companhia são contratados de acordo com as políticas adotadas no Programa Mundial do grupo Endesa e sempre com seguradoras de primeira linha (*rating* mínimo S&P equivalente a nível A):

- Risco Operacional – cobre as perdas resultantes de incêndio, raio, explosões, enchentes, quebra de maquinário, dano elétrico e queda de energia elétrica em todas as subestações, prédios e instalações, e as perdas materiais e pessoais resultantes de acidentes de trânsito.
- Responsabilidade Civil – cobertura de danos pessoais e materiais causados a terceiros.

As principais cláusulas contratadas são:

Apólice	Sinistro	Limite Máximo Indenizável	Franquia	Vigência
Risco Operacional	Dano Material	US\$30 milhões	US\$100 mil	1/7/2009 a 1/7/2010
	Quebra de Máquina	US\$30 milhões	US\$500 mil	
	Lucro Cessante	US\$30 milhões	21 dias	
Apólice	Sinistro	Limite Máximo Indenizável	Franquia	Vigência
Responsabilidade Civil	Dano a Terceiros	US\$150 milhões	US\$99 mil	1/7/2009 a 1/7/2010
	Falha no Fornecimento	US\$150 milhões	US\$200 mil	
	Dano causado por	US\$150 milhões	US\$3 milhões	
	Empreiteiros			

A Companhia contrata, também, seguro de transporte (nacional e internacional) que cobre todos os riscos nos transportes dos equipamentos nacionais e importados inerentes a atividade da Companhia, incluindo a permanência por 60 dias em portos e 30 dias em aeroportos e alfândegas terrestres.

As principais cláusulas contratadas são:

Apólice	Limite Máximo Indenizável	Franquia	Vigência
Transporte Nacional	R\$500 mil	Não há	1/8/2008 a 1/12/2009
Transporte Internacional	US\$600 mil	1% do valor do sinistro	1/8/2008 a 1/12/2009

Propriedades, Plantas e Equipamentos

A Companhia possui diversos imóveis próprios, alguns destinados à prestação dos serviços concedidos nos termos do Contrato de Concessão e outros desvinculados à prestação desses serviços. O valor contábil líquido dos ativos fixos da Companhia montou a R\$2.539 milhões, em 30 de setembro de 2009.

Segue abaixo tabela que sintetiza algumas informações referentes aos imóveis da Companhia.

Utilização	Com título de propriedade	Sem título de propriedade ⁽¹⁾	Total por utilização
Subestação.....	106	25	131
Linha de Transmissão.....	1.370	20	1.390
Distribuição.....	18	1	19
Comercialização.....	29	2	31
Administração.....	66	3	69
Terrenos remanescentes das UHE's.....	35	-	35
Total.....	1.624	51	1.675

⁽¹⁾ Os imóveis classificados como "sem título" são os imóveis recebidos pela Companhia por força da concessão, cuja posse pacífica era mantida pela Companhia antes da privatização. São exemplos destas propriedades, trechos de linhas de transmissão, pequenas áreas em imóveis de clientes onde equipamentos são instalados para suprir demanda do próprio cliente. Tais posses têm pequena chance de serem contestadas, tendo em vista o longo prazo de ocupação dos mesmos.

Diversos imóveis de propriedade da Companhia estão penhorados em ações judiciais e execuções fiscais e trabalhistas. A Companhia não onera imóveis operacionais, como subestações, cuja eventual perda ou restrição ao uso possa comprometer a realização das atividades da Companhia, uma vez que, segundo a legislação que rege o setor elétrico, a alienação, oneração ou cessão de bens necessários e vinculados à prestação do serviço concedido não podem ser feitas sem a prévia autorização da ANEEL. Dessa forma, os imóveis passíveis de constituição de ônus restringem-se a pequenos lotes de moradia de empregados e demais prédios administrativos da Companhia.

A Companhia celebra contratos de locação de imóveis, na qualidade de locadora e locatária, sendo os principais deles os contratos de locação dos prédios onde funcionam as administrações centrais em Niterói e São Gonçalo. Mensalmente, a Companhia recebe aproximadamente o valor de R\$0,074 milhões referente aos aluguéis pagos por terceiros e paga aproximadamente o valor de R\$0,53 milhões referente aos aluguéis devidos a terceiros pela locação dos imóveis.

Aspectos Sócio-Ambientais

Gestão ambiental

Dentro do objetivo estratégico de manter o negócio sustentável em longo prazo, a gestão ambiental da Ampla, certificada na ISO 14001 desde 2006, mantém rígidos mecanismos de controle que permitem identificar, avaliar e gerenciar todas as suas atividades que interferem no meio ambiente, visando a atender ao objetivo estratégico que é manter um negócio sustentável em longo prazo.

O processo de certificação é o *multisite* em que, cada ano, são incorporados novos *sites* (áreas). A Ampla atualmente conta com cerca de 70 *sites* certificados, considerando como *sites* o edifício-sede da Ampla, suas bases operativas, agências de atendimento e subestações. Até o final do ano de 2009 está previsto a inserção de outras 27 áreas.

Investimento e gastos em meio ambiente

Em 2008, foram investidos R\$18,64 milhões em ações relacionadas ao meio ambiente. Esse valor é 4,5% superior aos R\$17,8 milhões aplicados em 2007. O maior volume (48,7%) foi direcionado a projetos de eficiência energética, com a instalação de tecnologias mais limpas.

Escopo *Software* Ambiental

A fim de dar cumprimento a legislação ambiental em vigor a Ampla possui um *software* específico que acomoda todo arcabouço vigente dos municípios de sua área de concessão. A verificação de cumprimento se dá através de análise de pertinência legal registrando, nesta ferramenta, evidências de cumprimento de tais requisitos.

Ações Ambientais

Os resíduos utilizados nas áreas administrativas e operacionais da Ampla, desde a sua geração e transporte até a disposição final, estão em conformidade com os requisitos da legislação ambiental e procedimentos operacionais internos.

A Ampla estimula a consciência ambiental de seus funcionários e também de seus clientes. Os resíduos dos principais materiais consumidos pela empresa são separados e comercializados – em 2008, totalizaram 1.246.765 quilos, além de 12 mil m³ de madeira. Importante ressaltar que a Ampla é a distribuidora de energia que está em primeiro lugar pelo segundo ano consecutivo na categoria "manejo de resíduos" reconhecido pela ABRADEE.

A distribuidora possui baias para segregação de seus resíduos de acordo com os requisitos da NBR 10004 em suas áreas operativas e segue procedimentos para a sua retirada, de acordo com a normativa ambiental e procedimentos operacionais internos.

Projetos e Programas Ambientais

Além disso, o programa Consciência EcoAmpla incentiva os consumidores a fazer o mesmo, oferecendo créditos na conta de luz para clientes que levaram materiais recicláveis aos postos de coleta da empresa. Assim como as demais iniciativas de reciclagem, esse programa tem impacto econômico indireto, ao se transformar em renda.

No inventário de resíduos, são apresentados os diversos tipos, peso total coletado, métodos de disposição e de acondicionamento dos materiais coletados. O tratamento, a disposição e a destinação desses resíduos fazem parte da Instrução de Controle Ambiental para o Gerenciamento de Resíduos, do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde, do Procedimento Ambiental de Emergência da organização, dentre outros. Para garantir a segurança, o transporte desses materiais é feito sempre por empresas especializadas e ambientalmente legalizadas.

Ações programadas de manutenção preventiva nos equipamentos resultaram em diminuição expressiva dos acidentes com vazamento de óleo. Tanto é que a empresa não teve nenhum caso de derramamento significativo em 2008, assim como em 2007.

Todos colaboradores que atuam nas áreas operacionais são treinados para seguir o Procedimento Geral de Resposta a Emergências e possuem *kits* de emergência ambiental em todos os locais que apresentam risco significativo de vazamento.

Já estão sendo realizados testes pela área de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia para a substituição do óleo mineral dos equipamentos pelo óleo vegetal (bola verde). Essa substância funciona como um lacre do corpo do equipamento quando há vazamento, pois, ao entrar em contato com o ar, transforma-se em uma resina, dificultando o derramamento. Além disso, tem menos impacto no solo em comparação ao óleo mineral.

Dentro da área de Pesquisa e Desenvolvimento foi encerrado trabalho voltado ao Sistema Informatizado da Contabilidade Ambiental – SICA, que permite construir um modelo de evidenciação dos elementos patrimoniais vinculados ao meio ambiente para a empresa, desenvolver um protótipo de *software* de natureza gerencial que sirva como ferramenta para a gestão de itens ambientais. Este trabalho propiciará, dentre outras ações, a redução de custos (o sistema permite controle de gastos com consumo de água, energia e materiais utilizados no processo operacional da entidade).

Outros projetos ambientais voltados em Pesquisa e Desenvolvimento também merece destaque como o absorvente de óleo proveniente de pneus inservíveis que poderão ser utilizados nos *kits* de emergência ambiental. Também destacamos o tijolo ecológico proveniente dos vidros aproveitados no processo de trituração de lâmpadas no projeto Papa Lâmpadas. Outro projeto que merece destaque é o desenvolvimento de metodologia para a análise da vulnerabilidade ambiental, além do projeto que trata da metodologia de análise de ciclo de vida dos produtos.

A Ampla foi a primeira distribuidora de energia do País a substituir o papel branco pelo papel reciclado na emissão de suas contas de luz. Adotada em fevereiro de 2006, a iniciativa significou substituição de 100% das faturas padrão entregues aos clientes. Em 2008, foi introduzido o sistema de faturamento imediato que permite a leitura e impressão simultânea da conta de energia pelos próprios leituristas. Com este faturamento a conta de energia adotou um novo formato, mais compacto, sendo dobrada e lacrada pelos leituristas na mesma hora da leitura em campo o que promoverá diminuição de material, pois não mais utilizará a cadeia de produção utilizada nas contas padrão. Hoje, esse serviço atende a aproximadamente 80% dos clientes.

O papel reciclado é empregado em 80% da comunicação interna e externa (folhetos, cartilhas, cartazes, contracheques, cartões de visita, envelopes, papel-carta, contratos etc.).

Todas as gráficas que prestam serviços a Ampla utilizam, obrigatoriamente, o papel branco com comprovação de certificação de origem, seja FSC ou CERFLOR.

Firmando seu compromisso com a prevenção da poluição a Ampla criou em 2006 o projeto "Papa Lâmpadas" que consiste na utilização de um equipamento triturador de lâmpadas fluorescentes. Ele funciona como uma usina de tratamento móvel, onde adota um sistema de tripla filtragem que retém o pó e gases venenosos (metais pesados) das lâmpadas, possibilitando a reciclagem do resíduo (vidro triturado e o bulbo de metal), eliminando assim a contaminação de pessoas e animais e a poluição ambiental. O triturador se acopla a um tambor metálico de 200 litros que tem a capacidade para compactar aproximadamente 850 lâmpadas. Este equipamento, itinerante, atende a demanda no seu local de armazenamento evitando o traslado do resíduo perigoso. Este projeto atende a instituições públicas e privadas a custo gratuito. Ele já retirou do meio ambiente mais de 330.000 lâmpadas.

Relatório de Sustentabilidade

A Ampla comunica seus aspectos ambientais significativos através do Relatório de Sustentabilidade que se dá através de diversos canais, dentre eles a Internet, onde disponibiliza a política e outras informações sobre segurança, meio ambiente e saúde da Ampla; evento denominado Superação realizado por voluntários da Ampla em diversas comunidades dentro de nossa área de concessão, onde, dentre outras ações traz informação de educação ambiental; no Relatório de Sustentabilidade elaborado a partir das diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI) e dos indicadores do Pacto Global, segundo o modelo atualmente adotado por todas as empresas do grupo Endesa, do qual a Ampla faz parte.

Através do Relatório de Sustentabilidade a empresa divulga, de forma abrangente e transparente, seus compromissos com seus vários públicos e seu desempenho empresarial, nas dimensões econômica, social, ambiental e saúde e segurança dos colaboradores. Este relatório está disponível na internet e é fornecido a todos os colaboradores, sendo que o endereço eletrônico "gestaosms@ampla.com" fica disponível na Internet para o acesso de qualquer parte interessada.

Segurança do Meio Ambiente e Saúde

A Central de Relacionamento da Ampla é um departamento interno que possui, dentre outras atribuições, o recebimento de reclamações das partes interessadas sobre assuntos relativos à Segurança do Meio Ambiente e Saúde da Ampla.

As mudanças climáticas afetam diretamente os negócios da distribuidora, pois a produção de energia elétrica no Brasil é predominantemente de origem hídrica. Dessa forma, eventuais mudanças no regime de chuvas têm impacto na capacidade de geração baseada nessa fonte e, consequentemente, poderá haver restrição na oferta, elevando o custo de energia, com impacto sobre o consumo e o resultado da companhia.

Diante de tal situação, a Ampla vem procurando oportunidades; tem adotado novos programas de eficiência energética, identificado novas fontes de suprimento de energia, ampliado a oferta de novos serviços e desenvolvido projetos para gerar créditos de carbono e, assim, obter Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) para posterior comercialização.

Já para minimizar os riscos, a companhia conta com um seguro de risco operacional, que, conforme os limites e coberturas contratadas, garantem o recebimento de indenização por prejuízos ocorridos decorrentes dos riscos cobertos nas apólices com danos materiais, quebra de máquinas, danos elétricos, incêndio, projetos de construção, lucros cessantes, terremoto e inundação. Também há o seguro de responsabilidade civil geral para reembolso de prejuízos indenizáveis causados a terceiros, quando obrigado à reparação, decorrentes das instalações e atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Ampla inventaria suas emissões de acordo com as diretrizes da norma ISO 14064 anualmente.

Primeira distribuidora do País a aderir à Associação Brasileira de Veículos Elétricos, criada em agosto de 2006, a Ampla realiza um estudo para adotar carros elétricos em sua frota de operação.

Em 2007, o modelo-piloto pode ser conferido pelo público em Niterói. O veículo foi desenvolvido pela equipe de Pesquisa e Desenvolvimento da empresa e é 100% elétrico, com baterias recarregáveis para o funcionamento do motor. Além de não emitir CO₂, ele é completamente silencioso.

O maior benefício dos carros elétricos é a diminuição dos níveis de CO₂ lançados na atmosfera. O carro elétrico anula a emissão desse gás, o principal causador do aquecimento global. Outra vantagem é seu baixo custo operacional. Enquanto os veículos movidos à gasolina e/ou álcool gastam, em média, R\$24,90 para rodar 100 quilômetros, os carros elétricos têm um custo de R\$9,50 para percorrer a mesma distância.

O objetivo da Ampla é desenvolver uma metodologia de planejamento e operação do novo veículo, para que a frota seja gradativamente substituída pelos carros elétricos. Periodicamente são feitos testes comparativos com carros convencionais para aferição do desempenho do veículo elétrico, além de avaliações dos impactos da nova tecnologia sobre o mercado de distribuição de energia.

Em 2008, a distribuidora destinou R\$10,2 milhões às ações de eficiência energética. O valor foi aplicado nas 3 frentes do programa: (i) Superação e Comunidade Eficiente, que beneficiaram 127.360 pessoas; (ii) Energia Solar, direcionado a, aproximadamente, 620 usuários; e (iii) Eficiência de Instalações Elétricas, em 24.107 residências.

Áreas de Proteção Ambiental

Na área de concessão da Ampla, existem 33 áreas de proteção ambiental, formadas por florestas e parques, reservas e estações ecológicas. Dentro dessas áreas, subestações da Companhia ocupam apenas 0,048 km² nas proximidades (distância de até 500 metros), com espaço equivalente a 0,065 km². Já as linhas de transmissão que atravessam essas regiões têm extensão de 198 km.

A Ampla estabelece parcerias com organizações que protegem e restauram áreas ameaçadas. Por meio de um acordo com o Instituto Estadual Florestal (IEF) para reflorestamento de área no Parque Estadual da Serra da Tiririca, localizado no município de Niterói, foram plantadas 8,8 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica. A distribuidora doou 1,5 mil mudas ao Projeto Ipê Amarelo, para replantio e recomposição de encostas no município de Trajano de Moraes.

Foi realizado ainda o plantio de outras 40 mudas de árvores nativas na construção de rede particular de uma cervejaria no município de Petrópolis. Mais cem mudas foram plantadas em uma caminhada ecológica promovida com funcionários em comemoração ao dia Internacional do Meio Ambiente no Morro das Andorinhas (área do Parque Estadual da Serra da Tiririca). Também foram doadas 5 mil mudas no projeto "Contador de Árvores da Mata Atlântica" que visa contabilizar todos os plantios de mudas realizadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, registrando-os em contador digital instalado no Jardim Botânico do Rio que, atualmente, soma nada menos que 4 milhões de árvores nativas plantadas.

Licenciamento Ambiental

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia detinha todas as licenças ambientais exigidas pelos órgãos regulamentares estaduais e federais competentes para licenciar as atividades desempenhadas no âmbito de suas linhas de transmissão, rede de distribuição e subestações, ou estava em processo de obtenção ou renovação de tais licenças.

Nos termos do parágrafo quarto do artigo 18 da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, a renovação da Licença de Operação de uma atividade potencialmente poluidora deve ser requerida com antecedência mínima de, em regra, 120 dias da expiração do seu prazo de validade, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente (se o pedido de renovação for efetuado tempestivamente). Em alguns Estados, conforme a regulamentação legal aplicável, referido prazo pode ser mais curto.

Nesse contexto, todas as renovações das licenças ambientais vencidas foram requeridas pela Companhia em observância ao prazo legal, sendo que os pedidos de renovação encontravam-se em análise pelos respectivos órgãos ambientais competentes em 30 de setembro de 2009. Assim, as licenças permanecem automaticamente prorrogadas até a manifestação definitiva dos órgãos ambientais competentes sobre os respectivos pedidos de renovação.

Além disso, ressalta-se que todas as condicionantes estabelecidas para as licenças ambientais da Companhia vêm sendo cumpridas.

Sustentabilidade

A meta da Ampla é fornecer para seus clientes um serviço de qualidade, baseado em procedimentos responsáveis e eficientes, proporcionando a rentabilidade aos acionistas, fomentando a capacitação profissional dos funcionários, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades nas quais a empresa opera e utilizando, de forma sustentável, os recursos naturais necessários para a distribuição de energia. A Ampla é consciente de que o fortalecimento do posicionamento no futuro não acontecerá sem o cumprimento equilibrado de sua responsabilidade nos âmbitos econômico, social e ambiental.

Política de Sustentabilidade da Ampla

Como política de sustentabilidade, foram estabelecidos 7 compromissos, que fundamentam o comportamento da empresa para um desenvolvimento sustentável.

- *Nossos Clientes* – Compromisso com a satisfação dos clientes e com a qualidade dos nossos serviços;
- *Nossos Acionistas* – Compromisso com a criação do valor e rentabilidade, baseada no crescimento sustentável;
- *Nossas Pessoas* – Compromisso com a saúde, segurança, qualidade de vida e desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos colaboradores;
- *Nossa Conduta* – Compromisso com ética, transparência, diálogo e respeito na relação com todos os nossos públicos;
- *Nosso Meio Ambiente* – Compromisso com a gestão aliada à preservação ambiental e ao consumo consciente;
- *Nossa Sociedade* – Compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo o crescimento de nossas comunidades; e
- *Inovação e Criatividade* – Compromisso com as tecnologias e ideias criativas e inovadoras para as nossas atividades.

Estes compromissos, que formam a "Política de Sustentabilidade da Ampla", foram elaborados com base nos 10 princípios básicos universais do Pacto Global, aos quais a Ampla aderiu em 2005. Outras iniciativas externas abraçadas pela companhia são os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção.

Dentro do compromisso com a sociedade, ou seja, com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo o crescimento das comunidades atendidas, a Ampla tem consciência de que seu produto principal – o fornecimento de energia elétrica – é um serviço essencial para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade. Por esse motivo, ela se empenha em fazê-lo com grau de excelência para garantir as melhores condições de qualidade e segurança. Ao mesmo tempo, as atividades da empresa contribuem para o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades atendidas, respeitando sempre seus valores culturais.

A Ampla está próxima das comunidades atendidas a fim de conhecer mais a fundo suas necessidades e atendê-las por meio de atividades identificadas com os negócios da empresa. Este desafio é imposto à companhia, que diariamente mantém contato com seus clientes e familiares, tornando-se agente para a melhoria da qualidade de vida, especialmente para aqueles que mais necessitam.

Programa Consciência Ampla

As iniciativas da Ampla nas comunidades onde atua refletem a missão de iluminar a vida das pessoas e se alinham aos valores de respeito à vida, simplicidade e criação de valor. Em 2008, o programa de responsabilidade socioambiental foi reformulado em torno de uma única linha de atuação: a educação para o consumo consciente. Batizado de "Consciência Ampla", o programa reúne atividades voltadas para crianças, jovens e adultos. Ele apoia a criação de uma sociedade consciente em relação ao consumo de energia e à responsabilidade socioambiental visando à sustentabilidade do negócio e do planeta. O programa reúne projetos existentes desde 2004 e novas ações, sempre com o mesmo foco. Toda a reformulação foi baseada em pesquisas e avaliações com os clientes.

Reunindo atividades com impactos de longo prazo, como a educação de uma geração engajada e comprometida com o futuro, o Consciência Ampla também inclui ações práticas, educativas e profissionalizantes com resultados imediatos para o público atendido. Temas como eficiência e segurança no uso da energia elétrica, direitos e deveres, ética, cidadania e preservação do meio ambiente estão presentes nas ações que têm beneficiado, anualmente, cerca de 300 mil pessoas nos municípios atendidos pela Ampla. A opção por projetos de educação para o consumo consciente tem o objetivo de estimular hábitos de não desperdício, assim como evitar que famílias de baixa renda comprometam excessivamente seu orçamento. O programa também cria alternativas para que os clientes consigam manter-se adimplentes com a Ampla sem, para isso, recorrerem a meios irregulares e ilegais.

A iniciativa tem, ainda, o propósito de mediar possíveis problemas relacionados ao furto de energia, por meio de um trabalho de reflexão e sensibilização quanto às consequências negativas desse ato para toda a sociedade. No ano de 2008, essas ações demandaram investimentos de R\$69 milhões, entre recursos próprios e incentivados, e beneficiaram 345.783 pessoas, incluindo os projetos institucionais de Universalização e Luz para Todos. Do valor investido pela Ampla em 2008, R\$2,3 milhões referem-se a incentivos fiscais, decorrentes de leis culturais federais, estaduais e municipais. Sobre o valor total aplicado, incluindo recursos próprios, 6,5% foram destinados à educação; 3% à cultura, 0,5% ao esporte; 1% a doações e 89% a projetos institucionais.

Programa Consciência Ampla			
Projetos	Descrição	Público-alvo	Beneficiados 2008
Consciência Ampla Futuro	Formação de jovens multiplicadores nas escolas para disseminar a importância do consumo consciente da energia e dos recursos naturais. Além dos temas relacionados à energia, são abordadas questões de ética e cidadania, preservação e importância dos hábitos de consumo responsável.	Estudantes de 10 a 16 anos da rede pública de ensino	4 mil
Consciência Ampla Saber	Oficinas e palestras integram orientações e práticas sobre o consumo consciente e seguro de energia. Ocorrem atendimentos comerciais, troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes e geladeiras, e distribuição de brindes.	Adultos das comunidades	89 mil
Consciência Ampla Digital	Promove o consumo consciente de energia sob a ótica da inclusão digital. Em um centro equipado computadores e acesso gratuito a internet, instrutores formados pela Ampla orientam a população a lidar com as novas tecnologias da informação.	Jovens, clientes e familiares	2 mil
Consciência Ampla com Arte	Criado em parceria com a ONG Casa Amarela, o projeto é integrado por cursos com materiais recicláveis e cartanagem, incentivando a formação de cooperativas locais.	Jovens e adultos, sobretudo do sexo feminino	1 mil
Consciência EcoAmpla	Preservar a natureza e garantir o bem-estar das gerações futuras com a reciclagem é o que o Consciência EcoAmpla promove. Como incentivo a atitudes conscientes, a Ampla premia seus clientes oferecendo bônus na conta de luz para aqueles que levam materiais recicláveis a postos de coleta da empresa.	Clientes residenciais	33 mil
Consciência Ampla Oportunidade	Oferece capacitação àqueles que buscam seu primeiro emprego, com o objetivo de aumentar as chances de contratação. Nas oficinas, são realizadas palestras sobre técnicas de entrevista, perfil de funcionários bem-sucedidos, ética profissional.	Jovens de 18 a 24 anos	1 mil
Consciência Ampla Eficiente	A ação segue normas técnicas e de segurança para reformar instalações elétricas residenciais, creches, asilos, hospitais públicos, entre outros, com o objetivo de reduzir o consumo e educar para o uso eficiente de energia. São incluídas ainda trocas de geladeiras e inovações de baixo custo, como a iluminação de residências com PET.	Comunidades populares e instituições de utilidade pública	94 mil
Consciência Ampla SuperAção	Enquanto as crianças se divertem com oficinas de desenho e pintura, brincadeiras, jogos de computador e sorteio de brindes, os pais assistem a palestras e a oficinas sobre consumo consciente e participam de atividades interativas. Ao final, toda a família se reúne para assistir à apresentação de uma peça teatral.	Famílias	28 mil
Consciência Ampla Cultural	O projeto leva, gratuitamente, espetáculos de música, dança, teatro, workshops, exposições de artes, rodas de leituras, oficinas de criação de brinquedos, exibição de filmes, encontros literários, entre outras atividades aos municípios atendidos.	Crianças, jovens e adultos	43,5 mil
Consciência Ampla na Tela	Toda a magia de um cinema itinerante que percorre diversas cidades em um grande telão, com qualidade de som e imagem digitais. O projeto é montado ao ar livre para exibir recentes produções nacionais de graça.	Clientes residenciais	22 mil

Projetos Institucionais

A Ampla atende às diretrizes da ANEEL, que exige de todas as distribuidoras de energia a introdução e manutenção de programas como Baixa Renda, Universalização no Atendimento e Luz para Todos. O objetivo é beneficiar famílias em risco social, por meio da inclusão, com descontos nas tarifas e o acesso à eletricidade.

Baixa Renda. Consumidores em condição socioeconômica desfavorável são atendidos pelas distribuidoras de energia por meio do Programa Baixa Renda. Executado de acordo com a Lei nº 10.438/02 e diversas resoluções, o programa prevê que a distribuidoras cadastrem esses consumidores, faturem seu consumo com tarifa reduzida – conforme homologação da ANEEL – e recebam um subsídio mensal do governo federal. Em 2008, eram atendidos na região Ampla 791,5 mil pelo Programa Baixa Renda, 9,6% acima do ano anterior e o equivalente a 35,8% dos consumidores residenciais. A receita de faturamento desse programa representou 14% do total da classe residencial.

Universalização no atendimento. Mesmo tendo atingido as metas de universalização já em 2005, chegando a 100% dos municípios atendidos pela Companhia, a Ampla busca ampliar o acesso à energia elétrica a todas as comunidades de sua área de concessão, independentemente de suas condições socioeconômicas. Em 2008, mais 88.301 clientes foram conectados à rede da Companhia. Desse total, 15.321 foram ligados com o serviço de extensão de rede, com investimento de R\$41,3 milhões.

Luz para Todos. O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos é uma iniciativa do governo federal, iniciada em 2004. O seu intuito é levar eletricidade para a população sem acesso à energia. Cerca de 90% dessas famílias têm renda inferior a 3 salários mínimos e 80% delas estão no meio rural. Com energia, as comunidades passam a contar com um vetor de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a redução da pobreza e o aumento da renda familiar. A chegada da eletricidade facilita, ainda, a integração a outros programas sociais, como o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. O programa é coordenado pelo MME, com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas. A ligação da energia elétrica até os domicílios é gratuita. Na área de atuação da Ampla, mais de 3 mil clientes entraram no programa em 2008, o que demandou investimentos de cerca de R\$20 milhões. Destaca-se a conclusão das obras das Ilhas de Itacuruçá e Caieira – município de Angra dos Reis – contemplando a instalação de cabos submarinos e cabos pré-reunidos de média-tensão, totalizando 550 famílias ligadas nessas 2 obras.

Cidadania

O compromisso com a sustentabilidade inclui iniciativas direcionadas ao desenvolvimento da cidadania, alinhadas aos compromissos éticos.

Voto Consciente. Como parte do seu compromisso de apoio à construção da cidadania e reconhecendo a importância do voto, a Ampla promoveu o 2º Encontro do Voto Consciente, com uma palestra do diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RJ. O evento, realizado no auditório da Companhia, contou com a presença de colaboradores, alunos de escolas municipais e lideranças comunitárias. Além do evento, foram distribuídos *folderes* e cartilhas aos clientes nas lojas. A iniciativa foi fruto de uma parceria com o TRE-RJ e a Associação dos Magistrados Brasileiros. Além disso, a Ampla sediou uma série de encontros realizados pela Associação Conselho Empresarial de Cidadania (ACEC) com candidatos a prefeito de Niterói – município-sede da Companhia. A ACEC é uma organização apartidária que reúne algumas das mais expressivas empresas e entidades sindicais e educacionais de Niterói. Como sua integrante, a Ampla colabora com a sua missão de articular ações, projetos e programas para o desenvolvimento do município.

Compromisso com os Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2007, a Ampla conquistou o Selo de Empresa Amiga da Criança, concedido pela Fundação Abrinq, e desde então começou a manter um relacionamento mais próximo com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de sua área de atuação, realizando doações para os Fundos Municipais da Criança e do Adolescente. Em 2008, 33 municípios receberam as doações, significando aumento de 135% em relação ao ano anterior, quando foram contemplados 14 municípios. Para os Fundos foram destinados R\$0,4 milhões. Mais do que a doação em si, a Ampla acompanha a execução dos projetos. A entrega das doações é feita pessoalmente aos municípios, com a presença de representantes da Ampla, do Conselho e do prefeito ou secretário de Ação Social.

Voluntariado

Programa Compartilhar. Criado em 2004 para estimular a realização de práticas solidárias entre os colaboradores da Ampla, o programa inclui dias de ação voluntária (mutirão) e campanhas de doações para instituições sociais, além de atender, em 2008, aos projetos do Programa Consciência Ampla. A empresa é responsável por doar 8 horas de trabalho dos funcionários que participam dos mutirões, recursos necessários para a compra de material destinado a melhorias nas instituições, reforma das instalações elétricas, além de promover campanhas. O programa inclui o Papai Noel Voluntário, que reúne voluntários que visitam as casas dos funcionários que têm filhos até 10 anos para a entrega de presentes de Natal da Ampla. Em 2008, foram integradas ações ambientais ao Compartilhar, contemplando 2 caminhadas ecológicas, sendo uma com plantio de mudas nativas da Mata Atlântica. No decorrer do ano, foram feitas 5 campanhas e 3 mutirões, beneficiando 10.090 pessoas. Foram arrecadados 25.213 itens nas campanhas de doações e participaram 262 voluntários.

Programa Desenvolver. Iniciado em 2006, visa à inclusão social de famílias em grave risco social e é financiado por doações de voluntários colaboradores da empresa e de clientes. Os valores recebidos são repassados à Pastoral da Criança e à ONG Casa Amarela, parceiras da Ampla na realização do projeto. As famílias permanecem no programa por até 18 meses e são beneficiadas com a realização de cursos de geração de trabalho e renda, doação de cestas básicas, visitas domiciliares realizadas por assistente social e desenvolvimento de oficinas. Em 2008, 661 voluntários realizaram doações para o programa que atendeu 89 famílias, beneficiando 480 pessoas.

Prêmios e Certificações

O esforço crescente e a constante preocupação da Emissora com o desenvolvimento da sociedade do Estado do Rio de Janeiro tem sido contínua e gentilmente reconhecidos através do agraciamento da Emissora com diversos prêmios, comendas e certificados, entre eles podemos destacar aqueles recebidos nos anos de 2007, 2008 e 2009:

Reconhecimento Externo 2007

150 Melhores Empresas para Trabalhar. A Ampla atingiu uma das metas estabelecidas para 2007 e foi eleita uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da revista *Exame-Você S/A*.

Prêmio ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial ("**ABERJE**") **2007**. Com o *case* "Ampla contra o furto e pela legalidade", a empresa foi a vencedora do prêmio concedido pela ABERJE, na categoria Comunicação nas Crises Empresariais.

Prêmio ABRADÉE – Qualidade de Gestão. A Companhia foi uma das finalistas do prêmio da ABRADÉE, na categoria Qualidade de Gestão. A avaliação do Relatório da Gestão é feita pela Fundação Nacional de Qualidade (FQN).

Prêmio Apex. O *case* "Medição eletrônica – Ampla Chip" foi o vencedor do Prêmio APTELI de Excelência, que valoriza soluções inovadoras e o uso de novas tecnologias. A premiação é concedida pela Associação de Empresas Proprietárias de Infra-estrutura e de Sistemas Privados de Telecomunicações (APTEL).

Prêmio Fundação Coge. Vencedora na categoria Ações de Responsabilidade Social com o Programa de Voluntariado Compartilhar. A Fundação Coge é uma entidade sem fins lucrativos que atua na pesquisa dos métodos, processos e rotinas adotadas por empresas do setor elétrico brasileiro.

Relatório Notável pelas Nações Unidas – Pacto Global. O Relatório de Sustentabilidade 2006, no modelo *Global Reporting Initiative* (GRI), recebeu da ONU o selo de Notável pela alta qualidade, em especial por descrever as práticas referentes ao cumprimento do Pacto Global – COP (*Communication on Progress*).

Prêmio Ibero-Americano de Central de Relacionamento com Cliente (Espanha). A Central de Relacionamento da Ampla recebeu um importante reconhecimento internacional ao ser eleita a melhor central de relacionamento com cliente, na categoria Energia Elétrica.

Prêmio IDHO. Recebeu certificado de destaque na categoria Transparência da pesquisa nacional – As 100 melhores empresas em indicador de desenvolvimento humano organizacional. O prêmio é dado pela Gestão e RH Editora.

Prêmio Padrão de Qualidade em Contact Center. A Central de Relacionamento da Ampla venceu a segunda edição do prêmio, na categoria Energia Elétrica. A iniciativa da Padrão Editorial e da consultoria internacional Izo System.

Prêmio Proteção Brasil. O programa Viver Mais – Qualidade e Equilíbrio em sua Vida, da Central de Relacionamento, recebeu o prêmio na categoria Qualidade de Vida no Trabalho. Concedido pela revista Proteção e pelo Anuário Brasileiro de Proteção.

Prêmio Qualidade de Fornecedor. Prêmio Fornecedores do Ano, na categoria Qualidade de Fornecedor, concedido pela PSA Peugeot Citroën Mercosul.

Prêmio Top de Qualidade. A premiação dada pelo Instituto de Estudos e Pesquisa da Qualidade busca identificar as organizações que mais se destacaram na melhoria do sistema de qualidade, obtendo melhor desempenho em suas atividades. Além de troféu e certificado, a empresa recebeu o Selo Top de Qualidade.

Prêmio Transformação de Negócios Wharton-Infosys (Estados Unidos). A Rede Ampla, projeto da Diretoria de Recuperação de Mercado em parceria com Synapsis e V2 Telecom, conquistou o terceiro reconhecimento nos Estados Unidos. A premiação é da Wharton Business School e da Infosys Technologies.

VII Prêmio ABT. A Central de Relacionamento recebeu o troféu de ouro na categoria Contribuição em Recursos Humanos, com o *case* "Viver mais – Qualidade e Equilíbrio em sua Vida". O prêmio é concedido pela Associação Brasileira de Telemarketing (ABT).

VIII Prêmio Consumidor Moderno. A Central de Relacionamento conquistou o Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, na categoria Energia Elétrica. O prêmio é organizado pela Padrão Editorial.

Melhores & Maiores. A Ampla figurou na lista das 500 maiores empresas do País, publicada na 34ª edição da revista *Exame Melhores & Maiores 2007*.

Valor 1000. A organização foi incluída no anuário do jornal *Valor Econômico*, que apresentou as empresas que mais se destacaram em 23 setores de atividades.

Certificações

Empresa Cidadã. O Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, em parceria com a Firjan e com a Fecomércio-RJ, conferiram à Ampla a Certificação Empresa Cidadã, após a análise do Relatório de Sustentabilidade correspondente ao exercício de 2006.

ISO 9001:2000. O Atendimento Personalizado recebeu a certificação concedida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Já a Central de Relacionamento e a Gerência de Operação mantiveram os certificados obtidos em 2005 e 2006, respectivamente.

ISO 14001. O Sistema de Gestão Ambiental passou pela auditoria de manutenção e inserção de novos *sites*, mantendo o certificado obtido em 2006.

OHSAS 18001:1999. A Ampla obteve a certificação em janeiro de 2008, o que comprova que a Companhia está de acordo com os requisitos da norma internacional em Segurança e Saúde Ocupacional.

Reconhecimento Externo 2008

150 Melhores Empresas para Trabalhar. Pelo segundo ano consecutivo, a Ampla foi incluída entre as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar do *Guia Exame-Você S/A*.

100 Melhores Empresas para se Trabalhar. Eleita pela revista *Época* como uma das 100 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil.

25 Melhores Empresas para se Trabalhar no Rio de Janeiro. A pesquisa anual do Instituto *Great Place to Work*, sob encomenda da revista *Época* e do jornal *O Globo*, considerou a Ampla uma das 25 Melhores Empresas para se Trabalhar e a primeira em Orgulho no Rio de Janeiro.

Prêmio ABRADEE 2008. O salto da Ampla de 20ª para a 17ª posição entre as distribuidoras com mais de 500 mil clientes no Prêmio ABRADEE, que representou a melhor colocação da empresa nos 10 anos de existência da premiação, que engloba 5 categorias Avaliação pelo Cliente, Gestão Operacional, Gestão Econômico-Financeira, Qualidade da Gestão e Responsabilidade Social. Na avaliação geral das categorias, a Companhia obteve 786 pontos. Em relação ao ano anterior, houve melhoria de desempenho nas categorias Avaliação do Cliente (25ª para 22ª posição) e Gestão Operacional (23ª para 17ª posição), além da manutenção dos bons resultados em Qualidade de Gestão (5º lugar) e Responsabilidade Social (10º lugar). Na região Sudeste, a Ampla subiu da 8ª para a 7ª colocação.

Questionário Ethos/ABRADEE. Desde sua primeira participação, em 2005, a Ampla avançou 16 posições - do 21º para o 5º lugar - no quesito Questionário Ethos/ABRADEE dentro do Prêmio ABRADEE de Responsabilidade Social.

IX Prêmio Consumidor Moderno. A Ampla foi bicampeã na categoria Energia Elétrica no IX Prêmio Consumidor Moderno. Além disso, a empresa foi eleita a segunda melhor em *web center* do País e também ficou entre as 10 maiores médias no consolidado geral de todos os segmentos. Organizada pelo Padrão Editorial, a premiação é considerada um dos mais importantes reconhecimentos de relações de consumo do mercado brasileiro.

Central de Relacionamento. A Central de Relacionamento com melhor avaliação do setor elétrico brasileiro foi a da Ampla, com desempenho de 87%. O teste foi realizado com 27 empresas pelo Instituto Brasileiro de Relacionamento com o Cliente (IBRC) e pelo jornal *O Globo*.

Faz Diferença. O projeto de Eficiência Energética da Ampla foi finalista da sexta edição do Prêmio Faz Diferença, do jornal *O Globo*.

10 Maiores Inovações Brasileiras. O Ampla Chip foi considerado uma das 10 maiores inovações brasileiras mais significativas da última década, segundo pesquisa realizada pela revista *Exame* em parceria com a consultoria Monitor, divulgada em fevereiro de 2008.

Melhores & Maiores. Mais uma vez, a Ampla esteve presente no *ranking* das 500 Maiores Empresas do País, da publicação *Melhores & Maiores*, da revista *Exame*.

Valor 1000. O Valor 1000, do jornal *Valor Econômico*, destacou a Ampla como uma das 10 empresas de maior crescimento sustentável do País. Os critérios de avaliação são estabelecidos e aplicados pela FGV.

Relatório de Sustentabilidade 2007. O Relatório de Sustentabilidade de 2007, que recebeu a checagem de nível A da Global Report Initiative (GRI), foi apontado como o terceiro melhor do Brasil na pesquisa *Rumo a Credibilidade: uma pesquisa de relatórios de sustentabilidade no Brasil*.

100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa. Destaque em ética e relacionamento com seus diversos públicos em pesquisa realizada pela editora Gestão e RH e coordenada pela FGV e USP. A empresa recebeu ainda outros 2 certificados: pela inclusão na lista das 50 Melhores e pelo relacionamento com os diversos públicos.

Certificações

ISO 9001:2000. Em 2008, foram recertificados os Sistemas de Gestão da Qualidade da Central de Relacionamento e o Processo de Faturamento de Clientes Massivos, obtidos em 2005 e 2006, respectivamente. Além dessas áreas, o Atendimento Personalizado também conta com essa certificação concedida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) desde 2007.

ISO 14001. A Ampla manteve sua certificação conquistada em 2006 e incluiu 32 novas áreas, entre pólos operacionais, bases operativas, lojas, subestações, linhas de transmissão e rede de distribuição da empresa.

OHSAS 18001:1999. Em fevereiro de 2009, comprovando que a empresa está de acordo com os requisitos da norma internacional em Segurança e Saúde Ocupacional, foi mantida a certificação obtida em 2008.

Empresa Cidadã. O Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, em parceria com a Firjan e com a Fecomércio-RJ, conferiu à Ampla a Certificação Empresa Cidadã, após a análise do Relatório de Sustentabilidade correspondente ao exercício de 2007.

Reconhecimento Externo 2009

Central de Relacionamento da Ampla é aprovada com excelência em mais uma pesquisa do jornal *O Globo*. O serviço de atendimento virtual *Fale Conosco* da Ampla recebeu nota máxima em um teste realizado com 39 empresas pelo Instituto Brasileiro de Relações com o Cliente (IBRC), cumprindo 100% de satisfação do cliente.

Ampla vence Prêmio ABERJE 2009 com a comunicação do Programa de Eficiência Energética. A Ampla é vencedora do Prêmio ABERJE 2009 - Região Espírito Santo e Rio de Janeiro - com o *case* de comunicação "*Eficiência energética a serviço da comunidade*" idealizado em parceria com a FSB Comunicações.

Ampla é uma das 10 melhores empresas do Brasil em Cidadania Corporativa. A Ampla foi reconhecida como uma das 10 melhores empresas em Cidadania Corporativa, segundo pesquisa de âmbito nacional realizada pela Gestão & RH Editora.

Pelo segundo ano consecutivo, Ampla é uma das 25 Melhores Empresas para se Trabalhar no Estado do Rio. Pelo segundo ano consecutivo, a Ampla é uma das 25 Melhores Empresas para se Trabalhar no Estado do Rio. Essa conquista é resultado da pesquisa anual realizada pelo Instituto *Great Place to Work*, em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RJ), sob encomenda da Revista Época e com apoio do jornal O Globo.

Ampla é uma das 150 Melhores Empresas para se Trabalhar, pelo terceiro ano consecutivo. A Ampla, que, pelo terceiro ano consecutivo, é uma das 150 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, de acordo com a publicação do *Guia Exame-Você S/A*.

Ampla está entre as 25 empresas mais inovadoras do Brasil. A Ampla foi reconhecida como uma das 25 empresas mais inovadoras do Brasil, de acordo com levantamento feito pela Revista Época Negócios em conjunto com o Fórum de Inovação da FGV, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp) e o Instituto *Great Place to Work*, com o apoio técnico da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

Pelo segundo ano consecutivo, Ampla é considerada uma Empresa Amiga da Criança. A Ampla foi reconhecida, pelo segundo ano consecutivo, como uma Empresa Amiga da Criança pela Fundação Abrinq.

Personalidade do Ano Região Espírito Santo e Rio de Janeiro da ABERJE. André Moragas, diretor de Comunicação e Relações Institucionais da Ampla Energia e Serviços.

Prêmios Brasil e Região Espírito Santo e Rio de Janeiro da ABERJE. Comunicação e Relacionamento com a Comunidade – Eficiência Energética a serviço da comunidade.

Prêmio Região Espírito Santo e Rio de Janeiro da ABERJE. Gestão de Mídia Audiovisual – Uma nova forma de comunicar a Responsabilidade Social Corporativa

Empregados e Política de Recursos Humanos

Quadro de Pessoal

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia tinha 1.271 empregados e aproximadamente, 6.400 empregados de empresas terceirizadas, de forma não eventual. Em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, respectivamente, a Companhia possuía 1.413, 1.385 e 1.298 empregados.

Além disso, em 30 de setembro de 2009, a Companhia contava com 191 estagiários. Durante o ano de 2008, ingressaram na Companhia 64 empregados e foram desligados 159. O *turnover* no período foi de 8,6%.

Terceirização de Mão de Obra, Autônomos e Trabalho Cooperado

Em 30 de setembro de 2009 a Emissora possuía 24 empresas terceirizadas, prestadoras de serviços vinculados à parte operacional da Emissora, envolvendo cerca de 6.400 colaboradores de tais empresas (em 2008 eram 7.081 colaboradores), prestando diversos serviços para a Emissora, incluindo corte e religamento de energia elétrica, manutenção de redes, normalização, leitura, dentre outros e que representam atualmente um custo médio mensal para a Emissora de R\$14,5 milhões.

O valor das despesas com serviços prestados por terceiros totalizou R\$147,0 milhões, em 2008. Este valor foi de R\$91,4 milhões, em 2007 e de R\$87,8 milhões, em 2006.

Política de Educação, Desenvolvimento e Treinamento

Uma vez definida a estratégia de negócios da Ampla, os responsáveis com apoio da equipe de recursos humanos, têm um papel fundamental: preparar e motivar as pessoas para alcançarem seus objetivos. Para isso, a Ampla mantém uma política de Educação, Treinamento e Desenvolvimento que visa à qualificação, à formação e ao desenvolvimento de suas pessoas.

Criar oportunidades para que as pessoas adquiram e apliquem novos conhecimentos, habilidades e atitudes prepara a Companhia para o crescimento sustentável ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento de seus profissionais. Apoiar o desenvolvimento da equipe é função do responsável. Para isso, ele observa aspectos que podem ser melhorados utilizando as ferramentas disponibilizadas pela área de recursos humanos.

Carreira e Desenvolvimento. Na Ampla, cada pessoa é responsável por sua carreira. Isso quer dizer que a Companhia acredita no autodesenvolvimento e delega ao empregado a responsabilidade de gerenciar a sua carreira. O primeiro passo é conhecer as expectativas da Companhia em relação a sua atuação. Para isso, anualmente todos os empregados são avaliados no mapa de carreira da Companhia.

Mapa de Carreira. Todos os anos, o empregado e a pessoa responsável pela sua área fazem as avaliações de competências e juntos identificam os pontos fortes e as oportunidades de melhoria. Para esse processo, o responsável tem à disposição o mapa de carreira, que mostra em que estágio de carreira o empregado está e o que é necessário para que cresça profissionalmente.

O mapa de carreira é o instrumento utilizado para gerir a carreira das pessoas. Nele são apresentadas as competências necessárias ao desenvolvimento profissional, seleção de pessoal, remuneração e gestão do conhecimento. O mapa é composto por uma lista de competências técnicas (gerais e específicas) e comportamentais, seus níveis de proficiência (esperados e atingidos) e os estágios de carreira. Todos têm o seu mapa baseado na avaliação de competências.

Plano de Desenvolvimento. Após receber os mapas de carreira, o responsável deve conversar com cada um dos integrantes de sua equipe, em reuniões individuais de retorno (*feedback*), e ajudá-lo a elaborar um plano de desenvolvimento para evolução das competências apontadas com lacunas (*gaps*).

O *feedback* deve ser uma prática constante entre o responsável e sua equipe. A Companhia acredita que a relação entre eles será mais transparente, produtiva e alinhada aos objetivos e metas da Ampla. Além disso, essa prática contribuirá para estreitar os laços de confiança, construindo um relacionamento mais amigável e leal.

Para apoiá-los no seu desenvolvimento, a área de recursos humanos oferece as oficinas de carreira, que auxiliam os empregados na construção dos seus planos de desenvolvimento e estimulam a reflexão sobre objetivos e metas pessoais para criação de uma visão personalizada da carreira.

Desenvolvimento em ação. Fazer um curso, participar de uma palestra, ir a um congresso são ações de desenvolvimento, mas não são as únicas. Ler um livro, assistir um DVD, praticar um idioma em conversas pela Internet também são.

A Diretoria de recursos humanos coloca à disposição do empregado, por meio do "Espaço de Desenvolvimento de Pessoas", soluções para desenvolvimento de competências de forma diversificada.

O Espaço de Desenvolvimento de Pessoas é o meio pelo qual aprimoramos as competências por ações de treinamento e desenvolvimento. Além de ser um conceito, o Espaço também existe fisicamente no prédio sede da Ampla, em Niterói, e em cada localidade. Nesses locais estão disponíveis salas, recursos tecnológicos e biblioteca em um ambiente propício à geração de idéias e rede pedagógica visando capacitação profissional.

Nº de horas treinadas nos últimos anos:

Ano de 2006: 216.632 horas;

Ano de 2007: 188.381 horas;

Ano de 2008: 91.089 horas; e

Até 30 de setembro de 2009: 52.873 horas.

Estes dados são obtidos do sistema informatizado da Companhia e a queda destes números se dá, pela mudança no conceito do que é considerada ação de capacitação no grupo.

Política Salarial, Promocional e Plano de Carreira

A Companhia patrocina, desde 1972, um plano de benefícios de previdência complementar para seus empregados, administrado pela Brasieltros.

De acordo com o regulamento do plano administrado pela Brasieltros, estão previstos 2 tipos de benefícios que podem ser usufruídos pelos respectivos participantes em conformidade com a respectiva disposição quanto ao seu custeio, baseado nos seguintes critérios e percentuais:

Plano de Complementação de Aposentadorias (PCA). Para o ano de 2008, a quota patronal correspondeu a 5,0% do custo total bruto da Companhia com a folha de salários, dos quais 3,7% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,3% utilizados para cobertura das despesas administrativas, sendo que a quota dos empregados subdivide-se entre os participantes ativos e assistidos: (i) os participantes ativos contribuem com valores que variam de 1,7% a 10,0%, de acordo com a respectiva faixa salarial; e (ii) os participantes assistidos contribuem com valores definidos anualmente com base no resultado do plano de custeio.

Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida (PACD). Em 2008, a Companhia contribuiu com 4,2% da folha de salários dos participantes ativos, além de 0,02% para benefícios de invalidez e 0,5% para cobertura de despesas administrativas. Por outro lado, os participantes ativos que aderiram a esse plano, contribuem com valores determinados no regulamento do plano com limite mínimo de 2,0% do salário do empregado e observado o salário teto de contribuição ao INSS. O plano original era do tipo "benefício definido".

Historicamente, esse plano de benefícios se mostrou deficitário, pois muitos participantes antecipavam sua aposentadoria junto à previdência social e passavam a ter direito ao recebimento do benefício de complementação de aposentadoria junto à Brasieltros, que não tinha reservas constituídas para cobertura dos compromissos do plano.

Como uma das medidas para equacionar o *déficit*, em 1999 o regime de benefício definido foi alterado para o regime misto de benefício definido e contribuição definida, em que os benefícios e as contribuições são previamente definidos. Para fazer jus aos benefícios do plano, além de obter a concessão da aposentadoria pela previdência social, o empregado deve ter, no mínimo, 50 anos e ter contribuído com o plano pelo prazo mínimo de 5 anos.

A Companhia possui um contrato com a Brasieltros para consolidação e refinanciamento da dívida da Companhia com a Brasieltros (Plano PCA). Para maiores informações, vide seção "VI. Informações sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Contratos Financeiros – Contrato celebrado com a Brasieltros", na página 175 deste Prospecto.

Além disso, a Companhia oferece os seguintes benefícios sociais: assistência médica e odontológica, assistência social, auxílio creche, auxílio para pais de filhos com necessidades especiais, seguro de vida, assistência funeral, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte.

Relação com Sindicatos e Acordos Coletivos

Os empregados da Companhia, conforme a região de atuação e as atividades que desenvolvem, estão vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense (STIENNF), ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Niterói (STIENN) ou ao Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE-RJ). A Companhia negocia a cada 2 anos acordo coletivo com esses sindicatos.

Não houve greve nos últimos 3 anos e nenhuma paralisação das atividades promovidas pelos empregados.

O último acordo coletivo foi celebrado em 18 de novembro de 2009 com os sindicatos com quem a Companhia se relaciona para o período de 1º de outubro de 2009 a 30 de setembro de 2011.

Anualmente, na data-base de 1º de outubro, são negociadas as cláusulas de reajuste salarial e benefícios. Em 2007, 2008 e 2009, foram concedidos reajustes de 4,92%, 7,04% e 4,45%, respectivamente, correspondente a 100% do INPC, sobre o salário base dos empregados das bases territoriais do SENGE-RJ, STIENN e STIENNF (aproximadamente 1.383, 1.298 e 1.272 empregados respectivamente) em vigor no mês de setembro de 2007, 2008 e 2009. Para o período de 1º de outubro de 2010 a 30 de setembro de 2011 será concedido o reajuste correspondente a 100% do INPC, acrescido de 0,3 p.p., incidentes sobre o salário base de setembro de 2010.

Dentre os benefícios ou vantagens previstos nesse acordo coletivo, destacamos os seguintes: piso salarial de R\$652,52 (2009), vale-refeição, auxílio creche, empréstimo de férias e plano de participação nos resultados.

Plano de Opção de Compra de Ações Destinados a Empregados

A Emissora não possui nem pretende no momento implementar quaisquer tipo de plano de opção de compra de ações destinado aos empregados e a única forma de envolvimento dos empregados no capital da Emissora é por meio de participação nos lucros.

Participação nos Resultados

O plano de participação nos resultados da Companhia está condicionado ao desempenho dos indicadores estabelecidos no programa de participação nos resultados, acordado com os sindicatos (STIENNF, STIENN e SENGE-RJ). Os empregados podem receber anualmente, a título de participação nos resultados, o valor de até 1,2 salário-base (objetivo de 1 salário-base).

O programa de participação nos resultados inclui metas setoriais e individuais, constante de documento integrante do acordo coletivo 2007-2009. Com relação ao exercício de 2008, houve pagamento de participação nos resultados para os empregados que atingiram as metas mínimas pré-estabelecidas.

Os diretores e gerentes da Companhia estão excluídos do acordo coletivo e não usufruem das vantagens estabelecidas no acordo, fazendo jus a outros benefícios previstos no contrato de trabalho, incluindo bônus variável, pago uma vez ao ano, após o fim de cada exercício, condicionado ao preenchimento de metas do grupo em que está inserida a Companhia, metas da Companhia, metas individuais e avaliação individual.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

A Emissora é parte em diversos processos judiciais e administrativos, eminentemente originados das características intrínsecas da atividade que desempenha. Na opinião da Emissora, mesmo que esses processos sejam decididos contrariamente aos seus interesses, tal fato não terá efeito significativo nos seus negócios, em seus balanços financeiros ou nos resultados de suas operações.

A Emissora, seguindo as diretrizes de contingenciamento e provisionamento determinadas pela CVM, por meio da Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005, avalia processo a processo, determinando assim o risco de perda do processo (remoto, possível ou provável), bem como o valor a ser desembolsado pela Emissora em caso de decisão desfavorável.

As ações judiciais e processos administrativos com risco de perda classificado como remoto são aquelas que envolvem forte grau de certeza quanto a não condenação da Emissora. As ações judiciais e processos administrativos com risco de perda classificado como possível são aquelas que envolvem certo grau de possibilidade de perda por parte da Emissora e de seus advogados externos responsáveis pelos casos, enquanto as ações judiciais e processos administrativos com risco de perda classificado como provável são aquelas em que existe forte expectativa de perda por parte da Emissora e de seus advogados externos responsáveis pelos casos.

A Emissora somente provisiona os valores de contingências relacionados às demandas judiciais e processos administrativos classificados como sendo de risco provável, segundo o critério acima e de acordo com as normas contábeis aplicáveis. As avaliações sobre o grau de risco em ações judiciais e processos administrativos em que a Emissora é parte são feitas com base, na maioria das vezes, na opinião dos advogados externos responsáveis pelos casos, sendo tais avaliações efetuadas a partir da análise dos precedentes jurisprudenciais aplicáveis a cada caso e dos fundamentos de fato e de direito alegados pelas partes.

A composição consolidada da provisão para contingências da Emissora apresenta-se da seguinte forma:

Natureza	31 de dezembro de		30 de setembro de
	2007	2008	2009
	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões
Tributária	94	94	51
Cível	118	134	159
Juizados Especiais Cíveis	30	18	22
Trabalhista	281	267	264
Total.....	523	514	496

Existem processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento em 30 de setembro de 2009 em um montante de R\$3,89 bilhões, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível e/ou remota e nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

Pendências Judiciais e Administrativas Fiscais

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia era parte em diversos procedimentos administrativos e judiciais de natureza tributária. Em tal data havia uma provisão referente a assuntos fiscais, incluindo processos administrativos e judiciais, no valor de R\$50,8 milhões.

Os procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza fiscal de maior relevância referem-se às seguintes matérias:

Imposto de Renda – remessas ao exterior

No dia 1º de julho de 2005, a SRF lavrou contra a Companhia auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte – IRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* emitidos pela Ampla em 1998. Em 2ª instância, a Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a insubsistência do Auto. Desta decisão ainda cabe recurso. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de perda na esfera administrativa é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não contabilizar provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$696,0 milhões.

COFINS sobre energia elétrica – Ação Rescisória

Em agosto de 1996, a Ampla obteve êxito em Mandado de Segurança que questionava a incidência da COFINS sobre as operações de energia elétrica, tendo como argumento a imunidade tributária definida no § 3º do artigo 155 da Constituição Federal de 1988. Devido a esta decisão, a Companhia ficou autorizada a não efetuar o recolhimento da COFINS durante o período de agosto de 1996 a dezembro de 2001. Com o advento da Emenda Constitucional nº 33, de 11 de dezembro de 2001, que modificou o texto do dispositivo constitucional citado, a Ampla passou a recolher em abril de 2002 os valores dessa contribuição, de acordo com o que dispunha a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998 e, a partir de fevereiro de 2004, pela alíquota de 7,6%, segundo as normas da Lei nº 10.833/03. Em 8 de abril de 1997, a União Federal propôs uma ação rescisória em face da Companhia com o fim de anular a decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em 27 de julho de 1996, no referido Mandado de Segurança. A Companhia obteve sucessivos êxitos no sentido da inadmissibilidade da ação rescisória e aguarda julgamento de recurso apresentado pela União Federal. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$398,3 milhões.

COFINS – Auto de Infração período pós imunidade

A SRF lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de Cofins decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Ampla impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso voluntário, que foi julgado parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da Cofins sobre receitas financeiras e improcedente quanto à observância da noventena. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais, que aguardam julgamento. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$155,9 milhões.

ICMS – Prazo de Recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Decreto nº 31.632, de 1º de agosto de 2002, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Ampla apresentou recurso, o qual aguarda julgamento. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$150,2 milhões.

PIS – Auto de Infração

A SRF lavrou Auto de Infração objetivando a cobrança de débitos de PIS sob o argumento de que a Ampla não recolheu corretamente os valores devidos nos meses de janeiro/2002 até junho/2002. Em primeira instância o auto de infração foi julgado procedente. O recurso apresentado pela Ampla ao Conselho de Contribuintes foi acolhido para afastar a incidência do PIS sobre receitas financeiras. Contra essa decisão a Fazenda apresentou recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, que aguarda julgamento. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$12,9 milhões.

ICMS – Não incidência sobre determinadas operações

Em 09 de abril de 2007 a Ampla ajuizou ação anulatória de débitos de ICMS levando-se em conta a não incidência do tributo sobre determinadas operações de venda (demanda contratada). A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$3,4 milhões.

ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo permanente

A Ampla recebeu 3 Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro/1996 a novembro/1998, novembro/1998 a março/1999 e julho/1997 a outubro/1998, nos valores atualizados em setembro de 2009 de R\$8,6 milhões, R\$1,3 milhões e R\$16,7 milhões, sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo permanente. Para os 3 autos de infração a Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa.

Adicionalmente, a Ampla ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de nov/98 a mar/99 lavrado sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo permanente, no valor atualizado em setembro de 2009 de R\$11,8 milhões. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial.

Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda dos autos e do processo é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão.

ICMS – Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Ampla se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão do Conselho de Contribuintes. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$12,1 milhões.

ICMS – Saída de bens para reparação

A Ampla ajuizou 2 Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em setembro de 2009 de R\$8,8 milhões e de R\$9,6 milhões, cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial nos 2 processos. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão.

ICMS – Aquisição de bens acompanhados de documentação fiscal supostamente inidônea

Em 18 de abril de 2001, a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração no valor atualizado em setembro de 2009 de R\$1,3 milhões para cobrar débitos de ICMS relativos ao período de 10 de Janeiro de 1999 a 10 de novembro de 2000, decorrentes de aquisição de bens acompanhados de documentação fiscal supostamente inidônea. A Companhia aguarda decisão do Recurso apresentado ao Conselho de Contribuintes. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão.

ICMS – Comparação entre informes gerenciais e livros fiscais

A Companhia impetrou Mandado de Segurança questionando a legalidade da possibilidade do Secretário de Fazenda avocar decisão unânime do Conselho de Contribuintes que havia julgado improcedente 2 autos de infração. Os débitos são decorrentes de suposto pagamento a menor, de acordo com a comparação entre os informes gerenciais e os livros fiscais. A Ampla obteve decisões favoráveis nas instâncias inferiores e aguarda decisão em recurso do Estado ao Supremo Tribunal Federal – STF. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$3,6 milhões.

Taxa de uso de solo

A Ampla possui 3 processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em setembro de 2009 de R\$43,1 milhões. No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos relativos aos anos de 2003 a 2009, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em uma Execução Fiscal. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão.

ISS

No dia 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a companhia auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em setembro de 2009 de R\$8,2 milhões, relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Ampla apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão.

COFINS e PIS – Compensações não homologadas

A Ampla recebeu em 24 de novembro de 2008 termos de intimação fiscal da não homologação de 2 pedidos de compensação de débitos de COFINS e PIS nos valores de R\$2,5 milhões e R\$6,5 milhões do período de apuração de novembro de 2003, com créditos decorrentes do pagamento a maior de COFINS do período de outubro de 2002. Em 23 de dezembro de 2008 foram apresentadas manifestações de inconformidade e aguarda-se as decisões.

COFINS – Compensação não homologada

A Ampla recebeu em 29 de abril de 2009 termo de intimação fiscal da não homologação de pedido de compensação de débito de COFINS no valor de R\$5,9 milhões do período de apuração de setembro de 2002, com crédito decorrente do pagamento a maior de IRPJ do período de janeiro de 2005. Em 29 de maio de 2009 foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se decisão.

PIS/COFINS/IRPJ/CSLL – Compensação não homologada

A Ampla recebeu em 2 de julho de 2009 termo de intimação fiscal da não homologação de pedido de compensação de débito de PIS/COFINS/IRPJ/CSLL no valor de R\$29,8 milhões do período de apuração de abril de 2006, maio de 2006, julho de 2005, agosto de 2005, janeiro de 2006 e fevereiro de 2006, com crédito decorrente do pagamento a maior de IR do período de outubro de 2002. Em 31 de julho de 2009 foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se decisão.

COFINS e PIS – repasse na tarifa

Com a criação do regime da não-cumulatividade para o PIS (Lei nº 10.637, de 29 de dezembro de 2002) e para a COFINS (Lei nº 10.833/03) as alíquotas efetivas de tais tributos passaram a variar conforme os créditos e débitos relacionados ao período. A Ampla passou a calcular e recolher tais tributos de acordo com a nova sistemática, tendo sido devidamente autorizada pela ANEEL (Resolução Homologatória da ANEEL nº 298, de 13 de março de 2006) a incluir na fatura de energia elétrica a ser paga pelo consumidor, a exemplo do ICMS, as despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela concessionária no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica. Entretanto, a Companhia, juntamente com as demais empresas do setor, vem sendo questionada em ações individuais ingressadas por consumidores acerca de tal procedimento. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão. Em 30 de setembro de 2009 o valor estimado dos processos é de R\$2,0 milhões.

ICMS – Incidência sobre Furto de Energia

Em 2 de junho de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro por deixar de recolher o ICMS e o adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza incidente sobre as perdas comerciais (furto de energia). A Ampla apresentou impugnação ao auto e aguarda seu julgamento. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é remota, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$320,6 milhões.

ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo permanente

A Ampla ajuizou Ação Anulatória de débitos de ICMS decorrentes da não comprovação da aquisição de bens destinados ao ativo permanente no período de janeiro/1999 a janeiro/2001, no valor atualizado em setembro de 2009 de R\$4,8 milhões. Os advogados externos entenderam que a probabilidade de perda é provável, motivo pelo qual a Administração decidiu por constituir provisão. A Companhia obteve decisão desfavorável e aguarda conversão em renda dos valores depositados à Fazenda Estadual.

ICMS – Pagamento a menor

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em setembro de 2009 de R\$6,9 milhões. A Ampla apresentou defesa (embargos execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial. Os advogados externos entendem que a probabilidade de perda é provável, motivo pelo qual a Administração decidiu por constituir provisão.

Contribuição Previdenciária

O INSS ajuizou, em 24 de setembro de 1998, execução fiscal em face da Companhia, para cobrança dos créditos decorrentes da não retenção da contribuição previdenciária, incidente à alíquota de 11%, sobre a prestação de serviços por terceiros. A Companhia opôs embargos à execução fiscal questionando a referida execução fiscal. Concomitantemente, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito fiscal com o objetivo de anular o crédito tributário objeto da execução fiscal. A execução fiscal e os embargos à execução fiscal se encontram suspensos, aguardando a decisão final a ser proferida nos autos da ação anulatória de débito fiscal. A ação anulatória ainda se encontra pendente de julgamento em primeira instância. Na execução fiscal foi requerida a substituição dos bens oferecidos em penhora por carta de fiança, sendo deferido. Expedidos ofícios para levantamento das penhoras sobre os imóveis de propriedade da Companhia. O valor envolvido na execução fiscal ajuizada em 1998 atinge a soma de R\$3,2 milhões. Além disso, em 13 de março de 2002, a Companhia ajuizou mais uma ação anulatória de débito fiscal, objetivando anular outro débito previdenciário decorrente da não retenção da contribuição previdenciária, incidente à alíquota de 11%, sobre a prestação de serviços por terceiros (o qual ainda não foi objeto de execução fiscal). Em primeira instância, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da Companhia, tendo sido reformada em sede de Recurso de Apelação, e os autos baixados para a produção de prova pericial, estando no aguardo da realização da perícia, processo encontra-se garantido (através de fiança) no valor de R\$11,3 milhões. A Companhia considera que a possibilidade de perda dessas ações é possível.

O INSS ajuizou, em 24 de setembro de 1998, execução fiscal em face da Companhia, para cobrança dos créditos tributários alegadamente decorrentes de a Companhia supostamente: (i) ter efetuado contratação irregular de empregados temporários, e (ii) ter deixado de recolher a contribuição previdenciária sobre o 13º salário pago aos empregados denominados “patrulheiros”. A Companhia opôs embargos à execução fiscal, questionando a referida execução fiscal. Concomitantemente, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito fiscal, através da qual pretende anular o crédito tributário objeto da execução fiscal. A execução fiscal esta suspensa, aguardando o julgamento dos embargos à execução fiscal opostos pela Companhia, que se encontra suspenso aguardando o julgamento da ação anulatória de débito fiscal proposta pela Companhia, tendo sido julgada improcedente, pendendo de julgamento o recurso distribuído a 3ª Turma Especializada do TRF. A Companhia considera que a possibilidade de perda dessa ação é possível. O valor envolvido nessas ações é de aproximadamente R\$11,3 milhões. O processo encontra-se garantido.

SAT

O INSS lavrou 2 Notificações Fiscais de Lançamento de Débito pelo suposto recolhimento a menor de contribuição previdenciária relativa ao Seguro Acidente do Trabalho (SAT). A Companhia fez o recolhimento considerando grau de risco menor, com alíquota de 1%, por considerar que a análise deve ser feita através de levantamento de empregados lotados em cada prédio e não de uma maneira geral. O INSS entende que devido ao risco da atividade, deveria ser recolhido 3% sobre o total da folha de pagamento. O processo encontra-se na segunda instância administrativa para análise do recurso da Companhia contra a decisão de primeira instância, que foi favorável ao INSS. Em 2008 recebemos notificação da execução fiscal proposta pela PGN, tendo sido incluído no pólo os diretores e ex-diretores da empresa, requeremos a exclusão dos diretores e ex-diretores o que foi deferido. Foi opostos Embargos a Execução estando no aguardo do julgamento, A Companhia considera que a possibilidade de perda dessa ação é possível. O valor envolvido nessa ação é de aproximadamente R\$21,2 milhões.

Em 2005, a Companhia ingressou com ação ordinária contra o INSS, questionando a cobrança da contribuição previdenciária do SAT pela alíquota de 3%, argumentando que a jurisprudência pacificou o entendimento no sentido de que a alíquota para recolhimento da contribuição destinada ao custeio da aposentadoria especial e dos benefícios decorrentes de acidentes do trabalho deve observar o grau de risco das atividades desenvolvidas em cada estabelecimento da empresa. Proferida decisão julgando parcialmente procedente o pedido da AMPLA, estando no aguardo de Recurso da PGN. A Companhia considera que a possibilidade de perda deste processo é possível. Valor relacionado à execução fiscal acima informada.

Pendências Judiciais e Administrativas Cíveis

Dentre os processos cíveis, a Companhia é ré em diversas ações civis públicas que tratam principalmente das seguintes matérias: (a) racionamento, (b) corte no fornecimento por irregularidades no consumo, (c) cobrança de encargo adicional, (d) abusividade de cláusulas do contrato de prestação de serviço público de energia elétrica para unidades consumidoras atendidas em baixa tensão, (e) corte no fornecimento de energia elétrica em razão da extrapolação da capacidade destinada a cada região, (f) rateamento dos custos para extensão da rede elétrica, (g) arrecadação de contribuição de iluminação pública, (h) direito do consumidor em relação à medição eletrônica, (i) vedação ao corte de árvores que ameaçam linhas de transmissão e recomposição de supostos danos gerados com tal procedimento e (j) majoração tarifária ocorrida durante o plano cruzado, em que se requer a devolução aos consumidores dos valores supostamente cobrados de forma indevida. Em relação às ações civis públicas, não há como estimar, na quase totalidade dos casos, os montantes envolvidos e não foram constituídas provisões relativas a tais processos.

A seguir será apresentada uma visão geral dos principais processos em que a Companhia figura no pólo passivo.

Processos Cíveis

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia era parte em 10.628 processos de natureza cível, sendo que na maioria destes a Companhia figurava como ré. A Companhia provisionou a quantia acumulada de R\$159,1 milhões em relação aos processos de natureza cível.

Os processos judiciais de natureza cível de maior relevância referem-se às seguintes matérias:

Majoração tarifária

A Companhia responde por ações que tratam do aumento nas tarifas de energia elétrica, ocorrido em março de 1986, quando vigorava o plano cruzado (congelamento de preços). Apesar do aumento ter sido autorizado pelo Poder Concedente, o Poder Judiciário firmou o entendimento de que essa majoração tarifária desrespeitou a legislação vigente, e determinou a restituição dos valores aos consumidores industriais relativos ao período compreendido entre março a novembro de 1986. O montante envolvido em tais ações é de aproximadamente R\$420,9 milhões. Tendo em vista o entendimento pacificado do STJ, a Companhia acredita que a chance de perda dessas ações se limita ao período compreendido entre março e novembro de 1986, o qual é classificado como perda provável. O que reflete a provisão da quantia de aproximadamente R\$39,7 milhões que compreende os valores do referido período.

Além das ações individuais acima relatadas, foram propostas sobre o mesmo tema 4 ações civis públicas, sendo uma pela Sociedade de Defesa do Consumidor, uma pela ASSOBRAEE - Associação Brasileira de Consumidores de Água e Energia Elétrica, e 2 pela ANDEC – Associação Nacional dos Consumidores de Crédito. A Companhia considera a possibilidade de perdas nessas ações como possível, todavia, por se tratarem de ações cujos valores são inestimáveis, as referidas ações não foram provisionadas.

Eletroplessão

A Companhia figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a rede de eletricidade da Companhia, pelas mais diversas causas. A maior ação relacionada com essa matéria envolve o valor de R\$9,9 milhões. Caso a Companhia seja condenada, ela poderá ter ação de regresso contra sua seguradora na época do acidente, observado o valor da franquia da respectiva apólice. A avaliação da chance de perda desses processos depende da prova da culpa da vítima no acidente. Para informações sobre o seguro de responsabilidade civil vigente vide seção "VI. Informações sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Seguros", na página 181 deste Prospecto.

Foi constituída provisão para os processos relacionados à eletroplessão no valor de R\$14,0 milhões.

Cobrança de dívida contraída pelo Estado do Rio de Janeiro

Em 1º de abril de 1998, a Meridional S.A. Serviços Empreendimentos ("Meridional") propôs ação Monitória contra o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia ("Monitória"), objetivando a constituição de título executivo e posterior cobrança de débitos que teriam origem em uma proposta de acordo entabulada com o Estado do Rio de Janeiro, envolvendo valores decorrentes de contratações de diversas obras, as quais são questionadas em duas ações judiciais em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro: (a) a primeira ação, movida por Cível, Indústria, Viação e Engenharia Ltda. ("Cível") contra a CELF - Centrais Elétricas Fluminense S.A. ("CELF") e (b) a segunda ação, proposta pela CELF contra a Cível. A Meridional figura com autora da ação Monitória, na qualidade de administradora de um consórcio então formado pela Cível e por Mistral Engenharia Ltda. e a Companhia foi incluída no pólo passivo da ação Monitória, sob a alegação de que teria havido fraude à execução na transferência de ativos da CELF para a Companhia e que, em função dessa transferência de ativos, a CELF teria se tornado insolvente. O Estado do Rio de Janeiro figura como réu na ação Monitória, uma vez que, na época da transferência dos ativos, era o acionista majoritário e comum da CELF e da Companhia. A Companhia alega, em sua defesa, que não tem qualquer responsabilidade por tais débitos e que não teria havido a comprovação de fraude à execução. Alega, ainda, que houve prescrição do direito de questionar a operação de transferência de ativos da CELF para a Companhia, bem como a inexistência do acordo antes mencionado ou mesmo de documentos capazes de criar obrigação para terceiros. Enquanto a ação Monitória seguia seu trâmite judicial, a ação proposta pela Cível contra a CELF foi julgada improcedente e a ação movida por esta última contra a primeira procedente. Tal sentença, no entanto, foi anulada pelo tribunal de 2ª instância, por entender que tanto as ações sobre a origem dos débitos, entre Cível e CELF, quanto a ação Monitória, deveriam ser julgadas simultaneamente, para evitar-se decisões contraditórias. Com o retorno dos autos para a primeira instância, as 3 (três) ações foram reunidas e proferida nova sentença, em 7 de outubro de 2005, que novamente julgou (a) improcedente ação proposta pela Cível contra a CELF, (b) procedente a ação proposta por esta última contra a Cível, tendo esta sido condenada a restituir à CELF valores a serem apurados em liquidação de sentença, e, ainda, (c) julgou improcedente a ação Monitória proposta pela Meridional contra o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia. Inconformada com essa sentença, a Meridional interpôs recurso de apelação ao tribunal de 2ª Instância, o qual foi provido, inicialmente por maioria de votos e, após, por unanimidade, uma vez que o desembargador vogal, que antes havia votado pela manutenção da sentença de primeira instância, acabou reconsiderando seu voto para seguir a maioria. Após sucessivos embargos de declaração, com efeitos infringentes, opostos pela Companhia e pelo Estado do Rio de Janeiro, a anterior decisão que dava provimento ao recurso de apelação da Meridional foi, finalmente, reformada, por maioria, para o fim de manter-se a sentença de primeira instância, favorável à CELF, ao Estado do Rio de Janeiro e à Companhia. Esta última decisão, proferida em julgamentos realizados nos dias 1º e 15 de dezembro de 2009, ainda está sujeita a eventual recurso por parte da Meridional. A Companhia e seus advogados consideram a possibilidade de perda desse processo como possível, sendo que o montante total envolvido é, atualmente e aproximadamente, de R\$650 milhões. Não foi constituída provisão para este processo.

Compartilhamento de infra-estrutura

Em 3 de maio de 2004, a Companhia foi acionada pela Televisão Cidade S.A., operadora de tevê a cabo em Niterói e São Gonçalo, sob a alegação de que os valores negociados em um contrato de locação de poste estariam em desacordo com a Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP 001 de 24 de novembro de 1999, que instituiu o Regulamento Conjunto de Compartilhamento de Infra-Estrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo. Em primeira instância, o valor unitário (por poste) de locação foi reduzido liminarmente para R\$1,80, tendo o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro reformado tal decisão, fixando provisoriamente o valor em R\$2,70, correspondente ao valor histórico da locação. Em face da decisão no Agravo de Instrumento, a Companhia interpôs recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, que ficou retido. Foi produzida prova pericial e consta do site do Tribunal de Justiça que em 11 de dezembro de 2009 foi proferida sentença julgando improcedente os pedidos. O precedente do Tribunal é importante e pode estimular ações semelhantes de outras companhias que aluguem o compartilhamento de postes. A Companhia considera a possibilidade de perda dessa ação como possível. Não há valor provisionado para esta ação, apenas uma contingência no montante atualizado de R\$27,6 milhões, em 30 de setembro de 2009.

Juizados Especiais Cíveis

Existem 12.552 processos em trâmite perante os Juizados Especiais Cíveis, nos quais a Companhia sempre figura como ré. As principais matérias tratadas nesses processos são: interrupção no fornecimento de energia, perdas, corte e faturamento. A Companhia provisionou, em 30 de setembro de 2009, a quantia acumulada de R\$22,3 milhões em relação aos processos nos Juizados Especiais Cíveis.

A Ampla implementou, desde o final de 2004, diversas iniciativas que vêm contribuindo tanto para a redução no ingresso de novas demandas contra a empresa, como para a melhoria de sua imagem e credibilidade junto aos seus clientes e à sociedade em geral.

O antigo Comitê de Gestão de Origens foi relançado no final de 2006 como projeto "Justiça seja Feita", com o objetivo de prevenir futuras demandas judiciais através da experiência dos próprios processos, identificando oportunidades de melhoria e correção nos procedimentos adotados pela Ampla, bem como nas defesas judiciais, funcionando, também, como "foro" para aprovação prévia de projetos que afetem, de alguma forma, o consumidor, como mudanças de procedimentos operacionais e de atendimento e lançamentos de novos produtos/serviços.

Em virtude desse trabalho preventivo, bem como dos investimentos realizados pela empresa, tanto em atendimento quanto na qualidade dos serviços, os ingressos de ações judiciais mostraram significativa diminuição: em média, 25% menores que em 2007 e 47% abaixo de 2006, se compararmos com o total de entradas em 2008. Essa tendência se repete em 2009, já que, até setembro, os ingressos mostram um decréscimo de 7%. Tal fato pode ser comprovado com a queda da posição da Ampla no *ranking* das empresas mais demandadas do Tribunal de Justiça, do usual segundo para quinto lugar em 2008.

Além disso, também como consequência desse trabalho, a empresa tem apresentado considerável aumento no êxito das demandas judiciais, o que vem acarretando, ano a ano, a redução dos valores provisionados. Até agosto de 2005, baseada no histórico de êxito em ações dessa natureza, a Companhia provisionava 30% do valor envolvido em todas as ações em trâmite perante os Juizados Especiais Cíveis. Entretanto, a partir de setembro de 2005, tendo em vista o comportamento do saldo de provisão que demonstrou uma diminuição do valor médio da condenação, a direção da Companhia decidiu reduzir o percentual provisionado em tais ações de 30,0% para 20,0% do valor envolvido em cada ação. No ano de 2008, houve nova redução no percentual da provisão, que passou a ser de 13%.

Em 30 de setembro de 2009, o valor provisionado era de, aproximadamente, R\$22 milhões, considerando as custas e honorários envolvidos, para um valor total envolvido em tais ações de R\$166 milhões.

Arbitragem e Ação Anulatória

Contrato Enertrade – Procedimentos Arbitrais nº 03/05 e 04/06 e Ação Anulatória nº 2009.002.022917-0.

Em 26 de junho de 2002, a Companhia e a Enertrade firmaram um contrato de compra e venda de energia (40MW médios), com início em 31 de dezembro de 2002 e vigência de 20 anos. O referido contrato foi encaminhado, em 22 de julho de 2002, à ANEEL para sua avaliação e posterior homologação.

Em razão de se tratar de contrato entre partes relacionadas, visto que a Enertrade pertence ao mesmo grupo da EDP, a ANEEL homologou o referido contrato em 05 de junho de 2003 com as seguintes ressalvas: (i) redução do preço em 25% (de R\$97,4 a R\$72,6/MWh de dezembro 2002); e (ii) adequar a cláusula de rescisão do contrato (de acordo com a energia remanescente).

Embora as primeiras faturas, com o preço original, já tivessem sido pagas pela Companhia, esta passou a, além de pagar o valor homologado pela ANEEL, glosar os valores pagos a maior das faturas subsequentes da Enertrade. A Enertrade continuou enviando a fatura sem a citada redução, alegando que o prazo para manifestação da ANEEL havia decaído, estando o referido contrato tacitamente homologado.

A Enertrade obteve liminar na justiça, em processo impetrado contra a ANEEL e do qual a Companhia não é parte, suspendendo os efeitos do ofício da ANEEL, ou seja, retrocedendo o preço original, sem a redução decidida pela ANEEL. Em consequência disso, caso fosse mantida a decisão da liminar, a Companhia passaria a dever à Enertrade um valor maior, sem o respectivo repasse à tarifa dessa parcela.

Objetivando ratificar o direito assegurado, ainda que liminarmente, de receber o valor integral do contrato supracitado, a Enertrade, em dezembro de 2005, instaurou procedimento arbitral contra a Companhia, na Câmara de Conciliação e Arbitragem da FGV (Procedimentos Arbitrais nº 03/05 e 04/06).

Em março de 2009, o Tribunal Arbitral da Câmara de Conciliação e Arbitragem da FGV emitiu a sentença arbitral nos autos dos procedimentos arbitrais nº. 03/05 e 04/06 (foram reunidos pelo Tribunal Arbitral para julgamento visto que o de nº. 04/06 trata-se de reconvenção proposta pela Ampla), condenando à Ampla nos seguintes termos: (i) pagamento da diferença entre o preço do contrato e o valor pago entre o período de 1º de janeiro de 2004 a 28 de agosto de 2006, atualizado financeiramente e com juros de 1% a.m.; (ii) pagamento dos meses de outubro a dezembro de 2003, atualizados financeiramente com juros de 1% e multa de 2% a.m., e (iii) o contrato foi considerado resolvido desde 28 de agosto de 2006. Foram interpostos recursos processuais pelas Partes, e após a análise dos mesmos o Tribunal Arbitral manteve a sentença nos mesmos termos. Com base na decisão arbitral, a Enertrade requereu o pagamento do valor de R\$69,0 milhões – este valor é atualizado mensalmente, conforme critérios de atualização do Tribunal de Justiça, e em setembro de 2009 perfaz a quantia atualizada de R\$73,5 milhões.

Considerando o exposto, a Ampla interpôs em maio de 2009 perante a 8ª Vara Cível de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro uma Ação Anulatória (processo nº. 2009.002.022917-0) da Sentença Arbitral, com pedido de tutela antecipada suspendendo a execução da sentença arbitral até o término do referido litígio, tendo sido a referida tutela deferida à Ampla. A Enertrade então interpôs, em julho/09, Agravo de Instrumento com pedido de efeitos suspensivos à decisão que deferiu a liminar perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Dito Tribunal, preliminarmente, afastou os efeitos suspensivos, tendo a Enertrade interposto Agravo Regimental contra o indeferimento dos efeitos. Em agosto/2009, o Tribunal manifestou-se não conhecendo do Agravo Regimental.

Importante ressaltar que o Juízo da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, denegou a segurança requerida pela Enertrade nos autos do Mandado de Segurança, decisão já transitada em julgado. Este fato, já informado pela Ampla nos autos da ação anulatória é considerado positivo a mesma visto que: (i) a Enertrade somente requereu a arbitragem com base em decisão liminar suspendendo a decisão da ANEEL quanto a não homologação dos valores do Contrato de Compra e Venda de Energia proferida em 2004 nos autos do Mandado de Segurança, e (ii) a decisão desfavorável à Enertrade em sede do Mandado de Segurança reforça a tese da Ampla na ação anulatória.

Atualmente a Companhia aguarda decisão do Tribunal de Justiça quanto ao Agravo de Instrumento.

Pendências Judiciais Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia figurava no pólo passivo de 2.434 processos judiciais de natureza trabalhista. A probabilidade de perda de 1.232 ações foi estimada como provável 792 ações como possível e 410 ações como remota, estando provisionado o valor de aproximadamente R\$263,5 milhões, referentes aos processos com avaliação de perda provável.

Os principais objetos tratados nas demandas de maior relevância referem-se aos seguintes temas: (a) reintegração ao emprego; (b) reconhecimento de vínculo empregatício; (c) complementação adicional de periculosidade; e (d) Unidade de Referência de Preços – URP.

Reintegração ao Emprego

A principal ação sobre esse tema foi proposta contra a Companhia por 122 empregados, os quais foram desligados em razão da extinção de seus contratos de trabalho em face de aposentadoria espontânea. Em junho de 1996, a ação foi julgada procedente, ocasião em que os desligados foram reintegrados aos quadros da Companhia. A Companhia logrou êxito em seu recurso de revista, o que possibilitou a discussão da manutenção dos contratos de trabalho dos reclamantes constantes do pólo ativo da ação, através da medida cautelar já interposta, viabilizando a efetivação das respectivas dispensas dos empregados, ainda que por força de liminar. Em 15 de fevereiro de 2007, o Tribunal Superior do Trabalho julgou o agravo regimental interposto pelos empregados contra a decisão de medida cautelar concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, a qual suspendeu a reintegração dos empregados. A decisão do Tribunal Superior do Trabalho, por força do julgamento do agravo regimental interposto pelos empregados, foi no sentido de derrogar a ação cautelar anterior proposta pela Companhia, a qual mantinha os empregados fora da empresa. Diante da referida decisão, a Companhia interpôs ação cautelar inominada incidental buscando suspender os efeitos da tutela antecipada e dar efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto, sendo favorável à tese da Companhia. Os autos baixaram de Brasília e atualmente estão no Tribunal Regional do Trabalho para o julgamento de mérito da ação. Aguarda-se o julgamento do agravo de instrumento interposto pelos empregados, o qual busca destrancar Recurso Extraordinário que teve seguimento denegado. A Companhia considera a possibilidade de perda deste processo como possível, tendo sido avaliada em R\$74,85 milhões (atualizado até 30 de setembro de 2009), por conservadorismo, o referido valor está provisionado.

Terceirização

Em 21 de junho de 2001, o Ministério Público do Trabalho ajuizou, perante a 1ª Vara do Trabalho de Niterói, ação civil pública com pedido de antecipação de tutela e confirmação de liminar para que a Companhia se abstenha de terceirizar diversas atividades alegadas como atividades fins e, por isso, não passíveis de terceirização. A antecipação de tutela requerida foi concedida, razão pela qual a Companhia impetrou um mandado de segurança, através do qual obteve liminar suspendendo os efeitos dessa decisão até o julgamento final do mandado de segurança. Em dezembro de 2002, a sentença da ação civil pública julgou parcialmente procedente o pedido, para condenar a Companhia em obrigação de não contratar empresas para mero fornecimento de mão-de-obra, sem, contudo, especificar qualquer atividade. Por essa razão, tanto a Companhia quanto o Ministério Público do Trabalho interpuseram recurso ordinário contra essa decisão, os quais, por unanimidade, foram julgados improcedentes, mantendo-se os termos da sentença. Tendo em vista o indeferimento do recurso ordinário, a Companhia interpôs recurso de revista, o qual se aguarda o julgamento. Ainda não houve decisão no mandado de segurança. Não há como estimar qualquer valor de perda no presente caso, por tratar-se de obrigação de não-fazer. A Companhia entende que a probabilidade de perda dessa ação é remota.

Em 17 de julho de 2003, o STIENNF ajuizou perante a 2ª Vara do Trabalho de Campos dos Goytacazes ação civil pública com o mesmo objeto da ação anterior. A antecipação de tutela requerida foi concedida impedindo a renovação dos contratos de prestação de serviços ligados à atividade operacional da Companhia no município de Campos dos Goytacazes, razão pela qual a Companhia impetrou um mandado de segurança, através do qual obteve liminar suspendendo os efeitos dessa decisão até o julgamento final do mandado de segurança. Entretanto, em 2 de junho de 2004, foi dado provimento ao agravo regimental impetrado pelo STIENNF, onde a liminar foi cassada e foi restabelecida a tutela antecipada referente à ação principal, impedindo a contratação de novos serviços, bem como a renovação dos atuais contratos. Não há como estimar qualquer valor de perda no presente caso, por tratar-se de obrigação de não-fazer. A ação, que ainda não possui sentença de primeiro grau, envolve 322 empregados terceirizados no município de Campos dos Goytacazes. A Companhia entende que a probabilidade de perda dessa ação é possível.

Reconhecimento de Vínculo Empregatício

A Companhia é parte em uma reclamação trabalhista onde ex-empregados de empresa prestadora de serviços operacionais da Companhia postulam o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia, com o consequente enquadramento funcional. A ação foi julgada improcedente em primeira instância e procedente em 2ª instância. A Companhia interpôs recurso de revista no Tribunal Superior do Trabalho, o qual foi negado seguimento. Visando destrancar o referido recurso, a Companhia interpôs agravo de instrumento, o qual ainda pende de julgamento. Foram realizados acordos com 83 reclamantes. Realizada perícia contábil acerca dos reclamantes remanescentes, foi apresentada impugnação pela Companhia. Aguarda-se decisão da referida impugnação. A Companhia entende que a probabilidade de perda dessa ação é provável, tendo provisionado o valor de R\$4,4 milhões (atualizado até 30 de setembro de 2009), para conclusão dos acordos.

Complementação de Adicional de Periculosidade

O STIENN propôs reclamação trabalhista através da qual é pleiteado o recebimento de diferenças do adicional de periculosidade, pago de forma intermitente, ou seja, proporcionalmente ao tempo de exposição do empregado, reflexos em todas as parcelas salariais. Essa ação está em fase de execução. Atualmente, aguarda-se a conclusão da fase pericial. A Companhia entende que a probabilidade de perda dessas ações é provável, tendo provisionado o valor de aproximadamente R\$4,2 milhões (atualizado até 30 de setembro de 2009).

URP – Unidade de Referência de Preços

Existem 2 ações propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense e pelo STIENN, visando ao recebimento de diferenças salariais de 26,05%, a partir de fevereiro de 1989, referente ao plano econômico instituído pelo Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, que adotou a URP (Unidade de Referência de Preços), como medida dos reajustes mensais de salários, determinada pela variação do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) ocorrida no trimestre anterior, aplicada a cada mês do trimestre subsequente. A ação proposta pelo STIENN está em fase de liquidação dos créditos devidos aos trabalhadores, estando provisionado o valor de R\$1,9 milhões (atualizado até 30 de setembro de 2009) para pagamento dos empregados envolvidos.

A execução da sentença da ação proposta pelo STIENN, a qual foi julgada parcialmente procedente, está suspensa, por meio de medida cautelar imposta pela Companhia, até a decisão do recurso interposto na ação rescisória proposta pela Companhia, a qual foi julgada improcedente. A Companhia obteve uma decisão favorável em sede de execução de pré-executividade, por isso, entende que essa decisão pode ser revertida e que a chance de êxito é grande. Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pelos demandantes. A Companhia classificou essa ação, estimada em R\$51,5 milhões (atualizado até 30 de setembro de 2009), como sendo de perda remota, por conservadorismo, o referido valor está provisionado.

Enquadramento

Existe uma ação proposta por 33 Reclamantes, em curso na 2ª Vara do Trabalho de Campos de Goytacazes, na qual pleiteiam enquadramento funcional decorrente do extinto plano de cargos e salários, traduzindo-se em diferenças salariais desde fevereiro de 1994. Atualmente, a ação se encontra em fase de perícia. A Companhia classificou essa ação como sendo de perda provável, tendo provisionado o valor de R\$2,9 milhões (atualizado até 30 de setembro de 2009).

Acidente de Trabalho

A principal ação na qual se postula pagamento de indenização por acidente de trabalho foi proposta em 2001, inicialmente perante a 2ª Vara Cível da comarca da Teresópolis, tendo, após a Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, que atribuiu à Justiça do Trabalho a competência para julgar as ações de acidente do trabalho, sido transferida para a 1ª Vara do Trabalho de Teresópolis. Em 1º de julho de 2008, houve publicação para que as partes tomassem ciência de que a ação foi julgada procedente em parte. Diante da referida decisão, as partes opuseram embargos de declaração, sendo que os da Companhia foram julgados improcedentes e do demandante julgados procedentes em parte. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso ordinário interposto pelo demandante, bem como do recurso adesivo interposto e das contra-razões apresentadas pela Companhia. A ação foi avaliada pela Companhia como sendo de chance de perda provável, tendo sido provisionado o valor de R\$3,6 milhões (atualizado até 30 de setembro de 2009), considerando que a perícia produzida no processo concluiu pela existência de nexo de causalidade entre a lesão sofrida e as atividades desempenhadas pelo autor.

Equiparação Salarial

Há 84 ações em que os autores requerem o pagamento de diferenças salariais devido à equiparação salarial com outros empregados que exercem funções análogas e, no entanto, percebem salários superiores. Considerando que a perda nessas ações é provável, a Companhia provisionou o valor de aproximadamente R\$7,9 milhões (atualizado até 30 de setembro de 2009) relativo a essas ações.

Pendências Judiciais Ambientais

Exceto pelas 5 ações civis públicas mencionadas abaixo, a Companhia não figura no pólo passivo em processos judiciais relativos aos aspectos ambientais de suas atividades.

Em 1999, o município de Trajano de Moraes propôs ação civil pública alegando danos à área de preservação permanente supostamente causados por atividades de terraplenagem e supressão de vegetação entre outros argumentos. Em sua defesa à ação civil pública, a Companhia alegou que o corte de árvores no local, além de ser indispensável para a manutenção da integridade das linhas, foi autorizado pela Fundação Instituto Estadual de Florestas - RJ - IEF, realizou-se em área de propriedade da Companhia e não incluiu vegetação nativa. Em 26 de maio de 2006, foi realizada perícia, concluindo pela não existência de dano ambiental significativo. Entretanto, não há como se estimar o valor de uma possível indenização em caso de perda, em razão da demora na realização de perícia. Foi proferida sentença, publicada em 17 de novembro de 2009, julgando extinto o processo.

Em 2006 o Ministério Público Federal de Angra dos Reis ingressou com ação civil pública em face do Estado do Rio de Janeiro, FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente e Ampla, com o objetivo de suspender os efeitos dos atos administrativos praticados no passado que legitimaram a instalação da rede elétrica da Ampla na Ilha Grande, bem como a substituição da referida rede por uma mesma agressiva ao meio ambiente.

Em 2008 o Ministério Público Federal de Petrópolis interpôs 3 ações civis públicas em face da Ampla, outros prestadores de serviços (ex. Companhia Águas do Imperador) e diversos órgãos da administração pública (ex. FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente), alegando intervenção nas áreas de preservação permanente situadas na APA de Petrópolis. Nas referidas demandas judiciais, o pedido do Ministério Público no que tange a Ampla, é sempre no sentido de não fornecer energia elétrica nas referidas áreas, retirar eventuais equipamentos já instalados, bem como promover a devida compensação ambiental se comprovado o dano.

O prognóstico de perda destas ações de acordo com os advogados que patrocinam estas demandas é possível. Entretanto, não há como estimar valores em caso de desembolso para Companhia, tendo em vista a atual fase processual (fase de conhecimento).

A Companhia é ainda, alvo de um número restrito de inquéritos civis e autuações ambientais na esfera administrativa, envolvendo a intervenção em áreas de preservação ambiental, áreas de preservação permanente, a supressão de vegetação em áreas protegidas e morte de animais. Os valores discutidos hoje na esfera administrativa estão em torno de R\$2,9 milhões. Não foi constituída provisão para estas questões ambientais administrativas, uma vez que as mesmas ainda poderão ser discutidas no âmbito judicial.

Pendências Administrativas perante a ANEEL

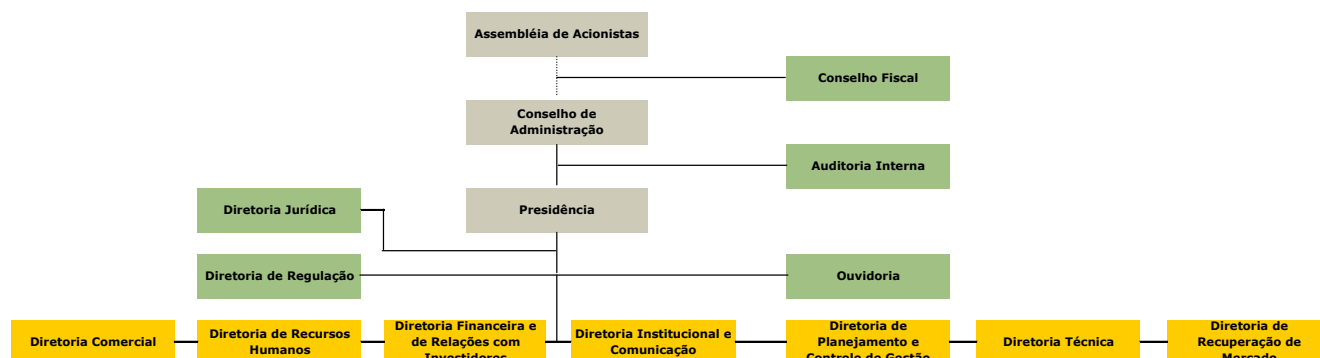
A Companhia possui atualmente 2 processos administrativos perante a ANEEL. O primeiro processo refere-se ao Auto de Infração (AI nº 025/2008) lavrado em 20 de fevereiro de 2008, sob o fundamento de terem sido identificadas não-conformidades na fiscalização referente ao sistema de medição eletrônica, com penalidade de eventual multa no valor de R\$1,6 milhões, enquanto o segundo processo refere-se ao Auto de Infração (AI nº 032/2008), lavrado em 10 de abril de 2008, sob o fundamento de terem sido identificadas não-conformidades na fiscalização referente aos Programas de Universalização e Luz para Todos da Ampla, com penalidade de eventual multa no valor de R\$2,8 milhões. O processo referente ao Auto de Infração AI nº 025/2008 está aguardando o julgamento do recurso interposto pela Companhia contra a lavratura do referido Auto de Infração. O Processo referente ao Auto de Infração AI nº 032/2008 deu provimento parcial ao recurso interposto pela Ampla, alterando a penalidade de multa para R\$1.640.057,35. A Companhia está pagando a multa em 12 parcelas, tendo efetuado o pagamento da primeira parcela em dezembro de 2009.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A disseminação do código de ética, o tratamento igualitário a todos os acionistas e as adequações dos processos internos para atender as exigências da lei norte-americana Sarbanes-Oxley – que busca coibir fraudes e corrupção nos relatos financeiros – são exemplos das práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia.

O Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva estimulam a adoção de diretrizes e indicadores que promovam os 7 Compromissos com o Desenvolvimento Sustentável do grupo Endesa, como os da *Global Reporting Initiative* (GRI), o questionário do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o balanço social do Ibase. Dessa forma, permite acompanhar a evolução do desempenho da Empresa nos aspectos econômico, social e ambiental. Todas as áreas da estrutura organizacional são responsáveis em transformar os conceitos em ações integradas às suas atividades.

A estrutura organizacional da Companhia encontra-se no organograma abaixo:



A Emissora adota princípios de governança corporativa seguindo as diretrizes do grupo Endesa e em consonância com aqueles ditados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), baseados em ampla transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa. A estrutura organizacional e práticas adotadas pela Emissora a seguir descritas estão, em sua maioria, em linha com aquelas recomendadas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC.

Assembleia de Acionistas

Constituída segundo a Lei nº 6.404/76, tem a missão de deliberar e verificar a legitimidade e legalidade das ações realizadas pelos demais órgãos da Administração. Responsável por eleger os Conselhos de Administração e Fiscal.

Conselho de Administração

Define a orientação geral dos negócios, além de fiscalizar a observância das diretrizes fixadas e acompanhar a execução dos programas estabelecidos, verificando os resultados alcançados. O Conselho de Administração é constituído por 9 membros titulares e até igual número de suplentes, sendo um presidente e um vice-presidente, eleitos em Assembleia Geral Ordinária. O atual grupo foi escolhido em 30 de abril de 2007¹, 29 de abril de 2008 e 16 de dezembro de 2008 para um mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Um dos integrantes do Conselho de Administração foi indicado pelos empregados e aposentados da Companhia e os empregados aposentados da Brasileiros.

Os acionistas e colaboradores podem se comunicar com o Conselho de Administração por meio de correspondências enviadas para a sede da Companhia, no Rio de Janeiro. Os temas são posteriormente discutidos nas reuniões do Conselho de Administração, na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente até o final de abril e na Assembleia Geral Extraordinária, conforme o caso.

Conselho Fiscal

Órgão de funcionamento não permanente, sua principal responsabilidade é fiscalizar os atos dos administradores, inclusive as demonstrações financeiras, dando parecer aos acionistas. Atualmente, o Conselho Fiscal da Companhia não está instalado.

¹ O conselheiro representante dos empregados e aposentados da Companhia, eleito na assembleia geral ordinária de 30 de abril de 2007, para um mandato de 2 anos, teve seu mandato prorrogado por decisão liminar obtida nos autos das reclamações trabalhistas 00817-2009-246-01-00-2 da 6ª. Vara do Trabalho de Niterói, 00800-2009-242-01-00-0 e 00798-2009-242-01-00-9 da 2ª. Vara do Trabalho de Niterói, até a investidura de um novo representante dos empregados e aposentados como membro titular do Conselho de Administração.

Diretoria Executiva

Responsável pela administração das operações da Companhia, segundo as diretrizes apontadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria da Ampla é formada por 10 diretores, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição. Os atuais diretores da Emissora foram todos eleitos em 14 de maio de 2009 e possuem prazo de mandato até 31 de maio de 2011.

Instrumentos e Órgãos de Apoio ao Comportamento Ético

Código de Ética

O documento, disponível na intranet e no *website* da Companhia, reúne as principais políticas a serem adotadas por todos os colaboradores nas atividades da Companhia e no relacionamento com as partes interessadas – acionistas, empresas parceiras, clientes, governo e sociedade. Na relação com autoridades do governo, o código determina a postura de não-favorecimento direto ou indireto a agentes do governo público e não apoia ou financia candidaturas ou partidos políticos.

Alinhados ao Código de Conduta Empresarial, os contratos com fornecedores incluem critérios de Responsabilidade Corporativa, como proibição do trabalho infantil ou escravo e adoção de padrões ambientais que superam os previstos pela legislação.

Para os funcionários e colaboradores parceiros, a Companhia dissemina de forma constante seus Valores corporativos e os conceitos de responsabilidade social, mas ainda não contabiliza o total de horas em treinamento específico em aspectos de direitos humanos.

Código de Conduta dos Empregados

O documento, que reúne as diretrizes de boa conduta profissional, é entregue a todos os novos profissionais que ingressam na Companhia, além de estar divulgada na Intranet. Um dos itens ressaltados refere-se ao uso de divulgação de informação privilegiada, que não deve ser utilizada em benefício próprio ou de terceiros. Agir com respeito e ética e vivenciar os Valores da Companhia também constam das normas.

Código de Postura dos Administradores

Aplica-se a todos os diretores da Companhia, norteados as ações comportamentais dos executivos em nome da ética e do profissionalismo.

Canal Ético

Garantindo completa confidencialidade, o Canal Ético recebe denúncias sobre más práticas corporativas referentes à conduta, contabilidade, controle e auditoria interna. Por meio do *site* Ethics Point, o interessado pode realizar sua manifestação ou denúncia, que será encaminhada para seguimento por área independente na Endesa Espanha, que analisará a questão e acionará os órgãos competentes para resolver a questão. O Canal Ético, que atende às exigências da Lei Sarbanes-Oxley, é mantido pelo grupo Endesa na Espanha.

Comitê de Ética

Busca zelar pelo respeito ao Código de Conduta dos Empregados e ao Código de Ética Empresarial. O Comitê é composto pelo Diretor Presidente, Diretora Jurídica, Diretor de Recursos Humanos, Auditoria Interna, Ouvidoria Interna e 2 representantes dos empregados, e é responsável por analisar os casos de irregularidades e decidir quais medidas adotar.

Auditoria Interna

Procura garantir o cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos pela Companhia e auditar os sistemas de controle interno, a fim de combater erros e fraudes. O programa de auditoria interna é coordenado em nível corporativo, reforçando sua atuação com autonomia em relação à Diretoria de cada companhia do grupo Endesa.

Auditoria Independente

As demonstrações econômico-financeiras são auditadas pela Canarim Auditores Associados, contratada pela Ampla até o final de 2009. Além da auditoria externa, a Canarim Auditores Associados não realiza nenhum outro serviço para a Ampla, mantendo o princípio da independência.

Unidade de Controle Interno

Como parte do grupo Endesa, que possui títulos negociados na Bolsa de Valores de Nova York, a Companhia se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, criando uma área de Controle Interno, que tem a função principal de monitorar e garantir a eficácia dos planos de ação para gerenciar os riscos relacionados à atividade.

Ouvidoria

A Ouvidoria da Ampla foi criada em julho de 1998 com o objetivo inicial de suprir a necessidade de um canal de recurso às reclamações formuladas no atendimento.

Atualmente o seu compromisso institucional consiste em: (i) atuar no pós-atendimento, na mediação de conflitos entre o cidadão e a Companhia, personalizando o atendimento ao cliente; (ii) tratar, principalmente, de assuntos que possuam a característica de causar transtorno ou dano, inconveniência ou impasse; e (iii) buscar oportunidades de melhoria dos serviços e, em nome desses, sugerir mudanças nos processos internos.

Para maiores informações, vide seção "VI. Informações sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Atendimento ao Cliente", na página 161 deste Prospecto.

Conselho de Consumidores

Seu caráter consultivo volta-se para a orientação, análise e avaliação das questões ligadas às tarifas e ao fornecimento e aperfeiçoamento dos serviços prestados ao consumidor da Ampla. O Conselho dos Consumidores tem um representante titular e outro suplente das classes, residencial, rural, comercial, industrial e poder público, além da participação do órgão de defesa dos consumidores estadual.

Relações com Investidores

Esta área cuida da comunicação com o mercado de capitais e acionistas, divulgando informações precisas da Ampla, acompanhadas de análises dos indicadores econômico-financeiros e operacionais.

Área Jurídica

Especialistas com conhecimentos técnico-jurídicos representam a Companhia perante as esferas do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo.

Área de Regulação e Mercado

Acompanha a regulamentação do Setor Elétrico Brasileiro e as medidas necessárias para a Ampla atender com qualidade ao mercado projetado, minimizando os riscos e aproveitando ao máximo as oportunidades do mercado.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Estrutura Acionária

Acionistas Controladores

São indicados, a seguir, os acionistas controladores da Emissora, até o nível de pessoa física, quando for o caso. O detalhamento preciso da cadeia de controle da Emissora encontra-se disponível aos potenciais investidores nas informações constantes no Formulário IAN da Emissora, acessível pelo seguinte endereço da Internet: "www.cvm.gov.br" – "Participantes do Mercado" – "Companhias Abertas" – "ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações" – acessar "Ampla Energia e Serviços S.A." – "IAN" – "Consulta" – "Grupo 03 - Distribuição do Capital" e "Subgrupo 03 – Distribuição do Capital dos Acionistas Com Mais de 5% das ações".

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A. (Emissora)

1) ENDESA BRASIL S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.523.555/0001-67, proprietária de 1.839.121.933.344 ações ordinárias da Emissora, representando 46,89% das ações com direito a voto da Emissora.

1.1) EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, proprietária de 60.299.607 ações ordinárias, representando 35,29% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.

1.1.1) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 4.919.488.794 ações ordinárias, representando 59,98% das ações com direito a voto da EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A.

1.1.1.1) ENDESA LATINOAMERICA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da Espanha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.708.231/0001-78, proprietária de 19.794.583.473 ações ordinárias, representando 60,62% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A.

1.1.1.1.1) ENDESA S.A., proprietária de 249.584.027 ações ordinárias, representando 100% das ações com direito a voto da ENDESA LATINOAMERICA S.A.

1.1.1.1.1.1) ENEL ENERGY EUROPE SRL., proprietária de 974.051.947 ações ordinárias, representando 92,06% das ações com direito a voto da ENDESA S.A.

1.1.1.1.1.1.1) ENEL S.P.A., proprietária de 6.186.419.603 ações ordinárias, representando 100,00% das ações com direito a voto da ENEL ENERGY EUROPE SRL.

1.1.1.1.1.1.1.1) MINISTERIO DE ECONOMÍA, proprietária de 1.305.237.516 ações ordinárias, representando 21,10% das ações com direito a voto da ENEL S.P.A.

1.1.1.1.1.1.1.2) CASA DEPOSITI E PRESTITI S.P.A., proprietária de 627.528.282 ações ordinárias, representando 10,14% das ações com direito a voto da ENEL S.P.A.

1.1.1.1.1.1.1.3) OUTROS, proprietários de 4.253.805 ações ordinárias, representando 68,76% das ações com direito a voto da ENEL S.P.A.

As ações do grupo OUTROS, conforme disponibilizado pela ENEL S.P.A. em seu *site* através de seu "Report on Corporate Governance and Ownership Structure" são totalmente pulverizadas no mercado e não existe qualquer outro acionista que detenha mais que 2% das ações da ENEL S.P.A. Além disso, a ENEL S.P.A. não tem conhecimento da existência de qualquer acordo de acionistas. Nesse sentido, a ENEL S.P.A. é controlada direta e indiretamente, através da Casa Depositi e Prestiti e pelo Ministério de Economia e Finanças italiano que detém ações com poder de voto suficiente para exercer uma influência dominante nas decisões da ENEL S.P.A.

1.1.1.1.1.2) OUTROS, proprietários de 84.700.169 ações ordinárias, representando 7,94% das ações com direito a voto da ENDESA S.A. As ações do grupo OUTROS estão pulverizadas em diversos acionistas, pessoas físicas e jurídicas, com menos de 5% das ações de emissão da ENDESA S.A., não sendo de conhecimento da ENDESA S.A. a existência de qualquer acordo de voto entre tais acionistas.

1.1.2) OUTROS, proprietários de 3.282.393.177 ações ordinárias, representando 40,02% das ações com direito a voto da EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A. As ações do grupo OUTROS estão pulverizadas em diversos acionistas, pessoas físicas e jurídicas, com menos de 5% das ações de emissão da EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A., não sendo de conhecimento da EMPRESA NACIONAL DE ELETRICIDAD S.A. a existência de qualquer acordo de voto entre tais acionistas.

1.1.1.2) ADMINISTRADORA DE FONDOS DE PENSIONES PROVIDA S.A., ou AFP PROVIDA, companhia administradora de fundos de pensão privados no Chile, proprietária, no agregado, de 1.744.595.549 ações ordinárias, representando 5,34% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A.

1.1.1.2.1) BBVA INVERSIONES CHILE S.A., antiga BBVA Pensiones Chile S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, proprietária de 171.023.573 ações ordinárias, representando 51,62% das ações com direito a voto da AFP PROVIDA.

1.1.1.2.1.1) BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da Espanha, proprietária de 100% das ações com direito a voto da BBVA INVERSIONES CHILE S.A.

O capital social do BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A. é totalmente pulverizado no mercado e não existe conhecimento de qualquer acionista que detenha mais que 5% das ações do BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A.

1.1.1.2.2) TITULARES DE AMERICAN DEPOSITARY RECEIPT (ADR's), proprietários de 94.029.465 ações ordinárias, representando 28,38% das ações com direito a voto da AFP PROVIDA.

1.1.1.2.3) OUTROS, proprietários de 66.263.585 ações ordinárias, representando 20,00% das ações com direito a voto da AFP PROVIDA. As ações do grupo OUTROS estão pulverizadas em diversos acionistas, pessoas físicas e jurídicas, com menos de 5% das ações de emissão da AFP PROVIDA, não sendo de conhecimento da AFP PROVIDA a existência de qualquer acordo de voto entre tais acionistas.

1.1.1.3) TITULARES DE AMERICAN DEPOSITARY RECEIPT (ADR's), proprietários de 3.563.352.750 ações ordinárias, representando 10,91% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A.

1.1.1.4) OUTROS, proprietários de 7.551.020.641 ações ordinárias, representando 23,13% das ações com direito a voto da ENERSIS S.A. As ações do grupo OUTROS estão pulverizadas em diversos acionistas, pessoas físicas e jurídicas, com menos de 5% das ações de emissão da ENERSIS S.A., não sendo de conhecimento da ENERSIS S.A. a existência de qualquer acordo de voto entre tais acionistas.

1.2) ENDESA LATINOAMERICA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da Espanha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.708.231/0001-78, proprietária de 47.354.669 ações ordinárias, representando 27,71% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.

1.2.1) A cadeia societária da ENDESA LATINOAMERICA S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1.1 e seguintes.

1.3) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 36.677.243 ações ordinárias, representando 21,46% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.

1.3.1) A cadeia societária da ENERSIS S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1 e seguintes.

1.4) OUTROS, proprietários de 26.545.859 ações ordinárias, representando 15,54% das ações com direito a voto da ENDESA BRASIL S.A.. As ações do grupo OUTROS estão pulverizadas em diversos acionistas, pessoas físicas e jurídicas, com menos de 5% das ações de emissão da ENDESA BRASIL S.A., não sendo de conhecimento da ENDESA BRASIL S.A. a existência de qualquer acordo de voto entre tais acionistas.

2) EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis de Portugal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.706.311/0001-94, proprietária de 302.176.533.044 ações ordinárias da Emissora, representando 7,70% das ações com direito a voto da Emissora.

2.1) PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS SGPS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis de Portugal, proprietária de 749.923.856 ou 20,49% das ações com direito a voto da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

2.1.1) GOVERNO DE PORTUGAL, proprietário de 100% do capital da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS SGPS S.A.

2.2) CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS S.A., proprietária de 191.172.634 ações ordinárias, representando 5,23% das ações com direito a voto da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A..

2.2.1) GOVERNO DE PORTUGAL, proprietário de 100% do capital da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS.

2.3) CAJA DE AHORROS DE ASTURIAS (CAJASTUR), proprietária de 183.257.513 ações ordinárias, representando 5,01% das ações com direito a voto da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

2.4) IBERDROLA – PARTICIPAÇÕES SGPS S.A., proprietária de 347.371.083 ações ordinárias, representando 9,50% das ações com direito a voto da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

2.5) OUTROS, proprietários de 2.185.412.629 ações ordinárias, representando 59,77% das ações com direito a voto da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A.

A EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. não possui um acionista controlador ou um grupo de controle. O exercício do poder decisório por parte dos acionistas da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A. não é objeto de qualquer acordo de acionistas ou acordo prévio de voto em reuniões do conselho de administração, estando sujeito, desta forma, ao voto majoritário de seus acionistas nas assembleias gerais de acionistas. Nas três últimas assembleias gerais de acionistas da EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL S.A., tem prevalecido a posição do Governo de Portugal, tendência que pode ou não se repetir no futuro.

3) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 536.591.907.867 ações ordinárias da Emissora, representando 13,68% das ações com direito a voto da Emissora.

3.1.) A cadeia societária da ENERSIS S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1 e seguintes.

4) CHILECTRA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.723.875/0001-35, proprietária de 405.768.824.339 ações ordinárias da Emissora, representando 10,35% das ações com direito a voto da Emissora.

4.1) ENERSIS S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.717.031/0001-81, proprietária de 1.140.130.668 ações ordinárias, representando 99,08% das ações com direito a voto da CHILECTRA S.A.

4.1.1) A cadeia societária da ENERSIS S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme itens 1.1.1 e seguintes.

5) CHILECTRA INVERSUD S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.294.410/0001-31, proprietária de 824.607.526.460 ações ordinárias da Emissora, representando 21,02% das ações com direito a voto da Emissora.

5.1) CHILECTRA S.A., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis do Chile, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.723.875/0001-35, proprietária de 56.901 ações ordinárias, representando 100,00% das ações com direito a voto da CHILECTRA INVERSUD S.A.

5.1.1) A cadeia societária da CHILECTRA S.A. encontra-se devidamente discriminada acima, conforme item 4 e seguintes.

Alterações Relevantes na Participação dos Membros do Grupo de Controle da Emissora

Conforme os fatos relevantes divulgados pela Ampla em 10 de outubro de 2007 e 27 de fevereiro de 2009, a Enel e a Acciona, então na qualidade de acionistas controladores da Endesa Espanha, sociedade com sede em Madri, Reino da Espanha, e controladora indireta da Ampla, assinaram, em 20 de fevereiro de 2009, um acordo por meio do qual a Enel (diretamente e/ou por meio de sociedades por ela controladas) adquiriria de Acciona (e/ou de suas controladas) ações representativas de 25,01% do capital social e votante da Endesa Espanha. O acordo foi concluído em 25 de junho de 2009, conforme fato relevante divulgado pela Ampla em 26 de junho de 2009, consolidando a posição da Enel como acionista controladora da Endesa Espanha, aumentando sua participação de 67,05% para 92,06% do capital social e votante desta última.

Enel

A Enel é uma empresa de energia da Itália, que está listada na Bolsa de Milão. É um *player* integrado, que atua na geração, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica e gás. Após a aquisição da Endesa Espanha, a Enel está presente em 22 países com aproximadamente 94.300 MW de capacidade instalada, e atende a cerca de 61 milhões de consumidores, nos mercados de energia elétrica e gás.

A Enel registrou uma receita operacional líquida de EUR 61,2 bilhões e um lucro líquido de EUR 5,3 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Enersis

A Enersis é uma *holding* do setor elétrico, constituída de acordo com as leis do Chile, cujo objeto principal é a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica através de suas subsidiárias localizadas no Chile, Argentina, Brasil, Colômbia e Peru. Em termos de ativos consolidados e receita operacional, com 12,4 milhões de consumidores, é uma das maiores empresa do setor no Chile, conforme o site oficial da Enersis (www.enersis.cl). Através da Endesa Chile, a Enersis atua no segmento de geração de energia elétrica na América do Sul, com capacidade instalada de 13.893 MW.

A Enersis registrou uma receita operacional líquida de US\$11,2 bilhões e um lucro líquido de US\$897 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. No mesmo exercício, os seus ativos consolidados totalizavam US\$22,4 bilhões.

CAPITAL, DIVIDENDOS E ACIONISTAS

Descrição do Capital Social da Emissora

Em 30 de setembro de 2009, o capital social da Emissora era de R\$998.230.386,65, representado por 3.922.515.918,446 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

De acordo com o Estatuto Social, o capital social da Emissora poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por mera deliberação do conselho de administração, no valor máximo de R\$142.307.692,88, até o limite de R\$1.767.731.999,26, mediante a emissão de novas ações ordinárias, sem que haja direito de preferência aos atuais acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76, ou seja, (a) venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou (b) permuta por ações, em oferta pública de aquisição e controle nos termos dos artigos 257 e 263 da Lei nº 6.404/76.

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias gerais da Companhia. De acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações ordinárias direito ao recebimento de dividendos integrais ou outras distribuições realizadas aos acionistas na proporção de suas participações no capital social da Companhia. Adicionalmente, é assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição de novas ações na proporção das ações detidas por cada um deles.

O capital social da Emissora está dividido entre seus acionistas da seguinte forma:

Nome	Ações Ordinárias	% por acionista
Endesa Brasil S.A.....	1.839.121.933.344	46,89
EDP – Energia de Portugal S.A.....	302.176.533.045	7,70
Enersis S.A.....	536.591.907.868	13,68
Chilectra S.A.....	405.768.824.339	10,35
Chilectra Inversud S.A.....	824.607.526.461	21,02
Outros.....	14.249.193.389	0,36
Total	3.922.515.918.446	100,00

Segue abaixo breve descrição dos principais acionistas da Emissora:

Endesa Brasil. A Endesa Brasil é uma sociedade *holding* cujos principais e únicos ativos são participações societárias em empresas que atuam no setor elétrico brasileiro. Atualmente, as principais participações societárias diretamente detidas pela Endesa Brasil são representadas por ações do capital social da Ampla, da Coelce, da Endesa Cachoeira, da Endesa CIEN, da Endesa Fortaleza e da Investluz.

EDP. A EDP é uma sociedade constituída de acordo com as leis de Portugal, com sede em Lisboa. O grupo EDP é um dos grandes operadores europeus do setor elétrico, com atividades de produção e distribuição em Portugal e Espanha, e atividades de produção, distribuição e de comercialização na América Latina (com grande representação no Brasil), África e Macau. As atividades do grupo EDP estão centradas nas áreas de produção e distribuição de energia elétrica, telecomunicações e tecnologias de informação, mas também abrangem outras áreas complementares e relacionadas, como as da água, gás, engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional ou gestão do patrimônio imobiliário.

Enersis. A Enersis é uma *holding* do setor elétrico, constituída de acordo com as leis do Chile, cujo objeto principal é a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica através de suas subsidiárias localizadas no Chile, Argentina, Brasil, Colômbia e Peru. Em termos de ativos consolidados e receita operacional, com 12,4 milhões de consumidores, é uma das maiores empresa do setor no Chile, conforme o site oficial da Enersis (www.enersis.cl). Através da Endesa Chile, a Enersis atua no segmento de geração de energia elétrica na América do Sul, com capacidade instalada de 13.893 MW.

A Enersis registrou uma receita operacional líquida de US\$11,2 bilhões e um lucro líquido de US\$897 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. No mesmo exercício, os seus ativos consolidados totalizavam US\$22,4 bilhões.

Chilectra e Chilectra Inversud. A Chilectra Inversud é uma filial da Chilectra (sucessora legal de Empresa Electrica de Panamá S.A. e Sociedad Panameña de Electricidade S.A.), sociedade constituída de acordo com as leis do Chile, com sede em Santiago que, por sua vez, é controlada pela Enersis.

Ações em Tesouraria

A Companhia não possui ações em tesouraria e nem políticas empregadas pela administração para a negociação de valores mobiliários de sua própria emissão.

Acordos de Acionistas

A Emissora não possui acordo de acionistas arquivados em sua sede.

Política de Dividendos

O Estatuto Social da Emissora exige a realização de assembleia geral ordinária de acionistas até o dia 30 de abril de cada ano, na qual, entre outras matérias, os acionistas devem decidir a respeito da distribuição dos dividendos anuais. Todos os acionistas, na data de declaração dos dividendos, têm direito ao recebimento de dividendos.

O dividendo obrigatório da Emissora é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do seu Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em assembleia geral ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Emissora e depende de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Emissora, dentre outros fatores que o conselho de administração e acionistas da Emissora julguem relevantes.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados da data do início de pagamento dos mesmos, de acordo com o artigo 287, inciso II, alínea "a" da Lei das Sociedades por Ações.

A tabela abaixo apresenta informações sobre distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio da Emissora a seus acionistas nos últimos 5 anos (não houve distribuição nos anos de 2005/2006). Cabe ressaltar que a Emissora não possui política formal específica referente à distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, sendo respeitadas as disposições regulamentares aplicáveis.

Data da Aprovação ^(I)	Valor do Provento (R\$)	Proventos por 1 ou 1000 ações	Tipo do Provento ^(II)	Últ. Dia 'Com'	Data do Últ. Preço 'Com' ^(III)	Último Preço 'Com'	Preço por 1 ou 1000 ações	Provento/ Preço(%)
30/04/07	0,011571987	1000	Dividendo	30/04/07	30/04/07	1,32	1000	0,876666
29/04/08	0,0092838934	1000	Dividendo	29/04/08	29/04/08	1,08	1000	0,859620
29/04/09	0,023692973	1000	Dividendo	29/04/09	29/04/09	0,91	1000	2,603623

(I) - A expressão 'estatutário' indica que a empresa tem autorização prévia para aprovar o provento.

(II) - Esta coluna abrange quaisquer proventos em dinheiro aprovados pelas empresas, não somente dividendos.

(III) - A informação 'preço teórico' indica que a ação não apresentou cotação na Bovespa desde que ficou 'ex' a algum provento anterior. Se tal data estiver em branco, significa que não houve negócio com a ação.

Adicionalmente, em reunião realizada em 17 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$193,3 milhões, correspondente a parte do saldo da reserva de reforço de capital de giro constante do balanço levantado em 30 de junho de 2009.

Valores Mobiliários

As ações de emissão da Emissora são negociadas na BM&FBOVESPA e têm como agente custodiante o Banco Bradesco S.A. As Debêntures da terceira e quarta emissões da Companhia são negociadas no Sistema NOTA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e no BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, e têm como instituição depositária o Banco Itaú S.A.

Ações

Ações Ordinárias (CBEE3): em 2007, foram verificadas 7.051 negociações, envolvendo o lote-padrão, o mercado à termo e o mercado fracionário, com um volume total de R\$13.818.554,24, a um preço máximo de R\$1,94 e mínimo de R\$0,85 por lote de mil ações. Em 2008, verificaram-se 7.132 negociações, com um volume total de R\$5.424.135,20, a um preço máximo de R\$1,33 e mínimo de R\$0,60 por lote de mil ações. No período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2009, verificaram-se 5.831 negociações, com um volume total de R\$11.034.716,04, a um preço máximo de R\$1,78 e mínimo de R\$0,60 por lote de mil ações;

A Companhia não possui ações de sua própria emissão.

Debêntures

Debêntures da Terceira Emissão

Em 1º de março de 2005, a Emissora emitiu 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais, sem garantia nem preferência (quirografária), em 2 séries, perfazendo o montante total de R\$400 milhões. As debêntures da primeira série tinham remuneração equivalente à variação da taxa DI acrescida de *spread* de 1,2% ao ano, cujo vencimento ocorreu em 1º de março de 2008 (série já quitada), enquanto a segunda série tem uma remuneração equivalente à variação do IGP-M, acrescido de *spread* de 11,4% ao ano, cujo vencimento ocorrerá em 1º de março de 2010. O montante total do saldo não amortizado de principal, acrescido dos juros devidos, em 30 de setembro de 2009 era de aproximadamente R\$142,3 milhões.

Debêntures da Quarta Emissão

Em 1º de agosto de 2006, a Emissora emitiu 37.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais, sem garantia nem preferência (quirografária), em série única, perfazendo o montante total de R\$370 milhões. As debêntures contam com remuneração equivalente à variação da taxa DI acrescida de *spread* de 0,85% ao ano, cujo vencimento ocorrerá em 1º de agosto de 2012. O montante total do saldo não amortizado de principal, acrescido dos juros devidos, em 30 de setembro de 2009 era de aproximadamente R\$375,5 milhões.

As emissões de debêntures anteriores da Companhia foram integralmente quitadas e/ou canceladas.

Ofertas Públicas de Aquisição de Ações

Não foram realizadas nem estão sendo realizadas ofertas públicas de aquisição de ações da Emissora, seja efetuadas por terceiros ou pela própria Emissora, com vistas à aquisição de ações de emissão de outras companhias no último e no presente exercícios sociais.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações abaixo mencionadas são consideradas pela Emissora como tendo sido realizadas por valor de mercado e em condições não mais favoráveis a que seriam oferecidas a terceiros.

Adicionalmente, todas as operações descritas abaixo foram devidamente aprovadas no âmbito societário de cada uma das partes envolvidas, obedecendo aos dispostos nos respectivos estatutos e/ou contratos sociais, bem como aos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Especificamente no caso da Companhia, compete ao seu Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, inclusive aqueles relacionados aos contratos a serem firmados com quaisquer dos administradores e acionistas da Companhia, ou sociedades a eles relacionadas.

Contrato de prestação de serviços com a Synapsis Brasil S.A.

Em 1º de janeiro de 2002, a Companhia celebrou um contrato de prestação de serviços com a Synapsis Brasil S.A., ou Synapsis, uma controlada indireta da Endesa, para administrar e controlar um sistema de informática e telecomunicações. O contrato venceu em 30 de dezembro de 2006 e foi renovado (após aprovação da ANEEL) até 31 de dezembro de 2011. A partir de janeiro de 2007, a Companhia passou a pagar um valor anual à Synapsis de R\$16,0 milhões, ajustados de acordo com a variação anual do IGP-M. Foram negociados, também, descontos anuais na ordem de 4% em 2008, 5% em 2009 e 6% em 2010 e 2011. Em 2008, a Ampla pagou à Synapsis R\$21,6 milhões relativos aos serviços prestados no âmbito deste contrato.

Em março de 2008 foi elaborado mais um contrato com a Synapsis para elaboração de *software* para desenvolvimento do projeto EcoAmpla. Esse novo contrato foi finalizado no mesmo ano com um gasto total de R\$23,4 milhões.

Contrato de compra e venda de energia elétrica com a Enertrade

Em 26 de junho de 2002, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de energia elétrica com a Enertrade, que faz parte do grupo EDP e é uma das acionistas da Companhia. O contrato define a compra, por parte da Companhia, de uma média de 40 MW de energia contratada e demandada. Esse contrato foi homologado pela ANEEL, com ressalvas, que consistem na imposição de uma redução de 25% no preço por MWh (de R\$97,4 para R\$72,6, por MWh em dezembro de 2002) e na adequação da cláusula de rescisão do contrato. Para maiores informações, vide seção "VI – Informações Sobre a Companhia – Atividades da Companhia – Pendências Judiciais e Administrativas – Arbitragem e Ação Anulatória", na página 201 do Prospecto.

Contrato de compra e venda de energia elétrica com a Endesa CIEN

Em 26 de junho de 2002, a Companhia e a Endesa CIEN celebraram um contrato de compra e venda de energia elétrica, com vigência até 31 de dezembro de 2022, cujo objeto é a venda, por parte da Endesa CIEN, e a compra, por parte da Companhia, de 200MW médios, de energia contratada, na modalidade *take or pay*, a serem disponibilizados à Companhia pela Endesa CIEN.

Em 21 de julho de 2003, a Companhia celebrou outro contrato de compra e venda de energia elétrica com a Endesa CIEN, com vigência até 30 de dezembro de 2018. Este contrato tem como objeto estabelecer os termos e condições gerais que irão regular a venda por parte da Endesa CIEN e a compra por parte da Companhia de 84MW, de energia contratada, a serem disponibilizados à Companhia pela Endesa CIEN no ponto de referência.

Porém, em função da crise energética na Argentina, os contratos com a CIEN, que eram lastreados na importação de energia daquele país, precisaram ser resolvidos. Dessa forma, a partir de 2008 estes contratos foram encerrados.

Contratos de administração com a CAM Brasil Multiserviços Ltda.

A Companhia celebrou diversos contratos especializados relativos a serviços de administração de *software*, serviços administrativos, financeiros, arrecadação, logísticos e de atendimento ao cliente com a CAM Brasil Multiserviços Ltda., ou CAM Brasil, uma controlada indireta da Endesa e da Enersis. O valor total pago em 2008 resultante desses contratos foi de R\$25,8 milhões.

Operações Futuras com Partes Relacionadas

Exceto pelas operações relacionadas nessa seção, não há qualquer outra operação com partes relacionadas, sendo, ainda, que não há previsão de operações futuras com partes relacionadas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

A Emissora é administrada por um conselho de administração e uma diretoria, e possui um conselho fiscal de funcionamento não permanente, instalado nos exercícios sociais a pedido de acionistas que representem, no mínimo 10% das ações com direito a voto ou 5% das ações sem direito a voto.

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Emissora, o conselho de administração é composto por 9 membros e até igual número de suplentes, com mandatos de 2 anos, permitida a reeleição, cabendo a um deles a presidência do Conselho de Administração e a outro a vice-presidência. Os empregados e aposentados da Companhia e os empregados aposentados da Brasileiros, individualmente ou por meio de sociedade de participação, condomínio ou clube de investidores, terão direito de eleger um membro do Conselho de Administração, mesmo no caso em que as ações de que sejam titulares não sejam suficientes para tanto.

O Conselho de Administração reúne-se trimestralmente, ou quando necessário, sempre que convocado pelo presidente ou pelo vice-presidente, ou ainda por 2 de seus membros, com antecedência mínima de 24 horas. Em todo o caso, será dispensada a convocação se todos os conselheiros estiverem presentes. As reuniões são instaladas com a presença da maioria de seus membros, efetivos ou suplentes, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

O endereço comercial dos conselheiros é a sede da Emissora, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Leoni Ramos, nº 1.

Os atuais conselheiros da Emissora, seus respectivos cargos e data de eleição estão indicados abaixo.

Conselheiros Titulares	Data de Eleição
Mario Fernando de Melo Santos (Presidente)	29.04.08
Antonio Basilio Pires e Albuquerque (Vice-Presidente)	29.04.08
José Alves de Mello Franco	16.12.08
Nelson Ribas Visconti	29.04.08
Luiz Felipe Palmeira Lamprea	29.04.08
Cristóbal Sanchez Romero	29.04.08
Ramón Castañeda Ponce	29.04.08
Ramiro Diego Alfonsin Baza	16.12.08
Eduardo dos Santos Machado ⁽¹⁾	30.04.07

⁽¹⁾ Representante dos empregados e aposentados da Companhia, cujo mandato, terminado na Assembleia Geral Ordinária de 2009, foi prorrogado por ordem judicial até que outro membro seja indicado pelos empregados e aposentados.

Em 30 de setembro de 2009 permaneciam vagos os 9 cargos de membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia, que serão preenchidos em futura oportunidade.

Segue abaixo resumo das biografias dos conselheiros.

Mario Fernando de Melo Santos. O Sr. Santos nasceu na Cidade de Recife, Brasil, em 18 de julho de 1938. Formou-se em engenharia elétrica na Universidade Federal de Pernambuco em 1962. Atuou na Chesf no período de 1962 a 1990, tendo exercido diversos cargos tais como: engenheiro e gerente na área de construção, operação e manutenção do sistema elétrico-energético, chefe do serviço de manutenção do sistema norte, da divisão de manutenção elétrica, do departamento de transmissão e do departamento de movimentação de energia. Foi diretor de operações no período de 1979 a 1990 e exerceu, interinamente, a presidência da empresa em diversas oportunidades no período de 1984 a 1990. O Sr. Santos foi coordenador nacional de abastecimento do Departamento Nacional de Combustíveis – SNE/MINFRA do MME de julho de 1990 a abril de 1991. Em seguida, no período de 1991 a 1998, foi diretor de operação de sistemas da Eletrobrás, tendo exercido interinamente a presidência de janeiro a maio de 1995. Exerceu o cargo de presidente, cumulado com o de diretor de operações de sistemas da Eletrobrás, na Eletronorte, de dezembro de 1995 a maio de 1996. Foi vice-presidente da Comissão de Integração Energética Nacional – CIER, de 1996 a 1997, e presidente, de 1998 a 1999. O Sr. Santos participou do processo de fundação e implementação do ONS e foi diretor geral de agosto de 1998 a novembro de 2005. Neste período foi também membro do CMSE.

Antonio Basilio Pires e Albuquerque. Nascido na Cidade do Rio de Janeiro, em 17 de junho de 1962. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1988. Iniciou sua carreira em 1983, como *trainee* do escritório Gouvêa Vieira Advogados, onde ocupou, entre os anos de 1991 e 2003 a posição de sócio sênior. Desde 2003, ocupa a função de diretor jurídico da Endesa Brasil.

José Alves de Mello Franco. Nascido na Cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil, em 17 de novembro de 1957. Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1980). Possui especialização em operação de sistemas hidrotérmicos (1985) e mestrado em engenharia elétrica na área de planejamento energético (1989) pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Entre março de 1982 a março de 1998, atuou nas divisões de produção de energia, planejamento energético da operação e assessoria de comercialização de energia da diretoria de operação dos Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte. Entre março de 1998 e fevereiro de 2002 atuou como superintendente da ANEEL. Ocupou o cargo de superintendente da diretoria de mercado atacadista da Light (março de 2002 a novembro de 2002). Também ocupa o cargo de diretor de regulação da Companhia, da Endesa Brasil e da Coelce. É membro do conselho de administração da Companhia desde 2006 e membro do conselho diretor da ABRADDEE e do conselho de administração da Coelce desde 2007.

Nelson Ribas Visconti. Nascido na Cidade de Niterói, Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 1961. Formado em Direito pela Universidade Federal Fluminense, em 1986, realizou diversos cursos de especialização e curso de contabilidade. Iniciou sua carreira profissional em escritório da família em 1980. Em 1986 ingressou na Arthur Andersen, onde permaneceu por um período total de 6 anos, trabalhando na área de consultoria fiscal e de advocacia, chegando ao cargo de Gerente Experiente. Entre 1995 e 2003 foi sócio do escritório Gouvêa Vieira Advogados, onde atuou nas áreas tributária, societária e em operações de fusão e aquisição. Em 2003 transferiu-se para o grupo Endesa, para ocupar o cargo de responsável pela área tributária do grupo no Brasil, no qual está até hoje. Durante sua vida profissional ocupou, em diversas ocasiões, cargos de conselheiro fiscal em companhias fechadas e abertas. Desde fevereiro de 2007 é membro titular do conselho de administração da Companhia.

Luiz Felipe Palmeira Lampreia. Nascido em 19 de outubro de 1941, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ. Graduado em Sociologia e Política em 1961 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Diplomata de carreira de 1963 a 1998. Entre 1983 e 1985 ocupou o posto de Embaixador em Paramaribo, Suriname. De 1985 a 1987 foi Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento. De 1988 a 1990 foi Subsecretário de Assuntos Políticos Bilaterais do MRE. Entre 1990 e 1992 foi Embaixador em Lisboa. De 1992 a 1993 ocupou o cargo de Secretário Geral do MRE. Em 1993 foi Embaixador em Genebra onde ficou até 1994. De 1995 até 2001 foi Ministro de Estado das Relações Exteriores. Atualmente, ocupa os cargos de Membro do Conselho de Administração da Sonae SGPS, Portugal, Membro do Conselho de Administração da Souza Cruz S.A., Membro do Conselho de Administração da Partex Oil and Gas, Vice-Presidente do Conselho de Curadores do CEBRI, Presidente do Conselho de Relações Internacionais da Firjan, Professor associado da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e Conselheiro do Escritório de Advocacia Castro, Barros, Sobral e Gomes.

Cristóbal Sanchez Romero. O Sr. Romero nasceu na Cidade de Madri em 20 de julho de 1953. Formou-se em Informática pela Universidade Politécnica de Madri, em 1975. Em 1970, concluiu o curso de Engenharia de Sistemas. Kursou MBA em Direção de Empresas na E.O.I/Manchester Business School, concluído em 1987. Realizou ainda diversos cursos nas áreas de Finanças, Gestão Global de Marketing, Política de Empresas, Organização e Recursos Humanos, Conflito e Negociação, Direção de Reuniões de Trabalho, Gestão e Estrutura Financeira. Trabalhou na ITT Standart Electrica S.A., como Engenheiro de Desenvolvimento no período de 1973 e 1975. De 1975 a 1983, exerceu o cargo de analista de sistemas na Endesa S.A. Nos anos de 1980 até 1982, foi nomeado para o cargo de Assessor de Informática para Planer (Plano Nacional de Eletrificação Rural). De 1984 a 1988 foi chefe de departamento de sistemas de controle e informática técnica da Endesa S.A., tendo ocupado o cargo de Diretor de sistemas de informação em 1989 até 1998. Em 2000, ocupou o cargo de diretor de sistemas de informação Endesa e Gerente de Sistemas da Enersis até 2002. De 2002 a 2003, exerceu o cargo de gerente de Sistemas Enersis e Presidente de Manso de Velasco e Enea e Presidente da Synapsis. De 2003 a 2005, exerceu o cargo de Gerente Regional de Serviços da Chilectra S.A. Durante sua vida profissional ocupou, em diversas ocasiões, cargos de Conselheiro Fiscal em companhias como Mundivia, Sadiel, Synapsis, Coelce e Condesa.

Ramón Francisco Castañeda Ponce. O Sr. Castañeda nasceu na Cidade de Santiago, Chile, em 7 de outubro de 1970. Formou-se em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Chile em 1994. Tendo concluído mestrado em ciências da engenharia em 1995. Kursou MBA na Escola de Negócios Adolfo Ibañez em 1999. Realizou ainda cursos nas área de Gestão de Empresas, dentre outros. Ingressou na Endesa Chile em 1995, onde exerceu os seguintes cargos: analista comercial em 1995. Em 1996 foi executivo comercial de grandes clientes. Entre 1997 e 1998, foi chefe de estratégias comerciais. Em 1999 foi chefe de gestão de combustíveis latino américa. De 2000 a 2003, trabalhou na Endesa Europa onde ocupou o cargo de subdiretor de estruturação Endesa Trading. Em 2004 ingressou na Chilectra como Subgerente de Gestão de Margem até 2007. Em 2008 passou a exercer o cargo de gerente de Planejamento e gestão econômica.

Ramiro Diego Alfonsín Balza. Nascido na Espanha, em 24 de dezembro de 1973. Formado em Administração pelo Pontifícia Universidade Católica da Argentina em 1994. Iniciou sua carreira profissional na Uniram S.A. como analista em 1995. Entre 1996 e 1997 trabalhou no ABN Amro Bank. N. V. como associado. Após foi assistente de Diretoria entre abril e setembro de 1998 na Alcatel, na Espanha. Em outubro de 1998 foi analista sênior do Banco Urquijo KBL Group. Ingressou no grupo Endesa em julho de 2001, na Endesa Net como Gerente de Investimento e Capital de Risco, e a partir de dezembro assumiu o cargo de Gerente de Planejamento e Controle onde permaneceu até outubro de 2004. Em seguida, foi para a Endesa Itália onde ocupou o cargo de Gerente de Planejamento e Controle até agosto de 2006. Desde setembro de 2006, ocupa o cargo de subdiretor de Investimentos e Relações Corporativas na Endesa Europa.

Eduardo dos Santos Machado. Nascido na Cidade de São Gonçalo, RJ, em 5 de dezembro de 1959. Formado em Engenharia Elétrica pela Associação Educacional Veiga de Almeida em 1988, tendo MBA e Pós-Graduação em Gerência de Energia - Fundação Getúlio Vargas; Pós-Graduação em avaliação de Projetos - Fundação Getúlio Vargas; Pós-Graduação em formação de Docentes (FORDOC) - Ênfase em Matemática - Universo; Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior – UNIPLI e Pós-Graduação em Engenharia Elétrica - UERJ-PROMINP. Iniciou sua carreira profissional em 1979, na CBEE (atual Ampla), como Técnico em Eletrotécnica no Despacho de Carga de Alcântara. Em janeiro de 1989 passou a exercer a função de Engenheiro na Divisão de Operação do Sistema. Em abril de 1994 passou a exercer a função de Chefe de Seção do Despacho de Carga de Alcântara. Entre maio de 1998 e junho de 2005 exerceu a função de Chefe de Área do Centro de Operação do Sistema. Em junho de 2005 passou a exercer a função de Analista no Processo de Controle de Redes e em julho de 2007 passou a exercer a função de Especialista em Manutenção. Desde abril de 2007 ocupa o cargo de membro titular do conselho de administração da Companhia, como representante dos empregados e aposentados da Companhia.

Diretoria

A diretoria é composta por 10 membros, eleitos e destituíveis pelo conselho de administração para prazos de gestão de 2 anos, permitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Técnico, um Diretor Comercial, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Recursos Humanos, um Diretor de Relações Institucionais e Comunicação, um Diretor de Regulação, um Diretor Jurídico, um Diretor de Recuperação de Mercado, e um Diretor de Planejamento e Controle. Todos os diretores se reportam ao Diretor Presidente e não tem funções deliberativas.

O endereço comercial dos diretores é na sede da Emissora, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Leoni Ramos, nº 1.

Os atuais diretores da Emissora, seus respectivos cargos e data de eleição estão indicados abaixo, sendo que todos os diretores possuem prazo de mandato até 31 de maio de 2011.

Diretor	Cargo	Data de Posse
Marcelo Andrés Llénenes Rebolledo	Diretor Presidente	10.12.09
Luiz Carlos Laures Ortins de Bettencourt	Diretor Financeiro de Relações com Investidores	14.05.09
Albino Motta da Cruz	Diretor Técnico	14.05.09
Carlos Ewandro Naegele Moreira	Diretor de Recursos Humanos	14.05.09
José Alves de Mello Franco	Diretor de Regulação	14.05.09
Deborah Meirelles Rosa Brasil	Diretora Jurídica	14.05.09
Luciano Galasso Samaria	Diretor Comercial	14.05.09
André Moragas da Costa	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação	14.05.09
Claudio Rivera Moya	Diretor de Recuperação de Mercado	14.05.09
Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira	Diretor de Planejamento e Controle	14.05.09

Segue abaixo resumo das biografias dos diretores:

Marcelo Andrés Llénenes Rebolledo. Nascido em Santiago, Chile, em 10 de abril de 1971. Formou-se em engenharia comercial pela Universidade do Chile, em 1986, onde também cursou pós-graduação em administração e finanças, de 1987 a 1989. O Sr. Llénenes Rebolledo tem mestrado em administração de empresas pelo Instituto de Altos de Estudos de Empresas, em Buenos Aires, Argentina. Também concluiu curso em *marketing* estratégico pela Kellogg School of Management, Northwestern University, Chicago, Estados Unidos. Além disso, fez os cursos de Gestão de Processos de Empresas e Serviços na Universidade Católica do Chile e de Planejamento Estratégico na Universidade Adolfo Ibáñez. Iniciou sua carreira profissional como professor de micro e macroeconomia em diversas universidades em Santiago, Chile, de 1984 a 1992. Em 1986 ingressou na Chilectra S.A. como engenheiro de gestão de planejamento na Chilectra onde ficou até 1993. Entre 1993 e 1997 foi engenheiro da Edesur S.A., sociedade com sede na Argentina. Entre 1997 e 1999, foi contratado pela Edelnor S.A., em Lima, Peru, tendo atuado durante esse período como gerente geral e gerente comercial. Em 1999, foi contratado como gerente geral da Codensa S.A., onde trabalhou até 2001. Entre 2002 e 2006 ocupou o cargo de diretor na Chilectra S.A. tendo, nesse mesmo período, ingressado como presidente do conselho de administração da COELCE. Em 2004 foi eleito, pela primeira vez, presidente da Companhia, onde permaneceu até 2007. Desde 2005 ocupa o cargo de diretor presidente da Endesa Brasil. Foi eleito novamente diretor presidente da Companhia na reunião do conselho de administração realizada em 10 de dezembro de 2009.

Luiz Carlos Laurens Ortins de Bettencourt. Nascido na Cidade de Belém, Pará, em 9 de fevereiro de 1958. Formado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1982. Iniciou sua carreira profissional em 1982 como consultor na APC Skills, empresa multinacional americana do ramo de consultoria. Entre julho de 1983 e agosto 1988, ocupou diversos cargos no Banco Bahia de Investimentos S/A (BBM), sendo o último como gerente adjunto do controle financeiro entre dezembro de 1986 e agosto de 1988. Ocupou o cargo de Supervisor de Operações Financeiras na Westinghouse do Brasil S/A entre outubro de 1988 e maio de 1993. Entre junho de 1993 e julho de 1997, atuou como gerente de tesouraria e, entre agosto de 1997 e dezembro de 2000 como gerente de controladoria, na Cyanamid Química do Brasil Ltda. Ingressou na Companhia em janeiro de 2001 como gerente financeiro. É membro suplente do conselho de administração da Companhia Energética do Ceará – Coelce desde abril de 2006 e membro do conselho de administração da Brasileiros desde dezembro de 2006. Ocupa o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia desde maio de 2007.

Albino Motta da Cruz. Nascido na Cidade do Rio de Janeiro, em 12 de agosto de 1954. Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal Fluminense em 1978, ingressou na Companhia em agosto de 1978 e até janeiro de 1987 atuou na área de projetos de subestações. Entre 1987 e junho de 2005 ocupou os seguintes cargos na Companhia: chefe de seção na área de planejamento do sistema, chefe de divisão de geração de energia, chefe de área de projeto e construção de subestação, chefe de departamento de projeto e construção de subestação e linha de transmissão, gerente de engenharia e manutenção, gerente de operação do sistema. Ocupa o cargo de Diretor Técnico da Companhia desde agosto de 2005.

Carlos Ewandro Naegele Moreira. Nascido na Cidade de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro em 17 de março de 1956. Formou-se em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia Veiga de Almeida em 1978. Concluiu os cursos de pós-graduação em análise de projetos (1997) e gerência de energia (2001) pela Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Trabalha na Companhia desde 1977, quando ingressou como estagiário e onde vem exercendo diferentes cargos como: chefe da divisão de projetos, de maio de 1991 a junho de 1993; chefe de departamento de engenharia do sistema, de julho de 1993 a março de 1997; gerente de engenharia e obras, de março de 1998 a abril de 1999; gerente de operação e manutenção, de maio de 1999 a dezembro de 2000; gerente de coordenação e organização, de janeiro de 2001 a dezembro de 2001; gerente de novos negócios e eficiência energética, de janeiro de 2002 a abril de 2002; gerente de manutenção e obras, de maio de 2002 a agosto de 2005; e diretor de relações institucionais e comunicação, desde setembro de 2005. Foi coordenador do comitê de gestão do racionamento de energia (2001-2002). Ocupou o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Companhia, de setembro de 2005 a outubro de 2006. Desde novembro de 2006 ocupa o cargo de Diretor de Recursos Humanos da Companhia. Foi membro do Conselho de Curadores da Fundação Brasileiros de 1998 a 2003 e de seu Conselho Deliberativo de 2003 a 2006.

José Alves de Mello Franco. Também é membro do Conselho de Administração da Companhia. Para maiores informações sobre sua biografia profissional vide "Administração e Conselho Fiscal – Conselho de Administração" na página 217 deste Prospecto.

Déborah Meirelles Rosa Brasil. A Sra. Déborah Meirelles Rosa Brasil nasceu na Cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais em 17 de outubro de 1974. Formou-se em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em dezembro de 1998. Concluiu o curso de pós-graduação em Direito do Consumidor e da Concorrência (2001) pela Fundação Getúlio Vargas e atualmente está cursando o MBA de Gestão de Negócios no IBMEC. Iniciou sua trajetória profissional na Globocabo/Operação Rio - Net Rio S.A. em janeiro de 1999 como advogada. Em novembro de 1999 foi contratada como advogada especialista na área de consumidor da Telemar. De fevereiro de 2001 a janeiro de 2004 exerceu diferentes cargos na Gerência Jurídica Operacional da Telemar, foi coordenadora da Equipe de Juizados Especiais Cíveis, coordenadora da área trabalhista e também atuou nas áreas consultivas e de contratos da diretoria jurídica da holding do Grupo Telemar. Em fevereiro de 2004 assumiu a coordenação do departamento jurídico da Infoglobo Comunicações Ltda. (Jornal O Globo e Extra) sendo responsável por todo o contencioso cível, trabalhista e fiscal da empresa. Em setembro de 2004 iniciou na Emissora como líder de processo da área de unidade de negócios da Diretoria Jurídica (responsável pela área de consumidor, contratos, criminal e ambiental). Ocupa o cargo de Diretora Jurídica desde novembro de 2006.

Luciano Alberto Galasso Samaria. Nascido no Chile, em 22 de setembro de 1967, graduou-se em Engenharia Civil Industrial com ênfase em Eletricidade pela Pontifícia Universidade Católica de Chile. Possui Curso de Contabilidade na Universidade Esan (Lima-Peru); Curso de Serviço e Atendimento ao Cliente na Universidade Adolfo Ibañez. Trabalha no grupo Enersis desde 1992. Começou na Chilectra, em 1992 até 1998, trabalhando em vários cargos: Chefe Comercial Sucursal Alameda e Chacabuco, Chefe do Departamento Empresas e Executivo de Grandes Clientes. Em Abril de 1998 foi transferido para Lima, Peru, trabalhando como Gerente de Sucursal Colonial na Empresa Edelnor até Setembro de 1999. Em Outubro de 1999 foi transferido para Bogotá, Colômbia, e trabalhou como Gerente de Regional Centro e Gerente de Operações Comerciais da Codensa S.A. Em Abril de 2002 foi transferido para Brasil, para atuar como Gerente de Operações Comerciais da Ampla. Em janeiro de 2003 foi transferido para Fortaleza, Ceará, onde ocupou o cargo de Diretor Comercial da Coelce até novembro de 2007. Ocupa o cargo de Diretor Comercial desde fevereiro de 2008.

André Moragas da Costa. Nascido na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, em 11 de agosto de 1971, formou-se em comunicação, com especialização em jornalismo, pela Universidade Gama Filho, em junho de 1995. Concluiu o curso de pós-graduação em Políticas Públicas e de Governo (1997) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, assim como o MBA em Serviços (2002) pela Coppead e atualmente está cursando o MBA de Gestão de Negócios no Ibmecc. Iniciou sua trajetória profissional no jornal O Dia em fevereiro de 1994 como jornalista. Em novembro de 1995 foi contratado como jornalista pelo Jornal O Globo, onde cobriu as áreas de cidade e economia. Em janeiro de 2000 foi contratado pela Telemar como gerente de comunicação. De janeiro de 2000 a janeiro de 2005 exerceu diferentes cargos no grupo Telemar, passando a gerente de comunicação da *holding* Telemar, acumulando as gerências de comunicação da Oi, Contax e Telemar. Em janeiro de 2005 voltou para o jornal O Globo onde assumiu o cargo de editor do Globo *Online*. Em dezembro de 2005 iniciou na Ampla como gerente de comunicação. Ocupa o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Comunicação desde janeiro de 2007.

Claudio Manuel Rivera Moya, de nacionalidade chilena, nascido em 24 de outubro de 1959, é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Santiago do Chile em 1983. Há vinte anos no Grupo Enersis da Endesa Espanha, sendo quinze dedicados ao combate ao furto de energia e à inadimplência nas empresas distribuidoras do grupo. Na empresa Argentina Edesur, as perdas de energia caíram de 26% para 12%; na distribuidora peruana Edelnor, as perdas foram reduzidas de 19% para 13%; e, na Colômbia, as perdas da Codensa passaram de 22% para 10%. Em todos os países, a gestão se realizou em situações sociais e econômicas muito desfavoráveis. No entanto, sempre se conseguiu assegurar a estabilidade financeira das empresas. Desde 2002 atua na área de recuperação de mercado da Ampla, sendo responsável pelos projetos técnicos, comerciais e sociais orientados a melhorar os índices de perdas e inadimplência. Desde junho de 2008 ocupa o cargo de Diretor de Recuperação de Mercado, o qual foi criado pela reforma estatutária de abril de 2008.

Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira, brasileiro, nascido em 29 de julho de 1968. Graduado em administração e contabilidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Entre 1988 e 1998 trabalhou na Reynolds Latasa, exercendo funções na controladoria e contabilidade, atuando em fase de implantação de novas plantas e processo de abertura de capital, e na Ceras Johnson, com a função de gerente de contabilidade, custos e contas a pagar, com atuação em implantação de sistemas de gestão integrada e metodologia de custeio. Ingressou no grupo Endesa em abril de 1999 como gerente administrativo-financeiro da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. Em 2000, passou a exercer a função de controller das empresas de geração do grupo Endesa (Endesa CIEN, Endesa Cachoeira e Endesa Fortaleza), atuando também como responsável pelo controle do projeto de construção da Interconexão Brasil-Argentina da Endesa CIEN, e posteriormente como responsável pelo controle do projeto de construção da termelétrica da Endesa Fortaleza. Em 2004 passou a desempenhar a função de Diretor de Planejamento, Controle e Contabilidade das empresas de geração do grupo Endesa, no Brasil. Desde 2005, exerce a função de Diretor de Planejamento e Controle da Endesa Brasil e desde junho de 2008 é também Diretor de Planejamento e Controle da Ampla.

Diretor de Relações com os Investidores

O diretor de relações com os investidores da Ampla é o Sr. Luiz Carlos Laurens Ortins Bettencourt, com endereço comercial na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Leoni Ramos, nº 1, CEP 24210-200, telefone (21) 2613-7031 e fac-símile (21) 2613-7122, cujo currículo encontra-se na seção "VI - Informações Sobre a Companhia – Administração e Conselho Fiscal – Diretoria", na página 219 deste Prospecto.

O endereço de correio eletrônico para contato é lbettencourt@endesabr.com.br e o endereço para acesso do *site* da Emissora na Internet é www.ampla.com.

Remuneração da Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em assembleia geral ordinária, fixar, anualmente, o montante global da remuneração dos membros da sua administração.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas da Emissora, realizada em 29 de abril de 2009, deliberou a fixação da remuneração global anual para os diretores da Emissora em até R\$7,4 milhões, entre fixos e variáveis. Deliberou-se também que a remuneração global do Conselho de Administração será de R\$0,176 milhões, a título de remuneração, sendo de responsabilidade do Conselho de Administração a distribuição desse valor.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas da Emissora, realizada em 30 de abril de 2008, deliberou a fixação da remuneração global anual para administradores da Emissora em até R\$7,0 milhões, entre fixos e variáveis. Deliberou-se também que a remuneração global do Conselho de Administração seria de R\$0,165 milhões, a título de remuneração, sendo de responsabilidade do Conselho de Administração a distribuição desse valor.

Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, haviam sido pagos R\$0,011 milhões aos membros do Conselho de Administração como *pro-labore* e R\$5,1 milhões aos membros da Diretoria entre salário-base e bônus. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, não fazem jus ao recebimento de parcela variável em sua remuneração.

A remuneração variável dos membros da Diretoria da Companhia é calculada com base no desempenho apurado por metas e pelo resultado da Companhia, sendo que a política de remuneração dos administradores da Companhia compreende, ainda, benefícios de seguro de vida, plano de assistência médica e odontológica e participação no plano de aposentadoria complementar oferecido aos empregados da Companhia.

Contratos entre a Emissora e os Membros da Administração

A Emissora celebrou contratos de trabalho com os diretores, contrato padrão do grupo Endesa. Também foi assinado, pelos conselheiros, administradores e demais funcionários que tenham acesso a informação privilegiada norma de divulgação de fato relevante, de acordo com a Instrução CVM 358.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Emissora, de funcionamento não permanente, quando e se instalado, deve ser composto por 3 membros e igual número de suplentes, eleitos pela assembleia geral, tendo a competência que lhes é atribuída pelo artigo 163 da Lei nº 6.404/76.

O Conselho Fiscal poderá ser instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% das ações com direito a voto ou 1% das ações sem direito a voto. Nos últimos 3 exercícios sociais, o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado.

Planos de Opção de Compra de Ações

A Emissora não possui nem pretende no momento implementar planos de opção de compra de ações para os membros da administração ou para os membros do conselho fiscal.

Participações na Emissora de Titularidade da Administração e/ou do Conselho Fiscal

Conselho de Administração

Em 30 de setembro de 2009, os membros do conselho de administração eram titulares de 510.024 ações ordinárias de emissão da Emissora, distribuídas entre seus membros da seguinte forma:

Membros do Conselho de Administração	Cargo	Quantidade de ações
Mario Fernando de Melo Santos	Presidente	327
Antonio Basilio Pires e Albuquerque	Vice-Presidente	9.365
José Alves de Mello Franco	Membro Efetivo	327
Nelson Ribas Visconti	Membro Efetivo	1
Luiz Felipe Palmeira Lampreia	Membro Efetivo	1
Cristóbal Sanchez Romero	Membro Efetivo	1
Ramón Castañeda Ponce	Membro Efetivo	1
Ramiro Diego Alfonsin Baza	Membro Efetivo	1
Eduardo dos Santos Machado	Membro Efetivo	500.000

Diretoria

Em 30 de setembro de 2009, os membros da diretoria eram titulares de 44.479 ações ordinárias de emissão da Emissora, distribuídas entre seus membros da seguinte forma:

Membros da Diretoria	Cargo	Quantidade de ações
Marcelo Andrés Llénenes Rebolledo	Diretor Presidente	-
Luiz Carlos Laures Ortins de Bettencourt	Diretor Financeiro de Relações com Investidores	44.152
Albino Motta da Cruz	Diretor Técnico	-
Carlos Ewandro Naegle Moreira	Diretor de Recursos Humanos	-
José Alves de Mello Franco	Diretor de Regulação	327 ^(*)
Deborah Meirelles Rosa Brasil	Diretora Jurídica	-
Luciano Galasso Samaria	Diretor Comercial	-
André Moragas da Costa	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação	-
Claudio Rivera Moya	Diretor de Recuperação de Mercado	-
Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira	Diretor de Planejamento e Controle	-

^(*) As ações pertencentes ao Diretor José Alves de Mello Franco são as mesmas 327 indicadas no quadro do conselho de administração e não devem ser somadas.

Relação de Parentesco

Não há qualquer grau de parentesco entre os administradores ou entre estes e administradores do acionista controlador.

Processos judiciais ou administrativos envolvendo os Administradores da Companhia

Não existem processos judiciais ou administrativos envolvendo os Administradores da Companhia.

VII - Anexos

Anexo A	Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamentos
Anexo B	Atos Societários da Emissora relativos à Emissão
Anexo C	Súmula de Classificação de Risco
Anexo D	Declarações da Emissora e do Coordenador Líder
Anexo E	Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e respectivos pareceres dos Auditores Independentes e relatórios da Administração da Companhia
Anexo F	Informações Trimestrais da Emissora (ITRs) relativos aos períodos encerrados em 30 de setembro de 2008 e 2009 e relatórios de revisão especial dos Auditores Independentes
Anexo G	Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo A

Escritura de Emissão das Debêntures e Aditamentos

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE
BONFUTURES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUINQUENÁRIA, EM ATÉ DOIS ANOS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**

emitido

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
emitente

e

PLANNER TRUSTEE PTVM LTDA
representante e conselheiro dos titulares dos debêntures

Feito em

12 de outubro de 2000



[Handwritten signature]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE
DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**

Pelo presente instrumento, do meu lado,

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A., inscrita no CNPJ nº 07.070.707/0001-10, com sede no Estado do Rio de Janeiro, Rua Praga Ernest Raimon, nº 1, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Informação da Fazenda do "CNPJ (ME)" sob nº 08.000.071.0001-08, com sua representação nos autos de sua Fazenda Social da "Companhia" ou a "Empresa";

e, do outro lado,

PLANNER TRUSTEE DTW LTDA, com sede no Estado do Rio de Janeiro, Rua Praga Ernest Raimon, nº 2.000, 10º andar, inscrita no CNPJ nº 07.070.707/0001-10, representando a comissão de debenturistas constituída e administrada pelos Debenturistas da Primeira Série (constituída de acordo com o "Instrumento da Primeira Série") e dos Debenturistas da Segunda Série (constituída de acordo com o "Instrumento da Segunda Série") e, conjuntamente com os Debenturistas da Primeira Série, os "Debenturistas" objeto do presente contrato, aqui representados por Paulo de sua Comissão Nacional de "Agentes Financeiros" e, conjuntamente com a Empresa, os seus administradores "Estat" e cada um individualmente, denominado "Estat";

visto, por este documento, estar o presente Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debenturas Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em seu Due Diligence, para Distribuição Pública, da Ampla Energia e Serviços S.A., da "Empresa", conforme os seguintes termos e condições;

**CLÁUSULA I
DEFINIÇÕES**

A emissão das Debenturas e a Oferta (juntos ou separadamente chamados) são realizadas, a critério da Empresa e de acordo com base na distribuição da Autenticação Geral Intermediária de emissão da Companhia, realizada em 11 de outubro de 2007 (a "AGI"), sob sua total supervisão no Estado do Rio de Janeiro, Rua Praga Ernest Raimon, nº 1, inscrita no CNPJ nº 07.070.707/0001-10, com sua representação nos autos de sua Fazenda Social da "Companhia" ou a "Empresa"; a AGI é um documento para efeitos de distribuição das Debenturas da Primeira Série (constituída de acordo com o "Instrumento da Primeira Série") e dos Debenturistas da Segunda Série (constituída de acordo com o "Instrumento da Segunda Série") e, conjuntamente com os Debenturistas da Primeira Série, os "Debenturistas" objeto do presente contrato, aqui representados por Paulo de sua Comissão Nacional de "Agentes Financeiros" e, conjuntamente com a Empresa, os seus administradores "Estat" e cada um individualmente, denominado "Estat";

**CLÁUSULA II
REQUISITOS**

A oferta pública de debenturas simples, em ações, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, para distribuição pública pela emissão da "Empresa" ou a "Empresa" será realizada com observância dos seguintes requisitos:



[Handwritten signature or mark]

2.1. Registos no Conselho de Valores Mobiliários

A Orla está registada no Conselho de Valores Mobiliários (o "CVM") no termo da Lei nº 3.406, de 27 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"), da Instrução CVM nº 366, de 29 de dezembro de 2001, conforme alterada (a "Instrução CVM 366"), da Instrução CVM nº 471, de 5 de agosto de 2005 (a "Instrução CVM 471"), e da Circular CVM 48/00 de Procedimento Simplificado para o Registro de Orlas Públicas – Regulado pela Instrução CVM 471, emitida entre o CVM e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBI"), em 28 de agosto de 2008 (a "Circular CVM/ANBI"), e dos estatutos regulamentares legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento no Livro Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação dos Atos Societários

A Orla está arquivada no IREJERJ e publicada nos jornais diários oficiais do Estado do Rio de Janeiro, Valor Econômico – Edição Nacional e O Fluminense, a ANI, através, entre outros, características de Orla e dos Debitores, a Traz Minuta da Portaria para publicação (incluindo anexos) e a Traz Minuta da Portaria para publicação (incluindo anexos), sendo tais anexos a Traz Minuta da Portaria e podem estar em sua natureza para serem os debitores de responsabilidade, podendo, inclusive, serem o adquirente e com o direito de defesa a quantidade de Debitores e os anexos para cada uma das Debitores e a sua lista de responsáveis dos Debitores.

2.3. Inscrição da Escritura no Livro Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Esta Escritura está inscrita no IREJERJ, conforme disposto no artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Atos prévios pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Orla está objeto de atos prévios pela ANBI, no âmbito do Código ANBI de Regulação e Monitoramento Financeiro para Atividade Financeira e do Código ANBI de Regulação e Monitoramento Financeiro para as Orlas Públicas de Distribuição e Apuração de Valores Mobiliários, datados de 17 de fevereiro de 2004 e de 10 de julho de 2008, respectivamente, bem como do Circular CVM/ANBI.

2.5. Registro para Distribuição e Regulação

As Debitores estão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio (i) do SBT – Sistema de Distribuição de Orlas (a "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A., – Sistema Operacional de Ativos e Derivados (a "COTIP"), sendo a distribuição regulada e os Debitores controlados na CETIP, e (ii) do IREJ – Sistema de Distribuição de Ativos (a "SDA"), administrado e operacionalizado pela BMA/BNVP S.A., – Sistema de Valores, Monitoramento e Fomento (a "BMA/BNVP S.A."), sendo a distribuição regulada e os Debitores controlados na BMA/BNVP S.A., e (iii) o registro no mercado secundário por meio (i) do SBT – Sistema Operacional de Distribuição (a "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as operações reguladas e os Debitores controlados na CETIP, e (ii) do Sistema BMA/BNVP S.A., – Sistema Operacional de Distribuição (a "SDT"), administrado e operacionalizado pela BMA/BNVP S.A., sendo as operações reguladas e os Debitores controlados na BMA/BNVP S.A.

Handwritten signatures and stamps are visible at the bottom right of the page.

[illegible]

1.1.1. Não houve a possibilidade de aumento da quantidade de herbívoros no habitat de Glicia, seja por meio de um aumento nos pontos de parasitismo. Foi coletado 14 de herbívoros CVM 400, seja por meio de um aumento nos pontos de parasitismo, ou seja, de 20 de herbívoros CVM 400.

A Studiuului a fost acordat un statut prevăzut în art. 66 al. 1 lit. d) din Legea nr. 287/2009 privind Codul de Procedură Fiscală, cu modificările și completările ulterioare, în baza căreia este înregistrat la Registrul Comerțului al Judecătorescului din Iași, în cadrul Registrului de Stat al Persoanelor Juridice, cu numărul de înregistrare 15187/2010.

(O Nipco) Incubadora de Aves Ltda e o Banco Itaú S.A., Incubadora Bancária com sede no Estado do Rio Grande do Sul, no País ARenda Egitto na Avenida Assis, nº 1001, Torre Esquerda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.781.198/0001-00, é a incubadora dependente e agente econômico da Exibimex e a End Carreira do Vale do Rio, Incubadora Bancária com sede no Estado do Rio Grande do Sul, no País ARenda Bragatelli Flavia Lima, nº 1.000, 10ª andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.004.370/0001-00, ou "Banco Montecarlo" e a "Incubadora Dependente". Respostivamente, sendo que essas diferenças incluem qualquer outra incubadora que tenha o mesmo e Banco Montecarlo e a Incubadora Dependente no presente dos artigos seguintes desta Carta.

Por exemplo, com o Sistema Nacional de Inovação consolidado, em vigor, o objeto social da entidade compreende: (i) conduzir, planejar, projetar, executar e explorar os setores de produção, transformação, distribuição, comercialização e consumo de energia elétrica, bem como serviços correlatos que lhe sejam necessários ou úteis e ser providos, por qualquer modo de direito, podendo submeter a sua execução (entre outros) de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade, organizar, administrar, ou administrar outras empresas e participar de outras, não limitando a concessão de seus serviços, (ii) participar de pesquisas científicas no setor energético, especialmente no ramo de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e a produção de energia qualificada, através de programas de investimento e outros empreendimentos, (iii) participar de organizações nacionais, internacionais, estaduais ou plurisetoriais, nacionais, internacionais, regionais e descentralizadas supranacionais, relacionadas com a área de energia elétrica, e (iv) participar de outras empresas do setor através de outras, não limitando a inclusão no âmbito de programas de produção, distribuição, transmissão e consumo.

CLASSE 19

CARACTERÍSTICAS DAS RESISTÊNCIAS

4.1. *Controlled and Uncontrolled*

4.1.1. **Origem do Evidências** Para melhor se fazer o estudo, a data de entrada dos Embriões foi o dia 23 de dezembro de 2009 (a "Data de Entrada").

4.1.2. **Consistency/Reliability:** An Evaluation is reliable if different raters using the same instrument consistently rate the same subject in the same way.

4.1.3 Diagrama de Funcionamento das Células de Memória

4.1.4. **Tipos e Formas de Polígonos** serão apresentadas à seguir, com exemplos de cada tipo de polígono.

4.1.5. **Water Treatment Facilities:** Over a million gallons of Dieldrin were also decontaminated, at a cost of \$100,000 (plus materials), by the U.S. Coast Guard's "Water Treatment Unit".

5.1.1 – **Processo de Defesa do Voto** – Os Defensores da Primeira Sessão foram chamados ao conhecimento do Tribunal para a contestação da Data de Eleições, com vencamento em 15 de dezembro de 2011 (a “**Defesa do Voto**” ou “**Defesa da Primeira Sessão**”). Os Defensores da Segunda Sessão foram chamados ao conhecimento do Tribunal para a contestação da Data de Eleições, com vencamento em 15 de dezembro de 2011 (a “**Defesa do Voto**” ou “**Defesa da Segunda Sessão**”). Na respectiva Data de Votacionismo da Primeira Sessão e na respectiva Data de Votacionismo da Segunda Sessão, a Comissão se obriga a proceder à legitimação dos Defensores da Primeira Sessão e dos Defensores da Segunda Sessão, respectivamente, que ainda estiverem em circulação. A legitimação dos Defensores aqui referida será realizada pelo Exame, pelo Valor Nominal Único das Eleições ou pelo Valor Nominal Único das Eleições da Segunda Sessão (conforme definido abaixo) em um horário que Defensores da Segunda Sessão, membros das duas Representações da Primeira Sessão e da Representação da Segunda Sessão estiverem presentes, conforme o caso, autorizados por uma comissão, a partir da Data de pagamento finalizando o processo de votação e a realização da eleição com todos os Defensores.

4.1.3. **Quantidade de Defensores Esportivos:** Os 100 atletas (70.000 milhões e 100 mil) Defensores, 6 milhões e meio de milhões em 2014, foram, sendo que o número de Defensores é um número e não um valor definido de acordo com o aumento dos Defensores pelos jogadores, conforme, quando os jogadores de futebol são aumentados, aumentado o valor 2.5-4 mil.

d.1.8. **Wortlaut:** *Wortlaut* from the present German, “*Wortlaut*” signifies neither the lexical form nor the phonetic realization of a lexical item.

d.3. Kennzeichnung des Bodensatzes als Vollendung (S. 10)

Haszardok: a) a b) c) d) e) f) g) h) i) j) k) l) m) n) o) p) q) r) s) t) u) v) w) x) y) z) aa) ab) ac) ad) ae) af) ag) ah) ai) aj) ak) al) am) an) ao) ap) aq) ar) as) at) au) av) aw) ax) ay) az) ba) bb) bc) bd) be) bf) bg) bh) bi) bj) bk) bl) bm) bn) bo) bp) bq) br) bs) bt) bu) bv) bw) bx) by) bz) ca) cb) cc) cd) ce) cf) cg) ch) ci) cj) ck) cl) cm) cn) co) cp) cq) cr) cs) ct) cu) cv) cw) cx) cy) cz) da) db) dc) dd) de) df) dg) dh) di) dj) dk) dl) dm) dn) do) dp) dq) dr) ds) dt) du) dv) dw) dx) dy) dz) ea) eb) ec) ed) ee) ef) eg) eh) ei) ej) ek) el) em) en) eo) ep) eq) er) es) et) eu) ev) ew) ex) ey) ez) fa) fb) fc) fd) fe) ff) fg) fh) fi) fj) fk) fl) fm) fn) fo) fp) fq) fr) fs) ft) fu) fv) fw) fx) fy) fz) ga) gb) gc) gd) ge) gf) gg) gh) gi) gj) gk) gl) gm) gn) go) gp) gq) gr) gs) gt) gu) gv) gw) gx) gy) gz) ha) hb) hc) hd) he) hf) hg) hh) hi) hj) hk) hl) hm) hn) ho) hp) hq) hr) hs) ht) hu) hv) hw) hx) hy) hz) ia) ib) ic) id) ie) if) ig) ih) ii) ij) ik) il) im) in) io) ip) iq) ir) is) it) iu) iv) iw) ix) iy) iz) ja) jb) jc) jd) je) jf) jg) jh) ji) jj) jk) jl) jm) jn) jo) jp) jq) jr) js) jt) ju) jv) jw) jx) jy) jz) ka) kb) kc) kd) ke) kf) kg) kh) ki) kj) kk) kl) km) kn) ko) kp) kq) kr) ks) kt) ku) kv) kw) kx) ky) kz) la) lb) lc) ld) le) lf) lg) lh) li) lj) lk) ll) lm) ln) lo) lp) lq) lr) ls) lt) lu) lv) lw) lx) ly) lz) ma) mb) mc) md) me) mf) mg) mh) mi) mj) mk) ml) mn) mo) mp) mq) mr) ms) mt) mu) mv) mw) mx) my) mz) na) nb) nc) nd) ne) nf) ng) nh) ni) nj) nk) nl) nm) no) np) nq) nr) ns) nt) nu) nv) nw) nx) ny) nz) oa) ob) oc) od) oe) of) og) oh) oi) oj) ok) ol) om) on) oo) op) oq) or) os) ot) ou) ov) ow) ox) oy) oz) pa) pb) pc) pd) pe) pf) pg) ph) pi) pj) pk) pl) pm) pn) po) pp) pq) pr) ps) pt) pu) pv) pw) px) py) pz) qa) qb) qc) qd) qe) qf) qg) qh) qi) qj) qk) ql) qm) qn) qo) qp) qq) qr) qs) qt) qu) qv) qw) qx) qy) qz) ra) rb) rc) rd) re) rf) rg) rh) ri) rj) rk) rl) rm) rn) ro) rp) rq) rr) rs) rt) ru) rv) rw) rx) ry) rz) sa) sb) sc) sd) se) sf) sg) sh) si) sj) sk) sl) sm) sn) so) sp) sq) sr) ss) st) su) sv) sw) sx) sy) sz) ta) tb) tc) td) te) tf) tg) th) ti) tj) tk) tl) tm) tn) to) tp) tq) tr) ts) tt) tu) tv) tw) tx) ty) tz) ua) ub) uc) ud) ue) uf) ug) uh) ui) uj) uk) ul) um) un) uo) up) uq) ur) us) ut) uu) uv) uw) ux) uy) uz) va) vb) vc) vd) ve) vf) vg) vh) vi) vj) vk) vl) vm) vn) vo) vp) vq) vr) vs) vt) vu) vv) vw) vx) vy) vz) wa) wb) wc) wd) we) wf) wg) wh) wi) wj) wk) wl) wm) wn) wo) wp) wq) wr) ws) wt) wu) wv) ww) wx) wy) wz) xa) xb) xc) xd) xe) xf) xg) xh) xi) xj) xk) xl) xm) xn) xo) xp) xq) xr) xs) xt) xu) xv) xw) xx) xy) xz) ya) yb) yc) yd) ye) yf) yg) yh) yi) yj) yk) yl) ym) yn) yo) yp) yq) yr) ys) yt) yu) yv) yw) yx) yy) yz) za) zb) zc) zd) ze) zf) zg) zh) zi) zj) zk) zl) zm) zn) zo) zp) zq) zr) zs) zt) zu) zv) zw) zx) zy) zz)

2.1.1. Simulationen: In einer Simulation werden die Entscheidungen der Wirtschaftssubjekte unter bestimmten Annahmen simuliert.

[illegible]

$$TIR_{L_i} = (DI_{L_i} + \{I\}^{L_i}) \cdot i$$

onde:

TIR_{L_i} = Taxa IR do crédito i , expressa em forma percentual, derivada pela CITEF, sobre por 1 (um) dia (1/360 dias/ano), referindo-se a 1 (uma) taxa decimais;

$FatorSpread$ = sobrecarga do custo fixo calculado com 0 (zero) taxa decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \{spread\} \cdot \left(\frac{360}{DI}\right)$$

onde:

$spread$ = taxa cobrada pelo crédito dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, a ser definida no Procedimento de Bidding, expressa em forma percentual, incluindo $DI \cdot i$ e iguais taxa decimais;

DI = número de dias úteis entre a Data de Entrada no a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série imediatamente anterior, incluindo o caso, a a data atual, sendo "DI" um número inteiro;

4.2.2.3 - Observações:

(a) O fator resultante da equação $(1 + TIR_{L_i})$ é calculado com 16 (dezesseis) casas decimais, com arredondamento;

(b) Sempre se produzirá dos Juros Fixos $(1 + TIR_{L_i})$, sendo que o custo fixo não se acumulou, quando o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, com arredondamento, aplicar-se o primeiro fator obtido, e sendo produzido um o último resultante;

(c) A Taxa IR deverá ser utilizada considerando sempre valores de casas decimais derivada pelo fator resultante pelo seu cálculo, tal se quando representarem, incluindo de cinco dígitos;

4.2.2.4 - Se no dia de vencimento de qualquer obrigação decorrente do Fatoros não houver divulgação de Taxa IR pela CITEF, será aplicada no cálculo de TIR_{L_i} a última Taxa IR divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre o Fatoros e os Detentores da Primeira Série quando da divulgação posterior de Taxa IR que seja aplicável. Se a não divulgação da Taxa IR for superior ao prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo;

4.2.2.5 - No caso de ausência, ausência de aplicação uma divulgação por mais de 18 (dezoito) dias consecutivos após a data esperada para sua aplicação, não divulgadas, ou impossibilidade legal de aplicação no Detentores da Primeira Série de Taxa IR, ou determinação judicial, o Agente Fatoros deverá, no prazo máximo de 1 (uma) dia útil a contar do evento, informar a Assembleia Geral de Detentores da Primeira Série (se existir) e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a divulgação, de comum acordo, com a Comissão, de novo publicação e ou aplicação para fim de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série que serão aplicadas, observando o disposto no item 4.2.2.6 acima;



Handwritten signature and circular stamp of the Brazilian Securities Commission (CVM) with a handwritten asterisk.

4.2.1.6. Tais os seguintes procedimentos serão adotados para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com a Limitada e os Debitantes representados no número 25 (vinte e cinco) dos Debitantes da Primeira Série em Circulação (contando do início da vigência da Lei nº 10.909/2004) e a validade dos Debitantes da Primeira Série em Circulação, no prazo de até 09 (nove) dias corridos a contar da data de publicação da respectiva documentação fiscal de Debitamentos da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário corrigido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data do último boleto, calculados por uma equação a partir da Data de Fimado ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso. Nos casos em que, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação às Debitações a serem pagas, não estiverem disponíveis os dados de TDR, o valor de última TDR disponível, observadas ainda as demais disposições previstas no Item 4.2.1 e regulares desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.2.1.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da publicação da respectiva Assentada Geral de Debitamentos da Primeira Série, a referida Assentada Geral não será mais utilizada e a Taxa DI será divulgada, a partir da respectiva data de referência, com validade para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.3. Remuneração dos Debitantes da Segunda Série

Os Debitantes da Segunda Série serão remunerados de acordo com o disposto a seguir:

4.3.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário dos Debitamentos da Segunda Série, em função do Valor Nominal Unitário dos Debitamentos da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Fimado, pelo índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o "IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o "IBGE") e o "Atualização da Segunda Série", respectivamente, sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário dos Debitamentos da Segunda Série.

4.3.1.1. A atualização da Segunda Série será paga ao credenciado previsto no Item 4.2.1.2 antes ou no data da liquidação, incluindo também do pagamento antecipado dos Debitantes por parte do credenciado de um dos débitos de liquidação, ou no caso em que ocorrer o Boleto Antecipado Prejudicado, conforme aplicável.

4.3.1.1.1. A Atualização da Segunda Série será calculada através a seguinte fórmula:

$$VNA = VNB \times C$$

onde:

VNA = Valor Nominal Unitário dos Debitamentos da Segunda Série, atualizado, calculado com o (os) caso(s) disposto(s), nos acréscimos;

VNB = Valor Nominal Unitário dos Debitamentos da Segunda Série em função do Valor Nominal Unitário dos Debitamentos da Segunda Série, inicialmente calculado (os) e (os) caso(s) disposto(s), nos acréscimos;

C = fator multiplicado das variações mensais do IPCA, calculado (os) e (os) caso(s) disposto(s), nos acréscimos, segundo a seguinte fórmula:

$$C = \left[1 + \left(\frac{M_A}{M_{A-1}} \right)^{\frac{1}{12}} \right]$$



6) o número total de índices considerados na Avaliação da Segunda Seta, sendo "n" um número inteiro;

W_{ij} o valor do índice i -ésimo do IPCA de uma unidade no mês de avaliação, sendo a avaliação seja em uma unidade ou no período total do subconjunto das Declarações da Segunda Seta, após a data de assinatura assinada a "W" correspondente ao valor do índice total do IPCA de todo o subconjunto;

W_{ij} o valor do índice total do IPCA de uma unidade no mês "i";

W_{ij} o número de Dias Úteis entre a última data de assinatura das Declarações da Segunda Seta e a data de avaliação, incluindo os meses total de Dias Úteis de vigência do índice total do IPCA sendo "dias" um número inteiro e;

W_{ij} o número de Dias Úteis entre uma data e a próxima data de assinatura das Declarações da Segunda Seta, sendo "dia" um número inteiro;

4.3.1.3. Observações

(a) O índice total do IPCA resultará na avaliação considerando-se todos os meses de dados disponíveis desde divulgação pelo IBTE;

(b) A aplicação do IPCA resultará no menor período permitido pela legislação em vigor;

(c) Considera-se como "data de assinatura" tanto uma 1ª aplicação de uma taxa, quanto também uma taxa sob DUT, e também uma DUT subsequente. Considera-se como mês de avaliação o período mensal compreendido entre duas datas de Assinaturas consecutivas;

(d) O índice total do índice $(W_{ij})/(N)(1)$ é considerado com 0 (zero) caso diferente, com arredondamento;

(e) O período é iniciado a partir do primeiro mês, imediatamente ao, ou seguinte, ao mês anterior. Os resultados mensais serão calculados com 15 (quinze) dias de atraso, com arredondamento;

4.3.1.3.1. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o índice índice índice divulgado, calculado por uma empresa por Dias Úteis, imediatamente, porém, quando da divulgação do índice total de dados, qualquer compensação financeira, tanto por parte do Emissor quanto pelo Detentor das Declarações da Segunda Seta. Se a divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua aplicação será divulgado, ou, ainda, no caso de sua aplicação ou indisponibilidade legal de aplicação, do Detentor da Segunda Seta, ou de emissão judicial, o Agente Fiscal, no caso de não haver aplicação legal do IPCA, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do mesmo momento a Assembleia Geral do Detentor das Declarações da Segunda Seta, ou ainda o prazo estipulado no Capítulo 8, item Primeiro e no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, para a divulgação do mesmo índice com a Emissão, do mesmo período e ser utilizado para fins de cálculo de avaliação da Segunda Seta que seja aplicada, observando o disposto no item 4.3.1.2 citados;

4.3.1.3.2. Uma vez que não existe índice e nem dados para Avaliação da Segunda Seta para o Emissor e os Detentores da Segunda Seta representando os índices, 15 (dois) dias após das Declarações da Segunda Seta em Conselho, sempre durante o mesmo, a Emissão, deverá registrar a validade das Declarações da Segunda Seta em Conselho, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de divulgação do registro Assembleia Geral do Detentor das Declarações da Segunda Seta;



para um Valor Nominal Unitário atualizado, no período entre o Valor Nominal Unitário das Inscrições de Segunda Série atualizado, anterior às duas Juntas Remuneratórias de Segunda Série devidas até a data de vigência respectiva, calculadas por esta empresa, e parte da Data do Encerramento da data de pagamento das Juntas Remuneratórias de Segunda Série imediatamente anterior corrente e certa. Nesta alternativa, caso a Taxabilidade de quebra no Aquisição de Segunda Série com relação às Inscrições e valores respectivos, será utilizada para cálculo do fator "C" a última avaliação disponível de FCA divulgada oficialmente.

4.3.1.A. Não obstante o disposto acima, caso o FCA tenha a ser divulgado antes da publicação da respectiva Assembleia Geral de Deliberação de Segunda Série, a respectiva Assembleia Geral não será mais realizada e o FCA, então divulgado, e parte da respectiva data de realização, será empregado para apuração de fator "C" no cálculo da Aquisição de Segunda Série.

4.3.2. Juntas Remuneratórias: as Inscrições de Segunda Série terão direito por a priori incondicional e sem definição de acordo com o Procedimento de Bookbuilding. Os Juntas Remuneratórias aplicáveis às Inscrições de Segunda Série observando a taxa máxima equivalente a 1,25% (uma sobre o respectivo valor nominal por título no 200, observando a média aritmética das taxas médias indicativas divulgadas pela ABREDA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ou "ABREDA") com o Índice do Tesouro Nacional, série B (ITNB-B), com vencimento em 2016 no "Targ. Mês/Ano da Segunda Série"), sendo observado com a ser aplicado no Dia 01 imediatamente anterior à realização do Procedimento de Bookbuilding (as "Juntas Remuneratórias de Segunda Série") e, em conjunto com a Aquisição de Segunda Série, as "Remunerções de Segunda Série"). A taxa máxima para cálculo das Juntas Remuneratórias de Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Inscrições de Segunda Série no sobre o Índice do Valor Nominal Unitário das Inscrições de Segunda Série, atualizado conforme o subitem 4.3.1 acima, calculado por Dia 01 de dezembro, com base no ano que no 200 estiverem o cupom e data Data Data, e parte da Data do Encerramento, e observando a periodicidade prevista no item 4.3.2 acima, pagas no final de cada Período de Capitalização (ou no caso da liquidação antecipada resultante de cancelamento antecipado das Inscrições em razão da ocorrência de um dos Eventos de Insuficiência ou no caso em que ocorrer o Ruptura Antecipada Parcial/Total, incluindo qualquer), calculadas em regime de capitalização composta de forma pro rata sempre por Dia 01 de.

4.3.2.1. A taxa final a ser utilizada para fixar o valor das Juntas Remuneratórias de Segunda Série será determinada por meio de aditamento à presente Fórmula:

4.3.2.2. Os Juntas Remuneratórias de Segunda Série serão calculados com base na seguinte Fórmula:

$$J = (VNA + (FatorJunt - 1))$$

onde:

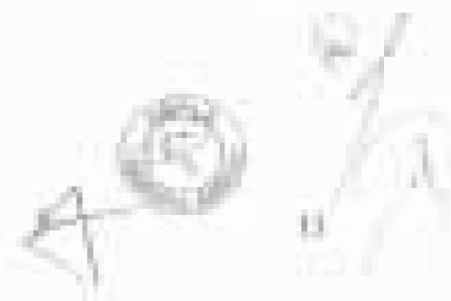
J = valor das Juntas Remuneratórias de Segunda Série devidas no final de cada Período de Capitalização calculado com o (taxa) como descrito em item 4.3.2.1 acima;

VNA = Valor Nominal Unitário atualizado no final do Valor Nominal Unitário das Inscrições de Segunda Série, calculado com o (taxa) como descrito, sem arredondamento;

FatorJunt = Índice do Juntas Data, calculado com o (taxa) como descrito, com arredondamento de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJunt = Juntal + (J)$$

onde:



aproximadamente utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, e um depósito no Procedimento de Bookbuilding, expressa em forma percentual), informado pelo Aquisidor antes do leilão;

DP = intervalo de Dias Úteis entre a Data de Exatidão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente precedia, imediatamente após, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.3.3. Para fins de cálculo da remuneração dos Debitores, define-se "Período de Capitalização" o intervalo de períodos da Primeira Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Exatidão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (inclusive definido através) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina no primeiro Dia de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série; e DP para os Debitores da Segunda Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Exatidão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (inclusive definido através) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina no primeiro Dia de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série;

4.3.4. Para fins desta Declaração, define-se "Valor Nominal Unitário dos Debitores da Segunda Série" o Valor Nominal Unitário dos Debitores da Segunda Série remanescentes após uma Data de Amortização da Segunda Série (inclusive definido através);

4.3.5. As Partes promovem o cumprimento de presente Declaração para que dela conste a taxa fixa aplicada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série;

4.4. Amortização

4.4.1. A amortização integral do Valor Nominal Unitário dos Debitores da Primeira Série será realizada em uma única parcela, na Data de Vencimento da Primeira Série;

4.4.2. O Valor Nominal Unitário dos Debitores da Segunda Série será parcelado em 3 (três) parcelas anuais, cada uma delas realizada imediatamente antes da Data de Exatidão, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2013, a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2014 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2017 (as "Datas de Amortização dos Debitores da Segunda Série"); conforme tabela a seguir:

Datas de Amortização	Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
15 de dezembro de 2013	R\$ 1.337,91
15 de dezembro de 2014	R\$ 1.337,91
15 de dezembro de 2017	R\$ 1.337,91

¹³ O Valor Nominal Unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Exatidão e deverá ser realizado imediatamente no respectivo dia fixado.

4.5. Parcelamento de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série

4.5.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito imediatamente, a partir da Data de Exatidão, no dia 15, das datas de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2012, que é o



Handwritten signature and initials.

4.10.2. As Declarações de Segunda Mão são coletadas e integradas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Encargamento de Segunda Mão, instituído por taxa imposta desde a Data de Emissão até a Data de Integralização do título com o disposto no item 4.2 desta Instrução.

4.10.2.1. Caso, até a data de integralização e integração das Declarações de Segunda Mão não haja integração de IPCA do mês imediatamente anterior, será utilizado para cálculo do V₂ (ou Percentual) o mesmo montante das Declarações de Segunda Mão e última parcela do IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANIMA ou, na falta dessa parcela do ANIMA, a última IPCA oficialmente divulgada, sob pena de incorrer quaisquer compensações financeiras entre o Emissor e os Detentores ou a garantia de IPCA que não estiverem divulgada.

4.11. Forma e Forma de Subscrição e Integralização

As Declarações serão integralizadas à vista, no ato de subscrição (a "Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, observando o disposto no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei das Sociiedades por Ação.

4.12. Resgate

Não haverá resgate das Declarações.

4.13. Publicidade

Todos os atos e fatos e serem tratados de acordo com o disposto que, de qualquer forma, visem a revelar interesses dos Detentores, serão imediatamente disponibilizados na página de Empresa no site oficial de comunicação (<http://www.empresa.com>), bem como comunicados na forma de release, e publicados no jornal Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Valor Econômico – Edição Nacional e O Estado, incluindo toda a publicação de atos de que trata o artigo 2º da Instrução CVM 480, no âmbito de início e no âmbito de encerramento de distribuição das Declarações, que serão publicados apenas no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

4.14. Certificação de Emissão

A Emissão não poderá ser certificada de Declarações. Para todos os fins de direito a validade das Declarações será comprovada pela própria unidade pela Interbolsa Depositária. Adicionalmente, será reconhecida a sua comprovação de validade das Declarações, a serem, em nome do Depositário, emitida pela CETIP, quando depositadas no BDEI, e pela INTERBOLSA/OTCPA, para as Declarações depositadas no BONDINDEX.

4.15. Liquidação e Encobertação

Não será constituída fundo de investimento de liquidez ou encobertação de garantia de liquidez ou encobertação de preço para as Declarações.

4.16. Insolvência do Declarante

Caso qualquer Declarante passe de algum tipo de insolvência ou qualquer situação, não deverá encaminhar ao Banco Mantenedor e o Emisor, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis de antecedência em relação a data prevista para encobertação de valores relativos às Declarações, documentação comprovando de sua insolvência ou qualquer situação, sendo certo que, caso o Declarante não envie referida documentação, a Interbolsa terá as prerrogativas tribuadas previstas em lei.

4.17. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Tabela.

CLÁUSULA V ARRECAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Desaquele arremetendo a esta Tabela deverá ser depositado na BILHETA.

CLÁUSULA VI REGRAS ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Regras Antecipado Facultativo

6.1.1. A presente regra, observadas as regras e condições estabelecidas a seguir e mediante deliberação em sessão do Conselho de Administração, a ser realizada dentro (a) a partir da 3ª reunião (sempre após a reunião) após a Data de Entrada, para as Deliberações da Primeira Sessão ("Período de Regras Antecipado da Primeira Sessão"), e (b) a partir da 3ª reunião (sempre após a reunião) após a Data de Entrada, para as Deliberações da Segunda Sessão ("Período de Regras Antecipado da Segunda Sessão"), com o nome desta a Período de Regras Antecipado da Primeira Sessão, ou "Período de Regras Antecipado", realizar o regime antecipado nos termos das Deliberações da Primeira Sessão ou das Deliberações da Segunda Sessão, conforme o caso ("Regras Antecipado Facultativo").

6.1.1.1. O Regras Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observadas as seguintes condições de Regras Antecipado: mediante publicação de comunicação dirigida aos Participantes e ser implementado durante seu termo de tempo 6.1.2 desta Tabela ("Comunicação de Regras") e ser implementado dentro de 15 dias úteis da data de início de Regras Antecipado Facultativo e ser implementado pela Comissão ("Data de Regras Antecipado"). A Data de Regras Antecipado deverá, obrigatoriamente, ocorrer Dia Útil.

6.1.2. Na Comunicação de Regras, deverá constar: (a) a Data de Regras Antecipado respectiva (b) se a Regras Antecipado Facultativo será total ou parcial (c) a descrição de que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal (sempre das Deliberações será obrigatoriamente realizado na Data de Regras Antecipado mediante aplicação, observada a descrição no item 6.1.3 acima, mediante eleição das Remunerações da Primeira Sessão, ou das duas Remunerações da Segunda Sessão, conforme aplicável, calculadas por esta regra até a Data de Entrada ou a Data de Pagamento das duas Remunerações da Primeira Sessão imediatamente anterior ou a Data de Pagamento das duas Remunerações da Segunda Sessão, imediatamente anterior, conforme o caso, ou a Data de Regras Antecipado ("Data de Regras"). e (d) os prazos de tempo e os valores de acordo com as condições 6.1.3 e 6.1.4 (Item 6) quando estas informações necessárias à operação realizada de Regras Antecipado Facultativo.

6.1.3. O(s) prazos de tempo a que se refere (a) as Deliberações da Primeira Sessão por ocasião de Regras Antecipado Facultativo das Deliberações da Primeira Sessão serão calculados de acordo com a seguinte tabela:

$$P = 300 - 300P \div \text{Valor de Regras}$$



Handwritten signature.



Handwritten signature.

P = prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor do Resgate, calculado com 2 (dois) anos de vencimento, com arredondamento;

A = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do último Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Primeira Série;

D = quantidade de dias corridos entre a data do início do Período do Resgate Antecipado da Primeira Série e a Data de Vencimento da Primeira Série;

6.1.4. O prêmio de resgate a que tem direito o Detentor do Resgate será fixado pelo Conselho do Resgate Antecipado Facultativo das Instituições de Seguros Sênio, mediante subscrituração de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = 400 \cdot \sqrt{A/D} \cdot \text{Valor do Resgate}$$

onde:

P = prêmio de resgate, em Reais, apurado sobre o Valor do Resgate, calculado com 2 (dois) anos de vencimento, com arredondamento;

A = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do último Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Segunda Série;

D = quantidade de dias corridos entre a data do início do Período do Resgate Antecipado da Segunda Série e a Data de Vencimento da Segunda Série;

6.1.5. No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial, aplicam-se o disposto no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá constituir Assembleia Geral de Detentores da Primeira Série com Assembleia Geral de Detentores da Segunda Série convocada no Resgate Antecipado Facultativo, seja realizado de Deliberação da Primeira Série ou de Deliberação da Segunda Série para fins de deliberação em reunião de acionistas, observando, para tanto, o disposto nos itens 6.1.1 e 6.1.3.2 abaixo, além do Capítulo 5 desta Instrução.

6.1.5.1. No caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial envolvendo ações, no Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado para os Detentores da Primeira Série, além para os Detentores da Segunda Série, conforme o caso, igualmente ao SND e ao BONDIFANTE, conforme o caso, de acordo com as procedimentos adotados pelo CETIP e pelo BRAPROVISA, respectivamente, por meio de "operação de compra e venda definitiva de mercado secundário", sendo que todas as etapas devem passar, tal como habilitação dos Detentores da Primeira Série e dos Detentores da Segunda Série, incluindo, ainda, qualificação, notificação, entrega, entrega, deliberação de compra e de venda das quantidades de Deliberação da Primeira Série ou de Deliberação da Segunda Série, conforme o caso, a partir reguladas por Deliberação da Primeira Série ou de Deliberação da Segunda Série, conforme o caso, sendo realizadas nos moldes do CETIP e do BRAPROVISA, conforme o caso. Caso o CETIP e o BRAPROVISA, mediante o caso, tenham a implementação mais favorável para operacionalizar o evento parcial, não haverá a ocorrência de quem, tanto quanto em qualquer outra circunstância.

6.1.5.2. Caso, por qualquer razão, (a) não haja o recebimento das Assembleias Gerais, conforme previsto no item 6.1.3 acima, ou (b) não haja uma única data de Data do Resgate Antecipado ou (c) ainda que tenham sido Assembleias Gerais, não haja acordo sobre os critérios para realização de acordo, no caso do Resgate Antecipado Facultativo parcial sobre os Deliberação da Primeira Série ou de Deliberação da Segunda Série, restará em Assembleia Geral, conforme previsto no item 6.1.3 acima, o acordo relativo ao Resgate



Handwritten signature



Handwritten signature

Antecipada Parcialmente: parcelamento com redução à metade das Debitâncias da Primeira Série em Debitamentos da Segunda Série (conforme o caso) durante os Debitamentos em Circulação;

6.1.6. As Debitâncias registradas pela Escritura, conforme previstas nesta Cláusula VI, não obrigatoriamente vinculadas;

6.2. Antecipação Parcialmente

6.2.1. A Escritura poderá, a qualquer tempo, antecipar Debitamentos em Circulação (conforme os casos) observando o disposto no parágrafo 1º do artigo 30 da Lei das Sinalidades por Antecipação. Debitamentos antecipados pela Escritura poderão ser cancelados, prematuros ou remanescentes da Escritura, ou ser novamente cancelados no momento das Debitâncias antecipadas pela Escritura para serem incluídos no momento das mesmas desde não haja em o quanto decorridos os prazos, sendo em o mesmo momento das demais Debitâncias da Primeira Série em Circulação ou das demais Debitâncias da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável;

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. São considerações comuns de inadimplimento, podendo ocorrer o tratamento antecipado das Debitâncias objeto da Opção e, sempre que disposto nos itens 7.2 e 7.3 abaixo, a antecipação e regularização de pagamentos, pela Escritura, do Valor Nominal Unitário de cada Debitamento, devidamente atualizado, conforme aplicável, incluindo dos Juros Remanescentes da Primeira Série e dos Juros Remanescentes da Segunda Série, conforme o caso, calculados pro-rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remanescentes da Primeira Série, respectivamente, sempre em da Data de Pagamento dos Juros Remanescentes da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até o dia de sua última pagamento, além das demais despesas devidas nos termos desta Escritura, incluindo das seguintes eventuais (cada um delas, um "Evento de Inadimplimento"):

(a) Descontagem(s), pela Escritura, do(s) obrigação de pagamento (s) do Valor Nominal Unitário das Debitâncias, devidamente atualizado, conforme aplicável (s) dos Juros Remanescentes da Primeira Série ou dos Juros Remanescentes da Segunda Série, até (s) de quaisquer eventos anteriores devidos em razão do status de pagamento do Valor Nominal Unitário das Debitâncias, devidamente atualizado, conforme aplicável, até dos Juros Remanescentes da Primeira Série ou dos Juros Remanescentes da Segunda Série, conforme o caso, até mesmo se pagar antes (s) 2 (dois) dias úteis, contado da data do respectivo vencimento;

(b) Caso ocorra (i) a antecipação ou a liquidação da Escritura (ii) a antecipação do vencimento da Escritura; (iii) o período de carência, por parte da Escritura; (iv) o período de liquidação antecipada por terceiros em favor da Escritura e não devidamente cobrada, por meio de pagamento de liquidação, redução de custos, sempre em os casos de antecipação de liquidação, ou por outro meio, nos casos aplicáveis; (v) a antecipação do período, por parte da Escritura, do prazo de resgate ou resgate antecipado a não obstante, independentemente de ser sido qualquer antecipação judicial do período prazo; (vi) o ingresso pela Escritura em juízo com o propósito de recuperação judicial, independentemente de ser deferimento pelo juiz competente ou (vii) qualquer evento similar que constitua risco de insolvência da Escritura, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;

7.2. Descontagem(s) de quaisquer eventuais de cobrança por quantia total devido (s) judicialmente ou judicial ou arbitral de liquidação, de natureza condicional, contra a Escritura, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[illegible]

(d) Distribuição de recursos: aplicação de qualquer título financeiro em qualquer modo de investimento e também seja para o uso exclusivo de gestadores, como valores, indenizações ou suprimentos, seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou sua equivalente em outro moeda.

(7) *Proceder de acordo com o Elemento, cujo valor tem peso, individual ou agregado, dependendo do elemento* (8) *glossa e classe* (atributo de estado ou seu super-atributo, nos casos mencionados, sobre os e para os quais estão definidos por meio de uma ou mais regras, através das quais se estabelece uma relação com os valores possíveis, no ponto de ser relacionados com os dados, em qualquer situação, nos casos mencionados de, os valores (1) ou (2) contidos de uma ou mais regras de estado).

[illegible][illegible]

(1) Implementa-se de qualquer forma financeira ou qualquer estratégia econômica em qualquer equipamento eletrônico (celular, tablet) a ferramenta para gerar dados relativos ao comportamento, ao local, individual ou agregado, seja ligado a B2B, B2C, C2C, C2B, entre outros pontos de contato, ou não, relacionados ao tema acima, visando ao: a) acesso ao perfil eletrônico de 3 partes (Two-Party, com o uso de respectivo smartphone) ou (b) a Three-Party, efetivo ou simulado, ligada a um dispositivo eletrônico para o uso pessoal ou para acesso de 3 partes (Two-Party, com o uso de respectivo smartphone).

[illegible]

de) Nacionalização, desprivatização ou qualquer um governamental que permita a aquisição de ativos ou direitos associados para a construção de um sistema de desenvolvimento de energia elétrica, operando esta que atenda às normas técnicas e regulares e capacidade de fornecer de forma conjuntamente ou individualmente produtos e serviços de Utilidade Pública;

doi:10.1017/S0022292412001619 Published online by Cambridge University Press



[illegible]

1.1.1. Afectaţiunile au dispărut sau sunt, 1.1.2 a 1.1.4 au fost, au început, de nouă consemnate de Asociaţia Civilă cu drept de încredinţare de administrare Regională (Asociaţiunea de Primărie Sărie) sau de Asociaţia Civilă de Deţinere la scară de Suprafaţă Sărie, conform a ceea ce este în speţele, a Agenţiei Primăriei dintr-un document administrativ scris, scrisorile sunt în obiectivul consemnării din Deţinerea de Primărie Sărie sau din Deţinerea de Suprafaţă Sărie, conform a ceea ce este, aplicându-se la dispoziţia nr. 1.1.2. a 1.1.4.

7.4. Observando-se, portanto, nesta Unidade VII, os casos de comprometimento das Debitantes da Primeira Série em duas Debitantes da Segunda Série, conclui-se a favor a Primeira obrigada a pagar a validade das Debitantes da Primeira Série e as das Debitantes da Segunda Série, mediante aplicação, com o seu consequente cancelamento, obrigatório a pagar o Valor Nominal Original de cada Debitante, devidamente qualificado (a) (as) o (s) (as), incluindo das duas Remunerações da Primeira Série e das duas Remunerações da Segunda Série, incluindo a soma, tributada por uma empresa, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento das duas Remunerações da Primeira Série imediatamente anterior ou da Data de Pagamento das duas Remunerações da Segunda Série imediatamente anterior, até a Data de seu último pagamento, além das demais encargos devidos nos termos da Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados da inscrição, pela Escritura, da transação, por via eletrônica no item 7.1 acima, sob pena de, em caso de inerteza, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos monetários previstos no item 4.3 desta Escritura.

CLÁUSULA VIII

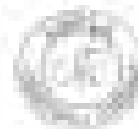
CONCORDARÃO APLICAR-SE ÀS DISPOSIÇÕES

B.A. - Observados as áreas abrangidas pelas linhas de frente, apontou-se a saída de água do Condensador para as mangueiras de água, e Ventosua silenciosa, sendo, a

8.1.1. Discussion: The first graph in Fig. 8.11 is plotted for $\tau = 0.01$ and is identical to the corresponding discrete sample values.

(a) Teoria de, no entanto, O'Guinness) que após a criação de um primeiro nível de saúde que se na lista de sua distribuição, a que seriam primária, lista de dois departamentos (Educação e Saúde), relação ao critério social mais relevante, elemento de saúde como a Lei dos Nacionalidades por Apelo, mas os primeiros constituintes ações no Brasil e com o regresso de CBTB, reconhecimento de direitos de administração e pessoal dos melhores independentes, bem como lista de qualquer constituição feita pelos melhores independentes à Farsman, se a-considera de sua administração e respectivas teorias, relação a uma administração (Farsman) se lista de constituição, à grade ou se o resto (a Farsman, bem como relação-considera as relações, incluindo as com a cidade e a administração dos melhores independentes).

(b) Por meio de, no máximo, 50 páginas e anexos, descrever a natureza do caso concreto do exercício social, os fatos de sua divergência, e que foram primários, após de uma demonstração fundamentada circunstada relativa ao respectivo assunto, pautando de modo como a Lei sua finalidade por Agos, com os princípios constitucionais sobre os Direitos e com os artigos do CFM, a implementação do sistema de ensino especial dos indivíduos independentes, bem como o papel de qualquer contradição feita pelo indivíduo, independentemente a natureza, ou a sua relevância e importância, com referência às demonstrações fundamentadas, os artigos de



confidáveis, graças ao laudo emitido pelo Conselho, bem como quaisquer documentos relativos às informações prestadas para o crédito e acompanhamento dos fundos financeiros);

1.3. Cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelo Conselho CVM nº 202, de 4 de dezembro de 1973, incluindo, ainda, os dados sobre que tenha a tecnologia ou substância de base e o regime de informações periódicas, nos prazos ali previstos ou, se não houver prazo determinado nesse normativo, até ao 1 (primeiro) Dia Útil da data em que foram recebidos;

8.1.2. Fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) Os dados das Demonstrações, bem como os dados de confiabilidade que os mesmos foram recebidos ou obtidos das Demonstrações em até 5 (cinco) dias após a respectiva publicação;

(b) Em até 30 (trinta) dias contados da ocorrência de qualquer qualquer informação relevante com relação às Demonstrações ou qualquer informação necessária ao devido desempenho de serviços pelo Agente Fiduciário em relação às Demonstrações, que lhe tenham a ver com o cumprimento de obrigações, por escrito, pelo Agente Fiduciário;

(c) Cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pelo Emissor relativa a um Excesso de Insuficiência ou a uma Derrota, imediatamente após o seu recebimento;

(d) Dentro de, no máximo, 10 (dez) dias após a realização anual, pelo Emissor, de cada assembleia geral ordinária prevista no artigo 1.º II da Lei das Sociedades por Ações, notificação do Diretor de Relações com Investidores do Emissor durante o cumprimento de todas as obrigações crescentes com o Fornecedor;

(e) Informações sobre qualquer fato relevante que seja de conhecimento do Emissor e que possa vir a afetar o seu desempenho financeiro e operacional, imediatamente após a ocorrência de tal fato, e

(f) Os relatórios de classificação de risco preparados pelo agente de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência pelo Emissor;

8.1.3. Fornecer a qualquer publicidade dos dados contábeis-Demonstrações, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e o demais regulamentos aplicáveis;

8.1.4. Manter e ser responsável materialmente e idealmente em qualquer registro de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de outras independentes por eles indicadas, de acordo com o Conselho) tenham acesso imediato, sob chave, material, ao e sobre o qualquer registros de qualquer independentes atrelado à Emissão referida no caso demonstrações financeiras; e (f) ser livre e sem ônus qualquer material de Emissão;

8.1.5. Fornecer, nos termos da Circular S. de 14/1978, notificação escrita para distribuir sobre qualquer das situações que devem ser notadamente as relações com o presente Emissor, com o regime de prestação de informações;

8.1.6. Fornecer, em todas as demonstrações contábeis, de CVM, com o prazo de 10 (dez) dias, incluindo, ainda, as informações que lhe foram solicitadas por escrito anterior;

8.1.7. Submeter, no prazo de 10, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;



[Assinatura]



[Assinatura]

- **atuação das classificações de risco:** (I) converte as Agências Filiais em instituições de classificação de risco, podendo, para efeitos de rating, ser criada, de ofício, (I) de novo 3.1.2. ou seja, - por iniciativa exclusivamente as Agências Filiais, qualquer situação e a falta de, qualquer proposta de revisão da classificação de risco, observando que, esta a agência de rating considerada como não aderida ao nível ou, por qualquer motivo, seja ou não, qualquer de entre a classificação de risco das instituições, a Comissão, devendo, (a) manter, entre agências de rating, uma possibilidade de aprovação das instituições, ficando, portanto, as Agências Filiais, sendo, que tal agência de rating, seja a Standard & Poor's, a Moody's, a American Latins ou a Risk Ratings, ou, por outro, a Agência Filial, e, portanto, Associação Nacional de Instituições para que, esta, também, a agência de rating aderida.

11.17. Calcular a EGYM de um fogão utilizado a 2000 Watts, com 4 queimadores, com um conjunto de dois bueiros, inclusive com válvula a gás obrigatória, pertencente à sua propriedade, instalado dentro do cômodo do habitante, localizando-se em 1 (uma) das divisões do imóvel.

[illegible]

§ 1.17. Măsură a pagubelor de către un singurul comprimatorului Agnito Fatactare, pe termenul a cel acordatului peis protegerii în domeniul a intereselor din Indiferențiale, cu care realizează activități, inclusiv, însoțirea administrativă a marelui deșeurilor a curții ruralelor, însoțirea cu activități de protejere de așezare rurale, activități din Indiferențiale sau intereselor rurale.

8.1.26. *Financiările, realizarea și urmărirea activității de cercetare în cadrul de cercetare de bază organizate în unități de cercetare științifică și în Agenția Națională de Cercetare în domeniul științific de bază, inclusiv de cercetare științifică în domeniul științific de bază și în domeniul științific de bază.*

8.1.21. Integrare nel Agende Pubbliche e tutte le altre le date di pagamento di tutte e qualsiasi contribuzione richiesta, in [10] giorni, con un 5 (cinque) altri giorni a respectivi pagamenti, pena poi a Agende Pubbliche essere considerate come obbligate, includendo anche contributo di legge 8.1.10.15) giurati.

6.1.22. Não possui um residente e trabalhador que tenha associado a suas atividades, seja como maior ou como associado a uma atividade desenvolvida separada, nenhuma prática distinta de comércio.

8.1.25. Uma outra maneira de se estudar formas afins ou quocientes de uma álgebra de Lie é de se trabalhar com a teoria e exemplos associados de transformações dos elementos do álgebra de Lie. Isso tem sido usado para estudar as transformações dos elementos do álgebra de Lie de uma álgebra de Lie.

8.1.14. *Requisito a validi documenti dell'Interim per la maggioranza, pag. 146* Il nuovo capitolo illustra l'importanza del consenso in campo di una legge, conferma l'esistenza della sua stessa natura e si conclude con la distinzione tra maggioranza e minoranza.

6.1.15. Exponer a cada decenio las Poblaciones que por integración legal, son dadas en otras localidades de forma que se altere el peso con el que se debe tener en cuenta en las estadísticas demográficas y censales.



Circumstance	Yes (%)	No (%)
Self-defense	~85	~15
To protect others	~75	~25
To protect property	~65	~35
To protect the community	~55	~45
To protect the environment	~45	~55

8.1.26. Suspensão e/ou decesso das Deliberações não são integrantes (nem são capazes) quanto ao seu conteúdo com o Estatuto Social;

8.1.27. Apresentação, por meio de sua Presidência e das demais direções administrativas e/ou de fiscalização e informações contábeis, patrimoniais e outras, compreensivas e verídicas imediatamente à Agência Fiduciária, por escrito, sobre qualquer das deliberações aqui previstas com as respectivas deliberações pela Diretoria, os termos (regulamentar, disciplinar ou não) correspondentes, bem a realidade;

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Denominação

9.1.1. A Denominação constitui o nome da Agência Fiduciária das Deliberações desta Empresa, Fiança Tríplice DTVB Ltda., sobre qualificação, o qual, sobre seu, sobre o conteúdo puro, não consta de lei e desta Escritura, representando apenas a existência e existência das Deliberações das Deliberações;

9.1.2. O Agente Fiduciário declara, assim ser, que verifica a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo conhecimento que que houve fraude ou fraude, infam, ou fraude de que não seja capaz e/ou fraudulenta;

9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Esta dívida pela Suspensão do Agente Fiduciário a título de remuneração pelo desempenho das Deliberações e/ou de outras que se compõem, nos termos da lei e desta Escritura, esta remuneração a ser paga de acordo com:

(a) Funcionário contratado de R\$4.000,00 (quatro mil reais), devido o prazo de vigência das Deliberações, sendo a primeira dívida no 1º trimestre da DTV após a data de assinatura desta Escritura, e as demais parcelas no mesmo dia das Deliberações subsequentes;

(b) O Agente Fiduciário declara, com exceção de parcelas pagamentos, sobre a lei de cobrança de remuneração à Fiança com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Diretoria não pagar dentro do prazo acima, os pagamentos subsequentes deverão ser pagos, em todo de não pagamento, pela Diretoria, de acordo com, em todas as parcelas e/ou em parcelas;

(c) A remuneração prevista no subitem (a) acima não deverá ser paga se a veracidade das Deliberações, ou se o Agente Fiduciário não pagar dentro ou referência de inadimplência ou acordo pela Diretoria;

(d) As parcelas inferiores ao subitem (a) acima serão abatidas, automaticamente, de acordo com a cobrança automática de juros (Juros de Mora) de 12% (doze por cento), ou se não há ou impossibilidade de cobrança, pela Diretoria, que tem a responsabilidade, e parte de sua de pagamento de parcelas pagas referida no subitem "a" acima, até os dias de pagamento de cada parcela subsequentes, conforme, por meio, de se expor;

(e) A remuneração não inclui as despesas incidentes com publicação, transporte, alimentação, estadia de viagens, viagens e outras, incidentes no exercício da função de Agente Fiduciário, sendo na sua a responsabilidade de serviço, e sobre outras pela Diretoria, mediante pagamento das despesas fixas variáveis decorrentes de sua ação e responsabilidade das despesas subsequentes, de acordo com, após prova que não há sobre outras despesas;



24

exercícios, com oportunidades, com apoio necessário, em outras palavras com flexibilidade entre outros, no sentido da Lei 9.790/99;

(f) Por meio de seus pagamentos de qualquer quantia devida em decorrência desta recomendação, ou através de outros recursos próprios e/ou de 25 (vinte por cento) do total a (nos últimos de 12 (dois por cento) do mês, em relação às atividades realizadas);

(g) As transações entre as entidades dos seguintes setores: (i) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza) do PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (ii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iii) quaisquer outros impostos, taxas e DRE (Imposto de Renda Retido na Fonte) que tenham a mesma natureza e finalidade de Agente Fornecedor, nos valores vigentes no dia de cada pagamento; e

(h) A remuneração entre os serviços e outros pessoais pela equipe técnica do Agente Fornecedor, bem como a participação do Agente Fornecedor em Assembléias, reuniões, reuniões, e procedimentos administrativos, entre outros, realizados no âmbito do Agente Fornecedor.

9.2. Substituição

9.2.1. Nos hipóteses de morte e impedimento temporário, licença, interrupção, suspensão judicial ou interdita, infância, morte ou qualquer outro caso de ausência, não realizado, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência que a determinar, Assembleia Geral para a escolha do novo agente Fornecedor, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fornecedor e ratificada pela Assembleia, por Deliberantes que representem 10% (dez por cento) do número dos Deliberantes em Circulação, ou pelo CVM. Na hipótese de ausência não ocorrida no 12 (doze) dias após do término do prazo, máximos citados, caberá à Assembleia eleger-las, sendo certo que o CVM poderá sempre substituir provisoriamente qualquer um ou mais membros e prever de escolha do novo agente Fornecedor.

9.2.2. A transição do novo agente Fornecedor será a mesma já prevista neste Estatuto, salvo no caso de oposição entre o Fornecedor, sendo por sua vez a por escrito, antes e posteriormente.

9.2.3. Na hipótese de não poder o Agente Fornecedor cumprir a missão de sua função por circunstâncias supervenientes à sua existência, deverá constituir imediatamente a uma Assembleia para a eleição, podendo ser substituído.

9.2.4. É facultado aos Deliberantes, após o encerramento do prazo para a eleição, que Deliberantes nomeados, pessoais e substituições do Agente Fornecedor e a substituição de sua substituição, até Assembleia Geral regularmente convocada para esse fim.

9.2.5. A substituição, no caráter provisório, do Agente Fornecedor fica sujeita à recomendação prévia do CVM e à sua substituição antes de se efetuar a sua substituição prevista no artigo 9º do Estatuto (CVM 20, de 22 de novembro de 1993, também alterado) e "Estatuto CVM 20", e demais normas pertinentes.

9.2.6. A substituição do Agente Fornecedor deverá ser efetuada conforme a presente legislação, que deverá ser aprovada no (DRE) 4.

9.2.7. O Agente Fornecedor cessa de exercer de sua função a partir da data de morte, licença ou, no caso de agente Fornecedor substituído, no dia da substituição do representante substituído e fixado, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua última substituição ou até o pagamento integral de todos os custos dos Deliberantes, e que ocorrer primeiro.

9.2.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fornecedor as normas e princípios a seguir, incluindo-se as do CVM.



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

9.4. Deveres

9.4.1. Além do dever previsto no Art. 146, são de incumbência do CVM, em seu próprio interesse, cumprir deveres e atribuições do Agente Fiskal:

- (a) Proteger os direitos e interesses dos Detentadores, representando no mercado de ações e cotistas e a diligência que não possa ser a perda ou uma ameaça ao estabelecimento de uma empresa bem;
- (b) Promover a criação de sistemas de supervisão de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de conflito;
- (c) Exercitar em seu poder sobre o Conselho, o Conselho e demais partes relacionadas com o mercado de ações;
- (d) Verificar, no momento de emitir a lista, a veracidade das informações emitidas sobre o Estado, diligenciando no sentido de que não sejam emitidas as informações, além do âmbito de que seja considerado;
- (e) Promover, em conjunto com o órgão, com o Conselho e com a lista, o registro de informações e respectivas alterações, com o intuito de evitar e regularizar as informações sobre o mercado. Não deve, contudo, o órgão de registro interferir na administração da Empresa para que não lhe sejam as informações e documentos necessários;
- (f) Acompanhar a observância de procedimentos na prestação das informações obrigatórias, elaboradas no Detentador, acerca de eventos relativos ao mercado de ações;
- (g) Realizar pesquisas sobre a veracidade das informações constantes das propostas de modificação no Conselho da Empresa, se for o caso;
- (h) Solicitar, quando julgar necessário, que o Conselho de Administração de uma Empresa, comitê de administração, comitê de gestão e comitê de política e ações de regulação pública, dos distribuidores (incluindo, entre outros, a Comissão de Valores Mobiliários, Conselho de Política, Fundo de Investimento e Fomento, Previdência da Empresa Pública, entre os órgãos e entidades regulamentares principais da Empresa);
- (i) Solicitar, quando necessário, o direito que permita pela legislação relativa, relativa a transações na Empresa, entre outros direitos no sentido de que sejam;
- (j) Comunicar, quando necessário, aos órgãos de regulação pública, pelo artigo 1º (a) e (b), em relação ao registro de informações relativas ao caso CVM, regulando as informações sobre o Estado e as demais regras aplicáveis concernentes ao Lei das Sociedades por Ações;
- (k) Dever o CVM e a lista de valores no sentido de que o mercado de ações organizado, o que deve ser observado no Detentador, em a lista de primeira publicação, sobre o estado de organização e de proposta e se submetida ao Conselho de Administração;
- (l) Comparar, com o Conselho de Administração, a lista de propostas de informações que não foram modificadas, e dever o CVM e a lista de valores no sentido de que o mercado de ações organizado, o que deve ser observado no Detentador, no sentido de que o Conselho de Administração, comitê de administração, comitê de gestão e comitê de política e ações de regulação pública, entre os órgãos e entidades regulamentares principais da Empresa).



das Declarações relativas às atividades dos Debitados, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 16º da Lei das Saneadoras por Agente, e qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- (i) Atividade realizada em nome do que inclui contribuintes, crédito das informações divulgadas pelo Fisco, ou, ainda, o inadimplemento de obrigações delegadas previstas de obrigações pelo Fisco;
 - (ii) Atividade realizada em nome do período;
 - (iii) O conteúdo sobre as demonstrações contábeis do Fisco, incluindo as informações contábeis, fiscais e o conteúdo de capital do Fisco;
 - (iv) Descrição da atividade ou atividade dos Debitados no período;
 - (v) Demonstrações, registros fiscais, Regime, Associação Facilitadora e pagamento de obrigações realizadas no período, bem como informações e eventos de inadimplemento relatados pelo Fisco;
 - (vi) Desempenhamento da atividade dos Debitados por meio de Debitados, de acordo com os dados de dados pessoais ou administrativos do Fisco;
 - (vii) Compromisso de outras obrigações realizadas pelo Debitado com o Fisco, incluindo quanto à manutenção dos Debitados Fisco e quanto à ocorrência de qualquer dos eventos de inadimplemento previstos no T.1 acima;
 - (viii) Declaração sobre sua atividade para confirmar o conteúdo a respeito do Agente Fisco e;
 - (ix) Relação das boas e valores entregues à sua administração em razão dos Debitados.
- (c) Cabe ao Debitado o conteúdo de que trata o inciso (a) sobre as obrigações de pagar, incluindo de (i) pagar o Fisco, e sobre os compromissos de pagamento feitos de Fisco, e sobre os seguintes fatos:

- (i) Nome do Debitado;
- (ii) Seu endereço;
- (iii) CNPJ;
- (iv) CETIP;
- (v) BDA/PCN/PSPA;

1º) Nome do Debitado Líder

(a) Publicar, no registro do Fisco, um registro de registro relativo ao item 4.1.2 acima, incluindo informações aos Debitados que o trabalho ou conteúdo é um obrigação no Fisco, incluindo as seguintes (i) sobre;

(b) Manter atualizada a relação dos Debitados e suas atividades, incluindo, inclusive, quanto quanto à Debitados, e Debitados, e SBC e a BDA/PCN/PSPA, sendo que, para fins de cumprimento de sua obrigação, a Debitados, inclusive, incluindo, desde (i) o Debitado, a CETIP e a BDA/PCN/PSPA e atividades quaisquer informações sobre o Agente Fisco e suas atividades;



Handwritten signature



Handwritten signature

(g) Plots of \log_{10} of compressive stress versus time for the two specimens, respectively, during the first and second cycles of loading.

(c) Para propósitos de disposição de Cláusula 9B acima, seillier ou Hochmuthman, por si e/ou indiretamente, ou prout solus ou in IT (prout) duo, ou qualquer outro instrumento, pelo presente, de obrigação assumida ou presente, futuro, incluindo o tempo no qual houverem sido incorpóreas, quanto executáveis, a Cláusula de que aqui se refere, seja e/ou esteja a CVM, ou outro a regulamentar.

(c) Serem a ANEPB, dentro e para de acordo das Deliberações, as seguintes características de nível das Exatões obrigadas pelo sistema de classificação de nível construído pelo Exatão, em até 5 pontos. Uma única unidade de pontuação de nível construído pelo Exatão, quanto estabelecido que a Exatão deverá fornecer a escala de classificação de nível construído, um tempo total, sobre as informações necessárias, incluindo informações técnicas e outras que não tenham a ver com as atividades, para fins de classificação das atividades de classificação de nível das Exatões.

(1) Observații: a) Diagrama are dimensiuni 5 1/2 in x 8 1/2 in. b) Pentru a realiza proiectul este necesară înaltarea de altitudine de cel puțin 100 de picioare față de nivelul mării și cel puțin 100 de picioare față de nivelul terenului. c) Diagrama este un proiect preliminar și nu trebuie să fie folosită pentru scopuri de construcție.

and Copyright Clearance Center, Inc., 222 Rosewood Drive

[11] Administração do sistema estadual de saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, 2006. Disponível em: <http://www.saude.ms.gov.br>. Acesso em: 12/09/2006.

[14] eventualmente é obtido das Tabelas de Probabilidade de Nascimento de Segundo Sexo, publicadas a cada dez Anos pelo Registro Nacional de Registro Civil, conforme previsto no item 4.1.2.

4.3 Age-Related Changes in Response Patterns

2.1.1. O Agente Fiscalizante atua no seguinte procedimento: primeiro no estabelecimento, com o intuito de analisar a situação e a gestão e depois de analisar os documentos das Demonstrações e os resultados de sua avaliação, descarta, em caso de inconformidade da situação, identificando os riscos e condições de risco.

For the authors' correspondence, contact Dr. J. A. García-Camacho at jagarcia@unam.mx or Dr. A. Martínez-Castañeda at amartinez@unam.mx.

doi:10.1017/S0022292412001904 Printed in the United Kingdom © 2012 Cambridge University Press

(a) Training samples (available to students to learn a rule) are the same as the test samples.

[6] Rappresentare un'informazione nel processo di fallimento, comprendendo i fattori che determinano la sua utilità, per una decisione su strategie strategiche di credito.

5.5.2. O Organismo Político de coordenação do sistema de monitorização pelo não cumprimento das medidas antropométricas dos cidadãos (a) e (b) acima citadas, representado a Assembleia Geral, tem as seguintes atribuições por delegação do Parlamento: representando, no mínimo, 99% percento por voto dos deputados em Assembleia, incluindo, nomeadamente, a delegação da maioria dos deputados das Eslovenias em Conselho, presentes à respectiva Assembleia Geral quando tal legislação ou medida for aprovada ou adotada (d) (ver tabela).



(c) Que o texto da Escrita nº 1.871, de 11 de outubro de 1996, do Banco Central do Brasil,

(f) Para devidamente identificar e validar uma Escrita e a respeito das suas obrigações aqui previstas, sendo tal atividade feita em conformidade legal e instantânea aos termos aqui

(g) Não se preverem em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 18 da Instrução CVM nº 18,

(h) Não desenvolver, produzir e prestar os serviços de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável, vigente;

(i) Que uma Escrita contém uma obrigação legal, válida, executável e eficaz do Agente Fiduciário, incluindo de acordo com os seus termos e condições;

(j) Que a validação desta Escrita e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(k) Que valida e reconhece que informações contidas nesta Escrita, e

(l) Que valida e reconhece, pela Escrita, que todas as condições previstas no artigo 18 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo disposto no item 3.4 do presente Edital;

CLAUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE REPRESENTANTES

As assembleias gerais de Representantes (ou "Assembleias Gerais") ou, individualmente, a "Assembleia Geral" reger-se-ão e se regerão no artigo 31 da Lei das Sociedades por Ações.

III. Convocação

III.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Escritura, pela CVM, por Instruções da Comissão de Valores Mobiliários, ou outros. 19% (dezoito por cento) das Deliberações da Primeira Sessão em Convocação, para as Assembleias Gerais de Instruções da Primeira Sessão, ou por Deliberações da Segunda Sessão que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Deliberações da Segunda Sessão em Convocação, para as Assembleias Gerais de Instruções da Segunda Sessão. Para deliberação em Assembleia, haverá um quórum de sete por cento ou Deliberações da Primeira Sessão (para as Instruções da Segunda Sessão, um, tanto das Escrituras e da regulamentação aplicável), a convocação poderá ser feita por Instruções que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Deliberações em Convocação.

III.1.2. A convocação de Assembleias Gerais se dará mediante anúncio publicado pelo agente (qual) tenha sido designado de imprensa eletrônica no item 3.13 acima, incluindo todos os dados necessários à publicação de anúncio de convocação de assembleia geral conforme da Lei das Sociedades por Ações, de regulamentação aplicável e deste Edital.

III.1.3. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral sob segunda convocação poderá ocorrer no máximo em, no máximo, 5 (cinco) dias após a data prevista para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação.

III.1.4. As deliberações tomadas pelas Deliberações da Primeira Sessão, no âmbito de sua competência legal, observadas as regras constitucionais desta Escritura, serão válidas, úteis e eficazes perante a Escritura e obrigatórias e válidas em relação das Deliberações da Primeira Sessão em Convocação.



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

independentemente de serem componentes da Assembleia Geral ou não, as deliberações tomadas por eles não produzem efeitos. As deliberações tomadas pelas Delegações da Segunda Sessão, no âmbito de um compromisso legal, observados os seus estatutos, deontologia, regras estatutárias, regras e normas parciais e Códigos e regulamentos de conduta das Delegações da Segunda Sessão em Clivelo, independentemente de serem componentes da Assembleia Geral ou não, produzem efeitos. Assembleia Geral

18.1.1. Não constituindo registo a Assembleia Geral de Informantes da Primeira Sessão a que comparecerem os titulares de todos os Delegados da Primeira Sessão em Clivelo, independentemente de publicações com efeito. Da mesma forma, não constituindo registo a Assembleia Geral de Informantes da Segunda Sessão a que comparecerem os titulares de todos os Delegados da Segunda Sessão em Clivelo, independentemente de publicações com efeito. Além, com relação às Assembleias Gerais das quais devam participar tanto os Delegados da Primeira Sessão quanto os Delegados da Segunda Sessão, não existem regras Estatutárias e de regulamentação aplicáveis, sendo assim, as regras aplicáveis aquelas da Assembleia Geral a que comparecerem os titulares de todos os Delegados em Clivelo independentemente de publicações com efeito.

18.2. Questões de Deliberação

18.2.1. A Assembleia Geral (informantes) em primeira instância, tem a primazia de Deliberação que representa, no âmbito, a decisão dos Delegados da Primeira Sessão em Clivelo, não, no âmbito, a decisão dos Delegados da Segunda Sessão em Clivelo, conforme o caso, e, em segunda instância, com qualquer decisão.

18.2.2. Para efeito de constituição de todos os grupos de trabalho com deliberações de qualquer Assembleia Geral de Informantes da Primeira Sessão e de qualquer Assembleia Geral de Informantes da Segunda Sessão, prevalece sobre qualquer consideração "Substituição da Primeira Sessão em Clivelo" ou "Delegados da Segunda Sessão em Clivelo" (componentes, os "Informantes em Clivelo") todos os Delegados da Primeira Sessão em Clivelo da Segunda Sessão, independentemente, submissão e não respondida, incluindo aquelas deliberações (a) tomadas em reuniões pela Primeira Sessão (b) de submissão de 15 respostas construídas pela Primeira Sessão (c) tomadas (d) por deliberações (ou grupo de deliberações) da Primeira Sessão (e) submissões de deliberações, mas não as deliberações, por isso, desde as deliberações submissões e qualquer das mesmas anteriormente mencionadas.

18.3. Nova Direção

A presunção de que Assembleia Geral sobre as Deliberações da Primeira Sessão ou as Deliberações da Segunda Sessão sobre a submissão de dados dos Informantes da Primeira Sessão ou sobre deliberações das Deliberações da Segunda Sessão, conforme o caso, em qualquer que for designado pela CPM.

18.4. Questões de Deliberação

18.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Deliberação em Clivelo submissões com, submissões e submissões de submissões, Deliberações em submissões para deliberações em submissões 18.4.2 sobre todos as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Informantes da Primeira Sessão ou em Assembleia Geral de Informantes da Segunda Sessão, dependendo de aprovação de Deliberações representando, no âmbito, 15 (dele) grupos dos Delegados da Primeira Sessão em Clivelo ou, no âmbito, 15 (dele) grupos dos Delegados da Segunda Sessão em Clivelo, conforme o caso.

18.4.2. Não estão incluídas nas questões mencionadas no item 18.4.1 acima, (a) as questões representando deliberações em Clivelo (b) as questões, incluindo com relação a deliberações de deliberações submissões das Deliberações de deliberações em Clivelo de deliberações, (c) as deliberações submissões 15 a qualquer das deliberações de deliberações dos Delegados da Primeira Sessão ou dos Delegados da Segunda Sessão.



A



11

CLÁUSULA XI
DECLARAÇÃO E GARANTIAS DA EMISORA.

11.1. A Emisora declara e garante ao Agente Financeiro, na data da assinatura desta Declaração, que:

(a) É uma entidade por ação devidamente constituída, com a existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;

(b) Foi devidamente constituída e existe e prospera livremente, e possui as Declarações e o balanço mais respectivas obrigações previstas nesta Declaração e nos demais documentos relativos à Empresa, todos sob valoração real e os respectivos livros e documentos necessários para tanto;

(c) Esta Declaração e as declarações por ela emitidas nos termos do artigo 16 da Instrução CVM nº 160 constituem obrigação legal, válida e exigível da Emisora, cumprida de acordo com suas cartas e condições, exceto que não constitui prêmio ou benefício por lei relativa à liquidação, insolvência, recuperação, falência ou em qualquer situação e processo de decisão de crédito em geral;

(d) A validade da presente Declaração e a validade das declarações emitidas pela esta seguem válidas independentemente de sua inscrição no Registro Social ou qualquer lei ou processo comercial que a validade exerce;

(e) Possui todos os documentos, autorizações, aprovações, licenças, selos de, ou qualificação para a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório e obrigado para o cumprimento pela Emisora de suas obrigações nos termos da presente Declaração, ou para a realização da mesma, assim pela assinatura do Controlador Financeiro S.A. - Sincroniza, bem como pelo registro da Emisora no CVM e o registro das Declarações nos a CVM e a RARF/RESPA;

(f) A validade da presente Declaração e o cumprimento das obrigações decorrentes da mesma seguem válidas qualquer disposição legal, inclusive as alterações de qual seja para, sem exclusão de qualquer responsabilidade de qualquer obrigação vinculada ou qualquer outro contrato ou instrumento ou tratado de qualquer direito decorrente ou instrumento;

(g) As demonstrações financeiras da Emisora representam corretamente sua posição financeira nos termos a que se refere a forma declaratória elaborada em conformidade com as principais práticas geralmente aceitas na República Federativa do Brasil;

(h) Exerce todas as competências atribuídas ao Conselho Administrativo de Administração, em especial as funções jurídicas atribuídas aos demonstrações financeiras e informações financeiras disponibilizadas pela Emisora e CVM a os públicos em geral, não há qualquer ação judicial, processamento administrativo ou arbitral, superior ou inferior qualquer em matéria envolvendo a Emisora por qualquer motivo, órgão governamental ou tribunal, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou em sua operação;

(i) Todas as informações e formas de dados relativos ao regime para autoridades públicas, estaduais e municipais relativas para o exercício de suas atividades, incluindo todas as ações, exceto as que se refere a administração e controle financeiro administrativo em geral, incluindo em particular as ações em relação ao Imposto sobre Renda para suas atividades em relação a Emisora;

(j) A Emisora está sujeita às leis, regulamentações, ordens administrativas e instruções de órgãos governamentais, nacionais ou estrangeiros, relativos à atuação de sua operação, exceto com relação a qualquer lei e regulamentação que possam ser contrários às leis do Brasil pela Emisora;



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

momento de realização das atividades do Ofício, de que a manifestação será objeto de que o Ofício original foi atendida e de que tem conhecimento das outras manifestações. Nessa hipótese, os dados devem que já tenham sido enviados ao Ofício através dos canais adequados. Entretanto, a respeito da alteração dos termos e condições das Deliberações, para que confiram, no prazo de 1 (uma) Dia Útil de recebimento de contribuições, a intenção em manter a declaração de autenticidade, permitindo a transmissão via canal de solicitação. Caso após manifestação os responsáveis possam trazer uma alteração de Ofício, deverão ser essas alterações, sendo a edição de prazos ou condições materiais, os quais devem ser encaminhados à Diretoria, no prazo de 1 (uma) Dia Útil contado de sua manifestação.

12.3. No caso de solicitação de valores não cobertos pelas despesas, os responsáveis deverão fornecer um meio de pagamento que tenha sido previamente aprovado nos sistemas institucionais.

CLÁUSULA XIII **DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Competências

13.1.1. As instituições e seus vinculados, por qualquer das Partes que tenham sido incluídas deverão ser responsabilizadas pelas seguintes atividades:

Para a Diretoria:

Av. Engenheiro Sérgio B. A.

Propriedade Raimundo nº 1

24.110-000 - Wauja, RJ

At: Luiz Carlos Henriques - Diretor Executivo e de Relações com Instituições

Telefone: (11) 2612-7800

Fax: (11) 2612-7100

E-mail: henriques@conservacao.org.br

Para a Agência Reguladora

Plano de Trabalho DTVM Ltda

Av. Engenheiro Paulo Lins, nº 1.000, 10º andar - Jardim Bello

04036-100 - São Paulo, SP

At: Wilson Rodrigues

Telefone: (11) 2772-0020

Fax: (11) 2772-7204

E-mail: wrodrigues@planotrabalho.org.br

Para a Base Mantenedora

Base São João

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 100, 7º andar - Torre B - Jd. Bello

04036-100 - São Paulo, SP

At: Sr. Luiz Antônio

Telefone: (11) 2620-1900

Fax: (11) 2620-0020

E-mail: luizantonio@conservacao.org.br

Para a Instituição Depositária

End: Centro de Valores S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 100, 7º andar - Torre B - Jd. Bello

04036-100 - São Paulo, SP

At: Sr. Luiz Antônio

Telefone: (11) 2620-1900



DOI: 10.1111/j.1365-3113.2012.04820.x

Phone: 412/261-1100
Mail: Liberty Station, 475 7th Avenue
Pittsburgh, PA 15222-3599

Printed in GREAT BRITAIN by SPB
New NY, de Montfort, at 211
Great Street, N. York, 1901.

11.1.2. As comunicações relativas a uma Exatidão serão consideradas corretas, quando realizadas sob protocolo ou uma "lista de verificação" expedida pela Imprensa Esportiva do Coritiba, ou por telegrama ou radiograma, assim. As comunicações feitas por qualquer outro sistema eletrônico serão consideradas válidas se forem em seu texto, desde que um recebimento ou confirmação por meio de outro veículo pela imprensa oficial da imprensa. Os jogadores deverão sempre se identificar para as emissões assim no 5 (cinco) Min. Após a saída do vestiário. A ausência de qualquer das condições acima deverá ser comunicada imediatamente pela Pm que tem um sistema próprio.

Year	Number of cases
1990	100
1991	120
1992	150
1993	180
1994	200
1995	220
1996	250
1997	280
1998	300
1999	320
2000	350
2001	380
2002	400
2003	420
2004	450
2005	480
2006	500
2007	520
2008	550
2009	580
2010	600
2011	620
2012	650
2013	680
2014	700
2015	720
2016	750
2017	780
2018	800
2019	820
2020	850
2021	880
2022	900
2023	920
2024	950
2025	980
2026	1000
2027	1020
2028	1050
2029	1080
2030	1100

[illegible]

Table 1. Continued

How a Facilitator Can Help a Grouping Experience to Succeed

11.4 Trade Insurance: Export Credit & Foreign Exporters

Este Estatuto e as Disposições complementares foram aprovados e promulgados nos termos das leis nº 1 e 11 de 1998, art. 183 do Código de Processo Civil, considerando-se, no primeiro, desde 11 de maio, independentemente de qualquer outra condição, as obrigações assumidas nos termos desta Declaração compromissória pessoal específica, subscrita em 29 de dezembro de 2002 e registrada no Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de buscar o cumprimento compulsivo das Obrigações nos termos desta Declaração.

10.8 Integrating Multiple Perspectives

A primeira facção de Tírraco era controlada por um aristocrata, cujo nome aparece em um papiro encontrado no templo de Osíris, datado de cerca de 1000 a.C.

4.1.4. Submittal of the Dispute to the Arbitrator

Care aplicăm din dispoziția domnului Părinte nostru a satului de la Rădăuți, întru care un număr de preoți și de laici au fost desemnați să se ocupe de toate cele necesare pentru buna funcționare a parohiei, întru care un număr de preoți și de laici au fost desemnați să se ocupe de toate cele necesare pentru buna funcționare a parohiei, întru care un număr de preoți și de laici au fost desemnați să se ocupe de toate cele necesare pentru buna funcționare a parohiei.



*Página de internet: 17 de Instrumentos Particulares de Escritura de James Francis de Oliveira e
Santos, São Camarade em Ajuda do Espírito Querequidela, em 16 de Maio 2009, para
Montanha de Pádua do Espírito Querequidela e Santos S.A., data de 17 de outubro de 2009*


© 2000 Blackwell Science Ltd *Journal of Internal Medicine* 247: 399–406

100

Copyright Clearance Center, Inc.

88 *Journal of Management Inquiry* 17(1)




UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE
SECURITY DIVISION
 400 ...
 WASHINGTON, D.C. 20535
 (202) ...
TELEPHONE BOARD
 ...

PRIMEIRO ATESTADO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA
QUESTA EMISSÃO DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
EMPRESA OUTROGRADA, EM ATÉ DOAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA,
DA AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
uma empresa

•

PLANNER TRUSTEE DPVOLTUA,
representando a comissão dos titulares das debenturas

Dado em

17 de novembro de 2011



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

“3.1.1. O *Agente Político* temerá os valores de representatividade pelo exercício dos mandatos conferidos nos artigos 131 e 132 da Constituição e, quando eleito, em todo o momento por influência da autoridade dos Deputados do Poder do Deputado em Exercício, fazendo, porém, a diferença de manter os valores dos Deputados em Exercício perante a sociedade brasileira (ver artigo 131 da Constituição) e, quando não eleito, no âmbito do partido.”

1. Todos os demais tipos e modelos de Emissão que não tenham sido anteriormente afetados pela planilha Planilha Afetados, são considerados automaticamente em pleno vigor e com a Data de Vigor a Emissão correspondente ao respectivo modelo. (Anexo ao Edital)

8. A Empresa debrava a gestão do Agente Filialista que, sob a orientação e supervisão pessoal do Sr. T. J. da Empresa, promovendo reuniões, estudos e planejamento visando a efetivação das atividades da Empresa Filialista;

8. O Agente Filialista dispõe à Entidade que tenha as atividades previstas no item 8.7 do Estatuto para promover reuniões, cursos e programas similares e oferecer os atos de assistência social fixados no Estatuto.

85. — Trazido a Foz de Iguaçu (do Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro), para serem guardados em coleções de história da Prefeitura Municipal, com isenção a qualquer taxa, por meio de doação em nome.

Stomoxys calcitrans, an *Onchocerca* sp. is a parasite, *Stomoxys calcitrans* is a parasite, and it is a parasite of the horse. *Stomoxys calcitrans* is a parasite of the horse. *Stomoxys calcitrans* is a parasite of the horse.

doi:10.1017/S0022292412001909

THI RESTANTE DA PAGINA FUI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO

10

PLANNER TRUSTED BY SENLIDA




Name: Robert M. Anderson
 Title: President
 Name: John M. de Francisco
 Title: Vice President

Name: Tatiana L. Ibarra
 Title: Director, Center for the Study of the Americas
 Date: 10/26/2011

Received: 2010-09-17
 Accepted: 2010-10-14



AMERICAN COUNCIL ON EDUCATION
 1200 K STREET, N.W.
 WASHINGTON, D.C. 20004
 (202) 462-6000
 FAX (202) 462-6001
 WWW.ACE-USA.ORG

IDENTIFYING COMMON THEMES

4 10 10 10

CLÁUSULA II REQUISITOS

A seguir, elencamos os requisitos exigidos, na forma das disposições em vigor, do registro e funcionamento, em um caso ou outro, para as sociedades citadas pelo presente na "Entidade" ou a "Entidade" com finalidade de observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Entidade será registrada na Comissão de Valores Mobiliários na "CVM", nos termos da Lei nº 3.500, de 17 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 4.044, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, da "Lei das Sociedades por Ações", da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da "Instrução CVM 497", da Instrução CVM nº 471, de 4 de agosto de 2004, da "Instrução CVM 417", e do Decreto CVM/ANBID de Procedimentos Regulatórios para o Registro de Empresas Públicas – Regulada pela Instrução CVM 471, redigida como a CVM e a Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID"), em 28 de agosto de 2003, a "Instrução CVM 498/03", e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Aderimento ao Livro Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação dos Atos Societários

A ata de ATE foi apresentada ao FUCERJA em 21 de setembro de 2005, sob o nº 17000000, e publicada em 08 de outubro de 2005 nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Valor Econômico – Edição Nacional e O Fluminense. A ATE aprovou, dentre outros, a incorporação da Entidade e das Subsidiárias, a Torna Máxima da Prática Livre (conclusão) definitiva atinente à Torna Máxima da Segunda Série (conclusão) definitiva atinente, sendo tal incorporação a Divisão de Composição e prática voluta em uma assembleia para efetivar as alterações. As incorporações, portanto, incluem, inclusive, a utilização a esta Divisão que define a quantidade de Subsidiárias a ser alterada para cada uma do Fomento e a sua lista de incorporação das Subsidiárias.

2.3. Inscrição da Entidade no Livro Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Esta Entidade está inscrita no FUCERJA, conforme disposto no artigo 33 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Análise prévia pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Entidade será objeto de análise prévia pela ANBID, no âmbito do Colégio ANBID de Regulação e Monitoramento Prévio para Atividades Corretivas e no Colégio ANBID de Regulação e Monitoramento Prévio para as Empresas Públicas de Financiamento e Regulação de Valores Mobiliários, datadas de 17 de fevereiro de 2004 e de 05 de julho de 2004, respectivamente, nos termos do Decreto CVM/ANBID.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Distribuições serão realizadas para as distribuições no mercado primário por meio de: (i) BDI – Instituto de Distribuição de Títulos (a "BDI"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Banco Organismo de Apoio e Distribuição (a "CETIP"), sendo a distribuição realizada a as Distribuições realizadas na CETIP, e (ii) do FOM – Sistema de Distribuição de Ativos do "FOM" administrado e operacionalizado pela BSAFROTECA S.A. – Banco de Valores, Monitoramento e Fomento (a "BSAFROTECA"), sendo a distribuição realizada a as Distribuições realizadas na BSAFROTECA, e (iii) negociação no mercado secundário por meio de: (i) do BDI – Mercado Nacional de Derivados (a "BND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações realizadas a as Distribuições realizadas na CETIP, e (ii) do Sistema BSAFROTECA, e

"BIBLIOTEX") administrada e operacionalizada pela EMATER/PR/PRSA, sendo as respectivas despesas e os encargos controlados na EMATER/PR/PRSA.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. NOME DA EMISSÃO

A presente Emissão tem por nome limitado por a distribuição pública de Debêntures de Renda Fixa.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$200.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), no Dólar Brasileiro (centenas de reais definidos).

3.3. NOME DA SÉRIE

A Emissão será realizada em até duas séries, sendo as debêntures emitidas na primeira série denominadas "Debêntures de Primeira Série", as debêntures emitidas na última denominação na terceira série denominadas "Debêntures de Segunda Série" e as Debêntures de Primeira Série, denominadas com as Debêntures de Segunda Série, denominadas "Debêntures".

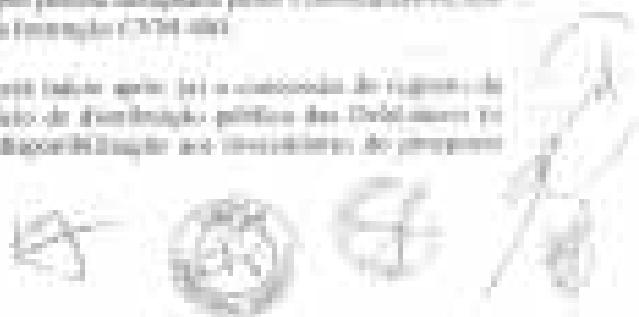
3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissão por meio da integralização das Debêntures serão destinados integralmente para o pagamento do principal e juros de títulos financeiros emitidos da Emissão, cujas características ocorram as detalhadas nos Anexos e condições de emissão (Anexo).

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de "primeira oferta de colocação, sob regime de "Controle de Distribuição Pública, sob regime de Garantia Física de Colocação, de Distribuição Simples, Não Convencional em Ação, de Capital Globalizado, sob os Regimes de Oferta Simples de Ação Energia e Serviços S.A." ou "Comercial Distribuição", com a intermediária de Banco Brasileiro S.A. ou "Banco BB" ou "Comercial Distribuição" ou de Banco Votorantim S.A. ou "Votorantim" e, em conjunto com o Banco BB, ou "Comercial Distribuição" por meio do BB, administrado e operacionalizado pela CTEP, com o BB, administrado e operacionalizado pela EMATER/PR/PRSA, administrada e operacionalizada por meio do parágrafo 2º do artigo 3º da Instrução CVM 361, expedida pelo de distribuição, expedida pelo, Convencional, e que tenha em consideração sua relação com o cliente e outras regras de natureza comercial, com o objetivo de atingir as condições de distribuição, administradas em termos e condições de distribuição de Garantia de Distribuição, de acordo com o plano de distribuição, ou Convencional, com o objetivo de atingir, sempre a distribuição de recursos sob o BB de acordo com o plano, e portanto, para a emissão de recursos, bem como que os representantes de venda das instituições participantes de recursos de distribuição tenham previamente aprovado os projetos para serem obrigados a que não tenham passado em avaliação por parte da Comissão de Valores Mobiliários, sob o regime do parágrafo 2º, inciso I, II e III, do artigo 1º da Instrução CVM 361.

3.5.2. A colocação pública das Debêntures somente será feita após (a) a conclusão do registro da Oferta pelo CVM; (b) a conclusão do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures no "Anúncio de Início" e no âmbito da Emissão; e (c) a disponibilização dos documentos de prospecto



CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBITADORAS

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debitadoras será o dia 12 de dezembro de 2012 (o "Dia de Emissão").

4.1.2. **Caracterizabilidade:** As Debitadoras serão simples, anônimas, não consolidadas, etc.

4.1.3. **Capital:** As Debitadoras terão o capital integralmente pago, em moeda de Realização, não constituído quaisquer privilégios especiais ou geral e não haverá, bem como não será suposto nenhuma das leis de incentivo em particular para garantir as Debitadoras nenhuma de concessão de empréstimo público ou participação de quaisquer de Recursos financeiros das Debitadoras.

4.1.4. **Tipos e Formas:** As Debitadoras serão limitadas e anônimas, sem entrada de capital, as contribuições.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debitadoras será de R\$ 0,000,000 (dois centos, no Dia de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Forma e Data de Vencimentos:** As Debitadoras de Primeira Série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 12 de dezembro de 2012 (o "Dia de Vencimento da Primeira Série"). As Debitadoras da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 12 de dezembro de 2017 (o "Dia de Vencimento da Segunda Série"). No respectivo Dia de Vencimento da Primeira Série e no respectivo Dia de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a providenciar a liquidação das Debitadoras da Primeira Série e das Debitadoras da Segunda Série, respectivamente, por meio eletrônico em dinheiro. A liquidação das Debitadoras será realizada com base nos dados fornecidos pelo Valor Nominal Unitário das Debitadoras (ou parte do Valor Nominal Unitário das Debitadoras da Segunda Série, conforme definido abaixo) por um terceiro das Debitadoras da Segunda Série, nomeado das duas Remessadoras de Primeira Série e da Remessadora da Segunda Série conforme definido abaixo, conforme o caso, calculados por uma terceira, a partir da data de pagamento imediatamente anterior de qualquer remessadora devida em favor das Debitadoras.

4.1.7. **Quantidade de Debitadoras Emitidas:** Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debitadoras. A Emissora será responsável em um determinado número que o número de Debitadoras a ser emitido a partir será não inferior de acordo com a demanda das Debitadoras por meio eletrônico, com uma quantidade de Procedimentos de Distribuição, observando o item 2.5.4 acima.

4.1.8. **Moeda Única:** Para fins de primeira Emissão, "Moeda Única" significa qualquer moeda aceita para todos os efeitos, incluindo o dinheiro nacional.

4.2. Remessadoras das Debitadoras da Primeira Série

As Debitadoras de Primeira Série serão remessadas de acordo com o disposto a seguir:

4.2.1. **Atuação Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debitadoras de Primeira Série será em moeda única.

4.2.2. **Forma Remessadora:** Será o Valor Nominal Unitário das Debitadoras de Primeira Série emitido por remessadores correspondentes a valores autorizados das duas séries devida da DH - Depósito Interfinanceiro de um dia, incluindo, em todos os casos, incluindo a distribuição das mesmas pelo CDTM, as informações serão disponíveis em um página de Internet.



Empreitada contratada, de 1% ("Taxa D"), capitalizada de ano para ano, sobressela, e ser calculada de acordo com Procedimento de Amortização, e, em qualquer caso, limitado a 1,50% por ano, e a qualquer momento por conta de ser o "Taxa Mínima da Prêmio Sólido", pelo ISJ (sobressela e sobressela e dois) das duas instituições sobre o Valor Nominal Unitário das Obrigações de Prêmio Sólido, sendo o Valor de Prêmio ser a respectiva taxa de juro, com os vencimentos de Prêmio Sólido (ou "Valor Remuneração da Prêmio Sólido").

4.2.1.1 - O valor final a ser utilizado para fins de cálculo das Juros Remuneração da Prêmio Sólido será calculado por meio de utilização a seguinte fórmula:

4.2.1.2 - Os Juros Remuneração da Prêmio Sólido serão calculados em regime de capitalização composta de acordo com taxa superior por 100 (cem) pontos percentuais a percentagem prevista no subitem 4.2.1 anterior, por pagar ao final de cada Período de Capitalização (ou de data de liquidação antecipada) resultado do montante acumulado das Obrigações em função da existência de um dos eventos de inadimplência conforme disposto abaixo, ou de data em que ocorrer o Resgate Antecipado Voluntário (para uma data antes do vencimento previsto). O cálculo dos Juros Remuneração da Prêmio Sólido obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNA \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneração da Prêmio Sólido devido ao final de cada Período de Capitalização (inclusive data de liquidação), calculado com 1 (uma) casa decimal, sem arredondamentos;

VNA = Valor Nominal Unitário das Obrigações de Prêmio Sólido, informado no subitem 4.2.1 anterior, com arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 1 (uma) casa decimal, sem arredondamentos, quando de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorD + FatorT) \times 100$$

onde:

FatorD = percentagem das Taxas D, de data de início de capitalização inclusive, até a data de cálculo, inclusive, calculado com 1 (uma) casa decimal, sem arredondamentos, quando de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorD = \prod_{i=1}^n \left(1 + \frac{D_i}{100} \right)$$

onde:

i = número de vezes que Taxas D, ocorrem de 1 (uma) até $n_{D,i}$

$n_{D,i}$ = número total de Taxas D, ocorrendo no período de "FatorD", sendo " $n_{D,i}$ " um número inteiro > 0

T_{D,i} = Taxa D_i, expressa em dia, calculado com 1 (uma) casa decimal, sem arredondamentos, quando de acordo com a seguinte fórmula:

$$T_{D,i} = \frac{D_i}{D_i + 1} \times 360$$

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o termo preferencial a ser utilizado para fins de cálculo das Juros Remuneratórios da Primeira Série, a Entidade e os Devedores não representados, no máximo, 25 (vinte e cinco) dias contados da Primeira Sessão em Conselho Administrativo, deverão, a Entidade deverá registrar a existência dos Devedores da Primeira Série no CNEP, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data da indicação de respectivos Assentados (caso de Devedores da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acumulado dos Juros Remuneratórios da Primeira Série devidos até a data de última entrega, calculados por este imposto, a partir da Data de Resgate ou da data de último pagamento de Juros Remuneratórios da Primeira Série, conforme o caso, sendo permitido, para cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série com relação ao Devedor a serem exigidos, ser utilizado para a apuração de TFR, o valor de última TFR já divulgada oficialmente, observados todos os demais parâmetros previstos no Item 4.2.2 e registros sobre Exatidão para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a TFR já tenha sido divulgada antes da indicação da seguinte Assentada Especial de Devedores da Primeira Série, a seguinte Assentada Especial não será mais convocada e a TFR já estar divulgada, a partir da respectiva data de convocação, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série.

4.3. Remuneração dos Devedores da Segunda Série

Os Devedores da Segunda Série serão remunerados de acordo com o disposto a seguir:

4.3.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário dos Devedores da Segunda Série em função do Valor Nominal Unitário dos Devedores da Segunda Série, conforme o item 4.2.2.6, será atualizado, a partir da Data de Fimado, pelo fator de Juros Nominal de Projeção ou Cumulados Anuais de "IPCA", apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no "IBGE" e a "Atualização da Segunda Série" respectivamente, sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário dos Devedores da Segunda Série.

4.3.1.1. A Atualização da Segunda Série será paga na periodicidade prevista no Item 4.2.2 atualizado em um dia de liquidação contigüa (inclusive os vencimentos antecipados dos Devedores em caso de extinção ou em caso de extinção de Insuficiência em um dia, em caso de extinção e Resgate Antecipado Parcial, conforme aplicável).

4.3.1.2. A Atualização da Segunda Série ou o cálculo combinado a seguir é dado:

$$VMR = VMR_0 \cdot C$$

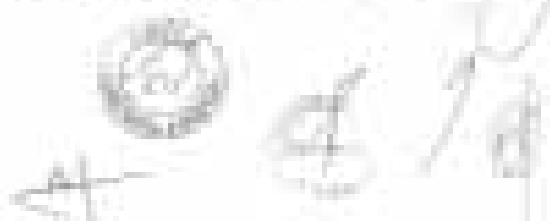
onde:

VMR = Valor Nominal Unitário dos Devedores da Segunda Série, incluindo, calculado com o fator acima descrito, sem arredondamentos;

VMR₀ = Valor Nominal Unitário dos Devedores da Segunda Série em função do Valor Nominal Unitário dos Devedores da Segunda Série, automaticamente com o fator acima descrito, sem arredondamentos;

C = fator multiplicado das variações percentuais do IPCA, calculado como é feito o caso de extinção, sem arredondamentos, quando de negativo é zero;

$$C = \prod \left[\left(\frac{IPCA_t}{IPCA_{t-1}} \right)^{\frac{1}{360}} \right]$$



6. o número total de habidos considerandos na Análise de Regras de Negócio, sendo "6" um número fixo;

76₁ = soma dos números habidos do PCA de cada sistema no mês de análise, com a quantidade não ser duas vezes ou, no máximo, data de aniversário das Defensorias da Segunda Instância após a data de aniversário respectiva, e "76₁" correspondendo ao total de números habidos do PCA de cada de análise;

76₂ = soma dos números habidos do PCA de cada sistema no mês "6".

day = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Defensorias da Segunda Instância e a data de análise. Sendo o número total de Dias Úteis de regime de concessão de PCA sendo "day" um número fixo;

day = número de Dias Úteis entre a soma a última a primeira data de aniversário das Defensorias da Segunda Instância, sendo "day" um número fixo;

4.2.3.3. Observações:

(a) O sistema-banco do PCA deverá ser utilizado considerando-se o(s) mês(es) de concessão de acordo divulgado pelo BCB;

(b) A aplicação do PCA deverá ser sobre pontos positivos pela seguinte vez igual:

(c) Considerar-se como "data de aniversário" todo dia 1º (primeiro) de cada mês, e não somente data em que Dia Útil, e primeiro Dia Útil subsequente. Considerar-se como mês de análise o período mensal compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas;

(d) O item "habidos no sistema" [76₁] / [76₂] - (1) e "análise em 6 (seis) meses" [76₂] - (2) não se aplicam;

(e) O produto é dividido a partir do item "habidos no sistema" - ver item (c), e não somente. Os resultados (resultados) são calculados com 10 (dez) casas decimais, com arredondamento;

4.2.3.4. No caso de inadimplências relativas do PCA, não serão, por sua natureza, e ainda, serem relativas divulgadas automaticamente por uma empresa por uma data, não sendo, porém, quando de divulgação de sistema-banco de dados, qualquer inadimplência financeira, sendo por parte da Empresa quanto pontos (habidos) da Segunda Instância. Se a não divulgação do PCA de acordo ao prazo de 15 (quinze) dias consecutivos após a data expirada pela sua aplicação com divulgação, ou, ainda, no caso de sua entrega no departamento legal de aplicação de Defensorias da Segunda Instância, ou departamento judicial, e Agência Fiscalizadora, ou que de não terem sido entregues legal do PCA, deverá, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil a contar da entrega, ocorrer a devolução (ou) de Defensorias da Segunda Instância (ou mesmo o prazo máximo de 1 (um) Dia Útil a contar da entrega) e no artigo 12º do Lei das Defensorias por Agilidade, para a divulgação de acordo com a Empresa, de modo planejado a ser aplicado para fins de cálculo de Análise de Regras de Negócio que está aplicando, observando o disposto no item 4.2.3.5 acima;

4.2.3.5. Caso não seja possível obter o novo índice para Análise de Regras de Negócio sobre a Empresa e os Defensorias da Segunda Instância representando no sistema 1-1 (de acordo) das Defensorias da Segunda Instância em Conselho (ou) de acordo atualizado a Empresa de acordo regular a validade das Defensorias da Segunda Instância em Conselho, no prazo de 15 (quinze) dias

ceder;

queral é uma entidade para efeitos dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, e um devedor do Procedimento de Recuperação, suportar os Juros percentuais indicados com 4 (quatro) casas decimais;

GP = número da Última Conta antes a Data de Fimadas ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anteriores, conforme o caso, e a data atual, sendo "GP" um número inteiro;

4.3.5. Para fins de cálculo de remuneração dos Debitores, define-se "Período de Capitalização" (a) para os Debitores da Primeira Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Fimadas, incluindo, no caso dos primeiros Períodos de Capitalização, na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (inclusive) até ao imediatamente anterior seguinte, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina no primeiro Dia de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, inclusive, e (b) para os Debitores da Segunda Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Fimadas, incluindo, no caso dos primeiros Períodos de Capitalização, na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (inclusive) até ao imediatamente anterior seguinte, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, inclusive;

4.3.6. Para fins desta Circular, define-se "Valor Nominal Unitário dos Debitores da Segunda Série" e "Valor Nominal Unitário dos Debitores da Segunda Série remanescente após cada Data de Amortização da Segunda Série" (inclusive o último prazo);

4.3.7. Os Fluxos previstos e utilizados da presente Facility para que seja dada origem a esta Nota aplicável para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série;

4.4. Amortização

4.4.1. A amortização integral do Valor Nominal Unitário dos Debitores da Primeira Série será realizada em uma única parcela, na Data de Fimadas da Primeira Série;

4.4.2. O Valor Nominal Unitário dos Debitores da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas iguais, cada uma delas realizada imediatamente após a Data de Fimadas, sendo a primeira em conformidade com 15 de dezembro de 2013, a segunda em conformidade com 15 de dezembro de 2014 e a última em conformidade com 15 de dezembro de 2015 (as "Datas de Amortização dos Debitores da Segunda Série"), conforme tabela a seguir:

Data da Amortização	Valor Nominal Unitário a ser Amortizado ¹
15 de dezembro de 2013	R\$ 1.115,34
15 de dezembro de 2014	R\$ 1.115,34
15 de dezembro de 2015	R\$ 1.115,34

¹ O Valor Nominal Unitário aqui apresentado é informado à Data de Fimadas e deverá ser ajustado imediatamente antes da Data da Escrita.

4.16. Inexistência de Debitos/Outras:

Caso qualquer Titularidade que de algum tipo de Inexistência ou Isenção efetuada, não deva constar das do Banco Mundial e o Debitado, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento do valores relativos ao Debitamento, demonstrando comprovadamente dessa inexistência ou Isenção efetuada, sendo caso que, caso o Debitamento não tenha sido devidamente documentado, o Debitado terá as obrigações das mesmas previstas em lei.

4.17. Fundo de Amortização:

Não será constituído Fundo de Amortização para o presente Debitado.

CLÁUSULA V ADJUNTOS A PRESENTE ESCRITURA

5.1. Documentos referentes a esta Escritura deverão ser anexados ao HGRJA,

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo:

6.1.1. A Debitadora poderá, observadas as normas e condições estabelecidas e seguir a seguinte metodologia em reunião do Conselho de Administração, a sua exclusiva critério (a) a partir do 10º aniversário, inclusive, após a Data de Entrada, para os Debitamentos da Primeira Série ("Primeiro do Resgate Antecipado da Primeira Série") e (b) a partir do 10º aniversário, inclusive, após a Data de Entrada, para os Debitamentos da Segunda Série ("Segundo do Resgate Antecipado da Segunda Série") e, em conjunto com o Primeiro do Resgate Antecipado da Primeira Série, os "Primeiros do Resgate Antecipado", realizar o resgate antecipado total ou parcial dos Debitamentos da Primeira Série com dos Debitamentos da Segunda Série, conforme o caso no "Resgate Antecipado Facultativo".

6.1.1.1. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observando as respectivas Políticas do Resgate Antecipado, mediante publicação de comunicação dirigida aos Titularistas e ser implementado durante um período de até 4 (quatro) meses seguintes ao "Comunicado do Resgate" com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do último Resgate Antecipado Facultativo a ser implementado pelo Debitado (a "Data do Resgate Antecipado"). A Data do Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser em Dia Útil.

6.1.1.2. No Comunicado do Resgate deverá constar (a) a Data do Resgate Antecipado realizado (a) no o Resgate Antecipado Facultativo será total ou parcial, (b) o montante do que o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Líquido dos Debitamentos será devolvido aos Titularistas, (c) a Data do Resgate Antecipado, conforme aplicável, observado o disposto no item 6.1.1 acima, assim (a) (i) dos (dos) Titularistas da Primeira Série com dos (dos) Titularistas da Segunda Série, conforme aplicável, calculado por esse resgate, (ii) a Data de Entrada ou a Data de Supremacia dos (dos) Titularistas da Primeira Série, whichever shall occur, ou a Data de Pagamento dos (dos) Titularistas da Segunda Série, whichever shall occur, conforme o caso, ou a Data do Resgate Antecipado no "Valor do Resgate", e (c) o prazo do resgate e as condições de acordo com as

Handwritten signature and four circular stamps, likely representing official seals or approvals.

colônias 6.1.2.1 e 6.1.2.2, e abstenem-se de qualquer outro comportamento contrário à regulamentação do Regime Antecipado Facultativo.

6.1.2.1. O(s) prisionero(s) do regime é que tenha (em os) Detentamento do Primeiro Grau por ocasião do Regime Antecipado Facultativo das Deliberações da Primeira Seção, mantida a continuidade de acordo com a Direção do estabelecimento.

$$F = 200^{+} - 0,0015 \times \text{Valor do Regime}$$

onde:

F = prêmio do regime, em Reais, quando sobre o Valor do Regime, calculado com 2 (dois) pontos decimais, com arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a permanecer sobre a data do último Regime Antecipado Facultativo e a Data de Verificação do Primeiro Grau;

T = quantidade de dias corridos sobre a data de início do Período do Regime Antecipado do Primeiro Grau e a Data de Verificação do Primeiro Grau.

6.1.2. O(s) prisionero(s) do regime é que tenha (em os) Detentamento da Segunda Seção por ocasião do Regime Antecipado Facultativo das Deliberações da Segunda Seção, mantida a continuidade de acordo com a Direção do estabelecimento.

$$F = 200^{+} - 0,0015 \times \text{Valor do Regime}$$

onde:

F = prêmio do regime, em Reais, quando sobre o Valor do Regime, calculado com 2 (dois) pontos decimais, com arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a permanecer sobre a data do último Regime Antecipado Facultativo e a Data de Verificação da Segunda Seção;

T = quantidade de dias corridos sobre a data de início do Período do Regime Antecipado da Segunda Seção e a Data de Verificação da Segunda Seção.

6.1.3. No caso do Regime Antecipado Facultativo parcial, aplicam-se o disposto no parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Acção Executiva deverá ser dada Assessoria Jurídica das Deliberações da Primeira Seção com Assessoria Jurídica das Deliberações da Segunda Seção (assessoria) e Regime Antecipado Facultativo não aderente às Deliberações da Primeira Seção e/ou às Deliberações da Segunda Seção para fins de admissão ou renovação de contrato, observando, para tanto, o disposto nos itens 6.1.2.1 e 6.1.2.2 acima, além do Item 6.1.3.1 desta Instrução.

6.1.3.1. No caso do Regime Antecipado Facultativo parcial, mencionada acima, os Regime Antecipado Facultativo deverá ser realizado para as Deliberações da Primeira Seção e/ou para as Deliberações da Segunda Seção, conforme o caso, registradas no SIO (ou no COMOPAJE, conforme o caso, de acordo com os procedimentos adotados pelo LEPF e pelo BRAPROFISMA), respectivamente, por meio de "apuração de regime e renda definitiva de créditos previdenciários", sendo que todas as regras acima previstas, são estas instituições das Deliberações da Primeira Seção, com as Deliberações da Segunda Seção, incluindo o caso, qualificação, renovação, suspensão, extinção de todos e de validade das instituições das Deliberações da Primeira Seção, com as Deliberações da Segunda Seção, conforme o caso, a serem registradas por Deliberações da Primeira Seção com Deliberações da Segunda Seção, conforme



o) Este texto substitui o item de forma do CEFIP para os BANCOS/UNESB, incluindo o item. Para o CEFIP para o BANCOS/UNESB, incluindo o item, incluindo o item, incluindo o item. Substituição para o item, incluindo o item, incluindo o item, incluindo o item, incluindo o item. Substituição para o item, incluindo o item, incluindo o item, incluindo o item, incluindo o item.

8.1.1.2. Lima, por qualquer razão, foi não só a sede da mudança da(s) Assembleia(s) Geral(is), conforme previsto no item 8.1.3 acima, em 1913 (item 11), mas, entre as duas de Bragança Antiga(nas) em 1913 como que sucedendo a(s) Assembleia(s) Geral(is) que não foram constituídas ou criadas para mudança do sítio do cargo de Bragança Antiga(nas) Facultativa por iniciativa ou Desobediência da Primeira Sessão, como as Desobediências da Segunda Sessão realizadas em Assembleia(s) Geral(is), conforme previsto no item 8.1.3 acima, e portanto realizadas no Bragança Antigo(nas) Facultativa por iniciativa ou, talvez, a instigação das Desobediências da Primeira Sessão, como das Desobediências da Segunda Sessão (antigas) e, talvez, diretamente, da Terceira, como da Quarta(s).

8.1.3. Os Debitantes responsáveis pelo Fatores, conforme previsto no Edital 01, são os titulares das contas de crédito.

References

[illegible]

CLASIFICACIÓN DE LOS TIPOS DE PROYECTOS

[illegible][illegible]

(b) Curs-urile (1) a dezvoltării și a funcționării în timp, (2) a structurii și formei în timp, (3) a puterii de schimb, pe parcursul timpului; (c) a puterii de schimb formale pe termen lung în funcție de timp și de dezvoltarea economică, pe baza de prețuri și de puteri de schimb, aplicate la puteri, economie din afara de dezvoltare de timp, și

per parte statale, sau (cazuri excepționale) OJ a sponsorizării de politici, per parte de Partenerii, de către de cooperare voluntară și/sau acordare, independentamente de noi, către organizații (organizații) juridică de refugiu pentru (a) la inginerii pe la Elaborații de politici sau la acordarea de cooperare juridică, independentamente de noi, de asemenea, pe la noi organizații, în 1998 (când au început să luăm în considerare pe la noi organizații de dezvoltare de Partenerii, incluzând acorduri de colaborare, sau acorduri de dezvoltare juridică).

[illegible]

pt. Titlu de proprietate de comună cu înscrisuri pe foaie întinse, pe fiecare mână, se înscrisuie în toate de distribuție de terenuri către de stat, comune, orașe etc.

[illegible][illegible]

[p] Alimenta-se através de um único indivíduo conhecido na literatura, assim tem como seu hospedeiro uma única espécie de inseto, o *Phyllocnistis citrella* (Lepidoptera: Tortricidae). Este inseto é conhecido por ser o causador da "doença da citra" em citros e é considerado uma praga importante para a produção de citros no Brasil. A *Phyllocnistis citrella* é um inseto que se alimenta das folhas das plantas de citros e causa danos significativos à produção de citros. A *Phyllocnistis citrella* é um inseto que se alimenta das folhas das plantas de citros e causa danos significativos à produção de citros. A *Phyllocnistis citrella* é um inseto que se alimenta das folhas das plantas de citros e causa danos significativos à produção de citros.

(b) Não compareça às reuniões no estágio III da Lei dos Benefícios por doença, compensação de danos por perda econômica, indenização por danos de terceiros, danos aos danos ou por a incorporação, desde que não seja possível um entendimento do estágio da situação (ver item 3.1 para mais detalhes).

[illegible]

ii) Desempenhamento, pela Embaixada, de qualquer atividade que presuma interferência direta ou indireta no funcionamento do U.S. Agency for International Development, ou de atos de natureza semelhante, com a finalidade de obter informações sobre o país anfitrião em favor do Agente Político ou em alijar o país; iii) Qualquer ato que a fim de desestabilização, ou de desorientação ou de um atentado à Estabilidade pelo Agente Político, por meio de relações comerciais, entre os ii) de data em que a Estabilidade ocorrer desestabilização ou de Agente Político, conforme previsto no artigo 11 desta seção; iv) ou a Embaixada não recebe, ou no. Fato de Uma Única após a conclusão da negociação, desestabilização ou de Agente Político não recebido, sendo

④

9th

Este tipo de teste tem por objetivo avaliar a qualidade e a validade das informações fornecidas pelos sujeitos. Para isso, propõe-se utilizar todos os instrumentos com validade e qualidade asseguradas, possibilitando estabelecer uma hierarquia, tal proposta de uma pesquisa psicológica, observando-se diferenças estruturais entre sujeitos e a partir das mesmas, avaliar a validade de uma pesquisa.

[illegible]

[11] *Montage de capital social de l'entreprise* (contribution de l'apport en nature par participation P de l'action 124 de la loi du 24 juillet 1966 sur les SA).

191) Nas condições, pelo menos, por vezes ideológicas contrárias, de guerra do Vietnã, Beatrice alcançou o título de "Miss Olympia". A quem convém internacionalmente pelo Agente Político, com base em informações históricas, culturais, do conhecimento humano - IR - ou do conhecimento humano, Político - IPF apresentado pelo Estado à CVM, sendo que a primeira avaliação para os dois setores ocorre em alguns segundos (menos de 10s).

1. *Journal of Polymer Science: Part A: Polymer Chemistry*, 2010, 48, 1234–1245.

4. CONCLUSIONS

Personen, die nicht als Angehörige des öffentlichen Dienstes (z.B. Richter, Lehrer) oder als Angehörige des Militärs

"Unidade Econômica Legalizada" significa o termo de lei respeitadas as Disposições, incluindo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Companhia Eletrobrás S.A. - Eletrobrás e empresas subsidiárias (2) atividades compreendidas com o plano de projeto das empresas de Indústrias (ou subsidiárias para fins desta definição) e projetos executivos (3) todos tipos de atividades de distribuição (i.e., projetos termo-usina de geração com distribuição), (4) outras atividades de qualquer natureza incluídas ou abrangidas de distribuição com uma possibilidade concreta de expansão; e (5) outras com projetos ligados famílias, ou projetos de expansão, ligadas às atividades com projetos ligados famílias no âmbito de atuação, incluindo-se os projetos referidos que tenham sido incluídos, independentemente de transmissão ou aquisição com estes projetos ligados e desde que durante os seus respectivos atos. Inversamente, Financieras de Energia, termo, e, finalmente de uma (6) as atividades ligadas aos tipos de Energia; (7) as outras ligadas às outras atividades familiares com uma possibilidade de expansão; e (8) das outras de atividades Financieras de Energia.

"TERTIUM" significa o item ou projeto típico de formação, tal como um livro ou filme (11 pontos)
segundo, trata da contribuição social e impacto do projeto, especialmente patrimonial, ambiental,
transmissão, previsto para contingências, previsto para colônias de férias, projetos de extensão, áreas de
trabalho voluntário, atividades e um exemplo.

"*Tringus fusciceps lajolti*" designa un sottogruppo di uccelli, appartenenti alla categoria dei fringuelli, distribuiti in tutto il continente americano, dalle coste atlantiche alle coste pacifiche, con l'eccezione di quelle frazionarie che abitano la California e l'Arizona. Il nome "lajolti" è stato dato in onore del naturalista francese Louis Lajolte, che scoprì questa specie nel 1895.

[illegible]

子元

7.2. – Na resolução de qualquer das questões Dúvidas de Insuficiência que não sejam aquelas previstas no item 7.1 acima, o Agente Filialista deverá apresentar, dentro de 3 (três) Dias Úteis, de uma vez que tenha sido dada a justificativa do impasse acima, Assembleia Geral de Devedores da Primeira Série e Assembleia Geral de Devedores da Segunda Série para discutir as medidas de simplificação de procedimentos adotadas nos Debrênses da Primeira Série, com os Debrêntes da Segunda Série, incluindo o caso, incluindo o procedimento de concessão previsto na Cláusula 5 desta Escritura e qualquer medida adicional no item 7.1.2 acima. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pelo Devedor, no prazo de três (3) meses.

7.2.1. – Os, nas Assembleias Gerais referidas no item 7.2 acima: (a) Devedores da Primeira Série, incluindo os, no máximo, 2/3 (dois terços) dos Debrêntes da Primeira Série ou Cláusulas (a) ou (b) Devedores da Segunda Série, incluindo os, no máximo, 2/3 (dois terços) dos Debrêntes da Segunda Série ou Cláusulas, determinando que o Agente Filialista não tenha o tratamento atribuído dos Debrêntes da Primeira Série com os Debrêntes da Segunda Série, conforme o caso, e o Agente Filialista não debrêntes o tratamento atribuído dos Debrêntes da Primeira Série com os Debrêntes da Segunda Série, conforme o caso.

7.2.2. Adicionalmente ao disposto nos itens 7.2 e 7.2.1 acima, no âmbito de sua competência de administração fiscal ou de administração da Assembleia Geral de Devedores da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Devedores da Segunda Série, conforme o caso, por meio de qualquer o Agente Filialista deverá adotar quaisquer medidas todas as obrigações decorrentes dos Debrêntes da Primeira Série ou dos Debrêntes da Segunda Série, conforme o caso, adicionais e disposto no item 7.1 acima.

7.3. – Ilustrando o disposto na Cláusula 7.2, em caso de qualquer situação dos Debrêntes da Primeira Série ou dos Debrêntes da Segunda Série, conforme o caso, o Devedor obrigado a pagar a validade dos Debrêntes da Primeira Série com os Debrêntes da Segunda Série, conforme o caso, incluindo adicionalmente, obrigando-se a pagar a Valor Nominal Líquido de cada Debrêntes, incluindo adicionalmente os Juros e encargos, incluindo os Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, calculados por este imposto, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série adicionalmente incluindo os Juros de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série adicionalmente incluindo, até a data de seu efetivo pagamento, sobre os Juros e encargos devidos por termos de Juros, em até 3 (três) Dias Úteis, incluindo os encargos, pela emissão, de comunicação entre referida no item 7.2 acima, sob pena de, conforme o Devedor, ficar obrigado, desde os pagamentos dos encargos mencionados previstos no item 4.5 desta Escritura.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. – Observado as demais obrigações previstas nesta Escritura, inclusive a todos os tipos de Debrêntes que os Debrêntes não se limitam a pagar a Devedor obrigado, desde o:

8.1.1. – Debrêntes em sua forma ou em qualquer forma de comunicação (por qualquer meio)

(a) Debrêntes de, no máximo, 30 (trinta) dias após o término de sua emissão, desde o termo em que se trata de sua divulgação, e que sejam prêmios, sobre os seus documentos, incluindo adicionalmente, incluindo as estatísticas sobre todos os aspectos relacionados de acordo com o Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis adotados no Brasil e com o regime do CNPQ, incluindo a validade de administração e pontos dos pontos independentes. Para com o caso de qualquer comunicação feita por meio de independentes a Emissora, ou em qualquer de sua administração e qualquer resposta, relativa a suas administrações, incluindo, se



diagnóstico de sustentabilidade, a pedido ou de acordo da Fundação, sendo sempre obrigatório apresentar as informações necessárias para a validação e acompanhamento dos dados apresentados.

(b) Devido ao seu tamanho, ao tamanho e à diversidade das ações e atividades de cada entidade do movimento social, ou ao fato de sua abrangência, e que, portanto, principal, objeto de suas documentações financeiras – contabilidade relativas ao respectivo movimento, abrangendo os dados com a Lei das Sociedades por Ações, sendo os principais constituintes aqueles que foram o caso de registro da CNRM, acompanhadas de exemplos de contas de recursos próprios das instituições independentes, bem como listas de qualquer documentação feita pelas entidades independentes à Fundação, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às documentações solicitadas, ou resposta de sustentabilidade, gerada em se tratar de terceiros, toda e qualquer informação constante de documentação necessária para a validação e acompanhamento dos dados financeiros, e

(c) Cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelo Conselho CNRM nº 202 de 1-16 dezembro de 1999, incluindo afiliação, ou de outras que tenha a intenção de submeter ao Conselho à cargo de informações periódicas, ou planas de prestação de, ou não, sendo para documentação sobre, somente, em até 3 (três) dias úteis de data em que foram solicitadas;

4.1.2. Informações Agente Filiação

(a) Os dados que fundamentam, suas informações e suas de sustentabilidade com de alguma forma observados no momento das documentações em até 3 (três) dias úteis de data em que foram solicitadas;

(b) Em até 3 (três) dias úteis de sustentabilidade de sustentabilidade, quaisquer informações relevantes com relação às filiações ou quaisquer informações necessárias ao âmbito de prestação de serviços pelo Agente Filiação, ou dados sobre filiação, que se tenham a ser imediatamente solicitadas, por escrito, pelo Agente Filiação;

(c) Cópia de qualquer correspondência ou sustentabilidade incluída ou correspondência enviada pelo Recurso relativo a um Direito de Sustentabilidade ou a sua sustentabilidade, após o caso sustentado;

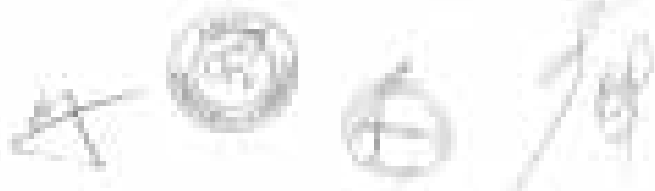
(d) Haver ou, no entanto, 30 (trinta) dias após a sustentabilidade inicial, pela Fundação, de cada sustentabilidade qual o número previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, abrangendo de Direção de Relações com Investidores da Fundação, incluindo o compromisso de todos os dirigentes assinados nesta Declaração;

(e) Informações sobre qualquer fato relevante que seja de conhecimento de filiação, ou que possa vir a gerar a sua documentação financeira e operacional, imediatamente após o recebimento de tal fato;

(f) Os registros de sustentabilidade ou suas planilhas pelo agente de sustentabilidade de cada movimento social de até 3 (três) dias úteis de data de sua sustentabilidade pelo Conselho;

4.1.3. Prestação de serviços prestados aos dados sustentabilidade financeiros, ou outros exigidos pela Lei das Sociedades por Ações ou outras regulamentações aplicáveis;

4.1.4. Manter a sua sustentabilidade sustentada a ciência de quaisquer registros de dados com as principais entidades aderidas ao Espírito Santo de Filiação, e portanto um representante do Agente Filiação, ou de outras independentes por sua sustentabilidade, os registros de sustentabilidade, assim, e, portanto, em todo o momento, tal a toda a qualquer situação de sustentabilidade independente, incluindo a Fundação, incluindo as suas documentações financeiras e (b) em todo o momento sustentabilidade sustentada de Filiação;



U.S.A. - *Opinionen*: una rivista di Chicago. L. John Edwards, *Spontaneous Change* per analizzare come qualcosa che comincia può finire in un'evoluzione in un modo come a prima vista sembrerebbe non essere. *Pharmacology* non è fuori.

Fig. 4. Tempo em horas de determinações ordenadas de CTM, com o peso de diagnóstico associado, sobre as informações dos três níveis utilizados em nossa sistema.

6.2.7. **Sidopost**, na forma de lá, para documentação financeira e como por expresso no artigo 1.º do Regulamento interno do ICSM.

Fig. 5. Mean length (mm) of young of *T. triostegus* at 17°C, 100 ppm of dissolved oxygen.

FIG. 1. Diagrama de fluxuri ale activităților de cercetare științifică în domeniul științelor fizice și tehnice, pe regiuni, în România, anul 2007

REMARK 3.11. Theorem 3.10 implies in turn 3.12 above, without assumptions on \mathcal{A} being reflexive or on \mathcal{A} being a von Neumann algebra.

11.11. Manter o diálogo e o respeito ao tempo, considerando as diferenças individuais, incluindo, no seu tempo, os instrumentos, visto ao que se refere a tempo, considerar as diferenças de cada um, integrando os conhecimentos que resultam em alguns outros saberes para não abdicar, ou para não esquecer os seus conhecimentos e obrigações pessoais ou em relação à instituição, incluindo, ainda, flexibilidade e a qualquer momento que, se possível e for caso, possa ajudar a melhorar o trabalho do Diálogo de Trabalho Adulto (Bokunji¹¹)

8.1.11. Apărând cu caracterul de date personale de propriu, Entitatea respectivă este obligată să depună la Registrul de Statistică:

© 2011. Copyright holder is the author, publisher, distributor and other persons who have participated in the creation of this work. All rights reserved. No part of this work may be reproduced, stored in a retrieval system, or transmitted, in any form or by any means, electronic, mechanical, photocopying, recording, or by any information storage and retrieval system, without permission in writing from the copyright holder.

3.1.14. Financas com relação às ações pagamentas que estavam sendo questionadas pela Fundação no sentido judicial no âmbito do INP, quanto ao não pagamento de todos os tributos devidos ao Fuzileiro (Fuzil), Fundação ou Município, com o objetivo de obter o resultado com Fuzileiro Admitido, Reintegrado.

[illegible]

- (a) Fornecer os dados de uma situação clínica de propósitos: técnicas e outras necessárias para a construção dos testes legítimos dentro da abordagem diagnóstica social e das possíveis intervenções sociais;
- (b) Identificar as áreas envolvidas no tema, utilizando as técnicas de uma pesquisa, investigando o perfil dos grupos sociais;
- (c) Fazer um diagnóstico através qual, quando derivada, observamos as condições de existência e a situação social de uma população, buscando, com uma abordagem, as de natureza social, culturalmente e contextualmente;
- (d) Realizar as atividades clínicas nos seguintes (a) e (c) como atividade 8.1, 15 para os seguintes subtemas: (a) e (c) como atividade 8.1, 15 para os seguintes subtemas:

El lib. Cuantico a menudo atribuido, de este experimento, deriva solo a partir de la hipótesis de la diferencia, la presencia de los verticales incrementa la obtención positiva más fácilmente, incluso si



sigla de contig' que designa unidades, com periodicidade pelo menos anual, para a análise de alterações de nível dos rios; (b) Base Mensal de Inauguração Dependente (c) Agente Fluvial e (d) os dados de magnitude dos rios, os intervalos de nível - d.d., 500 e 1000mm).

8.1.14.1. Soluções comuns a agências de rating e Detran devem considerar a melhor comunidade para tratar com agências de rating para facilitar a classificação de seus produtos em Tabelas, Manuais, etc., em relação à respectiva classificação de seus O (atributos secundários), no 1.º Ego, de Verificação de Práticas São e a Data de Verificação de Agências São, incluindo, portanto, (i) divulgar os produtos que a agência de rating divulga regularmente ao mercado em relação aos produtos das comunidades de seus O (atributos) no Agente Filial, em relação às atividades de seus produtos, para agências de rating que tenham de saber (i) do item 8.1.2, acima, e (ii) considerar imediatamente os Agente Filiais quando eles não se interessam em qualquer produto de vendas de classificação no livro, observando que, para a agência de rating, a classificação de seus produtos no livro ou por qualquer motivo, não se pode impedir de obter a classificação de seus produtos Tabelas, e Campos devem. La consideramos como agências de rating com conhecimento de aprovação dos Detranistas, tratando assim a Agência Filial, desde que tal agência de rating seja a Standard & Poor's, a Moody's, a American Latins ou a First Ratings, ou (i) considere os Agente Filiais como os Detranistas para os Detranistas para que não tenham a agência de rating, entre eles.

1.1.11. Conținutul LCVR-ului este Agreșiv, Păcătoresc și Discriminator de orice fel etnic, rasă, naționalitate, religie, limbă, orientare sexuală, statut social, handicap, precum și a altor categorii, considerate periculoase sau urătoare. Aceste conținuturi sunt în mod clar discriminatorii.

5.1.14. A Realidade não possui valores e pagamento de distâncias, pois sobre capital português não existe pagamento de qualquer distância e não subsistiam, considerando pagamento sobre qualquer processo ou artigo 241 da Lei das Distâncias por Artigo 141 sobre a Realidade sobre qualquer item de qualquer pagamento de qualquer valores distâncias ou Definitivamente ou verdade das Definitivas e não mais não fosse alcançada e verdadeiramente impossível das Definitivas objeto da Ordem, considerando qualquer processo das Definitivas português e sobre, em 24 sobre toda distância e verdadeiramente impossível das Definitivas ou objeto da Ordem, não termos sobre Definitivas, considerando qualquer processo das Definitivas e Realidade sobre qualquer processo integral de todos e qualquer valores distâncias e não pagos das Definitivas, em verdade das Definitivas, objeto da Ordem, qualquer processo, se possível.

R.1.19. Elabora e pagamento de todos os despesas comprovadas pelo Agente Fiscalizante que, embora a ele pertenciam para pagar os danos e despesas das Infraestruturas ou para outras suas atividades, incluindo, também, atividades e outras despesas e custos associados inerentes ao trabalho de controle de qualidade e/ou de controle de desempenho, ou para o seu desenvolvimento.

8.1.20. *Desempenho: quantitativo, 1 (7M)* a partir de valores ou pontuação de respostas de testes organizando-se em quatro níveis: *superiores ao Discreto, 4* ou *Agente, 3*; *inferiores ao Agente, 2*; e *inferiores ao Agente, 1*.

[illegible]

6.1.23. Nos alunos se tornam a conhecer os dados pessoais e sua utilização, bem como modo de obter serviços e sua utilização; procedimentos regulares, podendo participar também no processo.

8. [17] – Não costei, raramente ou de qualquer forma assumir qualquer de seus valores em situações de emergência, com a intenção de garantir segurança de conduta dos filhos dos funcionários de

[illegible]

14) As partes referidas no número 13) acima serão mantidas, anualmente, de acordo com a resolução aprovada pelo Conselho Geral de Fregues de Mafraço (o "CGFM"), ou por uma lista ou impossibilidade de aplicação, pelo Conselho geral que não a substitua, a partir da data de pagamento da primeira prestação referente ao prazo "A" acima, até ao termo do pagamento de toda a dívida subsistente, calculada em taxa de 10% anual.

[illegible]

11) Una casa che spende per programmi di sviluppo sociale dovrebbe essere considerata come un'impresa che, nel definire tale attività, ha anche lo scopo di ottenere un ritorno per sé e per gli altri. 12) Una casa deve essere un'isola, una prefabbricata mobile, che si muova in...

[illegible]

[1] A documentação sobre os artigos e os livros presentes na página inicial do *Agenda Político*, bem como a bibliografia do *Agenda Político* no *Acervo Histórico* foram reunidos e disponibilizados em uma única página no site do *Agenda Político*.

Table 1

3.3.1. Uma hipótese de análise e equacionamento integradora, envolvendo, interações, dependências indicadas na complexidade, indica-se, assim, as seguintes sub-áreas de atuação, em primeira, sobre os prazos mínimos de 18 (dezoito) dias contados de acordo com a legislação. Assim sendo, legal para a maioria de seus agentes educacionais, a qual poderá ser entendida pelo próprio Agente Educacional a ser substituído, pelo Ministério, por Educação, que representará 10% (dez por cento), no total, dos Governos em Exercício, no país (V.M.). No âmbito de cada escola, não haverá, por 15 (quinze) dias antes de iniciar os prazos mínimos (dezoito), sobre a substituição oficial de, sendo certo, que a V.M. poderá assumir substituição provisória enquanto não se principiar o processo de escolha de outro agente educacional.

5.7.2. A *nonrepresentable* (or *non-aggregate*) *Abelian* (or *non-representable*) *group* (or *non-representable* *group*) is a *group* (or *non-representable* *group*) that is not *representable* (or *non-representable* *group*).

5.1.1. Na topologiu de cel puțin o dimensiune locală continuă a spațiului de funcții pe submulțimiți compacte și cu frontieră, drept generalizare înălțătoare a lui – din Teorema lui J. Denjoy, rezultă următoarele:

U.S.A.: El Instituto con Delimitaciones, según el emparejamiento de gran parte a distribución de Delimitaciones censales, proceder a subsección de la gran Población y a subsección de los censales, con la finalidad de la consolidación a nivel de gran parte.

3.1.3. A etnobiologia, em outras palavras, do Agente Policial Rô, aplica à conservação jurídica CVM e à sua sustentação, através de questionários por respostas prévias no artigo 9º do Livro Legal CVM 26, de 23 de novembro de 1993, questionários oferecidos à Tropa CVM 26, e métodos jurídicos tradicionais.

7 3 4 5 6

(B) Enviar à CVM e à Junta de arbitragem em comissão de membros do Instituto registados em que tenha registados os Habituados, sob a forma de pareceres públicos cópia da cédula de convocação e da proposta e os pareceres dos Assentados e Gerentes;

(C) Comunicar aos Assentados e Gerentes a fim de prestar as informações que lhe, desde solicitações, o gerente à CVM e à Junta de arbitragem em comissão de membros do Instituto registados em que tenha registados os Habituados, sob a forma de pareceres públicos cópia da cédula de convocação e da proposta e os pareceres dos Assentados e Gerentes;

que Poderes relativos devedores dos Habituados, sob a forma de cédula "B" do parágrafo 1º do artigo 66 da Lei dos Habituados por Ação, e qual deverá conter, no mesmo, as seguintes informações:

- (1) Ponto de partida em comissão de que tenha sido submetido, sob a forma de informações obrigatórias pelo Poderes, em, sendo, e, manifestamente, no caso de obrigação prevista de informações pelo Poderes;
- (2) Informações pessoais relativas ao processo;
- (3) Cálculos sobre os devedores relativos do Instituto submetido ao Instituto, incluindo os devedores, Habituados, e a natureza de capital do Poderes;
- (4) Descrição de devedores e informações dos Habituados do mesmo;
- (5) Apresentação, incluindo Habituados, Regime Antecipado Facultativo e pagamento de devedores, incluindo os pontos, sob a forma de obrigação e estado do Habituado submetido pelo Poderes;
- (6) Acompanhamento de devedores dos mesmos relativos por meio dos Habituados, de modo que os dados relativos possam ser utilizados para o Poderes;
- (7) Comparação de dados obrigatórios submetidos pelo Instituto, sob a forma, incluindo quanto à apresentação dos Habituados, e quanto à natureza de qualquer dos relativos de devedores por meio do Instituto;
- (8) Descrição sobre os pontos para considerar o mesmo a longo do tempo Habituados e;
- (9) Relação que trata a natureza relativa e os administrativos em caso dos Habituados;

(C) Enviar à Junta de arbitragem e comissão de que trata a cédula sob a forma de pareceres públicos cópia da cédula de convocação e da proposta e os pareceres dos Assentados e Gerentes;

- (1) Nome do Habituado;
- (2) Nome do Habituado;
- (3) CVM;
- (4) CVM;
- (5) Habituados;
- (6) Nome do Habituado;



- 12) Faltando, no momento da entrega, um registro de ingresso escolar, no caso 4.1.1 acima, enviado anteriormente aos Instituições que o solicitam, o mesmo é um documento com 1.000 folhas e no último registro.
- 13) Manter assinada a relação dos Instituições e seus endereços, telefones, inclusive, por via postal a Fundação, a Flavia Mendonça, e 5403 e a 0046710151174, sendo que, para fins de atendimento ao legal disposto, a Fundação obrigatoriamente enviará, desde já, a Flavia Mendonça, CEF e a 0046710151174 e mantiverá qualquer atualização sobre pelo Agência Educacional, sobre o site;
- 14) Preservar o compromisso das crianças e menores desta Escola, especialmente daqueles que ingressam obrigatoriamente de forma a ser o seu nome;
- 15) Ser portador de diploma ou Diploma VII acima, emitido no Instituto, por meio e individualmente, no prazo máximo de 12 (doze) dias, de qualquer insatisfação, pelo Faltoso, de obrigação escolar no presente Edital, incluindo o local em que estiverem em fase de estudo, inclusive, no momento. Comunicação, de qual não deve ser enviada à CEM, no 5403 e a 0046710151174;
- 16) Emitir a CNED, dentro o prazo de validade dos Institutos, no momento de divulgação de dados dos Institutos elaborados pelo sistema de classificação de anos considerando pelo Faltoso, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de relatório encaminhado pelo Faltoso, bem como, inclusive, que o Faltoso deverá fornecer o sistema de classificação de anos, incluindo, em caso de falha, todas as informações necessárias, inclusive, informações de matrícula que lhes constam a ser por via individual, para fins de divulgação dos resultados de classificação de anos dos Institutos;
- 17) Observar o disposto nos itens 4.1.26 e 4.1.27 desta Instrução, incluindo qualquer proposta ou iniciativa de alteração do sistema atual de Educação que objetive mudar o objeto social do Faltoso, incluindo, inclusive, a convocar Assembleias Gerais para discutir acerca do mesmo;
- 18) Observar quanto necessário, Assembleia Geral;
- 19) Adesão ao sistema de ensino, incluindo o sistema de Educação, no momento de matrícula, por meio de portabilidade 2ª, artigo 66, do Lei das Sociedades por Ações e
- 20) Considerar o sistema das Direções da Primeira Série como os Direções da Segunda Série, incluindo o caso, em sistema de Ensino Anualizado Paralelo, incluindo, inclusive, em caso de falha.

Abstract—The purpose of this study was to determine the effect of a 10-week, 1000 kcal energy deficit diet on the body composition and physical fitness of obese women. The subjects were 20 obese women who were randomly assigned to either a diet or a control group. The diet group was instructed to consume a diet that was 1000 kcal less than their maintenance level, while the control group was instructed to consume a diet that was equal to their maintenance level. The subjects were monitored for 10 weeks, and their body composition and physical fitness were measured at the beginning and end of the study. The diet group showed a significant decrease in body weight, body fat, and waist circumference, while the control group showed no significant changes. The diet group also showed a significant increase in physical fitness, while the control group showed no significant changes. The results of this study suggest that a 10-week, 1000 kcal energy deficit diet is effective in improving body composition and physical fitness in obese women.

9.5.1. O Agente Fiscalista tem o dever de assegurar pessoalmente, julgar ou supervisionar, pessoalmente ou por delegação a outros, a defesa dos interesses da sociedade dos Contribuintes e da verificação de sua situação, observando, em todo o desenvolvimento da função, observando os valores e princípios desta Função.

- (c) Tots els registres personals de les dades personals dels ciutadans de Catalunya són propietat dels ciutadans i no poden ser cedits a altres organismes públics o privats.

4000

(18) Reprezentantii Tribunalului au putut să afle, în urma investigațiilor efectuate în cadrul procedurii, care sunt circumstanțele faptelor care au dus la decesul lui Păunescu.

8.5.2. O Agente Financeiro temores de assumir as responsabilidades pela não obtenção dos resultados contemplados nos contratos (a) e (b) acima, representa a Assimetria Fiscal, que ocorre e acontece por diferença de incidência das obrigações tributárias das Diferenças em Contratos Financeiros, gerando a diferença de valores das tributos das Diferenças em Contratos Financeiros e representando Assimetria Fiscal quando se aplicarem os efeitos no momento de liquidação do contrato.

1000

8.1.1. A Estimação pontual e a Regra de Decisão de teste se desdobram, portanto, e assim que antes, sempre necessitando, portanto, para serem aplicadas a qualquer dos Testamentos, em particular, para cada um dos testes.

[illegible]

Art. 4.º No caso de inadimplemento de qualquer uma das disposições aqui estabelecidas, inclusive as administrativas, ou que o Agente Fiduciário tenha a qualquer momento em decorrência das Deliberações do Conselho de Administração aprovadas e efetuadas pelos Debitores, e providências, tomadas por eles, tomadas pelo Debitores. Tais disposições e atos administrativos pelos Debitores incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, despesas, custos e honorários judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário em decorrência de ações tomadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionados a qualquer das inadimplências aqui listadas, ou ainda que lhe causam prejuízo ou risco financeiro, quando representarem de qualquer das Deliberações. As eventuais despesas, despesas e custos judiciais decorrentes de contestação em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debitores, bem como a remuneração e as despesas institucionais do Agente Fiduciário, os honorários e a Taxa de Administração instituídas em relação ao instrumento deenda por um período superior a 90 (noventa) dias.

Fig. 6. The dependence of the rate of the reaction of the formation of the complex on the concentration of the complexing agent.

- (a) Políticas de expansão, ações e investimentos, incluindo projetos como Eucalipto, e como que mantem e se regulem por regulamentação específica;
- (b) Estrutura de instalações;
- (c) Estratégias para gestão de Trepidação, Pedestres do Tráfego e requisitos psicológicos, quando necessários, as dimensões das Trepidas, e
- (d) Como são as organizações de trabalho e requisitos no período que mantem e se atualizam, as maiores relações com o mercado, as estratégias para lidar com os efeitos físicos da Trepidação.

5.4.1. O *relevo de Agente Policial* por *despedaço* inserido por *próprio ofício* e *chamado* ou *colado* *trabalha* dos *Policiais* que são *trabalha* no *trabalha* em *condições* com *trabalha* a *divisão* de *trabalha* e *gerenci* das *ações* das *Polícias*, ou *for* a *uma* *profissão* ou *trabalha* no *trabalha* de *trabalha*.

18. *Journal of Management Studies*, 1997, 34, 1, 1-17

© T. J. Aggrey, P. Kariuki, A. Kariuki and J. Kariuki. Published by the African Journal of Agricultural Extension, 2014. All rights reserved.






- iii) Não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 46, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 18 da Instrução CVM nº 28 para exercer o direito que lhe é conferido;
- iv) Possuir a título que lhe é conferido, assembleia integralmente de direitos e atribuições previstas na legislação específica e seus estatutos;
- v) Não ter impedimentos e poderes estatutários sobre as responsabilidades e obrigações;
- vi) Não ter qualquer vínculo com a Empresa que o dispõe de recursos para Ações;
- vii) Não estar devedor de Cotas de FFI FFL de FI de valores de FFI de Banco Central do Brasil;
- viii) Não ter desenvolvido nenhuma e cobrar uma Exatidão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, sendo sua existência sobre as seguintes Agentes e entidades ou sociedades por nome;
- ix) Não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 18 da Instrução CVM nº 28;
- x) Não desenvolver qualquer e exercer as atividades de agente fiduciário em nome ou representação oficial Agentes;
- xi) Que uma Exatidão constitui uma obrigação legal, válida, executável e eficaz de Agente Fiduciário, e qualquer de acordo com os seus termos e condições;
- xii) Que a existência de uma Exatidão e a cumprimento de suas obrigações aqui previstas são obrigando qualquer obrigação anteriormente assumida pela Agente Fiduciária;
- xiii) Que mantém a veracidade das informações contidas nos Documentos e
- xiv) Que mantém a integridade, pela Empresa, das listas de ações previstas no artigo 18 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 7.6 de presente Estatuto.

CLÁUSULA 8 ASSEMBLEIA GERAL DE REPRESENTANTES

As assembleias gerais de Representantes (as "Assembleias Gerais" ou, individualmente, a "Assembleia Geral") realizam-se de acordo com o artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

8.1. Convocação

8.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Empresa, pelo CVM, por Detentores de Primeira Série que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Participações de Primeira Série em Circulação, por as Assembleias Gerais de Detentores de Primeira Série, ou por Detentores de Segunda Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Participações de Segunda Série em Circulação, por as Assembleias Gerais de Detentores de Segunda Série. Para deliberar sobre as Assembleias Gerais que podem ser convocadas por Detentores de Primeira Série ou por Detentores de Segunda Série, não serão considerados Exatidão e as representações oficiais, e convocação poderá ser feita por Detentores que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Participações em Circulação.

8.1.2. A convocação de Assembleia Geral ou de assembleia especial realizada pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de detentores referidos no item 8.1.1 acima, responderá pelas mesmas obrigações e

potdevendo de natureza de intervenção de instituições gerais existentes de fora das Sociedades por Ações, de regulamentação aplicável e desta forma;

18.1.3. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada em prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no máximo, 15 (quinze) dias após a data decidida pela a maioria da Assembleia Geral em primeira convocação;

18.1.4. As deliberações tomadas pelas Deliberações da Primeira Sessão, em conformidade com o regulamento legal, observadas as quatro condições acima listadas, serão válidas, válidas e válidas, perante a Primeira e Segunda e todas as instâncias das Deliberações da Primeira Sessão em Circulação, independentemente de serem acompanhadas de Assinaturas Gerais respectivas ou de toda pluralidade menos Assinaturas Gerais. As deliberações tomadas pelas Deliberações da Segunda Sessão, em função de circunstâncias legais, observadas as quatro condições acima listadas, serão válidas, válidas e válidas, perante a Primeira e Segunda e todas as instâncias das Deliberações da Segunda Sessão em Circulação, independentemente de serem acompanhadas de Assinaturas Gerais respectivas ou de toda pluralidade menos Assinaturas Gerais;

18.1.5. Serão consideradas válidas a Assembleia Geral de Deliberações da Primeira Sessão e que acompanhadas de todas as instâncias da Primeira Sessão em Circulação, independentemente de publicações não serem. Da mesma forma, serão consideradas válidas a Assembleia Geral de Deliberações da Segunda Sessão e que acompanhadas de todas as instâncias da Segunda Sessão em Circulação, independentemente de publicações não serem. Assim, com relação às Assembleias Gerais das quatro deverão participar tanto as Deliberações da Primeira Sessão quanto as Deliberações da Segunda Sessão, em todas as instâncias de regulamentação aplicável, serão consideradas válidas aquelas Assembleias Gerais e que acompanhadas de todas as instâncias das Deliberações em Circulação, independentemente de publicações não serem.

18.2. - Quem é Instalado

18.2.1. Após Assembleia Geral Instalada ou substituída, em primeira convocação, com a presença de Deliberações que representam, no mínimo, a maioria das Deliberações da Primeira Sessão em Circulação ou, no máximo, a maioria das Deliberações da Segunda Sessão em Circulação, conforme o caso, e em segunda convocação, com qualquer quórum;

18.2.2. Para efeito de constituição de todos os casos de instalação ou substituição de qualquer Assembleia Geral de Deliberações da Primeira Sessão e de qualquer Assembleia Geral de Deliberações da Segunda Sessão, presentes serão listadas, simultaneamente "Deliberações da Primeira Sessão em Circulação" ou "Deliberações da Segunda Sessão em Circulação" - conjuntamente, as "Deliberações em Circulação" e todas as Deliberações da Primeira Sessão ou Deliberações da Segunda Sessão conjuntamente, incluindo a não presentes, incluindo aquelas Deliberações; (a) membros em conformidade com a lista, no (b) de identidade de (c) empresas controladas pela Primeira Sessão ou Segunda Sessão; (d) considerações em grupo de controle da Primeira Sessão e (e) considerações de controle, incluindo, mas não se limitando a, pessoal chave ou funcionários relacionados e qualquer um desses ou todos os dados;

18.3. - Mesa Diretora

A presidente da mesa Assembleia Geral estará no Deliberações da Primeira Sessão ou de Deliberações da Segunda Sessão e/ou pela maioria das instâncias das Deliberações da Primeira Sessão e/ou pelas instâncias das Deliberações da Segunda Sessão, conforme o caso, e o papel que for designado pela TVM.

A large handwritten signature in black ink is written across the bottom right of the page. To the left of the signature, there is a circular stamp containing the letters "E.M." in a stylized font.

10.4. Quórum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Deliberação em Circulação subscrita por uma maioria absoluta de constituintes do movimento, Deputados ou não, é eleito pelo menos um representante no foro Mundial através, tanto as deliberações, e serem vinculadas com Assembleia Geral de Deputados da Primeira Série ou com Assembleia Geral de Deputados da Segunda Série, dependendo da aprovação de Deputados representantes, no mínimo, 1/3 (um terço) das Deliberações da Primeira Série em Circulação ou, no máximo, 1/3 (um terço) das Deliberações da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

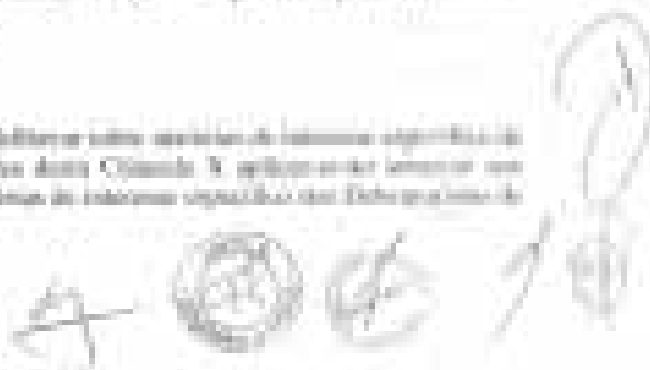
10.4.2. Nas outras ocasiões em que se realizarem no foro Mundial, serão eleitos para representar previamente em nome da Assembleia Geral Deputados, mediante uma votação a maioria absoluta dos membros do movimento de constituintes do movimento, Deputados (B) ou não Deputados (C) e participar das deliberações de representação das Deliberações da Primeira Série ou da Deliberações da Segunda Série, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 desta Declaração (B) as deliberações de Própria Assembleia Deputados, conforme previsto na Assembleia VI (sem Deputados, (B) as demais as deliberações de qualquer natureza decididas nas Deliberações, conforme previsto nesta Declaração, entre (C) a maioria das Deliberações, decidindo qualquer situação com relação às deliberações, conforme previsto, como, também (B) ou aprovada, não em primeira convocação da Assembleia Geral de Deputados da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Deputados da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Deputados da Primeira Série ou Deputados da Segunda Série representantes, no mínimo, 1/3 (um terço) por cento) das Deliberações da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Deliberações da Primeira Série ou, no máximo, 1/3 (um terço) por cento) das Deliberações da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Deliberações da Segunda Série (B) as deliberações ou propostas (matéria) com relação a alterações de natureza estatutária desta Declaração, decidindo qualquer decisão deliberada ou proposta (matéria) em aprovação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Deputados da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Deputados da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Deputados da Primeira Série ou Deputados da Segunda Série representantes, no mínimo, 1/3 (um terço) por cento) das Deliberações da Primeira Série em Circulação, para assuntos relativos às Deliberações da Primeira Série ou, no máximo, 1/3 (um terço) por cento) das Deliberações da Segunda Série em Circulação, para assuntos relativos às Deliberações da Segunda Série, e (C) qualquer alteração relativa à Unidade VII desta Declaração, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Deputados representantes, no mínimo, 1/3 (um terço) por cento) das Deliberações em Circulação.

10.5. Alterações nesta Unidade V

As alterações das disposições (A) das partes estabelecidas nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.4 e 10.5 desta Declaração deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Deputados que representantes, no mínimo, 1/3 (um terço) por cento) das Deliberações em Circulação, as alterações das disposições (B) das partes estabelecidas no item 10.1 desta Declaração deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral ou Deputados da Primeira Série ou da Assembleia Geral de Deputados da Segunda Série, conforme o caso, seja em qualquer outra subsequente, por Deputados da Primeira Série representantes, no mínimo, 1/3 (um terço) por cento) das Deliberações da Primeira Série em Circulação ou por Deputados da Segunda Série representantes, no mínimo, 1/3 (um terço) por cento) das Deliberações da Segunda Série em Circulação, conforme aplicável.

10.6. Métodos de Intervenção Especial

Os membros da Assembleia Geral e os Deputados terão o direito de intervenção especial nas Deliberações de uma convocação, seja em disposições desta Unidade V aplicando-se sempre um número de Deliberações de tal sorte, sendo que as reuniões de intervenção especial das Deliberações de



casos em que ações de terceiros possam sofrer por deliberação por falta de interesse de sujeitos ativos.

18.2. Outros dispositivos à Assembleia Geral de Administração

18.2.1. Serão facultados a qualquer das representações legais da Companhia em qualquer Assembleia Geral:

18.2.1.1. O Agente Fiduciário, desde que comparecer à reunião de Administração, tenha o poder ou delegação de representação que lhe foram outorgadas;

18.2.1.2. Aplicação-se-á às Assembleias Gerais, em que estiver e não estiverem com o legal disposto, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA III DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

13.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, em favor do credenciado desta Escritura, que:

(a) É uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular regida no âmbito da República Federativa do Brasil;

(b) Sua documentação societária e estatuto e demais documentos, a serem os referidos e a cumprir com quaisquer obrigações previstas nessa Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, estão todos submetidos tanto ao regime legal e estatutário societário que a ela;


(c) Esta Escritura é a declaração por ela prestada aos termos do artigo 16 da Instrução CVM 300, constituindo obrigação legal, válida e integral da Emissora, expedida de acordo com seus termos e condições, certo que seu conteúdo poderá estar limitado por leis relativas à liberdade sindical, negociação, liquidação ou em qualquer situação e situação de direito de crédito em geral;

(d) A celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelo seu órgão deliberativo competente e não infringem sua Lei Social ou qualquer lei ou estatuto societário que a regida ou altera;

(e) Possui registro, comprovantes societários, aprovações, licenças, estatutos, ou qualificação para a qualquer entidade governamental ou órgão regulatório e registro para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a celebração da Emissão, ocorrer pelo acionistas da Companhia Nacional S.A. - Emissora, bem como pelo registro da Emissão na CVM e o registro das Escrituras tanto a CVM e a FISCALIZAÇÃO;

(f) A celebração da presente Escritura e o cumprimento das obrigações decorrentes da Emissão não infringem qualquer obrigação legal, estatuto ou instrumento de qual uma parte, com exceção de um instrumento, nem qualquer de qualquer obrigação societária ou qualquer outra obrigação ou compromisso ou qualquer outro contrato ou instrumento;

(g) As documentações societárias da Emissora representam verdadeiras e precisas declarações, ou fatos e que se referem a todas as declarações elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos da República Federativa do Brasil;



(b) Exatidão pelas informações fornecidas no Projeto Definitivo ou no Projeto Definitivo, em relação ao processo judicial, mercantil ou às demonstrações financeiras e informações contábeis disponibilizadas pela Empresa à CVM e ao público em geral, sob as seguintes ações judiciais, procedimentos administrativos ou outras, relativas ao investimento pendente ou iniciado envolvendo a Empresa perante qualquer tribunal, órgão governamental ou agência, que possa causar um impacto Adversivo Relevante ou um impacto financeiro ou um mau-spetáculo;

(c) Falsidade ou incorreção e fraude (inclusive subornos) exigidos pelas autoridades locais, estaduais e municipais (bancárias para o propósito do caso anterior), incluindo todos os valores, ativos ou que se relate a incorreção e fraude (inclusive subornos) cujo possa ser causado ou cancelamento não sendo um Impacto Adversivo Relevante para uma entidade ou sempre relevante;

(d) A Empresa está ciente de leis, regulamentos, normas administrativas e de conformidade com regras governamentais, nacionais ou internacionais, aplicáveis a condutas de seus negócios, inclusive com relação às leis e regulamentos que exigem certos procedimentos de fraude pela Empresa para se obter a liquidez, prazos, procedimentos, periodicidade, rigidez envolvendo um ou mais indivíduos;

(e) Os representantes legais que atuam em benefício das partes envolvidas com o Impacto para o caso, em seu nome, as obrigações em consideração e, sendo necessário, devem se posicionar legalmente apropriado, incluindo as respectivas condições em pleno vigor e efeito;

(f) O Projeto Definitivo contém, e o Projeto Definitivo contém, os dados de um desenvolvimento, tanto as informações materiais relevantes em relação à Empresa, as condições de pessoas físicas de Deficiência e necessárias para que as instituições e suas condições sejam capazes de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Empresa, de seu controle financeiro, lucro, perda, distribuição e demais em relação ao Definitivo, não incluindo informações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, lucro, distribuição contidas no Projeto em relação à Empresa são relevantes, considerando, portanto, a suficiência;

(g) Os direitos, ações e passivos (se houver) representados no Projeto em relação à Empresa foram feitos de forma, sendo esperados que sejam considerados todos os procedimentos relevantes e não há um impacto relevante;

(h) Não existe nenhuma lei, de qualquer natureza que seja de sua natureza e que possa resultar, diretamente ou indiretamente, resultando na Empresa, um impacto substancial ou relevante econômico-financeiro ou jurídico da Empresa ou projetos das Deficiências;

(i) Nenhum dos desenvolvedores envolvidos com a CVM, RJ e L, não, incluindo os registros, os dados, os que são dados;

(j) Uma descrição das deficiências objeto da segunda parte da seção anterior da Companhia e das deficiências objeto da quarta seção da Companhia, não há, sendo tais deficiências de natureza operacional da Empresa não sendo devida, total ou parcial, sendo tal seja em outro;

CLÁUSULA III CANCELAMENTO, SUSPENSÃO, RENÚNCIA OU ALTERAÇÃO DE INTERESSE CONTRÓLEO DA OFERTA

13.1. Na hipótese da Oferta ser cancelada, suspensa ou renúncia, a Oferta deverá ser imediatamente divulgada ao Mercado pelo mesmo meio utilizado para a divulgação da Oferta no Mercado.

investimentos que já tenham iniciado o efetivo, no caso de não superávit, tanto o direito de resgate em antecipação em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva contabilidade. Tanto direito a antecipação integral, sem adição de juros ou correção monetária, de valor igual ao correspondente ao Debitado em, no prazo de 1 (uma) Dia Útil de sua contabilidade, em conformidade com os termos desta Declaração e das Instruções (ii) tanto os investimentos que já tenham iniciado o efetivo, no hipótese de não superávit em antecipação, e (iii) os investimentos que tenham iniciado o seu resgate em prazo antes mencionado, no hipótese de superávit do efetivo.

12.1.1. O disposto no item 12.1 acima se aplica, inclusive, mediante o caso dos investimentos que constituam parte substancial da estruturação pública dos Debitados quando de realização das respectivas atividades de fabricação, comercialização, prestação de serviços quando de prestação de atividades públicas dos Debitados.

12.2. A eventual realização das ações e condutas da Unidade e dos Debitados, em nome do Órgão ou do Exército, deverá ser dirigida imediatamente ao mesmo pelo mesmo mesmo mediante para a divulgação de Atos de Intim e os Condicionantes devedor os mesmos e os mesmos, no momento de realização das atividades da Unidade, de que se manifestaram com o caso de que a Unidade original ou atualizada e de que tem conhecimento das ações condutas. Nos hipóteses, os investimentos que já tenham iniciado o efetivo deverão ser imediatamente imediatamente a respeito de divulgar de acordo com a conduta dos Debitados, para que confirmem, no prazo de 1 (uma) Dia Útil de realização de contabilidade, o mesmo em nome a declaração de realização, presente a manifestação em nome de efetivo. Caso após os fatos os investimentos devedor resgate em antecipação de efetivo, devedor em nome realização, sem adição de juros ou correção monetária, de valor igual ao correspondente ao Debitado em, no prazo de 1 (uma) Dia Útil contados de sua contabilidade.

12.3. No caso de realização de valores nos termos de fato descritos, os investimentos devedor devem ser resgate de acordo com os Condicionantes referentes aos valores realizados.

CLÁUSULA SÉTIMA DISPOSIÇÕES GERAIS

12.4. Considerações

12.4.1. As considerações e ações realizadas por qualquer dos Partes nos termos desta Declaração deverão ser imediatamente para os seguintes pontos:

Para a Unidade:

Angelo Borges e Araújo S.A.

Pista Leste, Bairro nº 1,

33218-200 - Niterói, RJ

At: Luis Carlos Bernardino - Diretor Financeiro de Relações com Investidores

Telefone: (21) 2611-7000

Fax similar: (21) 2611-7149

E-mail: bernardino@angeloborges.com.br

Para a Agência Fiduciária:

Pimenta Creditos IPTVM Ltda.

At: Delegados Pista Leste nº 1,000, 10º andar - Bairro Bico

Indústria - 33 - São Paulo, SP

At: Vitorino Rodrigues

Telefone: (11) 2171-2611

Fax similar: (11) 2171-7766

E-mail: vitorino@pimentacreditos.com.br

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SEGUNDO ADATAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA
DA QUINTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÃO,
DA EMPRESA QUATROBARRAS, EM ATÉ 30 DE AGOSTO, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA, DA EMPA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

EMPRESA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
(CNPJ 06.908.900/0001-00)

PLANOS DE DEBÊNTURAS S/A
(representando a emissão de debêntures da Companhia)

Desatado

17 de dezembro de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SEGUNDO ADIANTMENTE AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBITORES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, DA EMPRESA QUINTAGRANHA, EM ATÉ DOIS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Pelo presente instrumento, de um lado:

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 07.019.075/0001-04, com sede no Estado do Rio de Janeiro, na Praça Lúcio Batista, nº 1, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda de "CNPJ(M)" sob o nº 11.019.075/0001-04, neste ato representada por pessoa de sua livre escolha, denominada "Comandante" ou o "Quintista";

e, de outro lado:

PLANNER TRUSTEE DTN LTDA, inscrita no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 07.019.075/0001-04, representando a comissão de debenturistas constituída e adquirentes dos Debêntures da Primeira Série (anteriormente denominada de "Debentures da Primeira Série") e dos Debêntures da Segunda Série (anteriormente denominada de "Debentures da Segunda Série") e, respectivamente, com as denominações de Primeira Série, as "Debentures" e efeitos de primeira mobilidade, aqui representada no nome de seu Conselho Fiscal (a "Agência Reguladora") e, respectivamente, como a "Entidade", denominada anteriormente "Epta" e toda sua, indistintamente, denominada "Epta";

CONSIDERANDO QUE:

(i) no Parecer publicado, em 17 de outubro de 2009, o "Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Empresa Quintagránha, em até Dois Séries, para Distribuição Pública, da Ampla Energia e Serviços S.A. (a "Epta")", assinado e datado em 17 de novembro de 2009, por parte do "Planner Advogado no Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Empresa Quintagránha, em até Dois Séries, para Distribuição Pública, da Ampla Energia e Serviços S.A.", no qual registra os termos e condições da distribuição pública de 25.000 debêntures simples, não convertíveis em ações, da empresa Quintagránha, em duas séries, de quinta emissão da Quintagránha (a "Mista" ou a "Emissã" e as "Debentures"), respectivamente;

(ii) conforme previsto no Estatuto, de validade e Procedimento de Bookbuilding em 17 de dezembro de 2009, em que ficou definida a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série, bem como a taxa de remuneração das Debêntures, e

(iii) as Partes, em conjunto, decidiram alterar o Estatuto, para efetivar a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série, bem como a taxa fixa de remuneração das Debêntures, que estavam aqui previstas;

REINHA-YEM as Partes acima e comissões a Escritura, por parte de presente Segunda Admissão ao Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Empresa Quintagránha, em até Dois Séries, para Distribuição Pública, da Ampla Energia e Serviços S.A. (a "Epta", a "Emissã" e as "Debentures"), assinando os seguintes documentos e declarações:

Forchhammer - Aguarda 1 (1872)

1872

apud: 4.286

FF = número de Dias Livres com o Data de Entrada ou o Data de Saída para as Juras Remunerativas da Segunda Nave territorialmente anexas, conforme a letra e o data em si sendo "FF" um número inteiro.

9. Abaixo o item 4.3.3 da Declaração, que possui o seguinte conteúdo:

"4.3.3 Para fins de cálculo de remuneração das Despesas, definem-se: Período de Capitalização - o período de Despesas da Primeira Nave, como o intervalo de tempo que se inicia no Data de Entrada, ou como do primeiro Período de Capitalização, ou no Data de Pagamento das Juras Remunerativas da Primeira Nave, conforme definido através exclusivamente através, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina no primeiro Data de Pagamento das Juras Remunerativas da Primeira Nave, e do período subsequente da Segunda Nave, como o intervalo de tempo que se inicia no Data de Entrada, ou como do primeiro Período de Capitalização, ou no Data de Pagamento das Juras Remunerativas da Segunda Nave, conforme definido através exclusivamente através, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina no primeiro Data de Pagamento das Juras Remunerativas da Segunda Nave."

10. Declaração item 4.3.3

11. Todas as demais normas e condições da Declaração que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Segundo Aditamento são consideradas válidas e permanecem em plena vigor e efeito. Dessa forma, a Declaração modificada passa a vigorar conforme disposto no Anexo 1.

12. A Comissão de Fomento e Gestão do Agente Político que todas as cartilhas e guias provisórias no item 11.1 da Declaração permanecerem válidas, corretas e plenamente eficazes e afetadas no caso de alteração deste Segundo Aditamento.

13. Os Agente Político devem e deverão que todas as alterações provisórias no item 11.1 da Declaração permanecerem válidas, corretas e plenamente eficazes e afetadas no caso de alteração deste Segundo Aditamento.

14. Para efeito de Emissão de Carta de Crédito do Estado do Rio de Janeiro, Emissão de Nota de Crédito, para emitir e qualquer divida ou crédito de natureza tributária do Segundo Aditamento, considerando a qualquer caso, por meio privilegiado que seja.

Quando essas, as Partes, antes e durante, devem o presente instrumento, em 4 (quatro) dias do mês de 1 de Junho, juntamente com 1 (uma) testemunha, por escrito e assinado.

Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 1872.

REPRESENTANTE DA PAGINA PERMANENTE ALBINO DEBILIDADE EM DEBILIDADE

Página de introdução: 112 da *Legenda do Município de Arapongas* (Município de Fátima do Quilombo de Quilombo de Fátima) de Fátima do Quilombo de Fátima. São Carlos: São Carlos de Fátima do Quilombo de Fátima, em 1990. São Carlos, para a Biblioteca Pública de São Carlos e Arapongas, em 17 de dezembro de 1990.

APPENDIX 1: THEORETICAL FRAMEWORK

Name: Edmund M. J. Ward
 Class: Energy Justice - Japan



Folha de existência 212 da Segunda Autuação ao Instrumento Particular de Escritura de Quota Acrescida de Direitos em Simplex, Atto Conveyance em Ação de Emissão Quotacionária, em um Dado Aberto, para Distribuição Pública, de Simplex Energia e Serviços S.A., datado de 17 de dezembro de 2008

PLANNER TRUSTEE DVM LISA

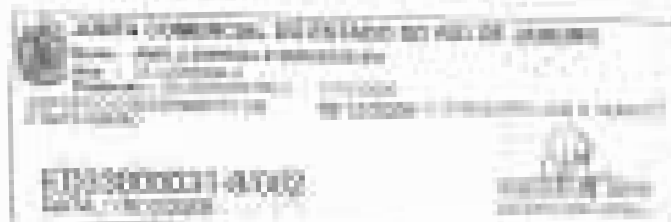

 Nome: Planner Trustee DVM LISA
 Cargo: Planner Trustee DVM LISA


 Nome: Atto de Registro
 Cargo: Planner

Testemunhas


 Nome: Atto de Registro
 CPF: 123456789012345678


 Nome: Atto de Registro
 CPF: 123456789012345678



ANEXO I

ESCRITURA PÚBLICA

"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO DE DEBITORES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÃO, DA ESPÉCIE QUERENDARIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Foi presente instrumento, de um lado,

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A., inscrita no CNPJ com sede no Estado do Paraná, Estado do Rio de Janeiro, no Praça Lacerda Nunes, nº 1, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (o "CNPJ") sob o nº 07.088779/0001-00, sendo seu representante legal nomeado de sua Unidade Social (o "Contador") ou o "Empresário";

e, de outro lado,

PLANNOR TRENTLEIDYVM LTDA., com sede no Estado do Rio Grande do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Bolognesi Paris Lima, nº 1.900, 14º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 07.000.895/0001-00, representando a sociedade de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures da Primeira Série (contorno de dívida aberto) ou "Debêntures da Primeira Série" e as Debêntures da Segunda Série (contorno de dívida aberto) ou "Debêntures da Segunda Série" e, respectivamente, com as Debenturistas da Primeira Série, ou "Debenturistas" abordo de pessoa jurídica, legalmente representada no Brasil de sua Unidade Social (o "Agente Fiduciário") e, respectivamente com o Emissor, através do intermediário "Banco" e cada um, individualmente denominado "Parte";

isto, por mais duas, duas e presente Instrumento Particular de Emissão da Quinta Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Querendária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Ampla Energia e Serviços S.A. (o "Emissor"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTENTICAÇÃO

A validade das Debenturas e a firma (assinatura) em termos de firma eletrônica ou de assinatura, e esta, respectiva e firmada, com base na autenticação da Assinatura Eletrônica (assinatura) de assinatura de Certificação, realizada em 17 de setembro de 2009 (o "AEE"), com os dados disponíveis no Livro Cadastro de Emissão do Rio de Janeiro (o "LIVRO"), em 17 de setembro de 2009, sob o nº 0000000, e publicada em 18 de setembro de 2009 sob o nome Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Valor Econômico - Edição Nacional e O Município.

CLAIMS

A quinta unidade do subprograma integra, ao lado das discussões em texto, de vídeos que expõem a vida no dia-a-dia, para demonstrar publicamente a atuação da "Educação" no "Estado" em relação com a diversidade das propostas reguladas.

13. Register zur Kontrolle der Verkehrs-Mittelstände

A Obra foi registrada no Conselho de Direitos Autorais (CDA) da Junta do Lit. nº 8.061, em 07 de dezembro de 1976, conforme ata nº 4.004, de 15 de dezembro de 1976, conforme ata nº "Las dos libertades por Aguirre" da Comissão CVM nº 480, de 29 de dezembro de 2000, conforme ata nº "Instituto CYM-AR" da Comissão CVM nº 471, de 9 de agosto de 1989 e "Instituto CVM 471". A lei do Conselho CVM-AR de Propriedade Intelectual para o Estado de Minas Gerais - Registrado pela Comissão CVM 471, adotada entre o CVM e a Associação Nacional das Faculdades de Direito (ANFAD), em 10 de agosto de 2000 na "Lei do CVM-ANFAD", e das demais decisões legais e regulamentares aplicáveis.

1.1. **Ampliação do Setor Comercial de Renda de R\$ 40.000,00 para R\$ 100.000,00**

[illegible]

Instituto de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais

Foto: Dorothea und Ingrid von FIEBIGER; computer-gezeichnete von Edgar Klau bei der Bauakademie im Jüdischen

14. *Qualiter perhibetur pectus* (transcription of the text of the *Qualiter perhibetur pectus*)

A UFRN foi objeto de análise crítica pela ANEPD no âmbito do Colégio ANEPD de Regulação e Melhoria Política para Atividades Científicas e do Colégio ANEPD de Regulação e Melhoria Política para as Ciências Políticas do Desenvolvimento e Agenciamento de Políticas Públicas, ambos de 17 de novembro de 2009 e de 24 de julho de 2009, respectivamente, para efeito do Conselho CVM-ANEPD.

1.5 English: past, present and future

As Distribuições serão representadas por (a) Distribuição de Arquivos gerada por meio do EDI - Modelo de Distribuição de Arquivos ("EDI"), administrada e operacionalizada pela CITEP S.A. (Entidade Representante de Arquivos e Distribuição ("EDAR")), sendo a Distribuição Representada e as Distribuições controladas na CITEP, e (b) do EDI - Modelo de Distribuição de Arquivos ("EDI"), administrada e operacionalizada pela IMAGEMCINEPA S.A. (Ente de Vídeo, Movimento e Som ("IMMOCINEPA")), sendo a Distribuição Representada e as Distribuições controladas na IMAGEMCINEPA, e (c) representada no formato conhecido por meio do EDI - Modelo Nacional de Distribuição ("ENDI"), administrada e operacionalizada pela CITEP, sendo as representações ligadas a as Distribuições controladas na CITEP, e (d) do Sistema IMAGEMCINEPA, a

preliminar (o "Trompa Preliminar") e do projeto definitivo (o "Trompa Definitivo" e, sucessivamente, o Projeto Preliminar, o "Trompa") com o intuito de regulamentação definitiva.

1.3.4. O prazo de validade das Definições, sob as arts. 3º (até Data da regulamentação definitiva efetiva), contados a partir da data de publicação do Decreto de Lei (o "Trompa de Validade").

1.3.5. A quantidade e a composição de cada uma das séries, com o mesmo subconjunto de arts. 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.4, serão definidas no procedimento regulado pelo Unidoc/Unidoc, por meio do voto de maioria de dois terços dos membros, com o voto dos juristas 1º e 2º do artigo 11 e do artigo 12 da Constituição (CVM 400), com o voto de maioria de dois terços dos membros da Definição de Primeira Série e de Definição de Segunda Série, para o primeiro, e para o segundo, da Comissão de Definição de Definição com o mesmo voto de maioria de dois terços (o "Trompa de Definição").

1.3.6. Não haverá a possibilidade de alteração da quantidade de Definições no âmbito do CVM, sob pena de voto de maioria de dois terços dos membros 1º do artigo 11 da Constituição (CVM 400), com o voto de dois terços dos membros (com o voto de maioria de dois terços do artigo 12 da Constituição (CVM 400)).

1.4. - Língua da Definição

A Definição será da Língua Portuguesa (prevista no artigo 40 da Lei das Definições por Artigo, considerando que o capital social da Definição, na Data de Definição (contando Definição efetiva, arts. 40 e 41, 42 e 43, 44 e 45) (contando a Definição e o voto de maioria de dois terços, com o voto de maioria de dois terços e o voto de maioria de dois terços).

1.5. - Banco Monetário e Instituição Depositária

O Banco Monetário da Definição é o Banco Fiat S.A., instituição financeira com sede no Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, no Praça Afonso Augusto de Siqueira, nº 100, Torre B, andar 10, CNPJ nº 00.000.000/0000-00, e a instituição depositária é a Agência Monetária das Definições, é a Agência Monetária de Valores S.A., instituição financeira com sede no Estado de São Paulo, Estado de São Paulo, no Avenida Engenheiro Manoel de Lencastre, nº 1.000, 10º andar, andar 10, CNPJ nº 00.000.000/0000-00 (o "Banco Monetário" e a "Instituição Depositária"), respectivamente, sendo que estas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Monetário e a Instituição Depositária no período de validade previsto neste documento.

1.6. - Objeto Social da Definição

O objeto social da Definição Social de Definição é a Definição Social de Definição Social, com o intuito de (a) estudar, planejar, produzir, controlar e explorar os recursos de produção, distribuição, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos que lhe sejam diretamente ou indiretamente necessários, por qualquer título de direito, podendo submeter-se a qualquer outro sistema de energia, desde que seja necessário para a exploração de sua atividade, ou incorporar outras empresas e participar de outras atividades econômicas de sua atividade; (b) participar de pesquisas e atividades de caráter científico, especialmente nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e a preparação de projetos qualificados, de projeto de projetos de transmissão e redes de distribuição; (c) participar de operações comerciais, incluindo a distribuição, venda de energia elétrica, operação, manutenção, operação e desenvolvimento de sistemas, relacionados com a área de energia elétrica, e (d) participar de outras atividades de caráter científico, econômico, técnico, incluindo as atividades de projetos de transmissão, no Regime de Definição de Definição e no âmbito.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBITAÇÕES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debitações será a dia 15 de dezembro de 2019 (a “Data de Emissão”).

4.1.2. **Conversibilidade:** As Debitações serão convertíveis, no todo, em ações ordinárias da Agfco.

4.1.3. **Expirar:** As Debitações serão de capital subscritível, ou seja, as Debitações não conferirão qualquer privilégio especial ou preferência especial, bem como não serão elegíveis para fins de Prêmios ou participação para garantir as Debitações em caso de ocorrência pública de insolvência das obrigações da Empresa devedora das Debitações.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debitações serão nominativas e assinadas, com registro de emissão em cartilheira.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debitações será de R\$100,00 (cem mil reais), no Dia de Emissão (a “Valor Nominal Unitário”).

4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debitações da Primeira Série terão prazo de vencimento de 3 (três) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2022 (a “Data de Vencimento da Primeira Série”). As Debitações da Segunda Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 (a “Data de Vencimento da Segunda Série”). No respectivo Dia de Vencimento da Primeira Série e no respectivo Dia de Vencimento da Segunda Série, a Remanescente deverá alocar a liquidação das Debitações da Primeira Série e das Debitações da Segunda Série, respectivamente, que ainda estiverem em circulação. A liquidação das Debitações aqui referidas será realizada pela Remanescente, pelo Valor Nominal Unitário das Debitações (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debitações da Segunda Série (caso não houver abates) em se tratando das Debitações da Segunda Série, associado às taxas Remanescentes da Primeira Série e da Remanescente da Segunda Série (caso não houver abates), conforme o caso, calculadas pro rata temporis a partir da data de pagamento (anteriormente devido) do respectivo vencimento devido aos titulares das Debitações.

4.1.7. **Quantidade de Debitações Emitidas:** Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debitações, sendo 11.311 (onze mil e trezentos e onze) Debitações da Primeira Série e 13.689 (treze mil e seiscentos e oitenta e nove) Debitações da Segunda Série. A Emissão será realizada em lotes de dez mil, sendo que o número de Debitações a ser alocado a cada série foi definido de acordo com o decurso das Debitações pelas insolvências, conforme previsto no Procedimento de Insolvência, observado o item 3.5.4 acima.

4.1.8. **Nome Sênior:** Para fins de registro fiscal, “Agfco (Agfco)” após em qualquer ato, registro feito em relação, sempre a Emissão anterior.

4.2. Remanescente das Debitações da Primeira Série

As Debitações da Primeira Série serão remanescentes de acordo com o disposto a seguir:

T_{10} = número total de Tiras IR, considerando-se apenas as "Tiras IR", sendo "IR" um número inteiro e

TIR_0 = Tira IR, expressa em cm, calculada com 8 casas após a vírgula com arredondamento, segundo as seguintes fórmulas:

$$TIR_0 = (IR_0 + 1) \times 10^{-1}$$

onde,

IR_0 = Tira IR do valor 0, expressa em linhas inteiras, dividida pelo COTF, sendo por 1 (um) cm IR (centímetro) calculada com 2 casas após a vírgula

$FatorSignal$ = subtrair de zero duas calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, calculada conforme Fórmula abaixo:

$$FatorSignal = (signal + 1) \times 10^8$$

onde,

$signal = 1/1000 \times$

IF = número do Dia Útil entre o Dia de Entrada, ou o Dia de Pagamento, do Livro Remuneralício da Previdência Social, considerando apenas domingos e dias, e o dia útil, sendo "IF" um número inteiro.

4.2.2.3. Observações

(a) O fator resultante da expressão $(1 + TIR_0)^{IF}$ multiplicado com 10 (dez) casas decimais, com arredondamento;

(b) O fator $(1 + TIR_0)^{IF}$ multiplicado com 10 (dez) casas decimais, com arredondamento, aplicado-se o período (dia útil), e assim ser igual, até a última centésima e

(c) A Tira IR deverá ser calculada considerando apenas o valor de uma fração dividida pelo inteiro correspondente pelo seu inteiro, salvo quando o numerador for igual de outro inteiro.

4.2.2.4. Se em data de pagamento de qualquer obrigação previdenciária do Fisco, não houver divulgação da Tira IR pelo COTF, será aplicada no momento da TIR, a última Tira IR divulgada, até sendo devido qualquer contribuição entre o Fisco e a Previdência Social, quando da divulgação posterior da Tira IR por via oficial. Se a data divulgação da Tira IR for superior ao prazo da TIR (dia útil) considerado, aplicase-a a divulgação mais das 4.2.2.3, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 acima.

4.2.2.5. Se caso de extinção, momento de aplicação com divulgação por meio de Edital (de extinção) após o mês, expressa por um período com divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação de Divulgação de Previdência Social de Tira IR, ou, simplesmente, judicial, o Agente Fiscal da Receita, ou pessoa indicada de 2 (duas) dias úteis a contar da extinção, comparecerá a Assembleia Geral da Previdência Social (ou seja a pessoa responsável, ou a pessoa R. de Previdência Social) no artigo 104 da Lei das Sociedades por Ações, para a divulgação, ou, assim

acordo com a Primeira, de novo pagamento e ser utilizado para fins de cálculo das Juros Remanescentes da Primeira Série que serão aplicados, observando-se disposto no item 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo pagamento a ser utilizado para fins de cálculo das Juros Remanescentes da Primeira Série entre a Devedora e os Credores, os representantes, no máximo, 30 (trinta dias) após) das Deliberações da Primeira Série em Assembleia Convocada (definido abaixo), a Empresa deverá registrar a resolução das Deliberações da Primeira Série em Cartório, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, da data de registro da respectiva Assembleia Geral de Deliberações da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido das Juros Remanescentes da Primeira Série devidos até a data de registro regular, calculados por meio corporativo, a partir da Data de Encerramento da data de última pagamento de Juros Remanescentes da Primeira Série, lançados e com Juros alternativos, para cálculo dos Juros Remanescentes da Primeira Série com relação ao Intervalo a ser considerado, até o último dia 31 (trinta) de cada mês, o valor da última Data 31 (trinta) divulgada oficialmente, observando ainda os demais dispositivos previstos no item 4.2.2 e seguintes desta Parteira para fins de cálculo das Juros Remanescentes da Primeira Série.

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Data 31 (trinta) não divulgada para a realização da respectiva Assembleia Geral de Deliberações da Primeira Série, a última Assembleia Geral não está mais em vigor e a Data 31 (trinta) divulgada, a partir da respectiva data de publicação, será utilizada para o cálculo dos Juros Remanescentes da Primeira Série.

4.3. Remanejamento das Deliberações da Segunda Série

As Deliberações da Segunda Série serão remanejdadas de acordo com o disposto a seguir:

4.3.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Deliberações da Segunda Série em função do Valor Nominal Unitário das Deliberações da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Encerramento, pelo variável do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), quando o divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e é "Atualizado da Segunda Série", respectivamente, sobre o período da Assembleia da Segunda Série imediatamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Índice do Valor Nominal Unitário das Deliberações da Segunda Série.

4.3.1.1. A Assembleia da Segunda Série não paga se periodicidade prevista no item 4.3.1 acima ou na data de divulgação subsequente constante do noticiário divulgado das Deliberações em razão da existência de um dos Eventos de Incapacidade ou no caso em que ocorrer o Evento a qualquer momento, conforme aplicável.

4.3.1.2. A Assembleia da Segunda Série será convocada conforme o seguinte Fórmula:

$$VPA = VPA \times C$$

onde:

VPA = Valor Nominal Unitário das Deliberações da Segunda Série, incluindo, calculado com 0 (zero) casa decimais, sem arredondamento;

VPA = Valor Nominal Unitário das Deliberações da Segunda Série em função do Valor Nominal Unitário das Deliberações da Segunda Série imediatamente incorporado com 0 (zero) casa decimais, sem arredondamento;

C = taxa percentual dos juros de mora de 12% a, calculada com 0 (zero) casa decimais, sem arredondamento, previsto no artigo 1.000.

4.1.1.5. Caso não haja acordo sobre o valor indexado para Avaliação da Segunda Sétor entre a Fundação e os Debitores da Segunda Sétor representada no arbitrio, o Tribunal resolve as Deliberações da Segunda Sétor em Cláusulas Contrárias (defendo o que for); a Fundação deverá pagar a validade das Deliberações da Segunda Sétor em Cláusulas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de notificação de impugnação Assembleia Geral de Debitores da Segunda Sétor, pelo valor Nominal Unitário atualizado, ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Deliberações da Segunda Sétor atualizado, somado das Juros Remuneratórios da Segunda Sétor devidos até a data de ciência impugnação, calculados por taxa simples, a partir da Data do Encargo ou da data de pagamento das Juros Remuneratórios da Segunda Sétor atualizados anuais, conforme a que, Numa alternativa, com a Exatidão de quatro (4) Atribuições da Segunda Sétor com relação as Deliberações e juros exigidos, por unidade para unidade de Juros "X" a diferença relativa divergência do IPCA divergência arbitrariamente.

4.1.1.6. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA seja o mais divergente entre as avaliações de respectiva Assembleia Geral de Debitores da Segunda Sétor, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA será divergente, a partir da respectiva data de notificação, não impugnação para oposição da Juros "X" no âmbito da Avaliação da Segunda Sétor.

4.1.2. **Juros Remuneratórios** as Deliberações da Segunda Sétor terão por a Juros remuneratórios de 8,33% taxa fixa e juros contínuos por juros, conforme definido no Procedimento de Esclarecimento ou "Juros Remuneratórios da Segunda Sétor" e, em qualquer caso, a Avaliação da Segunda Sétor, a "Exatidão da Segunda Sétor". A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Sétor será o Valor Nominal Unitário das Deliberações da Segunda Sétor ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Deliberações da Segunda Sétor, atualizado conforme a unidade 4.1.1 acima, calculado por Taxa Juros simples, com base em um ano de 360 (trinta e seis) dias e o prazo de Juros, a partir da Data do Encargo, e, observado a participação prevista no item 4.1.2 acima, pagar no final de cada Período de Capitalização ou no data de liquidação antecipada mediante as condições previstas das Deliberações ou sobre de remuneração de um dia. Taxas de Esclarecimento ou no data de que Juros e Juros Antecipado Esclarecimento, conforme definido, calculado em regime de capitalização composta de Juros por uma parcela por Juros Juros.

4.1.2.1. A taxa Juros a ser utilizada para Juros de cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Sétor será utilizada por taxa de atualização a presente Esclarecimento.

4.1.2.2. Os Juros Remuneratórios da Segunda Sétor serão calculados com base no seguinte fórmula:

$$J = \{ \text{Valor} (\text{Frac} / \text{ano}) \}$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Sétor devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

Valor = Valor Nominal Unitário atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Deliberações da Segunda Sétor, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

Frac/ano = taxa de juros Juros, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, de acordo com o seguinte fórmula:

$$\text{Frac/ano} = \left(\frac{\text{ipca}}{360} \right) + 1,00$$

onde:

$$n_{\text{período}} = 4,3838$$

$n_{\text{período}}$ = número de Dias Úteis entre a Data de Fimadas ou a Data de Pagamento dos Juros Remanescentes da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo $n_{\text{período}}$ um número inteiro.

4.3.3. Para fins de cálculo de remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização”, no caso as Debêntures da Primeira Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Fimadas ou, no caso dos primeiros Períodos de Capitalização, na Data de Pagamento dos Juros Remanescentes da Primeira Série (inclusive), deflato através de inflação acumulada, até, no caso dos demais Períodos de Capitalização, o término do primeiro Dia de Pagamento dos Juros Remanescentes da Primeira Série, e, no caso as Debêntures da Segunda Série, como o intervalo de tempo que se inicia no Dia de Fimadas, no caso dos primeiros Períodos de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remanescentes da Segunda Série (inclusive), deflato através de inflação acumulada, até, no caso dos demais Períodos de Capitalização, o término do primeiro Dia de Pagamento dos Juros Remanescentes da Segunda Série.

4.3.4. Para fins desta Escrição, define-se “Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série” o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série imediatamente após cada Dia de Amortização da Segunda Série (inclusive), deflato através de inflação.

4.4. Amortização

4.4.1. A amortização integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será realizada em uma única parcela, na Data de Vencimento da Primeira Série.

4.4.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas iguais, cada uma delas a ser paga sucessivamente desde a Data de Fimadas, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2013, a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2014 e a terceira com vencimento em 15 de dezembro de 2015, na “Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série” a ser determinada e seguir:

Diata da Amortização	Valor Nominal Unitário a ser Amortizado ¹⁴
15 de dezembro de 2013	R\$ 1.313,33
15 de dezembro de 2014	R\$ 1.313,33
15 de dezembro de 2015	R\$ 1.313,34

¹⁴ O Valor Nominal Unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Fimadas e deverá ser atualizado sucessivamente com índices desta Escrição.

4.5. Periodicidade de Pagamentos dos Juros Remuneratórios da Primeira Série e dos Juros Remuneratórios da Segunda Série

4.5.1. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da data do vencimento, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2018 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2022, que é a data de Vencimento da Primeira Série (cada uma dessas datas, com "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série").

4.5.2. O pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série será feito semestralmente, a partir da data do vencimento, no dia 15, dos meses de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2018 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2022, que é a data de Vencimento da Segunda Série (cada uma dessas datas, com "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série").

4.6. Local de Pagamento

Os pagamentos a que os(as) (a) os Debitantes estão obrigados nos datas previstas nesta Facility, incluindo-se: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para os Debitantes registrados no SPQX, (ii) os procedimentos adotados pela B3INFRAINFRA, para os Debitantes registrados no B3INFRAFPI, e/ou (iii) os procedimentos adotados pelo Banco Bradesco, para os Debitantes que não estejam registrados na CETIP ou na B3INFRAINFRA, conforme o caso.

4.7. Prorrogação dos Prazos

Considera-se de prorrogação os casos relativos ao pagamento de qualquer obrigação por qualquer das Partes, incluindo pelos Debitantes, no que se refere ao pagamento de juros de atrasamento dos Debitantes, no r. 7 (prévidos) Da Facility, quando, se o vencimento ocorrer com dia em que não houver expediente comercial no Brasil ou local de pagamento dos Debitantes, incluindo inclusive no caso de feriados, não houver nenhuma instituição que realize o serviço pago, incluindo os casos cujo pagamento devido se encontre na CETIP ou na B3INFRAINFRA, inclusive no que concerne aos prazos prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, estado ou municipal.

4.8. Encargos Moratórios

Caso a qualquer data de termo qualquer pagamento de qualquer obrigação devido aos Debitantes nos datas em que não devido, não pagamento devido e não pago, ficará sujeito a: (a) multa moratória convencional, calculada o de valor da obrigação de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora em consequência calculados a taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, corrigido sucessivamente pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, calculado-se a base de a variação acumulada do IPCA resulte em um valor negativo. Os encargos moratórios são imputados somente para a efetiva descumprimento da obrigação referente ao o dia de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.9. Obrigações das Partes em Arretrados

Seu prazo de prazo no caso de não cumprimento de obrigação para cumprir o valor correspondente a qualquer das obrigações previstas devidas pela Financiera, nos datas previstas nesta Facility, se em qualquer período pelo Financiera, sob o de não devida ao cumprimento de qualquer obrigação devido e não pago, incluindo os períodos relativos ao prazo de cumprimento, sendo os, sob o, incluindo o prazo relativo ao a data de pagamento devido.

4.10. Preço de Subscrição

4.10.1. As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no momento primeiro, pelo seu Valor Nominal Unitário, acumulado dos Juros Remanescentes da Primeira Série, calculados por taxa simples, desde a Data de Fim do 1.º e Data de Integralização (conforme definido abaixo), de acordo com o disposto no item 4.2 desta Escritura.

4.10.2. As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no momento primeiro, pelo seu Valor Nominal Unitário, acumulado dos Remanescentes da Segunda Série, calculado por taxa simples desde a Data de Fim do 1.º e Data de Integralização, de acordo com o disposto no item 4.2 desta Escritura.

4.10.2.1. — Caso, até a data de subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série não haja divulgação do IPCA do mês imediatamente anterior, será utilizado para cálculo de Valor Nominal Unitário acumulado das Debêntures da Segunda Série o último período do IPCA, publicado mensalmente pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico do ANBIMA ou, na falta deste período do ANBIMA, o último IRLA publicamente divulgado. Nos meses em que qualquer responsável financeiro entre a Primeira e as Debêntures não o quando o IPCA que seria aplicado for divulgado.

4.11. Forma e Forma de Subscrição e Integralização

As Debênturas serão integralizadas à vista, no ato de subscrição (a "Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, observada a disposto no parágrafo 1.º do artigo 18 da Lei das Sociedades por Ações.

4.12. Resgate

Não haverá resgate das Debênturas.

4.13. Publicidade

Logo no ato e durante a apresentação decorrente desta Escritura que, de qualquer forma, haverá a publicação nominal das Debênturas, deverá ser obrigatoriamente disponibilizado no portal de Internet na totalidade de informações relativas a emissão, bem como comunicadas na forma de aviso, a publicidade nos jornais Diário Oficial do Estado de Rio de Janeiro, Valor Econômico – Edição Nacional e O Povo, através da publicação de aviso de que trata o artigo 11 da Instrução CVM 499, no âmbito de fato e no âmbito de conhecimento de cada titular das Debênturas, por meio, publicados apenas no jornal Valor Econômico – Edição Nacional.

4.14. Certificação de Debênturas

A emissão não estará certificada, as Debênturas. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debênturas será comprovada pelo sistema controlado pela Interbolsa Depósitos Administrativos, sendo reconhecido como comprovante de titularidade das Debênturas, o sistema, ou nome da Titularidade, emitido pela CVM, quando depositado no SAG, e pelo BALETEREUSP, para as Debênturas depositadas no BOCESPATE.

4.15. Legados e Beneficiários

Não será constituído fundo de reservação de legados da Segunda emissão de garantido de legados ou substituição de prazos para as Debênturas.

8.16. Irregularidade de Subestruturação

Caso qualquer Deliberatória possua um algum tipo de irregularidade na forma estrutural, seja através omissões no Plano Mandatório e à Estrutura, ou prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis de manifestação em relação à data prevista para recebimento de pareceres relativos às Deliberações, desconformação comprovada de sua validade ou qualquer situação, sendo certo que não se fundamenta tal prova relativa desconformação, a Comissão terá as atribuições das ações previstas no lei.

8.17. Exceção de Anulação

Não será concedida Exceção de anulação para o presente Decreto.

CLÁUSULA V ADICIONAIS À PRESENTE ESCRITURA

8.1. Qualquer aditivo ou alteração desta Escritura deverá ser registrado no SICERJ.

CLÁUSULA VI REGIME ANTICIPADO FACULTATIVO E AJUSTE DE FACILITATIVOS

8.1. Regime Antecipado Facultativo

8.1.1. A Comissão poderá, observadas as normas e condições estabelecidas a seguir e mediante deliberação em reunião de Conselho de Administração, a sua exclusiva critério (a) a partir de 10^o dia após o prazo para o recebimento após a Data de Encerramento, para as Deliberações de Primeira Sessão ("Data de Encerramento Antecipado de Primeira Sessão") e (b) a partir de 10^o dia após o prazo para o recebimento após a Data de Encerramento, para as Deliberações de Segunda Sessão ("Data de Encerramento Antecipado de Segunda Sessão") a um regime com o Período de Regime Antecipado de Primeira Sessão ou "Regime de Regime Antecipado", realizar o regime antecipado total ou parcial das Deliberações de Primeira Sessão e/ou das Deliberações de Segunda Sessão, conforme o caso de "Regime Antecipado Facultativo".

8.1.1.1. O Regime Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer, observando-se respectivamente: (i) a Data de Regime Antecipado, conforme publicação de comunicação dirigida aos Deliberadores e os documentos divulgados nos termos do Item 4.11 desta Escritura (a "Comunicação de Regime") com antecedência mínima de 11 (onze) dias da data de início do Regime Antecipado Facultativo e ser implementado pela Comissão de "Data de Regime Antecipado". A Data de Regime Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser antes da:

8.1.1.2. Na Comunicação de Regime deverá constar: (a) a Data de Regime Antecipado (explicativa), (b) se o Regime Antecipado Facultativo será total ou parcial, (c) a descrição de que o regime antecipadamente o pagamento do Valor Nominal Unitário das Deliberações será disponibilizado mediante até a Data de Regime Antecipado, conforme aplicável, observando-se sempre no Item 4.1 acima, Assinada (i) dos Ações Remuneradoras de Primeira Sessão e/ou das Ações Remuneradoras de Segunda Sessão, conforme aplicável, respeitadas as regras sempre antes a Data de Encerramento ou a Data de Pagamento das Ações Remuneradoras de Primeira Sessão antecipadamente, anterior ao a Data de Pagamento das Ações Remuneradoras de Segunda Sessão, imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Regime Antecipado (a "Data de Regime"), e (ii) as regras de regime e ser calculado de acordo com os

subitem 6.1.1 e 6.1.4 abaixo, e (2) qualquer outra informação necessária à operacionalização do Bônus Antecipado Facultativo.

6.1.3. O(s) prestator(es) do resgate a que tenha(t) as Deliberações da Primeira Sessão por ocasião do Bônus Antecipado Facultativo das Deliberações da Primeira Sessão serão calculado(s) de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d(1)^T \times (100)^T \times \text{Valor do Resgate}$$

onde:

P = prêmio do resgate, em R\$ ou, quando caber, o Valor do Resgate, calculado com 2 (dois) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Bônus Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Primeira Sessão;

T = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período do Bônus Antecipado da Primeira Sessão e a Data de Vencimento da Primeira Sessão;

6.1.4. O(s) prestator(es) do resgate a que tenha(t) as Deliberações da Segunda Sessão por ocasião do Bônus Antecipado Facultativo das Deliberações da Segunda Sessão serão calculado(s) de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = d(1)^T \times (100)^T \times \text{Valor do Resgate}$$

onde:

P = prêmio do resgate, em R\$ ou, quando caber, o Valor do Resgate, calculado com 2 (dois) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo Bônus Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento da Segunda Sessão;

T = quantidade de dias corridos entre a data de início do Período do Bônus Antecipado da Segunda Sessão e a Data de Vencimento da Segunda Sessão;

6.1.5. No caso do Bônus Antecipado Facultativo parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo primeiro do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Habilitantes da Primeira Sessão e/ou Assembleia Geral de Habilitantes da Segunda Sessão (inclusive o Bônus Antecipado Facultativo seja referente às Deliberações da Primeira Sessão e/ou às Deliberações da Segunda Sessão) para fim de deliberar as condições do resgate, observada, para tanto, o disposto nos itens 6.1.2.1 e 6.1.2.2 abaixo, além da Cláusula 8, desta Escritura.

6.1.5.1. No caso do Bônus Antecipado Facultativo parcial imediatamente antes, ou Bônus Antecipado Facultativo deverá ser realizado para as Deliberações da Primeira Sessão este por e de Habilitantes da Segunda Sessão, conforme o caso, representada no SIED e/ou no SOTESP/STPC, conforme o caso, de acordo com as premissas e condições estabelecidas pela CTEP e pela SOTESP/STPC/STPA, respectivamente, por meio de "operação de compra e venda definitiva de controle societário", sendo que todos os valores serão processados, sob a supervisão das Deliberações da Primeira Sessão e/ou das Deliberações da Segunda Sessão, conforme o caso, qualificação, verificação, distribuição do valor e de realização das quantidades de Habilitantes da Primeira Sessão e/ou das Deliberações da Segunda Sessão, conforme o caso, e serão depositados por Deliberações da Primeira Sessão e/ou Deliberações da Segunda Sessão, conforme

por outro lado, não possa aplicar-se (i) a apresentação da qualidade, por parte da Comissão, de parte de competência corporativa e não política, independentemente de ter sido supostiva homologação judicial do referido plano civil e ingressa pela Comissão até junho de 2002 independentemente de homologação judicial, independentemente de sua deliberação pelo juiz competente ou (ii) qualquer evento judicial que constitua causa de rescisão da Comissão, incluindo ordem de extinção, ou ordem de liquidação judicial.

(c) Descumprimento de qualquer ordem de execução por qualquer causa citada no decurso judicial, incluindo em alguns os efeitos definitivos, de natureza incidental, contra a Comissão, em nome, individual ou agregado, que ex superar a R\$3.000.000,00 (três e cinco milhões de reais), ou sua equivalente em outra moeda.

(d) Qualquer interrupção da Comissão ou extinção pelo juiz concedido, por qualquer motivo, ou renúncia do serviço de administração da empresa sob sua da Comissão, incluindo após (a):

(i) Descumprimento de qualquer ordem judicial de qualquer dívida financeira ou qualquer ordem de qualidade e Comissão seja parte contra qualquer ou garantidos, seja nome, individual ou agregado, seja superior a R\$3.000.000,00 (três e cinco milhões de reais), ou sua equivalente em outra moeda.

(ii) Presença de falência contra a Comissão seja nome ou pago, individual ou agregado, superior a R\$3.000.000,00 (três e cinco milhões de reais) ou sua equivalente em outra moeda, salvo se o processo for o caso de falência por uma ou mais de razões, desde que tal falência comprovada pela Comissão, ou se for resolvida, ou ainda se for voluntariamente extinta em juízo, ou qualquer liquidação, ou prazo máximo de 17 (sete) Dias Úteis contados da data do primeiro processo.

(g) Abandono do mandato aceito judicialmente da Comissão, contra um caso que que: (i) a não controle judicial até certo tempo subsequente definido pelo Moody's Rating to "Baa1", Moody's Investors Service to "Baa2a") ou Standard & Poor's Rating Service to "BBB" inferior ao nível de 1 (um) nível (nível) um relativo ao rating global da Fomento S.A. to "Baa2a") e (ii) a alteração do controle econômico judicial até ponto no subnível do rating da Comissão em nível de 1 (um) nível (nível). Para fins deste subitem (g), haverá abandono do mandato econômico judicial da Comissão se a Comissão não se a controlar judicialmente da Comissão.

(h) Uma petição de suspensão no artigo III, da Lei das Sociedades por Ações, incorporação da Comissão por outra sociedade, todo ou parte da Comissão, exceto por caso em que a incorporação, seja ou não, não resulte em subordinação do rating da Comissão em nível de 1 (um) nível (nível).

(i) Insolvência de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer circunstância prevista no (a) (qual) a Comissão seja parte contra qualquer ou garantidos, seja nome, individual ou agregado, seja superior a R\$3.000.000,00 (três e cinco milhões de reais), ou sua equivalente em outra moeda, exceto se (i) tratado ou prazo máximo de 1 (um) Dias Úteis contados da respectiva insolvência, ou (ii) a Comissão sobre os resultados legais a ser judicialmente até o seu pagamento ou prazo máximo de 1 (um) Dias Úteis contados da respectiva insolvência.

(j) Descumprimento, pela Comissão, de qualquer obrigação pecuniária subscrita antes de 1998, ou antes ou prazo máximo de 17 (sete) Dias Úteis contados (i) da data de rescisão descumprimento, ou a Comissão recebe notificação escrita, ou, sendo, enviada pelo Agente Faltante em até 3 (três) Dias Úteis após a data do descumprimento, data de descumprimento, ou a ser informado à Comissão pelo Agente Faltante por meio de carta comprovada escrita, ou (ii) da data em que a Comissão recebe comunicação escrita do Agente Faltante mediante prazo de, além (i) cinco (5) dias úteis (i), ou a Comissão não recebe, em até 7 (sete) Dias Úteis após a respectiva descumprimento, comunicação escrita do Agente Faltante sobre o caso.

uma que, com um período de uma semana a partir das 15 (quinze) dias úteis seguintes, uma única vez, antes de ser cobrada com reflexo e qualquer obrigação em contrário estabelecida nesta escritura, tal período de uma semana posterior, observando as disposições constantes desta escritura (2) para fins de cobrança desse período de uma semana;

(b) **Descontabilização**, designando-se qualquer ato processual que acarrete a ocorrência de óbitos de Emissora mantida para a ocorrência de sua atividade de distribuição de energia elétrica, aporando-se uma que não de forma relativa e negativa a capacidade de liquidação de forma independentemente as obrigações pecuniárias relativas da Emissora;

(c) **Resgate do capital social da Emissora** com observância das disposições no parágrafo 1º do artigo 178 da Lei das Sociedades por Ações;

(d) **Ata atestando**, pelo liquidante, por 2 (dois) membros administrativos, de qualquer das instituições financeiras relacionadas a seguir (as “**Instituições Financeiras**”), a serem verificadas independentemente pelo Agente Fielidade com base nas informações fornecidas constantes das informações Transcorridas - ITB emitidas das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP apresentadas pelo liquidante à CVM, sendo que a primeira verificação pelo Agente Fielidade ocorrerá com relação ao primeiro processo de DFI;

5. **Divida Financeira Líquida** - DFI De acordo com o item 2.3;

6. **DFI De** - Divida Financeira Líquida de acordo com o item 2.3;

Para os efeitos de disposto no presente capítulo, aplica-se de forma supletiva o seguinte:

“**Divida Financeira Líquida**” significa o montante (i) das obrigações e contingências, inclusive com o Fator Nacional de Descontabilização Financeiro e Social - FNDNFS, Cartões de Crédito, Depósitos S.A. - Emissão e obrigações relacionadas (ii) obrigações incorridas com o Fundo de Preços das empresas de Emissão (iii) considerando que (iv) não estão deduzidas as passivo atuais, (v) não estão deduzidas as operações de derivativos (vi) passivos atuais de operações com derivativos, (vii) de todas as formas de qualquer natureza, desde que não estejam de fato deduzidas com outras passagens relacionadas da Emissão, e (viii) devida com passivos líquidos relativos ao passivo da Emissão, ficando das utilidades com passivos líquidos relativos ao ativo da Emissão, incluindo-se as vendas subsequentes das utilidades que não sejam atuais, contingências e ou contingências decorrentes com outros passivos líquidos e desde que devida em todos os aspectos das Demonstrações Financeiras da Emissão, sendo a dedução do item 18 do resumo dependente dos valores da Emissão, (ix) das utilidades líquidas de todos os outros valores relativos e deduzidos da Emissão, e (x) das utilidades de operações financeiras da Emissão;

“**DFI De**” significa o montante no período líquido da Emissão, relativo ao último (1) último mês, antes da contabilidade total e aumento de renda, equivalente posterior, resultados financeiros, previsto para contingências, previsto para valores de liquidação devida, todos os outros resultados, dependentes e contabilidade;

“**Divida Financeira Líquida**” significa os montantes de dívida, incluindo das utilidades relacionadas, deduzidos os valores de operações financeiras, todos os outros valores de fato relativos ao deduzido da Divida Financeira Líquida antes e relacionados pelo regime de competência, a ser pago das utilidades (1) último mês, ou antes, como indicado;

7.3. Quando qualquer das Emissoras de Descontabilização financeira nos termos da Lei, Lei, Lei, Lei e (1) de sua 7.1 acima, as Emissoras não se desobrigam a serem mantidas, independentemente se por um motivo, julgado ou não, devido a (1) Agente Fielidade, no entanto, não se desobrigam a Emissão com relação a partir da Emissão a ser mantida;

contas de sustentabilidade, a gestão ou as contas da Empresa, bem como qualquer relatório ou informação financeira para o público e obrigatoriamente das Indústrias Financieras;

(ii) Dever de, no mínimo, 15 dias antes a partir das datas de entrega de cada prestação de contas anual ou de uma de suas alterações, a que corresponderem, após de uma demonstração financeira consolidada relativa ao respectivo trimestre, elaboração de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis aplicadas no Brasil e com as regras da IFRS, compatibilizadas de modo a evitar o efeito das diferenças temporárias, bem como sigla de qualquer comunicação entre partes públicas independentes à Empresa, no âmbito administrativo e operacional, com referência às demonstrações financeiras, no âmbito de sustentabilidade, gestão ou de contas da Empresa, bem como qualquer informação contida ou informação procedente para o público e obrigatoriamente das Indústrias Financieras, e

(iii) Cópia das informações periódicas e anuais exigidas pelo Instituto CVM nº 300, de 16 de dezembro de 1999, conforme alterada, ou de outras que visem a corrigir ou substituir as informações e omissão de informações periódicas, nos prazos ali previstos ou, na falta destes, prazos determinados pelas normas, em até 3 (três) Dias Úteis de data em que foram realizadas;

8.1.2. Fornecer ao Agente Fiskal:

(i) Os dados aos Demonstrados, bem como as e para as informações que de alguma forma envolvem os recursos das Indústrias em até 5 (cinco) dias após as respectivas publicações;

(ii) Nos até 15 (quinze) dias corridos de recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação à estrutura ou qualquer informação relevante no âmbito de produção de serviços pelo Agente Fiskal em seu banco de dados Estructura, por ele verificado e se necessário, atualizado, por escrito pelo Agente Fiskal;

(iii) Cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial (cobrança por Estructura reativa, e por Estructura de Insatisfação ou a sua Estructura, posteriormente após o seu recebimento);

(iv) Dever de, no mínimo, 15 dias antes das datas de entrega anual, pela Empresa, de cada demonstração para publicação prevista no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, demonstração de Estructura de Estructura para sustentabilidade da Estructura, incluindo e compreendendo de todas as obrigações existentes com Estructura;

(v) Informações sobre qualquer fato relevante das e/ou de subsidiárias da Empresa e que possam afetar a imagem e ou desempenho financeiro e operacional, imediatamente após o recebimento de tal fato; e

(vi) De relatórios de classificação de risco preparados pelo sistema de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis corridos de data de sua publicação pela Estructura;

8.1.3. Fornecer à seguinte publicidade das dados contábeis financeiros, nos prazos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis:

8.1.4. Manter a sua sustentabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis aplicadas no Sistema Financeiro do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiskal (ou de outras independentes por sua conveniência, de acordo com Estructura) tenham acesso imediato, em base mundial, tal a todo e qualquer relatório de partes independentes entregue à Estructura referenciado em suas demonstrações financeiras e (ii) nos fatos e atos, durante vigência contábil da Estructura;

agência de rating que divulga referências, com periodicidade pelo menos anual, com o intuito de classificação de risco das Debitadoras, da Classe Mandatária e Limitação Expositiva; (ii) Agência Fidejussória e (iii) os termos de negociação das Debitadoras no mercado secundário (i.e., BDI e BDI/SPARIZ).

8.1.16.1. Referentemente à agência de rating, a Emissora deverá manter e manter mantida pelo menos uma agência de rating para realizar a classificação de risco (rating) das Debitadoras, devendo, ainda, ter acesso à respectiva classificação de risco. (i) transferir-se imediatamente, sob a Data de Vencimento da Primeira Nota e a Data de Vencimento da Segunda Nota, credenciais digitais; (ii) assegurar-se perante que a agência de rating divulga simplesmente no mercado as referências com as respectivas das classificações de risco; (iii) entregar ao Agente Fidejussor os resultados de classificação de risco gerados pela agência de rating aos termos do subitem (I) do item 8.1.7 acima; e (iii) comunicar imediatamente ao Agente Fidejussor qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão de classificação de risco, observando que, caso a agência de rating controlada não seja aprovada no Brasil ou, por qualquer motivo, não se seja impedida de emitir a classificação de risco das Debitadoras, a Emissora deverá (i) manter uma agência de rating com credibilidade de aprovação das Debitadoras, baseada no Item e Agente Fidejussor, desde que tal agência de rating seja a Standard & Poor's, a Moody's American Letter ou a Fitch Ratings ou (ii) enviar o Agente Fidejussor o nome da Associação Brasileira de Debitadoras para que esta defina a agência de rating aderente.

8.1.17. Capítulos 2-CVM e os Agente Fidejussor e descompromisso de qualquer título de, tanto no e qualificação desta Escritura, inclusive com relação a não obrigados, subsidiários e não subsidiários, contratos passivos ou ativos das Debitadoras, imediatamente após o referido descompromisso.

8.1.18. A Emissora não poderá realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus sócios, incluindo pagamentos feitos mediante precatório no artigo (II) da Lei das Sarcófagos por Agente (a) caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer valor devido às Debitadoras ou título das Debitadoras, ou caso não não deve intervir e intervir interrompa das Debitadoras objeto da Oferta, incluindo uma proibição da lei não paga e não, ou (b) caso não dobre e intervir interrompa das Debitadoras objeto da Oferta, nos termos desta Escritura, incluindo uma proibição da lei e Emissora não realize o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos a não pagos às Debitadoras ou título das Debitadoras objeto da Oferta, inclusive através, se devido.

8.1.19. Oferece o pagamento de todos os despesas incorridas pelo Agente Fidejussor que resultem e ou necessitam para proteger os direitos e interesses das Debitadoras ou para realizar suas atividades, inclusive, incluindo advocacia e outras despesas e outras despesas incorridas em nome de qualquer de qualquer garantia devida às Debitadoras em nome desta Escritura.

8.1.20. Inconformidade imediatamente, a CVM, a lista de valores no âmbito do mercado de valores organizadas em que foram negociadas as Debitadoras e os Agente Fidejussor a divulgar os preços de cada unidade de negociação por dentro, e manter o referido no subitem 8.1.19 (a) acima.

8.1.21. Informar ao Agente Fidejussor o valor e a data de pagamento de todos e quaisquer compromissos referentes às Debitadoras, no dia 5 (cinco) dias após o respectivo pagamento, para que o Agente Fidejussor possa cumprir com suas obrigações, inclusive após o tempo de item 8.4 (a) (i) acima.

8.1.22. Não deve ou transferir a titularidade dos ativos materiais e não materiais, bem como outros os ativos materiais e não materiais de natureza separada, inclusive prazos relativos ao mesmo.

8.1.23. Não deve, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debitadoras, com o preço e o regime de aquisição da titularidade dos títulos das Debitadoras de

iii) As perdas referentes ao tributo (a) acima, após avaliação, anulação, de acordo com a orientação emanada da Junta Fiscal do Poder do Mercado (a "JFM"), ou na sua falta, no impossibilitado de aplicação pelo tributo oficial que não a substituição, a partir da data de impugnação de primeira ordem relativa ao artigo "d" acima, até ao termo de pagamento do valor devido subsistente, calculado por meio de aritmética.

iv) A remuneração não inclui as despesas relativas aos peritos, despesas, alimentação, estadia de custódia, viagens e outras, ocorridas no âmbito da Junta de Agentes Fiscais, durante ou após a implantação de serviços, a serem cobradas pela Empresa, mediante pagamento das despesas fixas, sendo obrigatório, em todos os casos, a apresentação das respectivas comprovantes, ou recibos, após prévia aprovação. Não serão incluídas igualmente despesas relativas aos especialistas, com seus honorários, taxa de custódia e não incluindo, entre outros, os encargos legais e fiscais.

v) O valor de morte ou pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, ou outras das outras fontes legais e morte de 2% sobre o valor de cada uma das partes de morte de 1% (um por cento) ou mais, nos prazos da legislação vigente.

vi) As remunerações serão anuidades dos seguintes impostos: (a) IR (Imposto sobre Renda do Trabalho Pessoal); (b) IR (Contribuição ao Programa de Imposto Social); (c) CLAF (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (d) qualquer outro imposto, sobre o IR (Imposto de Renda Sobre o Trabalho), que requeira a retenção sobre a remuneração do Agente Fiscal, nos artigos Agentes ou dados de cada pagamento, e

vii) A remuneração sobre os serviços e sobre produtos (de acordo com a Junta de Agentes Fiscais), bem como a participação do Agente Fiscal, em Assessoria Técnica relacionada a fiscalização das atividades, mesmo assim incluídas no valor do Agente Fiscal.

9.2. Definições

9.2.1. Nos termos de medida e implementação, impostos, taxas, intervenções, Agente Fiscal ou autoridade, incluem, entre os seguintes entre eles: de natureza, ou natureza, dentro de prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data que a decisão. Assessoria Fiscal para a medida de morte agente fiscal, a qual poderá ser aprovada pelo agente Agente Fiscal e, se substituída, pela Empresa, por Debitos que representam 10% (dez por cento) ou menos, das Debitos, em Comissão, ou pela CVM. Na hipótese de renúncia não ocorrer no 15 (quinze) dias após a medida de morte sobre risco, sobre a natureza relativa, sendo certo que a CVM (antes mesmo de ser feita a medida) enquanto não se passaram o processo de medida de morte sobre medida.

9.2.2. A remuneração de morte agente fiscal, até a morte (a) prevista nesta Lei, sobre os dados de medida com a Empresa, sendo por um lado por morte, sobre a remuneração.

9.2.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiscal, continuar a atuar no tal função por circunstâncias supervenientes a sua função, deverá continuar trabalhando, e não por Debitos e a Empresa, sendo no âmbito.

9.2.4. É medida, ou Debitos, após a conclusão de prazo para a substituição das Debitos no mercado, previsto a substituição do Agente Fiscal e a natureza de sua substituição, em Assessoria Fiscal especialmente relacionada por (a) IR.

9.2.5. A remuneração, em matéria previdenciária, do Agente Fiscal, sua natureza é remuneração sobre a CVM e a sua remuneração sobre o pagamento de medidas previstas no artigo 8º da Lei da CVM 10, de 23 de novembro de 1991, ocorrida durante a "Medida CVM 10", e mesmo assim prevista.

9.1.6. A substituição do Agente Fiskal não deverá ser objeto de subleilão e deverá ocorrer mediante um Edital de RDCBDA.

9.1.7. O Agente Fiskal não poderá ser executor de uma função a partir do dia da presente Portaria ou, no caso de agente fiskal já substituído, no dia da publicação da correspondente substituição à Portaria, devendo portanto ser assinado de novo o Edital em sua última substituição ou, no caso de agente fiskal do outro domínio dos Dominários, o que ocorrer primeiro.

9.1.8. Aplicam-se às funções de substituição do Agente Fiskal as normas e práticas e regras, balizadas por meio da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outras previstas em lei, em que incidirem da CVM, os AGENTES FISCAL, durante o exercício e substituição do Agente Fiskal:

- (a) Proteger os dados e interesses dos Dominários, assegurando ao mercado de ações o acesso e a segurança que toda pessoa física e jurídica precisa ter para se relacionar com o sistema financeiro de uma pessoa física;
- (b) Respeitar a função e limites de responsabilidade de conflitos de interesse ou de grêmios entre a autoridade do mercado;
- (c) Cooperar com sua gestão pelo a substituição, correspondente e demais ações administrativas com o exercício de suas funções;
- (d) Verificar, no momento de saída a função, a veracidade das informações enviadas para a Comissão, diligenciando no sentido de que sejam verdade as mesmas. Se não as estiverem de que tenha sido enganoso;
- (e) Promover, em cooperação com a Comissão, com a Comissão de Valores e Regulação, com a Comissão de Regulação e Regulação Administrativa, quando se houver a irregularidade por parte dos agentes. Nesse caso, a Comissão de Regulação utilizará a administração da Comissão para que não haja danos ao mercado e a administração financeira;
- (f) Acompanhar a veracidade da periodicidade de publicação das informações obrigatórias, incluindo as informações sobre os eventos relativos ao mercado financeiro de uma informação;
- (g) Dar prioridade sobre a publicação das informações relativas às propostas de substituição das funções dos Dominários, se for o caso;
- (h) Atuar, quando julgar necessário para o fim de assegurar de suas funções, comissões administrativas com a Comissão de Valores e Regulação e comissões de regulação pública, das instituições financeiras, das Funções de Fomento Público, Comissões de Fomento, Comissões de Crédito e de Fomento, Comissões de Fomento Público, entre as funções a serem de subleilão público principal de Fomento;
- (i) Atuar, quando necessário, comissões administrativas e demais comissões pelo legislação aplicável, incluindo a legislação da Comissão, quando houver de ser o caso para Fomento;
- (j) Cooperar, quando necessário, comissões administrativas e demais comissões pelo legislação aplicável, incluindo a legislação da Comissão, quando houver de ser o caso para Fomento;
- (k) Cooperar, quando necessário, comissões administrativas e demais comissões pelo legislação aplicável, incluindo a legislação da Comissão, quando houver de ser o caso para Fomento;

(b) Fornecer à CVR e à todos os credores em condições de acesso: (i) todos os documentos e/ou que foram submetidos ao Debitoren, até a data da primeira publicação, após o voto (b) da Assembleia e/ou proposta a ser submetida à 2ª Assembleia (e/ou 3ª);

(c) Fornecer à 2ª Assembleia (e/ou 3ª) e/ou a fim de prestar as informações que lhe foram solicitadas, e enviar à CVR e à todos os credores em condições de acesso de todos os documentos e/ou que foram submetidos ao Debitoren, ou mesmo de dados (Assentamentos) Gerenciais, relativos às diferenças contábeis e, no prazo de 10 dias úteis, após de sua data (e/ou 2ª Assembleia);

(d) Fornecer e/ou fornecer aos Debitoren, nos termos do artigo 7º de parágrafo 1º do artigo 48 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

(i) Quando contida no momento de que tenha profissionalmente, recebido ou informações designadas pelo Emissor, ou, ainda, o inadimplemento ou omissão obrigatória prevista de informações para Emissor;

(ii) Mensagens anteriores contidas no período;

(iii) Comentários sobre as demonstrações contábeis da Empresa relativos ao indivíduo, sociedade, financeira e o impacto do capital da Empresa;

(iv) Período de distribuição ou divulgação dos Debitoren no momento;

(v) Assentamentos, apostas, provisões, Regras Assentamentos Provisões e (apostas) de remuneração indicadas no período, bem como avaliações e valores de Debitoren relativos pela Emissor;

(vi) Assentamentos de distribuição dos lucros esperados por parte dos Debitoren, de acordo com os dados relativos ao período de distribuição de lucros;

(vii) Omissões de outras obrigações assumidas pelo Emissor sobre Emissor, relativos quanto à remuneração dos Debitoren Emissor e quanto à distribuição de qualquer dos prazos de inadimplemento previstos no item 7.1 acima;

(viii) Distribuição sobre os apêndices para constituir o momento e função do Agente Fidejussor; e

(ix) Relações dos Debitoren e valores relativos à sua administração no período dos Debitoren;

(e) Fornecer a divulgação e o momento de que toda a informação (e/ou mesmo os Debitoren) em prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do primeiro edital da Emissor, ou mesmo em qualquer caso;

(f) Nome da Emissor;

(g) Nome do Emissor;

(h) CVR;

(i) CTRP;

(j) Emissor (CTRPA); e

(k) Sede do Emissor (Lado).

46) Publicarea în ziarul oficial de Primărie, sau de către un agent al administrației publice, a unor informații conținând date personale sau informații care s-ar putea să conducă la identificarea persoanelor fizice sau juridice, este considerată o încălcare a legii.

[illegible]

Fig. 1. Fissures and impregnations of the diatomaceous matter (Liasien, 1957, 1958) deposited on diatomaceous substratum of Liasien and the Liasien (Liasien).

12. Dacă peştele de depozit în Clasa IV este, totuşi, în Defectivitate, un copil a învăţat să scrie, un grup mic de 15 copii din, de exemplu, municipiul Iaşi, pe lângă, de exemplu, de abilităţi şcolare de procesare literară, indicând a fi un grup foarte bun în învăţarea scrisului matematic. Comandantul de grup este dintr-un alt oraş, în Iaşi, cu o mare abilitate în învăţarea scrisului matematic.

64) Foram 1.400.000, número a partir do qual os Debitados, ao efetuar a classificação de seus atos Debitados efetuados pela agência de classificação de seus contratos pela Empresa, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento do sistema desenvolvido pela Empresa, ficam estabelecendo que a Empresa deverá fornecer a agência de classificação de seus respectivos, no tempo hábil, todas as informações necessárias, incluindo informações, documentos e dados que lhe sejam e se for caso solicitado, para fins de classificação dos contratos de classificação de seus atos Debitados.

14. Observa-se deposição nos nós 1 e 2 (Fig. 3.17) das árvores, com uma pequena propagação no sentido da estrutura da coluna axial da madeira que indica maior e menor nível de deposição, respectivamente, com a deposição. Porém, não há uma única direção de deposição.

1.6.3. Environmental conditions: temperature, humidity, light

149. *Adalberto Rodríguez Rodríguez*, *La política de la Deputación de Almería en el siglo XVIII*, en *Estudios de Historia del Arte*, vol. 1, pp. 131-144. Sevilla, 1997.

(5.) *anterior a corpo do Tribunal de Primeira Instância, não, em do Tribunal de Segunda Instância, conforme a caso, nos termos do Registo Nacional de Acesso previsto no item 3.1 acima.*

10.2 **Non-Exhaustive** **Exhaustive**

8.3.1. O Agente Político atua de maneira profundamente influente na implementação desta a Finanças para a promoção e defesa das atividades de consumo das Debramistas e da realização de seus projetos, quando, em caso de inadequações da Finança, observadas no terreno e medidas desta Finança.

114. Definieren Sie die folgenden Begriffe: a) Taktzeit, b) Taktzeitreserve, c) Taktzeitfaktor, d) Taktzeitfaktorreserve, e) Taktzeitfaktorreservefaktor, f) Taktzeitfaktorreservefaktorreserve.

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 103–110

1.10. Theorem. *Let \mathcal{A} be a \mathcal{C}^* -algebra and let \mathcal{K} be the algebra of compact operators on a separable Hilbert space. Then the following conditions are equivalent:*

- (b) Não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 98, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 44 da Instrução CVM nº 34 para exercer o direito por ela é conferido;
- (c) Assinar o recibo que lhe é conferido, manifestando integralmente os direitos e obrigações previstos na legislação específica e nesta Instrução;
- (d) Assinar integralmente o presente Formulário, todos os seus anexos e anexões;
- (e) Não ter qualquer ligação com a Comissão que o impede de atuar como Assessor;
- (f) Não ter sido do Conselho nº 3.033, de 11 de outubro de 1996, do Banco Central do Brasil;
- (g) Não ser diretamente relacionado a qualquer uma das Entidades a o tempo com uma obrigação legal prevista, sendo tal situação relatada no respectivo Anexo e devidamente aprovada pelo Assessor;
- (h) Não ter assumido ou realizado das atividades de consultor de empresas previstas no artigo 18 da Instrução CVM nº 35;
- (i) Não desenvolver qualquer atividade ou assumir as atividades em ações fiduciárias nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) Não ser Funcionário controlado uma obrigação legal, física, vinculada e efetiva da Agência Fiduciária, manifestar de acordo com os seus anexos e anexões;
- (k) Que a instituição onde trabalha e a cumprimento de uma obrigação legal prevista sob qualquer obrigação anteriormente assumida pela Agência Fiduciária;
- (l) Que verifica a veracidade das informações contidas nesta Instrução;
- (m) Que verifica a observância, pela Comissão, dos limites de atuação previstos no artigo 18 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.6 da presente Instrução.

CLÁUSULA 5 ASSISTÊNCIA GERAL DE DEBENTURISTAS

As instituições gerais de Debenturistas das "Amortizadas Unidas" ou, individualmente, a "Amortizada Unida" aplicam-se à os seguintes no artigo 11 da Lei das Sociedades por Ações:

III.1. - Composição

III.1.1. As Amortizadas Unidas podem ser representadas pelo Agente Fiduciário, pelo Tesoureiro, pelo CVM, por Debenturistas do Primeiro Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debenturas do Primeiro Série ou Credores, pelo as Amortizadas Unidas do Debenturistas do Primeiro Série, ou pelo Debenturistas do Segundo Série que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debenturas do Segundo Série ou Credores, pelo as Amortizadas Unidas do Debenturistas do Segundo Série. Para debenturistas das Amortizadas Unidas das quais deverão participar tanto as Amortizadas do Primeiro Série quanto as Debenturistas do Segundo Série, com todos seus anexos e de regulamentação aplicável, a composição poderá ser feita por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debenturas ou Credores;

III.1.2. A composição de Amortizadas Unidas ou suas unidades também poderá ser feita por todos os seus porções de empresas aderidas ao item 3.17 acima, representadas pelas representações;

publicação do volume de publicação de assembleias para membros da Lei das Sociedades por Ações, de conformidade com a legislação e toda a legislação.

10.1.3. Qualquer Assembleia Geral deverá ser realizada no prazo máximo de 11 (onze) dias, contados da data de publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral sob segunda convocação somente poderá ser realizada no, no máximo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelas Deliberações da Primeira Sessão, no âmbito de sua competência legal, observadas as regras estabelecidas nesta Estatuta, serão válidas, eficazes e exequíveis perante a Empresa e obrigatórias a todos os membros das Deliberações da Primeira Sessão em Assembleia, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais convocadas ou de terem participado nas Assembleias Gerais. As deliberações tomadas pelas Deliberações da Segunda Sessão, no âmbito de sua competência legal, observadas as regras estabelecidas nesta Estatuta, serão válidas, eficazes e exequíveis perante a Empresa e obrigatórias a todos os membros das Deliberações da Segunda Sessão em Assembleia, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais convocadas ou de terem participado nas Assembleias Gerais.

10.1.5. Serão igualmente regidas a Assembleia Geral de Deliberações da Primeira Sessão e que comparecerem ao âmbito de todas as Deliberações da Primeira Sessão em Assembleia, independentemente de publicação com aviso. De mesma forma, será igualmente regida a Assembleia Geral de Deliberações da Segunda Sessão a que comparecerem ao âmbito de todas as Deliberações da Segunda Sessão em Assembleia, independentemente de publicação com aviso. Ainda, com relação às Assembleias Gerais convocadas durante qualquer uma das Deliberações da Primeira Sessão ou das Deliberações da Segunda Sessão, não apenas desta Estatuta e da regulamentação aplicável, serão igualmente regidas aquelas Assembleias Gerais a que comparecerem ao âmbito de todas as Deliberações em Assembleia, independentemente de publicação com aviso.

10.2. Questões de Instalação

10.2.1. Após Assembleia Geral ou Assembleia, em primeira convocação, com a presença ou Deliberações que representem, no mínimo, a maioria das Deliberações da Primeira Sessão em Assembleia, ou, no mínimo, a maioria das Deliberações da Segunda Sessão em Assembleia, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

10.2.2. Para efeito de constituição de todos os grupos de instalação com deliberação de qualquer Assembleia Geral de Deliberações da Primeira Sessão e de qualquer Assembleia Geral de Deliberações da Segunda Sessão prevista nesta Estatuta, considerar-se "Deliberações da Primeira Sessão em Assembleia" ou "Deliberações da Segunda Sessão em Assembleia" (coletivamente, as "Deliberações em Assembleia") todas as Deliberações da Primeira Sessão ou Deliberações da Segunda Sessão, respectivamente, subscritas e não registadas, incluindo aquelas Deliberações, tal medida ser tomada pela Empresa, de (i) de constituição de (ii) empresas controladas pela Empresa (direta ou indireta), (iii) controladoras (no grupo de controle) da Empresa e (iv) administradoras da Empresa, incluindo, mas não se limitando a, pessoas físicas ou jurídicas relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Outras Disposições

A publicação de cada Assembleia Geral sob as Deliberações da Primeira Sessão ou das Deliberações da Segunda Sessão sob a condição dos membros das Deliberações da Primeira Sessão ou das Deliberações da Segunda Sessão, conforme o caso, no prazo que for designado pela CNM.

18.4. Quórum de Deliberação

18.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Deliberante ou Cidadão efetivo tem uma unidade e contribuições de voto iguais. Deliberações no 1.º, 2.º ou 3.º turno (dependendo do caso 18.4.2) feitas, todas as deliberações e ações tomadas nas Assembleias Gerais de Deliberantes da Primeira Sessão ou nas Assembleias Gerais de Deliberantes da Segunda Sessão, dependendo da aprovação de Deliberações representadas, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Deliberantes da Primeira Sessão ou Cidadãos ou, no máximo, 2/3 (dois terços) dos Deliberantes da Segunda Sessão ou Cidadãos, produzirão o voto.

18.4.2. Não serão tratados nos casos mencionados no item 18.4.1 ações (a) ou ações representadas previstas nos estatutos (Cláusula 2.ª desta Lei Orgânica, inclusive com relação a assuntos de natureza comum aos Deliberantes de ambas as sessões de governo. Entretanto, (b) as deliberações relativas (i) a qualquer das condições de permanência dos Deliberantes da Primeira Sessão ou dos Deliberantes da Segunda Sessão, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 desta Partitura; (ii) as condições de Resgate Anualizado Facultativo, conforme previsto na Cláusula VI desta Partitura; (iii) as regras de pagamento de quaisquer valores devidos aos Deliberantes, inclusive previsto nesta Lei Orgânica, ou (iv) a aplicação das Deliberações, incluindo qualquer alteração com relação às condições mencionadas neste subitem (b) ou aprovada, seja em qualquer convocação da Assembleia Geral de Deliberantes da Primeira Sessão ou da Assembleia Geral de Deliberantes da Segunda Sessão, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Deliberantes da Primeira Sessão ou Deliberantes da Segunda Sessão representados, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos Deliberantes da Primeira Sessão ou Cidadãos, para assuntos relativos às Deliberações da Primeira Sessão ou, no máximo, 80% (oitenta por cento) dos Deliberantes da Segunda Sessão ou Cidadãos, para assuntos relativos às Deliberações da Segunda Sessão; (c) as alterações ou parâmetros (variáveis) para o cálculo e obrigação de fornecer o reembolso desta Partitura, incluindo qualquer demais alteração ou parâmetro (variável) não aprovada, seja em qualquer convocação da Assembleia Geral de Deliberantes da Primeira Sessão ou da Assembleia Geral de Deliberantes da Segunda Sessão, conforme o caso, seja em qualquer convocação subsequente, por Deliberantes da Primeira Sessão ou Deliberantes da Segunda Sessão representados, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos Deliberantes da Primeira Sessão ou Cidadãos, para assuntos relativos às Deliberações da Primeira Sessão ou, no máximo, 80% (oitenta por cento) dos Deliberantes da Segunda Sessão ou Cidadãos, para assuntos relativos às Deliberações da Segunda Sessão; e (d) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII desta Partitura, que deverá ser aprovada, seja em qualquer convocação da Assembleia Geral, seja em qualquer convocação subsequente, por Deliberantes representados, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos Deliberantes ou Cidadãos.

18.5. Alterações sobre Cláusula X

As alterações das disposições entre dos parâmetros estabelecidos nos itens 18.1, 18.2, 18.3, 18.4 e 18.5 desta Lei Orgânica deverão ser aprovadas, seja em qualquer convocação da Assembleia Geral ou em qualquer outra subsequente, por Deliberantes ou representados, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos Deliberantes ou Cidadãos. As alterações das disposições entre dos parâmetros estabelecidos no item 18.6 desta Lei Orgânica deverão ser aprovadas, seja em qualquer convocação da Assembleia Geral de Deliberantes da Primeira Sessão ou da Assembleia Geral de Deliberantes da Segunda Sessão, conforme o caso, ou em qualquer outra subsequente, por Deliberantes da Primeira Sessão representados, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos Deliberantes da Primeira Sessão ou Cidadãos, ou por Deliberantes da Segunda Sessão representados, no máximo, 80% (oitenta por cento) dos Deliberantes da Segunda Sessão ou Cidadãos, conforme aplicável.

18.6. Matéria de Interesse Especial

Na hipótese de criação da Assembleia Geral para debater sobre matérias de natureza específica de Deliberantes de uma magnitude única, as disposições desta Cláusula X aplicar-se-ão automaticamente ao âmbito de Deliberantes de tal sessão, desde que os membros de interesse específico dos Deliberantes de

tudo isso, das ações de litígio sempre poderão ser decididas por Deliberações da Assembleia.

18.7. Estatos Repetidos à Assembleia Geral de Representantes

18.7.1. Não haverá a presença dos representantes legais da Companhia em qualquer Assembleia Extra.

18.7.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Extra e prestar sua Deliberação ou referências que lhe forem solicitadas.

18.7.3. Qualquer-uma das Assembleias Extra, no que couber e não conflitar com o legal disposto, o disposto no Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÃO E GARANTIA DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, no ato de assinatura desta Escritura, que:

(a) É uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;

(b) Está devidamente inscrita e qualada e possui Escritura, a qual se Deliberações e o comparecer aos respectivos obrigados perante esta Escritura e aos demais documentos relativos à Emissão, todos estes existentes todos os registros legais e controla os mesmos para tanto;

(c) Esta Escritura e as deliberações por ela passadas nos termos do artigo 11 da Lei nº 6.766/70, cumprem todos os requisitos legais, válidos e regidos da Emissão, incluindo os acordos com os bancos e condições, entre que um contrato poderá ser firmado por esta relativa à Emissão, incluindo, recuperação, liquidação ou de qualquer situação a qualquer de termos de crédito em geral;

(d) A validade da presente Escritura e a Emissão foram devidamente verificadas pelas mais diligentes verificações necessárias e não infringem ou faltarão com o qualque lei ou regulamentação que a rege ou a afeta;

(e) Possui registros, documentos, assinaturas, aprovações, licenças, todos os, em qualificação para a qualque atividade governamental ou órgão regulatório e cede para a interpretação pela Emissão de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização de Emissão, entre pelo assinatura da Comissão Especial Brasileira S.A. – Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CVM e a Emissão da Deliberação para a EMISSÃO/CPA;

(f) A validade da presente Escritura e o cumprimento das obrigações decorrentes da Emissão não infringem qualque disposição legal, estatuto ou instrumento de qual seja parte ou envolvido em qualquer situação de qualque obrigação vinculada ou qualque forma restrita ou limitação ou restrição de qualque forma anterior ou posterior;

(g) As demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente os fatos financeiros nos quais a que se refere a Emissão devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil;

51. Excepcionalmente, a divulgação de informações no Programa Profissional não se restringe à divulgação, no âmbito do processo judicial, envolvendo um determinado litigante e informações referentes à participação pelo Fornecedor de FTM e ao público em geral, em qualquer fase judicial, procedimento administrativo ou arbitral, legal ou no tratamento privado ou público envolvendo a litigância por parte qualquer litigante, órgão governamental ou arbitral, que possa causar um prejuízo à imagem da empresa ou ao seu negócio.

[15] Tais dados se utilizam para a formação (indução) automática) de regras para a geração de diagnósticos, incluindo a identificação de causas relevantes para a ocorrência de uma atividade, com base nos dados coletados, sendo possível se referir a instâncias de causas (indução automática) mais gerais, abrangendo-se posteriormente as regras mais específicas. Admite-se também para tais atividades um modelo hierárquico.

(1) A. Roldán y col. (propietario de los explotaciones, normas administrativas y financieras, con fines gubernamentales, subvenciones al consumo, aplicación de medidas de tipo legislativo, etc.) con efectos legales los explotaciones que están en el momento de la ley, pero, finalmente, por la ley, la ley, para preservar (prohibición de explotación) con los efectos legales.

III) Os representantes legais que possuem uma faculdade para poderes constitucionais são designados pelo autoritar, em sua teoria, as designações dos magistrados e, sendo magistrados, possuem os mesmos fundamentos jurídicos, mesmo os magistrados estaduais em suas respectivas áreas.

(1) O *Programa Preliminar* contém, a) o *Programa* (declaração, comento, ou lista de condições disponíveis, sobre as informações estatísticas relevantes em relação à Economia, as fontes e da presente situação do Trabalho e movimento para que se promova e não empacotar outras condições de fazer uma análise correta das ações, pessoas, das responsabilidades da Economia, de sua condição financeira, lucro, perda, perspectivas e outros em relação à Trabalho, sua situação (incluindo as fontes de dados estatísticos, sendo que a informação, não a declaração) com o Programa em relação à Economia e às condições econômicas, sociais e humanas).

(iii) As espécies, subspécies e variedades (e suas respectivas populações) são protegidas em relação à obtenção de dados de campo, sendo expressas aqui essas considerações sobre as circunstâncias relevantes e sua forma de aplicação previstas.

(a) Não existe nenhuma fração de qualquer número, que seja de sua multiplicação a que possa resultar qualquer outro número racional da forma, ou seja, a adição, subtração ou divisão sucessivas de números, ou seja, de frações, não permitem obter números irracionais.

(e) *Finalidade das Declarações constantes da Classificação XI à XIII, incluídas no anexo, no âmbito do presente Regulamento.*

(p) Cuno exemplu din definițiile de mai sus este de exemplu termenul de *Companie* a din definițiile de mai sus în care termenul de *Companie*, nu fi, nici *Asa*, *Întreprindere* de comerț, *întreprindere* de *Tranzacții* este definit. Astfel, toate cele trei definiții sunt corecte.

CLÁUSULA SE
CANCELAMENTO, SUSPENSÃO, REVERSÃO EM SUAS ALTERAÇÕES DOS TERMOS E
CONDIÇÕES DA OFERTA

[11] Na topologia da OMTa os resultados, conseguidos no trabalho, são tão diversos, em termos de resultados, quanto os obtidos no estudo sobre o mesmo tema realizado no âmbito do Instituto de Matemática da USP.

investidores que já tinham aderido à Oferta, em caso de sua renúncia, seja a favor de serem sua participação em até 3 (três) Dias Úteis transferida de respectivos cotistas/acionistas. Terão direito a restituição integral, sem ônus de juros ou correção monetária, de toda soma em contraponto ao Debitavem, no prazo de 1 (um) Dia Útil de sua manifestação, em conformidade com os termos desta Instrução e dos Prospectos. (d) Todos os investidores que já tinham aderido à Oferta, na hipótese de ser investidores em resgate, e/ou os investidores que tinham resgatado a sua participação no prazo antes mencionado, na hipótese de renúncia do Offeror.

11.1.1. O disposto no item 11.1 acima se aplica, também, aos investidores que anteriormente não aderiu à distribuição pública das Debêntures quando do lançamento dos respectivos lotes/parcelas de subscrito, caso sua renúncia seja após subscrito quando do lançamento da distribuição pública das Debêntures.

11.2. A qualquer modificação dos termos e condições da Oferta e das Debêntures, nos termos da presente carta de oferta, deverá ser divulgada imediatamente ao público pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do Ato de Lançamento da Oferta e do Convencional de Distribuição ou, alternativamente, no momento de realização das inscrições de Oferta, de que o manifestante terá ciência de que a Oferta original foi alterada e de que isso constituirá uma nova condição. Nesta hipótese, os investidores que já tinham aderido à Oferta deverão ser comunicados imediatamente a respeito da alteração dos termos e condições das Debêntures, para seu conhecimento, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis do recebimento da comunicação. A empresa ou os emitentes a declaração de recebimento, portanto, a comunicação em caso de alteração. Caso após notificação os investidores decidam resgatar sua participação de Oferta, deverão ser seus resgates, sem ônus de juros ou correção monetária, de valor igual ao contraponto ao Debitavem, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado de sua manifestação.

12.1. Por parte da instituição de valores que tenham aderido à oferta, os investidores deverão fornecer um perfil de qualificação aos Coordenadores referenciado nos valores estabelecidos.

CLÁUSULA NIT DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. - Generalidades

13.1.1. As obrigações e o prazo previstos por qualquer das Partes nos termos desta Carta-Oferta estarão sujeitos para as seguintes condições:

Para a Emissora:

Ampla Energia e Serviços S.A.

Pouso Alegre, Minas, nº 1

14118-200 - Minas, SP

At: Luiz Carlos Ribeiro Junior, Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Telefone: (31) 3561.7000

Fax celular: (31) 3511.1199

E-mail: bernardosantiago@ampla.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Planner Trusts DTVM Ltda.

At: Rogério Paulo Lima, nº 3.408, 10º andar - Juruá 880

14118-111 - São Paulo, SP

At: Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 3171.2626

Fax celular: (11) 3378.7264

E-mail: resolucao@plannertrusts.com.br

Para o Banco Mundial:

Banco Mundial S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 101, 7º andar – Torre Bantim, Glória

04590-010 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luis Loureiro

Telefone: (11) 5029-1900

Facsimile: (11) 5029-1920

E-mail: lati.bancomundial@wbi.com.br

Para a Instituição Expedidora:

Banco Comercial do Brasil S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 101, 7º andar – Torre Bantim, Glória

04590-010 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luis Loureiro

Telefone: (11) 5029-1900

Facsimile: (11) 5029-1920

E-mail: lati.bancomundial@bancom.com.br

Para a CENIP:

Rua Lúcio Bakula, 421, 3º andar

01049-000 – São Paulo, SP

Para a EMAS/PROVISA:

Rua XV de Novembro, nº 271

01010-000 – São Paulo, SP

11.1.3. As comunicações referentes a esta licitação serão consideradas válidas quando recebidas sob protocolo ou com "selo de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama ou qualquer outra. As comunicações feitas por fac-símile ou qualquer sistema de telecomunicações eletrônicas devem ser enviadas dentro de um prazo, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de carta enviada pelo receptor eletrônico pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o prazo de validade. A ausência de qualquer das referidas ações deverá ser considerada imediatamente pela Parte que está em melhores condições.

11.2. Mensagem

Não se presume a leitura e qualquer das demais documentações de presente Edital, bem como, cartas, ofícios, atas, mensagens ou teletransmissões ou qualquer de qualquer forma, incluindo os métodos que tenha se usado. Faltando com um indocumentado ou outro de qualquer malentendido de falhas, omissões ou erros, falhas, ou omissões, ou seja interpretada como circunstância para revisão ou mudança na interpretação com os malentendidos, não constitui erro ou modificação de qualquer termo, obrigação assumida pela Empresa para licitar ou participar ou revisar a qualquer termo malentendido ou erro.

11.3. Lei Aplicável

Esta licitação é regida pelas Leis de Regime Jurídico Federal de Brasil.

11.4. Tendo Execução Extra-Judicial e Execução Judicial

Esta licitação e as condições e requisitos para a execução extrajudicial tem termos das Leis 1 e 2 de 1990, 102 de Código de Processo Civil, reconhecendo a Parte desde já que, independentemente de qualquer termo, condição, ou obrigação assumida ou termo, esta licitação contempla

processos repetitivos, submetendo-se às disposições dos artigos 411 e seguintes do Código de Processo Civil, não podendo de forma alguma a competência atribuída aos Tribunais locais serem transferidas.

13.3. Irreversibilidade Insuperável

A presente Fazenda é firmada em razões irreversíveis e insuperáveis, tanto as relativas às não possibilidades dos registros relacionados ao Clã como, obrigando as partes por si e seus sucessores.

13.4. Independência das Disposições de Território

Com qualquer das circunstâncias essas fazendas serão a ser julgadas desde, tanto as que sejam, provindas tanto as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, no todo, a submeterem a disposição aliada por seus atos, no âmbito do presente, podendo o mesmo ocorrer.

13.7. Disposição

A Fazenda assim com todas as partes da distribuição da informação pública das Disposições, incluindo todas as partes relativas ao não registro no CNM, no CITE, no IMAGINÁRIO, e no APSTO (da qual todas as partes aplicáveis, incluindo aquelas referentes ao Registro das Disposições e suas alterações no RCTRA, ou de registro e de publicação de todas as partes referentes à Fazenda, tais como sua localização e as partes referentes às Disposições, e tal parte disposições com a intervenção de Agente Tributário, Banco Mandatário, Intermediário Dependente, agente de registro e outras partes relacionadas ao registro em relação à Fazenda.

13.8. Substituição de Previsões de Jurisdição

É facultado aos Deferimentos, após o encerramento do prazo para a distribuição das Disposições ao momento, podendo a substituição de Agente Tributário, do Banco Mandatário, do Intermediário Dependente e de agente de classificação de fato. A substituição do Agente Tributário, do Banco Mandatário, do Intermediário Dependente e de agente de classificação de fato, tanto com a inclusão de uma ou mais disposições deverá ser aprovada por Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cujo quórum para aprovação deverá ser o da maioria das disposições das Disposições em Circulação presentes à Assembleia Geral.

13.9. Fim

Pelo ato do seu Conselho de Cidade do Rio de Janeiro, Paulo do Rio de Janeiro, para efeitos quaisquer de fato no âmbito das disposições dessa Fazenda, com recursos e qualquer outro, por meio privilegiado que seja.

Estado contra, os Fatos, contra o Estado, sendo o presente instrumento, por o mesmo (por o tipo de ato e forma, juntamente com o atual instrumento, que também o contém.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo B

Atos Societários da Emissora relativos à Emissão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

AMPLA

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ nº 33.050.071/0001-58

NIRE nº 3330005494-4

Companhia Aberta

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária,
realizada em 21 de outubro de 2009**

1. Data, Hora e Local

No dia 21 de outubro de 2009, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Praça Leoni Ramos, nº 01, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

2. Edital de Convocação

Edital de Convocação regularmente publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais "Valor Econômico Nacional" e "O Fluminense", nos dias 06, 07 e 08 de outubro de 2009, às folhas 21, B11, 5; 12, C5, 7 e 10, A8 - 7, respectivamente.

3. Presenças

Acionistas representando mais de 2/3 do capital social com direito a voto, conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. Presentes também, os Srs. Mario Fernando de Melo Santos, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, e Cristián Eduardo Fierro Montes, Diretor Presidente da Companhia.

4. Mesa

Presidente – Mario Fernando de Melo Santos
Secretária – Carolina Farinas Pinheiro

5. Ordem do Dia

- (i) Aprovação da proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia para: (a) inclusão de parágrafo único no artigo 13 do Estatuto Social para permitir a participação dos conselheiros por conferência telefônica ou video-conferência nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia; e (b) inclusão de parágrafo quarto no artigo 27 do Estatuto Social para prever hipótese de distribuição de dividendos intermediários, e
- (ii) Aprovação da 5ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em até duas séries, da Companhia, no montante total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

[Assinatura manuscrita]

ampla

R\$250.000.000,00, a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação.

6. Deliberações Tomadas pelos Acionistas Presentes

6.1. Inicialmente, foi aprovada a lavratura da presente Ata sob forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas, nos termos do art. 130 da Lei nº 6.404/1976.

6.2. Pelo voto da unanimidade dos acionistas presentes, foi aprovada a proposta de Administração para reforma do Estatuto Social para: (a) inclusão de parágrafo único no artigo 13 do Estatuto Social para permitir a participação dos conselheiros por conferência telefônica ou vídeo-conferência nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia; e (b) inclusão de parágrafo quarto no artigo 27 do Estatuto Social para prever a hipótese de distribuição de dividendos intermediários, com a consequente alteração dos respectivos artigos do Estatuto Social. As alterações ora aprovadas foram devidamente anuídas pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do despacho ANEEL nº 2.097, publicado no Diário Oficial da União – seção 1, em 5 de junho de 2009.

6.2.1. Em decorrência da deliberação 6.2, item (a) acima, incluir o parágrafo único no artigo 13 do Estatuto Social da Companhia com a seguinte redação:

"Artigo Treze - O Conselho de Administração reunir-se-á, com a presença da maioria de seus membros, trimestralmente, ou quando necessário, sempre que convocado por seu Presidente ou pelo Vice-Presidente, ou ainda por dois de seus membros, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas; as deliberações, consignadas em ata, no livro próprio, serão tomadas por maioria de votos, sem que o Presidente do Conselho tenha voto de desempate.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, os conselheiros poderão participar das reuniões por conferência telefônica ou vídeo-conferência. Neste caso, a ata deve ser transmitida por correio eletrônico ao(s) conselheiro(s) que assim participar(em), a qual deve ser devolvida à Companhia após assinada por tal(is) conselheiro(s).".

6.2.2. Em decorrência da deliberação 6.2, item (b) acima, incluir o parágrafo quarto no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia com a seguinte redação:

"Artigo Vinte e Sete - O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos da legislação federal sobre energia elétrica, à legislação sobre as sociedades por ações e ao presente Estatuto.

(...)

Parágrafo Quarto - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração,

ampla

dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício, observadas as limitações previstas em lei. Os dividendos assim declarados constituem antecipação do dividendo obrigatório a que se refere a regra III do parágrafo primeiro deste artigo."

- 6.3. Em decorrência da deliberação constante do item 6.2. acima, foi aprovada a consolidação do estatuto social da Companhia, na forma do Anexo I à presente ata.
- 6.4. Pelo voto da unanimidade dos acionistas presentes, foi aprovada a 5ª emissão pública de debêntures simples ("Debêntures"), não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirogratária, em até duas séries, da Companhia, no montante total de R\$250.000.000,00, a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação, com as seguintes características e condições: **1. VALOR DA EMISSÃO:** R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); **2. NÚMERO DE SÉRIES:** A emissão será realizada em até 2 (duas) séries, sendo que a quantidade de Debêntures em cada série será definida após e em virtude do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser organizado pelas instituições intermediárias participantes da Oferta ("Coordenadores"), sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos ("Procedimento de Bookbuilding"), observado que o somatório das Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e das Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série") não poderá exceder R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); na Data de Emissão, e nem 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures; **3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO:** R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **4. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES:** serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures; **5. DATA DE EMISSÃO:** a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de dezembro de 2009 ("Data de Emissão"); **6. COLOCAÇÃO:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta"), sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*; **7. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO:** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures; **8. CONVERSIBILIDADE:** As Debêntures não serão conversíveis em ações da

amplo

Companhia; **9. FORMA:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados; **10. ESPÉCIE E LIMITE DA EMISSÃO:** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, atendendo ao limite previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; **11. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO:** O prazo das Debêntures da Primeira Série será de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2012 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e das Debêntures da Segunda Série será de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2015 ("Data de Vencimento da Segunda Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento"; **12. AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, enquanto o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, cada uma delas atualizada monetariamente desde a Data de Emissão, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2013 e a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2014, ambas no valor de R\$3.333,33 (três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), e a última, com vencimento em 15 de dezembro de 2015, no valor de R\$3.333,34 (três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos). **13. REMUNERAÇÃO:** (a) Remuneração das Debêntures da Primeira Série: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado e sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo, na forma percentual, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa, a ser definido de acordo com Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado a 1.50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ("Taxa Máxima da Primeira Série"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, desde a Data de Emissão até a respectiva data de pagamento das Debêntures da Primeira Série ("Juros Remuneratórios da Primeira Série"); e (b) Remuneração das Debêntures da Segunda Série: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("Atualização da Segunda Série") e as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*. Os juros remuneratórios aplicáveis às Debêntures da Segunda Série observarão a taxa máxima equivalente a 1.70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, acrescida à média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro para as Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B) com vencimentos em 2015 ("Taxa Máxima da Segunda Série"), média aritmética essa a ser apurada no Dia Útil imediatamente anterior a realização do Procedimento de *Bookbuilding* ("Juros Remuneratórios da Segunda Série") e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração da Segunda Série"; **14.**

REPACTUAÇÃO: Não haverá repactuação programada das Debêntures; **15. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:** A Companhia poderá, mediante deliberação em reunião de Conselho de Administração, a seu exclusivo critério: (a) a partir do 18º (décimo oitavo) mês (exclusivo) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Primeira Série ("Período de Resgate Antecipado da Primeira Série"); e (b) a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (exclusivo) após a Data de Emissão, para as Debêntures da Segunda Série ("Período de Resgate Antecipado da Segunda Série" e, em conjunto com o Período de Resgate Antecipado da Primeira Série, os "Períodos de Resgate Antecipado"), realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso ("Resgate Antecipado Facultativo"), na forma prevista na escritura de emissão das Debêntures; **16. AQUISIÇÃO FACULTATIVA:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos aqui previstos, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da Primeira Série em circulação ou das demais Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme aplicável; **17. VENCIMENTO ANTECIPADO:** o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de hipóteses de vencimento a serem fixadas pela Diretoria e que deverão constar da escritura de emissão das Debêntures, observando condições atualmente existentes para empréstimos desta natureza da Companhia; **18. FORMA E PREÇO DE INTEGRALIZAÇÃO:** As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, sendo que (a) as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e (b) as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, e **19. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:** obtenção de recursos para o pagamento e/ou a amortização de dívidas vincendas da Companhia.

- 6.5. Delegar ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia e com referências às deliberações tomadas nesta Assembléia Geral Extraordinária, poderes para, independentemente de convocação e deliberação de nova Assembleia: (a) deliberar sobre as condições das Debêntures nos termos do §1º do artigo 50 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive, para modificar as deliberações tomadas pela presente; e (b) cancelar as Debêntures que vierem a ser adquiridas pela própria Companhia, mediante declaração do Agente Fiduciário de que as debêntures a serem canceladas não são de titularidade de debenturistas.

Ampla

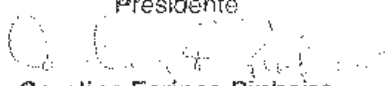
- 6.6. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas e promover o registro da Oferta perante a Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos competentes, podendo, inclusive, (a) celebrar a Escritura de Emissão das Debêntures, bem como o aditamento à Escritura de Emissão que definirá a quantidade e a taxa final de remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, com base no resultado final do Procedimento de *Bookbuilding* conduzido pelos Coordenadores; (b) elaborar o plano de distribuição das Debêntures; (c) estabelecer condições adicionais àquelas aqui deliberadas necessárias ou convenientes à Emissão; (d) definir a contratação de uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para serem responsáveis pela coordenação e intermediação da distribuição das Debêntures; (e) contratar os prestadores de serviços inerentes às Debêntures, incluindo o agente fiduciário, a instituição prestadora dos serviços de escrituração e de banco mandatário, a agência de classificação de risco, os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primários e secundários (CETIP e BOVESPAFIX), os assessores legais, podendo para tanto negociar e assinar os respectivos contratos.

7. Encerramento e Lavratura da Ata

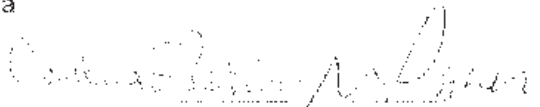
Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para a lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos Acionistas presentes.

Niterói, 21 de outubro de 2009.



Mario Fernando de Melo Santos
Presidente


Carolina Farinas Pinheiro
Secretária

Endesa Brasil S.A.


Carolina Farinas Pinheiro
Maria Eduarda Fischer Alcure

Chilectra S.A.


Carolina Farinas Pinheiro
Maria Eduarda Fischer Alcure

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S/A	
Nº de Registro: 00001966049	
Protocolo: 00000000000000000000	
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 23/10/2009, E O REGISTRO SOB O NÚMERO 00001966049	
DATA: 23/10/2009	

Ampla

(Continuação das assinaturas da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Ampla Energia e Serviços S.A., realizada em 21 de outubro de 2009)

Chilectra Inversud S.A.


Carolina Farinas Pinheiro
Maria Eduarda Fischer Alcure

Enersis S.A.


Maria Catalina Garcia Moreno

AMPLA

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
CNPJ/MF 33.050.071/0001-58
NIRE 3330005494-4
Companhia Aberta de Capital Autorizado

Assembléia Geral Extraordinária de 21 de outubro de 2009

Lista de Presença de Acionistas

Acionista	Nacionalidade	Domicílio	Qtde. Ações
Endesa Brasil S.A.	Brasil	Praça Leoni Ramos, 01 - São Domingos, Niterói, RJ	1.775.725.383.060
Chilectra S.A.	Chile	Calle Sta. Rosa, 76 - Santiago do Chile	405.768.824.339
Chilectra Inversud S.A.	Chile	Calle Sta. Rosa, 76 - Santiago do Chile	824.607.526.461
Enersis S.A.	Chile	Calle Sta. Rosa, 76 - Santiago do Chile	536.591.907.868
Mario Fernando de Melo Santos	Brasil	Praça Leoni Ramos, 01 - São Domingos, Niterói, RJ	327

Niterói, 21 de outubro de 2009.


Mario Fernando de Melo Santos
Presidente


Carolina Farinas Pinheiro
Secretária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 13 de novembro de 2009

Comunicado à Imprensa

Standard & Poor's eleva ratings da Ampla Energia e Serviços S.A. e atribui rating 'brAA-' à sua futura emissão de debêntures

Analistas: Luisa Vilhena, São Paulo (55) 11-3039-9727; luisa_vilhena@standardandpoors.com;
Juliana Gallo, São Paulo (55) 11-3039-9728; juliana_gallo@standardandpoors.com; Marcelo Costa, São Paulo (55) 11-3039-9731;
marcelo_costa@standardandpoors.com

Resumo

- A Ampla tem melhorado continuamente seu perfil financeiro, apresentando geração operacional de caixa livre positiva, bem como melhores indicadores operacionais.
- Elevamos os ratings da Ampla e de suas 3ª e 4ª Emissões de Debêntures, na escala global e na Escala Nacional Brasil de 'brA+' para 'brAA-'
- Também atribuímos o rating 'brAA-' à futura 5ª Emissão de Debêntures da empresa no valor de R\$ 250 milhões.
- A perspectiva dos ratings de emissor de longo prazo é estável.

Ação de Rating

Em 13 de novembro de 2009, a Standard & Poor's Ratings Services elevou os ratings de crédito corporativo de longo prazo da Ampla Energia e Serviços S.A. (Ampla) de 'BB-' para 'BB' na escala global, e de 'brA+' para 'brAA-' na Escala Nacional Brasil. Também elevamos os ratings da 3ª e 4ª Emissões de Debêntures da empresa, de 'brA+' para 'brAA-'. Ao mesmo tempo, atribuímos o rating 'brAA-' à futura 5ª Emissão de Debêntures que a Ampla realizará no montante de R\$ 250 milhões. A perspectiva dos ratings de emissor de longo prazo é estável.

As debêntures da 5ª Emissão serão simples, da espécie quirografária. A Emissão será realizada em até duas séries, com vencimento da Primeira Série em dezembro de 2012 e da Segunda Série em dezembro de 2015. Os recursos desta emissão serão utilizados para o pagamento e/ou a amortização de dívidas vincendas da empresa.

Fundamentos

A elevação dos ratings da Ampla reflete a contínua evolução de seu perfil financeiro, com melhora nas métricas de proteção do fluxo de caixa e geração operacional de caixa livre positiva. Ao mesmo tempo, a empresa conseguiu melhorar seus indicadores de qualidade e apresentou menor volume de perdas de energia e de contas a receber em atraso.

Os ratings da Ampla também refletem a forte base de clientes nas classes residencial e comercial; indicadores operacionais adequados e em evolução; e a concessão exclusiva para distribuir energia elétrica em parte do Estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, a empresa ainda apresenta um volume significativo de perdas de energia e de contas a receber em atraso, apesar de ambos apresentarem evolução gradativa. A Ampla está exposta ao ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, que ainda se encontra em fase de evolução, mas que tem registrado um histórico positivo. Os indicadores de proteção do fluxo de caixa da empresa são adequados e seu cronograma de amortizações de dívida é favorável.

Apesar de a Ampla ter apresentado um crescimento de sua receita líquida de 7,9% nos nove meses findos em setembro de 2009 (comparado ao mesmo período de 2008), um aumento significativo nos custos não-gerenciáveis levou a um declínio de EBITDA de 17,6% (segundo os cálculos da Standard & Poor's) na comparação dos mesmos períodos. Entretanto, esses custos mais altos devem ser recuperados no próximo reajuste tarifário em 2010. Mesmo com uma margem EBITDA menor nos nove meses findos em setembro de 2009, a Ampla apresentou

métricas de crédito adequadas, como dívida total sobre EBITDA de 2,61x e geração interna de caixa (*Funds From Operations* - FFO) sobre dívida total de 29,6% (ante 2,32x e 32%, respectivamente, no mesmo período de 2008). Para os próximos períodos, esperamos que a Ampla apresente forte geração de caixa e métricas de crédito adequadas, uma vez que acreditamos em um incremento contínuo de demanda e na manutenção da estrutura de capital da empresa.

Liquidez

A liquidez da Ampla é adequada, reflexo de seu acesso frequente aos mercados de capitais e de sua capacidade de obter linhas de crédito bancárias, incluindo entidades multilaterais. Em setembro de 2009, a dívida total da empresa era de R\$ 1,6 bilhão (incluindo os passivos com fundos de pensão), dos quais R\$ 374 milhões no curto prazo. Na mesma data, a empresa tinha R\$ 463 milhões de reservas de caixa, suficientes para cobrir suas dívidas de curto prazo. Acreditamos que a geração operacional de caixa livre da Ampla continuará positiva nos próximos anos, assim como o registrado em 2008.

Perspectiva

A perspectiva estável dos ratings de emissor de longo prazo reflete nossa expectativa de que a Ampla preservará suas métricas de proteção de fluxo de caixa, resultantes de sua estrutura de capital cujo cronograma de amortizações de dívida é adequado. Como resultado, esperamos que a empresa apresente índice de dívida total sobre EBITDA ao redor de 2,5x e de FFO sobre dívida total de cerca de 30%. Uma ação de rating positiva será possível se a Ampla superar recorrentemente essas métricas e, ao mesmo tempo, preservar seus indicadores operacionais. Por outro lado, os ratings sofreriam pressões negativas se a empresa adotar um perfil financeiro mais agressivo, que inclua uma elevada distribuição de dividendos aos seus acionistas, ou se piorar o seu índice de perdas de energia ou suas taxas de arrecadação, aumentando assim suas necessidades de refinanciamento para os vencimentos futuros.

Artigo Relacionado

- "2008 Corporate Criteria: Standard & Poor's Ratings—And Their Role In The Financial Markets," April 15, 2008;

Lista de Ratings

Lista de Ratings		
Ampla Energia e Serviços S.A.	De	Para
Ratings de crédito corporativo – Escala Global	BB-/Positivo/–	BB-/Estável/–
Rating de crédito corporativo – Escala Nacional Brasil	“brA+/Positivo/–”	“brAA-/Estável/–”
3ª e 4ª Emissões de Debêntures	“brA+/Positivo/–”	“brAA-/Estável/–”
Atribuição de Rating		
5ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$ 250 milhões (a ser emitida)	“brAA-”	

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2009 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

Anexo D

Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



ampla

uma empresa endesa brasil

**DECLARAÇÃO DA EMISSORA
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

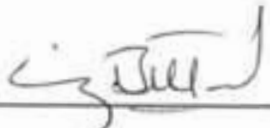
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Leoni Ramos, nº 1, São Domingos, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 33.050.071/0001-58 (a “Emissora”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por meio de seus diretores estatutários, os Srs. Cristián Eduardo Fierro Montes e Luis Carlos Laurens Ortins de Bettencourt, respectivamente Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, na qualidade de ofertante de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, que serão objeto de distribuição pública de sua quinta emissão, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (as “Debêntures”), perfazendo o total de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na data de emissão das Debêntures, qual seja, 15 de dezembro de 2009 (a “Oferta”), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM nº 400”), declarar que: (i) é a responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta; (ii) as informações prestadas pela Emissora relativas às Debêntures e as demais informações fornecidas ao mercado no prospecto preliminar da Oferta (o “Prospecto Preliminar”) e no prospecto definitivo da Oferta (o “Prospecto Definitivo”), nas datas de suas respectivas divulgações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400.

Niterói, 04 de novembro de 2009.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nome:

Cargo:


Luiz Carlos L. O. Bettencourt
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

Nome:

Cargo:


Cristián Fierro
PRESIDENTE



**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

BANCO BRADESCO BBI S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 06.271.464/0073-93 (o “Coordenador Líder”), neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, por meio de seus diretores estatutários abaixo assinados, na qualidade de instituição responsável por coordenar e proceder à distribuição pública, em duas séries de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da quinta emissão da Ampla Energia e Serviços S.A. (a “Emissora”), todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (as “Debêntures”), perfazendo o total de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na data de emissão das Debêntures, qual seja, 15 de dezembro de 2009 (a “Oferta”), vem apresentar declaração, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a “Instrução CVM nº 400”).

Considerando que:

- I. a Companhia e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- II. para a realização da Oferta está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em 13 de outubro de 2009, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta (“Prospecto Definitivo”);
- III. por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou auditores independentes para participação no processo de revisão do prospecto preliminar da Oferta (“Prospecto Preliminar”) e do Prospecto Definitivo, com a consequente emissão de carta de conforto ao Coordenador Líder, nos termos do Pronunciamento do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Norma de Procedimento de Auditoria nº 12;
- IV. foram disponibilizados pela Companhia os documentos considerados, pela Companhia, relevantes para a Oferta;



- V. além dos documentos a que se refere o item (IV) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;
- VI. a Companhia confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- VII. a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus assessores legais.

O Coordenador Líder declara que (a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais e periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que integram o Prospecto Preliminar da Oferta e que venham a integrar o Prospecto Definitivo da Oferta, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (c) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM nº 400.

São Paulo, 18 de novembro de 2009.


Nome: _____
Cargo: **João Carlos Zani**

BANCO BRADESCO BBI S.A.


Nome: _____
Cargo: **Fernando Buso**



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo E

Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008
e respectivos pareceres dos Auditores Independentes e relatórios da Administração da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	33.050.071/0001-58
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Praça Leão Ramos nº 1				São Domingos	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
24240-200		Nilópolis			RJ
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
21	2613-7031	2613-7033	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
21	2613-7123	2613-7799	-		
15 - E-MAIL					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Abel Alves Rocha					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Praça Leão Ramos nº 1				São Domingos	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO			6 - UF
24420-200		Nilópolis			RJ
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
21	2613-7031	2613-7000	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
21	2613-7199	-	-		
16 - E-MAIL					
abrochinha@ampla.com					

01.04 - REFERENCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2006	31/12/2006
2 - Penúltimo	01/01/2005	31/12/2005
3 - Antepenúltimo	01/01/2004	31/12/2004
4 - NOME RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CODIGO CVM
Deloitte Touche Tohmatsu		00385-0
6 - NOME CORRESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
José Carlos Monteiro		443.201.918-20

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305 0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Numero de Ações (Mil)	1 31/12/2006	2 31/12/2005	3 31/12/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	3.922.515.918	3.922.515.918	4.235.186.511
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	3.922.515.918	3.922.515.918	4.235.186.511
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Estrangeira
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADES PRINCIPAIS
Distribuição e comercialização de energia elétrica
6 - TIPO DE CONTROLE EXERCIDO
Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - TIPO	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - TIPO	2 - PERÍODO	3 - APRESENTAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INCORPORADO	6 - PERÍODO E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
----------	-------------	------------------	--------------	-----------------	------------------------------	--------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
26/03/2007	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	33.050.071/0001-58

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	4.354.969	4.039.643	4.753.714
1.01	Ativo Circulante	1.220.520	1.052.704	686.627
1.01.01	Disponibilidades	144.176	123.357	148.401
1.01.01.01	Caixa e equivalentes	11.542	102.754	35.477
1.01.01.02	Aplicações financeiras	72.834	19.603	28.924
1.01.02	Contas a receber	1.084.889	911.205	810.182
1.01.02.01	Clientes	838.857	730.432	756.311
1.01.02.01.01	Consumidores, concessionárias e demais	746.574	754.369	706.915
1.01.02.01.02	Precipua credenciada	125.235	132.213	129.129
1.01.02.01.03	Ativos regulatórios	259.221	246.636	285.505
1.01.02.01.04	Receitas a receber	85.287	18.155	28.187
1.01.02.01.05	Devedores diversos	26.215	16.462	1.384
1.01.02.02	Creditos Diversos	226.032	140.771	54.671
1.01.02.02.01	Participações em empresas	2.213	4.481	1.690
1.01.02.02.02	Impostos de renda e contribuições sociais	56.968	57.363	0
1.01.02.02.03	Tributos a compensar	154.851	78.897	53.681
1.01.03	Estoques	4.818	3.179	4.417
1.01.04	Outros	6.777	4.475	2.847
1.01.04.01	Despesas antecipadas	6.777	4.455	2.847
1.02	Ativo Não Circulante	3.134.449	2.986.939	3.467.087
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	846.327	916.363	1.288.723
1.02.01.01	Creditos Diversos	682.808	784.458	1.120.974
1.02.01.01.01	Ativos regulatórios	210.720	217.345	322.181
1.02.01.01.02	Tributos a compensar	50.910	40.914	21.940
1.02.01.01.03	Imposto de renda e contribuições sociais	421.178	526.199	476.253
1.02.01.02	Creditos com Pessoas Ligadas	152.255	148.255	511.804
1.02.01.02.01	Com Controladas e Equilibradas	152.255	148.255	511.804
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	3.766	3.352	5.945
1.02.01.03.01	Despesas antecipadas	3.766	3.352	0
1.02.02	Ativo Permanente	2.288.122	2.070.576	2.178.364
1.02.02.01	Investimentos	1.477	911	911.956
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equilibradas	0	0	348.041
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equilibradas - Ago	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ago	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros investimentos	1.477	911	911
1.02.02.02	Imobilizado	2.287.458	2.069.882	1.891.402
1.02.02.03	Intangível	36.562	35.263	32.034
1.02.02.04	Diferido	0	0	5.012

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305 0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2000	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
2	Passivo Total	4.354.969	4.039.643	4.753.714
2 01	Passivo Circulante	1.074.220	905.440	1.025.043
2 01 01	Emprestimos e Financiamentos	27.809	117.585	298.110
2 01 01 01	Principal	24.737	97.303	285.721
2 01 01 02	Encargos de juros	2.873	20.080	12.389
2 01 02	Debitores	45.405	78.478	78.679
2 01 03	Fornecedores	157.599	206.002	147.364
2 01 04	Impostos, Taxas e Contribuições	253.554	119.477	70.887
2 01 05	Dívidas a Pagar	45.391	0	0
2 01 06	Provisões	1.041	650	3.912
2 01 06 01	Provisão para contingências	1.041	650	3.912
2 01 07	Dívidas com Pessoas Ligadas	50.001	45.404	145.765
2 01 08	Outros	373.660	334.447	287.760
2 01 08 01	Nota de pagamento	14.873	10.640	8.051
2 01 08 02	Passivos regulatórios	176.017	195.555	100.441
2 01 08 03	Obrigações com benefícios pós-emprego	35.539	78.753	74.835
2 01 08 04	Obrigações com derivativos	0	17.036	8.144
2 01 08 05	Parcelamento especial - Lei 10.354	5.305	4.086	3.752
2 01 08 06	Taxas regulamentares	21.559	7.649	0
2 01 08 07	Imp de renda e contrib social deferidos	7.811	4.038	5.082
2 01 08 08	Eletroenergia e Pesquisa Energética	53.905	27.378	0
2 01 08 09	Obrigações estacionadas	12.854	6.807	28.940
2 01 08 10	Outras obrigações	34.847	43.612	58.314
2 02	Passivo Não Circulante	1.855.401	1.842.943	2.025.717
2 02 01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.655.401	1.642.943	2.028.117
2 02 01 01	Emprestimos e Financiamentos	585.112	595.711	278.788
2 02 01 02	Debitores	774.785	400.567	220.501
2 02 01 03	Provisões	404.305	546.826	514.577
2 02 01 03 01	Provisão para contingências	404.305	546.826	514.577
2 02 01 04	Dívidas com Pessoas Ligadas	3.411	3.735	590.604
2 02 01 05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	0
2 02 01 06	Outros	287.789	352.104	427.227
2 02 01 06 01	Passivos regulatórios	46.801	63.776	80.430
2 02 01 06 02	Parcelamento especial - Lei 10.084	29.818	32.820	45.403
2 02 01 06 03	Obrigações com benefícios pós-emprego	174.795	127.310	164.963
2 02 01 06 04	Imp de renda e contrib social deferidos	54.550	133.794	135.040
2 02 01 06 05	Outras obrigações	24	358	7.551
2 02 02	Resultados de Exercícios Futuros	2	0	0
2 04	Patrimônio Líquido	1.485.348	1.291.260	1.292.954
2 04 01	Capital Social Realizado	958.250	1.405.424	1.075.424
2 04 02	Reservas de Capital	53.254	23.254	23.485

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	33.050.071/0001-58

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 - 31/12/2003
2.04.03	Reservas de Realização	236.091	269.776	285.059
2.04.03.01	Alíquotas Proprias	236.091	269.776	285.059
2.04.04.01	Operacionais/Operações e Equipamentos	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	207.593	0	0
2.04.04.01	Legal	9.558	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	198.035	0	0
2.04.04.06	Especial de Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	1507.194	1.637.027
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305 0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2005 a 12/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.294.152	3.036.738	2.580.750
3.01.01	Consumidores, concessionários e outros	3.033.430	2.811.805	2.483.986
3.01.02	Fornecedores não-faturados	35.070	15.400	453
3.01.03	Descontos (também a maior)	0	29.503	(33.947)
3.01.04	Suporte	54.328	123.163	98.134
3.01.05	Alíquota regulatória	(91.150)	(84.808)	(80.872)
3.01.06	Suprimento de energia elétrica	44.703	24.016	32.700
3.01.07	Receita de uso de rede elétrica	154.911	145.036	53.082
3.01.08	Outras receitas	50.862	31.622	21.720
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.067.287)	(940.339)	(820.174)
3.02.01	ICMS	(764.105)	(730.628)	(611.442)
3.02.02	PIS	(43.765)	(23.993)	(12.517)
3.02.03	COTAXIS	(213.641)	(101.980)	(84.117)
3.02.04	IRIS	(11.171)	(1.871)	(1.371)
3.02.05	Quota para reserva global de reversão	(24.448)	(21.523)	(32.917)
3.02.06	Encargos de capacidade emergencial	(556)	(45.954)	(72.412)
3.03	Receita líquida de Vendas e/ou Serviços	2.226.865	2.146.399	1.760.576
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.705.377)	(1.300.993)	(1.237.332)
3.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	(691.792)	(1.058.522)	(966.703)
3.04.02	Encargos de uso de rede de transmissão	(11.369)	(12.141)	(9.721)
3.04.03	Pessoal	(67.021)	(25.265)	(22.784)
3.04.04	Entidade de previdência privada	(3.051)	(1.544)	(5.188)
3.04.05	Materiais	(3.022)	(1.592)	(893)
3.04.06	Serviços de terceiros	(67.625)	(63.525)	(57.292)
3.04.07	Depreciação e amortização	(134.183)	(117.521)	(89.213)
3.04.08	Outras	(12.754)	(14.590)	(20.503)
3.04.09	Custo dos serviços prestados a terceiros	(2.395)	1.692)	(7.458)
3.05	Resultado Bruto	521.488	845.406	523.244
3.06	Despesas Recorrentes Operacionais	(744.947)	(665.478)	(474.171)
3.06.01	Com Vendas	(60.916)	(76.561)	(51.325)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(489.241)	(427.140)	(229.268)
3.06.02.01	Despesas gerais e administrativas	(207.175)	(131.765)	(21.763)
3.06.02.02	Custo consumo de combustível	(111.616)	(93.604)	(51.833)
3.06.02.03	Custo de desativação e manutenção energética	(68.512)	(88.241)	(35.141)
3.06.02.04	Encargos de serviços do sistema	(40.428)	(70.401)	(1.153)
3.06.02.05	Taxa de fiscalização ANEEL	(5.212)	(4.494)	(3.055)
3.06.02.06	Depreciação e amortização	(61.698)	(6.621)	(6.764)
3.06.02.07	Provisão de liquidação e perda tributária	(36.740)	(66.658)	(126.407)
3.06.02.08	Outras	(17.511)	(5.550)	(4.482)
3.06.03	Financeiras	(174.787)	(187.446)	(207.167)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	170.433	106.977	63.250

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - IDENTIFICAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305 0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
3.05.03.02	Despesas Financeiras	(135.420)	(291.423)	270.417
3.05.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.05.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.05.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	2.109	10.559
3.07	Resultado Operacional	156.545	179.926	48.083
3.08	Resultado Não Operacional	38.029	(14.468)	(15.513)
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	194.574	165.442	43.570
3.10	Provisão para R e Contribuição Social	(65.272)	(40.127)	(16.005)
3.10.01	Imposto de renda	(48.238)	(29.622)	(11.535)
3.10.02	Contribuição social	(17.032)	(10.502)	(4.470)
3.11	R Diferido	52.819	349	5.618
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão por Lucros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	151.121	125.664	33.163
	NÚMERO AÇÕES EX TESOURARIA (V)	3.622.515.918	3.622.515.918	4.235.185.511
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00005	0,00005	0,00001
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305 0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
4.01	Origens	1.212.105	1.247.656	1.068.099
4.01.01	Das Operações	450.021	246.316	378.573
4.01.01.01	Lucro/Liquidez do Período	181.121	125.154	12.183
4.01.01.02	Val. que não representam Cap. Circulante	256.902	119.952	345.390
4.01.01.02.01	Depreciação/amortização	140.828	124.448	105.767
4.01.01.02.02	Variação cambial e monet. de longo prazo	18.770	125.738	128.027
4.01.01.02.03	Provisão para contingências	80.839	21.652	110.260
4.01.01.02.04	Juros líquidos provisionados no longo prazo	55.465	29.832	196.363
4.01.01.02.05	Custo líquido baseado no ativo imobiliz.	20.219	9.729	2.356
4.01.01.02.06	Receita contribuição social - alienados	-62.815	9.279	15.613
4.01.01.02.07	Obrigações com benefícios por tempo	15.548	1.758	11.032
4.01.01.02.08	Despesas antecipadas	1.628	5.267	0
4.01.01.02.09	Provisão para contingência IR e CS	9.621	0	0
4.01.01.02.10	Resultado de participação societária	0	121.308	110.558
4.01.01.02.11	Resultado - Eficácia Energética	0	110.128	0
4.01.01.02.12	Amortização das despesas endebentures	0	0	1.002
4.01.02	Das Reservas	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	752.084	1.001.640	689.316
4.01.03.01	Obrigações vinculadas a concessão	32.785	17.348	13.347
4.01.03.02	Transfer. de longo prazo - circulante	702.319	984.292	675.969
4.01.03.03	Redução do passivo de longo prazo	2.445	49.276	143.269
4.01.03.04	Emissão de debêntures	370.202	438.020	294.020
4.01.03.05	Emprestimos obtidos	110.318	343.034	62.181
4.01.03.06	Transf. para o uso ativo de geração	0	41.706	0
4.01.03.07	Fleets liquidadas da emissão	0	34.993	0
4.01.03.08	Transfer. passivo - circulante - longo prazo	0	0	83.085
4.01.03.09	Outras	59.159	2	2.387
4.02	Aplicações	1.213.168	957.976	689.525
4.02.01	Em realizável a longo prazo	55.672	37.216	73.692
4.02.02	Em movimento	427.196	427.390	342.785
4.02.03	Transfer. de ex. longo prazo - circulante	161.214	185.545	268.129
4.02.04	Redução do ex. giro a longo prazo	116.163	126.637	292.023
4.02.05	Dívidas decorrentes	45.291	0	0
4.02.06	Em estorno	0	0	6.014
4.02.07	Outras aplicações	5.475	6.130	4.429
4.02.08	Deposito judicial	0	0	66.915
4.03	Agressões decorrentes no Cap. Circulante	11.054	285.060	172.754
4.04	Variação do Ativo Circulante	157.916	165.277	149.753
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	1.052.704	981.651	738.474
4.04.02	Ativo Circulante no Fim do Período	1.210.620	1.146.928	888.227
4.05	Variação do Passivo Circulante	158.860	123.603	122.651

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305 0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	33.050.071/0001-58

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
4.05.01	Passivo Circulante no Fim do Período	905.443	1.029.243	1.051.904
4.05.02	Passivo Circulante no Fim do Período	1.074.320	905.440	1.029.043

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CVM
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPÍTUL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÍQUIDO	7 - EXERCÍCIOS PREJUIZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.125.424	23.214	269.735	0	150.714	1.751.269
5.02	Ajustes do Exercício Anterior	0	0	3.627	0	3.443	33.119
5.02.01	Reclassificação de Reservas Internas	0	0	3.627	0	4.050	33.119
5.02.02	Transferência de Energia e F&D	0	0	0	0	17.467	17.467
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	1507.134	0	0	0	507.164	0
5.03.01	Aplicação de Capital 2005/2006	1507.134	0	0	0	507.164	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	150.305	0	55.305	0
5.04.01	Realização da reserva de manutenção	0	0	150.305	0	55.305	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Contraponto da Perda	0	0	0	0	191.121	191.121
5.07	Destacamentos	0	0	0	207.553	1262.534	45.331
5.07.01	Reserva Injeção	0	0	0	0	9.556	0
5.07.02	Reserva de Retenção de Ações	0	0	0	0	1148.234	0
5.07.03	Diferenças de Câmbio	0	0	0	0	143.391	45.331
5.08	Outras	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	658.232	23.214	269.735	207.553	0	1.485.169

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CVM
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33 C5C D710001-58

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REVALUAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÍQUIDO	7 - LÍQUIDOS PREJUIZOS E ACUMULAÇÕES	8 - TOTAL PASSIVO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.026.424	23.438	262.075	0	163.127	1.791.974
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	1.230.000	234	0	0	0	1.230.234
5.03.01	Emissão Geral	1.230.000	0	0	0	0	1.230.000
5.03.02	Capitalização de Impostos e Ajustes	0	234	0	0	0	234
5.04	Retenção em Reservas	0	0	1.16.263	0	16.263	0
5.04.01	Resolução da Assembleia de Ações	0	0	1.16.263	0	16.263	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Indicação para Emissão	0	0	0	0	126.154	126.154
5.07	Prejuízos	0	0	0	0	0	0
5.08	Ganhos	0	0	0	0	12.624	12.624
5.08.01	Ajuste Financeiro Energético	0	0	0	0	12.624	12.624
5.09	Saldo Final	1.026.424	23.438	262.075	0	163.127	1.791.974

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CVM
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REVALORAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÍQUIDO	7 - PROVISÕES PREJUÍZOS E ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	615.424	23.214	90.094	0	65.114	793.846
5.02	Ajustes do Exercício Anterior	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	110.000	234	0	0	0	110.234
5.03.01	Emissão/Resgate de Empressimos	110.000	234	0	0	0	110.234
5.04	Reservação de Reservas	0	0	195.095	0	6.562	201.657
5.04.01	Reservação da Reserva de Retenção	0	0	195.095	0	6.562	201.657
5.04.02	Reservação de Outros	0	0	0	0	0	0
5.04.03	Provisão Provisão Provisão Provisão	0	0	195.095	0	6.562	201.657
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	25.184	25.184
5.07	Distribuições	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	725.424	23.448	295.094	0	90.694	1.034.666

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Acionistas e Administradores da

Ampla Energia e Serviços S.A.

Niterói - RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial da AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A., levantado em 31 de dezembro de 2006 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e nosso parecer, sem ressalvas, datado de 23 de janeiro de 2006.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2007

DELOITTE TOUCHE TOHIMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "E" RJ

José Carlos Monteiro
Contador
CRC 1SP 100.597/O-2 "S" RJ

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2006 foi marcante para a Ampla. Concluímos nosso Plano de Transformação com diversas vitórias conquistadas nas perspectivas estratégicas: satisfação dos clientes, orgulho dos colaboradores e rentabilidade para nossos acionistas. Deste programa, iniciado em 2004 e que envolveu todos os níveis da empresa, alcançamos resultados que nos dão a certeza de que estamos no rumo certo para nos tornarmos uma empresa de soluções integradas em 2010.

Reduzimos as perdas de energia em 3,3 pontos percentuais, desde a implantação da Rede Ampla, em dezembro de 2003, e fizemos investimentos de R\$ 465,4 milhões na rede elétrica, 14,5% a mais que no ano de 2005. Temos certeza de que além dos resultados inerentes à empresa, estamos evoluindo para um padrão de comportamento de sustentabilidade dos negócios, que representa a excelência em responsabilidade empresarial, nas dimensões econômica, social e ambiental. Provas desta evolução foram a conquista do Prêmio Balanço Social 2006, eleito o melhor do país pelo Ethos/Ibasc/Aberji/Apimco/Fides na categoria Serviços, e a certificação da ISO 14001, em consequência da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Com a implementação do Plano de Transformação, deixamos de ser uma companhia que apenas vende energia para ser uma companhia de relacionamentos. Antes, víamos apenas usuários, hoje olhamos para nossos clientes e, no futuro, queremos enxergar cidadãos. Hoje, sabemos que nossos clientes têm virtudes básicas: orgulho, astúcia, flexibilidade e lealdade nas relações. A partir deste estudo, mudamos nossa forma de negociar, tornando-nos mais flexíveis. Percebemos a importância de tratar o cliente com dignidade, confiança e verdade, e ainda tentamos surpreendê-lo com novos benefícios, que criam fidelidade com a empresa. Dessa forma, mudamos a imagem percebida pelo cliente e tornamos concreto o produto "energia", essencial para a vida moderna.

O sucesso para a reversão da imagem percebida vem da utilização de modernos processos de gestão, aliada ao uso de tecnologias de ponta. Destaque para o Ampla Chip (medição eletrônica em clientes de baixa tensão). O sistema virou referência nacional e conquistou duas premiações internacionais: *Metering Awards Program* e *Value Chain Awards*. Mas não bastava investir somente na tecnologia. Precisávamos fortalecer um outro pilar no relacionamento com nossos clientes. Assim, intensificamos nossa atuação no campo das Ações Sociais. Focamos nossos esforços em ações voltadas para o uso consciente e racional de energia, na sustentabilidade da empresa e do público atendido, buscando soluções para que os clientes consumam a quantidade de energia correta dentro da sua capacidade de pagamento.

Através do Programa de Eficiência Energética, priorizamos as camadas de baixa renda. Nas áreas mais carentes, foram investidos R\$ 3,7 milhões na revisão das instalações elétricas de mais de 18 mil residências, evitando assim o desperdício de energia, um dos maiores ofensores para a falta de capacidade de pagamento dos clientes.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2006 também foi decisivo para a adaptação às importantes definições regulatórias do Setor de Energia Elétrica Nacional. Foram explicitadas as regras para as revisões tarifárias, que no caso da Ampla acontece em março de 2009. Participamos de dois leilões de energia nova e de um leilão de energia velha. Nossa tarifa, reajustada anualmente em março, teve um acréscimo médio de 2,9%. No entanto, somando-se os tributos PIS e COFINS, o reajuste médio percebido pelos clientes residenciais (91% do total de consumidores) foi de 4,5%.

O desempenho operacional da empresa também foi aperfeiçoado. Aprimoramos nossa distribuição de energia com a inauguração de um Centro de Operação de Sistema na sede de Niterói, que unificou todas as operações dos 86 municípios, otimizando recursos e aumentando a produtividade. Com isso, melhoramos nossos índices de qualidade de fornecimento de energia e o tempo médio de atendimento de emergência. Mas nenhuma destas conquistas poderia ter sido alcançada sem o empenho e a garra de nossos funcionários e parceiros.

Em três anos, saltamos de 36% no índice de clima laboral para 91%, mostrando o orgulho da equipe Ampla. Para chegar a este índice de satisfação, a companhia elaborou um plano de ação que contemplou compensação e benefícios, desenvolvimento profissional, estilo de direção, relacionamento entre as áreas e muitas outras ações, detectadas a partir de pesquisas realizadas. Valorizamos nossa equipe porque acreditamos que somente através do trabalho de pessoas satisfeitas e competentes é que podemos vencer, juntos, nossos desafios. Ao final de 2006, a empresa fechou com 8.347 colaboradores, dos quais 1.413 empregados e 6.934 parceiros.

Agora, temos novos desafios pela frente e um único objetivo: transformar a Ampla numa empresa de soluções integradas. Nossa atitude, hoje, está voltada para a realização do trabalho bem feito, agregando à nossa gestão benefícios extras para o cliente. Eles podem vir através da oferta de novos produtos, melhoria da qualidade do fornecimento, soluções criativas, descontos em tarifas, tratamento personalizado e eficiente, entre outras medidas. Com esta prática, com certeza garantiremos a manutenção saudável do tripé: acionistas - clientes - colaboradores.

Marcelo Llêvenes,
Presidente

SETOR ELÉTRICO

Desempenho Operacional e Econômico-Financeiro

O Setor de Energia Elétrica

O ano de 2006 foi marcado por importantes definições regulatórias no Setor de Energia Elétrica Nacional, com destaque para a Resolução Nº 234/2006 que estabelece a metodologia para o 2º Ciclo de Revisão Tarifária pelo qual as distribuidoras passarão a partir de 2007. A publicação das novas regras demonstra a transparência da Agência Reguladora e permite que as distribuidoras se preparem de forma adequada, em especial para a Ampla que somente terá a sua Revisão Tarifária em março de 2009. A nova metodologia aprimora conceitos utilizados no 1º ciclo de revisão, podendo-se destacar:

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Blindagem da Base de Remuneração definida no 1º ciclo com correção por IGPM até o 2º ciclo menos as baixas de ativos. Será realizada reavaliação dos ativos completa a cada duas Revisões Tarifárias;
- Consideração das especificidades de cada concessão no tratamento das perdas;
- Ativos a serviço da concessão que não tenham sido adquiridos com recursos dos concessionários (Obrigações Especiais) não constituirão base do cálculo da Quota de Reintegração. São exemplos de Obrigações Especiais os investimentos realizados pelo Governo Federal ou pelos governos estaduais para viabilizar o Programa Luz para Todos;
- Outras Receitas que utilizam os ativos da distribuidora terão 90% de repasse às tarifas. Caso não se utilizem os ativos, o ganho de produtividade será naturalmente ajustado na Empresa de Referência;
- Inclusão de 5% da Parcela B como Capital de Giro.
- Eliminação da componente Xc. (associado ao Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)

Os mecanismos de contratação de energia também se consolidaram em 2006. Ao longo do ano foram realizados 2 leilões de energia nova com produtos para 2009 e 2011 e 1 leilão de energia velha para 2007. A Ampla participou de dois Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits, em Outubro e Novembro de 2006.

Tarifa

O reajuste tarifário anual da Ampla, ocorrido em março de 2006, definiu um índice médio de aumento de 2,9% para as tarifas. Considerando os componentes financeiros do ano anterior e a retirada dos tributos PIS e COFINS da composição da tarifa, o reajuste médio percebido pelos consumidores foi de 7,2%, sendo que o consumidor residencial em média percebeu um reajuste de 4,5%. A Parcela B da tarifa, que é composta pelos custos gerenciáveis pela distribuidora, como, por exemplo, a remuneração dos ativos, teve um aumento médio de 4,7%.

Em dezembro de 2006, a Ampla recebeu a fiscalização da ANEEL para posterior resposta da Agência ao questionamento processual feito pela distribuidora ao valor da base de remuneração regulatória definida em 2004, por entender que o valor em questão não refletiu a realidade dos investimentos na concessão até aquele momento. A decisão final da ANEEL quanto ao pleito em referência será concluída em 2007.

Subsídio Baixa Renda

O programa de Baixa Renda foi criado pelo Governo Federal visando oferecer uma tarifa reduzida aos clientes carentes. Os critérios do programa foram definidos pela Lei 10.438/02 e regulamentados por diferentes resoluções. As distribuidoras cadastram tais consumidores, faturam com tarifa reduzida conforme homologação da ANEEL e recebem um subsídio mensal.

Em setembro de 2006, a Ampla recebeu fiscalização da ANEEL que questionou a precisão do cadastro de uma parcela dos clientes baixa renda, considerando a possibilidade de corte equivalente a R\$ 101 milhões. A fiscalização foi feita por amostragem. Em resposta, foi efetuado pela empresa um trabalho intenso de campo para revisar tais clientes com informações cadastrais imprecisas, adequando sua base de dados.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com fundamento nesse trabalho de campo e com base nas regulamentações vigentes, a Ampla contestou o relatório de fiscalização da ANEEL e aguarda avaliação final que poderá implicar ou não no corte de uma parcela do baixa renda. Por medidas conservadoras, foi provisionado em resultado R\$ 51 milhões.

O subsídio mensal recebido para os meses de agosto a novembro de 2006 considerou a base de clientes não questionada pela ANEEL.

Desverticalização

O processo de venda da Ampla Geração S.A. foi aprovado pela ANEEL em Maio de 2006 com a transferência das ações para a Quanta Geração. A venda da geração proporcionou para a Ampla Energia e Serviços S.A. um efeito em seu resultado de R\$ 37 milhões.

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Evolução do Mercado de Distribuição de Energia

O total de energia faturada em 2006 atingiu 7.305 MWh, contra 7.128 MWh realizado no ano anterior, representando um acréscimo de 2,48%, como detalhado a seguir:

Evolução do número de Clientes

A classe de consumo residencial representa 90% do total de consumidores, 45% da demanda em MWh e é responsável por 46% da receita bruta.

A composição dos clientes por classe e da estrutura de consumo está assim composta em 2006:

Clientes Faturados em Milhares



00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

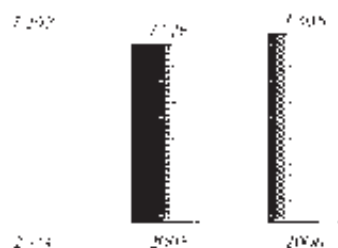
33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Despesa operacional de energia - 2006



Energia Estabelecida em MWG



Controle de Perdas

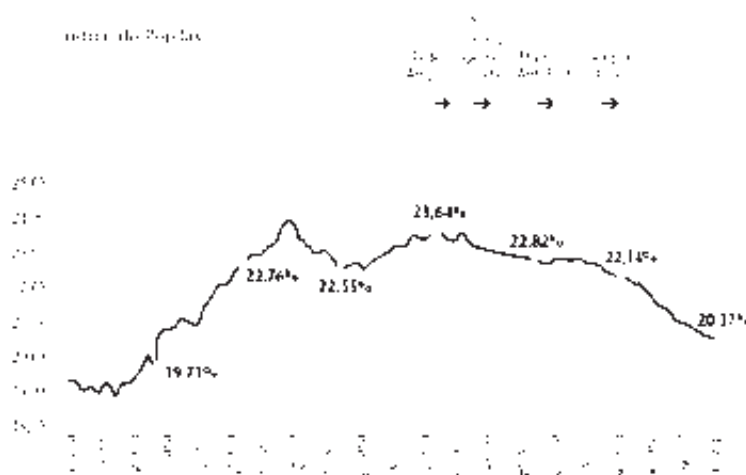
A Ampla em 2006 reafirmou o seu compromisso com o combate ao furto de energia. Encerramos o ano com o índice de perdas igual a 20,37%, redução de - 1,77p.p. em relação ao ano passado e - 0,62p.p. abaixo da meta estabelecida para o ano.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



A receita do sucesso foi a utilização de modernos processos de gestão aliada ao uso de tecnologias de ponta, com destaque para os Projetos Integrais, Rede Ampla, Ampla Chip e Máquinas Anti-Furto para grandes clientes.

Até o mês de dezembro de 2006, a Ampla possuía 358.292 clientes conectados à Rede Ampla, sendo que, destes, 228.525 clientes com medição eletrônica instalada.

O Ampla Chip, tecnologia que utiliza a medição eletrônica como base para todo o seu processo de funcionamento, possui como objetivo principal reduzir as perdas de energia além de agregar valor às atividades de leitura, corte e religação, que passaram a ser realizadas remotamente.

Em 2006, foram 198.542 clientes faturados através do Ampla Chip com um incremento de faturamento de 46 KWh/cliente mês. A previsão é de que em dezembro de 2007 este número seja de 300 mil clientes faturados.

Os clientes conectados a este sistema passaram a contar com as seguintes vantagens: possibilidade de energia pré-paga, conta detalhada com consumo diário, Ampla Chat e previsão de consumo através do celular.

Além do Ampla Chip, outro importante projeto que também utiliza tecnologia inovadora no combate ao furto de energia são as Máquinas Anti-furto para clientes de média tensão.

A Máquina Anti-Furto é um conjunto de medição que consiste em uma caixa blindada encapsulada, onde estão instalados transformadores de potencial e corrente. Embarcados no conjunto de medição estão também a chave de aferição, o medidor eletrônico e a telemetria, responsável pela transmissão via celular dos dados de medição de energia para a central de controle da Ampla.

Até dezembro de 2006, foram instalados 2.718 Máquinas Anti-Furto gerando um ganho médio de aproximadamente 2 MWh/cliente mês.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As áreas que possuem a maior concentração de clientes com Ampla Chip e Máquinas Anti-Furto também apresentam os melhores resultados de perdas. Os Projetos Integrais de São Gonçalo, Magé, Itaboraí e Duque de Caxias são exemplos bem sucedidos e que utilizam de forma massiva as tecnologias citadas acima.

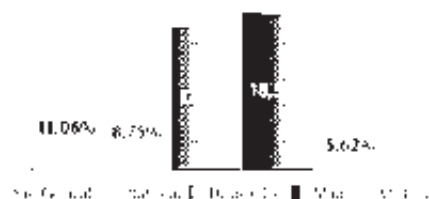
Projetos Integrais	Perdas Dez 2005	Perdas Dez 2006	Variação
São Gonçalo	34,68%	28,33%	-6,35p.p.
Magé	32,56%	28,13%	-4,43p.p.
Duque de Caxias	44,61%	40,75%	-3,86p.p.
Itaboraí	41,17%	38,36%	-2,81p.p.

Perdas TAM - Taxa Anual Móvel

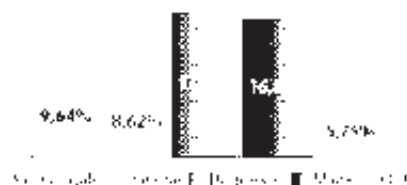
Juntas, as perdas dos Projetos Integrais representam 42,8% das perdas totais da empresa. São áreas críticas, carentes de políticas sociais, violentas e com altos índices de perdas e inadimplência. Desde 2003, a Ampla atua preferencialmente nestas áreas, pois apresentam um bom retorno dos investimentos realizados.

Também o faturamento e a arrecadação evoluíram de forma positiva nas áreas de Projetos Integrais. Os gráficos abaixo detalham bem esta condição.

Variação do Faturamento - Gráfico B
Acumulado 12 Meses - Dez/06 vs. Dez/05



Variação da Arrecadação - Gráfico B
Acumulado 12 Meses - Dez/06 vs. Dez/05



13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

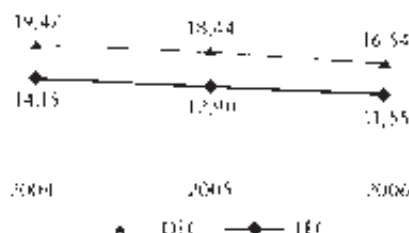
O furto de energia tem uma forte variável sócio-econômica. Desta forma, a empresa ampliou a abrangência das suas ações sociais em comunidades de baixa renda. Tais ações, como o incentivo a projetos para a geração de renda, educação sobre o uso eficiente de energia elétrica e conscientização em relação a questões ambientais, éticas e de desenvolvimento comunitário sustentável, já beneficiaram mais de 70 mil pessoas

DESEMPENHO OPERACIONAL

Qualidade no Fornecimento

Os principais indicadores que medem a qualidade do sistema elétrico, DEC (Duração das Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência das interrupções), foram afetados por eventos externos à rede de distribuição da Ampla e, portanto, não gerenciáveis pela Empresa

DEC e FEC (em horas)



Atendimento ao Cliente

Abordando a ótica de relacionamento com o cliente, o tempo médio de atendimento de emergência diminuiu de 118,70 para 85,74 minutos, bem como o índice de ligações não atendidas pela central de relacionamento, que teve uma redução de 4,77% para 4,45%. Adicionalmente, as melhoras implantadas na gestão de cobrança elevaram o índice de arrecadação da Empresa em 7,35%.

A Ampla mantém uma rede de atendimento com canais de relacionamento compatíveis com as exigências específicas de cada segmento, garantindo a qualidade necessária no uso dos serviços de energia elétrica.

Investimentos

Os investimentos de R\$ 465 milhões feitos em 2006 só foram possíveis porque a Empresa fez ajustes financeiros internos que melhoraram seu fluxo de caixa. A Ampla investiu 14,53% a mais do que no ano anterior, quando destinou R\$ 406 milhões. Os principais projetos, além dos investimentos na Rede Ampla, foram:

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Extensão de Redes (Novas Conexões)

a) Luz Para Todos: Foram conectados 2.669 clientes a um custo médio de R\$ 6.213/cliente. Em 2005 foram conectados 6.018 clientes, a um custo médio de R\$ 6.100/cliente. Esse aumento se justifica porque os perfis dos projetos mudaram, ficando para 2006 projetos mais caros em áreas mais distantes.

b) Obras Pagamentos: Foram executados 1.020 projetos (principalmente para governo) a um custo total até Dezembro de 2006 de R\$ 14,4 milhões.

c) Universalização: Foram conectados 14.074 clientes de Janeiro a Dezembro, a um custo médio de R\$ 2.569/cliente, o que produz um realizado total de R\$ 36 milhões. Em 2005 foram conectados 35.800 clientes, a um custo médio de R\$ 1.968 / cliente, produzindo um realizado de R\$ 70 milhões. A diferença no custo se justifica porque este ano temos em estoque materiais para conectar mais clientes

Programa de Eficiência Energética

Os projetos de eficiência energética visam eliminar o desperdício de energia por meio de ações técnicas e conscientização da população. A Ampla investe também, favorecendo a Sociedade com a implementação de projetos que reduzam os custos com energia elétrica para as Instituições sem fins lucrativos, melhorando a qualidade de vida da população. Os investimentos nesse segmento representam 0,5% da Receita Operacional Líquida apurada, de acordo com os dispositivos da Lei 9.991/2000 e Resolução Normativa ANEEL 176/2005. Esse Programa é desenvolvido desde o ano de 1998, propiciando à Sociedade conforto, segurança e economia, com foco no uso racional de energia elétrica. No ano de 2006, foram investidos R\$ 9,6 milhões em Projetos de Eficiência Energética.

Deste montante, merecem destaque os investimentos em Projetos de Eficientização das Redes de Iluminação Pública, que totalizam R\$ 3,3 milhões, onde a Ampla atuando junto às Prefeituras Municipais substituiu luminárias e lâmpadas ineficientes por outras de menor potência e maior fluxo luminoso, proporcionando a redução média de 35% do consumo de energia nas áreas envolvidas. Dentro deste Projeto foram modernizados, em parte, os parques de iluminação pública dos municípios de Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, São Gonçalo, Cantagalo, Macuco, Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Tanguá, totalizando 6.123 luminárias eficientizadas.

Ainda com relação às Administrações Municipais, também foram implementados nos municípios os Projetos de Gestão Energética Municipal onde a Ampla, através de Convênio com o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), faz doação de computadores e impressoras aos Municípios, além de doação de software para controle dos custos e do consumo de energia elétrica pelas Administrações Municipais. Dentro deste Programa foram beneficiados os Municípios de Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Itaperuna, Cantagalo, Itaocara, Petrópolis e Rio Bonito.

Merece ainda destaque o projeto de Eficientização Energética em residências situadas em Comunidades Carentes em que a Ampla fez a revisão das instalações elétricas de 18.090 residências, com o investimento de R\$ 3,7 milhões

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Projeto Energia Renovável

Além destes, foram desenvolvidos Projetos de Aquecimento de Água por Energia Solar, beneficiando Instituições Filantrópicas, que se dedicam ao trabalho pela saúde e bem estar das pessoas menos favorecidas.

Através dessa iniciativa, investiu-se na substituição de sistemas convencionais de aquecimento de água, que normalmente geram alto consumo de energia elétrica, por sistemas de aquecimento através de energia solar. Beneficiou-se assim o Hospital de Porciúncula e a Santa Casa de Misericórdia de São João da Barra, com investimento de R\$ 155 mil

Outros Projetos

Ainda através destes investimentos, a Ampla desenvolveu outros Projetos de Eficiência Energética, com a participação em Feiras e Exposições, levando à população os conhecimentos para o consumo racional de Energia. Além disso realizou atendimento a Comunidades Carentes com a substituição de lâmpadas incandescentes em residências, o Projeto SUPERAÇÃO e a Eficiência Energética na Comunidade.

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2006, trabalhou-se com 20 projetos e foram investidos R\$ 3.2 milhões. Os recursos são provenientes da aplicação de recursos em pesquisa e desenvolvimento estabelecidos pela Lei 9.991/2000 e Resolução Normativa ANEEL 219/2006.

Os projetos são selecionados com a finalidade de atender os interesses dos clientes, acionistas e sociedade. Como um dos objetivos da empresa é a redução do nível de perdas comerciais, dois projetos se destacam com este propósito

O primeiro está avaliando e irá propor adequação para implantação do modelo diferenciado de relacionamento com os clientes. O objetivo deste novo relacionamento é a redução das perdas comerciais, redução do índice de inadimplência e a satisfação do consumidor

O outro projeto vai traçar e implementar estratégias para a redução de furto a partir do conhecimento do perfil do cliente furtador.

Está sendo avaliada também a implementação de tarifas diferenciadas para os clientes do grupo B. A implantação desta tarifa melhorará a curva de carga total da empresa, reduzindo seu custo operacional, e reduzirá o custo da energia elétrica para os consumidores de menor renda, diminuindo a inadimplência e o furto.

Com foco no desenvolvimento de novos mercados está sendo estudado o desempenho e a utilização de veículos elétricos. O objetivo, além da preservação do meio ambiente, é reduzir o custo operacional da empresa e incrementar o consumo de energia elétrica, existindo ainda a possibilidade de comercialização destes veículos

Ainda com foco na sustentabilidade do negócio estão sendo desenvolvidos indicadores de sustentabilidade para o setor

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A médio prazo, pretende-se que os indicadores de sustentabilidade integrem os sistemas de gestão da qualidade, meio ambiente, responsabilidade social, saúde e segurança do trabalho, sendo apresentados e divulgados nos relatórios das empresas.

A permanente sintonia entre mercados ágeis, sociedades democráticas e preservação ambiental só podem ser alcançada pela constante adequação às mudanças, proporcionada pela internacionalização de questões surgidas no relacionamento balanceado com as partes interessadas.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Indicadores

Em 2006 o fornecimento de energia elétrica da Ampla foi de 7.305 MWh (7.128 MWh em 2005). As participações das classes consumidoras se mantiveram praticamente constantes. O reajuste tarifário médio foi de 2,9%, vigente desde 15 de março de 2006, contribuíram favoravelmente para o crescimento de 6,72% da Receita Operacional Bruta em relação ao ano anterior.

Dados Econômicos/Financeiros - (R\$ Mil)	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Operacional Bruta	1.799.699	2.231.966	2.580.790	3.086.739	3.294.150
Receita Operacional Líquida (RCL)	1.571.312	1.938.340	2.100.100	2.740.366	2.900.905
EBITDA ¹	50.927	173.090	302.007	486.622	482.107
Resultado do serviço	38.903	171.974	245.647	341.302	361.333
Resultado financeiro	1.540.651	234.210	130.715	1.132.440	1.184.737
Lucro líquido (LL)	1.860.210	172.350	337.93	1.261.664	1.511.127
Ativo Total (AT)	4.113.867	4.126.018	4.306.077	4.039.633	4.704.886
Passiva Bruta ²	2.111.923	1.677.638	1.572.840	1.054.745	1.292.971
Passiva líquida ³	2.056.908	1.568.475	1.504.197	971.382	1.088.795
Patrimônio líquido	433.454	362.470	1.207.954	1.251.200	1.465.168
Indicadores de Rentabilidade					
Retorno sobre Investimento (ROI) ⁴	45,98%	1,93%	2,74%	31,23%	43,31%
Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido (RPL)	189,30%	27,39%	31,60%	97,77%	133,64%
Indicadores Econômicos/Financeiros					
Margem EBITDA/Receita Bruta ⁵	2,8%	7,76%	11,66%	15,76%	14,90%
Margem Bruta/Receita do Serviço (RCL)	2,36%	8,64%	13,96%	15,90%	15,92%
Margem Líquida (Lucro Líquido/RCL)	120,99%	4,30%	1,69%	6,86%	9,66%
Cobertura de juros ⁶	0,1	0,7	1,7	2,7	2,5
Cobertura de juros ⁷ DA	41	11	4	2	4
Apções					
Valor patrimonial da Ação (R\$)	0,150	0,120	0,306	0,305	0,374
Lucro por ação (LPA) (R\$)	0,130	0,035	0,510	0,030	0,350

¹ EBITDA =

EBIT +

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização de imobilizado

Depreciação e amortização de intangível

Depreciação e amortização de outros

² Ativo Total - Passiva Total = Patrimônio Líquido (R\$ Mil)

³ Passiva Total - Passiva Total = Patrimônio Líquido (R\$ Mil)

⁴ EBITDA / Patrimônio Líquido (R\$ Mil)

⁵ EBITDA / Receita Bruta (R\$ Mil)

⁶ EBITDA / Despesa com Juros (R\$ Mil)

⁷ EBITDA / Despesa com Juros (R\$ Mil)

00305-0

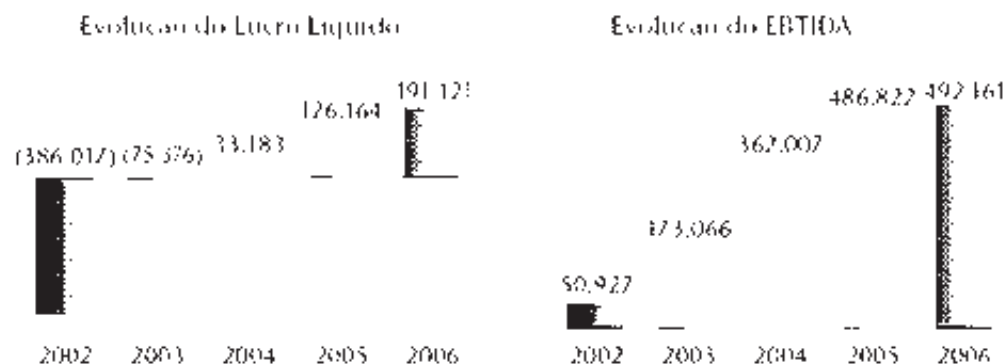
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido mais despesa financeira líquida, contribuição social e imposto de renda (depreciação e amortização e resultado não operacional líquido). O EBITDA não deve ser considerado como uma alternativa para o lucro (prejuízo) líquido como indicador de nosso desempenho operacional ou fluxo de caixa, como indicador de liquidez. A administração da Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil do desempenho da Companhia que é vastamente adotado pelos investidores e analistas para avaliar o desempenho da Companhia e compará-la com outras companhias. Ao fazer tais comparações, no entanto, deve-se ter em mente que o EBITDA não é uma medida reconhecida segundo as Práticas Comerciais adotadas no Brasil e que pode ser definida e calculada de forma diversa por companhias diferentes.

O EBITDA de 2006 foi maior em 1,1% em relação ao ano anterior, sendo que a variação do Resultado não-operacional apresentada em 2006 reflete o efeito registrado pela venda dos ativos de geração.



RETENÇÃO DE LUCROS

Está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$ 198,04 milhões, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionistas em 30 de abril de 2007, que se destina a atender parcialmente o programa de investimentos estabelecido no Orçamento de Capital do exercício de 2007.

GESTÃO JURÍDICA

No ano de 2006, a Diretoria Jurídica, dando continuidade a seu trabalho com enfoque preventivo e de encerramento das demandas judiciais, fechou o ano com uma redução de cerca de 20% da base de processos ativos referentes ao Juizado Especial Cível.

Para alcançar esse resultado, foram implantadas algumas importantes medidas como o "Curso de Técnica de Negociação" para a equipe de prepostos, visando aumentar o percentual de acordos realizados nos processos, e a revisão da política de recursos, evitando protelar a solução de causas em que não haja um motivo relevante para a Companhia.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Além disso, como forma de elucidar e discutir questões afeitas ao setor elétrico, foi realizado o 'III Encontro com Juizes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro', com cerca de 70 magistrados em novembro de 2006. O evento foi promovido em conjunto com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a Associação Brasileira de Energia Elétrica - ABRADEE.

A Diretoria Jurídica obteve, ainda, resultados muito positivos nas ações individuais questionando a nova tecnologia da medição eletrônica, aprovada pela ANEEL. O Judiciário reconheceu o sistema como uma evolução tecnológica, com grandes benefícios a toda coletividade, que respeita as regras do Código de Defesa do Consumidor.

A Diretoria Jurídica está preocupada com a melhoria contínua dos procedimentos internos e serviços da Companhia para a diminuição das demandas relativas à relação de consumo, atuando ativamente junto às áreas operacionais, tem participado ativamente das medidas preventivas para reduzir possíveis impactos ambientais, como na certificação da ISO 14 001, obtida em 20/12/2006.

Tais iniciativas vêm contribuindo para a melhoria da imagem e credibilidade da empresa junto aos seus clientes, Judiciário e a sociedade em geral.

RECURSOS HUMANOS

A Ampla Energia e Serviços encerrou 2006 com 8.347 colaboradores - 1.413 empregados e 6.934 parceiros. Por natureza operacional da empresa, 76% dos cargos são ocupados por homens e 24% por mulheres.

Perfil dos empregados

Descrição	2006	2005
Empregados	1.413	1.326
Parceiros	6.934	6.030
Faixa etária média	36 anos	36 anos
Ensino superior	40,80%	40,30%
Ensino médio	52,20%	54,50%
Sexo masculino	76,00%	76,00%
Tempo médio de trabalho na empresa	9 anos	10 anos

A Ampla mantém uma boa relação com os sindicatos, por meio de uma política de constantes reuniões, visando sempre solucionar demandas dos trabalhadores e consolidar a prática de interlocução transparente com as entidades. O objetivo final é a satisfação dos empregados. Atualmente, todos os funcionários da empresa estão cobertos por acordos coletivos celebrados com três sindicatos (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Niterói, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense e Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro).

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com base nos resultados da pesquisa de clima, realizada em 2005, a Empresa elaborou o plano de ação (compensação e benefícios, desenvolvimento profissional, valores praticados pela empresa, estilo de direção, organização, relacionamento entre as áreas, etc.). O resultado positivo de todas essas ações foi mais uma vez refletido na pesquisa de clima laboral, que mostrou um aumento de satisfação de 84% em 2005 para 91% em 2006.

Em 2006, foram investidos R\$ 4.2 milhões em atividades de qualificação profissional, proporcionando 216.632 horas de treinamento, o que representou uma média de 156 horas por empregado.

Descrição	2006	2005
Investimento em capacitação - MR\$	4.183	2.483
Horas de treinamento	216.632	62.159
Média de horas por empregado	156 horas	44 horas

Política de Formação Profissional dos Colaboradores da Ampla

A Ampla valoriza os talentos de seus profissionais e cria oportunidades para que novos conhecimentos, habilidades e atitudes sejam adquiridos e aplicados. Para isso, mantém uma política de Educação, Treinamento e Desenvolvimento que visa à qualificação, à formação e ao desenvolvimento dos profissionais, assim como prover a organização dos conhecimentos necessários para a viabilização da estratégia.

Anualmente, a Ampla promove, através do Espaço de Desenvolvimento de Pessoas, ações de treinamento e desenvolvimento alinhadas aos objetivos estratégicos e voltadas à aplicabilidade do conhecimento na empresa. Essas ações são organizadas nos chamados Eixos de Desenvolvimento de Pessoas, que agrupam grandes temas relevantes para a Ampla como Conhecimento, Negócio, Relacionamentos e Cultura.

O Mapa de Carreira é o instrumento utilizado para identificar os *gaps* (lacunas) de competências técnicas e comportamentais, requeridas para função/área e que devem ser desenvolvidas nas pessoas e/ou nas equipes.

São incentivadas formas de busca de conhecimento, colocando à disposição dos gestores diversas ações inovadoras com objetivo de envolver o maior número de pessoas e gerar resultados rápidos e eficazes, desde ações individualizadas até programas massivos. Dentre os Programas, destacam-se Ampliando Valores, *Coaching*, Programas de Orientação ao Negócio, Sombra, Diretores no Campo, Diretoria Itinerante, Programa Boas-Vindas, Encontro de Diretivos, *Job Rotation*, Semear Talentos (Programa de Estágio), Capacitação profissional e treinamento, Programa de Liderança, Inova (Programa de Inovação) e Recrutamento Interno.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Descrição	2006	2005
Número de vagas	231	268
% recrutamento interno	41%	37%

Descrição	2006	2005
Número de idéias cadastradas no Inova	2.613	3.619
Prêmios - R\$	26.700,00	36.000,00
Investimentos esperados - R\$	700.000,00	-
Benefício líquido esperado após impostos - R\$	3.000.000,00	-

Benefícios Sociais

A Ampla oferece um pacote de benefícios compatível com o mercado para todos os seus empregados, além de beneficiar especialmente aqueles que ocupam cargos estratégicos. Entre os benefícios, estão: Assistência Médica e Odontológica, Assistência Social, Auxílio-Creche e para Pais de Filhos Excepcionais, Seguro de Vida, Assistência Funeral, Vale-Alimentação/Refeição/Transporte, Plano de Previdência Privada, Complemento Salarial e Empréstimos.

Para auxiliar os empregados no processo de preparação para a aposentadoria, a Ampla instituiu o Plano de Aposentadoria, que foi lançado em meados do ano 2005. O programa busca oferecer suporte para que cada participante planeje sua aposentadoria. A idade mínima para participação é de 50 anos, e a preparação começa dois anos antes do prazo definido para a aposentadoria do empregado, incluindo palestras de sensibilização, atendimento individual e em grupo, reuniões motivacionais e workshops. No ano 2005 foram 46 empregados participantes e no ano 2006 foram 21 empregados.

A Fundação Ampla de Seguridade Social (Brasileiros), entidade fechada de previdência complementar da qual a Ampla é a principal patrocinadora, chegou ao final do exercício 2006 com 4.114 participantes.

Brasileiros - Quadro de participantes

Tipo de participantes	PCA	PACO	Total
Participantes ativos	14	1.353	1.367
Assistidos	1.695	356	2.051
Pensionistas	589	64	653
Vinculados contribuintes	1	14	15
Vinculados não contribuintes	6	22	28
Total	2.305	1.809	4.114

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Saúde e Segurança no Trabalho

Saúde e Qualidade de Vida

Para preservar e melhorar a qualidade de vida dos seus empregados, a Ampla também desenvolveu o Programa Bem Viver, cujo objetivo é melhorar constantemente o desempenho das atividades incentivando sua equipe a cuidar da saúde, a praticar atividades físicas, a dedicar tempo à família e aos amigos, a cultivar o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. Entre seus projetos, estão: Semana Vida Mais Ampla, Alimentação Equilibrada, Clube Ampla Vantagem, Jogos Ampla, Cine Ampla, Ampla em Família, Papai Noel Voluntário, Datas Especiais, Gestão Saúde, Festa de Aniversário da Marca, Visita da Assistente Social e Coral da Ampla.

Segurança no Trabalho

Muitas são as ações que visam mitigar as taxas de frequência e de gravidade de acidentes de trabalho entre funcionários, parceiros e clientes. Por ter investido em múltiplas ações de formação e de prevenção de acidentes, essas taxas diminuíram em 2006. A Ampla acredita que é necessário informar seus colaboradores e comunidades sobre os riscos de acidente com a rede elétrica. Para tudo isso, desenvolveu as seguintes ações: Brigada de Incêndio, 1º Rodeio Ampla de Eletricistas, Auditoria em Segurança de Trabalho, Diálogos sobre Prevenção de Acidentes, Ações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) em todas as localidades, Diálogo Diário de Segurança, Treinamento em Direção Defensiva e Blitz de Segurança.

GOVERNANÇA

A Ampla Energia e Serviços S.A. reafirma o seu compromisso de buscar o alinhamento dos interesses de todos os acionistas, seu comprometimento com a ética, a competitividade e a excelência em todas as suas ações, de forma a garantir o melhor retorno aos acionistas, agregando valor a seu patrimônio e remunerando o seu capital. Com essa visão, o ano de 2006 foi marcado também pela consolidação de várias ações no contexto da Governança Corporativa, com destaque para os trabalhos de adequação aos requerimentos da Lei norte-americana Sarbanes-Oxley.

COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Ampla demonstrou valiosos avanços em sua política de sustentabilidade, estabelecida sobre sete compromissos que norteiam as decisões empresariais. São eles: satisfação dos clientes e qualidade dos serviços; geração do valor e rentabilidade; saúde, segurança, qualidade de vida, desenvolvimento pessoal e profissional de nossos colaboradores; ética, transparência, diálogo e respeito na relação com nossos públicos; gestão atada à preservação ambiental e ao consumo consciente; tecnologias criativas e inovadoras e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em 2006, foram beneficiadas cerca de 2,5 milhões de pessoas nas ações sociais e ambientais nas comunidades. O resultado deste intenso trabalho reflete-se nos vários reconhecimentos recebidos, entre eles o 1º lugar no Prêmio Balanço Social 2006 - categoria Serviços (concedido pelo Ethos / Ibase / Aberje / Apintec / Fides), Certificado de Empresa Cidadã (concedido pela Firjan / Iecomércio / Conselho Regional de Contabilidade), o Prêmio RHI Cidadão (concedido pela Gestão & RHI) e a Certificação da Norma ISO 14001, com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental na Ampla.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, a Ampla informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2006, pelos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, foram os relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pela confiança depositada e apoio a esta administração e, em especial, expressamos o nosso reconhecimento aos nossos colaboradores, pelo apoio, empenho e comprometimento na execução dos objetivos da Ampla em 2006.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Mario Fernando de Melo Santos

Antonio Basilio Pires de Carvalho
Gonzalo Carbó de Haya
Martin Serrano Spoerer
Marcos da Silva Crespo
Christian Herrera Fernandez
Luiz Felipe Palmeira Lampreia
Nelson Ribas Visconti
Juan Pablo Spoerer Hurtado

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Marcelo Andres Llovenes Rebolledo

**Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relação com Investidores**
Abel Alves Rochinha

Diretor Técnico
Albino Motta da Cruz

**Diretor de Relações Institucionais
e Comunicação**
André Moragas da Costa

**Diretor de Regulação
e Gestão de Energia**
José Alves de Melo Franco

Diretora Jurídica
Déborah Meirelles Rosa Brasil

Diretor de Recursos Humanos
Carlos Ewandro Naegele Moreira

Diretor Comercial
Carlos Henrique A. M. de Oliveira

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2006

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Como informação adicional anexamos os seguintes demonstrativos, referentes aos exercícios de 2006 e 2005:

Demonstração do Valor Adicionado.
Fluxo de Caixa
Balanço Social

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO:

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios Findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Geração do valor adicionado	2006	2005
	(R\$ em milhares)	(R\$ em milhares)
Receitas	2.296.441	2.065.595
Vendas de energia elétrica	2.244.752	2.045.729
Provisões para Contas de Equivalência - Dúvidas	35.749	65.656
Receitas de Fidej. Operacional	15.939	14.209
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.178.133)	(1.232.677)
Consumo de Energia	(991.752)	(1.065.511)
Consumo de Gás e de Água Encanada	(13.369)	(12.041)
Materiais, Serviços e de Terceiros	(172.812)	(165.125)
(-) Outras despesas operacionais	(131.786)	(52.902)
(+) Valor adicionado bruto	1.286.545	1.770.014
(-) Quotas de reestruturação	(140.929)	(124.448)
(+) Valor adicionado líquido	1.145.616	1.645.566
(+) Valor adicionado recebido em transferência	170.833	130.697
Receita de Venda de Equipamentos e Materiais	-	21.009
Receita Financeira	(70.673)	(65.916)
(+) Valor Adicionado a distribuir	1.245.347	1.710.348
Distribuição do valor adicionado	1.245.347	1.710.348
Impostos, taxas e contribuições	1.582.335	1.209.917
ISS - Imposto sobre Serviços	71.369	13.513
Imposto de Renda - Contribuição Social	3.473	39.279
P.T. - Contribuição	275.407	175.975
CMV	(82.135)	(10.915)
Sus	1.710	1.869
Reserva Gratuita de Reserva	34.446	35.677
Imposto de Importação	579	45.954
Contribuição sobre G. Ativos	(11.516)	90.654
Contribuição sobre G. Ativos	58.912	45.341
Consumo de Energia e de Gás	40.458	30.401
PRGALFA	6.179	-
Taxa de Inscrição Ad. I	5.010	4.454
Pessoal	101.908	94.728
Receitas	79.076	69.751
Imposto de Renda - Lucros - IRIS	(5.640)	5.777
Imposto de Renda - Pessoa Física	4.517	3.379
Bônus	(2.112)	(2.341)
Participação nos Resultados	5.074	4.666
Contribuição Social	(17.076)	(5.527)
Financiadora	370.052	294.891
Juros e Valores Capatais	317.162	291.429
Quotas em Fidej. SORF	16.461	16.972
Outras Despesas Financeiras	21.777	35.975
Amortiz.	4.652	3.475
Ações e Ias	34.547	-
Receitas de Capital Proprio	-	-
Despesas	45.351	-
Receitas de Ias	9.576	-
Reser.	135.174	175.164
Reserva de Reten.	135.174	175.164
Valor Adicionado (Medio) por Empregado	1.527	1.301



00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (NÃO AUDITADO);
(Em milhares de reais)

	Controladora	
	2006	2005
	(Não auditado)	Reclassificado (Não auditado)
Aplicações no imobilizado	(437.184)	(415.314)
Obrigações vinculadas a concessão	22.785	17.047
Outros diferendos	(2.036)	(4.588)
Total das atividades de investimentos	<u>(416.447)</u>	<u>(402.855)</u>
Debentures	370.000	400.000
Empréstimos e financiamentos	110.376	363.604
Total das atividades de financiamento	<u>480.376</u>	<u>763.604</u>
Total dos efeitos no caixa	<u>20.819</u>	<u>54.956</u>
Saldo inicial de caixa	123.357	68.401
Saldo final de caixa	<u>144.176</u>	<u>123.357</u>
Variação no caixa	<u>20.819</u>	<u>54.956</u>

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanco Social Anual / 2006

Empresa: Ampla Energia e Serviços SA						
Valores em reais, mil e reais, milhões						
1 - Base de Cálculo	2006 Valor (Mil reais)			2005 Valor (Mil reais)		
Receita operacional	2.206.800			1.149.399		
Receita operacional não recorrente	381.322			341.265		
Total da base de cálculo do DFP	2.588.122			1.490.664		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Atividade	1.679	6,47%	0,35%	6.970	6,31%	0,37%
Logos para o meio-emprego	30.485	11,81%	1,38%	27.798	18,55%	1,89%
Plano de saúde	4.517	1,74%	0,20%	3.375	2,25%	0,16%
Seguro	0.824	0,31%	0,05%	8.315	5,55%	0,36%
Seguro de vida e acidente	181	0,07%	0,01%	115	0,08%	0,01%
Seguro de vida	554	0,21%	0,01%	688	0,46%	0,03%
Seguro	800	0,31%	0,04%	44	0,03%	0,00%
Seguro de vida e acidente	4.163	1,61%	0,19%	3.875	2,59%	0,19%
Seguro de vida	531	0,20%	0,01%	287	0,19%	0,01%
Seguro de vida e acidente	7.068	2,73%	0,32%	4.668	3,12%	0,22%
Seguro	5.155	1,99%	0,23%	1.167	0,78%	0,05%
Total - Indicadores sociais internos	70.597	2,73%	0,32%	48.148	3,22%	0,28%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RL	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RL	% sobre RL
Atividade	1.114	0,49%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	1.478	0,53%	0,07%	2.065	0,51%	0,10%
Seguro	448	0,16%	0,02%	0	0,00%	0,00%
Seguro	52.328	18,68%	2,37%	48.980	13,78%	2,16%
Total das contribuições para a sociedade	55.368	19,82%	2,44%	50.345	14,78%	2,34%
Total das contribuições sociais	1.038.795	39,75%	47,11%	308.380	20,62%	11,38%
Total - Indicadores sociais externos	1.040.399	40,24%	47,43%	309.705	20,83%	11,64%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RL	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RL	% sobre RL
Contribuição para o meio-ambiente	13.853	0,53%	0,62%	4.564	1,34%	0,21%
Contribuição para o meio-ambiente	205	0,08%	0,01%	38	0,01%	0,00%
Total das contribuições ambientais	13.853	0,53%	0,62%	4.602	1,34%	0,21%
5 - Indicadores do Corpo Funcional	Valor (mil)	% sobre RL	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RL	% sobre RL
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%	70	0,02%	0,00%
Seguro	271	0,10%	0,01%	285	0,08%	0,01%
Seguro	328	0,12%	0,01%	314	0,09%	0,01%
Seguro	28.094	1,08%	0,14%	14.059	0,94%	0,04%
Seguro	281	0,01%	0,00%	285	0,02%	0,00%
Seguro	4.054	0,15%	0,02%	4.054	0,27%	0,01%
Seguro	28	0,00%	0,00%	28	0,00%	0,00%
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2006			2005		
Receita operacional	45			45		
Receita operacional não recorrente	12			12		
7 - Outras informações						
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%	70	0,02%	0,00%
Seguro	271	0,10%	0,01%	285	0,08%	0,01%
Seguro	328	0,12%	0,01%	314	0,09%	0,01%
Seguro	28.094	1,08%	0,14%	14.059	0,94%	0,04%
Seguro	281	0,01%	0,00%	285	0,02%	0,00%
Seguro	4.054	0,15%	0,02%	4.054	0,27%	0,01%
Seguro	28	0,00%	0,00%	28	0,00%	0,00%
8 - Outras informações						
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%	70	0,02%	0,00%
Seguro	271	0,10%	0,01%	285	0,08%	0,01%
Seguro	328	0,12%	0,01%	314	0,09%	0,01%
Seguro	28.094	1,08%	0,14%	14.059	0,94%	0,04%
Seguro	281	0,01%	0,00%	285	0,02%	0,00%
Seguro	4.054	0,15%	0,02%	4.054	0,27%	0,01%
Seguro	28	0,00%	0,00%	28	0,00%	0,00%
9 - Outras informações						
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%	70	0,02%	0,00%
Seguro	271	0,10%	0,01%	285	0,08%	0,01%
Seguro	328	0,12%	0,01%	314	0,09%	0,01%
Seguro	28.094	1,08%	0,14%	14.059	0,94%	0,04%
Seguro	281	0,01%	0,00%	285	0,02%	0,00%
Seguro	4.054	0,15%	0,02%	4.054	0,27%	0,01%
Seguro	28	0,00%	0,00%	28	0,00%	0,00%
10 - Outras informações						
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%	70	0,02%	0,00%
Seguro	271	0,10%	0,01%	285	0,08%	0,01%
Seguro	328	0,12%	0,01%	314	0,09%	0,01%
Seguro	28.094	1,08%	0,14%	14.059	0,94%	0,04%
Seguro	281	0,01%	0,00%	285	0,02%	0,00%
Seguro	4.054	0,15%	0,02%	4.054	0,27%	0,01%
Seguro	28	0,00%	0,00%	28	0,00%	0,00%
11 - Outras informações						
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%	70	0,02%	0,00%
Seguro	271	0,10%	0,01%	285	0,08%	0,01%
Seguro	328	0,12%	0,01%	314	0,09%	0,01%
Seguro	28.094	1,08%	0,14%	14.059	0,94%	0,04%
Seguro	281	0,01%	0,00%	285	0,02%	0,00%
Seguro	4.054	0,15%	0,02%	4.054	0,27%	0,01%
Seguro	28	0,00%	0,00%	28	0,00%	0,00%
12 - Outras informações						
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%	70	0,02%	0,00%
Seguro	271	0,10%	0,01%	285	0,08%	0,01%
Seguro	328	0,12%	0,01%	314	0,09%	0,01%
Seguro	28.094	1,08%	0,14%	14.059	0,94%	0,04%
Seguro	281	0,01%	0,00%	285	0,02%	0,00%
Seguro	4.054	0,15%	0,02%	4.054	0,27%	0,01%
Seguro	28	0,00%	0,00%	28	0,00%	0,00%
13 - Outras informações						
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%	70	0,02%	0,00%
Seguro	271	0,10%	0,01%	285	0,08%	0,01%
Seguro	328	0,12%	0,01%	314	0,09%	0,01%
Seguro	28.094	1,08%	0,14%	14.059	0,94%	0,04%
Seguro	281	0,01%	0,00%	285	0,02%	0,00%
Seguro	4.054	0,15%	0,02%	4.054	0,27%	0,01%
Seguro	28	0,00%	0,00%	28	0,00%	0,00%
14 - Outras informações						
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%	70	0,02%	0,00%
Seguro	271	0,10%	0,01%	285	0,08%	0,01%
Seguro	328	0,12%	0,01%	314	0,09%	0,01%
Seguro	28.094	1,08%	0,14%	14.059	0,94%	0,04%
Seguro	281	0,01%	0,00%	285	0,02%	0,00%
Seguro	4.054	0,15%	0,02%	4.054	0,27%	0,01%
Seguro	28	0,00%	0,00%	28	0,00%	0,00%
15 - Outras informações						
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%	70	0,02%	0,00%
Seguro	271	0,10%	0,01%	285	0,08%	0,01%
Seguro	328	0,12%	0,01%	314	0,09%	0,01%
Seguro	28.094	1,08%	0,14%	14.059	0,94%	0,04%
Seguro	281	0,01%	0,00%	285	0,02%	0,00%
Seguro	4.054	0,15%	0,02%	4.054	0,27%	0,01%
Seguro	28	0,00%	0,00%	28	0,00%	0,00%
16 - Outras informações						
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%	70	0,02%	0,00%
Seguro	271	0,10%	0,01%	285	0,08%	0,01%
Seguro	328	0,12%	0,01%	314	0,09%	0,01%
Seguro	28.094	1,08%	0,14%	14.059	0,94%	0,04%
Seguro	281	0,01%	0,00%	285	0,02%	0,00%
Seguro	4.054	0,15%	0,02%	4.054	0,27%	0,01%
Seguro	28	0,00%	0,00%	28	0,00%	0,00%
17 - Outras informações						
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%	70	0,02%	0,00%
Seguro	271	0,10%	0,01%	285	0,08%	0,01%
Seguro	328	0,12%	0,01%	314	0,09%	0,01%
Seguro	28.094	1,08%	0,14%	14.059	0,94%	0,04%
Seguro	281	0,01%	0,00%	285	0,02%	0,00%
Seguro	4.054	0,15%	0,02%	4.054	0,27%	0,01%
Seguro	28	0,00%	0,00%	28	0,00%	0,00%
18 - Outras informações						
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%	70	0,02%	0,00%
Seguro	271	0,10%	0,01%	285	0,08%	0,01%
Seguro	328	0,12%	0,01%	314	0,09%	0,01%
Seguro	28.094	1,08%	0,14%	14.059	0,94%	0,04%
Seguro	281	0,01%	0,00%	285	0,02%	0,00%
Seguro	4.054	0,15%	0,02%	4.054	0,27%	0,01%
Seguro	28	0,00%	0,00%	28	0,00%	0,00%
19 - Outras informações						
Atividade	1.413	0,53%	0,06%	1.320	0,36%	0,06%
Seguro	270	0,10%	0,01%	218	0,06%	0,01%
Seguro	8.034	0,31%	0,03%	6.030	0,40%	0,02%
Seguro	118	0,04%	0,00%			

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla" ou "Sociedade") é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica.

A Ampla tem por objetivo explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético.

Em 9 de dezembro de 1996 foi assinado, junto ao Poder Concedente o Contrato de Concessão nº 005/96, com prazo de 30 anos, expirando-se em dezembro de 2026. Nesse contrato foram definidas as áreas de distribuição de energia a serem atendidas pela Sociedade

A Ampla, seguindo com plano de ações para melhorar seu capital de giro e o perfil de sua dívida, realizou com êxito em 16 de março de 2005 a emissão de 40.000 debêntures simples em duas séries (3ª emissão), sendo 29.000 debêntures da 1ª série e 11.000 debêntures da 2ª série, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo um total de R\$400.000. Este ano, em 29 de setembro de 2006, foram emitidas mais 37.000 debêntures simples (4ª emissão) em série única, não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$10, perfazendo um total de R\$370.000. (vide nota 17)

2. DESVERTICALIZAÇÃO

A Lei nº 10.848/04 estabeleceu a obrigatoriedade de segregação das atividades de distribuição daquelas de geração, transmissão e outras, dando um prazo até setembro de 2005 para a implementação da chamada "desverticalização" das distribuidoras de energia elétrica, mediante a separação societária dessas atividades. Esta lei proíbe ainda a participação em outras sociedades e a execução de atividades estranhas ao objeto da concessão que não estejam previstas nos Contratos de Concessão. A Ampla submeteu à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a solicitação de autorização para implementação do modelo de desverticalização que consistiu em:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

I - Criação da holding Endesa Brasil S.A. ("Endesa Brasil"), para incorporação das ações da Ampla, da Companhia Energética do Ceará – Coelce ("Coelce"), das Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – CDSA ("CDSA"), da Companhia de Interconexão Energética – CIEN ("CIEN"), da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF ("CGTF"), Investluz S.A. ("Investluz") e da Ampla Investimentos e Serviços S.A. ("Ampla Investimentos").

II - segregar as atividades, proceder à versão patrimonial de geração e transferir essa concessão para uma empresa subsidiária, com controle acionário da Ampla. Posteriormente aprovada conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2005.

III - desverticalizar sua participação acionária na Investluz, mediante a redução de capital da Sociedade. Posteriormente aprovada conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2005.

Em 12 de setembro de 2005 a ANEEL aprovou o modelo proposto para a implementação do processo de desverticalização da Ampla, e estabeleceu o prazo de até 90 (noventa) dias, para a implementação dos atos a que se referem os itens acima.

A Endesa Brasil foi criada como uma *holding* de energia concentrando todos os ativos elétricos do Grupo Endesa no Brasil. A sociedade participa no capital das seguintes companhias: CIEN, CGTF, Coelce, Ampla, Ampla Investimentos, Investluz e CDSA.

Em 29 de dezembro de 2005, a Ampla cindiu parcialmente seu patrimônio líquido mediante a versão da parcela cindida na Ampla Investimentos S.A., com a transferência de ativos e passivos relacionados as atividades não vinculadas a concessão do serviço, no valor de R\$120.000, na data base 30 de setembro de 2005, conforme Laudo de Avaliação Patrimonial a Valor Contábil, emitido pela Hirashima & Associados Ltda., em 06 de dezembro de 2005.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição dos ativos e passivos cindidos, em 30 de setembro de 2005, é como segue:

ATIVO	30/09/05	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/09/05
NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Parcela do ativo financeiro com a Enersis Internacional S.A.	318.751	Empréstimo com a Enersis Internacional S.A.	7.672
		Empréstimo com a Luz de Rio Ltda.	27.324
		Total do passivo circulante	<u>34.996</u>
Investimentos		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Investimento na Investiluz	359.175	Títulos emitidos no exterior em 1998 (Fixed Rate Notes)	522.930
Total do ativo não circulante	<u>677.926</u>	Total do passivo não circulante	<u>522.930</u>
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital Social	120.000
		Total do patrimônio líquido	<u>120.000</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>677.926</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u><u>677.926</u></u>

Em 29 de dezembro de 2005, a Ampla segregou seus ativos de geração, transferindo-os para a sociedade Ampla Geração S.A., controlada majoritariamente pela Ampla, no valor de R\$ 41.706, na data base de 30 de novembro, conforme Laudo de Avaliação Patrimonial a Valor Contábil, emitido pela Hirashima & Associados Ltda., em 16 de dezembro de 2005. A composição do saldo integralizado na nova sociedade é como segue:

Descrição	Valor contábil do custo reavaliado	Depreciação acumulada	Valor residual
Intangíveis	50	(8)	42
Terranos	4.328	-	4.328
Reservas, barragens e adutores	70.209	(49.824)	20.385
Edifícios, obras civis e benfeitorias	1.964	(1.447)	517
Máquinas e equipamentos	35.833	(19.402)	16.431
Móveis e utensílios	8	(5)	3
Total	<u>112.392</u>	<u>(70.686)</u>	<u>41.706</u>

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2005, aprovou: (i) o Laudo de Avaliação Patrimonial da parcela cindida do patrimônio da Sociedade, e (ii) o Laudo de Avaliação Patrimonial a Valor Contábil, emitido pelos mesmos peritos, no valor de R\$ 41.706 (na data base de 30 de novembro de 2005); e (iii) a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 120.000, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, passando o mesmo de R\$ 1.825.424 para R\$ 1.505.424. A Sociedade firmou, em 26 de dezembro de 2005, com a Quanta Geração S/A (anteriormente denominada Sabricorp Participações Ltda), um contrato de compra e venda das ações de emissão da Ampla Geração S/A. (vide nota 9).

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com as normas específicas, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reclassificadas, quando aplicável, para permitir melhores condições de comparabilidade com o padrão de apresentação adotado nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, conforme abaixo relacionado:

	2006			
	Contratada		Consolidada	
	Subsidiária	Restituída	Integrada	Restituída
Balanco Patrimonial				
Ativo Circulante	1.082.359	1.103.403	1.040.643	1.061.687
Consumíveis, concessão e permissões	572.250	754.365	572.250	754.365
Consumíveis de Baixa Prazo	21.745	-	21.745	-
Receitas a Receber	79.054	75.158	37.638	37.642
Programa emergência de redução do consumo de energia elétrica	15.652	-	15.652	-
Despesas antecipadas - Parcela A - CVA - CDE	77.122	-	77.122	-
Encargo de Capacidade Emergência	14.357	-	14.357	-
Ativos regulatórios	-	265.876	-	265.875
Ativo Não Circulante	2.537.921	2.429.854	2.574.825	2.471.530
Ativo Realizável a Longo Prazo	450.445	380.599	450.445	380.599
Programa emergência de redução do consumo de energia elétrica	2.754	-	2.754	-
Despesas antecipadas - seguros e outros	-	2.354	-	2.354
Depósitos vinculados a clientes	103.754	-	103.754	-
Consumíveis, concessão e permissões	214.490	-	114.490	-
Despesas antecipadas - Parcela A - CVA - CDE	239.520	-	239.520	-
Ativos regulatórios	-	75.345	-	75.345
Imobilizado	2.069.155	2.029.882	2.119.871	2.071.646
Intangível	-	39.251	-	39.225
Devido	3.313	-	2.313	-
Passivo Circulante	603.651	603.651	603.651	603.651
Contas a pagar - Parcela A - CVA - CDE	102.700	-	102.700	-
Taxas Regulatórias	-	2.645	-	2.649
Obrigações Financeiras	77.851	9.857	77.851	9.862
Tributos e contribuições sociais	79.745	119.477	79.745	119.477
Provisão e Reserva Emergência	-	27.870	-	27.870
Provisão para contingências	75	650	75	650
Outras Contas	37.451	32.617	37.451	32.612
Programa emergência de redução do consumo de energia elétrica	51.248	-	51.248	-
Encargo de capacidade emergência	15.591	-	15.591	-
Fornecedores	239.890	208.002	239.890	208.002
Passivos Regulatórios	-	146.556	-	195.556
Passivo Não Circulante	851.049	747.764	851.049	747.764
Imposto de renda e contribuição social diferido	134.151	134.781	134.151	134.781
Provisão para contingências	655.051	549.020	655.051	549.325
Outras Contas	41	783	41	785
Fornecedores	63.792	-	63.792	-
Passivos Regulatórios	-	62.776	-	62.775

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes.

a) Aplicações financeiras

Os fundos de investimento possuem liquidez diária e têm seus ativos valorizados a seus respectivos valores de mercado, conforme instrução do Banco Central do Brasil.

b) Consumidores, concessionários e permissionários

Incluem os créditos faturados a consumidores finais e concessionários revendedores, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada, os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE até as datas dos balanços, contabilizados pelo regime de competência e os saldos a receber relativos à Recomposição de Receita e à Energia Livre.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - clientes

Calculada com base nos critérios determinados pela ANEEL, em valor considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e para os saldos dos clientes das demais classes vencidos há mais de 360 dias (tais como entidades do setor público), conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

d) Estoques

Os materiais em estoques, de operação e manutenção, classificados no ativo circulante e aqueles destinados a projetos, contabilizados no ativo imobilizado estão avaliados ao custo médio de aquisição, deduzidos por provisões para perdas, quando aplicável.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e) Ativos e passivos regulatórios

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão

f) Despesas antecipadas

Referem-se a dispêndios com a contratação de seguros e gastos com emissão de debêntures cuja amortização é registrada de forma linear, no prazo de liquidação das obrigações que as originaram (vide nota 13).

g) Investimentos

A participação societária permanente em sociedade controlada em conjunto encontra-se avaliada pelo método de equivalência patrimonial (até 30 de setembro de 2005). Os demais investimentos estão registrados ao custo, ajustado ao preço de mercado através de provisão para perdas em investimentos, quando aplicável

h) Imobilizado

Está composto pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e ajustado por reavaliação periódica nos termos da Deliberação da CVM nº 288/98, com base em laudos emitidos por peritos avaliadores independentes. A depreciação é calculada pelo método linear em conformidade com as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL

Os juros e demais encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram registrados nesse subgrupo como custo, até 30 de junho de 2003

Adicionalmente, os gastos de administração geral são apropriados, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, em até 10% dos dispêndios diretos com pessoal.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

i) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

São calculados e registrados com base nas alíquotas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência. Os impostos diferidos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no ativo e ajustados ao seu valor provável de recuperação com base nas projeções de resultados fiscais suficientes para a utilização daqueles ativos.

j) Obrigações com benefícios pós-emprego

Consistem no passivo atuarial relativo a plano de previdência complementar e plano médico dos empregados, registrado em regime de competência, com base em avaliação efetuada por atuário independente, em conformidade com a Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, que estabeleceu as normas para contabilização de benefícios pós-emprego concedidos a empregados.

k) Obrigações vinculadas à concessão

Referem-se aos recursos de participação financeira dos consumidores e da União e de doações e subvenções para investimentos, aplicados na expansão do serviço público de energia elétrica. Estas obrigações são apresentadas nas demonstrações financeiras como redução do ativo imobilizado.

l) Atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os direitos e obrigações sujeitos a variação monetária e cambial, por força contratual ou dispositivo legal, estão atualizados até as datas dos balanços. Os passivos em moeda estrangeira são convertidos para reais em função da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil, em cada data-base apresentada.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

m) Estimativas

A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para contingências e planos de aposentadoria e pensão;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Comercialização de energia no âmbito da CCEE;
- Ativo Regulatório – Reposicionamento Tarifário.

n) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de cada exercício apresentado.

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em virtude do processo de desverticalização a Companhia elaborou demonstrações financeiras consolidadas até 31 de dezembro de 2005, onde a Ampla Geração encontrava-se disponível para a venda. Foram utilizados os seguintes procedimentos de consolidação

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo;
- b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

AMPLA GERAÇÃO

A Ampla Geração S.A. foi criada em 19 de setembro de 2005 em consonância com a Lei nº 10.848/04 que estabeleceu a obrigatoriedade de segregação das atividades de distribuição das de geração. A Companhia tem como objetivo social estudar, planejar, projetar, construir e explorar sistemas de geração, participar de pesquisas na área de geração, participar de outras empresas do setor elétrico como sócia ou acionista.

A participação no capital votante e total da controlada Ampla Geração S.A. até 31 de dezembro de 2005 foi de 100%, motivo pelo qual as demonstrações financeiras dessa sociedade foram integralmente consolidadas.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDB e também a fundos de renda fixa - FIF e estão vinculados às seguintes instituições:

Instituição	Controladora 2006	Controladora e Consolidado 2005
Banco Bradesco S.A.	21.080	5.688
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	23.759	1.217
Banco Votorantim S.A.	5.037	-
Banco Santander Brasil S.A.	115	11.312
Banco Itaú S.A.	11.287	240
Banco Alfa S.A.	10.068	-
Outras	1.288	1.146
Total do ativo circulante	<u>72.634</u>	<u>19.603</u>

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

Ativo circulante	Controladora			Controladora e Controlado	
	Saldo			Total	
	Vencidos			2006	
	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2005	2006
Classe de consumidores					
Residência	86.894	63.730	137.848	269.578	429.024
Industrial	36.919	8.316	50.078	87.914	70.494
Comercial	41.570	21.367	51.611	113.875	69.405
Rural	3.099	2.321	20.619	25.939	23.371
Portos públicos	17.383	12.734	17.073	107.140	94.830
Iluminação pública	10.578	10.241	21.594	42.113	20.568
Serviço público	5.890	7.439	7.513	21.086	10.204
Reverenda	5.255	4.047		9.297	4.757
Subtotal	212.593	129.793	321.696	613.742	636.463
Renda não faturada				132.187	97.117
Participação financeira				31.977	28.091
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (a)				11.034	5.801
Consumidores de baixa tensão (b)				20.119	31.740
Outros créditos				9.029	2.105
c). Adequação em processo				91.859	126.746
Total do circulante				490.944	754.361
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				1.258.289	330.313
Total líquido				491.276	424.048

a) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores referentes ao ano de 2006, foram registrados com base na contabilização oficial disponibilizada pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (instituição que sucedeu o MAE). Esses valores foram liquidados regularmente nas datas previstas pela CCEE. Esta obteve de Auditores Independentes os certificados de conformidade dos valores decorrentes da liquidação financeira, que consistem em verificar a regularidade do processo quanto à correção dos valores efetivamente liquidados entre os agentes de mercado no âmbito da CCEE e quanto à adequação dos procedimentos empregados na liquidação financeira às disposições legais, regulamentares e determinações judiciais aplicáveis na data da liquidação.

Do saldo total a receber em 31 de dezembro de 2006, R\$ 1.258 estão relacionados aos agentes que ingressaram com medidas judiciais para discussão dos valores firmados pela CCEE.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Consumidores de Baixa Renda

	Controladora	Controladora e Consolidado
	2006	2005
Consumidores de baixa renda	386.679	281.353
Recebimentos	(355.798)	(260.113)
Provisão	151.000	-
Total do ativo circulante	120.119	21.240

O Decreto No. 4.336, de 15 de agosto de 2002, permitiu ao Governo Federal ampliar o enquadramento na subclasse Residencial Baixa Renda, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, o qual havia sido inicialmente definido como unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, em consonância com a Lei No. 10.438 de 26 de abril de 2002.

Este subsídio está sendo custeado com recursos financeiros oriundos do adicional de dividendos devidos à União pela ELETROBRAS, associado às receitas adicionais auferidas pelas concessionárias geradoras, sob controle federal e na insuficiência dos referidos dividendos da ELETROBRAS, com recursos da RGR - Reserva Global de Reversão.

Como consequência da fiscalização da Aneel, ocorrida em setembro de 2006, a Sociedade registrou uma provisão de R\$ 51.000, que gerou um montante negativo de R\$ 20.119 em 31 de dezembro de 2006.

8. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Controladora		Controladora e Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
	2006	2005	2006	2005
Ativos				
Reconhecimento Terceira Extraordinária	52.593	85.429	68.569	50.679
Energia Livre (L)	13.915	13.915	31.868	63.776
Cargos de Capacidade Emergencial (C)	4.600	-	14.333	-
Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (P)	55.625	2.867	55.625	2.934
Parcela A/CVACDE (A)	100.004	88.479	77.120	239.595
Ativo Regulatório (RGR)	-	-	1.562	-
Outros ativos regulatórios	2.384	-	-	-
Total	269.221	210.720	249.056	357.345
Passivos				
Energia Livre (L)	49.821	49.821	31.868	63.776
Cargos de Capacidade Emergencial (C)	1.085	-	15.594	-
Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (P)	51.000	-	14.248	-
Parcela A/CVACDE (A)	14.319	-	97.829	-
Total	116.225	49.821	159.539	63.776

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE

Em dezembro de 2001, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas, relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

Com base nos acordos firmados e disposições regulamentares, todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica efetuaram um levantamento do montante da receita decorrente da redução de consumo de energia elétrica no período do racionamento (recomposição tarifária extraordinária) que foi reconhecida com o objetivo de retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

A referida recomposição tarifária extraordinária passou a ser aplicada às tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL, da seguinte forma:

- 2,9% para os clientes residenciais (exceto baixa renda), rurais e iluminação pública.
- 7,9% para os demais clientes

A parcela da recomposição tarifária extraordinária registrada no contas a receber, sofreu os seguintes efeitos reconhecidos nos resultados dos períodos correspondentes:

	Controladora 2006	Controladora e Consolidado 2005
<u>Perdas com racionamento</u>		
1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002 apuradas pela Concessionária	263.948	263.948
Ajuste ao valor contabilizado conforme homologação da ANEEL	(18.433)	(18.433)
Saldo de 2002 homologado pela ANEEL	245.515	245.515
(-) Recuperação	(298.530)	(286.043)
Atualização monetária - SELIC	199.143	140.395
Saldo de recomposição tarifária extraordinária em 31 de dezembro de 2006 e de 2005	148.127	119.267
Ativo circulante	62.693	68.588
Ativo não circulante	85.429	50.679

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para ter direito a essa compensação a sociedade renunciou a qualquer pleito judicial ou extrajudicial relativo a fatos e normas concernentes ao Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e à recomposição tarifária extraordinária, bem como aderiu aos acordos firmados entre os agentes do setor elétrico, conforme previsto na legislação vigente

Atualização Monetária

Até 31 de dezembro de 2006 o saldo apurado de ativo regulatório foi atualizado monetariamente pela taxa SELIC acrescido por juros de 1% ao ano, limitado ao montante do financiamento correlato liberado pelo BNDES.

A Resolução ANEEL n.º 31, de 24 de janeiro de 2002 e o Ofício Circular ANEEL no 2.212, de 20 de dezembro de 2005, determinaram que o saldo remanescente da Recomposição Tarifária Extraordinária seja remunerado pela taxa de juros equivalente à cobrada, de cada concessionária, nas operações de financiamento de que trata o art. 5º da Medida Provisória n.º 14, de 21 de dezembro de 2001, decorrente do programa de financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, na ausência dessa operação financeira, seja utilizada a taxa Selic.

O Ativo regulatório já estava sendo recuperado pelo valor faturado, porém teve o percentual de recuperação reduzido com a entrada da energia livre. Este aspecto gerou em junho de 2006 um aumento no saldo do ativo regulatório em R\$ 37.725.

b) Energia Livre

	Controladora	Controladora e Consolidado
	2005	2005
<u>Energia Livre</u>		
Estimada pela Concessionária em 2001	78.698	78.698
Atualização Monetária - SELIC	70.261	49.726
Ajuste do valor contabilizado conforme homologação da ANEEL	18.131	18.131
(-) Recuperação	(98.259)	(50.891)
Saldo de Energia Livre em 31 de dezembro de 2006 e de 2005	<u>67.831</u>	<u>95.664</u>
Ativo circulante	33.915	31.868
Ativo não circulante	33.915	63.776

O montante relacionado à energia livre (energia elétrica gerada e não-vinculada a contratos iniciais ou equivalentes) apurado de junho de 2001 a fevereiro de 2002 será recuperado dos consumidores e repassado como ressarcimento aos geradores.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A energia livre, que era recuperada com base em valores arrecadados, passou a ter sua realização calculada utilizando-se um percentual dos valores faturados. Tal fato gerou, em junho de 2006, um aumento na amortização e, conseqüentemente, acabou por reduzir o saldo ativo de energia livre em R\$ 28.547.

A seguir apresentamos a composição do saldo de energia livre a ser ressarcida aos geradores em 31 de dezembro de 2006.

	Controladora		Controladora e Consolidado	
	2006		2005	
	Passivo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
AES Tietê	2.383	2.383	1.601	3.203
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	855	855	541	1.082
Centrais Elétricas de Santa Catarina	835	835	527	1.055
Centrais Elétricas do Norte do Brasil	3.095	3.095	1.975	3.951
Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins	129	129	98	191
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	9.892	9.892	6.357	12.714
Companhia Energética de São Paulo	7.310	7.310	4.843	9.685
Companhia Estadual de Energia Elétrica	1.171	1.171	871	1.742
Companhia Geração Terceira de Energia Elétrica	127	127	94	188
Companhia Hidro Elétrica de São Francisco	10.560	10.560	6.761	13.521
Companhia Paranaense de Energia Elétrica	817	817	608	1.216
Companhia Paulista de Força e Luz	140	140	89	178
Duke Energy Brasil - Geração Paranapanema	1.958	1.958	1.253	2.507
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	22	22	18	32
Empresa Elétrica Bragança	3	3	3	6
Empresa Energética de Sergipe S.A.	6	6	4	9
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.	793	793	515	1.030
Furnas Centrais Elétricas	7.826	7.826	5.178	10.355
Rio Grande Energia	195	195	124	248
Tractebel Energia S.A.	684	684	432	863
Total	48.801	48.801	31.888	63.776

c) Encargo de Capacidade Emergencial

	Controladora	Controladora e Consolidado
	2006	2005
Contas a receber - Ativo circulante		
Encargo de capacidade emergencial - valores faturados	4.600	14.333
Contas a pagar - Passivo circulante		
Encargo de capacidade emergencial - valores faturados	3.566	15.041
Encargo de capacidade emergencial - valores arrecadados	(1.901)	553
	1.655	15.594

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 07 de julho de 2002, a ANEEL, através da Resolução Nº 71, instituiu o "encargo de capacidade emergencial" para cobrança a partir de março de 2002. Tal encargo foi criado para repasse de recursos para a CBEE - Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial, com o intuito de cobrir os custos com a contratação de capacidade de geração ou de potência de usinas emergenciais. Em 13 de dezembro de 2005, a CBEE apresentou à ANEEL pedido de encerramento da cobrança do encargo de capacidade emergencial, bem como as justificativas que fundamentaram tal solicitação e em 22 de dezembro de 2005 conforme Resolução Normativa nº 204 de 22 de dezembro de 2005, a ANEEL estabeleceu o encerramento da cobrança do encargo de capacidade emergencial.

d) Programa de Redução do Consumo de Energia Elétrica

	Controladora 2006	Controladora e Consolidado 2005
Ativo circulante		
Bônus concedidos	55.625	55.625
	<u>55.625</u>	<u>55.625</u>
Ativo não circulante		
Custos a recuperar	2.897	2.964
	<u>2.897</u>	<u>2.964</u>
Passivo circulante		
Ressarcimento recebido	29.078	29.078
Sobretaxas arrecadadas	22.157	22.170
	<u>51.235</u>	<u>51.248</u>

Refere-se ao saldo de sobretaxas cobradas e bônus pagos aos consumidores durante o programa de racionamento implantado pelo Governo Federal entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002.

Como definido pela ANEEL, os valores de sobretaxas faturadas e os bônus concedidos em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica são controlados separadamente, sem afetar os resultados da Sociedade.

Foi recebido o ressarcimento do valor líquido de bônus concedidos e sobretaxas arrecadadas, no montante de R\$ 29.078 (em 31 de dezembro de 2006 e 2005), já auditados pela ANEEL. Tendo em vista não existência de previsão para a contabilização da liquidação das contas relacionadas, a Ampla registrou o montante recebido no passivo circulante. Estando para futura análise da ANEEL, os valores de custos a recuperar em montante de R\$ 2.897 em 31 de dezembro de 2006 (R\$ 2.964 em 31 de dezembro de 2005), bônus concedidos de R\$ 55.625 (em 31 de dezembro de 2006 e 2005) e sobretaxas arrecadadas de R\$ 22.157 em 31 de dezembro de 2006 (R\$ 22.170 em 31 de dezembro de 2005).

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e) Parcela A e CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia n.º 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de itens da Parcela "A" – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão.

	Controladora 2006	Controladora e Controladas 2006
Ativo Circulante		
CVA - Custo consumo de combustível	11.557	21.801
CVA - Uso da rede básica	(2.907)	(2.584)
CVA - Riscos não hedonados	30	5
CVA - Variação cambial dólar	-	1.741
CVA - Transporte	773	1.029
CVA - Fundação	14.251	5.352
CVA - Energia	(14.959)	-
CVA - CLSD Light	38.982	27.081
CVA - Revolução 77000s	(1.345)	29
CVA - Subcontratação	9.1	5.255
CVA - Expensão em CDF	(616)	311
Contratados - F. SODOPHS	1.171	155
CVA - PHS	5.012	-
CVA - COPHS	29.004	-
CVA - Pro-fra	371	-
Custos com taxa de câmbio	1.436	-
CVA - CDF	8.375	7.154
Encargos do Serviço do Sistema	12.925	(2.905)
Total ativo circulante	102.004	77.122
Ativo Não Circulante		
Parcela A - Extraordinária	36.615	36.615
Parcela A - Atualização Selic	51.864	43.919
Parcela A - Variação cambial dólar	-	4.141
Parcela A - Custo consumo de combustível	-	2.573
CVA - Transporte	-	556
CVA - Rede Básica	-	7.549
CVA - CLSD Light	-	8.479
CVA - Riscos não hedonados	-	47
CVA - P. SODOPHS	-	69.323
CVA - CDS	-	21.106
Encargos do Serviço do Sistema	-	31.373
Total do ativo não-circulante	88.479	235.706
Passivo Circulante		
CVA - Custo consumo de combustível	11.264	4.253
CVA - CDS	1.543	-
CVA - Energia	38.905	-
CVA - Variação cambial dólar	-	(2.100)
CVA - Uso da Rede Básica	73.180	14.593
CVA - CDFART	-	68.232
Encargos do Serviço do Sistema	1.057	-
CVA - Transporte	555	-
Contratados - F. SODOPHS	332	-
Total passivo circulante	126.736	84.878

*Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CVA – PIS / COFINS

Em março de 2006 a ANEEL homologou o montante de R\$ 91.580 (R\$ 19.123 CVA – PIS e R\$ 72.457 CVA – COFINS) a ser recuperado até o próximo ajuste tarifário referente ao período de dezembro de 2004 a fevereiro de 2005. Até 31 de dezembro de 2006 a Ampla recuperou o montante de R\$ 69.641 (R\$ 14.542 de PIS e R\$ 55.099 de COFINS) com atualização de R\$ 7.137 pela Selic, montando um total de R\$ 29.076 (R\$ 6.072 de PIS e R\$ 23.004 de COFINS).

Parcela A

Baseada na Portaria Interministerial nº 296 de 25 de outubro de 2001 e na Lei 10.438 de 26 de abril de 2002, a Sociedade registrou como despesas antecipadas os incrementos de custos incorridos em 2001 e 2002 que estão relacionados aos custos sobre os quais não tem gerenciamento (Parcela A).

Amparada na Portaria Interministerial nº 25 de 24 de janeiro de 2002, a Ampla deu início a contabilização do saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores do Encargo de Serviço do Sistema – ESS, cujo montante de R\$ 12.925 (ativo circulante) e R\$ 1.037 (passivo circulante) em 31 de dezembro de 2006 (R\$ 10.905 no ativo circulante e R\$ 31.373 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2005), refere-se ao encargo cobrado pela utilização do sistema elétrico, atualizado pela SELIC, e será compensado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica nos 12 meses subsequentes à data do reajuste tarifário anual.

O montante de R\$ 37.796 em 31 de dezembro de 2006 (R\$ 36.615 em 31 de dezembro de 2005) refere-se ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, atualizado pela variação da SELIC. O montante acumulado referente à atualização monetária em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 50.683 (R\$ 42.616 em 31 de dezembro de 2005) classificados na rubrica Parcela A – atualização Selic, conforme Resolução ANEEL nº 482 de 29 de agosto de 2002 e será recuperado em conjunto com o ativo regulatório, através da recomposição tarifária extraordinária.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. RENDAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado
	2006	2005	2005
Alienação em curso - Ampla Geração S/A	15.132	41.716	-
Alienação em curso	5.873	4.599	4.599
Consumidores - serviços prestados	7.607	11.467	11.467
Serviços em curso	10.876	6.896	6.896
Gastos a reembolsar - consumidores	5.776	965	965
Gastos a reembolsar - iluminação pública	9.198	6.680	6.680
Outros	7.620	6.835	6.835
Total do ativo circulante	63.082	79.158	37.442

No processo de desverticalização de suas atividades de distribuição e geração (nota 2), a Sociedade firmou, em 26 de dezembro de 2005, com a Quanta Geração S/A (anteriormente denominada Sabricorp Participações Ltda.), um contrato de compra e venda das ações de emissão da Ampla Geração S/A, sociedade constituída pela Ampla, para a qual foi transferido o seu parque gerador de energia elétrica, representado por nove usinas hidrelétricas. As partes acordaram o preço de compra das ações desta sociedade como sendo de R\$ 105 milhões. A ANEEL autorizou a transferência das ações através da Resolução Autorizativa nº 588 de 16 de maio de 2006.

A Ampla Energia e Serviços e a Quanta Energia S.A., assinaram um Contrato de Compra e Venda de Energia "CCVE" que vigorou até 31 de dezembro de 2006, podendo ser renovado mediante acordo entre as partes. A Quanta disponibilizou a energia durante cada período conforme a tabela a seguir:

Mês - (2006)	MWh
Setembro	13.980
Outubro	17.270
Novembro	20.066
Dezembro	27.960
Total	79.276

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Segue abaixo quadro demonstrativo da operação de venda:

Valor de venda	105.000
Valor residual - histórico	(12.166)
Valor residual - reavaliação	<u>(31.053)</u>
Valores residuais	<u>(43.219)</u>
Custos de venda	<u>(2.877)</u>
Ganho bruto na alienação (vide nota 35)	58.904
Impostos	
Imposto de renda	(15.743)
Contribuição social	<u>(5.667)</u>
	<u>(21.410)</u>
Ganho líquido na alienação	<u>37.494</u>

A rubrica Consumidores - serviços prestados destina-se aos registros de créditos perante terceiros na execução de serviços solicitados, provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.

A rubrica Serviços em curso registra, basicamente, os gastos de pessoal, material e serviços na execução de obras prestadas a terceiros, tais como: remoção de rede e/ou poste, instalação de linha ou rede provisória, instalação provisória de transformadores, instalação de padrão, isolamento e afastamento de redes, aluguel e substituição de equipamentos.

10. DEVEDORES DIVERSOS

	Controladora 2006	Controladora e Consolidado 2005
Adiantamentos a empregados	3.870	2.470
Assistência médica aposentados	3.971	1.697
Aluguel de equipamentos	1.076	947
Adiantamento a fornecedores	14.831	11.722
Outros devedores	1.531	1.645
Total do ativo circulante	<u>25.279</u>	<u>18.482</u>

A rubrica de adiantamento a fornecedores refere-se basicamente a fornecedores de serviços de extensão de rede

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Ampla reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças intertemporais, reserva de reavaliação do seu ativo imobilizado, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro, cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

Base de Cálculo	Contribuição				Contribuição e Contribuição			
	2006				2005			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Prejuízo fiscal	16.773	61.123	-	-	17.540	32.073	-	-
Base negativa tributária decorrente do	8.771	26.410	-	-	-	17.515	-	-
Provisão para contingências	17.190	200.134	-	-	18.207	171.993	-	-
Provisão para devedores duvidosos	10.401	71.512	-	-	10.402	31.552	-	-
Provisão para ajuste em estoque	-	19	-	-	-	11	-	-
Eficiência e Pesquisa Energética	-	-	-	-	-	8.564	-	-
Reavaliação DCLCVM n.º 371	8.833	40.158	-	-	8.834	44.068	-	-
Reavaliação de ativos imobilizados	-	-	7.611	76.550	-	-	4.638	133.734
Total	58.068	431.376	7.611	76.550	57.383	366.297	4.638	133.734

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro diferidos ativos, no prazo máximo estipulado nas disposições regulamentares como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	Contribuição
	Montante a realizar
2007	58.068
2008	64.389
2009	46.552
2010	50.668
2011	54.640
2012	20.312
2013	17.967
2014	57.941
2015	73.847
2016	44.470
	450.344

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora 2006	Controladora e Consolidado 2005
Imposto de renda e contribuição social a compensar	52.521	17.771
ICMS a compensar	98.736	54.068
Outros tributos a compensar	13.594	7.058
Total do ativo circulante	164.851	78.897
ICMS a compensar Longo Prazo	50.810	40.814
Total do ativo não circulante	50.810	40.814

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a antecipações mensais efetuadas ao longo do exercício de 2006.

Os valores na rubrica de ICMS a compensar a curto prazo da controladora devem-se principalmente a créditos relacionados aos pagamentos em cumprimento ao Decreto Estadual nº 31.632/02, apurados no mês de dezembro de 2006 (R\$ 65 milhões), através de estimativa com base no imposto apurado no mês anterior.

O montante classificado no longo prazo refere-se, basicamente, à Lei Complementar 102/00, que determina que o crédito do Imposto, quando se referir à aquisição de bens para o Ativo Fixo seja compensado em 48 meses.

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora 2006	Controladora e Consolidado 2005
Despesas antecipadas	6.777	4.435
Total do ativo circulante	6.777	4.435
Despesas na Emissão de Debêntures	3.766	3.354
Total do ativo não circulante	3.766	3.354

A Ampla optou por diferir as despesas incorridas com a emissão de debêntures, realizada em 28 de julho de 2004 no valor de R\$ 6.055, 16 de março de 2005 no valor de R\$ 4.588 e 29 de setembro de 2009 no valor de R\$ 2.038, pelo prazo de resgate das debêntures. Até 31 de dezembro de 2006 já foram amortizados um total de R\$ 8.915 (R\$ 7.289 em 31 de dezembro de 2005).

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. IMOBILIZADO

Descrição	2006		2005		2004		2003
	em R\$ mil		em R\$ mil		em R\$ mil		em R\$ mil
	Ativo Imobilizável	Reserva de Reversão	Ativo Imobilizável	Reserva de Reversão	Ativo Imobilizável	Reserva de Reversão	Ativo Imobilizável
Imobilizável							
Imobilizável tangível	2.512.796	491.290	1.826.095	116.490	2.019.590	1.976.291	2.017.956
Imóveis	2.113	21.270	558	558	558	558	558
Edificações e instalações	28.215	58.550	278.501	278.501	278.501	278.501	278.501
Equipamentos e maquinários	2.477.471	211.470	746.987	1.085.877	1.739.532	1.687.190	1.739.532
Veículos	2.245	112	2.245	2.245	2.245	2,245	2,245
Móveis e utensílios	750	15	750	750	750	750	750
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizável intangível	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-	-	-	-
Software e direitos de propriedade intelectual	-	-	-	-	-	-	-
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizável	2.512.796	491.290	1.826.095	116.490	2.019.590	1.976.291	2.017.956
Imobilizável tangível	2.512.796	491.290	1.826.095	116.490	2.019.590	1.976.291	2.017.956
Imóveis	2.113	21.270	558	558	558	558	558
Edificações e instalações	28.215	58.550	278.501	278.501	278.501	278.501	278.501
Equipamentos e maquinários	2.477.471	211.470	746.987	1.085.877	1.739.532	1.687.190	1.739.532
Veículos	2.245	112	2.245	2.245	2.245	2,245	2,245
Móveis e utensílios	750	15	750	750	750	750	750
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizável	2.512.796	491.290	1.826.095	116.490	2.019.590	1.976.291	2.017.956
Imobilizável intangível	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-	-	-	-
Software e direitos de propriedade intelectual	-	-	-	-	-	-	-
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizável	2.512.796	491.290	1.826.095	116.490	2.019.590	1.976.291	2.017.956
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão de							
Obrigações							
Obrigações tangíveis	2.512.796	491.290	1.826.095	116.490	2.019.590	1.976.291	2.017.956
Obrigações intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações	2.512.796	491.290	1.826.095	116.490	2.019.590	1.976.291	2.017.956
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão de							
Obrigações							
Obrigações tangíveis	2.512.796	491.290	1.826.095	116.490	2.019.590	1.976.291	2.017.956
Obrigações intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações	2.512.796	491.290	1.826.095	116.490	2.019.590	1.976.291	2.017.956

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações reversíveis utilizados na produção, transmissão e distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do Órgão do Poder Concedente, a ANEEL. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com a Instrução Contábil nº 63/10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, a Ampla transferiu para o ativo imobilizado os juros de empréstimos de terceiros vinculados ao ativo imobilizado em curso, até 30 de junho de 2003. A partir de julho deste ano tais juros não foram mais capitalizados.

(a) Imobilizado em Curso

O ativo imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

(b) Obrigações vinculadas à concessão

As obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

(c) Reavaliação

Consustanciada na Lei 6.404 de dezembro de 1976 e na Deliberação CVM nº 183 de 19 de junho de 1995, a Ampla contratou os serviços de peritos independentes, para efetuar um inventário físico e reavaliação dos seus bens, contabilizados no ativo imobilizado, a partir do exercício de 1996, optando a Ampla realizar suas reavaliações periodicamente a cada quatro anos.

Como resultado desse trabalho, a Sociedade contabilizou em suas demonstrações financeiras um acréscimo líquido em seu ativo imobilizado de R\$235.668 em 31 de dezembro de 1996, R\$23.333 em 31 de dezembro de 2000 e R\$ 301.376 em 31 de dezembro de 2004, tendo como contra partida a conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

Foi constituída provisão às alíquotas de 25% e 9% para imposto de renda e contribuição social diferidos, respectivamente, sobre o montante das referidas reavaliações.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. INTANGÍVEL

	Controladora			Controladora	Consolidado
	2006			2005	2005
	Custo Histórico	Depreciação do Custo Histórico	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Software	40.000	(37.373)	2.627	9.678	9.678
Marcas e patentes	10.555	(611)	10.044	7.521	7.521
Serviço	25.128	(1.292)	23.836	22.064	22.126
Total	75.683	(39.276)	36.507	39.283	39.325

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora:

	Taxa média anual de encargos ajustados por hedge quando aplicável	Limite		Principal			
		Circulante		Circulante		Não Circulante	
		2006	2005	2006	2005	2006	2005
		<u>Moeda estrangeira</u>					
Banco ABN AMRO Real S.A.	CDI + 5,25%	-	2.000	-	1.247	-	40.713
Caixa Geral de Depósitos S.A.	Euro + Libor + 0,85%	8	14	3.700	3.246	-	3.247
Total		8	2.014	3.700	4.493	-	43.960
<u>Moeda nacional</u>							
BNDIS - Ativo Regulament	SELIC + 1%	154	1.193	6.202	26.786	97.027	124.749
BNDIS - CVA	SELIC + 1%	-	407	-	46.584	-	4.190
BNDIS - Finance	TJLP + 5,00%	60	135	4.157	2.116	10.156	11.347
BNDIS - Financ.	TJLP + 6,00%	164	383	-	-	101.021	58.148
BNDIS - Capital	CJLP + 5,00%	121	-	-	-	51.064	-
Bradesco S.A.	CDI + 1%	115	3.066	-	-	40.852	40.030
Bradesco S.A.	4%	-	-	11.070	16.544	11.466	14.725
Banco Alfa S.A.	CDI + 7,33%	-	476	-	-	-	20.030
Banco Itaú S.A.	IGPM + 1,70%	-	5.307	-	-	-	59.224
Banco Paribank S.A.	IGPM + 1,90%	1.636	1.634	-	-	41.016	24.841
União dos Bancos Brasileiros S.A.	CDI + 1,1%	155	7.107	-	-	32.164	70.030
Total		2.864	23.758	21.437	86.812	380.112	483.751
		2.872	25.680	24.737	94.100	380.112	528.711

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instituição	Objetivo	Garantias	Término
Caixa Geral de Depósitos S.A.	Financiamento de importação	Seguro de Crédito	2007
BNDES (Ativo Regulatório)	Compensação das perdas ocasionadas pelo racionamento de energia elétrica ocorrido em 2001	Recebíveis de clientes	2011
BNDES - (Finame)	Aquisição de equipamentos nacionais	Alienação fiduciária	2010
BNDES - (Finem Rede Ampla)	Financiamento do projeto de investimentos "Rede Ampla" para combater o furto de energia	Recebíveis de clientes e conta reserva	2011
BNDES - (Finem Capex)	Financiamento dos projetos de modernização, expansão e qualidade da rede em todo o estado do Rio de Janeiro	Recebíveis de clientes e conta reserva	2012
Eletrobrás	Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente Reliz. Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso de Energia - Luz para Todos e Programa de Eletrificação Rural - Luz na Campa	Recebíveis de clientes suportados por precuação	2016
Bradesco S.A.	Capital de giro e investimentos	Notas Promissórias	2009
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro e investimentos	Sem garantias	2009
União dos Bancos Brasileiros S.A.	Capital de giro e investimentos	Sem garantias	2009

Como parte do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, a Ampla recebeu do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o total de R\$ 253.918.

Desse montante recebido, já foram amortizados até 31 de dezembro de 2006 R\$ 312.152 (R\$ 177.719 do principal e R\$ 134.433 de juros) e juros apropriados de R\$ 161.614 relativos à atualização pela taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia + 1%, perfazendo um saldo de R\$ 103.380 (R\$ 152.738 em 31 de dezembro de 2005).

No dia 18 de agosto de 2005, foi assinado um financiamento na modalidade FINEM junto ao BNDES para investimentos na Rede Ampla (tecnologia de combate ao furto de energia) nos anos 2005 a 2007. Até 31 de dezembro de 2006 tinha sido liberado o montante de R\$ 103.065, distribuídos em diversos períodos.

Desse montante, até 31 de dezembro de 2006 foram amortizados juros no total de R\$ 11.269 (R\$ 1.295 em 31 de dezembro de 2005), apropriados juros de R\$ 11.733 (R\$ 1.678 em 31 de dezembro de 2005) e atualização monetária de R\$ 1.955 (R\$ 524 em 31 de dezembro de 2005) pela TJLP + 6,0% a.a., perfazendo um saldo devedor de R\$ 116.753 (R\$ 58.931 em 31 de dezembro de 2005).

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No dia 3 de novembro de 2006, foi assinado outro financiamento na modalidade FINEM junto ao BNDES (CAPEX) para financiamento dos projetos de investimentos relacionados à expansão, modernização e adequação do sistema de distribuição de energia elétrica, no período de 2006 a 2008. No dia 30 de novembro de 2006 foi realizada a primeira liberação no montante de R\$ 53.327. Até 31 de dezembro de 2006, foram amortizados juros de R\$ 284 e apropriados no montante de R\$ 505 e seu capital foi corrigido monetariamente no total de R\$ 37, montando R\$ 53.585.

Os vencimentos das parcelas do não circulante (principal) têm sua curva de amortização distribuídas da seguinte forma:

	Controladora	Controladora e Consolidado
	2006	2005
2007		136.885
2008	44.120	48.119
2009	190.713	149.641
2010	105.191	161.690
2011	31.384	38.975
Após 2011	13.704	1.401
	<u>385.112</u>	<u>536.711</u>

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005.

Moeda/ Indexador	2006	2005
Selic	15,08%	19,05%
CDI	15,03%	19,00%
URTJLP	1,79%	3,59%
TR	2,04%	2,83%
Dólar	-8,66%	-11,82%
Euro	1,64%	-23,50%
Libor	5,42%	4,86%
IGP-M	3,83%	1,21%
INPC	2,81%	5,05%
TJLP	7,87%	9,75%

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. DEBÊNTURES

	Controladora	Controladora e Consolidado
	2006	2005
Passivo Circulante		
Juros	45.465	28.478
Total do passivo circulante	45.465	28.478
Passivo Não Circulante		
Principal atualizado	774.785	400.567
Total do passivo não circulante	774.785	400.567

Características das emissões:

Série	3ª emissão		4ª emissão
	1ª série	2ª série	série única
Forma e espécie	Nominativas sem Garantia nem preferência - quinqüanária	Nominativas sem Garantia nem preferência - quinqüanária	Nominativas e inscricíveis sem Garantia nem preferência - quinqüanária
Quantidade de títulos	29.000 debêntures simples referentes a 2ª emissão - 1ª série	11.000 debêntures simples referentes a 2ª emissão - 2ª série	37.000 debêntures simples referentes a 4ª emissão - série única
Valor nominal	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00
Data de emissão	01 de março de 2005	01 de março de 2005	01 de agosto de 2005
Vencimento final	01 de março de 2008	01 de março de 2010	01 de agosto de 2012
Remuneração	Taxa média DI + 1,2% a.a.	Taxa média ISM 15 + 11,4% a.a.	Taxa média DI + 0,85% a.a.
Pagamento dos juros	Semestral a partir da data de emissão	Anualidade a partir da data de emissão	Semestral a partir da data da emissão
Amortização programada	Na vencimento	Na vencimento	Em 2 parcelas iguais sendo a 1ª no final do 1º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures

Controladora.

3ª EMISSÃO

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2005, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures, que teve como objetivos o resgate parcial da 2ª emissão de debêntures (realizado em 31 de março de 2005), o financiamento dos programas de investimentos da Ampla previstos para o ano de 2005 e o pagamento de dívidas de curto prazo, sendo o eventual saldo remanescente utilizado para o reforço de capital de giro.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4ª EMISSÃO

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Companhia, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Sociedade está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações Financeiras revisadas pelos Auditores Independentes. Até 31 de dezembro de 2006, a Ampla vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

Curva de amortização do Longo Prazo das debêntures.

	2008	2010	2011	2012	Total
1ª sér.e - 3ª emissão	290 000	-	-	-	290 000
2ª sér.e - 3ª emissão	-	114 785	-	-	114 785
1ª sér.e - 4ª emissão	-	-	185 000	185 000	370 000
	<u>290 000</u>	<u>114 785</u>	<u>185 000</u>	<u>185 000</u>	<u>774 785</u>

18. FORNECEDORES

	Controladora	Controladora e Consolidado
	2006	2006
Circulante		
Suplemento de energia elétrica		
Fornas Centrais Elétricas	1 491	16 694
Itaipu (Eletrobras)	37 173	38 473
Rede Básica	13 025	14 026
CCEAR	40 089	21 200
Outros	36 114	31 448
Matérias	34 228	14 219
Serviços	5 479	71 962
Total do passivo circulante	<u>167 599</u>	<u>208 022</u>

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. CONTAS A PAGAR DE OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

	Controladora e Consolidado 2005
Operação "Swap"	11.008

A Ampla liquidou em 06 de dezembro de 2006 contratos de "swap" com o objetivo de proteção ("hedge") ao risco cambial dos passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 21.704 (vide nota 36).

20. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora 2006	Controladora e Consolidado 2005
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	254.929	40.128
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	69.048	55.472
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	26.663	14.152
Instituto nacional de seguro social - INSS	1.878	3.115
Programa de integração social - PIS	6.083	2.079
Imposto sobre serviços - ISS	1.619	1.694
Outros	3.336	2.837
Total do passivo circulante	363.554	119.477

Em 14 de dezembro de 2006, a Ampla perdeu liminar judicial no processo que lhe concedia direito de compensação integral dos prejuízos fiscais e base negativa (sem limitação de 30%). Com isso, a Companhia obteve 30 dias para o pagamento de todo o imposto de renda e contribuição social sem multa, tendo liquidado este montante em 11 de janeiro de 2007.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2006 e 2005 são apresentados a seguir:

Controladora:

	2006				
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Resultado (Despesa)
ENERGIS INTERNACIONAL S.A.					
Empréstimos e financiamentos		150.002			1.964
Diversos	-	87		3.411	323
CAM - Companhia Americana de Multiserviços S.A.					
Adiantamentos e fornecedores a pagar	2.206	-	8.294	-	2.083
SYNAPS S BRASIL S.A. - b					
Adiantamentos e fornecedores a pagar			2.350		(25.135)
ENERTRADE Comercializadora de Energia S.A. (a)					
Compra de energia	-	-	9.950	-	(51.916)
CEFL - Companhia de Interconexão Energética (a)					
Compra de energia	-	-	29.320	-	230.319
JOZ DE ROLIM (a)					
Diversos	-	685	-	-	
Outras	7	1.456	87	-	397
Total	2.212	152.243	50.001	3.411	264.777

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora e Consolidado

	2005				
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Receita - Despesa
ENERGIS INTERNACIONAL - (a)					
Emprestimos e Financiamentos	-	145.613	-	-	19.068
Queroses	-	50	-	3.735	538
CAV - Companhia Americana de Multiserviços - Fornecedores	4.491	-	1.519	-	14.772
SYNAPSIS BRASIL S.A. - (b)					
Fornecedores	-	-	1.640	-	16.278
ENERTRADE Comercializadora de Energia S.A. - (c)					
Compra de energia	-	-	10.102	-	131.311
CIEN - Companhia de Interconexão Energética - (d)					
Compra de energia	-	-	28.770	-	245.734
ENJOBSA INTERNACIONAL ENERGIA LTDA - (e)					
Emprestimos e Financiamentos	-	-	-	-	472
LUZ DE RIO LTDA - (f)					
Emprestimos e Financiamentos	-	-	-	-	11.852
Queroses	-	585	-	-	-
INVEST.LZ S.A. - (g)					
Malha	-	-	-	-	19.345
Cotras	-	268	370	-	54
Total	4.491	146.453	40.421	3.735	786.158

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições usuais de mercado, na avaliação da Administração da Ampla, conforme abaixo discriminadas.

Transações ativas

a) Enersis Internacional

Com a venda da CERJ Overseas, os contratos de mútuo que a Ampla tinha com a mesma, passaram a ser com a Enersis Internacional e tiveram a data de vencimento alterada para 06 de outubro de 2008.

Contrato de mútuo no montante de US\$ 61.622 mil à taxa de juros de 8,31% a a..

O saldo dos empréstimos passivos com a Enersis Internacional foi cindido em 29 de dezembro de 2005 (Vide nota 2)

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Transações passivas

b) CAM Brasil Multiserviços Ltda. e Synapsis Brasil S.A.

Em dezembro de 2006 a Ampla possui valores a pagar a CAM Brasil referentes aos serviços de manutenção da rede elétrica no valor de R\$ 8.254 (R\$5.519 em 31 de dezembro de 2005). No ativo circulante o montante refere-se a adiantamentos a CAM decorrentes da prestação de serviços de fiscalização de obras e recuperação de medidores no valor de R\$ 2.206 (R\$4.491 em 31 de dezembro de 2005), classificado na rubrica partes relacionadas.

Com a Synapsis a Ampla possui contratos de prestação de serviços especializados, tais como: gerenciamento de software, administração e finanças, prestação de serviços de informática, relacionados diretamente às operações da Ampla. A CAM e Synapsis são partes relacionadas da Sociedade, por fazerem parte do mesmo grupo econômico.

c) Enertrade

Refere-se ao contrato de compra de energia com início em 31 de dezembro de 2002 e término em 30 de dezembro de 2022 com preço médio homologado pela ANEEL e reajuste anual com base em 100% da variação do IGP-M. A Enertrade pertence ao grupo EDP (Eletricidade de Portugal Intern SGPS S.A) que por sua vez é acionista da Ampla, por isso é parte relacionada do Grupo Endesa.

d) Companhia de Interconexão Energética – CIEN

Contratos de compra de energia homologados pela ANEEL com início em 31 de dezembro de 2002 e término em 30 de dezembro de 2018 e 30 de dezembro de 2022. Sendo o primeiro contrato reajustado anualmente com base em 100% da variação do IGP-M e o segundo com reajuste anual com base em 25% da variação do IGP-M e 75% da variação do dólar. A CIEN é uma parte relacionada da Sociedade, por estar sujeita ao mesmo controle acionário.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e) Luz de Rio Ltda. e Endesa Internacional Energia Ltda.

Em 10 de julho de 2002, a Companhia celebrou com a Luz de Rio Ltda. e a Endesa Internacional Energia Ltda. um "Instrumento Particular de Novação, Confissão e Renegociação de Dívida" no valor de R\$ 13.300 e de R\$ 3.700 respectivamente, referentes aos juros devidos e não pagos à Luz de Rio Ltda. e à Endesa Internacional Energia Ltda. em virtude da primeira emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia. O valor devido é atualizado monetariamente pelo IGP-M e sobre ele incidem juros de 12% ao ano. Devido a desverticalização ocorrida em 29 de dezembro de 2005, conforme previsto na Lei n.º 10.848/04, os saldos referentes aos dois contratos foram transferidos para Ampla Investimentos S.A. (Vide nota 2).

O saldo de R\$ 685 refere-se a outros serviços prestados pela Luz de Rio.

f) Investluz S.A.

A Sociedade firmou dois contratos de empréstimo para a Ampla Energia e Serviços, em 27 de junho e 05 de setembro de 2003, nos montantes de R\$ 55.000 e R\$ 16.837, com vencimentos em novembro e dezembro de 2005, respectivamente. Ambos os contratos têm taxa de juros equivalente a 115% do CDI.

Em 29 de abril de 2005, a Sociedade quitou o principal e juros relacionados ao empréstimo de R\$ 55.000 e no dia 20 de dezembro de 2005 foram quitados o principal e os juros relacionados ao empréstimo de R\$ 16.837.

Ambos os contratos foram autorizados pela ANEEL através do Ofício n.º 937/2003.

22. TAXAS REGULAMENTARES

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	2006	2005
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	101	118
Quota de reserva global de reversão - RGR	2.712	2.741
Quota da conta de consumo de combustível - CCC	13.403	498
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	5.373	4.382
Total do passivo circulante	<u>21.589</u>	<u>7.649</u>

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**23. PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

Em 15 de dezembro de 2005 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 176, de 28 de novembro de 2005, esclarecendo os critérios para contabilização de recursos aplicados no Programa de Eficiência Energética - PEE e da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

• Programa de Eficiência Energética - PEE

Nos termos da Resolução acima referida, do total provisionado R\$ 35.842 (R\$ 23.839 em 31 de dezembro de 2005), a Ampla registrou em dezembro de 2005 como ajuste de exercícios anteriores no Patrimônio Líquido, o montante de R\$ 10.943 e, em 2006, o montante de R\$ 272, totalizando R\$ 10.645. Em dezembro de 2006, o montante contabilizado referente a atualização monetária pela taxa SELIC totalizava R\$ 4.608.

• Empresa de Pesquisa Energética - EPE

Nos termos da Resolução acima referida, do total provisionado R\$ 7.875 (R\$ 3.999 em 31 de dezembro de 2005), a Ampla registrou em dezembro de 2005, como ajuste de exercícios anteriores no Patrimônio Líquido, o montante de R\$ 1.681 e em 2006 ajustou o montante de R\$ 594, totalizando R\$ 2.275.

Através da Resolução Normativa nº 219 de 19 de abril de 2006 a ANEEL aprovou os critérios de contabilização dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - P&D.

• Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Nos termos da Resolução acima referida, do total provisionado R\$ 12.876 a Ampla registrou em 2006 como ajustes de exercícios anteriores no Patrimônio Líquido, o montante de R\$ 5.290 e, até dezembro de 2006, o montante de atualização monetária totalizava R\$ 908.

Em setembro de 2006, a Ampla encerrou as obras do Ciclo 2004/2005, totalizando o montante de R\$ 1.771 aplicados no programa de P&D. Esse valor foi transferido para o grupo de Obrigações Especiais.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

• Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

Nos termos da Resolução acima referida, do total provisionado R\$ 7.213, a Ampla registrou em 2006 como ajustes de exercícios anteriores no Patrimônio Líquido o montante de R\$ 1.307.

A seguir apresentamos a composição dos saldos:

	31/12/2006	31/12/2005
<u>Programa de Eficiência Energética - PEE</u>		
Ciclo 2004/2005	15.961	12.951
Ciclo 2005/2006	12.868	10.888
Ciclo 2006/2007	5.509	.
Ciclo 2007/2008	1.504	.
	<u>35.842</u>	<u>23.839</u>
<u>Empresa de Pesquisa Energética - EPE</u>		
Ciclo 2004/2005	1.822	1.821
Ciclo 2005/2006	2.200	2.178
Ciclo 2006/2007	2.965	.
Ciclo 2007/2008	888	.
	<u>7.875</u>	<u>3.999</u>
<u>Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D</u>		
Ciclo 2005/2006	4.656	.
Ciclo 2006/2007	6.415	.
Ciclo 2007/2008	1.805	.
	<u>12.876</u>	<u>.</u>
<u>Fundo Nac. de Desenv. Cient. e Tecnológico - FNDCT</u>		
Ciclo 2006/2007	5.436	.
Ciclo 2007/2008	1.777	.
	<u>7.213</u>	<u>.</u>
Total do passivo circulante	<u>63.806</u>	<u>27.838</u>

Em atendimento a Resolução Normativa nº ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005 a sociedade reconheceu o passivo referente aos valores devidos e ainda não aplicados no Programa de Eficiência Energética - PEE, desde a vigência da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000. Em decorrência do não provisionamento desses custos em exercícios anteriores, foi efetuado em 2005 o registro da provisão no montante de R\$ 27.838, tendo sido R\$ 12.624 liquidados dos efeitos fiscais (valor bruto R\$ 19.128) e R\$ 8.710 como provisão referente ao exercício de 2005.

Em 11 de abril de 2006, aprovou também o novo Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, o qual definiu o mesmo critério de reconhecimento contábil do PEE, ou seja, pela competência da receita operacional líquida (ROL). Esta alteração de critério resultou num ajuste líquido dos efeitos fiscais no montante de R\$ 7.463 (valor bruto R\$ 11.014).

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora 2005	Controladora e Consolidado 2005
Provisão de férias	10.866	9.638
13º salário	2.088	229
Total do passivo circulante	<u>12.954</u>	<u>9.867</u>

25. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora 2006	Controladora e Consolidado 2005
Circulante		
Taxa de iluminação pública	27.459	17.970
Projetos de extensão de redes	1.921	2.629
Instalação de rede provisória	1.757	1.690
Reajuste tarifário (nota 40)	-	8.613
Diversos	3.730	2.710
Total do passivo circulante	<u>34.867</u>	<u>33.612</u>

26. PARCELAMENTO ESPECIAL - LEI 10.684

Em 29 de agosto de 2003, a Ampla aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial - PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos, em 120 (cento e vinte) meses, oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Ampla, no período de outubro/96 a julho/2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Ampla, quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável.

Do montante total de R\$ 34.923, R\$ 5.305 (R\$ 4.986 em 31 de dezembro de 2005) estão classificados no passivo circulante e o valor restante, R\$ 29.618 (R\$ 32.826 em 31 de dezembro de 2005) no exigível a longo prazo.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

	Controladora			Controladora e Consolidado		
	2006			2005		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo negociado contribuições em atraso	930	352	1.282	42.645	1.210	43.861
Provisão conforme Deliberação CVM nº 371	35.608	14.443	150.051	35.608	120.094	155.702
Total	<u>36.538</u>	<u>14.795</u>	<u>151.333</u>	<u>78.253</u>	<u>121.310</u>	<u>199.563</u>

a) Fundo de pensão

A Ampla é patrocinadora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal a complementação dos benefícios previdenciários aos empregados da Ampla. A BRASILETROS adota dois tipos de Planos de Benefícios: Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido) e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Benefício Variável) - antigo Plano de Complementação de Aposentadoria - PACD, alterado com base na Resolução MPS/CGPC nº16 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, para o cálculo e acumulação dos recursos necessários ao seu plano previdenciário.

Os Planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados.

Foi adotado o método de crédito unitário projetado que reflete os benefícios de aposentadoria baseados nos serviços tanto prestados como a prestar pelos empregados na data da avaliação atuarial. Este método aloca o custo dos benefícios de aposentadoria dos empregados uniformemente (em valores absolutos ou como porcentagem de salários) durante todo o período de emprego.

O custeio dos planos é feito com base em contribuição da patrocinadora e dos participantes, conforme os percentuais, definidos no regulamento e no custeio dos planos, abaixo descritos:

l) Plano de complementação de aposentadoria - (PCA)

Patrocinadora

Contribui com 5,62% da folha de salários, dos quais 1,35% são destinados à cobertura dos benefícios e 4,27% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2006 a Ampla contribuiu com o montante de R\$ 35 (R\$ 300 em 2005) referentes a fundos de complementação de aposentadoria.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

II) Plano de aposentadoria de contribuição variável - (PACV)

Patrocinadora

Contribui com 4,28% em média, da folha de salários dos participantes ativos com base na posição de 31 de dezembro de 2006. 4,27% utilizados para cobertura das despesas administrativas e 0,01% são destinados à cobertura dos benefícios

Em 2006 a Ampla contribuiu com o montante de R\$ 3.931 (R\$ 3.112 em 2005) referentes a fundos de contribuição definida.

Participantes Ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,48% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

b) Contribuições em atraso

O contrato de consolidação de dívida foi celebrado em 19 de novembro de 1996 pela Ampla e pela Brasiletros e tem como objeto a consolidação e refinanciamento da dívida da Ampla junto a Brasiletros, relativo às contribuições mensais da patrocinadora não repassadas no período de agosto de 1987 a setembro de 1996, no montante total aproximado de R\$ 99.000, a ser paga em 120 meses, tendo 24 meses de carência, com prazo de amortização de 96 meses, em parcelas iguais, mensais e sucessivas. Sobre o montante da dívida ajustada pelo INPC incidem juros de 1% ao mês capitalizados durante o período de carência. Em garantia ao cumprimento das obrigações previstas nesse contrato, a Ampla empenhou direitos de crédito em um montante equivalente à dívida assumida. Este contrato foi quitado em outubro de 2006 pelo montante de R\$44.246.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 01 de setembro de 1998, a Ampla e a Brasileiros celebraram outro contrato de consolidação de dívida que tem como objeto a consolidação e refinanciamento da dívida da Ampla junto a Brasileiros, relativa às despesas administrativas do período de dezembro de 1994 a dezembro de 1996 e à indenização de aluguéis do período de dezembro de 1994 a maio de 1998, no montante total aproximado de R\$3.300, a serem pagas em 120 meses, sendo 24 meses de carência, com prazo de amortização de 96 meses, em parcelas com amortizações constantes, mensais e sucessivas, acrescidas de juros correspondentes ao saldo devedor. Sobre o montante da dívida ajustada pelo INPC incidem juros de 12% ao ano capitalizados durante o período de carência. Em 31 de dezembro de 2006, o montante devido é de R\$1.282 (R\$2.227 em 31 de dezembro de 2005).

Os participantes dos planos estão posicionados em 31 de dezembro, conforme quadro abaixo:

	2006	2005
Participantes ativos	1.367	1.284
Assistidos	2.351	1.928
Pensionista	653	657
Vinculados contribuintes	15	28
Vinculados não contribuintes	28	35
Total	<u>4.114</u>	<u>3.932</u>

O passivo atuarial apurado em 31 de dezembro de 2006 reflete o cálculo efetuado por atuário independente em conformidade com a deliberação CVM nº 371.

A composição da obrigação atuarial da controladora, em 31 de dezembro de 2006, é como segue:

Conciliação dos (ativos)/passivos	Planos de aposentadoria	Benefício saúde para aposentadoria	Plano de assistência médica	Total
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	480.950	126.627	67.515	655.092
Valor justo dos ativos	(367.807)	(139.952)	-	(507.759)
Passivo atuarial reconhecido	<u>93.143</u>	<u>(9.325)</u>	<u>67.515</u>	<u>151.333</u>

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação do passivo atuarial em 2006:

Reconciliação	Planos de aposentadoria	Benefício saúde para aposentadora	Plano de assistência médica	Total
Passivo reconhecido no início do ano	132.417	4.372	63.074	199.863
Despesas de 2006	13.273	1.220	7.445	21.942
Contribuições anuais da Ampla	(46.086)	(14.000)	(6.731)	(66.817)
Ganhos (Perdas) atuariais reconhecidos	(4.461)	(617)	3.723	(1.355)
Passivo atuarial reconhecido em 31/12/06	93.143	(9.325)	67.515	151.333

Movimentação do valor justo dos ativos dos Planos de Aposentadoria e Benefício
saúde para aposentadoria:

Valor Justo dos ativos no início do ano de 2006	(409.035)
Rendimento real dos ativos	(84.452)
Contribuições pagas em 2006	(87.830)
Benefícios pagos em 2006	57.564
Valor justo dos ativos do plano no final do ano de 2006	(503.753)

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Premissas	Plano de Aposentadoria de Aposentadoria (DUA)	Plano de Benefício para Aposentadoria (DUA)	Plano de Assistência Médica
Curvas de mortalidade para a população geral	12.88%	12.88%	12.88%
Curvas de longevidade para a população geral	12.88%	12.88%	12.88%
Curvas de mortalidade para a população de beneficiários	12.88%	12.88%	12.88%
Curvas de mortalidade para a população de beneficiários	12.88%	12.88%	12.88%
Curvas de mortalidade para a população de beneficiários	12.88%	12.88%	12.88%
Curvas de mortalidade para a população de beneficiários	12.88%	12.88%	12.88%
Curvas de mortalidade para a população de beneficiários	12.88%	12.88%	12.88%
Curvas de mortalidade para a população de beneficiários	12.88%	12.88%	12.88%
Curvas de mortalidade para a população de beneficiários	12.88%	12.88%	12.88%
Curvas de mortalidade para a população de beneficiários	12.88%	12.88%	12.88%

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Informações adicionais:

- (1) Os ativos do plano foram projetados de 30/11/2006 para 31/12/2006 (para o PCA e PACV).
- (2) O passivo atuarial do plano de assistência médica foi apurado em 31/12/2006.
- (3) Os dados cadastrais individuais utilizados são de 31/07/2006.
- (4) As estatísticas cadastrais apresentadas consideram o grupo familiar de beneficiários como um único benefício.
- (5) O aumento no passivo na adoção desse pronunciamento foi reconhecido integralmente.
- (6) A posição de participantes aguardando o benefício inclui os participantes com situação pendente na Brasileiros.

28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	Controladora							Controladora e Consolidada
	2006							2005
	Saldo Inicial	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferências	Saldo Atualizado	Depositos vinculados a Seguros	Provisão constituída
Contingências								
Trabalhistas	85	-	-	(17)	-	72	-	72
Diversas	581	-	-	-	560	1.130	-	1.130
Fiscais	-	-	-	(191)	-	(191)	-	(191)
Total passivo circulante	652	-	-	(178)	560	1.034	-	1.034
Trabalhistas	251.142	7.293	251.147	(10.681)	(11.622)	255.879	(10.241)	246.338
Diversas	176.375	37.597	9.645	(51.501)	7.585	231.635	(87.715)	44.470
Fiscais	269.764	35.956	46.130	(10.953)	228.817	514.123	(582)	113.547
Amort	3.800	-	1.735	(8.635)	-	-	-	-
Total do passivo não circulante	653.081	82.839	98.777	(79.769)	299.152	911.349	(107.038)	464.325

(*) O valor da provisão constituída no exercício inclui a atualização monetária destes saldos classificados na linha de despesas financeiras, líquidos dos pagamentos feitos no exercício.

A Administração da Ampla entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos assessores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

A Sociedade possui processos de naturezas tributárias, cível, trabalhista e juizado especial em andamento no montante de R\$ 663.425 (R\$ 652.704 em 31 de dezembro de 2005), cuja probabilidade de perda foi estimada como possível não estando, portanto, nenhuma provisão registrada nas demonstrações financeiras.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Causas Possíveis	
Cíveis	501.237
Trabalhistas	59.921
Pequenas causas	102.267
	<u>663.425</u>

a) Contingências trabalhistas

Refere-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, etc

b) Contingências cíveis

A situação jurídica da Ampla engloba processos de natureza cível, nos quais a Ampla é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

c) Contingências fiscais

Os litígios fiscais de maior relevância são referentes a:

- Autos de Infração de ICMS, correspondentes a fiscalização ocorrida no período de junho de 2000 a janeiro de 2002, que foram contestados pela Ampla e estão em fase de julgamento pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro;

Em julho de 2005, a Ampla recebeu da Secretaria da Receita Federal auto de infração no valor de R\$ 480.782 (processo administrativo nº 0710200.2005.00112 0). O auto de infração foi lavrado em razão da SRF entender que houve a perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os juros dos *Fixed Rate Notes* emitidos pela Ampla em 1998. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de êxito na esfera administrativa é possível, motivo pelo qual a administração optou por não contabilizar provisão para contingência em conexão com este assunto.

Em 26 de setembro de 2005, a Ampla sofreu duas autuações no valor de R\$ 80.000, representados por dois autos de infração lavrados pela Secretaria de Estado da Receita alegando ter a Companhia efetuado os recolhimentos do ICMS e do Adicional do Fundo de Combate à Pobreza, fora do prazo de pagamento instituído pelo Decreto Estadual nº 31.632/2002, sem os respectivos acréscimos legais. Os consultores legais que patrocinam esse processo, ainda em esfera administrativa, entendem que as chances de êxito são possíveis, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão para contingências relacionada a estes autos.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Autos de Infração do INSS, emitidos basicamente por exigência de encargos previdenciários por responsabilidade solidária, sobre contratação de mão-de-obra, cujos autos foram impugnados e estão em julgamento pelo INSS.

- COFINS - A Ampla possui medida judicial contra a incidência da COFINS sobre as operações de energia elétrica, tendo como argumento a imunidade tributária definida no § 3º do art. 155 da Constituição Federal/88. Com o advento da Emenda Constitucional 33/01 de 11/12/01 que modificou o texto do dispositivo constitucional citado, a Ampla passou a recolher os valores dessa contribuição, de acordo com o que dispõe a Lei 9.718/98 e a partir de fevereiro de 2004, pela alíquota de 7,6%, segundo as normas da não cumulatividade, determinadas pela Lei nº 10.833/03.

O processo judicial ingressado pela União Federal contra a Ampla, pelo não pagamento da Cofins do período de julho de 1996 a dezembro de 2001, teve no final de dezembro de 2003, mais uma decisão favorável à Ampla pelo Órgão Especial do Tribunal Federal. Devido aos êxitos anteriores e à opinião dos assessores jurídicos da Ampla da causa ter êxito possível, a Administração decidiu por não constituir provisão para contingências relacionadas a este processo judicial.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social está representado por 3.922.515.918.446 ações ordinárias, sem valor nominal, todas integralizadas que se encontram assim distribuídas:

	Número de ações ordinárias	
	31/12/2006	31/12/2005
Ações na carteira aguardando substituição por nominativas	2.628.029.096	2.643.785.631
Ações nominativas	3.319.677.920.350	3.910.872.132.815
Total:	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446

No dia 20 de abril de 2005, a Chilectra S.A. Agência Ilhas Cayman procedeu o registro da transferência de 890.338.432.196 ações ordinárias de sua propriedade e representativas do capital social da Ampla, para a Chilectra Inversud S.A. A operação não alterou o grau de dispersão das ações da Ampla negociadas no mercado, pois, tanto a alienante, quanto a adquirente, são 100% controladas pela mesma sociedade, Chilectra S.A., esta também integrante do grupo de controle da Sociedade. A operação teve por objetivo a mera reestruturação interna da acionista Chilectra S.A., não importando em alteração de controle ou da estrutura administrativa da Ampla.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 05 de dezembro de 2006, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária a Ampla Energia e Serviços realizou a redução do seu capital social pela absorção dos seus prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2005 no montante de R\$507.194, sendo assim, seu capital social passou a ser de R\$998.230 (R\$1.505.424 em 31 de dezembro de 2005).

Sua composição acionária tem a seguinte distribuição.

AÇÕES S/A	2006		2005	
	Quantidade de Ações Ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de Ações Ordinárias	% de Participação no capital
Endesa Brasil S.A.	1.929.121.933.243	48,89	1.617.271.553.840	48,77
Chesedra Inversora S.A.	904.607.526.460	21,02	890.338.432.196	21,02
Energis Agência (Antes) Energis Internacional S.A.I	536.951.267.867	13,58	549.364.585.757	13,68
Chesedra Agência S.A.	404.754.824.334	10,34	434.119.865.817	10,34
Eledrodidade de Portugal - Irmão SGPS S.A.	122.176.533.044	7,70	226.263.552.107	7,70
Endesa Internacional S.A.			68.450.000.000	1,62
Outros	14.249.193.394	0,37	15.265.521.477	0,37
TOTAL	3.922.579.814.445	100,00	4.235.166.511.194	100,00

b) Retenção de Lucros

No exercício, a Administração propôs a retenção de lucros na ordem de R\$ 198.037, para fins de aplicação sob a forma de Orçamento de Capital, nos termos do Art. 196 da Lei n.º 6404/76, sendo a parcela de R\$ 136.174 proveniente do lucro líquido do exercício e R\$ 61.863 provenientes do saldo remanescente de lucros acumulados, este orçamento de capital está sujeito a aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2007.

c) Ajustes de exercícios anteriores

A ANEEL através das Resoluções 176 e 219, de 28 de novembro de 2005 e 11 de abril de 2006, respectivamente, estabeleceram novos critérios e procedimentos para contabilização dos custos com Pesquisa & Desenvolvimento (Programa de Eficiência Energética – PEE, Pesquisa & Desenvolvimento – P&D e Empresa de Pesquisa Energética – EPE), anteriormente registrados pelo regime de caixa passando a ser reconhecidos pelo regime de competência.

O IBRACON através do Comunicado Técnico de 03/06, concluiu que os custos de exercícios anteriores seriam levados a débito da conta de lucros acumulados. A Ampla contabilizou em 31 de dezembro de 2006 o total de R\$ 7.463 (R\$ 12.624 em 2005) nesta rubrica

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, a Ampla realizou ajustes de exercícios anteriores referente a ter constituído no passado imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação de terrenos referentes aos anos de 1996 e 2000.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido pelo estatuto social da Ampla, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações

Como consequência dos resultados que a Companhia vem apresentando, a Ampla registrou em 2006 os dividendos mínimos obrigatórios como segue:

	2006
Lucro Líquido do Exercício	191.121
(-) Reserva Legal (5%)	(9.556)
Lucro Líquido Ajustado	181.565
Dividendos propostos	45.391

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

Controladora e Consolidado

	Classe de consumidores (milhões auditados)		MWh (bilhões auditados)		Valor	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Fornecimento faturado:						
Residencial	2.076.677	1.923.513	3.030.169	3.141.624	1.625.119	1.413.713
Industrial	5.075	5.369	608.813	684.807	341.569	332.119
Comércio, serviços e outras	155.154	138.138	1.812.830	1.541.808	803.078	724.318
Rural	65.353	41.456	211.474	199.571	65.907	48.753
Padrão público	11.514	10.388	375.055	414.688	123.656	149.206
Iluminação pública	184	550	375.518	274.085	104.315	85.149
Serviços públicos	905	930	277.033	278.681	70.149	30.487
	<u>2.316.247</u>	<u>2.130.283</u>	<u>7.853.685</u>	<u>8.835.183</u>	<u>3.023.632</u>	<u>2.811.805</u>
Suprimento de energia elétrica	4	8	253.923	294.395	44.103	24.016
Fornecimento não faturado	-	-	358.921	363.746	55.072	15.400
Desperdício (atrito e maior)	-	-	-	-	-	20.505
Baixa tensão	-	-	-	-	64.326	123.163
Ativo regulatório	-	-	-	-	(91.152)	94.809
Receita de uso da rede elétrica	-	-	-	-	164.011	140.035
Outras receitas	-	-	-	-	60.662	31.622
CM&	-	-	-	-	(763.165)	(730.926)
PPS	-	-	-	-	(45.185)	73.703
CONFINS	-	-	-	-	(218.641)	(121.966)
SS	-	-	-	-	11.711	(1.851)
Conta para reserva global de reversão	-	-	-	-	(34.448)	30.023
Energia de Capacidade Emergência	-	-	-	-	(659)	45.934
Total:	<u>2.316.251</u>	<u>2.130.291</u>	<u>7.871.109</u>	<u>7.481.504</u>	<u>2.208.685</u>	<u>2.745.399</u>

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

A composição do saldo é como segue:

	Controladora e Controlada	
	2009	2008
Centrais Elétricas Furnas	1529.	1.144.560.
Companhia de Interconexão Energética - CIE	230.138.	1.245.704.
Isapê Energia S/A	164.639.	1.171.520.
Rede Elétrica	118.111.	1.158.373.
Empresa Comercializadora de Energia S.A.	131.510.	131.311.
Encargos de conexão	113.540.	113.511.
OCERAS - Centrais Comerciais Energia Ambiente Regulado	226.420.	1.250.697.
Light S.A.	112.614.	160.195.
CVA Econômica	11.636.	16.395.
CVA Financeira Sobrecontratação	12.123.	9.355.
Outros	471.	11.151.
Subtotal	901.702.	11.058.522.
Encargos de uso rede de transmissão	112.769.	112.141.
Total	1.014.471.	12.170.663.

32. RESULTADO OPERACIONAL

	Controladora			Controlada e Controlada
	Custos e Despesa Operacional	Despesa com vendas	Despesa Custo e Ajustes operacionais	2008 (Reclassificação)
Resultado operacional líquido			2.206.888	1.144.359
Custo Despesa operacional:				
Reclassificação pendência jurídica	160.067.	117.513.	141.988.	1.126.741.
Matéria	13.322.	11.150.	1.247.	5.512.
Reclassificação de terceiros	157.535.	32.131.	148.171.	1.155.431.
Energia elétrica comprada para revenda	261.792.	-	1.061.732.	1.058.522.
Encargos de uso rede de transmissão	112.769.	-	112.769.	112.141.
Energia Elétrica	-	-	11.150.	-
Custo consumo de combustíveis	-	-	1.111.816.	1.056.034.
Custo de Despesa com Energia Elétrica	-	-	1.056.517.	1,051,011.
Encargos de Serviço do Sistema	-	-	140.408.	130.401.
Depreciação e amortização	174.163.	-	1,06,625.	1,124,145.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
Perda com transações operacionais	30.740.	-	1,30,740.	1,05,655.
Provisão para contingências	-	-	180.439.	1,20,662.
Taxa de localização ANEEL	-	-	1,5,212.	4,494.
Custo de venda de produtos a terceiros	12.346.	-	1,1,346.	1,010.
Outras despesas operacionais	112.759.	110.	1,05,389.	1,02,253.
Total	1.106.370.	187.663.	4,62,501.	1,805,134.
Resultado de serviços			351.332	341.265
Resultado Financeiro			(194.757)	(162.446)
Resultado de Participação em outras Sociedades			-	21.109
Resultado operacional			156.575	179.928

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição de outras despesas operacionais é como segue:

	Controladora 2006	Controladora e Consolidada 2005
Outras despesas operacionais		
Aluguéis	(4.614)	(3.427)
Ajuste de inventário	(1.209)	(553)
Doações, contribuições e subvenções	(1.064)	(1.274)
Despesas Postais	(2.569)	(1.808)
Pesquisa e desenvolvimento eficiência energética	(18.422)	(12.412)
Seguros	(1.376)	(1.549)
Tributos	(1.020)	(905)
Estagiários	(903)	(578)
Indenizações a terceiros	(230)	(767)
Publicidade e Propaganda	(2.546)	(2.131)
Publicações legais e assinaturas	(821)	(770)
Transporte próprio	(59)	(1.409)
Custas judiciais		(280)
Prorrateio	(8.179)	
Despesas gerais	(4.641)	(2.924)
Total	(48.253)	(30.767)

33. RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora 2006	Controladora e Consolidado 2005
Receitas não operacionais		
Ganho na alienação-Venda Geração	58.904	-
Aluguel	567	1.095
Atualização atuarial	5.649	7.159
Sobra no inventário de estoques	5.193	766
Outras	2.189	331
	<u>72.502</u>	<u>9.351</u>
Despesas não operacionais		
Perda na alienação/desativação de bens líquido	(22.218)	(9.729)
Perda no inventário de estoques	(2.611)	(1.220)
Danos causados por terceiros	-	(9.642)
Ajuste baixa de adiantamentos	(5.264)	-
Outras	(4.380)	(3.246)
	<u>(34.473)</u>	<u>(23.837)</u>
Total	<u>38.029</u>	<u>(14.486)</u>

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	Controladora	Controladora e Consolidado
	2006	2005
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	154.574	155.442
Efeitos fiscais à alíquota nominal (34%)	(56.155)	(56.250)
Equivalência patrimonial	-	7.177
Variação patrimonial (protocolo cisão)	-	5.285
Depreciação Lei 8.200	(623)	(819)
Outras provisões	1.854	(3.253)
Constituição de IR diferido sobre prejuízo fiscal	57.300	6.560
Constituição de CS diferida sobre base negativa	15.112	2.361
Diferença de impostos anos anteriores	(9.621)	-
Outras	(1.320)	(339)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(3.453)	(39.278)

Conforme mencionado na nota 20, a Companhia registrou em 2006, imposto de renda e contribuição social diferidos nos montantes de R\$57.300 e R\$15.112, respectivamente, referentes a perda da liminar judicial que permitia a utilização de 100% do prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido.

35. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os honorários dos administradores foram fixados pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2006, no montante global anual de até R\$ 6.000 (R\$ 4.321 em 2005). Desse total, R\$ 3.862 (R\$ 3.612 em 2005) foram apropriados em despesas gerais e administrativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

36. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2006, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é resumida como segue:

Risco	Data de vigência		Importância segurada	Prêmio
	De	Até		
Risco operacional	30/6/2006	30/6/2007	US\$ 30 milhões	US\$ 243 mil
Responsabilidade civil geral	30/6/2006	30/6/2007	US\$ 52 milhões	US\$ 763 mil

(*) Não auditado

37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CVM, por meio da Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu a divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nas demonstrações financeiras.

O negócio da Ampla compreende a distribuição de energia para os consumidores de suas áreas de concessão, portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações.

- Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo estão relacionados à recomposição tarifária extraordinária e, portanto, não estão sujeitos a ajuste a valor de mercado.
- Aplicações em fundos de curto prazo e/ou aplicações de renda fixa, se aproximam do valor de mercado.
- Os empréstimos da Ampla concentrados no curto prazo, para atendimento de seu capital de giro, aproximam-se do valor de mercado na data de balanço. Para os empréstimos e debêntures de longo prazo, por se tratarem, em sua maioria, de fontes de financiamentos específicas, o valor de mercado não foi calculado de forma a obter o valor de negociação a taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Ampla podem ser assim enumerados:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Ampla vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e as correspondentes despesas financeiras.

Para reduzir esse tipo de risco, a Ampla celebra contratos de "swap" junto a instituições financeiras (vide nota 19). Os ganhos ou perdas dessas operações estão registrados na demonstração do resultado.

A Ampla possuía registrado no seu passivo circulante – Contas a Pagar de Operações com Derivativos, até novembro de 2006, o montante referente a perdas não realizadas com contratos de "swap", resultante dos efeitos das variações entre taxas de câmbio efetiva e contratada. Seu saldo em 31 de dezembro de 2005 era de R\$11.008.

b) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Ampla vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures.

Outro risco que a Ampla enfrenta é a não-correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifas de energia elétrica não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da Ampla.

c) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Ampla vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Ampla tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Ampla, para refletir possíveis riscos de realização das contas a receber (vide nota 7).

d) Valor de mercado

O valor de mercado dos contratos de "swap" em 31 de dezembro de 2005, os quais estavam relacionados aos contratos de empréstimos em moeda estrangeira (vide nota 16), representavam um passivo no montante de R\$1.469, que foi calculado através da expectativa de taxas futuras, diferindo assim, do valor contábil.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor de mercado dos contratos de "swaps" foi determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxas de juros disponíveis

Os valores de mercado são calculados em um momento específico com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias, portanto as estimativas indicadas não representam necessariamente valores de realização a mercado. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

38. PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA

A Ampla solicitou à ANEEL, por meio da Carta nº 262/Diretoria de Regulação/05 de 03 de novembro de 2005, a alteração da data do reajuste tarifário anual previsto no Contrato de Concessão nº 005/96, de 31 de dezembro para 15 de março de 2006. Sendo esta solicitação aprovada através da Resolução Autorizativa nº 364 de 28 de novembro de 2005, a data do reajuste tarifário foi prorrogada para 15 de março de 2006

Através da Resolução Homologatória nº 298 de 13 de março de 2006, a ANEEL concedeu um reajuste médio da tarifa vigente a partir do dia 15 de março de 2006 de 2,9%, sendo composto de:

- Índice de Reajuste Tarifário (IRT): 1,9%
- Compensação do saldo da CVA: 8,11%
- Retirada do Pis/Cofins da tarifa - 5,1%

Assim, as tarifas da Ampla passam a não considerar os tributos Pis/Cofins, sendo os mesmos aplicados no momento da emissão da fatura, de acordo com a regulamentação e legislação vigente, a exemplo de como já ocorre com o ICMS.

39. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE (NÃO AUDITADO)

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2.306/2004 - SFF/ANEEL, de 24/12/2004, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

Em atendimento ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL, apresenta-se as demonstrações dos resultados de atividades de geração, distribuição e Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e Consolidado:

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, em milhões expressos em reais)

	Controladora		
	2006		
	Distribuição		
	Geração	Comercialização	Não Vinculadas
			Total
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica			
Consumidores, concessionários e permissionários	-	1.224.444	1.224.444
Fornecimento não faturado	-	23.376	23.376
Aluguel de terra	-	31.376	31.376
Aluguel de instalações	-	1.011.190	1,011,190
Suprimento de energia elétrica	-	11.760	11,760
Receita de uso da rede elétrica	-	164.000	164,000
Outras receitas	-	62.662	62,662
		3.264.152	3,264,152
Deduções à receita operacional			
CVG	-	1.782.168	1,782,168
PIS	-	121.368	121,368
COFINS	-	1.218.000	1,218,000
SS	-	11.111	11,111
Grua para reserva global de reversão	-	131.110	131,110
Encargos de capacidade energética	-	230	230
	-	3.083.757	3,083,757
Receita operacional líquida	-	2.200.895	2,200,895
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda	-	1.000.700	1,000,700
Encargos de uso da rede de transmissão	-	113.969	113,969
CUSTO DE GERERAÇÃO			
Pessoal	1.547	1.551.111	1,552,658
Entidade de província privada	23	13,028	36
Manutenção	-	13,022	3,022
Serviços de terceiros	1	1.571.827	1,572,828
Depreciação e amortização	1	1.114.189	1,115,190
Outras	-	112.181	112,181
Custos dos Serviços Prestados a Terceiros	-	12,469	12,469
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	16251	902.117	903,432
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	-	13,119	13,119
Despesas gerais e administrativas	1.572	1.267.000	1,268,572
Ganho com venda de contabilidade	-	111.800	111,800
Ganho de Desenvolvimento Energético	-	1.555.111	1,555,111
Encargo de serviços do Sistema	-	113,008	113,008
Taxa de fiscalização ANEEL	16	13,119	29
Depreciação e amortização	21	1.571.827	1,571,848
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	611.111	611,111
Perda com títulos negociáveis	-	1.116.681	1,116,681
Outras	108	12,469	12,577
	1.7071	3.549.4531	3,551,1601
RESULTADO DO SERVIÇO	11111	1.551.111	1,552,292
RECEITAS - DESPESAS FINANCEIRAS			

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS ENCLOSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Em milhares de reais, exceto onde especificado em contrário em milhões de reais, expressos em reais)

	Controladora			
	2006			
	Operação	Comercialização	Não Vinculadas	Total
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS				
Renda de aplicações financeiras	17	5.113,3	-	5.113,3
Acréscimo monetário em conta de energia	-	4.750,0	-	4.750,0
Encargos de juros	-	(2.034,88)	-	(2.034,88)
Variações monetárias e cambiais com empresas relacionadas	-	25	12.754	12.779
Variações monetárias diversas	-	(1.326,7)	-	(1.326,7)
Atualização de ativo regulatório	-	27.163	-	27.163
Encargos sobre debêntures	14	(80.122)	2.155	(77.967)
Renda líquida em operações com derivativos	15	(1.100,3)	-	(1.100,3)
Encargos financeiros de obrigações com empresas relacionadas	-	-	(5.000)	(5.000)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	16	3.600,0	7	3.607
	37,35	159.624	150	158.851,5
RESULTADO OPERACIONAL	(1.645,5)	159.624	150	158.028,5
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	68,25	13,577	-	81,827
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(2)	(1.116,9)	-	(1.118,9)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	57.253	157.524	150	157.927
Contribuição social	-	(18.033)	-	(18.033)
Imposto de renda	-	(18.244)	-	(18.244)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	52.019	-	52.019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	57.253	131.256	150	158.659
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO				158,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305 0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SOE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES - Encargo para Correspondência com a Companhia	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	8
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	10
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2005	11
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004	12
12	01	PARCELOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESERVA	13
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	14
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	36-89

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	33.050.071/0001-58
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO		2 - BAIRRO OU DISTRITO		
Praça Leoni Ramos nº 1		São Domingos		
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF		
24240-200	Niterói	RJ		
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFAX
21	2613-7783	2613-7035	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
21	2613-7123	-	-	
15 - E-MAIL				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Luz Carlos Laurens O. de Belencourt				
2 - ENDEREÇO COMPLETO		3 - BAIRRO OU DISTRITO		
Praça Leoni Ramos nº 1		São Domingos		
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO	6 - UF		
24420-200	Niterói	RJ		
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFAX
21	2613-7031	2613-7000	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
21	2613-7199	-	-	
16 - E-MAIL				
lbelencourt@ampla.com				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2007	31/12/2007
2 - Penúltimo	01/01/2006	31/12/2006
3 - Antepenúltimo	01/01/2005	31/12/2005
4 - NOME RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM
Deloitte Touche Tohmatsu		00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
José Carlos Monteiro		443.201.918-20

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00305-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	3 - CNPJ 33.050.071/0001-58
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Quantidade de Ações (Mil)	1 31/12/2007	2 31/12/2006	3 31/12/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	3.922.515.918	3.922.515.918	3.922.515.918
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	3.922.515.918	3.922.515.918	3.922.515.918
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE FUNÇÃO Operacional
3 - NACIONALIDADE EXERCITANTE AÇÃO NA F.O. Estrangeira
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Produção, distribuição e comércio de energia elétrica
6 - TIPO DE CONSELHO GERAL Não Prescrito

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - VALOR DO PROVENTO	6 - ESPECÍFICAÇÃO DA CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO
----------	--------------	---------------	--------------	-----------------------	-------------------------------------	--------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 25/03/2008	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	03.050.071/0001-58

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	4.608.813	4.354.685	4.039.643
1.01	Ativo Circulante	1.522.073	1.220.525	1.052.704
1.01.01	Disponibilidades	494.270	144.118	133.357
1.01.01.01	Numeração disponível	72.913	11.542	133.764
1.01.01.02	Aplicações financeiras	393.297	72.634	19.603
1.01.02	Créditos	1.047.440	1.064.869	921.304
1.01.02.01	Clientes	639.135	978.657	730.432
1.01.02.01.01	Consumidores, concessionários e permissos	807.459	746.674	754.260
1.01.02.01.02	Prova para resolução de dúvidas	178.270	121.970	132.213
1.01.02.01.03	Ativos regulatórios	234.160	259.021	266.636
1.01.02.01.04	Rendimentos a receber	43.444	63.683	79.158
1.01.02.01.05	Investimentos diversos	18.542	25.279	18.487
1.01.02.02	Créditos Diversos	393.305	226.032	160.771
1.01.02.02.01	Partes relacionadas	1.520	2.212	4.491
1.01.02.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais devidas	59.013	58.898	57.383
1.01.02.02.03	Impostos a compensar	148.156	154.651	76.897
1.01.03	Estoques	5.613	4.078	3.700
1.01.04	Outros	4.750	6.777	4.435
1.01.04.01	Despesas antecipadas	6.750	6.777	4.435
1.02	Ativo Não Circulante	3.086.740	3.134.160	2.986.939
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	722.699	948.927	916.863
1.02.01.01	Créditos Diversos	581.034	667.606	764.456
1.02.01.01.01	Ativos regulatórios	144.447	170.670	167.345
1.02.01.01.02	Impostos a compensar	52.616	50.610	40.814
1.02.01.01.03	Imposto de renda e contribuições sociais devidas	383.971	421.376	366.297
1.02.01.01.04	Consumos e revendas	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	139.243	152.255	149.253
1.02.01.02.01	Com Controladas e Equiparadas	139.243	152.255	149.253
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	2.632	2.768	3.354
1.02.01.03.01	Despesas antecipadas	2.632	2.768	3.354
1.02.02	Ativo Permanente	2.364.041	2.335.442	2.070.076
1.02.02.01	Investimentos	1.505	1.477	911
1.02.02.01.01	Participações Controladas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Controladas/Equiparadas - Agro	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Agro	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	1.505	1.477	911
1.02.02.02	Imobilizado	2.362.540	2.281.448	2.029.887
1.02.02.03	Intangível	62.210	56.597	39.283

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3-01-12/2007	4-01-12/2008	5-01-12/2009
1020204	Diferença	1.281	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	4.608.813	4.354.685	4.039.643
2.01	Passivo Circulante	1.123.409	1.074.320	905.440
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	109.629	21.008	117.865
2.01.01.01	Principal	97.403	24.432	51.304
2.01.01.02	Encargo de dividendos	26.420	2.672	26.660
2.01.02	Debêntures	3.519.981	45.408	36.418
2.01.03	Fornecedores	155.732	167.693	226.302
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	100.415	363.634	119.477
2.01.05	Tributos a Pagar	30.416	41.391	0
2.01.06	Provisões	1.115	1.041	650
2.01.06.01	Provisão para contingências	1.115	1.041	650
2.01.07	Dívidas com Pessoas ligadas	31.312	50.031	48.401
2.01.08	Outros	344.633	373.660	394.447
2.01.08.01	Fórmula de pagamento	9.689	14.672	10.840
2.01.08.02	Passivos regulatórios	1.004.617	1.000.117	198.544
2.01.08.03	Obrigações com beneficiários pós-emprego	13.467	16.638	76.263
2.01.08.04	Ocorrências com derivativos	0	0	11.208
2.01.08.05	Parcelamento especial - Lei 10.854	5.952	5.339	4.565
2.01.08.06	Taxas regulamentares	13.529	21.689	7.649
2.01.08.07	Imposto de renda e contrib social diferidos	7.611	7.611	4.038
2.01.08.08	Energia e Pessoa Física Energética	64.446	93.693	27.835
2.01.08.09	Obrigações estimadas	10.815	12.634	9.867
2.01.08.10	Outras obrigações	43.112	34.867	23.011
2.02	Passivo Não Circulante	2.103.361	1.855.401	1.642.543
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.103.361	1.855.401	1.642.543
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	843.011	383.113	526.711
2.02.01.02	Debêntures	493.598	774.785	420.567
2.02.01.03	Provisões	413.115	404.205	549.826
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	413.115	404.205	549.826
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas ligadas	2.826	3.411	3.735
2.02.01.05	Ajustamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	204.012	287.788	102.104
2.02.01.06.01	Passivos regulatórios	52.701	43.601	63.776
2.02.01.06.02	Parcelamento especial - Lei 10.854	27.784	29.018	32.828
2.02.01.06.03	Obrigações com beneficiários pós-emprego	135.454	114.795	121.310
2.02.01.06.04	Imposto de renda e contrib social diferidos	38.021	64.550	133.794
2.02.01.06.05	Outras obrigações	250	24	398
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	1.582.047	1.465.168	1.291.760
2.04.01	Capital Social Realizado	898.230	888.230	1.100.424
2.04.02	Reservas de Capital	23.254	23.254	23.254

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CVM	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2.04.03	Reservas de Realização	222.706	236.091	269.716
2.04.03.01	Ativos Permanentes	222.706	236.091	269.716
2.04.03.02	Controladas/Controladas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	337.847	257.509	0
2.04.04.01	Legal	17.203	9.556	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	320.644	247.953	0
2.04.04.06	Exercícios em Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	(507.194)
2.04.06	Agiamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	03.050.071/0001-58

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006 a 31/12/2007	4 - 31/12/2006 a 31/12/2006	5 - 31/12/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e de Serviços	3.291.385	3.294.152	3.095.738
3.01.01	Consumidores, concessionários e permi-	3.142.218	3.023.930	2.811.803
3.01.02	Fornecimento não faturado	1.165	39.000	11.400
3.01.03	Devolução taxa a maior	0	0	29.504
3.01.04	Barra mentes	90.553	54.126	121.163
3.01.05	Ativa regulatória	183.344	211.100	184.608
3.01.06	Suprimento de energia elétrica	45.438	44.793	24.316
3.01.07	Receita de uso de rede elétrica	151.949	154.911	165.036
3.01.08	Outras receitas	48.111	87.902	31.627
3.02	Devoluções da Receita Bruta	1.254.669	1.087.297	1.540.335
3.02.01	ICMS	636.818	767.185	1.250.629
3.02.02	PIS	140.754	148.785	123.703
3.02.03	COFINS	194.319	128.641	110.190
3.02.04	IR	1.977	11.711	1.891
3.02.05	Conta para reserva global de reversão	126.558	134.445	131.173
3.02.06	Encargo de capacidade emergencial	0	359	145.934
3.02.07	Subvenções COC / CDE	149.161	0	0
3.02.08	Pesquisa e Desenvolvimento Elétrico Energético	121.343	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e de Serviços	2.036.696	2.206.855	2.166.399
3.04	Costo de Bens e de Serviços Vendidos	1.110.214	1.305.573	1.300.870
3.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	1.004.203	1.011.752	1.058.523
3.04.02	Encargos de uso de rede de transmissão	112.760	112.369	112.141
3.04.03	Pessoas	187.811	177.051	120.208
3.04.04	Entidade de provisão privada	3.435	13.051	1.844
3.04.05	Materiais	5.964	13.072	11.192
3.04.06	Serviços de terceiros	181.459	187.876	158.076
3.04.07	Depreciação e amortização	126.592	1134.163	1.117.621
3.04.08	Outras	16.573	112.754	114.192
3.04.09	Costo dos serviços prestados a terceiros	1390	12.595	11.879
3.05	Resultado Bruto	897.490	901.492	845.406
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	547.201	744.947	680.418
3.06.01	Com Vendas	141.010	150.115	170.941
3.06.02	Gerais e Administrativas	261.191	499.241	467.582
3.06.02.01	Despesas gerais e administrativas	111.350	207.176	151.185
3.06.02.02	Conta consumo de combustível	0	111.816	193.694
3.06.02.03	Conta desenvolvimento energético	0	38.612	183.281
3.06.02.04	Encargo de serviços do sistema	115.453	140.408	133.401
3.06.02.05	Taxa de fiscalização ANEEL	5.143	15.212	14.494
3.06.02.06	Depreciação e amortização	5.577	15.686	18.027
3.06.02.07	Provisão para liquidação e perda acobrada	185.551	185.140	181.148
3.06.02.08	Outras	1146	12.611	15.530

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CVM/CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - Descrição	2 - Descrição	3-31/12/2007 a 11/12/2007	4-31/12/2006 a 31/12/2006	5-31/12/2005 a 31/12/2005
3.05.03	Finanças	256.800	1.194.787	(167.448)
3.05.03.01	Receitas Financeiras	72.131	170.533	126.977
3.05.03.02	Despesas Financeiras	(230.651)	(196.470)	(191.473)
3.05.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.05.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.05.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	31.109
3.07	Resultado Operacional	262.479	155.545	179.528
3.08	Resultado Não Operacional	(26.721)	18.029	(14.485)
3.08.01	Receitas	3.394	0	0
3.08.02	Despesas	(32.115)	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	233.758	164.574	165.043
3.10	Provisão para R.R. Contribuição Social	(40.501)	(38.172)	(43.177)
3.10.01	Imposto de Renda	(29.760)	(48.239)	(26.620)
3.10.02	Contribuição social	(10.801)	(10.035)	(16.507)
3.11	R. Calculado	(29.846)	8.1619	849
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Lucros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Lucro/Prejuízo do Período	193.257	134.411	115.114
	NUMERO AÇÕES EXERCESOURARIA M.I	3.922.515.916	3.922.515.918	3.922.515.918
	LUCRO POR AÇÃO - Realiz	0.00004	0.00005	0.00003
	PREJUÍZO POR AÇÃO - Realiz			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	03.050.071/0001-58

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - ORIGEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	1.272.376	1.212.109	1.247.859
4.01.01	Das Operações	423.289	459.021	266.016
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	158.131	181.121	135.114
4.01.01.02	Variação não financeira Cap. Circulante	275.058	278.900	130.902
4.01.01.02.01	Depreciação/amortização	132.169	140.629	124.443
4.01.01.02.02	Variação cambial e monet. de longo prazo	27.888	14.110	135.118
4.01.01.02.03	Provisão para contingências	24.920	60.633	23.652
4.01.01.02.04	Variação provis. prazos no longo prazo	16.620	53.465	29.032
4.01.01.02.05	Gestão de bens baseados no ativo imob.	8.073	27.218	0.729
4.01.01.02.06	Re e Contribuição social - Jifer das	46.751	62.819	9.079
4.01.01.02.07	Obrigações com beneficiários dos empregos	4.329	15.849	27.156
4.01.01.02.08	Imprestos antecipados	439	1.538	5.287
4.01.01.02.09	Provisão para contingência IFR e C5	0	9.621	0
4.01.01.02.10	Resultado da participação societária	0	0	121.105
4.01.01.02.11	Resultado - Emissão Energética	0	0	119.178
4.01.01.02.12	Amortização das despesas diferidas	219	0	0
4.01.02	Das Receitas	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	650.087	762.034	1.021.640
4.01.03.01	Obrigações vinculadas à concessão	43.258	22.735	17.043
4.01.03.02	Transf. de longo prazo - ativo financeiro	121.222	202.318	85.208
4.01.03.03	Redução de receita de longo prazo	3.227	2.445	49.015
4.01.03.04	Emissão de debêntures	0	370.030	420.000
4.01.03.05	Empréstimos obtidos	548.629	170.333	483.004
4.01.03.06	Transf. para o circulante no longo prazo	0	0	41.705
4.01.03.07	Efeitos - juros da dívida	0	0	34.893
4.01.03.08	Transf. passivo circulante p/ longo prazo	0	0	0
4.01.03.09	Outras	33.281	54.153	2
4.01.03.10	Parcelamento de REFIN	2.250	0	0
4.02	Apl. de Recursos	1.017.012	1.213.109	951.420
4.02.01	Monetização de longo prazo	45.169	53.672	37.276
4.02.02	Monetização	413.542	407.134	437.350
4.02.03	Transf. de longo prazo - passivo financeiro	412.138	351.214	380.343
4.02.04	Redução de exigível de longo prazo	62.628	113.163	126.637
4.02.05	Dividendos recebidos	38.416	45.391	0
4.02.06	Monetização	0	0	0
4.02.07	Outras aplicações	13.751	5.475	6.130
4.02.08	Imposto judicial	0	0	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	252.464	17.054	239.660
4.04	Variação do Ativo Circulante	301.553	167.616	166.077
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	1.212.109	1.030.404	888.827
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	1.522.073	1.220.622	1.052.754

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - PERÍODO	2 - DESCRIÇÃO	3-01/01/2007 a 31/12/2007	4-01/01/2008 a 31/12/2008	5-01/01/2009 a 31/12/2009
4.01	Variação do Passivo Circulante	49.089	158.682	(123.603)
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	1.074.320	905.440	1.029.043
4.05.02	Passivo Circulante no Fim do Período	1.123.409	1.064.122	905.440

01.01 - IDENTIFICAÇÃO		01.01.01 - IDENTIFICAÇÃO	
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	01.01.01.01 - IDENTIFICAÇÃO	01.01.01.01.01 - IDENTIFICAÇÃO
			00305-0

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)							
1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REVALORAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÍQUIDO	7 - RESERVAS DE JUROS E ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	928.250	23.214	232.071	20.143	0	1.403.678
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	451	451
5.02.01	Ajuste de 11.406.980 FCF e FCF	0	0	0	0	451	451
5.03	Amortização do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Reserva de Reservas	0	0	13.365	0	13.365	0
5.04.01	Reserva de Reservas de Reservas	0	0	13.365	0	13.365	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucros e Prejuízos do Período	0	0	0	0	153.031	153.031
5.07	Reservas	0	0	0	1.097.571	1.097.571	2.195.141
5.07.01	Reserva Integral	0	0	0	1.097.571	1.097.571	2.195.141
5.07.02	Reserva de Retenção de Ações	0	0	0	1.097.571	1.097.571	2.195.141
5.07.03	Outras Reservas	0	0	0	0	153.031	153.031
5.08	Outras	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	928.250	23.214	222.706	13.367	0	1.562.237

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CVM
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPÍTUL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÍQUIDO	7 - EXERCÍCIOS PREJUIZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	1.125.424	23.214	269.778	0	150.714	1.751.262
5.02	Ajustes do Exercício Anterior	0	0	3.621	0	3.441	33.119
5.02.01	Reclassificação de Reservas Internas	0	0	3.621	0	4.050	33.119
5.02.02	Transferência de Energia e F&D	0	0	0	0	17.467	17.467
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	1507.134	0	0	0	507.164	0
5.03.01	Aplicação de Capital Próprio	1507.134	0	0	0	107.164	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	157.305	0	55.305	0
5.04.01	Realização da Reserva de Retenção	0	0	157.305	0	55.305	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Transferência de Previdência	0	0	0	0	191.121	191.121
5.07	Destacamentos	0	0	0	207.553	1262.534	45.331
5.07.01	Reserva Injeção	0	0	0	0	9.556	0
5.07.02	Reserva de Retenção de Ações	0	0	0	207.553	1156.234	0
5.07.03	Diferenças de Avaliação	0	0	0	0	143.391	45.331
5.08	Outras	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	658.232	23.214	276.091	207.553	0	1.485.169

01.01 - IDENTIFICAÇÃO					
1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL			3 - CVM	
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A			33 CSC 0710001-58	

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)						
1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REVALUAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÍQUIDO	7 - LÍQUIDOS PREJUIZOS E ACUMULAÇÕES
5.01	Balço Inicial	1.026.424	23.438	262.075	0	1.791.941
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	1.230.000	234	0	0	1.230.234
5.03.01	Emissão geral	1.230.000	0	0	0	1.230.000
5.03.02	Capitalização de empréstimos e juros	0	234	0	0	234
5.04	Retenção em reservas	0	0	116.263	0	116.263
5.04.01	Resolução da Assembleia de Ações	0	0	116.263	0	116.263
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0
5.06	Indicação para distribuição	0	0	0	0	126.164
5.07	Previdências	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	12.624
5.08.01	Ajuste Patrimonial Energético	0	0	0	0	12.624
5.09	Balço Final	1.026.424	23.438	262.075	0	1.791.941

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Ampla Energia e Serviços S.A

1. Examinamos o balanço patrimonial da **AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**, em 31 de dezembro de 2007 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A., em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

- 4 Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo. As informações suplementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, referentes ao balanço social e as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão sendo apresentadas para propiciar informação adicional sobre a Sociedade, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras. Essas demonstrações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 5 As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes que sobre elas emitiram parecer sem ressalvas, datado de 23 de janeiro de 2007.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2008

A G N CANARIM
Auditores Associados
CRC-RJ-003 003 O-5

Érico L. Canarim
Sócio-Responsável
Contador-CRC-RJ-037 512 O-3

(Firma-membro da AGN International Ltd.)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2007 foi de renovação para a Ampla. Com o pensamento no futuro, adotamos o Plano Atitude Ampla, que marca uma nova etapa em nossa trajetória e orientará nossa estratégia de atuação em meio aos desafios e oportunidades que surgirão nos próximos anos.

O Plano Atitude Ampla substitui o Plano de Transformação, que nos guiou entre 2004 e 2006, e traça os caminhos para nos tomarmos uma empresa de soluções integradas, em 2010. Desenvolvido a partir das perspectivas Colaboradores, Clientes e Acionistas – que representam nossas partes interessadas –, o plano foi composto por metas estabelecidas em 14 objetivos estratégicos para o ano de 2007.

Ao final do período, comprovamos o quanto a Ampla tem força e potencial para lutar pelos melhores resultados, que geram valor para a Empresa e para todos os seus públicos. Comemoramos conquistas importantes, como o menor índice de perdas dos últimos sete anos – taxa de 19,91%, ante 23,64% em 2003 -- e o melhor resultado no índice de adimplência dos últimos anos, de 99,18%.

Nosso compromisso em combater o furto de energia vem sendo reforçado ano a ano, com a combinação de modernos processos de gestão, programas sociais e tecnologias de ponta. Destaques nesse sentido são iniciativas como os Projetos Integrals, o Ampla Chip, o Sentinela e ainda máquinas antifurto para grandes clientes. Se alinham também programas que permitiram efficientizar 20.927 residências e projetos socioambientais que beneficiaram 424 mil pessoas.

Em 2007, o Ampla Chip – hoje presente na casa de quase 300 mil clientes – foi considerado uma das dez maiores inovações brasileiras da última década, de acordo com pesquisa da revista *Exame* e consultoria Monitor – que avaliou 228 projetos apresentados por mais de cem empresas brasileiras e multinacionais. Tal reconhecimento, assim como os diversos prêmios nacionais e internacionais que recebemos ao longo do tempo e também em 2007, nos orgulha e motiva a continuar buscando sempre as melhores soluções para todos os nossos clientes.

Acompanhando o volume de recursos aplicados nos dois anos anteriores, investimos R\$ 427 milhões em 2007, sendo 42% desse valor direcionado para o combate às perdas, 37% para atender ao crescimento do mercado e 15% à melhoria da qualidade do fornecimento de energia. Entre outras iniciativas, os investimentos incluíram três novas subestações – nos municípios de Campos, Maricá e Paraty, beneficiando 71 mil clientes – e reformas nos pólos operacionais.

Distribuímos 7.563 MWh de energia, acréscimo de 3,53% em relação a 2006. Avançamos também nos principais indicadores que medem a qualidade de serviços: o DEC (Duração das Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência das interrupções), que foram de 14,47 e 10,64, respectivamente, sendo 13% e 8% menores que no ano anterior. Os consumidores residenciais – que somam 90% do total de clientes – tiveram, em média, redução de 5% na tarifa de energia em 2007. Apesar do reajuste tarifário anual de 1,9%, fixado pela Aneel em março, a redução para a classe residencial foi possível graças à redução dos custos com compra e transporte de energia e dos encargos setoriais e, ainda, à baixa inflação no período.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A receita operacional líquida evoluiu 7% em comparação a 2006 e totalizou R\$ 2.1 bilhões. O lucro líquido foi de R\$ 153 milhões, ante R\$ 191 milhões no ano anterior, cabendo ressaltar que o resultado de 2006 fora positivamente impactado em R\$ 38 milhões pelo evento não-recorrente da venda dos ativos de geração. Já o EBITDA atingiu R\$ 651 milhões, 32% a mais do que o registrado em 2006. Pela primeira vez a Ampla realizou o pagamento de dividendos aos acionistas, no total de R\$ 45 milhões.

Características como inovação, competência técnica, força da nossa marca e alinhamento com as estratégias do Grupo Endesa foram, sem dúvida, alguns dos fatores determinantes para os resultados do ano. Mas nada disso seria possível sem a criatividade e o empenho de nossos 8,6 mil colaboradores, sejam eles funcionários diretos ou parceiros. Graças ao engajamento da nossa força de trabalho chegamos ao patamar onde estamos e será com o apoio dela que seguiremos nossa trajetória de conquistas.

E foi justamente por acreditar e apostar em nosso time que tivemos uma das maiores alegrias do ano, com a inclusão entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil do *Guia Exame-Você S/A*.

Registramos também vitórias importantes na área de segurança, reflexo do compromisso em promover um ambiente de trabalho seguro e saudável e do início do processo de certificação da norma de Segurança e Saúde ocupacional OHSAS 18001. Alcançamos os melhores resultados dos últimos três anos, com redução nas taxas de gravidade (46%) e de frequência de acidentes (23%), comparadas a 2006.

Orientada pelos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável, nossa estratégia é permeada por preocupações sociais e ambientais, pela convicção de que não somos apenas uma distribuidora de energia, mas uma empresa de relacionamento com todos os seus públicos. Tais compromissos são baseados na adesão da Ampla (e demais empresas da Endesa Brasil), em 2005, ao Pacto Global das Nações Unidas. Em 2007, os projetos socioambientais nas comunidades – entre eles, Luz para Todos, Universalização e Eficiência Energética – receberam recursos de mais de R\$ 76 milhões e beneficiaram 424 mil pessoas.

Temos como desafios futuros manter colaboradores motivados, comprometidos e capacitados, reforçar nosso compromisso com a qualidade do serviço e com o desenvolvimento da sociedade nos locais onde atuamos, e consolidar nosso equilíbrio econômico. Nesse contexto, crescer de forma sustentável é imprescindível. Por isso, em nosso plano estratégico para 2008, adicionamos a nova perspectiva Sociedade as três já existentes - Colaboradores, Clientes e Acionistas. Com certeza, reforçará ainda mais a atitude que assumimos perante as pessoas, o meio ambiente e o futuro.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SETOR ELÉTRICO

Regulação

O ano de 2007 foi marcado por importantes definições regulatórias no Setor de Energia Elétrica Nacional, com destaque para o início da Audiência Pública 052/2007 que tem como objetivo obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da Resolução Normativa ANEEL nº 234/2006. Essa Resolução estabelece conceitos, metodologia e procedimentos para o segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das distribuidoras de energia elétrica e está relacionada, entre outros temas, à Empresa de Referência, Fator X, Perdas Técnicas, Perdas Não-Técnicas, Receitas Inrecuperáveis e Base de Remuneração. A Ampla tem participado ativamente com sugestões para aprimorar essas metodologias.

Medição Eletrônica

Outro importante marco foi a aprovação pela ANEEL da resolução normativa nº 292, de 04/12/2007, que regulamenta em definitivo, e para todo o País, a medição eletrônica externa.

De acordo com a Portaria Inmetro 371, de 28 de setembro de 2007, torna-se necessária a instalação de terminais de consulta individuais e a aprovação dos modelos de medidores de acordo com os critérios determinados pelo Inmetro, permanecendo suspensas as instalações de novos medidores. As unidades consumidoras cujos medidores já foram instalados estão recebendo os mostradores individuais e sendo faturadas de acordo com o prazo de adequação estabelecido na Portaria Inmetro 378, de 16 de outubro de 2007, o qual terminará em abril de 2008.

Leilões de Energia

Ao longo de 2007, foram realizados oito leilões de energia. A Ampla adquiriu um total de 143.629 MW médios, sendo 6,299 MW médios para o início do suprimento a partir de 2010 e o restante a partir de 2012.

Tarifa

O reajuste tarifário anual da Ampla, ocorrido em março de 2007, definiu um índice médio de aumento de 1,9% para as tarifas. Considerando a diminuição dos custos com a compra e o transporte de energia, a redução de encargos setoriais e, ainda, a baixa inflação no período, as tarifas foram reduzidas em média 4%, sendo que o consumidor residencial percebeu em média um reajuste de -5%. A Parcela B da tarifa, que é composta pelos custos gerenciáveis pela distribuidora, como, por exemplo, a remuneração dos ativos, teve um aumento médio de 9,6%.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Subsidio do Programa de Baixa Renda

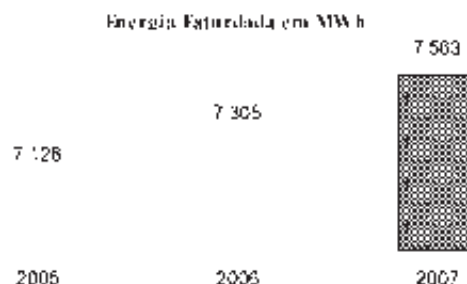
O programa de Baixa Renda foi criado pelo Governo Federal visando oferecer uma tarifa reduzida aos clientes em condição socioeconômica desfavorável. De acordo com a Lei 10.438/02, e suas diversas resoluções, as distribuidoras cadastram tais consumidores, faturam seus consumos com tarifa reduzida, conforme homologação da ANEEL, e recebem um subsidio mensal do Governo Federal. Na região de atuação da Ampla, enquadram-se nessa categoria 708 mil domicílios.

Em 20 de dezembro de 2007, foi aberta a Audiência Pública 053/2007 com o objetivo de aprimorar as alterações das resoluções de números 456, 485 e 089, relacionadas ao programa. Uma das principais mudanças é o fato de que a concessão do benefício da tarifa social para novos consumidores, bem como a sua manutenção para os já existentes, fica condicionada à apresentação do documento de Cadastro de Pessoa Física – CPF.

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Evolução do Mercado de Distribuição de Energia

O total de energia elétrica faturada pela Ampla em 2007 atingiu 7.563 MWh, em comparação a 7.305 MWh faturados no ano anterior, representando um acréscimo de 3,53%, conforme detalhado a seguir:



Evolução do Número de Clientes

A classe de consumo residencial representa 90% do total de consumidores, 45% da demanda em MWh e é responsável por 46% da receita bruta da Ampla.

A composição dos clientes por classe de consumo e a evolução do faturamento de clientes em reais estavam assim compostas em 2007:

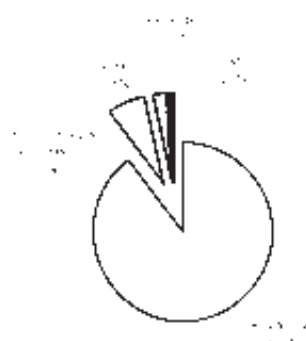
00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

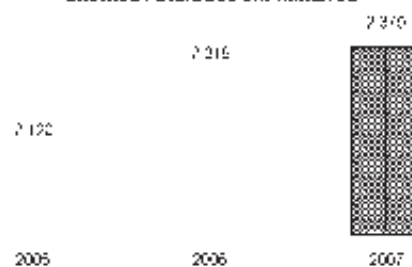
33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Participação por Classe de Consumo - 2007



Clientes Faturados em Milhares



00305-0

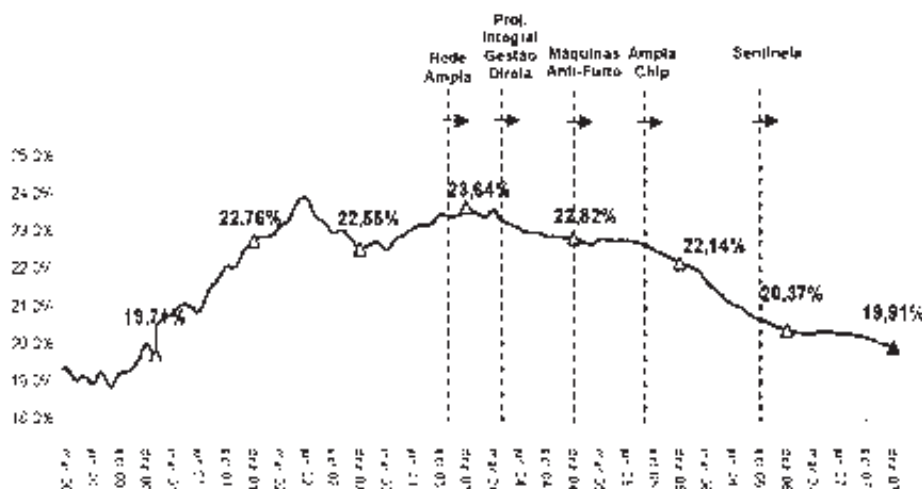
AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Controle de Perdas

Em 2007, a Ampla reafirmou o seu compromisso com o combate ao furto de energia e encerrou o exercício com o índice de perdas igual a 19,91%, o que significou uma redução de 0,45p.p., em relação a 2006, e o menor índice de perdas dos últimos sete anos.



Esse resultado foi alcançado com a utilização de modernos processos de gestão aliada ao uso de tecnologias de ponta, com destaque para os Projetos Integrais, Rede Ampla, Ampla Chip, Sentinela e Máquinas Antifurto para grandes clientes.

A utilização de tecnologias inovadoras, bem como a capacidade de superar desafios, foi reconhecida nos dois últimos anos pela conquista de diversos prêmios nacionais e internacionais, com destaque para:

- Revista Exame – As 10 maiores inovações brasileiras da última década (Ampla Chip)



Revista EXAME
10 maiores inovações brasileiras da última
década (Ampla Chip)

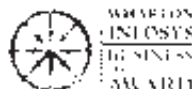
00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- Prêmio Transformação de Negócios Wharton – Infosys 2007, da Wharton Business School.



WHARTON BUSINESS SCHOOL Prêmio Transformação de Negócios Wharton - Infosys 2007

- Prêmio APEX de Soluções Inovadoras e Uso de Novas Tecnologias, recebido durante o VIII Seminário Nacional de Telecomunicações da APTEL – Associação de Empresas Proprietárias de Infra-estrutura e de Sistemas Privados de Telecomunicações.



APEX – Soluções Inovadoras e o Uso de Novas Tecnologias VII Seminário Nacional de Telecomunicações da APTEL

- Prêmio "Metering Awards Program", concedido pela Automatic Meter Reading Association (AMRA), na categoria de "Melhor Iniciativa Internacional de Medição".

Nashville – October, 2006



METERING AWARDS PROGRAM Primer Lugar en la categoría "Mejor Iniciativa Internacional de Medición"

- Prêmio 'Value Chain Awards', da revista M2M.

San Antonio – June, 2008



M2M MAGAZINE Premio Value Chain Awards

Em dezembro de 2007, a Ampla possuía 447.468 clientes conectados à Rede Ampla, dos quais 343.937 com medição eletrônica instalada. O Ampla Chip, tecnologia que utiliza a medição eletrônica como base para todo o seu processo de funcionamento, possui como objetivo principal reduzir as perdas de energia, além de agregar valor às atividades de leitura, corte e religação, que passam a ser realizadas automaticamente via telefonia celular.

Em 2007, 298.693 clientes foram faturados por intermédio do Ampla Chip, com incremento de faturamento de 50 KWh/cliente por mês. Os clientes conectados a esse sistema passaram a contar com as seguintes vantagens: possibilidade de energia pré-paga, conta detalhada com consumo diário, Ampla Chat e previsão de consumo informada pelo celular.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Outro importante projeto inovador no combate ao furto de energia é o de Máquinas Antifurto para clientes de média tensão. Trata-se de um conjunto de medição que consiste em uma caixa blindada e encapsulada, na qual estão instalados transformadores de potência e corrente. Embarcados no conjunto de medição estão, também, a chave de aferição, o medidor eletrônico e a telemetria, responsável pela transmissão via celular dos dados de medição de energia para a central de controle da Ampla. Até dezembro de 2007, foram instaladas 4.741 Máquinas Antifurto, o que proporcionou um ganho médio de aproximadamente 2,6 MWh/cliente por mês.

O Sentinela é a mais uma inovação no combate ao furto de energia aplicada aos maiores clientes do grupo B. Consiste em um sistema de medição individualizado, com telemetria, concebido em caixa metálica instalada na ponta da cruzeta, próxima à rede de média tensão e com tranca especial para impossibilitar a sua abertura por pessoas não autorizadas. Em 2007, foram instaladas 325 Sentinelas, gerando um ganho médio próximo a 1,8 MWh/cliente por mês.

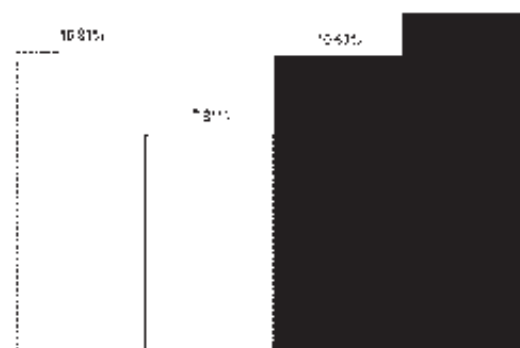
Os Projetos Integrais de São Gonçalo, Magé, Ilaborai e Duque de Caxias (áreas que representam 42% das perdas totais da Empresa) utilizam de forma massiva essas tecnologias e apresentam os melhores resultados no combate às perdas.

Projetos Integrais	Perdas Dez 2006	Perdas Dez 2007	Varição
Magé	28,13%	22,45%	-5,68p.p.
São Gonçalo	28,36%	26,09%	-2,26p.p.
Ilaborai	38,26%	36,12%	-2,14p.p.
Duque de Caxias	40,76%	39,23%	-1,53p.p.

Perdas IAM - Taxa Anual Móvel

Faturamento e arrecadação também evoluíram de forma positiva nas áreas dos Projetos Integrais:

Variação do Faturamento nas Áreas de Projetos Integrais
Grupo B Acumulado 12 Meses (2007 Vs. 2006)



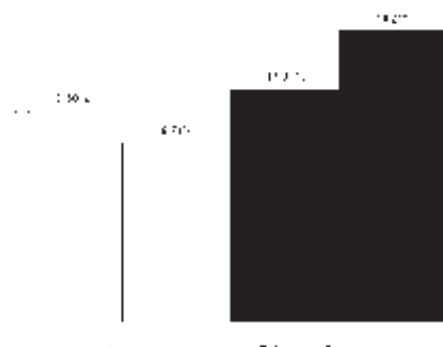
Variação da Arrecadação nas Áreas de Projetos Integrais
Grupo B Acumulado 12 Meses (2007 Vs. 2006)

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



O furto de energia tem forte variável socioeconômica. Dessa forma, a Empresa ampliou a abrangência das suas ações sociais em comunidades de baixa renda, incentivando projetos para a geração de renda, educação para o uso eficiente de energia e conscientização em relação a questões ambientais, éticas e de cidadania, que já beneficiaram mais de 200 mil pessoas.

Além das ações educativas, com o objetivo de reduzir o consumo dos clientes, foram trocadas 286.073 lâmpadas por fluorescentes compactas (menor demanda de energia em 75%), substituídas 670 geladeiras deterioradas por novas, mais econômicas e menos prejudiciais ao meio ambiente, e renovadas gratuitamente as instalações elétricas de 41 mil residências.

A utilização eficiente das tecnologias de rede e de medição e a gestão dos Projetos Integrals são potencializadas pela intervenção social, que busca quebrar a cultura do furto a partir do trabalho educativo com fundamentos éticos e da apresentação de alternativas concretas à barreira da baixa renda. Com isso, pretende-se tornar a tecnologia socialmente integrada e contínua, fazendo-a compreendida e aceita, e buscar o desenvolvimento mútuo e sustentável.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Qualidade no Fornecimento

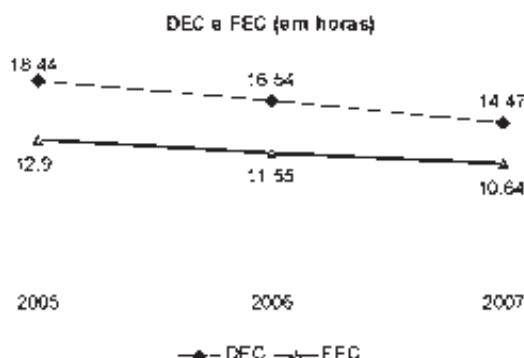
Os principais indicadores que medem a qualidade do sistema elétrico, DEC (Duração das Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência das interrupções), foram afetados por eventos externos à rede de distribuição da Ampla e, portanto, não-gerenciáveis pela Empresa. Apesar desses eventos, a Ampla conseguiu importantes reduções desses indicadores em relação aos anos anteriores.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Atendimento ao Cliente

O tempo médio de atendimento de emergência foi de 98,58 minutos em 2007, em comparação a 85,74 em 2006. O índice de ligações não atendidas pela central de relacionamento foi reduzido de 4,45% em 2006 para 3,20% em 2007.

A Ampla mantém uma rede de atendimento com canais de relacionamento compatíveis com as exigências específicas de cada segmento, garantindo a qualidade necessária no uso dos serviços de energia elétrica. São 52 agências comerciais em diferentes cidades e 145 postos de teleatendimento na Central de Relacionamento. Em 2007, as agências foram modernizadas e ganharam novo conceito, promovendo maior transparência no atendimento ao cliente. O novo layout permite que o consumidor e o atendente fiquem lado a lado, podendo visualizar os dados no computador. Para dar ainda mais conforto, o cliente pode escolher o horário que deseja ser atendido.

Arrecadação

A arrecadação em 2007 foi superior em 6,0% em relação ao ano anterior, sendo os principais motivos o aumento do faturamento, as melhorias implantadas na gestão de cobrança que atingiu o melhor índice de adimplência da história da Empresa, com 99,18%, e as operações mais eficientes por meio da Gestão Direta e do Ampla Chip.

Investimentos

Os investimentos de R\$ 427 milhões, realizados em 2007, acompanharam o volume de investimentos dos dois anos anteriores, possibilitados por ajustes financeiros internos refletidos em melhor fluxo de caixa. No triênio 2005-2007, a Ampla investiu aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, um volume 106% maior que no triênio anterior (2002-2004) quando foram investidos R\$ 631 milhões.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2007, o volume total de investimentos realizados superou o montante total de R\$ 392 milhões previsto no Orçamento de Capital aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2007. Os principais projetos de investimentos realizados foram:

Redução de Perdas

a) Rede Ampla: Foi investido em projetos relativos à Rede Ampla, em 2007, um total de R\$ 109,3 milhões. Deste total, R\$ 33,4 milhões foram destinados à construção da Rede Ampla, outros R\$ 20,4 milhões à conexão de clientes à Rede Ampla e R\$ 43,8 milhões à instalação de medidores eletrônicos em clientes já conectados à Rede Ampla. Em manutenção da Rede Ampla foram gastos R\$ 9,4 milhões de reais em 2007.

b) Normalizações: Em 2007, as normalizações somaram R\$ 64,7 milhões, sendo R\$ 27,2 milhões em normalizações comuns, R\$ 25,0 milhões em grandes clientes, R\$ 8,0 milhões em Projetos Integrais e R\$ 4,5 milhões em Sentinelas.

c) Outros: Demais projetos relacionados à redução de perdas, entre eles gestão de medidores e selos, medidores pré-pagos e sistemas, totalizaram R\$ 6,6 milhões em 2007.

Demanda

Os investimentos em demanda em 2007 somaram R\$ 29,2 milhões. Em 2006 esses investimentos foram de R\$ 22,5 milhões.

Novas Ligações

Os investimentos em novas ligações somaram, em 2007, R\$ 61,9 milhões. Em 2006, haviam sido de R\$ 55,7 milhões.

Extensão de Redes (Novas Conexões)

a) Luz Para Todos: Foram conectados 2.270 clientes a um custo total de R\$ 20,2 milhões. Em 2006 foram conectados 2.669 clientes.

b) Obras Pagas: Foram executados 1.056 projetos a um custo total de R\$ 16,3 milhões em 2007. Em 2006 foram executados 1.020 projetos.

c) Universalização: Foram conectados 17.092 clientes a um custo total de R\$ 54,7 milhões em 2007. Em 2006 foram conectados 14.074 clientes.

Qualidade

Os investimentos em qualidade, em 2007, atingiram R\$ 65,5 milhões, contra R\$ 47,1 milhões em 2006.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Programa de Eficiência Energética

Os projetos de eficiência energética visam eliminar o desperdício de energia por meio de ações técnicas e conscientização da população. A Ampla também favorece a sociedade com projetos que reduzem os custos com energia elétrica para instituições sem fins lucrativos. Os gastos nesse segmento representam 0,5% da Receita Operacional Líquida apurada, de acordo com os dispositivos da Lei 9.991/2000 e a Resolução Normativa ANEEL 176/2005 (atual Resolução nº 300/2008). Em 2007, a Empresa destinou R\$ 11,5 milhões para Projetos de Eficiência Energética.

Desse montante, merecem destaque os projetos realizados em comunidades de baixo poder aquisitivo, que totalizaram aproximadamente R\$ 9,0 milhões e beneficiaram em torno de 55 mil clientes em áreas carentes dos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Magé e Duque de Caxias.

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

Mantendo a diretriz de atender sempre aos interesses da sociedade, dos acionistas e dos consumidores, foram desenvolvidos pela Ampla, em 2007, 25 projetos de P&D no valor total de R\$ 3 milhões, sendo os de maior destaque aqueles relacionados ao combate ao furto de energia, ao mapeamento de tempestades severas com dados de satélite e o robô para inspeção subaquática.

COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dentro da política de sustentabilidade da Ampla a empresa apresentou importantes resultados e reconhecimentos. Recebeu o Prêmio Fundação COGE de Ações de Responsabilidade Social com o Programa de Voluntariado Compartilhar, o Certificado de Empresa Cidadã e o selo de Empresa Amiga da Criança da Fundação Abrinq. O Relatório de Sustentabilidade 2006, no modelo GRI, recebeu da ONU o selo de "Notável" para descrever as práticas referentes ao Cumprimento do Pacto Global.

Na gestão ambiental, foi firmado convênio com o Ministério do Meio Ambiente para a retirada do gás CFC das geladeiras que são trocadas por meio do programa de eficiência energética, cumprindo o protocolo de Montreal. Mais 18 áreas da empresa foram certificadas pela ISO 14001 e a Ampla destinou adequadamente sete toneladas de pilhas e baterias coletadas entre colaboradores e clientes.

Os projetos socioambientais da empresa beneficiaram 424 mil pessoas em 2007, incluindo as ações de eficiência energética. Esse programa, voltado para a comunidade e clientes, tem o objetivo de educar para o consumo consciente de energia e recursos naturais, além de contribuir para a construção da cidadania por meio da educação e da cultura, proporcionando geração de renda e estimulando desenvolvimento local sustentável.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Ampla reafirma seu compromisso de buscar o alinhamento dos interesses de todos os acionistas, seu comprometimento com a ética, a competitividade e a excelência em todas as suas ações, de forma a garantir o melhor retorno aos acionistas, agregar valor a seu patrimônio e remunerar o seu capital. Em 2007, a Empresa deu continuidade à consolidação de várias ações no contexto de Governança Corporativa, destacando-se a adequação à Lei Sarbanes-Oxley.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores

A melhoria dos indicadores econômico-financeiros reflete o sucesso dos investimentos realizados e a maior eficiência operacional alcançada pela Empresa em 2007. A receita operacional líquida cresceu 7% se comparada ao ano anterior, enquanto que o EBITDA atingiu R\$ 651 milhões, 32% a mais do que o registrado em 2006.

O lucro líquido atingiu R\$ 153 milhões no ano ante R\$ 191 milhões em 2006. Cabe ressaltar, no entanto, que o resultado de 2006 fora positivamente impactado em R\$ 38 milhões pelo evento não-recorrente da venda dos ativos de geração. Esse impacto se reflete em todos os indicadores relacionados ao lucro líquido.

Pela primeira vez desde a privatização em 1996, foram pagos, em 2007, dividendos aos acionistas no total de R\$ 45 milhões.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dados Econômicos Financeiros - (R\$ Mil.)	2003	2004	2005	2006	2007
Receita Operacional Bruta	277.156	258.790	308.738	278.112	329.138
Receita Operacional Líquida (ROL)	152.348	142.586	214.358	184.832	217.038
EBITDA*	173.060	302.007	430.922	492.131	551.448
Resultado de Serviço	15.914	24.641	34.326	25.332	27.218
Resultado Financeiro	144.212	237.151	182.469	194.797	228.950
Lucro Líquido (LL)	15.339	32.130	125.164	191.121	151.331
Ativo Total (AT)	4.250.012	4.504.011	4.038.643	4.344.009	4.809.013
Dívida Bruta	1.977.038	1.972.582	1.964.148	1.232.971	1.531.020
Dívida líquida*	1.966.473	1.501.131	971.392	1.038.736	1.336.730
Patrimônio líquido	2.283.479	2.992.879	2.067.245	3.105.156	3.272.283
Indicadores de Rentabilidade					
Retorno sobre Investimento (ROAT)	1,63%	0,74%	3,17%	4,31%	3,10%
Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROLPL)	21,38%	2,50%	6,17%	12,04%	9,08%
Indicadores Econômicos Financeiros					
Margem EBITDA/EBITDAHO*	11,75%	10,95%	21,08%	24,90%	20,02%
Margem Bruta/Resultado do Serviço (ROL)	1,04%	1,58%	1,58%	1,37%	1,42%
Margem Líquida/Lucro Líquido (ROL)	4,50%	1,88%	5,88%	9,07%	7,21%
Cobertura de Juros	0,7	1,7	2,7	2,5	2,5
Dívida líquida/EBITDA	11	4	2	2	2
Alavancagem					
Alavancagem patrimonial (Alavancagem Patrimonial)	0,122	0,148	0,305	0,374	0,400
Alavancagem operacional (Alavancagem Operacional)	0,130	0,205	0,310	0,330	0,290

* EBITDA = Receita Operacional Bruta menos Depreciação e Amortização.
* EBITDAHO = EBITDA menos Imposto de Renda e Contribuição Social.
* EBITDAHO = EBITDAHO menos Depreciação e Amortização.
* EBITDAHO = EBITDAHO menos Depreciação e Amortização.
* EBITDAHO = EBITDAHO menos Depreciação e Amortização.
* EBITDAHO = EBITDAHO menos Depreciação e Amortização.
* EBITDAHO = EBITDAHO menos Depreciação e Amortização.
* EBITDAHO = EBITDAHO menos Depreciação e Amortização.

Ebitda

Lucro líquido	153.331
Mais	
Resultado financeiro líquido	258.800
Imposto de renda e contribuição social	80.427
Depreciação e amortização	132.169
Resultado não operacional líquido	26.721
Ebitda _{PL}	651.448

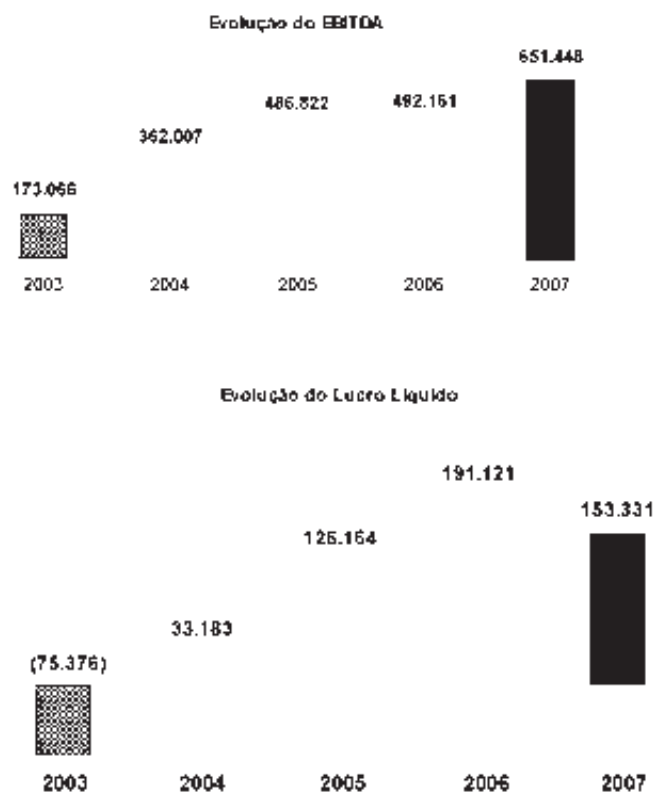
EBITDA representa o lucro operacional líquido mais despesas financeiras líquidas, contribuição social e imposto de renda, depreciação e amortização e resultado não operacional líquido. O EBITDA não deve ser considerado como uma alternativa para o lucro líquido líquido como indicador de nosso desempenho operacional ou futuro de caixa como indicador de liquidez. A administração da Companhia acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de desempenho da Companhia que é vastamente adotado pelos investidores e analistas para avaliar o desempenho da Companhia e compará-lo com outras companhias. Ao fazer tais comparações, no entanto, deve-se ter em mente que o EBITDA não é uma medida reconhecida segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e que pode ser definido e calculado de forma diversa por companhias diferentes.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



GESTÃO JURÍDICA

Em 2007, a Ampla deu continuidade ao trabalho preventivo focado no encerramento das demandas judiciais já existentes e na origem dos questionamentos que possam gerar novas causas, visando diminuir o número de ações judiciais movidas contra a Empresa. Os esforços concentrados geraram redução de 17% no número de processos ingressados nos Juizados Especiais Cíveis em relação ao ano anterior.

A Empresa obteve ainda resultados positivos na defesa de ações em que figurava como ré, com destaque para as cassações de liminares contra o corte de energia, obtidas por prefeituras municipais e clientes comerciais, o que contribuiu para a sua maior adimplência na história.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Outros trabalhos de grande repercussão no ano foram: o resultado favorável em todas as ações individuais movidas contra o projeto da medição eletrônica aprovado pela Aneel (Ampla Chip) e o maior êxito nos processos encerrados, o que evitou maiores desembolsos de caixa.

RECURSOS HUMANOS

A Ampla encerrou 2007 com 8.652 colaboradores, sendo 1.385 empregados e 7.267 parceiros. Pela natureza operacional da empresa, 75% dos cargos são ocupados por homens e 25% por mulheres. No ano, teve uma importante conquista: foi eleita uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com o Guia Exame-Você S.A.

Perfil dos empregados

Descrição	2007	2006
Empregados	1.385	1.413
Parceiros	7.267	6.934
Faixa etária média	36 anos	36 anos
Ensino superior	44,33%	40,80%
Ensino médio	40,87%	52,20%
Sexo masculino	75%	76,00%
Tempo médio de trabalho na empresa	9 anos	9 anos

A Ampla mantém uma boa relação com os sindicatos, tendo como prática a interlocução transparente com essas entidades. Atualmente, todos os funcionários da empresa estão cobertos por acordos coletivos celebrados com três sindicatos: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Niterói, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense e Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro.

Planos de ação desenvolvidos pela Empresa para a melhoria dos processos de compensação e benefícios, desenvolvimento profissional, valores praticados, estilo de direção, organização, relacionamento entre as áreas, entre outros, refletiram positivamente, mais uma vez, na pesquisa de clima laboral que mostrou um aumento de satisfação dos empregados de 84% em 2005 para 91% em 2006. O resultado da pesquisa de clima de 2007, realizada em dezembro do ano passado, será divulgado no primeiro trimestre de 2008.

Em 2007, foram investidos R\$ 2,6 milhões em atividades de qualificação profissional, proporcionando 188.381 horas de treinamento, o que representa média de 135h/empregado.

Descrição	2007	2006
Investimento em capacitação - MR\$	2.612	4.183
Horas de treinamento	188.381	216.632
Média de horas por empregado	135 horas	156 horas

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Política de Formação Profissional

A Ampla mantém uma política de Educação, Treinamento e Desenvolvimento que visa à qualificação, à formação e ao desenvolvimento dos profissionais para prover a organização dos conhecimentos necessários à viabilização de sua estratégia.

O Mapa de Carreira é o instrumento utilizado para identificar as lacunas de competências técnicas e comportamentais, requeridas para função/área e que devem ser desenvolvidas nos colaboradores e/ou nas equipes.

A busca de conhecimento é constantemente incentivada pela Empresa e são colocadas à disposição dos gestores diversas ferramentas para esse fim, desde ações individualizadas até programas corporativos. Destacam-se os programas: *Coaching*, Projeto Sombra, Diretores no Campo, Diretoria Itinerante, Programa Boas-Vindas, Encontro de Diretivos, *Job Rotation*, Semear Talentos (Programa de Estágio), Capacitação Profissional e Treinamento, Programa de Liderança, Oficinas de Carreira e Recrutamento Interno.

Descrição	2007	2008
Número de vagas	119	231
% recrutamento interno	60%	41%

Benefícios

A Ampla oferece um pacote de benefícios compatível com o mercado para todos os seus colaboradores, além de beneficiar especialmente aqueles que ocupam cargos estratégicos. Entre os benefícios, estão: Assistência Médica e Odontológica, Assistência Social, Auxílio-Creche e para Pais Portadores de Necessidades Especiais, Seguro de Vida, Assistência Funeral, Vale-Alimentação/Refeição e Transporte, Plano de Previdência Privada, Complemento Salarial e Empréstimos.

A Fundação Ampla de Seguridade Social (Brasileiros), entidade fechada de previdência complementar, da qual a Ampla é a principal patrocinadora, encerrou o exercício de 2007 com 4.109 participantes.

Saúde e Qualidade de Vida

Para preservar e garantir a qualidade de vida dos seus empregados, a Ampla também desenvolveu o Programa Bem Viver, cujo objetivo é incentivar o cuidado com a saúde, a prática de atividades físicas, a dedicação à família e aos amigos, ou seja, cultivar o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. Entre seus principais projetos, estão: Semana Vida Mais Ampla, Programa Nutrir, Clube Ampla Vantagem, Jogos Ampla, Cine Ampla, Ampla em Família, Orientando o Futuro, Ambiente Livre do Tabaco, Papai Noel Voluntário, Datas Especiais, Gestaçao Saúde, Doação de Sangue, Festa de Aniversário da Marca, Festa de Fim do Ano, Jogos Ampla, Espaço Bem Viver, Visita da Assistente Social e Kit Escolar.

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Segurança no Trabalho

Em 2007, a Ampla registrou o seu melhor resultado nos indicadores de gravidade e frequência de acidentes dos últimos três anos. As taxas de frequência e de gravidade de acidentes apresentaram, respectivamente, reduções de 23% e 46% em relação a 2006.

Com foco na segurança do trabalho, a Ampla iniciou em 2007 o processo de certificação baseada nos requisitos da norma de Segurança e Saúde Ocupacional - OHSAS 18001, sendo concluído e validado por uma certificadora externa em 2008.

RELAÇIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam os de auditoria externa, a Ampla informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2007, pelos auditores independentes AGN Canarim Auditores Associados, foram os relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pela confiança depositada e apoio a esta administração e, em especial, expressamos o nosso reconhecimento aos nossos colaboradores, pelo apoio, empenho e comprometimento na execução dos objetivos da Ampla em 2007.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Mario Fernando de Melo Santos

Vice-Presidente

Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque

Gonzalo Carbó de Haya

Martin Serrano Spoerer

Eduardo dos Santos Machado

Christián Herrera Fernandez

Luiz Felipe Palmeira Lamprea

Nelson Ribas Visconti

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Cristián Eduardo Ferro Montes

**Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores**

Luiz Carlos Laurens O.de Bettencourt

Diretor Técnico

Albino Motta da Cruz

Diretor de Relações Institucionais

André Moragas da Costa

Diretor de Regulação

José Alves de Mello Franco

Diretora Jurídica

Déborah Meirelles Rosa Brasil

Diretor de Recursos Humanos

Carlos Ewandro Naegele Moreira

Diretor Comercial

Luciano Alberto Galasso Samara

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Valores em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)**

1. Contexto operacional

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla" ou "Sociedade") é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica. A Ampla tem por objetivo explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético. Em 9 de dezembro de 1996 foi assinado, junto ao Poder Concedente o Contrato de Concessão nº 005/96, com prazo de 30 anos, expirando-se em dezembro de 2026. Nesse contrato foram definidas as áreas de distribuição de energia a serem atendidas pela Sociedade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com as normas específicas, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O despacho ANEEL nº 3.073 de 28 de dezembro de 2006, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2007, determinou que as concessionárias procedessem a alterações na contabilização das obrigações vinculadas à concessão passando a ser amortizadas a partir da 2ª revisão tarifária. Além disso, as naturezas de gastos relativas ao Programa de Eficiência Energética - PEE, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Conta Consumo de Combustível - CCC e Pesquisa e Desenvolvimento passaram a ser classificadas como deduções da receita bruta.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram reclassificadas, quando aplicável, para permitir melhores condições de comparabilidade com o padrão de apresentação adotado nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, conforme abaixo relacionado.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

<u>Demonstração do Resultado</u>	2006	
	<u>Publicado</u>	<u>Reclassificado</u>
Deduções à receita operacional:		
Subvenções CCC - CDE	-	(200.428)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-	(21.602)
Receitas (despesas) operacionais:		
Subvenções CCC - CDE	(200.428)	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(21.602)	-
Despesas gerais e administrativas	(8.179)	-
Custo do serviço de energia elétrica:		
Energia elétrica comprada para revenda	-	(8.179)
	<u>(230.209)</u>	<u>(230.209)</u>

<u>Demonstração do Resultado</u>	2006	
	<u>Publicado</u>	<u>Reclassificado</u>
Receitas (despesas) financeiras		
Acréscimo moratório em conta de energia	37.569	32.481
Encargos de dívidas	(203.088)	(171.972)
Variações monetárias diversas	(6.262)	(24.443)
Atualização do ativo regulatório	27.403	66.485
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	39.705	(7.224)
	<u>(104.673)</u>	<u>(104.673)</u>

3. **Sumário das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

- (a) Aplicações financeiras - Os fundos de investimento possuem liquidez diária e têm seus ativos valorizados a seus respectivos valores de mercado, conforme instruções do Banco Central do Brasil.
- (b) Consumidores, concessionários e permissionários - Incluem os créditos faturados a consumidores finais e concessionários revendedores, bem como a receita referente a energia consumida e não faturada, os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até as datas dos balanços, contabilizados pelo regime de competência.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - clientes - Calculada com base nos critérios determinados pela ANEEL, em valor considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e para os saldos dos clientes das demais classes vencidos há mais de 360 dias (tais como entidades do setor público), conforme determinado no manual de contabilidade do setor elétrico.
- (d) Estoques - Os materiais em estoques, de operação e manutenção, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a projetos, contabilizados no ativo imobilizado estão avaliados ao custo médio de aquisição, deduzidos por provisões para perdas, quando aplicável.
- (e) Ativos e passivos regulatórios - Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.
- (f) Despesas antecipadas - Referem-se a dispêndios com a contratação de seguros e gastos com emissão de debêntures cuja amortização é registrada de forma linear, no prazo de liquidação das obrigações que as originaram (vide nota 11).
- (g) Imobilizado - Está composto pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido das depreciações acumuladas e ajustado por reavaliação periódica nos termos da Deliberação CVM nº 288/98, com base em laudos emitidos por peritos avaliadores independentes. A depreciação é calculada pelo método linear em conformidade com as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL. Os juros e demais encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram registrados nesse subgrupo como custo, até 30 de junho de 2003. Adicionalmente, os gastos de administração geral são apropriados, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, em até 10% dos dispêndios diretos com pessoal.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (h) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - São calculados e registrados com base nas alíquotas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência. Os impostos diferidos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no ativo e ajustados ao seu valor provável de recuperação com base nas projeções de resultados fiscais suficientes para a utilização daqueles ativos.
- (i) Obrigações com benefícios pós-emprego - Consistem no passivo atuarial relativo a plano de previdência complementar e plano médico dos empregados, registrado em regime de competência, com base em avaliação efetuada por atuário independente, em conformidade com a Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, que estabeleceram as normas para contabilização de benefícios pós-emprego concedidos a empregados.
- (j) Obrigações vinculadas à concessão - Referem-se aos recursos de participação financeira dos consumidores e da União e de doações e subvenções para investimentos, aplicados na expansão do serviço público de energia elétrica. Estas obrigações são apresentadas nas demonstrações financeiras como redução do ativo imobilizado.
- (k) Provisões para contingências - São reconhecidas mediante avaliação dos riscos em processo cuja probabilidade de perda é provável e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre o processo existentes na data do balanço.
- (l) Atualizações monetárias de direitos e obrigações - Os direitos e obrigações sujeitos a variação monetária e cambial, por força contratual ou dispositivo legal, estão atualizados até as datas dos balanços. Os passivos em moeda estrangeira são convertidos para reais em função da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil, em cada data-base apresentada.
- (m) Estimativas - A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetem os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para contingências e planos de aposentadoria e pensão;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Comercialização de energia no âmbito da CCEE;
- Ativo regulatório - Reposicionamento tarifário

(n) Apuração do resultado - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

4. Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras referem-se em sua maioria a fundos de renda fixa FIF, havendo ainda certificados de depósitos bancários - CDB. As aplicações estão vinculadas as seguintes instituições:

Instituição	2007	2006
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	57.091	23.759
Banco Bradesco S.A.	38.765	21.080
Banco Itaú S.A.	127.258	11.287
Banco Votorantim S.A.	10.095	5.037
Banco Alfa S.A.	-	10.068
Caixa Econômica Federal	5.245	-
HSBC Bank Brasil S.A.	148.936	-
Banco Pactual S.A.	5.388	252
Outras instituições	519	1.151
Total de aplicações financeiras	393.297	72.634

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. Consumidores, concessionários e permissionários

	Vencíveis	Vencíveis a 60 dias	Vencíveis a mais de 60 dias	Total	
				2007	2006
Ativo circulante					
Reserva I	6.660	7.013	13.333	26.986	26.978
Previdência	36.228	7.764	21.267	75.259	67.911
Contratos	18.514	24.877	6.176	49.567	11.873
RCLF	3.381	2.733	24.966	31.080	24.646
Provisão pública	11.657	8.764	7.658	28.079	107.110
Reserva pública	13.122	12.009	36.378	61.509	12.813
Reserva pública	4.003	321	14.366	22.690	21.068
Reserva	1.169	-	-	1.169	6.507
Subtotal	125.624	150.821	128.700	405.145	375.722
Ativo não circulante					
Ativo não circulante				133.006	133.187
Ativo não circulante				47.048	11.577
Ativo não circulante				11.583	11.111
Ativo não circulante				8.328	120.116
Ativo não circulante				6.133	11.32
Ativo não circulante				110.531	120.866
Total de consumidores, concessionários e permissionários				567.181	597.571
Total líquido de consumidores, concessionários e permissionários				126.270	126.270
Total líquido de consumidores, concessionários e permissionários				412.886	471.301

(a) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores referentes ao ano de 2006, foram registrados com base na contabilização oficial disponibilizada pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (instituição que sucedeu o MAF). Esses valores foram liquidados regularmente nas datas previstas pela CCEE. Esta obteve de Auditores Independentes os certificados de conformidade dos valores decorrentes da liquidação financeira, que consistem em verificar a regularidade do processo quanto à correção dos valores efetivamente liquidados entre os agentes de mercado no âmbito da CCEE e quanto a adequação dos procedimentos empregados na liquidação financeira às disposições legais, regulamentares e determinações judiciais aplicáveis na data da liquidação. Do saldo total a receber em 31 de dezembro de 2007, R\$1.317 estão relacionados aos agentes que ingressaram com medidas judiciais para discussão dos valores firmados pela CCEE.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Consumidores de baixa renda

	2007	2006
Consumidores de baixa renda	480.232	386.679
Recebimentos	(447.580)	(355.798)
Provisão	(51.000)	(51.000)
Total da ativa circulante	(18.348)	(20.119)

O Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, permitiu ao Governo Federal ampliar o enquadramento na subclasse residencial baixa renda, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, o qual havia sido inicialmente definido como unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, em consonância com a Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002. Este subsídio está sendo custeado com recursos financeiros oriundos do adicional de dividendos devidos à União pela ELETROBRAS, associado as receitas adicionais auferidas pelas concessionárias geradoras, sob controle federal e na insuficiência dos referidos dividendos da ELETROBRAS, com recursos da RGR - Reserva Global de Reversão. Como consequência da fiscalização da Aneel, ocorrida em setembro de 2006, a Sociedade registrou uma provisão de R\$ 51.000, que gerou um montante negativo de R\$ 18.348 em 31 de dezembro de 2007.

6. Ativos e passivos regulatórios

	2007		2006	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativos:				
Recompensação tarifária extraordinária (a)	77.224	23.795	62.693	85.429
Energia livre (b)	86.088	9.788	13.915	53.915
Programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica (c)	51.269	-	55.675	7.897
Parcela A CVA CDE (d)	30.415	103.987	100.004	88.479
Lucro de capacidade emergencial	4.586	-	4.600	-
CVA transmissoras	20.638	6.879	-	-
Outros ativos regulatórios	-	-	2.384	-
Total dos ativos regulatórios	254.160	144.417	259.221	210.720
Passivos:				
Energia livre (b)	30.567	45.837	48.801	48.801
Programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica (c)	51.183	-	51.234	-
Parcela A e CVA (d)	66.874	-	74.316	-
Lucro de capacidade emergencial	1.105	-	1.665	-
CVA transmissoras	20.638	6.879	-	-
Total dos passivos regulatórios	170.367	52.701	176.012	48.801

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Recomposição tarifária extraordinária - RTE

Em dezembro de 2001, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o acordo geral do setor elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas, relativas ao período de vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica.

Com base nos acordos firmados e disposições regulamentares, todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica efetuaram um levantamento do montante da receita decorrente da redução de consumo de energia elétrica no período do racionamento (recomposição tarifária extraordinária) que foi reconhecida com o objetivo de retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

A referida recomposição tarifária extraordinária passou a ser apurada às tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL, da seguinte forma:

- 2,9% para os clientes residenciais (exceto baixa renda), rurais e iluminação pública;
- 7,9% para os demais clientes

A parcela da recomposição tarifária extraordinária registrada no contas a receber, sofreu os seguintes efeitos reconhecidos nos resultados dos exercícios correspondentes:

	2007	2006
<u>Perdas com racionamento</u>		
1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002 apuradas pelo Concessionária	263.948	263.948
Ajuste ao valor contabilizado, conforme homologação da ANEEL	(18.433)	(18.433)
Saldo de 2002 homologado pela ANEEL	245.515	245.515
1-1 Recuperação	(360.206)	(298.556)
Anulação monetária - SILEC	215.708	199.143
Saldo de recomposição tarifária extraordinária em 31 de dezembro	101.017	148.122
Circulante	77.224	62.693
Não circulante	23.793	85.429

Para ter direito a essa compensação a Sociedade renunciou a qualquer pleito judicial ou extrajudicial relativo a fatos e normas concernentes ao programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica e à recomposição tarifária extraordinária, bem como aderiu aos acordos firmados entre os agentes do setor elétrico, conforme previsto na legislação vigente.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Atualização monetária

Até 31 de dezembro de 2005 o saldo apurado de ativo regulatório foi atualizado monetariamente pela taxa SELIC acrescido por juros de 1% ao ano, limitado ao montante do financiamento correlato liberado pelo BNDES.

A Resolução ANEEL n.º 31, de 24 de janeiro de 2002 e o Ofício Circular ANEEL n.º 2.212, de 20 de dezembro de 2005, determinaram que o saldo remanescente da recomposição tarifária extraordinária seja remunerado pela taxa de juros equivalente à cobrada, de cada concessionária, nas operações de financiamento de que trata o art. 5º da Medida Provisória n.º 14, de 21 de dezembro de 2001, decorrente do programa de financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, na ausência dessa operação financeira, seja utilizada a taxa Selic.

(b) Energia livre

	2007	2006
<u>Energia Livre</u>		
Estimada pela Concessionária em 2001	78.698	78.698
Atualização monetária - SELIC	91.907	70.260
Ajuste do valor contabilizado conforme homologação da ANEEL	18.131	18.131
(-) Recuperação	(128.860)	(90.250)
Saldo de energia livre em 31 de dezembro	59.876	67.839
Circulante	50.088	33.915
Não circulante	9.788	33.915

O montante relacionado à energia livre (energia elétrica gerada e não-vinculada a contratos iniciais ou equivalentes) apurado de junho de 2001 a fevereiro de 2002 será recuperado dos consumidores e repassado como ressarcimento aos geradores.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir apresentamos a composição do saldo de energia livre a ser ressarcida aos geradores

	2007		2006	
	Passivo		Passivo	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
AES Tietê	1.459	2.202	2.363	2.363
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	543	814	856	856
Centrais Elétricas de Santa Catarina	571	196	876	876
Centrais Elétricas do Norte do Brasil	1.956	2.935	3.036	3.036
Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins	73	110	129	129
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	5.277	9.348	9.892	9.892
Companhia Energética de São Paulo	4.521	6.778	7.310	7.310
Companhia Estadual de Energia Elétrica	682	993	1.171	1.171
Companhia Geração Térmica de Energia Elétrica	72	108	127	127
Companhia Hidro Elétrica de São Francisco	8.689	9.906	10.550	10.550
Companhia Paranaense de Energia Elétrica	485	809	817	817
Companhia Paulista de Força e Luz	89	133	140	140
Duke Energy Brasil - Geração Paranaapanema	1.235	1.803	1.956	1.956
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranaapanema S.A.	12	18	22	22
Empresa Elétrica Bragança	2	3	3	3
Empresa Energética de Sergipe S.A.	3	5	6	6
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.	487	745	785	785
Furnas Centrais Elétricas	4.926	7.433	7.426	7.426
Rio Grande Energia	126	189	190	190
Tractebel Energia S.A.	443	864	684	684
Total energia livre a ser ressarcida	39.567	45.802	48.401	48.401

(c) Programa de redução do consumo de energia elétrica

	2007	2006
Ativo circulante:		
Bônus concedidos	51.209	55.625
	<u>51.209</u>	<u>55.625</u>
Ativo não circulante:		
Custos a recuperar	-	2.897
	<u>-</u>	<u>2.897</u>
Passivo circulante:		
Ressarcimento recebido	29.078	29.078
Sobretaxas arrecadadas	22.105	22.157
	<u>51.183</u>	<u>51.235</u>

Refere-se ao saldo de sobretaxas cobradas e bônus pagos aos consumidores durante o programa de racionamento implantado pelo Governo Federal entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Como definido pela ANEEL, os valores de sobretaxas faturadas e os bônus concedidos em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica são controlados separadamente, sem afetar os resultados da Sociedade.

Foi recebido o ressarcimento do valor líquido de bônus concedidos e sobretaxas arrecadadas, no montante de R\$ 29.078 (em 31 de dezembro de 2007 e 2006), já auditados pela ANEEL. Tendo em vista não existência de previsão para a contabilização da liquidação das contas relacionadas, a Ampla registrou o montante recebido no passivo circulante. Estando para futura análise da ANEEL, o valor de bônus concedidos de R\$ 51.209 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 55.625 em 31 de dezembro de 2006) e sobretaxas arrecadadas de R\$ 22.105 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 22.157 em 31 de dezembro de 2006).

(d) Parcela A e CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela "A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativos ou positivos, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2007	2006
Ativo circulante:		
CVA - Cota consumo de combustível	10.858	11.357
CVA - Econômica	241	14.231
CVA - Energia	735	(11.959)
CVA - CUSD Light	3.754	38.982
CVA - Resolução 77/2004	479	(1.845)
CVA - Sobrecontratação	6.369	921
CVA - Exposição Fin CCEI	(465)	1616
Cota gráfica - PIS COFINS	1.819	1.171
CVA - PIS	197	6.072
CVA - COFINS	834	23.084
CVA - CDE	956	8.379
Empreços de serviço do sistema	229	12.925
Outras	4.575	332
Total do ativo circulante	30.415	106.084
Ativo não circulante:		
Parcela A - Extraordinária (*)	36.615	36.615
Parcela A - Atualização Selic (*)	62.372	51.864
CVA - PIS COFINS	5.060	-
Total do ativo não circulante	104.047	88.479
Passivo circulante:		
CVA - Cota consumo de combustível	11.887	11.264
CVA - Energia	28.182	38.805
CVA - Uso da rede básica	12.408	29.180
Sobrecontratação	12.028	-
Outras	2.369	4.067
Total do passivo circulante	66.874	74.316

(*) Parcela A - Baseada na Portaria Interministerial nº 296 de 25 de outubro de 2001 e na Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, a Sociedade registrou como despesas antecipadas os incrementos de custos incorridos em 2001 e 2002 que estão relacionados aos custos sobre os quais não tem gerenciamento (Parcela A). O montante de R\$ 36.615 em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 refere-se ao saldo homologado pela Resolução ANEEL nº 482 de 29 de agosto de 2002 e será recuperado através da recomposição tarifária extraordinária após a realização da RTE. O montante acumulado de atualização monetária referente a este saldo em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 62.372 (R\$ 51.864 em 31 de dezembro de 2006) classificados na rubrica Parcela A - atualização Selic.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. Rendas a receber

	2007	2006
Desativações em curso	5.325	-
Gastos a reembolsar - consumidores	6.580	6.790
Alienação em curso - Ampla Geração S.A.	-	15.132
Alienações em curso	6.507	5.873
Sindicato	5.658	5.658
Serviços em curso	10.197	10.876
Consumidores - serviços prestados	8.252	7.607
Gastos a reembolsar - Iluminação pública	11.995	9.184
Depósitos a serem liberados à concessionária	14.351	7.704
Outras rendas a receber	3.050	2.492
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Rendas a receber	(128.471)	(8.234)
Total de rendas a receber	43.444	63.082

A rubrica "Consumidores - serviços prestados" destina-se aos registros de créditos perante terceiros na execução de serviços solicitados, provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.

A rubrica "Serviços em curso" registra, basicamente, os gastos de pessoal, material e serviços na execução de obras prestadas a terceiros, tais como, remoção de rede e/ou poste, instalação de linha ou rede provisória, instalação provisória de transformadores, instalação de padrão, isolamento e afastamento de redes, aluguel e substituição de equipamentos.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. Devedores duvidosos

	2007	2006
Adiantamentos a empregados	1.998	3.870
Assistência médica aposentados	8.238	3.971
Aluguel de equipamentos	700	1.076
Adiantamento a fornecedores	5.122	14.831
Outros devedores	2.284	1.531
Total de devedores diversos	18.342	25.279

A linha assistência médica aposentados refere-se aos pagamentos dos planos de saúde de aposentados, pagos pela Ampla e que serão reembolsados pela Brasieltras.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Ampla reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, reserva de reavaliação do seu ativo imobilizado, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

Origem do crédito	2007		2006		2005	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Crédito	Crédito	Crédito	Crédito	Crédito	Crédito
Imposto de Renda	24.402	10.813	-	-	10.771	91.133
Contribuição Social (CSLL)	8.089	27.110	-	-	8.771	29.410
Prejuízos fiscais diferidos	1.013	17.175	-	-	17.199	2.113
Prejuízos sobre avaliação de ativos	9.819	88.467	-	-	10.001	71.817
Prejuízos sobre avaliação de passivos	52	-	-	-	-	19
Prejuízos sobre avaliação de ativos e passivos (CSLL)	5.579	10.151	-	-	8.811	42.198
Reserva de avaliação de ativos imobilizados	-	-	7.011	88.211	-	-
Total (CSLL)	5.579	10.151	7.011	88.211	8.811	42.198

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos ativos, no prazo máximo estipulado nas disposições regulamentares como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

<u>Ano de realização</u>	<u>2007 Montante a realizar</u>
2008	59.613
2009	50.903
2010	61.049
2011	53.578
2012	29.445
2013	21.161
2014	21.161
2015	54.490
2016	75.490
2017	16.694
Total a realizar	<u>443.584</u>

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

10. Tributos a compensar

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	25.590	52.521
ICMS a compensar	109.231	98.736
Outros tributos a compensar	13.335	13.594
Total de tributos a compensar - Circulante	<u>148.156</u>	<u>164.851</u>
ICMS a compensar longo prazo	52.616	50.810
Total de tributos a compensar - Não circulante	<u>52.616</u>	<u>50.810</u>

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a antecipações mensais efetuadas ao longo do exercício.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores na rubrica de ICMS a compensar a curto prazo devem-se principalmente a créditos relacionados aos pagamentos em cumprimento ao Decreto Estadual nº 31.632/02, que dispõe sobre pagamentos do referido imposto nos dias 10, 20 e último dia útil dentro do próprio mês em curso, apurados no mês de dezembro de 2007.

O montante classificado no longo prazo refere-se, basicamente, à Lei Complementar nº 102/00, que determina que o crédito do Imposto, quando se referir à aquisição de bens para o Ativo Fixo seja compensado em 48 meses.

11. Despesas antecipadas

	2007	2006
Despesas antecipadas	3.763	6.777
Despesas na emissão de debêntures	594	-
Despesas de comissão bancária	393	-
Total do ativo circulante	4.750	6.777
Despesas na emissão de debêntures	1.245	3.766
Despesas de comissão bancária	1.377	-
Total do ativo não circulante	2.622	3.766

A Ampla optou por diferir as despesas incorridas com as emissões de debêntures, realizadas em 28 de julho de 2004 no valor de R\$ 6.014, em 16 de março de 2005 no valor de R\$ 4.588 e em 29 de setembro de 2006 no valor de R\$ 2.038, pelo prazo de resgate das debêntures. Adicionalmente, optou pelo diferimento de despesas com comissão bancária no montante de R\$ 2.229. Até 31 de dezembro de 2007 já foram amortizados um total de R\$ 10.801 de despesas com emissão de debêntures (R\$ 8.915 em 31 de dezembro de 2006) e R\$459 de despesas com comissão bancária.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Imobilizado em curso

O ativo imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica. De acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, a Ampla transferiu para o ativo imobilizado os juros de empréstimos de terceiros vinculados ao ativo imobilizado em curso, até 30 de junho de 2003. A partir de julho deste ano tais juros não foram mais capitalizados.

(b) Obrigações especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O despacho ANEEL nº 3.073 de 28 de dezembro de 2006 alterou a forma de contabilização das obrigações especiais ao determinar que seus saldos sejam depreciados. O ofício nº 1.314/2007-SFP/ANEEL, de 27 de junho de 2007 determinou que tal registro será iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Sociedade.

(c) Reavaliação

Consubstanciada na Lei 6.404 de dezembro de 1976 e na Deliberação CVM nº 183 de 19 de junho de 1995, a Ampla contratou os serviços de peritos independentes, para efetuar um inventário físico e reavaliação dos seus bens, contabilizados no ativo imobilizado, a partir do exercício de 1996, optando a Ampla realizar suas reavaliações periodicamente a cada quatro anos. Como resultado desse trabalho, a Sociedade contabilizou em suas demonstrações financeiras um acréscimo líquido em seu ativo imobilizado de R\$ 235.668 em 31 de dezembro de 1996, R\$ 23.333 em 31 de dezembro de 2000 e R\$ 301.376 em 31 de dezembro de 2004, tendo como contrapartida a conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido. Foi constituída provisão as alíquotas de 25% e 9% para imposto de renda e contribuição social diferidos, respectivamente, sobre o montante das referidas reavaliações.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Obrigações especiais vinculadas à concessão - Distribuição

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações reversíveis utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do Órgão do Poder Concedente, a ANEEL. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

13. Intangível

			2007	2006
	Custo	Depreciações	Valor	Valor
	histórico	do custo	líquido	líquido
	histórico	histórico	líquido	líquido
Softwares	52.700	(39.111)	13.589	2.627
Marcas e patentes	21.521	(611)	20.910	10.044
Serviços	27.004	(1.293)	25.711	23.836
Total do Intangível	101.225	(41.015)	60.210	36.507

33.050.071/0001-58

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Eletrobrás

- Início setembro de 2003 e término fevereiro de 2018
Destinação: Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz - 3 contratos totalizando financiamento no montante de R\$ 2.934) e Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso de Energia (Luz para Todos - 2 contratos totalizando financiamento no montante de R\$ 9.708).
Garantias: procuração e recebíveis de clientes

(c) União dos Bancos Brasileiros S.A.

- Valor: R\$ 30.000 - Início junho de 2005 e término junho de 2009.
Destinação: pagamento do principal e juros da 2ª emissão de debêntures, efetivado antecipadamente em junho de 2005 (refinanciamento de dívida).
Garantias: sem garantias.
Instrumento financeiro: contrato de empréstimo
- Valor: R\$ 46.667 - Início janeiro de 2007 e término dezembro de 2009
Destinação: necessidade de caixa de curto prazo, ocasionada pela queda da liminar de compensação de imposto de renda, em janeiro de 2007 (vide nota explicativa 17)
Garantia: sem garantias.
Instrumento financeiro: contrato de empréstimo
- Valor: R\$ 13.300 - Início novembro de 2007 e término outubro de 2012
Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida).
Garantia: sem garantias.
Instrumento financeiro: contrato de empréstimo.

(d) Banco Pactual S.A.

- Valor: R\$ 30.000 - Início julho de 2005 e término julho de 2009
Destinação: pagamento do principal e juros da 2ª emissão de debêntures, efetivado antecipadamente em junho de 2005 (refinanciamento de dívida)
Garantias: sem garantias.
Instrumento financeiro: CCB - cedula de crédito bancário

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(e) Bradesco S.A.

- Valor: R\$ 40.000 - Início julho de 2005 e término julho de 2009.
Destinação: pagamento do principal e juros da 2ª emissão de debêntures, efetivado antecipadamente em junho de 2005 (refinanciamento de dívida).
Garantias: nota promissória
Instrumento financeiro: capital de giro.
- Valor: R\$ 23.333 - Início janeiro de 2007 e término dezembro de 2009
Destinação: necessidade de caixa de curto prazo, ocasionada pela queda da liminar de compensação de imposto de renda, em janeiro de 2007 (vide nota explicativa 17).
Garantias: sem garantias.
Instrumento financeiro: contrato de empréstimo.
- Valor: R\$ 13.350 - Início dezembro de 2007 e término dezembro de 2012.
Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida).
Garantias: sem garantias
Instrumento financeiro: capital de giro.

(f) Banco Alfa S.A.

- Valor: R\$ 70.000 - Início janeiro de 2007 e término julho de 2012.
Destinação: necessidade de caixa de curto prazo, ocasionada pela queda da liminar de compensação de imposto de renda, em janeiro de 2007 (vide nota explicativa 17).
Garantias: nota promissória
Instrumento financeiro: capital de giro.

(g) Banco Votorantim S.A.

- Valor: R\$ 100.000 - Início janeiro de 2007 e término janeiro de 2010
Destinação: necessidade de caixa de curto prazo, ocasionada pela queda da liminar de compensação de imposto de renda, em janeiro de 2007 (vide nota explicativa 17).
Garantias: sem garantias.
Instrumento financeiro: CCB – cédula de crédito bancário.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(h) HSBC Bank Brasil S.A.

- Valor: R\$ 30.000 - Início dezembro de 2007 e término dezembro de 2012.
Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida).
Garantia: nota promissória.
Instrumento financeiro: CCB - cédula de crédito bancário.
- Valor: R\$ 120.000 - Início dezembro de 2007 e término dezembro de 2012.
Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida).
Garantia: nota promissória.
Instrumento financeiro: CCB - cédula de crédito bancário.

(i) Banco do Brasil S.A.

- Valor: R\$ 100.000 - Início dezembro de 2007 e término dezembro de 2012.
Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida).
Garantia: nota promissória.
Instrumento financeiro: nota de crédito comercial.

(j) Banco Itaú S.A.

- Valor: R\$ 13.350 - Início dezembro de 2007 e término dezembro de 2012.
Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2009 (refinanciamento de dívida).
Garantia: sem garantias.
Instrumento financeiro: CCB - cédula de crédito bancário.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A curva de amortização de longo prazo dos empréstimos e financiamentos se apresenta da seguinte forma.

<u>Vencimentos</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
2008	-	44.120
2009	271.909	190.713
2010	189.377	105.191
2011	146.016	31.384
2012	176.309	8.757
Após 2012	100.000	4.947
Total a longo prazo - principal	883.611	385.112

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007.

<u>Moeda/ Indexador</u>	<u>2007</u>
Selic	11,88%
CDI	11,77%
URTIUP	0,36%
Libor	5,38%
Euribor	4,38%
IGP-M	7,75%
TJLP	6,37%

15. Debêntures

	<u>2007</u>		<u>2006</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Principal atualizado	290.000	493.598	-	774.785
Juros incorridos	39.986	-	45.465	-
Total	329.986	493.598	45.465	774.785

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Características das emissões:

Descrição	3ª emissão		4ª emissão série única
	1ª série	2ª série	
Forma e espécie	Nominativa sem garantia nem preferência (quirografária)	Nominativa sem garantia nem preferência (quirografária)	Nominativas e escriturais sem garantia nem preferência (quirografária)
Quantidade de títulos	29.000 debêntures simples, referentes a 3ª emissão, 1ª série	11.000 debêntures simples, referentes a 3ª emissão, 2ª série	37.000 debêntures simples, referentes a 4ª emissão, série única
Valor nominal	R\$10.000,00	R\$10.000,00	R\$10.000,00
Data de emissão	01 de março de 2005	01 de março de 2005	01 de agosto de 2006
Vencimento final	01 de março de 2008	01 de março de 2010	01 de agosto de 2012
Remuneração	Taxa média DI + 1,2% a.a	Taxa média IGP-M + 11,4% a.a	Taxa média DI + 0,85% a.a
Pagamento dos juros	Semestral, a partir da data de emissão	Anualmente, a partir da data de emissão	Semestral, a partir da data de emissão
Amortização programada	No vencimento	No vencimento	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data de emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures

3ª Emissão – R\$ 400.000

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2005, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures cuja destinação de recursos foi o resgate parcial final da 2ª emissão de debêntures (realizado em 31 de março de 2005), o financiamento de parte dos programas de investimentos previstos para o ano de 2005, o pagamento de dívidas de curto prazo e o saldo remanescente utilizado para reforço do capital de giro.

A 1ª série desta emissão, no valor de R\$ 290 milhões, tem seu vencimento final em 1º de março de 2008. Em 31 de dezembro de 2007, aproveitando-se de condições favoráveis daquele momento, a Ampla já havia captado o montante de R\$ 290 milhões junto a 5 instituições financeiras distintas (Unibanco, Banco do Brasil, HSBC, Bradesco e Itaú) para fazer frente a esse vencimento.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4ª Emissão – R\$ 370.000

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures cujos recursos foram destinados a alongar prazos e reduzir custos de dívidas da Empresa por meio da liquidação de operações de empréstimos contratadas anteriormente com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com as escrituras das 3ª e 4ª emissões de debêntures, a Empresa está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Até 31 de dezembro de 2007 os referidos índices foram mantidos, na avaliação de sua Administração.

Curva de amortização do Longo Prazo das debêntures:

	2010	2011	2012	Total
2ª série - 3ª emissão	123.598	-	-	123.598
4ª emissão	-	185.000	185.000	370.000
Total	123.598	185.000	185.000	493.598

16. Fornecedores

	2007	2006
Circulante:		
Suprimento de energia elétrica-		
Furnas Centrais Elétricas	17.289	1.491
Itaipu (Eletrobrás)	27.743	37.173
Rede Básica	12.064	13.025
CCEAR	32.376	40.089
Outros	12.473	36.114
Materiais e serviços	53.787	39.707
Total de fornecedores	155.732	167.599

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. Tributos e contribuições sociais

	2007	2006
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL (a)	3.268	254.929
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	72.992	69.048
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	17.344	26.663
Programa de integração social - PIS	3.743	6.083
Imposto sobre serviços - ISS	1.966	1.619
Outros	1.102	5.212
Total de tributos e contribuições sociais	100.415	363.554

(a) Em 14 de dezembro de 2006, a Ampla perdeu liminar judicial no processo que lhe concedia direito de compensação integral dos prejuízos fiscais e base negativa (sem limitação de 30%). Com isso, a Companhia obteve 30 dias para o pagamento de todo o imposto de renda e contribuição social sem multa, tendo liquidado este montante em 11 de janeiro de 2007.

18. Transações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2007 e 2006 são apresentados a seguir.

Empresas	2007				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Reserva despesa
Empresas Agenciadas					
Empres. Tarefas Inter-relacionadas	-	1.365.900	-	-	(13.207)
Diversos	-	708	-	7.826	500
CVM - Companhia Brasileira de Multiserviços de VLT e Ônibus e fornecedores a pagar	336	-	1.380	-	(1.333)
Serapilheira S.A. de VLT e Ônibus e fornecedores a pagar	-	-	1.079	-	(21.143)
Energia de Comercialização de Energia S.A. Companhia de energia	-	-	1.512	-	(26.160)
CELSA - Companhia de Interconexão Energética S.A. Companhia de energia	-	-	18.279	-	(33.373)
Energia 3 e 13 de Diversos	-	183	-	-	-
Energia Brasil S.A. de Cota de venda	-	1.151	-	-	-
Outras	-	-	71	-	1
Total em 31 de dezembro de 2007	1.536	239.243	21.071	7.826	(139.842)

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Empresas	2006				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado (despesa)
Enersis Internacional Ltd					
Empréstimos e financiamentos	-	150.002	-	-	1.084
Diversos	-	82	-	5.411	325
CAM - Companhia Americana de Multiserviços do					
Adiantamentos e fornecedores a pagar	2.290	-	8.254	-	(2.085)
Singras Brasil S.A. (br)					
Adiantamentos e fornecedores a pagar	-	-	5.390	-	(25.239)
Energia Concentrada de Energia S.A. (c)					
Compra de energia	-	-	9.950	-	(31.919)
CEIS - Companhia de Interconexão Elétrica (cl)					
Compra de energia	-	-	29.320	-	(250.358)
União de Rio Lido (el)					
Diversos	-	685	-	-	-
Outras	-	1.486	87	-	597
Total em 31 de dezembro de 2006	2,290	152,255	50,000	5,411	(286,557)

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições usuais de mercado, na avaliação da Administração da Ampla, conforme abaixo discriminadas.

Transações ativas

(a) Enersis Agencia (anteriormente Enersis Internacional)

Com a venda da CERJ Overseas, os contratos de mútuo que a Ampla tinha com a mesma, passaram a ser com a Enersis Internacional e tiveram a data de vencimento alterada para 06 de outubro de 2008.

Contrato de mutuo no montante de US\$ 61.622 mil à taxa de juros Libor 90 dias + 6% a.a..

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Transações passivas

(b) CAM Brasil Multiserviços Ltda e Synapsis Brasil S.A

Em 31 de dezembro de 2007 a Ampla possui valores a pagar a CAM Brasil referentes aos serviços de manutenção da rede elétrica no valor de R\$4.484 (R\$8.254 em 31 de dezembro de 2006). No ativo circulante o montante refere-se a adiantamentos a CAM decorrentes da prestação de serviços de fiscalização de obras e recuperação de medidores no valor de R\$ 1.536 (R\$2.206 em 31 de dezembro de 2006), classificado na rubrica partes relacionadas.

Com a Synapsis a Ampla possui contratos de prestação de serviços especializados, tais como gerenciamento de software, administração e finanças, prestação de serviços de informática, relacionados diretamente as operações da Ampla. A CAM e Synapsis são partes relacionadas da Sociedade, por fazerem parte do mesmo grupo econômico.

(c) Enertrade

Refere-se ao contrato de compra de energia com início em 31 de dezembro de 2002 e término em 30 de dezembro de 2022 com preço médio homologado pela ANEEL, e reajuste anual com base em 100% da variação do IGP-M. A Enertrade pertence ao grupo EDP (Eleticidade de Portugal Intern SGPS S.A) que por sua vez é acionista da Ampla, por isso é parte relacionada do Grupo Endesa

(d) Companhia de Interconexão Energética - CIEEN

Contratos de compra de energia homologados pela ANEEL com início em 31 de dezembro de 2002 e término em 30 de dezembro de 2018 e 30 de dezembro de 2022. Sendo o primeiro contrato reajustado anualmente com base em 100% da variação do IGP-M e o segundo com reajuste anual com base em 25% da variação do IGP-M e 75% da variação do dólar. A CIEEN é uma parte relacionada da Sociedade, por estar sujeita ao mesmo controle acionário

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Através da Portaria nº 294 de 28 de novembro de 2006, o Ministério de Minas e Energia incumbiu a ANEEL de analisar e decidir sobre eventuais modificações sobre a entrega de energia provenientes de importação. Sendo assim, através do despacho nº 320 de 09 de fevereiro de 2007 foram aprovados aos dois contratos de compra e venda de energia os termos de redução do prazo de suprimento.

(e) Luz de Rio Lida

O saldo de R\$ 685 refere-se a serviços prestados pela Luz de Rio

(f) Endesa Brasil S.A

O montante de R\$ 1.451 trata-se de um contas a receber da Ampla com sua controladora referente a pagamentos de diversos gastos administrativos

19. Taxas regulamentares

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	2007	2006
Quota de reserva global de reversão - RGR e outros	2.244	2.813
Quota da conta de consumo de combustível - CCC	5.201	13.403
Quota de recolhimento a conta de desenvolvimento energético - CDE	6.084	5.373
Total de taxas regulamentares	13.529	21.589

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. Eficiência e pesquisa energética

Conforme Lei nº 9.991, de 24 julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

De acordo com a resolução ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005 e resolução 219, de 11 de abril de 2006, a Sociedade passou a contabilizar as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores provisionados e corrigidos pela Selic até a efetiva realização.

A seguir apresentamos a composição dos saldos

	2007	2006
<u>Programa de Eficiência Energética - PEE</u>		
Ciclo 2004/2005	1.028	15.993
Ciclo 2005/2006	10.972	12.888
Ciclo 2006/2007	9.314	5.339
Ciclo 2007/2008	17.413	1.394
Ciclo 2008/2009	3.681	-
	<u>41.386</u>	<u>35.614</u>
<u>Empresa de Pesquisa Energética - EPE</u>		
Ciclo 2004/2005	-	1.822
Ciclo 2005/2006	-	2.730
Ciclo 2006/2007	-	2.968
Ciclo 2007/2008	1.841	888
Ciclo 2008/2009	722	-
	<u>2.563</u>	<u>7.608</u>
<u>Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D</u>		
Ciclo 2005/2006	2.031	4.686
Ciclo 2006/2007	6.352	6.413
Ciclo 2007/2008	5.657	1.805
Ciclo 2008/2009	1.404	-
	<u>15.444</u>	<u>12.904</u>
<u>Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT</u>		
Ciclo 2006/2007	-	5.436
Ciclo 2007/2008	3.247	1.777
Ciclo 2008/2009	1.446	-
	<u>4.693</u>	<u>7.213</u>
Total de eficiência e pesquisa energética	<u>64.446</u>	<u>63.806</u>

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. Obrigações estimadas

Descrição	2007	2006
Provisão de férias	10.323	10.866
13º salário	492	2.088
Total de obrigações estimadas	10.815	12.954

22. Outras obrigações

Descrição	2007	2006
Contribuição de iluminação pública	28.653	27.459
Projetos de extensão de redes	2.421	1.921
Instalação de rede provisória	2.257	1.757
Valores a repassar - diferencial novos serviços	6.739	-
Diversos	3.047	3.730
Total de outras obrigações	43.117	34.867

23. Parcelamento especial – Lei nº 10.684

Em 29 de agosto de 2003, a Ampla aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial – PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos, em 120 (cento e vinte) meses, oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Ampla, no período de outubro/96 a julho/2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Ampla, quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável.

Do montante total de R\$ 33.346, R\$ 5.562 (R\$ 5.305 em 31 de dezembro de 2006) estão classificados no passivo circulante e o valor restante, R\$ 27.784 (R\$ 29.618 em 31 de dezembro de 2006) no passivo não circulante.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Obrigações com benefícios pós-emprego

Descrição	2007			2006		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	TOTAL	Passivo circulante	Passivo não circulante	TOTAL
Contribuições pagas a terceiros	-	-	-	-	-	-
Saldo negativo das contribuições em atraso	-	-	-	360	352	1.287
Provisão conforme D.O. Resolução CVM nº 171	29.467	35.184	151.921	45.615	14.115	159.553
Total de obrigações com benefícios pós-emprego	19.467	135.454	154.921	46.538	114.795	151.555

(a) Fundo de pensão

A Ampla é patrocinadora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal a complementação dos benefícios previdenciários aos empregados da Ampla. A BRASILETROS adota dois tipos de Planos de Benefícios: Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido) e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Contribuição Variável) - antigo Plano de Complementação de Aposentadoria - PACD, alterado com base na Resolução MPS/CGPC nº16 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, para o cálculo e acumulação dos recursos necessários ao seu plano previdenciário.

Os Planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados anualmente ao final de cada exercício, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados.

Foi adotado o método de crédito unitário projetado que reflete os benefícios de aposentadoria baseados nos serviços tanto prestados como a prestar pelos empregados na data da avaliação atuarial. Este método aloca o custo dos benefícios de aposentadoria dos empregados uniformemente (em valores absolutos ou como porcentagem de salários) durante todo o período de emprego.

O custeio dos planos é feito com base em contribuição da patrocinadora e dos participantes, conforme os percentuais, definidos no regulamento e no custeio dos planos, abaixo descritos:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

I) Plano de complementação de aposentadoria (PCA)

Patrocinadora

Contribui com 5,62% da folha de salários, dos quais 1,35% são destinados à cobertura dos benefícios e 4,27% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Em 2007 a Ampla contribuiu com o montante de R\$ 3.338 (R\$ 14.000 em 2006) referentes a fundos de complementação de aposentadoria.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

II) Plano de aposentadoria de contribuição variável (PACV)

Patrocinadora

Contribui com 4,28% em média, da folha de salários dos participantes ativos com base na posição de 31 de dezembro de 2007. 4,27% utilizados para cobertura das despesas administrativas e 0,01% são destinados a cobertura dos benefícios.

Em 2007 a Ampla contribuiu com o montante de R\$ 14.768 (R\$ 48.086 em 2006) referentes a fundos de contribuição variável.

Participantes Ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,48% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os participantes dos planos estão posicionados em 31 de dezembro, conforme quadro abaixo:

Descrição	Quantidades	
	2007	2006
Participantes ativos	1.389	1.367
Assistidos	2.017	2.051
Pensionista	659	653
Vinculados contribuintes	8	15
Vinculados não contribuintes	36	28
Total de participantes	4.109	4.114

O passivo atuarial apurado em 31 de dezembro de 2007 reflete o cálculo efetuado por atuário independente em conformidade com a deliberação CVM nº 371.

A composição da obrigação atuarial da controladora, em 31 de dezembro de 2007, é como segue:

Composição dos ativos passivos	Planos de previdência	Benefício saúde para aposentadoria	Plano de assistência médica	Total
Valor presente das obrigações atuariais totalmente decorrentes	513,096	132,117	78,664	723,877
Valor pago dos ativos	12,787	1,819	-	14,606
Ativos dos participantes	-	1,310	-	1,310
Passivo atuarial reconhecido	94,319	(18,062)	78,664	154,921

Movimentação do passivo atuarial em 2007:

H movimentação	Planos de previdência	Benefício saúde para aposentadoria	Plano de assistência médica	Total
Passivo atuarial reconhecido no início do ano	93,143	(9,323)	67,513	151,333
Despesas de 2007	11,191	1,180	7,926	20,297
Contribuições anuais da Ampla	(14,768)	(3,338)	(6,851)	(24,957)
Perdas (Ganhos) atuariais reconhecidos	4,753	(10,919)	9,908	(2,258)
Ajuste para limitar o valor total a ser contabilizado	-	10,540	-	10,540
Passivo atuarial reconhecido	94,319	(18,062)	78,664	154,921

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação do valor justo dos ativos dos Planos de Aposentadoria e Benefício saúde para aposentadoria:

Valor justo dos ativos no início do ano de 2007	(503.759)
Rendimento real dos ativos	(111.909)
Contribuições pagas em 2007	(18.162)
Benefícios pagos em 2007	52.194
Valor justo dos ativos do plano no final do ano de 2007	(581.636)

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Premissas	Plano de Consolidação de Aposentadoria - PCA	Plano de Aposentadoria de Contribuição Unilocal - PACV	Plano de Assistência Médica
Taxa de desconto nominal para capitalização anual	12,14%	12,14%	12,14%
Taxa de inflação (CPI-IBITEX) esperada sobre os ativos	12,14%	12,14%	N/A
Índice estatístico de aumento nominal dos salários	5,00%	5,00%	N/A
Índice estatístico de aumento nominal dos benefícios	5,00%	5,00%	N/A
Tabela de mortalidade geral	A793 sem agravamentos	A793 sem agravamentos	A793 sem agravamentos
Tabela de mortalidade de invalidez	A793 com 5 anos de agravamento	A793 com 5 anos de agravamento	N/A
Taxa de sobrevivência esperada	2% ao ano	2% ao ano	N/A
Probabilidade de regressão em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade a um benefício integral prioritário	100% na primeira elegibilidade a um benefício integral prioritário	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo, base para determinação das taxas nominais acumuladas	5,00%	5,00%	5,00%

Informações adicionais:

- (1) Os ativos do plano foram projetados para 31/12/2007 (para o PCA e PACV)
- (2) O passivo atuarial do plano de assistência médica foi apurado em 30/09/2007 e projetado para 31/12/2007
- (3) Os dados cadastrais individuais utilizados são de 31/07/2007, projetados para 31/12/2007
- (4) As estatísticas cadastrais apresentadas consideram o grupo familiar de beneficiários como um único benefício.
- (5) A posição de participantes aguardando o benefício inclui os participantes em situação pendente na Brasileiros.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. Provisão para contingências

						2007	2006
	Saldo inicial	Variações	Classificação	Saldo final	Depositos	Provisão	Provisão
		Reversões	em curso	Contingências	em curso	Finalizada	Finalizada
Contingências:							
Trabalhistas	12	57		27		127	12
Cíveis	1.116	-	-	142	98	98	1.116
Pequenas	10.116	10.1	-	-	-	-	10.116
Total do passivo circulante	1.041	216		(142)	1.315	1.315	1.041
Trabalhistas	2.153,76	207	20.762	131.176	281.277	120.188	200.016
Cíveis	131.635	18.015	10.001	122.196	17.894	161.711	86.135
Pequenas	7.112,6	121.389	1.115	230	15.125	127.862	72.133
Total do passivo não circulante	511.443	219.921	31.781	(54.699)	512.906	101.851	406.306

A Administração da Ampla entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos assessores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

A Sociedade possui processos de naturezas tributárias, cível, trabalhista e juizado especial em andamento no montante de R\$ 586.634 (R\$ 663.425 em 31 de dezembro de 2006), cuja probabilidade de perda foi estimada como possível não estando, portanto, nenhuma provisão registrada nas demonstrações financeiras.

Causas possíveis	
Cíveis	412.737
Trabalhistas	66.044
Pequenas causas	107.853
Total	586.634

(a) Contingências trabalhistas

Refere-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, etc.

(b) Contingências cíveis

A situação jurídica da Ampla engloba processos de natureza cível, nos quais a Ampla é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Contingências fiscais

Os litígios fiscais de maior relevância são referentes a:

- Autos de Infração de ICMS, correspondentes a fiscalização ocorrida no período de junho de 2000 a janeiro de 2002, que foram contestados pela Ampla e estão em fase de julgamento pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Em julho de 2005, a Ampla recebeu da Secretaria da Receita Federal auto de infração no valor de R\$ 480.782 (processo administrativo nº 10730003110200555). O auto de infração foi lavrado em razão da SRF entender que houve a perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os juros dos *Fixed Rate Notes* emitidos pela Ampla em 1998. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de êxito na esfera administrativa é possível, motivo pelo qual a administração não contabilizou provisão para contingência em conexão com este assunto.

Em 26 de setembro de 2005, a Ampla sofreu autuação, que atualizados somam R\$ 119.689, correspondentes a dois autos de infração lavrados pela Secretaria de Estado da Receita alegando ter a Sociedade efetuado os recolhimentos do ICMS e do Adicional do Fundo de Combate à Pobreza, fora do prazo de pagamento instituído pelo Decreto Estadual nº 31.632/2002, sem os respectivos acréscimos legais. Os consultores legais que patrocinam esse processo, ainda em esfera administrativa, entendem que as chances de êxito são possíveis, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão para contingências relacionada a estes autos.

- COFINS - A Ampla possui medida judicial contra a incidência da COFINS sobre as operações de energia elétrica, tendo como argumento a imunidade tributária definida no § 3º do art. 155 da Constituição Federal/88. Com o advento da Emenda Constitucional 33/01 de 11/12/01 que modificou o texto do dispositivo constitucional citado, a Ampla passou a recolher os valores dessa contribuição, de acordo com o que dispõe a Lei 9.718/98 e a partir de fevereiro de 2004, pela alíquota de 7,6%, segundo as normas da não cumulatividade, determinadas pela Lei nº 10.833/03.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O processo judicial ingressado pela União Federal contra a Ampla, pelo não pagamento da Cofins do período de julho de 1996 a dezembro de 2001, teve no final de dezembro de 2003, mais uma decisão favorável a Ampla pelo Órgão Especial do Tribunal Federal. Após essa decisão favorável, a União ainda ingressou com outros recursos, sendo que todos foram julgados em favor da Ampla. No final do ano de 2007, a União apresentou recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, o qual ainda está em análise de admissibilidade. Devido aos êxitos anteriores e à opinião dos assessores jurídicos da Ampla da causa ter êxito possível, até 31 de dezembro de 2007 o montante apurado é de R\$ 370.106 e a Administração não constituiu provisão para contingências relacionadas a este processo judicial.

26. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social está representado por 3.922.515.918,446 ações ordinárias, sem valor nominal, todas integralizadas que se encontram assim distribuídas.

	Número de ações ordinárias	
	2007	2006
Ações ao portador aguardando substituição por nominativas	2.630.307.032	2.638.009.089
Ações nominativas	3.919.885.611.414	3.919.877.909.357
Total de ações ordinárias	3.922.515.918.446	3.922.515.918.446

Sua composição acionária tem a seguinte distribuição:

Acionistas	2007 e 2006	
	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital
Endesa Brasil S. A.	1.839.121.933.343	46,89
Chilectra Inversora S. A.	824.607.526.460	21,02
Energis Arênea	536.591.907.867	13,68
Chilectra Agência S. A.	405.768.824.338	10,34
Electricidade de Portugal Inver SGP S. A.	102.176.533.644	2,70
Outros	14.249.193.394	0,37
Total de ações ordinárias	3.922.515.918.446	100,01

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Retenção de lucros

No exercício, a Administração propôs a retenção de lucros na ordem de R\$ 122.587 (R\$ 198.037 em 2006), para fins de aplicação sob a forma de orçamento de capital, nos termos do Art. 196 da Lei nº 6404/76, sendo a parcela de R\$ 109.248 proveniente do lucro líquido do exercício, este orçamento de capital está sujeito a aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2008.

(c) Dividendos

De acordo com o estabelecido pelo estatuto social da Ampla, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações.

A Ampla registrou em 2007 os dividendos mínimos obrigatórios como segue.

	2007
Lucro líquido do exercício	153.331
(-) Reserva legal (5%)	<u>47.667</u>
Lucro líquido ajustado	<u>145.664</u>
Dividendos propostos (25%)	<u>36.416</u>

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. Receita líquida de vendas e/ou serviços

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Número de consumidores (em milhares)		KWh (em milhares)		Valor	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Atividade operacional						
Residencial	2.337,32	2.076,577	3.383.834	3.241.160	1.477.735	1.323.110
Industria	8.626	6.177	116.700	99.813	365.833	321.568
Comércio, serviços e outras	106.326	103.151	1.667.678	1.612.635	826.165	843.076
Brasil	356.178	333.188	211.156	211.171	868.733	887.754
Porto público	1.335	1.321	381.181	476.057	14.173	123.666
Força motriz pública	567	561	133.000	136.508	1.367	103.318
Serviços públicos	1.761	1.678	233.176	377.000	35.914	70.110
Total de fornecimento faturado	2.378.585	2.316.247	7.242.765	7.050.965	3.142.218	3.023.630
Suprimento de energia elétrica	-	-	321.073	283.021	16.398	11.700
Fornecimento não faturado	-	-	390.785	366.221	1.763	35.076
Seguros	-	-	-	-	63.333	51.326
Atos regulatórios	-	-	-	-	63.267	101.150
Responsabilidade de rede elétrica	-	-	-	-	91.636	164.911
Outros receitas	-	-	-	-	18.671	62.662
J.N.S.	-	-	-	-	338.816	678.169
J.S.	-	-	-	-	16.753	12.079
C.O.N.S.	-	-	-	-	82.116	6218.611
J.S.	-	-	-	-	12.677	61.711
Quota parte na energia global de consumo	-	-	-	-	28.666	132.116
Encargos de capacidade em energia	-	-	-	-	-	889
Subvenções C.A. - C.D.	-	-	-	-	1.16.181	67.0.428
Despesa com energia em energia elétrica e energia elétrica	-	-	-	-	37.543	121.607
Total receita líquida de vendas e/ou serviços	2.378.590	2.316.251	7.944.563	7.671.109	2.126.696	1.984.835

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. Custo com energia elétrica

A composição do saldo é como segue.

	2007	2006 Reclassificado
Centrais Elétricas Furnas	-	(529)
Companhia de Interconexão Energética - CIEE	(177.773)	(230.338)
Itaipu Binacional	(176.065)	(164.839)
Rede básica	(115.620)	(118.111)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A	(26.166)	(31.919)
Encargos de conexão	(12.801)	(13.546)
CCARs - Contratos Comerciais Energia Ambiente Regulado	(388.330)	(329.420)
Light S.A.	(104.776)	(112.814)
CVA Econômica	(27.286)	11.896
CVA Financeira Sobrecontratação	(3.506)	(2.125)
Ajuste de Índice de Registe Tarifário	23.968	-
CVA transmissoras	27.516	-
Outros custos com energia elétrica	(23.361)	(8.226)
Sub-total	(1.004.200)	(999.971)
Encargos de uso rede de transmissão	(12.760)	(13.369)
Total do custo com energia elétrica	(1.016.960)	(1.013.340)

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. Resultado operacional e financeiro

	Custo de operação	Despesa de vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	
				2007	2006 Reclassificado
Receita operacional líquida				2.099.180	1.984.835
Custo/Despesa operacional -					
Pessoal (incluindo previdência privada)	(61.114)	(9.657)	(14.157)	(114.928)	(119.147)
Material	(3.964)	(8.651)	(1.021)	(13.636)	(4.742)
Serviços de terceiros	(91.459)	(35.618)	(48.781)	(165.858)	(168.200)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.604.200)	-	-	(1.604.200)	(999.971)
Lançamentos do sistema de transmissão	(12.790)	-	-	(12.790)	(13.369)
Encargos de serviços de sistema	-	-	(15.163)	(15.163)	(10.408)
Depreciação e amortização	(126.592)	-	(5.477)	(132.069)	(140.829)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - perda cont. títulos negociáveis	-	(85.532)	-	(85.532)	(36.740)
Provisão para contingências	-	-	(24.920)	(24.920)	(30.839)
Taxa de fiscalização ANEEL	-	-	(6.147)	(6.143)	(5.213)
Custo do serviço prestado a terceiros	(360)	-	-	(360)	(2.396)
Outras despesas operacionais	(8.573)	(161)	(14.202)	(23.936)	(21.652)
Total	(1.817.022)	(129.542)	(160.853)	(1.607.417)	(1.633.503)
Resultado do serviço				491.763	351.332
Resultado financeiro				(258,800)	(194,787)
Resultado operacional				232,963	156,545

A variação observada na linha de depreciação/amortização é explicada pela equalização das taxas anuais de depreciação para os ativos de uso e características semelhantes conforme Resolução Normativa ANEEL nº 240 de 5 de dezembro de 2006.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição de outras despesas operacionais é como segue:

	2007	2006
Outras despesas operacionais:		
Alugueis	(10.193)	(11.662)
Tributos	(1.110)	(1.020)
Despesas postais	(2.685)	(2.569)
Despesas gerais	(4.309)	(3.474)
Publicidade e propaganda	(3.542)	(2.946)
Indenizações a terceiros	(579)	(2.301)
Seguros	(1.250)	(1.376)
Estágios	(871)	(903)
Publicações legais e assinatura	(1.210)	(821)
Recursos humanos	(62)	(98)
Doações, contribuições e subvenções	(371)	(1.064)
Transporte próprio	(177)	(59)
Viagens	(1.037)	(1.269)
Ajuste de inventário	(73)	(1.161)
Total de outras despesas operacionais	(23,469)	(21,652)

A composição do resultado financeiro é como segue:

	2007	2006
		Reclassificada
Receitas financeiras:		
Renda de aplicações financeiras	11.985	5.960
Multas e acréscimos monetários	10.936	37.569
Partes relacionadas	600	2.336
Variações monetárias do câmbio	4.065	3.183
Ganho operações com derivativos	-	4.872
Ajustes regulatórios	11.495	97.463
Outras receitas financeiras	1.158	19.600
Total de receitas financeiras	39.139	176.583
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas	(134.253)	(171.972)
Multas e acréscimos monetários	(31.499)	(5.098)
Partes relacionadas	(13.203)	-
Variações monetárias do câmbio	(18.727)	(27.620)
Perda operações com derivativos	-	(10.461)
Juros de operações	(105.287)	(88.820)
Ajustes regulatórios	(7.322)	(10.980)
Outras despesas financeiras	(37.648)	(26.824)
Total de despesas financeiras	(347.915)	(365.774)
Resultado financeiro	(258.800)	(194.787)

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. Receitas (despesas) não operacionais líquidas

	2007	2006
Receitas não operacionais		
Ganho na alienação - Venda geração	-	58.904
Ganho na alienação de bens e direitos	090	-
Ajuste atualização atuarial	-	5.640
Aluguel	812	567
Venda de sucata	1.050	21
Sobra no inventário de estoques	1.715	5.193
Outras receitas não operacionais	218	2.165
Total das receitas não operacionais	5.394	72.502
Despesas não operacionais		
Perda no inventário de estoques	(1.573)	(2.611)
Perda na desativação de bens e direitos	(8.073)	(22.218)
Perda na alienação de bens e direitos	(118)	-
Ajuste banco de adiantamentos	(8.195)	(5.264)
Ajuste atualização atuarial	(4.809)	-
Quarta Geração	(1.562)	-
Outras despesas não operacionais	(8.025)	(6.138)
Total das despesas não operacionais	(42.115)	(34.173)
Total líquido	(26.721)	38.029

31. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	2007	2006
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	233.758	194.574
Efeitos fiscais a alíquota nominal (34%)	479.478	166.155
Depreciação Lei 8.200	(209)	(623)
Incentivos fiscais	353	-
Constituição de IR diferido sobre prejuízo fiscal	-	57.300
Constituição de CS diferido sobre lucro negativo	-	15.112
Diferença de impostos anos anteriores	-	(9.621)
Diferenças permanentes	(1.033)	534
Imposto de renda e contribuição social correntes e	(480.427)	(13.453)

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme mencionado na nota 17, a Companhia registrou em 2006, imposto de renda e contribuição social diferidos nos montantes de R\$57.300 e R\$15.112, respectivamente, referentes a perda da liminar judicial que permitia a utilização de 100% do prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido.

32. Remuneração dos administradores

Os honorários dos administradores foram fixados pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2007, no montante global anual de até R\$ 6.000 (R\$ 6.000 em 2006). Desse total, R\$ 3.323 (R\$ 3.862 em 2006) foram apropriados em despesas gerais e administrativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

33. Seguros (*)

Em 31 de dezembro de 2007, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil e resumida como segue:

Risco	Data de vigência		Importância segurada	Prêmio
	De	Até		
Risco operacional	30/06/07	30/06/08	US\$ 30 milhões	US\$ 539 mil
Responsabilidade civil geral	30/06/07	30/06/08	US\$ 70 milhões	US\$ 567 mil

(*) Não auditado pelos auditores independentes

34. Instrumentos financeiros

A CVM, por meio da Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu a divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nas demonstrações financeiras.

O negócio da Ampla compreende a distribuição de energia para os consumidores de suas áreas de concessão, portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo estão relacionados à recomposição tarifária extraordinária e, portanto, não estão sujeitos a ajuste a valor de mercado.
- Aplicações em fundos de curto prazo e/ou aplicações de renda fixa, se aproximam do valor de mercado.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Os empréstimos da Ampla concentrados no curto prazo, para atendimento de seu capital de giro, aproximam-se do valor de mercado na data de balanço. Para os empréstimos e debêntures de longo prazo, por se tratarem, em sua maioria, de fontes de financiamentos específicos, o valor de mercado não foi calculado de forma a obter o valor de negociação a taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Ampla podem ser assim enumerados:

(a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Ampla vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e as correspondentes despesas financeiras.

(b) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Ampla vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures. Outro risco que a Ampla enfrenta é a não-correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifas de energia elétrica não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da Ampla.

(c) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Ampla vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores futurados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Ampla tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Ampla, para refletir possíveis riscos de realização das contas a receber (vide nota 5).

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

35. Processo de revisão tarifária

A Resolução Homologatória nº 434 de 13 de março de 2007 homologou o reajuste tarifário anual da Ampla, com vigência a partir do dia 15 de março de 2007, data da publicação da resolução no Diário Oficial da União, concedendo um reajuste médio da tarifa de 1,90%, sendo composto de:

Índice de Reajuste Tarifário Econômico (IRTE): 1,74%

Compensação do saldo da CVA e demais passivos financeiros: 0,16%

36. Alteração da legislação societária brasileira

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos a Lei das Sociedades por Ações, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. O objetivo desta lei é atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As principais modificações que poderão afetar a sociedade podem ser resumidas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Possibilidade da escrituração das transações para atender a legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis;
- Criação de dois novos subgrupos de contas: (i) Intangível e (ii) Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Obrigatoriedade da companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.
- Foi revogada a reavaliação de elementos do ativo. Os saldos existentes deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social de 2008.

Os requerimentos da Lei aplicam-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2008. No momento só é possível determinar o impacto do estorno da reavaliação, no montante de R\$ 222.706, caso a Companhia opte por não permanecer com seu imobilizado valorizado a mercado.

37. Demonstração do resultado por atividade (não auditada)

Em atendimento as instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2007, das unidades de negócio: distribuição, comercialização, atividades não vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica e consolidado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
BFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

00305-Q

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA IXP/DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORÇENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	11
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	12
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	13
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	14
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	16
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	36/84

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	33.050.071/0001-58
4 - NIRE	000033300054944	

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO		2 - BAIRRO OU DISTRITO		
Praça Leoni Ramos nº 1		São Domingos		
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF		
24240-200	Niterói	RJ		
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFAX
21	2613-7783	2613-7035	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
21	2613-7123	-	-	
15 - E-MAIL				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Luz Carlos L. Ordás Bellescand				
2 - ENDEREÇO COMPLETO		3 - BAIRRO OU DISTRITO		
Praça Leoni Ramos nº 1		São Domingos		
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO	6 - UF		
24420-200	Niterói	RJ		
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFAX
21	2613-7031	2613-7000	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
21	2613-7199	-	-	
16 - E-MAIL				
lbellescand@prodnet.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2008	31/12/2008
2 - Penúltimo	01/01/2007	31/12/2007
3 - Antepenúltimo	01/01/2006	31/12/2006
4 - NOME RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	5 - CÓDIGO CVM	
Caratini Auditores Associados	00708-0	
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	7 - CPF DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	
Érico L. Caratini	129.012.967-34	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00305-0	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	3 - CNPJ 33.050.071/0001-58
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Quantidade de Ações (Mil)	1 31/12/2008	2 31/12/2007	3 31/12/2006
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	3.922.515.918	3.922.515.918	3.922.515.918
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	3.922.515.918	3.922.515.918	3.922.515.918
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE FUNÇÃO Operacional
3 - NACIONALIDADE EXTERNO DO AGENDA 4.0 Estrangeira
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3120 - Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Distribuição e concessão de energia elétrica
6 - TIPO DE CONSELHO GERAL Não Prescrito

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ITEM	2 - DATA	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - VALOR DO PROVENTO	6 - ESPECIE E CLASSIF. DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P. AÇÃO
01	AGO-08	29/04/2008	Dividendo	23/12/2008	ON	0.000092840

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 26/03/2009	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2008
1	Ativo Total	4.487.121	4.823.562	4.354.869
1.01	Ativo Circulante	1.532.874	1.536.622	1.220.520
1.01.01	Disponibilidades	491.422	481.034	144.170
1.01.01.01	Numeração disponível	22.176	10.572	21.547
1.01.01.02	Aplicações financeiras	442.846	261.681	72.634
1.01.02	Créditos	1.039.115	1.054.890	1.054.889
1.01.02.01	Clientes	659.792	954.499	836.957
1.01.02.01.01	Consumidores, concessionários e permissos	795.070	873.185	766.574
1.01.02.01.02	Prova para resolução de dúvidas	170.340	120.070	120.070
1.01.02.01.03	Ativos Regulatórios	165.116	162.651	259.221
1.01.02.01.04	Rendimentos a receber	54.905	42.444	65.062
1.01.02.01.05	Investimentos diversos	19.010	14.891	26.279
1.01.02.02	Créditos Diversos	309.921	209.395	226.332
1.01.02.02.01	Partes relacionadas	443	1.538	2.213
1.01.02.02.02	Imposto de renda e contrib social diferidos	10.067	50.612	56.964
1.01.02.02.03	Tributos a compensar	158.411	148.156	164.851
1.01.03	Estoques	2.671	5.012	4.878
1.01.04	Outros	1.056	4.152	6.777
1.01.04.01	Despesas antecipadas	1.056	4.152	6.777
1.02	Ativo Não Circulante	2.954.247	3.286.940	3.134.389
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	596.385	722.695	846.927
1.02.01.01	Créditos Diversos	505.629	581.034	682.906
1.02.01.01.01	Ativos regulatórios	110.167	144.447	210.720
1.02.01.01.02	Tributos a compensar	49.212	12.519	50.810
1.02.01.01.03	Imp de renda e contrib social diferidos	342.660	383.971	431.276
1.02.01.02	Créditos com Pessoa(s) Ligada(s)	1.417	139.242	152.256
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equivariadas	0	179.243	152.255
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.417	0	0
1.02.01.03	Outros	0	2.622	3.766
1.02.01.03.01	Despesas antecipadas	0	2.622	3.766
1.02.02	Ativo Permanente	2.447.861	2.564.245	2.287.462
1.02.02.01	Investimentos	974	1.505	1.417
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equivariadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equivariadas-Agio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Agio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	974	1.505	1.417
1.02.02.02	Imobilizado	2.412.071	2.528.166	2.287.458
1.02.02.03	Intangível	54.699	31.888	30.597
1.02.02.04	Diferido	0	1.281	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - Descrição	2 - Descrição	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 - 31/12/2003
2	Passivo Total	4.487.121	4.823.562	4.394.869
2.01	Passivo Circulante	1.059.594	1.103.652	1.074.320
2.01.01	Emprestimos e Financiamentos	311.600	323.875	31.809
2.01.01.01	Principal	287.167	317.406	24.737
2.01.01.02	Juros e encargos de dívida	24.033	36.420	2.072
2.01.02	Debitores	34.506	329.583	45.415
2.01.03	Fornecedores	191.534	155.732	167.599
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	110.552	100.415	363.554
2.01.05	Tributos a Pagar	19.066	30.416	45.391
2.01.06	Provisões	470	1.115	1.241
2.01.06.01	Provisão para contingências	470	1.115	1.241
2.01.07	Dividas com Pessoas Ligadas	9.295	31.317	50.001
2.01.08	Outros	307.536	370.044	373.660
2.01.08.01	Fornecedores	10.539	9.589	14.973
2.01.08.02	Passivos regulatórios	19.080	119.144	175.017
2.01.08.03	Obrigações com beneficiários do emprego	0	19.467	35.533
2.01.08.05	Parcelamento especial - Lei 10.584	5.615	5.563	5.205
2.01.08.06	Taxas regulamentares	21.662	13.525	21.569
2.01.08.07	Imposto de renda e contribuições diferidos	0	7.511	7.511
2.01.08.08	Financiamento e Pesquisa Energética	10.414	35.140	63.801
2.01.08.09	Obrigações estimadas	12.706	10.615	12.554
2.01.08.10	Outras obrigações	113.379	129.047	34.857
2.02	Passivo Não Circulante	1.863.029	2.121.573	1.655.401
2.02.01	Passivo de longo prazo	1.662.635	2.121.573	1.655.401
2.02.01.01	Emprestimos e Financiamentos	671.205	883.611	385.112
2.02.01.02	Debitores	505.445	483.598	174.765
2.02.01.03	Provisões	405.251	419.115	424.305
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	405.251	419.115	424.305
2.02.01.04	Dividas com Pessoas Ligadas	3.736	7.626	5.411
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	298.510	333.523	297.768
2.02.01.06.01	Passivos regulatórios	191.075	317.701	48.891
2.02.01.06.02	Parcelamento especial - Lei 10.584	23.127	37.734	29.613
2.02.01.06.03	Obrigações com beneficiários do emprego	219.952	135.454	114.795
2.02.01.06.04	Imposto de renda e contribuições diferidos	0	68.021	34.550
2.02.01.06.05	Outras obrigações	49	257	24
2.02.01.06.06	Financiamento e Pesquisa Energética	15.513	29.398	0
2.03	Reservados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	1.565.502	1.598.337	1.665.138
2.04.01	Capital Social Realizado	898.230	888.230	968.230
2.04.02	Reservas de Capital	23.254	23.354	23.254

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2008
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	222.708	236.591
2.05.03.01	Ativos Permanentes	0	222.708	236.591
2.05.03.02	Controladas, Controladas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	624.418	337.647	237.503
2.05.04.01	Legal	37.105	17.223	9.556
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Reservação de Lucros	403.220	320.524	198.007
2.05.04.06	Exercício em Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negocios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.05.07	Ajustamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006 a 31/12/2006	4 - 31/12/2007 a 31/12/2007	5 - 31/12/2008 a 31/12/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.637.723	3.396.775	3.294.152
3.01.01	Consumidores - concessões e perm.	3.565.672	3.142.318	3.023.670
3.01.02	Arrendamento não faluciado	18.107	1.708	30.070
3.01.04	Baixa renda	113.662	93.648	54.320
3.01.05	Ativo regulatório	126.167	92.267	91.150
3.01.06	Suplemento de energia elétrica	129.401	40.498	44.704
3.01.07	Receita de uso de rede elétrica	146.053	151.949	164.911
3.01.08	Outras receitas	75.355	54.055	62.652
3.02	Tribuições da Receita Bruta	1.585.314	1.204.189	1.267.287
3.02.01	CMS	927.913	838.816	862.165
3.02.02	PIS	143.431	142.155	149.785
3.02.03	COFINS	150.021	184.019	218.147
3.02.04	SS	12.637	11.977	11.717
3.02.05	Quota para reserva global de reversão	150.509	28.588	134.445
3.02.06	Financiamento de capacidade emergencial	0	0	1.048
3.02.07	Subsídios COFINS	145.462	145.181	0
3.02.08	Pesquisa e Desenvolvimento Freigética	176.415	21.243	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.451.329	2.192.586	2.226.865
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	1.652.276	1.219.216	1.305.177
3.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	1.253.447	1.204.200	1.001.702
3.04.02	Encargos de uso de rede de transmissão	14.165	12.760	13.255
3.04.03	Pessoa	166.829	67.872	57.007
3.04.04	Exatidão de provisão privada	13.589	13.439	13.037
3.04.05	Materia	11.360	13.664	13.022
3.04.06	Serviço de licenças	146.853	91.459	67.625
3.04.07	Depreciação e amortização	140.857	128.582	134.103
3.04.08	Outras	112.311	18.933	12.754
3.04.09	Custo dos serviços prestados a terceiros	0	0	2.295
3.05	Resultado Bruto	799.053	973.370	921.688
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	372.429	575.116	744.947
3.06.01	Com Vendas	175.443	128.542	167.556
3.06.01.01	Provisão provisória de liquidação de...	81.624	102.188	84.914
3.06.01.02	Perda com juros inadimplentes	120.856	21.766	101.634
3.06.01.03	Pessoa (incluindo provisão privada)	110.491	18.637	17.525
3.06.01.04	Materia	11.128	18.651	11.180
3.06.01.05	Serviços de terceiros	126.627	25.618	32.104
3.06.01.06	Outras	1220	104	110
3.06.02	Gerais e Administrativas	172.145	190.774	462.507
3.06.02.01	Despesas gerais e administrativas	156.898	131.320	170.175
3.06.02.02	Conta consumo de combustível	0	0	111.818
3.06.02.03	Conta de desenvolvimento energético	0	0	63.612

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CVM/CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	03.050.071/0001-58

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3-31/12/2007 (R\$ Mil)	4-31/12/2007 (R\$ Mil)	5-31/12/2008 (R\$ Mil)
3.05.02.01	Encargo de serviços do sistema	52.335	19.463	143.408
3.05.02.05	Taxa de fiscalização ANCEL	6.665	19.143	5.012
3.05.02.06	Depreciação e amortização	18.193	15.571	10.805
3.05.02.08	Outras	126.213	132.251	12.511
3.05.02.09	Provisão para contingências	125.431	0	0
3.05.03	Finanças	1.14.841	1258.420	1154.141
3.05.03.01	Receitas Financeiras	172.613	69.113	170.984
3.05.03.01.01	Renda de aplicação financeira	27.914	11.635	5.660
3.05.03.01.02	Multas e juros sobre recursos	42.141	31.852	31.521
3.05.03.01.03	Partes relacionadas	57.221	632	2.335
3.05.03.01.04	Variações monetárias diversas	3.336	4.035	3.163
3.05.03.01.05	Outras receitas financeiras	58.029	31.548	121.951
3.05.03.02	Despesas Financeiras	295.454	1347.913	1355.771
3.05.03.02.01	Encargos de juros	164.729	1134.275	1171.971
3.05.03.02.02	Multas e juros sobre recursos	15.421	31.499	15.048
3.05.03.02.03	Partes relacionadas	1326	10.227	0
3.05.03.02.04	Variações monetárias diversas	119.609	18.177	127.621
3.05.03.02.05	Perda operações com derivativos	0	0	115.451
3.05.03.02.06	Lucros Deferidos	181.857	1105.287	165.820
3.05.03.02.07	Outras despesas financeiras	111.008	144.910	151.804
3.05.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.05.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.01	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	426.624	233.148	195.541
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	36.029
3.08.01	Receitas	0	0	32.501
3.08.02	Despesas	0	0	134.471
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	426.624	233.148	195.574
3.10	Provisão para R.R. Contribuição Social	142.567	140.141	191.271
3.10.01	Imposto de renda	157.904	125.750	143.235
3.10.02	Contribuição social	124.878	112.821	118.031
3.11	R. Diferido	112.891	118.885	32.811
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Lucros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Lucro/Prejuízo do Período	281.589	155.331	191.121

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - PERÍODO	2 - DESCRIÇÃO	3-01/01/2008 a 31/12/2008	4-01/01/2007 a 31/12/2007	5-01/01/2006 a 31/12/2006
	NUMERO AÇÕES EXISTENTES	3.922.515.916	3.922.515.918	3.922.515.918
	LUCRO POR AÇÃO - Real	0.00007	0.00004	0.00005
	PERDIZ POR AÇÃO - Real			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	03.050.071/0001-58

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - Fluxo	2 - Descrição	3 - 31/12/2008 a 31/12/2008	4 - 31/12/2007 a 31/12/2007	5 - 31/12/2006 a 31/12/2006
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	529.671	185.521	0
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	653.283	756.711	0
4.01.01.01	Lucro líquido do exercício	241.189	15.434	0
4.01.01.02	Provisão créditos de liquidação du	30.971	65.532	0
4.01.01.03	Depreciação e amortização	154.030	12.168	0
4.01.01.04	Variação monetária e cambial	13.938	11.583	0
4.01.01.05	Ativos e passivos regulatórios	13.705	69.610	0
4.01.01.06	Provisão para contingências	25.724	25.137	0
4.01.01.07	Lucros líquidos provisoriados	148.740	179.102	0
4.01.01.08	Valor residual de investimentos	17.097	13.705	0
4.01.01.09	Imp. de renda e contrib social difinidos	57.656	39.868	0
4.01.01.10	Obrigações trabalhistas pós-emprego	64.031	4.670	0
4.01.01.11	Eficiência e pesquisa energética	26.416	21.343	0
4.01.02	Variação nos Ativos e Passivos	374.812	157.190	0
4.01.02.01	Consumos, encargos e perdas	142.577	120.345	0
4.01.02.02	Rendimentos a receber	111.492	19.538	0
4.01.02.03	Devedores diversos	568	5.295	0
4.01.02.04	Estoques	2.942	1.930	0
4.01.02.05	Partes relacionadas	154.399	13.583	0
4.01.02.06	Tributos a compensar	10.871	14.888	0
4.01.02.07	Despesas antecipadas	2.655	3.171	0
4.01.02.08	Fornecedores	35.772	11.867	0
4.01.02.09	Fórmula de pagamento	1.40	10.284	0
4.01.02.10	Impostos e contribuições sociais	10.137	126.139	0
4.01.02.11	Provisão para contingências	140.333	10.255	0
4.01.02.12	Parcelamentos especiais - Lei 10.084	14.404	11.377	0
4.01.02.13	Taxas regulamentares	9.033	10.050	0
4.01.02.14	Partes relacionadas	121.121	19.269	0
4.01.02.15	Obrigações emendas	1107	12.130	0
4.01.02.16	Eficiência e pesquisa energética	113.135	20.723	0
4.01.02.17	Outras obrigações	4.135	74.410	0
4.01.02.18	Lucros pagos	116.801	110.083	0
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.071.758	1.367.282	0
4.02.01	Aquisições não negociado	334.324	1.430.520	0
4.02.02	Obrigações vinculadas a concessão	23.171	43.358	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financeiras	158.114	519.218	0
4.03.01	Pagamento de debêntures	200.300	0	0
4.03.02	Constituição de empréstimos e financi	171.903	648.568	0
4.03.03	Pagamentos de empréstimos e finan	197.777	140.909	0
4.03.04	Recebimento de juros (parte relacionada)	193.988	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3-01-01-2008 a 12-12-2008	4-01-01-2007 a 31-12-2007	5-01-01-2006 a 31-12-2006
4-01-03	Dividendos pagos	130.284	145.391	0
4-04	Variação Cambial e Caixa e Equivalentes	0	0	0
4-05	Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes	11.351	318.478	0
4-01-01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	462.654	144.179	0
4-05-02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	461.422	462.654	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

000090 CVM	000090 CVM	000090 CVM	000090 CVM
00305-D	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.		33.050.071/0001-58

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO DE DESCRIÇÃO	2 - CAPITAL SOCIAL	3 - RESERVAS DE CAPITAL	4 - RESERVAS DE RESERVA	5 - RESERVAS DE RESERVA	6 - LUCROS, PREJUÍZOS E OUTROS	7 - LUCROS, PREJUÍZOS E OUTROS	8 - LUCROS, PREJUÍZOS E OUTROS	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01 - Saldo Inicial	1.500.000	23.754	385.778		1.007.154			1.591.280
5.02 - Aumento de Capital por Emissão								
5.02.01 - 14 e 15 sobre o valor de face de ações								
5.02.02 - Emissão de ações ordinárias e B.D.								
5.03 - Saldo Acumulado	1.500.000	23.754	385.778		1.007.154			1.591.280
5.04 - Lucro ou Prejuízo do Período								
5.05 - Dividendos								
5.06 - Diferenças								
5.07 - Ajustes sobre o balanço								
5.08 - Outras Despesas								
5.09 - Reserva Legal								
5.10 - Reserva de Riscos de Juros								
5.11 - Provisão de Impostos de Renda								
5.12 - Aumento de Reserva de Renda								
5.13 - Aumento de Reserva de Renda								
5.14 - Aumento de Reserva de Renda								
5.15 - Aumento de Reserva de Renda								
5.16 - Aumento de Reserva de Renda								
5.17 - Aumento de Reserva de Renda								
5.18 - Aumento de Reserva de Renda								
5.19 - Aumento de Reserva de Renda								
5.20 - Aumento de Reserva de Renda								
5.21 - Aumento de Reserva de Renda								
5.22 - Aumento de Reserva de Renda								
5.23 - Aumento de Reserva de Renda								
5.24 - Aumento de Reserva de Renda								
5.25 - Aumento de Reserva de Renda								
5.26 - Aumento de Reserva de Renda								
5.27 - Aumento de Reserva de Renda								
5.28 - Aumento de Reserva de Renda								
5.29 - Aumento de Reserva de Renda								
5.30 - Aumento de Reserva de Renda								
5.31 - Aumento de Reserva de Renda								
5.32 - Aumento de Reserva de Renda								
5.33 - Aumento de Reserva de Renda								
5.34 - Aumento de Reserva de Renda								
5.35 - Aumento de Reserva de Renda								
5.36 - Aumento de Reserva de Renda								
5.37 - Aumento de Reserva de Renda								
5.38 - Aumento de Reserva de Renda								
5.39 - Aumento de Reserva de Renda								
5.40 - Aumento de Reserva de Renda								
5.41 - Aumento de Reserva de Renda								
5.42 - Aumento de Reserva de Renda								
5.43 - Aumento de Reserva de Renda								
5.44 - Aumento de Reserva de Renda								
5.45 - Aumento de Reserva de Renda								
5.46 - Aumento de Reserva de Renda								
5.47 - Aumento de Reserva de Renda								
5.48 - Aumento de Reserva de Renda								
5.49 - Aumento de Reserva de Renda								
5.50 - Aumento de Reserva de Renda								
5.51 - Aumento de Reserva de Renda								
5.52 - Aumento de Reserva de Renda								
5.53 - Aumento de Reserva de Renda								
5.54 - Aumento de Reserva de Renda								
5.55 - Aumento de Reserva de Renda								
5.56 - Aumento de Reserva de Renda								
5.57 - Aumento de Reserva de Renda								
5.58 - Aumento de Reserva de Renda								
5.59 - Aumento de Reserva de Renda								
5.60 - Aumento de Reserva de Renda								
5.61 - Aumento de Reserva de Renda								
5.62 - Aumento de Reserva de Renda								
5.63 - Aumento de Reserva de Renda								
5.64 - Aumento de Reserva de Renda								
5.65 - Aumento de Reserva de Renda								
5.66 - Aumento de Reserva de Renda								
5.67 - Aumento de Reserva de Renda								
5.68 - Aumento de Reserva de Renda								
5.69 - Aumento de Reserva de Renda								
5.70 - Aumento de Reserva de Renda								
5.71 - Aumento de Reserva de Renda								
5.72 - Aumento de Reserva de Renda								
5.73 - Aumento de Reserva de Renda								
5.74 - Aumento de Reserva de Renda								
5.75 - Aumento de Reserva de Renda								
5.76 - Aumento de Reserva de Renda								
5.77 - Aumento de Reserva de Renda								
5.78 - Aumento de Reserva de Renda								
5.79 - Aumento de Reserva de Renda								
5.80 - Aumento de Reserva de Renda								
5.81 - Aumento de Reserva de Renda								
5.82 - Aumento de Reserva de Renda								
5.83 - Aumento de Reserva de Renda								
5.84 - Aumento de Reserva de Renda								
5.85 - Aumento de Reserva de Renda								
5.86 - Aumento de Reserva de Renda								
5.87 - Aumento de Reserva de Renda								
5.88 - Aumento de Reserva de Renda								
5.89 - Aumento de Reserva de Renda								
5.90 - Aumento de Reserva de Renda								
5.91 - Aumento de Reserva de Renda								
5.92 - Aumento de Reserva de Renda								
5.93 - Aumento de Reserva de Renda								
5.94 - Aumento de Reserva de Renda								
5.95 - Aumento de Reserva de Renda								
5.96 - Aumento de Reserva de Renda								
5.97 - Aumento de Reserva de Renda								
5.98 - Aumento de Reserva de Renda								
5.99 - Aumento de Reserva de Renda								
6.00 - Aumento de Reserva de Renda								

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CVM/CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - Descrição	2 - Descrição	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2008 a 31/12/2008
6.01	Receitas	4.207.653	3.749.418	0
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	3.636.011	3.351.385	0
6.01.02	Outras Receitas	571.642	398.033	0
6.01.03	Receitas refs. a Consórc. Ativos Proprios	401.141	438.171	0
6.01.04	Provisão Ref. Creds. Liquidação Duvidosa	130.971	38.822	0
6.02	Despesas Adquiridas de Terceiros	11.932.081	11.865.118	0
6.02.01	Custos Produz. Merc. e Serv. Vendidos	11.230.910	10.888.274	0
6.02.02	Materiais, Energia, Serv. Terceiros, Outros	631.657	976.844	0
6.02.03	Perda/Recuperação de Vant. Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	170.220	187.430	0
6.03	Valor Adicionado Bruto	2.275.226	2.064.296	0
6.04	Resenções	154.030	112.169	0
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	154.030	112.169	0
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.121.196	1.952.127	0
6.06	V. Adicionado Recebido em Transferência	172.613	72.131	0
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	0
6.06.02	Receitas Financeiras	172.613	72.131	0
6.06.03	Outras	0	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.293.809	2.024.258	0
6.08	Distribuição do V. Adicionado	2.293.789	2.023.951	0
6.08.01	Pessoas	177.003	111.697	0
6.08.01.01	Remuneração Direta	148.124	87.578	0
6.08.01.02	Benefícios	19.091	36.222	0
6.08.01.03	FGTS	7.646	8.196	0
6.08.01.04	Outros	0	0	0
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.532.890	1.451.209	0
6.08.02.01	Federais	600.279	560.415	0
6.08.02.02	Estaduais	827.014	808.617	0
6.08.02.03	Municipais	2.637	1.977	0
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	303.550	331.124	0
6.08.03.01	Juros	273.180	281.281	0
6.08.03.02	Alugueres	7.055	6.193	0
6.08.03.03	Outras	19.175	29.650	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	381.395	153.331	0
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0
6.08.04.02	Dividendos	381.395	153.331	0
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	189.450	116.915	0
6.08.05	Outros	0	0	0

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Ampla Energia e Serviços S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial da **AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.** em 31 de dezembro de 2008 e as correspondentes demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A., em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Anteriormente, auditamos as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, sobre as quais emitimos parecer, sem ressalvas, datado de 17 de março de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, exceto a demonstração das origens e aplicações de recursos, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 13, que trata da adoção inicial da Lei nº 11.638/07, e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
BFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Rio de Janeiro, 6 de março de 2009

C A N A R I M
Auditores Associados
CRC-RJ-003.003 O-5

Érico L. Canarim
Sócio-Responsável
Contador-CRC-RJ-037.512 O-

3

(Firma-membro da *AGN International Ltd.*)

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ampla Energia e Serviços S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Administração do exercício social findo em 31 de dezembro de 2008.

Todas as comparações realizadas neste Relatório referem-se ao mesmo período de 2007, exceto quando especificado em contrário.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Respeito a vida, simplicidade e geração de valor. São esses os conceitos que escolhemos como diretrizes para os nossos negócios ao reformular os valores da Ampla. E os resultados positivos do ano de 2008 nos mostram que estamos no caminho certo.

Nossa receita operacional atingiu R\$ 2,6 bilhões – 15,0% maior do que os R\$ 2,1 bilhões obtidos em 2007 – e o lucro líquido cresceu expressivos 83,5%, chegando a R\$ 281,4 milhões. O EBITDA de R\$ 705,5 milhões representa aumento de 12,9% em relação ao ano anterior.

Essas conquistas foram sustentadas pela melhoria dos nossos processos, principalmente, em relação ao combate ao furto de energia que registrou queda de 1,2 p.p. em 2008, e ao aumento da cobrabilidade, que fechou em 99,4%. O emprego da tecnologia na busca destas melhorias teve um papel bastante importante. O Ampla Chip, sistema de medição eletrônica com leitura digital e data, por exemplo, foi considerado uma das dez grandes inovações brasileiras da última década.

No entanto, nada disso teria valor sem a garantia da qualidade no nosso serviço. Por essa razão, nossas prioridades em 2008 foram ainda mais a métrica de tempo que um cliente fica sem energia assim como a quantidade de vezes que isso acontece. Melhoramos os índices DEC (Duração Equivalente por Consumidor) em 8,7%, fechando em 13,21 e o FEC (Frequência Equivalente por Consumidor) em 5,5%, atingindo 10,06, números nunca obtidos até então.

Essa melhoria refletiu diretamente no crescimento da satisfação dos nossos clientes, como comprova a Pesquisa Abradee da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. A análise indicou um aumento de sete pontos percentuais no Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) da Ampla, chegando a 72,5% de clientes satisfeitos ou muito satisfeitos.

Sem dúvida, tais resultados só foram possíveis com muito esforço e dedicação de cada um dos colaboradores da Ampla. Tanto é que o Plano Alitude, programa estratégico que orientou a atuação da companhia em 2007 e 2008, já foi concluído graças ao comprometimento das pessoas que fazem a empresa.

A Ampla vem proporcionando excelentes oportunidades aos seus colaboradores e vem sendo reconhecida por eles pelos seus méritos em gestão de pessoas. Prova disso é que ficamos entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil tanto no Guia Exame-Você S/A-FIA – pelo segundo ano seguido – como na lista da revista Época-Instituto Great Place to Work, que indicou inclusive sermos a primeira em circulação no Rio de Janeiro.

Concluído o nosso compromisso com as pessoas não se restringe à equipe da Ampla. Também estamos presentes na vida das comunidades nas quais atuamos. No último ano, 325 mil pessoas foram beneficiadas com os nossos projetos sócio-ambientais. Essas ações evoluíram e deram origem ao Consciência Ampla, programa de responsabilidade sócio-ambiental com foco na Educação para a Consumo Consciente através de projetos educativos nas comunidades e eficiência energética em lares de clientes baixa renda. A iniciativa que será lançada em 2009 visa à sustentabilidade do negócio e do planeta.

Em 2009, temos mais desafios. Por isso lançamos um novo plano estratégico chamado Ampla+. Este plano busca colocar a Ampla entre as melhores distribuidoras de energia elétrica do Brasil, com mais qualidade, com mais compromisso com os nossos colaboradores, parceiros, clientes e comunidade, e alcançando resultados econômicos sustentáveis e crescentes. Continuaremos adotando a estratégia de atacar a raiz-raiz de cada problema e assim resolvê-los definitivamente. E tanto a qualidade dos nossos serviços como a excelência no atendimento aos clientes continuarão no

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

centro das nossas atenções. Queremos – e podemos – aprimorar as nossas operações aumentando assim a satisfação das nossas clientes.

O bem-estar e a saúde de funcionários e parceiros também permanecerão na pauta de assuntos prioritários deste ano. Trataremos, especialmente, do tema de segurança laboral, com a observação de um forte trabalho de mudança cultural dentro e fora da empresa. O propósito é ampliar a conscientização das pessoas em relação à importância do uso de seus equipamentos de segurança e do real perigo de um ato inseguro. Queremos chegar a um estágio no qual todos os nossos funcionários e parceiros tenham incorporado uma série nas suas atividades diárias.

Ainda em relação a 2009, não podemos deixar de mencionar a crise econômica mundial, iniciada no segundo semestre de 2008 e que deve se estender ao longo deste ano. Trata-se de um momento delicado para todo o setor empresarial e representa um enorme desafio para nós da Ampla, em especial. Isso porque estamos saindo de um ano vitorioso e precisamos ter cautela na definição dos investimentos, sempre com um olhar voltado para o nosso caixa.

Mas crises também podem ser oportunidades. Em 2008, o lucro com Novos Negócios cresceu significativamente em relação a 2007. Agora em 2009, temos a chance de criar ações diferenciadas e, assim, ajudar os nossos clientes a ser mais eficientes e competitivos. Entendemos que será fundamental a total integração com as comunidades das áreas onde atuamos para a adoção de medidas eficazes contra furto de energia e inadimplência, fatores que tendem aumentar em períodos de dificuldades econômicas. A prevenção a tal risco está na utilização de tecnologias associadas aos processos, como o Ampla Chip, o que nos permitirá avançar com custos menores.

A receita, portanto, e ter flexibilidade para administrar as incertezas de 2009, adotando uma postura prudente na gestão do dia-a-dia. Devemos acompanhar o cenário e o comportamento do mercado. E o mais importante: inovar no relacionamento com o cliente e ter eficiência de custos.

Assim, estaremos preparados para o alcance de um objetivo maior: o de fazer da Ampla uma das melhores empresas do Brasil na percepção de todos os nossos públicos. Para tanto, precisaremos atingir o alto desempenho financeiro, ser uma ótima empresa para se trabalhar, conquistar o orgulho dos clientes e o respeito da sociedade. Tudo isso será possível apenas se todos nós formos de fato comprometidos com tudo aquilo que fazemos. Só assim conseguiremos realizar a nossa missão: "cumprir a vida das pessoas".

Cristián Fierro
Diretor-presidente

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Destaques

- Perdas de energia (acumuladas 12 meses) caíram 1,2 pontos percentuais em relação a 2007, fechando em 20,2%, o melhor nível alcançado desde a privatização da empresa em 1995.

* base média anual da "terceira rede" (de base Usina de Mercado)

- A cobrabilidade atingiu 99,4%, o melhor índice registrado na história da Ampla.

- Índices de qualidade do serviço: DEC de 13,21 horas e FEC de 10,06 vezes, apresentaram reduções de 8,7% e 6,5%, respectivamente, em relação a 2007, registrando também os melhores índices da história da empresa.

- O resultado da pesquisa ISQP (Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida – Abradee) apresentou significativa evolução, atingindo 72,5% de clientes satisfeitos ou muito satisfeitos, uma melhoria de 12,58%, em relação a 2007.

Perfil e Número de Clientes

O número de consumidores da Ampla evoluiu 3,7% em relação ao ano anterior attingindo 2.466,1 mil consumidores em 2008. Desse total, 2.213,6 mil unidades consumidoras (90%) referem-se ao segmento residencial (sendo 791,5 mil classificados como baixa renda) que também evoluiu 9,8%. O expressivo aumento de 19,5% verificado na classe iluminação pública deve-se, basicamente, a individualização no sistema de medição desses consumidores.

Energia Elétrica Faturada

A Ampla faturou com venda de energia em 2008 um total de 8.965 GWh, quantidade 1,6% acima do total vendido em 2007. O aumento expressivo de 22,2% na classe industrial deve-se basicamente ao reajuste tarifário de 12,1% para os

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

clientes de alta tensão, válido a partir de 15 de março de 2008, e ao crescimento significativo da energia distribuída conforme demonstrado anteriormente no quadro "Balanço de Energia".

Transporte de Energia

Os clientes que migram para o mercado livre pagam às distribuidoras uma tarifa pelo uso do sistema de distribuição (TUSD). O transporte de energia para atendimento aos consumidores livres apresentou uma redução de 12,2%, passando de 1.385 GWh em 2007 para 1.217 GWh em 2008.

Clientes Livres

A Ampla encerrou 2008 com 16 clientes livres: 4 potencialmente livres e 5 potencialmente livres. O consumo desses clientes representa 13,7% do mercado da Companhia no ano. No decorrer do ano de 2008, não houve alteração no quadro dos Clientes Livres.

A Companhia não prevê impacto relevante no seu faturamento pela saída de clientes para o mercado livre, tendo em vista a receita auferida no transporte de energia em uma eventual saída desses clientes e o reduzido número de consumidores potencialmente livres. Aliado a isso, a Companhia adota política ativa de fidelização desses clientes.

Disciplina de Mercado

A partir de 31 de janeiro de 2006 a AMPLA passou a operar definitivamente com o novo modelo de fronteira, conforme a Resolução Normativa nº 67 da ANEEL. Este novo modelo resultou na ampliação das fronteiras de intercâmbio com consequentes aumentos no ingresso de energia e nas perdas totais da empresa. Assim, as perdas medidas através da fronteira nova fecharam o ano de 2008 em 20,2%, frente aos 21,4% de 2007, representando uma melhoria de 1,2pp. Enquanto as perdas medidas pela fronteira antiga fecharam em 18,7% em 2008 contra 19,9% em 2007.

O nível de perdas atingido pela Companhia no final de 2008 foi o menor nível desde sua privatização. Esse resultado foi alcançado com os esforços de disciplina de mercado aliados a utilização de tecnologias inovadoras - destaque para Rede Ampla, Ampla Chip, Semiflex e Máquinas Anti-furto - este último, para grandes clientes, e à realização de projetos sociais nas áreas envolvidas.

Cobrançabilidade

Em relação à cobrança (medida como valores arrecadados sobre valores faturados), a Companhia encerrou o ano com o índice de 99,4%, valor 0,2 pp superior ao encerramento de 2007, de 99,2%, e o melhor índice já registrado pela Companhia desde a privatização em 1996, reflexo da melhoria dos processos de arrecadação e cobrança.

Investimentos

Em 2008, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 350,8 milhões, frente aos R\$ 426,6 milhões investidos em 2007, representando uma redução de 17,8% ao compararmos os dois anos. Dos valores investidos em 2008, R\$ 22,6 milhões correspondem às subvenções do governo e aporte de clientes.

Resultado dos investimentos realizados pela Companhia na qualidade da rede de distribuição: os indicadores de qualidade do fornecimento de energia (DEC e FEC) apresentaram melhoria em 2008 em relação a 2007, de 8,7% e 5,5%, respectivamente. O DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) encerrou 2008 em 13,21 horas contra 14,47 horas em 2007. O FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) atingiu a marca de 10,06 vezes, contra 10,64 vezes em 2007.

Desde 2003, os indicadores DEC e FEC obtiveram uma melhoria de 40,6% e 41,3%, respectivamente, o que comprova que a Companhia vem sendo assertiva em seus investimentos voltados para a melhoria da qualidade do serviço. Como reflexo, vem obtendo a cada ano um maior nível de satisfação do cliente, que pode ser observado por meio do índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP), da pesquisa Abradeo, onde a Ampla evoluiu 21% desde 2003, atingindo 72,5 pontos em 2008.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Destaques

- Receitas operacionais brutas e líquidas totalizaram R\$ 3.837,7 milhões e R\$ 2.451,3 milhões em 2008, o que representa aumentos de 13,0% e de 15,0%, respectivamente, em relação a 2007.

05/11/2009 10:10:54

24q: 19

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- EBITDA alcançou R\$ 705,5 milhões, em 2008, montante 12,9% superior ao registrado em 2007
- Lucro líquido de R\$ 281,4 milhões (incremento de 83,5% comparado a 2007) consolidou 5 anos consecutivos de lucros e o melhor resultado da Companhia desde a privatização em 1996
- Queda de 22% no endividamento líquido da Ampla, devido, principalmente, à melhor geração de caixa da empresa
- Em junho de 2008 a *Standard & Poor's* elevou o *rating* corporativo da Ampla de brA para brA+ (escala nacional) e confirmou o *rating* global em BB-

Receita Operacional Bruta

A receita bruta em 2008 atingiu R\$ 3.837,7 milhões, o que representa uma evolução de 13,0% em relação a 2007 (R\$ 3.386,8 milhões). Essa variação se explica, principalmente, pelos seguintes fatores:

- **Fornecimento de Energia:** houve um incremento de 14,3% da receita por fornecimento de energia 2008. Esse aumento é efeito combinado do reajuste tarifário de 11,1%, homologado em 11 de março de 2008 e em vigor desde o dia 15 do mesmo mês, com o crescimento de 4,3% da energia faturada no mercado cativo
- **Suplemento de Energia Elétrica:** receita referente às vendas das sobras de energia contratada, realizadas pelas distribuidoras por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A redução dessa receita para a Ampla em 2008 reflete os menores níveis de sobras de energia contratada
- **Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – Contas Livres (TUSD):** a redução de 3,9% nesta receita deve-se, basicamente, à redução da energia faturada por esse segmento, que representa uma queda de 12,2% (de 1.385 GWh em 2007 para 1.217 GWh em 2008), amenizada parcialmente pelo reajuste tarifário positivo aplicado na tarifa a partir de 15 de março de 2008
- **Outras Receitas:** crescimento de 39,4% em relação ao ano passado reflete o aumento das vendas de novos produtos e serviços oferecidos pela Companhia aos clientes, como venda de seguros, projeto e construção de redes particulares, aluguel de ultra-estrutura, entre outros. Nessa linha, também são contabilizados os ganhos faturados nas contas com taxa de segunda via, uso mútuo de poste e taxa de religação.

Deduções da Receita

As deduções da receita tiveram um acréscimo de 9,6% em relação a 2007, principalmente pelos seguintes fatores:

- **PIS e COFINS:** ambas as contribuições aumentaram frente a 2007 devido ao aumento da receita bruta registrada no período. Com relação ao PIS, o desvio foi maior devido pagamento de R\$ 2 milhões referentes diferenças do ano de 2002.
- **ICMS:** aumento do ICMS em 10,6% comparado a 2008 devido principalmente ao aumento verificado na receita de venda de energia.

Variações nas contas de encargos setoriais, cujos montantes são definidos pela ANEEL:

- **RGR - Reserva Global de Reversão:** cota anual, prevista na legislação, destinada à União Federal, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica. No ano de 2008, obteve incremento de 76,8% atingindo R\$ 50,5 milhões.
- **CCC - Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis e COE - Conta de Desenvolvimento Energético:** CCC refere-se aos custos de operação das usinas dos sistemas interligado e isolado brasileiro localizadas principalmente na Região Norte, cujos custos são rateados pela ANEEL entre as distribuidoras. Já a COE é utilizada pelo Governo para promover a competitividade da energia produzida por meio de fontes alternativas e o desenvolvimento energético do País através do programa de universalização. Essa linha apresentou uma redução de 2,5%, fechando 2008 em R\$ 145,5 milhões frente R\$ 149,2 milhões em 2007.
- **PEE e P&D - Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento:** conforme disposições legais as distribuidoras estão obrigadas a destinar 1,0% da sua receita operacional líquida para esses programas. Em 2008, a quantia destinada a esses programas foi 23,6% maior que no ano anterior (R\$ 20,4 milhões contra R\$21,3 milhões).

Custos do Serviço e Despesas Operacionais

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os custos do serviço e despesas operacionais atingiram R\$ 1.868,9 milhões, registrando um aumento de 15,9% em comparação a 2007.

Custos e despesas não-gerenciáveis

Energia Elétrica Comprada para Revenda refere-se aos custos de aquisição de energia para atender o mercado da Companhia. Os montantes registrados em 2008 estão 24,8% superiores aos registrados em 2007. Esse aumento é decorrente, principalmente, de três fatores: 1) maior exposição ao mercado de curto prazo de energia ao longo do ano de 2008 em consequência da suspensão, ao final de 2007, dos contratos de fornecimento de energia com a CIEN; 2) alta do preço da energia no mercado spot em 2008, principalmente no 1. trimestre e 3) maior preço pago pela energia comprada de Jajau (24% do total das compras de energia da Ampla), devido à valorização do dólar.

- Encargos do Uso da Rede Elétrica de Transmissão refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica. O aumento de 11,0% em relação a 2007 deve-se, principalmente, ao reajuste das tarifas dos agentes de transmissão de 11,5% (IGPM referente ao período de maio de 2007 a junho de 2008) ocorridos em julho de 2008.

- Encargos do Serviço do Sistema – ESS representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do sistema para o atendimento do consumo. Esse custo é apurado pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração quando há despacho de térmicas em regime emergencial ou por determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. Em abril de 2008 foi criado um novo encargo chamado de ESS-CAR (Curva de Aversão ao Risco), somado à constituição de CVA's ativas ao longo de 2008, fez com que essa linha fechasse com uma receita de R\$ 52 milhões frente a R\$ -15 milhões no ano anterior.

Custos e despesas gerenciáveis

Os custos gerenciáveis em 2008 aumentaram 12,8% em relação a 2007 devido, basicamente, aos seguintes itens:

- Pessoal: o aumento de 57,0% em relação a 2007 (R\$193,0 milhões contra R\$ 122,9 milhões) foi originado pelo acréscimo de R\$ 63,0 milhões no passivo atuarial com o fundo de pensão da Fundação Ampla de Seguridade Social Brasileira, no qual a Companhia é patrocinadora. Conforme Fato Relevante emitido no dia 12 de novembro de 2008 e em atenção à Deliberação CVM 371, foi realizado ajuste nesse montante principalmente devido aos impactos da desvalorização dos ativos financeiros, provocados pela marcação a mercado dos títulos de renda fixa e variável componentes desses ativos.

- Materiais e Serviços de Terceiros: as despesas em materiais e serviços de terceiros alcançaram R\$ 236,7 milhões em 2008 frente a R\$ 179,5 milhões em 2007, o que representou um incremento de 31,9%. Esse acréscimo é devido, principalmente, à R\$ 38,8 milhões que em 2008 foram contabilizados como despesas de projetos de controle de perdas (disciplina de mercado) e que anteriormente haviam sido registrados como investimentos.

- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: a redução significativa no saldo dessa provisão deve-se ao expurgo das parcelas a vencer das dívidas renegociadas.

Em outras despesas operacionais encontram-se registradas as despesas com aluguel, seguros, contribuições às entidades institucionais e outros tributos.

EBITDA

O EBITDA alcançado em 2008 totalizou R\$ 705,5 milhões frente aos R\$ 624,7 milhões em 2007 (uma evolução de 12,8%). Esta variação é consequência principalmente do reajuste tarifário de 11,1% e do aumento do consumo de energia já relatados.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2008 foi negativo em R\$ 124,8 milhões, melhorando em 51,8% em relação ao ano anterior quando foi de R\$ 258,8 milhões negativos.

As receitas financeiras aumentaram em 136,5% em relação a 2007 devido, basicamente, a dois fatores:

- Ganho de variação cambial sobre empréstimo ativo em dólar com a Eneris no montante de R\$ 48,7 milhões e
- Maior renda de aplicações financeiras devido à maior saldo médio de caixa, consequentemente, maior volume para aplicação, aliado à maior CDI médio no ano de 2008 (12,28% contra 11,92%) e à obtenção de melhores taxas de rentabilidade junto às instituições financeiras.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As despesas financeiras reduziram 10,7% em relação a 2007, fechando em R\$ 255,5 milhões frente a R\$ 330,9 milhões naquele ano. Essa redução é explicada, principalmente, pelo Termo de Ajuste de Conduta (TAC), no valor de R\$ 18,6 milhões, aplicado a Companhia em 2007, e a diminuição dos juros de debêntures pela liquidação da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, em março de 2008. Além disso, em 2007 foram gastos R\$ 17 milhões em CPMF, contribuição que foi extinta em 2008.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Em 2008, a Companhia optou pelo recolhimento mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social com base no Lucro Real, uma vez que se verificou maior vantagem financeira com relação à base estimada da receita bruta, conforme previsto no artigo nº 222 do Regulamento do Imposto de Renda. Foram recolhidos a título desses tributos, R\$ 92,6 milhões, contra R\$ 40,6 milhões em 2007 devido, principalmente, a um melhor resultado antes de impostos registrado em 2008.

Lucro Líquido

O lucro líquido totalizou R\$ 281,4 milhões, o que significa uma margem líquida de 11,5% em 2008. O incremento de 83,5% em relação ao ano anterior deveu-se, principalmente, ao reajuste tarifário homologado e efetivado a partir de 15 de março de 2008, aliado ao crescimento da energia total faturada, à diminuição do custo de energia e à melhoria do resultado financeiro.

Endividamento

O endividamento da Ampla, em 2008, totalizou R\$ 1.523,3 milhões, com redução de 16,8% em comparação ao exercício anterior. Em termos líquidos, de caixa, a dívida totalizou R\$ 1.062 milhões frente a R\$ 1.367 milhões em 2007. O perfil da dívida financeira da Ampla mantém 77,3% dos compromissos no longo prazo. A redução da dívida deve-se, principalmente, à amortização da 1ª série da 3ª emissão de debêntures no primeiro trimestre, ao valor de R\$ 290 milhões. Os recursos para essa liquidação foram obtidos através de captações realizadas em dezembro de 2007, estratégias corrente antecipadas pela Companhia para que se aproveitassem as boas condições de mercado encontradas naquele momento.

O custo da dívida em 2008 fechou em 14% a.a., o que representa um incremento de 0,4p.p. em relação a 2007, resultado da elevação da taxa de juros (CDI) que remunera 66,8% da dívida da Ampla. No sentido oposto, o custo da dívida foi influenciado positivamente pelas liberações de recursos dos financiamentos com o BNDES. Em 2008 foram liberados R\$ 72 milhões ao custo médio do TJLP + 5,5% a.a. (equivalente a 11,8% a.a.).

O vencimento médio da dívida fechou 2008 em 3,1 anos, após o refinanciamento de dívidas bancárias e as liberações de recursos do BNDES citadas no parágrafo anterior.

Em junho de 2008 a *Standard & Poor's* elevou o rating corporativo da Ampla de *baA* para *baA+* (escala nacional) e confirmou o rating global em *BB-*. Foram destacados pela agência o perfil financeiro equilibrado, a capacidade de obter linhas de crédito favoráveis, a melhoria no perfil da dívida bem como a estável e robusta base de clientes nas classes comercial e residencial.

Em dezembro de 2008, a Ampla liquidou o mútuo ativo com a Enersis no montante de US\$ 82 milhões.

A dívida da Companhia não está exposta à variação cambial.

4. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

O Reajuste Tarifário da Ampla, publicado pela Aneel em 11 de março de 2008 e com vigência a partir do dia 15 do mesmo mês, estabeleceu aumento médio das tarifas da Ampla em 11,1%, sendo 7,8% relativos ao reajuste tarifário anual e 3,3% relativos aos componentes financeiros adicionais. Para os consumidores de baixa tensão, o reajuste médio percebido foi de 10,9% e para os de alta tensão de 12,1%. O índice médio de reajuste foi calculado considerando, principalmente, IGP-M de 8,67%, variação do período de março de 2007 à fevereiro de 2008.

No dia 10 de março de 2009 foi aprovada a revisão tarifária da Companhia, que entrou em vigor a partir do dia 15 do mesmo mês. Para os clientes de baixa tensão houve redução de 1,23% em função, principalmente, da redução de 4,22 pontos percentuais no índice de perdas de 2003 a 2008, enquanto para os clientes de média e alta tensão a revisão variou de -1,05% a 5,04%. O incremento médio foi de 0,82%.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
BFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5. AGRADECIMENTOS

A Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. agradece a seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação pela confiança depositada na Companhia em 2008. Agradece ainda de forma especial aos seus colaboradores pelo empenho e envolvimento com os objetivos da Ampla.

A Administração

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Valores em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla" ou "Sociedade") é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica. A Ampla tem por objetivo explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético. Em 9 de dezembro de 1996 foi assinado, junto ao Poder Concedente o Contrato de Concessão nº 005/96, com prazo de 30 anos, expirando-se em dezembro de 2026. Nesse contrato estão definidas as áreas de distribuição de energia a serem atendidas pela Sociedade. Atualmente, a Sociedade é responsável pelo fornecimento de energia elétrica para 66 municípios, sendo 65 do estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 2.302 mil consumidores (2.218 mil em 2007), com um quadro de 1.298 empregados (1.385 em 2007).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

(a) Alteração da legislação societária brasileira

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos a Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício que se iniciou em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº. 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a Companhia está adotando pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Lei 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08. Consequentemente, as seguintes práticas contábeis foram modificadas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

- A Companhia revisou os saldos registrados em ativo diferido e os que não atendiam aos critérios de reconhecimento como intangível foram baixados no exercício de 2008. Assim, a parcela correspondente a anos anteriores foi registrada, no balanço de abertura, no valor total de R\$1.281, líquido dos efeitos fiscais.

- A Lei nº 11.638/07 extinguiu a reavaliação de ativos e determinou no artigo 6º que os saldos existentes na reserva de reavaliação deveriam ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o fim desse exercício social. A Companhia optou por estornar a reavaliação dos ativos, bem como, os impostos diferidos relativos à mesma, no montante líquido de R\$ 218.395, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 13.

- A Companhia reclassificou o saldo de softwares e de marcas e patentes do ativo imobilizado para o intangível, no montante de R\$ 32.889 em atendimento a Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 04.

- A Companhia contabilizou a baixa dos custos incorridos na captação de recursos de terceiros que estavam apresentados como despesas antecipadas no montante de R\$ 3.609,.

Consoante item 51 do pronunciamento técnico CPC 13, a Companhia não está apresentando a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Os efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e no patrimônio líquido decorrente da adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, líquidos dos efeitos tributários, estão demonstrados a seguir:

Baixa da Despesa Antecipada, do Ativo Diferido e da Reserva de Reavaliação

Efeitos da Lei 11.638/07	Resultado	Patrimônio
		Líquido
Baixa de Despesas antecipadas	-	(3.609)
Baixa do Ativo diferido	(1.659)	(1.281)
Baixa da Reserva de reavaliação	17.427	(218.395)

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Reclassificações nas demonstrações financeiras do exercício anterior

Para fins de melhor apresentação e manutenção da comparabilidade, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas, quando aplicável. A seguir demonstramos a comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007 e os saldos reclassificados.

Balança Patrimonial	2007	
	Publicado	Reclassificado
Ativo circulante	1.522.073	1.536.820
Aplicações financeiras	393.297	391.681
Consumidores, concessionários e permissionários	807.459	873.389
Ativos regulatórios	234.160	182.981
Devedores diversos	18.342	19.981
Ativo não circulante		
Imobilizado	2.500.845	2.528.166
Intangível	60.210	32.889
Passivo circulante	1.123.409	1.138.156
Passivos regulatórios	170.367	119.184
Eficiência e pesquisa energética	64.046	38.140
Outras obrigações	45.117	169.047
Passivo não circulante		
Eficiência e pesquisa energética	-	29.306
Receita operacional		
Outras receitas	48.671	54.065
Despesas operacionais		
Outras	(146)	(32.261)
Receitas (Despesas) não operacionais, líquidas	(26.721)	-
	<u>6.959.529</u>	<u>7.018.517</u>

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

(a) Aplicações financeiras

Os fundos de investimento e CDB's possuem liquidez diária e têm seus ativos valorizados a seus respectivos valores de mercado, conforme instruções do Banco Central do Brasil.

(b) Consumidores, concessionários e permissionários

Incluem os créditos faturados a consumidores finais e concessionários revendedores, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada, os valores a receber relativos a energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCHE até as datas dos balanços, contabilizados pelo regime de competência.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – clientes

Calculada com base nos critérios determinados pela ANEEL, em valor considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e para os saldos dos clientes das demais classes vencidos há mais de 360 dias (tais como entidades do setor público), conforme determinado no manual de contabilidade do setor elétrico.

(d) Estoques

Os materiais em estoques, de operação e manutenção, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a projetos, contabilizados no ativo imobilizado estão avaliados ao custo médio de aquisição, deduzidos por provisões para perdas, quando aplicável.

(e) Ativos e passivos regulatórios

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Despesas antecipadas

Referem-se a dispêndios com a contratação de seguros cujo reconhecimento é registrado de forma linear no prazo de vigência dos contratos que os originaram. (vide nota 11)

(g) Imobilizado

Esta composto pelo custo de aquisição e/ou construção deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear em conformidade com as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL. Os juros e demais encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram registrados nesse subgrupo como custo, até 30 de junho de 2003. Adicionalmente, os gastos de administração geral são apropriados, mensalmente, às mobilizações e demais ordens em curso, em até 10% dos dispêndios diretos com pessoal e serviços de terceiros.

(h) Intangível

Registrado pelo custo de aquisição, composto de software do sistema corporativo e marcas e patentes, sendo a amortização realizada pelo método linear durante cinco anos.

(i) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

São calculados e registrados com base nas alíquotas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência. Os impostos diferidos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no ativo e ajustados ao seu valor provável de recuperação com base nas projeções de resultados fiscais suficientes para a utilização daqueles ativos.

(j) Obrigações com benefícios pós-emprego

Consistem no passivo atuarial relativo ao plano de previdência complementar e plano médico dos aposentados, registrado em regime de competência, com base em avaliação efetuada por atuário independente, em conformidade com a Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, que estabeleceram as normas para contabilização de benefícios pós-emprego concedidos a empregados.

(k) Obrigações vinculadas a concessão

Referem-se aos recursos de participação financeira dos consumidores e da União e de doações e subvenções para investimentos, aplicados na expansão do serviço público de energia elétrica. Estas obrigações são apresentadas nas demonstrações financeiras como redução do ativo imobilizado.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(I) Provisões para contingências

São reconhecidas mediante avaliação dos riscos em processo cuja probabilidade de perda é provável e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre o processo existentes na data do balanço.

(m) Atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os direitos e obrigações sujeitos a variação monetária e cambial, por força contratual ou dispositivo legal, estão atualizados até as datas dos balanços. Os passivos em moeda estrangeira são convertidos para reais em função da taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil, em cada data-base apresentada.

(n) Estimativas

A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para contingências e planos de aposentadoria e pensão;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Comercialização de energia no âmbito da CCFL;
- Recuperação do ativo regulatório – reposicionamento tarifário.

(o) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de aplicações financeiras referem-se em sua maioria a fundos de renda fixa – FIF, havendo ainda certificados de depósitos bancários - CDB e estão vinculadas as seguintes instituições:

Instituição	Tipo de Aplicação	2007	
		2008	(Reclassificado)
Banco Bradesco S.A.	CDB	89.336	2.877
Banco Bradesco S.A.	Fundo de Investimento	13.920	35.888
Banco Bradesco S.A.	Fundo de Investimento (1)	151.131	-
Banco Itaú S.A.	Fundo de Investimento	423	126.755
Banco Itaú S.A.	Fundo de Investimento (1)	17.363	-
Banco Pactual S.A.	Fundo de Investimento	306	5.388
Banco Santander S.A.	CDB	30.088	-
Banco Votorantim S.A.	Fundo de Investimento	-	10.695
Banco Votorantim S.A.	Fundo de Investimento (1)	99.685	-
Caixa Econômica Federal	Fundo de Investimento	-	5.245
HSBC Bank Brasil S.A.	Fundo de Investimento	24	148.936
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	CDB	36.807	8.144
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	Fundo de Investimento	-	47.331
Outras instituições financeiras	CDB	1.646	503
Outras instituições financeiras	Fundo de Investimento	137	519
Total de aplicações financeiras		440.846	391.681

(1) Fundo de Investimento exclusivo do Grupo Indesa Brasil, tendo a Companhia como participante. Sua carteira tem por objetivo seguir a variação do CDI, investindo basicamente em títulos públicos e CDB's – certificados de depósitos bancários – de bancos de primeira linha

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

Classe de consumidores	Saldo		Total	
	Vencidos	Vencíveis	2008	2007
	em milhares de reais	em milhares de reais		em milhares de reais
Residencial	76.738	10.873	209.173	198.878
Industrial	33.502	1.385	80.000	74.734
Comercial	51.783	10.717	130.088	123.336
Serviço	1.901	15.000	28.842	32.681
Serviço público	7.000	7.000	74.000	8.730
Terminação pré-paga	1.000	8.700	20.000	30.750
Serviço público	3.870	710	12.771	23.009
Serviço	1.000	-	1.000	1.288
Total	173.704	34.675	580.723	700.356
Contrato não firmado			153.687	110.000
Contrato não firmado			48.180	87.048
Comissão de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE			11.300	1.893
Comitê de Regulação de Energia Elétrica			10.777	32.652
Outros órgãos			3.270	6.555
Outros órgãos em processo			111.613	10.550
Total dos contratos não firmados e permissionários			730.777	870.148
Total para créditos a pagar/débitos			173.704	230.207
Total dos consumidores e concessionários e permissionários			173.704	108.119

(a) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:

Do saldo total a receber em 31 de dezembro de 2008 e 2007, R\$1.317 estão relacionados aos agentes que ingressaram com medidas judiciais para discussão dos valores firmados pela CCEE.

(b) Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

O crédito a receber de consumidores residenciais de baixa renda é calculado pela Companhia e submetido, mensalmente, à apreciação e homologação da ANEEL, conforme determina a Resolução nº 089, de 25 de outubro de 2004. O saldo em 31 de dezembro de 2008 e de R\$ 16.771 (R\$ 32.652 em dezembro de 2007)

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	2008		2007	
	(Reclassificado)		(Reclassificado)	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativos				
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE (a)	35.187	-	77.724	73.795
Energia Livre (b)	31.179	-	50.688	59.788
Encargo de Capacidade Emergencial	4.523	-	4.586	-
Parcela A CVA (c)	85.065	159.688	50.415	167.987
CVA transmissoras	9.172	6.879	20.638	6.879
Total de ativos regulatórios	<u>165.126</u>	<u>116.567</u>	<u>182.951</u>	<u>144.447</u>
Passivos				
Energia Livre (b)	51.645	22.196	50.567	45.822
Encargo de Capacidade Emergencial	928	-	1.195	-
CVA (c)	51.654	-	66.874	-
CVA transmissoras	9.172	6.879	20.638	6.879
Total de passivos regulatórios	<u>93.389</u>	<u>29.075</u>	<u>139.274</u>	<u>52.701</u>

(a) Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE

Em dezembro de 2001, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o acordo geral do setor elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas, relativas ao período de vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica.

Com base nos acordos firmados e disposições regulamentares, todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica efetuaram um levantamento do montante da receita decorrente da redução de consumo de energia elétrica no período do racionamento (recomposição tarifária extraordinária) que foi reconhecida com o objetivo de retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

A referida recomposição tarifária extraordinária passou a ser aplicada às tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL, da seguinte forma:

- 2,9% para os clientes residenciais (exceto baixa renda), rurais e iluminação pública;
- 7,9% para os demais clientes.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A parcela da recomposição tarifária extraordinária registrada no contas a receber, sofreu os seguintes efeitos reconhecidos nos resultados dos exercícios correspondentes.

	2008	2007
<u>Perdas com racionamento:</u>		
1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002 apuradas pela Concessionária	263.948	263.948
Ajuste ao valor contabilizado, conforme homologação da ANEEL	(18.433)	(18.433)
Saldo homologado pela ANEEL, conforme RTT	245.515	245.515
(-) Recuperação	(434.244)	(360.206)
Atualização monetária - SELIC (*)	223.916	215.708
Saldo de recomposição tarifária extraordinária	<u>35.187</u>	<u>101.017</u>
Ativo circulante	35.187	77.224
Ativo não circulante	-	23.793

Para ter direito a essa compensação a Sociedade renunciou a qualquer pleito judicial ou extrajudicial relativo a fatos e normas concernentes ao programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica e à recomposição tarifária extraordinária, bem como aderiu aos acordos firmados entre os agentes do setor elétrico, conforme previsto na legislação vigente.

De acordo com a Resolução Normativa ANEEL, nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a recuperação se dará em 112 meses a partir de dezembro de 2001, com prazo de encerramento em novembro de 2010.

(*) Atualização monetária

Até 31 de dezembro de 2005 o saldo apurado de ativo regulatório foi atualizado monetariamente pela taxa SELIC acrescido por juros de 1% ao ano, limitado ao montante do financiamento correlato liberado pelo BNDES.

A Resolução ANEEL, nº 31, de 24 de janeiro de 2002 e o Ofício Circular ANEEL, nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005, determinaram que o saldo remanescente da recomposição tarifária extraordinária seja remunerado pela taxa de juros equivalente à cobrada, de cada concessionária, nas operações de financiamento de que trata o art. 5º da Medida Provisória

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
BFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

n.º 14, de 21 de dezembro de 2001, decorrente do programa de financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, na ausência dessa operação financeira, seja utilizada a taxa SELIC.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Energia Livre

	2008	2007
Estimada pela Concessionária em 2001	78.698	78.698
Ajuste do valor contabilizado conforme homologação da ANEEL	18.131	18.131
Análise Monetária - SFHC	97.493	91.907
(-F) Recuperação	(163.143)	(128.860)
Total de energia livre	31.179	59.876
Ativo circulante	31.179	50.088
Ativo não circulante	-	9.788

O montante relacionado à energia livre (energia elétrica gerada e não-vinculada a contratos iniciais ou equivalentes) apurado de junho de 2001 a fevereiro de 2002 será recuperado dos consumidores e repassado como ressarcimento aos geradores.

A seguir apresentamos a composição do saldo de energia livre passiva a ser ressarcida aos geradores:

	Passivo			
	2008		2007	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
AFS Uteq	1.589	1.115	1.469	2.202
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	537	377	543	814
Centrais Elétricas de Santa Catarina	523	367	531	796
Centrais Elétricas do Norte do Brasil	1.960	1.375	1.958	2.935
Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins	95	67	73	110
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	6.309	4.425	6.237	9.348
Companhia Energética de São Paulo	4.807	3.371	4.521	6.778
Companhia Estadual de Energia Elétrica	864	606	662	993
Companhia Geração Térmica de Energia Elétrica	93	66	72	108
Companhia Hidro Elétrica de São Francisco	6.710	4.705	6.669	9.896
Companhia Paranaense de Energia Elétrica	603	123	166	669
Companhia Paulista de Força e Luz	88	62	89	133
Duke Energy Brasil - Geração Paranaense	1.244	872	1.246	1.853
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranaense S.A.	16	11	12	18
Empresa Elétrica Bragança	2	2	2	3
Empresa Energética de Sergipe S.A.	4	1	3	5
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.	511	350	497	745
Furnas Centrais Elétricas	5.159	3.604	4.958	7.433
Rio Grande Energia	123	86	126	189
Tractebel Energia S.A.	428	300	443	664
Total de energia livre	31.645	22.196	30.567	45.822

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
BFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

00305-0 AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Parcela A e CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela "A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2008	2007
Ativo circulante		
CVA - Cota consumo de combustível	16	10.858
CVA - Econômica	4.177	241
CVA - Energia	-	735
CVA - CUSD Light	-	3.754
CVA - Sobrecontratação (1)	33.395	6.309
Conta gráfica - PIS COFINS	2.612	1.819
CVA - PIS	-	197
CVA - COFINS	-	834
CVA - CDE	167	950
Encargos do serviço do sistema	38.569	229
Outras	6.129	4.489
Total do ativo circulante	85.065	30.415
Ativo não circulante		
Parcela A - Extraordinária (2)	36.615	36.615
Parcela A - Amortização Sobre (2)	73.073	62.372
CVA - PIS COFINS	-	5.000
Total do ativo não circulante	109.688	103.987
Passivo circulante		
CVA - Cota consumo de combustível	(11.094)	11.887
CVA - Energia	59.812	28.182
CVA - Uso da rede básica	(636)	12.408
CVA - Sobrecontratação (1)	9.404	12.028
Outras	(5.832)	2.369
Total do passivo circulante	51.654	66.874

(1) CVA - Sobrecontratação

A Lei nº 10.848/04 e o Decreto nº 5.163/04, regulamentados pela Resolução nº 305/2008, definiram as condições de contratação de energia por parte das distribuidoras de energia elétrica nos leilões regulados e a forma de repasse desses custos as tarifas de fornecimento. De acordo com a referida legislação, as distribuidoras têm o direito de recuperar, mediante

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

tarifa, os custos com aquisição de energia de até 3% do montante de energia requerida para atendimento ao seu mercado. Levando ainda em consideração os resultados financeiros do mercado de curto prazo para atendimento de até 100% do mercado regulatório. Em 31 de dezembro 2008, a variação positiva é de R\$ 33.395 (R\$ 6.309 em 31 de dezembro de 2007) e a negativa é de R\$ 9.404 (R\$ 12.028 em 31 de dezembro de 2007).

(2) Parcela A

Baseada na Portaria Interministerial nº 296 de 25 de outubro de 2001 e na Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, a Sociedade registrou como despesas antecipadas os incrementos de custos incorridos em 2001 e 2002 que estão relacionados aos custos sobre os quais não tem gerenciamento (Parcela A).

O montante de R\$ 36.615 em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 refere-se ao saldo homologado pela Resolução ANEEL nº 482 de 29 de agosto de 2002 e será recuperado através da recomposição tarifária extraordinária após a realização da RTE, cuja estimativa de encerramento é novembro de 2010, conforme previsto pela Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004. O montante acumulado de atualização monetária referente a este saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 73.073 (R\$ 62.372 em 31 de dezembro de 2007) classificados na rubrica Parcela A - atualização SELIC.

7. RENDAS A RECEBER

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2008	2007
Desativações em curso	2.522	5.325
Gastos a reembolsar - consumidores	4.247	6.580
Alienações em curso	7.363	6.507
Sindicato	5.658	5.658
Serviço em curso - (b)	17.716	10.197
Consumidores - serviços prestados - (a)	20.022	8.252
Gastos a reembolsar - iluminação pública	8.100	11.995
Depósitos a ser liberados à concessionária	14.917	14.351
Outras rendas a receber	2.862	3.050
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - rendas a receber	(28.471)	(28.471)
Total de rendas a receber	54.936	43.444

(a) A rubrica "Consumidores - serviços prestados" destina-se ao registro de créditos contra terceiros na execução de serviços solicitados, provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.

(b) Na rubrica "Serviços em curso" são registrados os gastos de pessoal, material e serviços, na execução de obras prestadas a terceiros, tais como, remoção de rede e/ou poste, instalação de linha ou rede provisória, instalação provisória de transformadores, instalação de padrão, isolamento e afastamento de redes, aluguel e substituição de equipamentos.

8 DEVEDORES DIVERSOS

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2008	2007 (Reclassificado)
Adiantamento a empregados	3.640	1.998
Assistência médica aposentados	3.371	8.238
Aluguel de equipamentos	795	700
Adiantamento a fornecedores	4.109	5.122
Cauções e Depósitos vinculados	6.564	1.616
Outros devedores	537	2.310
Total de devedores diversos	19.016	19.984

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Ampla reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

Base de cálculo	Ativo			
	2008		2007	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prejuízo fiscal	18.923	41.297	24.002	60.543
Base negativa da CSLL	6.812	8.127	8.989	21.444
Provisão para contingências	9.590	164.305	10.131	167.370
Provisão para devedores diversos	6.741	60.672	9.849	88.560
Provisão para perda em estoques	16	-	32	-
Passivo atuarial Deliberação CVM nº 371	7.985	66.459	6.619	46.054
Reavaliação do ativo imobilizado	-	-	-	-
Total do IR e CSLL	50.067	340.860	59.613	383.971

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos ativos, no prazo máximo estipulado nas disposições regulamentares como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

<u>Ano de realização</u>	<u>Montante a realizar</u>
2009	50.067
2010	56.897
2011	45.528
2012	28.141
2013	27.780
Após 2013	182.514
	<u>390.927</u>

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas

10 TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	23.643	25.590
ICMS a compensar	117.658	109.231
Outros tributos a compensar	17.110	13.335
Total de tributos a compensar - ativo circulante	<u>158.411</u>	<u>148.156</u>
ICMS a compensar	48.212	52.616
Total de tributos a compensar - ativo não circulante	<u>48.212</u>	<u>52.616</u>

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF/CSLL retidas na fonte por órgãos públicos.

O montante de outros tributos a compensar refere-se a retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos

A linha de ICMS a compensar de curto prazo representa, principalmente, créditos relacionados aos pagamentos em cumprimento ao Decreto Estadual nº 31.632/02, que

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

dispõe sobre pagamentos do referido imposto nos dias 10, 20 e último dia útil dentro do próprio mês em curso, apurados no mês de dezembro de 2008 e 2007.

O montante classificado no longo prazo refere-se, basicamente, à Lei Complementar nº 102/00, que determina que o crédito do Imposto, quando se referir à aquisição de bens para o Ativo Fixo seja compensado em 48 meses.

11 DESPESAS ANTECIPADAS

	2008	2007
Seguros	1.068	3.763
Emissão de Debêntures	-	594
Comissão Bancária	-	393
Total do ativo circulante	<u>1.068</u>	<u>4.750</u>
Emissão de Debêntures	-	1.245
Comissão Bancária	-	1.377
Total do ativo não circulante	<u>-</u>	<u>2.622</u>

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 IMOBILIZADO

Em Nome de	Descrição	2008		2007	
		Duplicata de		Duplicata de	
		Custo Histórico	Custo Estimado	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizado					
- Depreciação		1.876.184	1.100.833	2.877.626	2.613.875
- Terrenos		14.872	-	14.872	55.892
- Edifícios e Construção Própria		12.268	17.596	14.73	23.964
- Móveis e Equipamentos		1.849.044	981.983	2.829.957	2.534.037
- Veículos		2.351	1.899	1.17	1.54
- Marcas Registradas		79	195	217	106
- Contratos de Locação	18	26.33	6.897	66.44	5.064
- Terrenos		1.334	-	134	6.787
- Edifícios e Construção Própria		9.837	7.814	7.644	10.066
- Móveis e Equipamentos		17.178	823	17.334	68.7
- Marcas Registradas		94	100	-	0
- Adquiridos	75	67.686	12.129	25.87	66.85
- Terrenos		799	79	79	1.24
- Edifícios e Construção Própria		18.13	211	1.86	91.36
- Móveis e Equipamentos		12.172	22.697	9.875	2.009
- Veículos		2.336	1.643	206	67.9
- Marcas Registradas		14.969	12.685	2.864	3.115
Total do Imobilizado em Serviço		3.676.489	11.053.699	2.623.799	2.665.693
Im Em Curso					
- Depreciação		66.15	-	66.156	6.002
- Contratos de Locação		10.422	-	6.422	1.216
- Adquiridos		7.000	-	7.000	-
Total do Imobilizado em Curso		83.577	-	83.577	163.284
Total do Imobilizado		3.760.066	11.053.699	2.707.376	2.828.977
Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão (B)					
- Depreciação Custo Histórico				2.881.273	3.639.97
Imobilizável Líquido				2.412.021	2.526.566

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a resolução ANEEL, nº 240, de 5 de dezembro de 2006, são as seguintes.

<u>Distribuição</u>	<u>Taxas anuais de Depreciação (%)</u>
Banco de capacitores - tensão - 69KV	5,0%
Banco de capacitores - tensão - 69KV	6,7%
Chave - tensão - 69KV	3,3%
Chave - tensão - 69KV	6,7%
Condutor - tensão - 69KV	2,5%
Condutor - tensão - 69KV	5,0%
Disjuntor	3,0%
Estrutura - tensão - 69KV	2,5%
Estrutura - tensão - 69KV	5,0%
Luminária	7,7%
Regulador de tensão - tensão - 69KV	3,5%
Regulador de tensão - tensão - 69KV	4,8%
Sistema de radiocomunicação	7,1%
Transformador de distribuição	5,0%
Transformador de força	2,5%
<u>Comercialização</u>	
Equipamento geral	10,0%
Medidor	4,0%
<u>Administração central</u>	
Equipamento geral	10,0%
Veículo	20,0%

(a) Imobilizado em curso

O ativo imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica. De acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL, nº 444, de 26 de outubro de 2001, a Ampla transferiu para o ativo imobilizado os juros de empréstimos de terceiros vinculados ao ativo imobilizado em curso, até 30 de junho de 2003. A partir de julho deste ano tais juros não foram mais capitalizados.

(b) Obrigações especiais vinculadas à concessão

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As obrigações especiais vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O despacho ANEEL n.º 3.073 de 28 de dezembro de 2006 alterou a forma de contabilização das obrigações especiais ao determinar que seus saldos sejam depreciados. O ofício n.º 1.314/2007-SFP/ANEEL, de 27 de junho de 2007 determinou que tal registro será iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Sociedade, isto é, a partir amortizar de abril de 2009.

(c) Programa de universalização de energia elétrica

A Lei nº 10.438/03, alterada pelas Leis nº 10.762/03 e 10.848/04, instituiu o Programa de universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Com regulamentação dada pela Resolução nº 2238/03, a ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, sem ônus para os interessados. As metas estabelecidas por essa resolução foram atingidas pela Sociedade desde janeiro de 2004.

No período de 2006 a 2008, a Sociedade realizou a ligação de aproximadamente 63 mil novos clientes e a previsão é de que em 2009 sejam atendidos mais 23 mil novos consumidores.

(d) Programa luz para todos (não auditado)

O Decreto nº 4.873/03, atualizado pelo Decreto nº 6.442/08, instituiu o programa nacional de universalização do acesso e uso da energia elétrica, denominado "Programa Luz para Todos".

O Programa tem por objetivo propiciar a antecipação das metas de universalização das unidades habitacionais localizadas na área rural, até o ano de 2010, com o fornecimento de energia elétrica à parcela da população que não possui acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e operacionalizado com a participação da Eletrobrás e das concessionárias de energia.

Nos anos de 2004 e 2005 foram ligados 6.000 clientes e de 2006 a 2008 foram ligados mais 5.437 clientes.

Em 2008, a Sociedade assinou um termo de compromisso com o Ministério de Minas e Energia - MME e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo é estabelecer

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

BFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

premissas para a continuação do programa, proporcionando o acesso à energia elétrica para mais 6.000 consumidores rurais. Até dez/08 foram ligados aproximadamente 2.400 clientes.

Para a realização desse programa, a Sociedade conta com recursos da conta de desenvolvimento energético - CDE (15%), da reserva global de reversão - RGR (55%), do Governo do Estado do Rio de Janeiro (15%) e recursos próprios (15%).

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13 INTANGÍVEL

	2008		2007 (Reclassificado)
	Custo Histórico	Depreciação do Custo Histórico	Valor Líquido
Em Serviço			Valor Líquido
- Softwares	51.805	(41.545)	10.260
- Marcas e patentes	20.753	(4.761)	15.992
Sub-total	72.558	(46.306)	26.252
Em Curso			
- Softwares	8.418	-	8.418
- Marcas e patentes	196	-	196
Sub-total	8.614	-	8.614
Total do intangível	81.172	(46.306)	34.866

14 FORNECEDORES

	2008	2007 (Reclassificado)
Suprimento de energia elétrica		
Furnas Centrais Elétricas	17.288	17.289
Itaipu (Eletrobrás)	37.594	27.743
Rede Básica	9.776	12.064
CUSD-LIGHT	9.371	11.883
CCEAR	28.635	32.376
CCE-E-SPOY	20.239	-
Outros	28.097	590
Matérias e Serviços		
Nacionais	40.074	47.242
Estrangeiros	430	6.545
Total de fornecedores	191.504	155.732

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Descrição Unidade Cargos	Encargos de dívida		Principi		
		Unidade		Unidade		Saldo em falta
		2008	2007	2008	2007	
BNDES - Crédito Calibração	SELIC + 1%	-	155	31.700	-	-
BNDES - Financi	JIT + 0,85%	8	21	2.818	2.801	3.127
BNDES - Financi	JIT + 0,00%	5	20	1.008	1.000	7.546
BNDES - Financi	JIT + 3,25%	5,8	751	38.411	38.701	73.307
BNDES - C/cepo	JIT + 3,25%	815	880	31.201	-	128.100
União/Am	SELIC	-	-	1.508	2.112	28
Bradesco S.A.	CID + 1,00%	2.091	2.165	27.882	-	17.852
Bradesco S.A.	CID + 1,40%	1.025	1.351	23.437	-	27.334
Bradesco S.A.	CID + 1,15%	1.832	-	-	-	13.330
Bradesco S.A.	CID + 1,05%	6.075	-	-	-	1.000
Banco Alfa S.A.	CID + 0,48%	17.2	1.85	-	-	70.000
Banco Ficti S.A.	RPM + 1,50%	2.075	1.802	30.45	-	37.172
Financiamentos de longo prazo S.A.	CID + 1,10%	1,8	61	32.101	-	32.101
Financiamentos de longo prazo S.A.	CID + 1,25%	25	2.731	26.007	-	16.007
Financiamentos de longo prazo S.A.	CID + 1,15%	205	42	-	-	13.300
União Yonatan S.A.	CID + 1,50%	-	12.800	-	-	100.000
US Bank Brasil S.A.	CID + 0,45%	660	21	-	-	30.000
US Bank Brasil S.A.	CID + 0,85%	1.228	979	-	-	120.000
União de S.A.	CID + 0,75%	1.202	825	-	-	100.000
União S.A.	CID + 1,15%	5	-	-	-	13.300
Total de empréstimos e financiamentos		21.053	20.120	287.300	67.203	67.283
						883.001

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

- **Finame** - Início em dezembro de 2004 e término em junho de 2010;
Destinação: aquisição de equipamentos nacionais;
Garantir: recebíveis de clientes e conta reserva.
- **Finem-Rede Ampla** - Início em agosto de 2005 e término em junho de 2011;
Destinação: financiamento do projeto de investimentos "Rede Ampla" (combate ao furto de energia) no período de 2005 a 2007. O valor da linha de crédito aprovada foi de R\$ 165.000, dos quais 100% já foram sacados pela Ampla.
Garantir: recebíveis de clientes e conta reserva.
- **Capex** - Início em novembro de 2006 e término em junho de 2012;
Destinação: financiamento dos projetos de modernização, expansão e qualidade da rede, em toda área de concessão da Ampla, no período de 2006 a 2008; a linha de crédito

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

aprovada é de R\$ 301.425, até 31 de dezembro de 2008, a Ampla já havia sacado 59% desse valor.

Garantia: recebíveis de clientes e conta reserva.

(b) Eletrobrás

- Início em setembro de 2003 e término em fevereiro de 2018;

Destinação: Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz - 3 contratos totalizando financiamento no montante de R\$ 1.149) e Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso de Energia (Luz para Todos - 2 contratos totalizando financiamento no montante de R\$ 8.439);

Garantia: procuração e recebíveis de clientes

(e) Bradesco S.A.

- Valor de principal: R\$ 42.852, com início em julho de 2005 (aditado em dezembro de 2006) e término em julho de 2009.

Destinação: pagamento do principal e juros da 2ª emissão de debêntures, efetivado antecipadamente em junho de 2005 (refinanciamento de dívida).

Garantias: nota promissória;

Instrumento financeiro: capital de giro.

- Valor de principal: R\$ 23.333, com início em janeiro de 2007 e término em dezembro de 2009;

Destinação: necessidade de caixa de curto prazo, ocasionada pela queda da liminar de compensação de imposto de renda, em janeiro de 2007.

Garantia: sem garantias;

Instrumento financeiro: contrato de empréstimo

- Valor de principal: R\$ 13.350, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012.

Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida);

Garantia: sem garantias;

Instrumento financeiro: capital de giro;

Carência para pagamento de principal: 3 anos.

- Valor de principal: R\$ 100.000, com início em fevereiro de 2008 e término em janeiro de 2013.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Destinação: pré-liquidação (pagamento do principal e juros) do empréstimo com Banco Votorantim, realizada em fevereiro de 2008 (refinanciamento de dívida);

Garantias: sem garantias;

Instrumento financeiro: CCB - cédula de crédito bancário;

Carência para pagamento de principal: 3 anos.

(d) Banco Alfa S.A.

- Valor de principal: R\$ 70.000, com início em janeiro de 2007 e término em julho de 2012.

Destinação: necessidade de caixa de curto prazo, ocasionada pela queda da liminar de compensação de imposto de renda, em janeiro de 2007.

Garantias: nota promissória.

Instrumento financeiro: capital de giro.

Carência para pagamento de principal: 3 anos.

(e) Banco Pactual S.A.

- Valor de principal: R\$ 36,451, com início em julho de 2005 e término em julho de 2009.

Destinação: pagamento do principal e juros da 2ª emissão de debêntures, efetivado antecipadamente em junho de 2005 (refinanciamento de dívida).

Garantias: sem garantias.

Instrumento financeiro: CCB - cédula de crédito bancário

(f) União dos Bancos Brasileiros S.A.

- Valor de principal: R\$ 32,164, com início em junho de 2005 e término em junho de 2009.

Destinação: pagamento do principal e juros da 2ª emissão de debêntures, efetivado antecipadamente em junho de 2005 (refinanciamento de dívida).

Garantias: sem garantias.

Instrumento financeiro: contrato de empréstimo

- Valor de principal: R\$ 46,667, com início em janeiro de 2007 e término em dezembro de 2009;

Destinação: necessidade de caixa de curto prazo, ocasionada pela queda da liminar de compensação de imposto de renda, em janeiro de 2007.

Garantias: sem garantias.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumento financeiro: contrato de empréstimo

- Valor de principal: R\$ 13.300, com início em novembro de 2007 e término em outubro de 2012.

Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida).

Garantia: sem garantias.

Instrumento financeiro: contrato de empréstimo.

Carência para pagamento de principal: 3 anos

(g) Banco Votorantim S.A.

- Valor de principal: R\$ 100.000, com início em janeiro de 2007 e término em janeiro de 2010; liquidação antecipada em fevereiro de 2008;

Destinação: necessidade de caixa de curto prazo, ocasionada pela queda da liminar de compensação de imposto de renda, em janeiro de 2007.

Garantia: sem garantias;

Instrumento financeiro: CCB – cédula de crédito bancário

(h) HSBC Bank Brasil S.A.

- Valor de principal: R\$ 30.000, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012;

Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida);

Garantia: nota promissória,

Instrumento financeiro: CCB – cédula de crédito bancário.

Carência para pagamento de principal: 4 anos

- Valor de principal: R\$ 120.000, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012;

Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida);

Garantia: nota promissória,

Instrumento financeiro: CCB – cédula de crédito bancário.

Carência para pagamento de principal: 4 anos

(i) Banco do Brasil S.A.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Valor de principal: R\$ 100.000, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012;
Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2008 (refinanciamento de dívida);
Garantia: nota promissória;
Instrumento financeiro: nota de crédito comercial;
Carência para pagamento de principal: 6 anos

(j) Banco Itaú S.A.

- Valor de principal: R\$ 13.350, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012;
Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2009 (refinanciamento de dívida);
Garantia: sem garantias;
Instrumento financeiro: CCB - cedula de crédito bancário;
Carência para pagamento de principal: 3 anos.

A curva de amortização de longo prazo dos empréstimos e financiamentos se apresenta da seguinte forma:

	2008	2007
2009	-	271.909
2010	121.494	189.377
2011	217.719	146.016
2012	207.631	176.309
Após 2012	124.442	100.000
Total não circulante	671.286	883.611

Os principais indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Indexador	2008
Selic	13,67%
CDI	13,62%
RTP-M	9,81%
TJLP	6,25%

16 DEBÊNTURES

	2008		2007	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Principal atualizado	-	505.846	290.000	493.598
Juros incorridos	34.508	-	39.986	-
Total de debêntures	<u>34.508</u>	<u>505.846</u>	<u>329.986</u>	<u>493.598</u>

Características das emissões:

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Série	3ª emissão 2ª série	4ª emissão série única
Forma e espécie	Nominativa e escrituras sem Garantia nem preferência (quadrangular)	Nominativas e escrituras sem Garantia nem preferência (quadrangular)
Quantidade de títulos	11.000 debêntures simples	37.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$10.000,00	R\$10.000,00
Data de emissão	01 de março de 2005	01 de agosto de 2006
Vencimento final	01 de março de 2010	01 de agosto de 2012
Retentificação	Taxa média KIP-M = 11,42% a.a.	Taxa média DI = 0,85% a.a.
Pagamento dos juros	Anualmente, a partir da data de emissão	Semestral, a partir da data da emissão
Amortização programada	No vencimento	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures

3ª EMISSÃO

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2005, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures, que teve como objetivos o resgate parcial da 2ª emissão de debêntures (realizado em 31 de março de 2005), o financiamento dos programas de investimentos da Ampla previstos para o ano de 2005 e o pagamento de dívidas de curto prazo, sendo o eventual saldo remanescente utilizado para o reforço de capital de giro.

4ª EMISSÃO

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Sociedade, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Sociedade está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações Financeiras. Até 31 de dezembro de 2008, a Ampla vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

Curva de amortização do longo prazo das debêntures

	2010	2011	2012	Total
2ª série - 3ª emissão	135.846	-	-	135.846
1ª série - 4ª emissão	-	185.000	185.000	370.000
	<u>135.846</u>	<u>185.000</u>	<u>185.000</u>	<u>505.846</u>

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2008	2007
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	7.631	3.268
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	77.843	72.992
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	18.750	17.344
Programa de integração social - PIS	3.765	3.743
Imposto sobre serviços - ISS	868	1.966
Outros	1.695	1.102
Total de impostos, taxas e contribuições	110.552	100.415

18 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 são apresentados a seguir:

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	2008				2007			
	Ativo líquido	Passivo líquido	Ativo líquido	Passivo líquido	Ativo líquido	Passivo líquido	Ativo líquido	Passivo líquido
ENERGISA S.A.								
Emprestimos e Financiamentos	1		1	1	1	1	1	1
Dividendos		100		100		100		100
CAM - Companhia Brasileira de Multiserviços								
Adiantamento de manutenção elétrica	150		2.473		1.536		1.536	
SYNAPSIS BRASIL S.A.								
Adiantamento de serviços especializados	1		4.121		4.133		4.133	
ENERTRADE - Companhia Brasileira de Energia								
Emprestimos e Financiamentos			1.100		1.100		1.100	
CHX - Companhia Brasileira de Energia								
Emprestimos e Financiamentos							18.270	
OUTROS								
Dividendos							100	
INDEVIDUÁVELS								
Emprestimos e Financiamentos			100				100	
Outros			25		10		10	
Total das transações com partes relacionadas	151	100	3.599	100	1.546	100	18.480	100

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições usuais de mercado, na avaliação da Administração da Sociedade, conforme abaixo discriminadas:

Transações ativas e passivas

(a) CAM Brasil Multiserviços Ltda.

Em 31 de dezembro de 2008 a Ampla possui valores a pagar a CAM Brasil referentes aos serviços de manutenção da rede elétrica no valor de R\$ 2.473 (R\$ 4.484 em 31 de dezembro de 2007). No ativo circulante o montante refere-se a adiantamentos decorrentes da prestação de serviços de fiscalização de obras e recuperação de medidores no valor de R\$ 433 (R\$ 1.536 em 31 de dezembro de 2007).

(b) Synapsis Brasil S.A.

Com a Synapsis a Sociedade possui contratos de prestação de serviços especializados, tais como: gerenciamento de software, serviços de informática, relacionados diretamente às operações da Sociedade.

As empresas CAM e Synapsis são partes relacionadas da Sociedade, por fazerem parte do mesmo grupo econômico.

(c) Enertrade

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Refere-se ao contrato de compra de energia com início em 31 de dezembro de 2002 e termina em 30 de dezembro de 2022 com preço médio homologado pela ANEEL, e reajuste anual com base em 100% da variação do IGP-M. A Enertrade pertence ao grupo EDP (Eletricidade de Portugal Intern SGPS S.A) que por sua vez é acionista da Sociedade.

(d) Endesa Brasil S.A.

O montante de R\$ 427 representa contas a receber da Sociedade com sua controladora referente a pagamentos de diversos gastos administrativos

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	2008				2007		
	Saldo Inicial	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo Acumulado	Disponibilizações	Provisão Liquidada
Contingências							
Total do balanço	127	-	-	16	108	-	108
Créditos	588	19.168	-	1.701	162	562	588
Total passivo circulante	1.115	19.168	-	1.817	47	562	1.115
Total do balanço	281.127	122.896	20.126	7.738	207.307	850.186	211.800
Créditos	117.894	31.736	15.032	12.777	187.439	280.496	86.133
Impostos	99.628	12.224	2.864	97	114.713	140.126	2.033
Total do passivo não circulante	522.565	16.886	14.062	30.131	583.644	1.268.896	1.571.534

A Administração da Ampla entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos assessores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

A Sociedade possui processos de naturezas tributária, cível, trabalhista e juizado especial em andamento no montante de R\$ 2.021.428 (R\$ 1.557.211 em 31 de dezembro de 2007), cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não havendo, portanto, nenhuma provisão registrada nas demonstrações financeiras.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Causas Possíveis	
Trabalhistas	83.158
Cíveis	525.575
Fiscais	1.294.941
Pequenas causas	117.753
Total	<u>2.021.428</u>

(a) Contingências trabalhistas

Refere-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, etc

(b) Contingências cíveis

A situação jurídica da Ampla engloba processos de natureza cível, nos quais a Ampla é re, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais

(c) Contingências fiscais – processos com expectativa de perda possível

IRRF

No dia 01 de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Companhia auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte – IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Ampla em 1998. Em decisão de 2ª instância a Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a insubsistência do Auto. Desta decisão ainda cabe recurso. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de êxito na esfera administrativa é possível, motivo pelo qual a Administração optou por não contabilizar provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2008, é de R\$ 557.693.

ICMS – Exclusão da multa de mora imposta em decorrência da denúncia espontânea

Em 26 de setembro de 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza, sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Ampla apresentou recurso, o qual aguarda julgamento. Os advogados externos entendem que as chances de êxito são possíveis, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão. Os valores atualizados em dezembro de 2008 resultam em R\$ 135.080.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ICMS - Não incidência sobre determinadas operações

Em 09 de abril de 2007 a Ampla ajuizou ação anulatória de débitos de ICMS oriundos de pagamento a menor, levando-se em conta a não incidência do tributo sobre determinadas operações, no valor atualizado de R\$ 2.905. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo permanente

A Ampla recebeu um Auto de Infração lavrado em 28 de junho de 1999 para cobrar débitos relativos ao período de dezembro/1996 a dezembro/1998, no valor atualizado de R\$ 7.868, sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo permanente. Em 27 de julho de 1999, a Ampla apresentou Impugnação ao Auto, que foi julgado procedente pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes.

Adicionalmente, a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou dois Autos de Infração para cobrar débitos relativos ao período de novembro/1998 a março/1999, no valor atualizado de R\$ 8.381, por apropriação a maior de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo permanente. A Companhia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes.

ICMS - Venda de energia elétrica a outra Distribuidora de energia

A Ampla recebeu um Auto de Infração lavrado em 15 de fevereiro de 2001, no valor atualizado de R\$ 2.721, para cobrar débito de ICMS incidente sobre a venda de energia elétrica a outra distribuidora de energia elétrica. A Companhia apresentou Impugnação ao Auto, que foi julgado procedente pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia aguarda intimação da decisão de segunda instância administrativa, que julgou o Auto procedente em parte.

ICMS - Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração no valor atualizado de R\$ 10.972, sob o argumento de que a Ampla se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes.

ICMS - Saída de bens para reparação

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Ampla ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados de R\$ 5.372 e de R\$ 7.013, cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido o retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial nos dois processos.

ICMS - Aquisição de bens acompanhados de documentação fiscal supostamente inidônea

Em 18 de abril de 2001, a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração no valor atualizado de R\$ 1.175, para cobrar débitos de ICMS relativos ao período de 10 de janeiro de 1999 a 10 de novembro de 2000, decorrentes de aquisição de bens acompanhados de documentação fiscal supostamente inidônea. Em 29 de março de 2007, a Companhia tomou ciência de decisão de primeira instância administrativa que julgou procedente o Auto de Infração. A Companhia recorreu e aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes.

Taxa de uso de solo

A Ampla possui 4 processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos, relativos ao período de 2002 a 2006, os quais perfazem atualmente o montante de R\$ 26.232. No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial. Com relação aos processos relativos aos anos de 2003 a 2006, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera administrativa.

COFINS - imunidade

Em agosto de 1996, a Ampla obteve êxito em Mandado de Segurança que questionava a incidência da COFINS sobre as operações de energia elétrica, tendo como argumento a imunidade tributária definida no § 3º do art. 155 da Constituição Federal/88. A partir desta decisão, a Companhia ficou autorizada a não efetuar o recolhimento da COFINS durante o período de agosto de 1996 a dezembro de 2001. Com o advento da Emenda Constitucional 33/01 de 11/12/01 que modificou o texto do dispositivo constitucional citado, a Ampla passou a recolher os valores dessa contribuição, de acordo com o que dispõe a Lei 9.718/98 e, a partir de fevereiro de 2004, pela alíquota de 7,6%, segundo as normas da Lei nº 10.833/03. A Procuradoria Federal apresentou ação rescisória contra a Ampla com o objetivo de rescindir o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal dado no Mandado de Segurança. Nesta ação a Ampla obteve sucessivas decisões favoráveis no Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. Os advogados externos entendem que a chance de êxito é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir provisão. O valor atualizado em dezembro de 2008 é de R\$ 386.889.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

COFINS - Mudança do regime de tributação de caixa para competência

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar créditos de Cofins, no valor atualizado de R\$ 124.134, decorrentes de suposto pagamento a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002, tendo em conta a mudança de regime de tributação de caixa para competência. A Ampla impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso voluntário, que foi julgado parcialmente procedente - procedente para afastar a incidência da Cofins sobre receitas que não compoñham seu faturamento e improcedente quanto à observância da noventena. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais, que aguardam julgamento.

PIS - Divergência entre os valores declarados e os efetivamente pagos

A Receita Federal do Brasil lavrou Auto de Infração objetivando a cobrança de débitos de PIS, no valor atualizado de R\$ 10.656, sob o argumento de que a Ampla não recolheu corretamente os valores devidos nos meses de janeiro/2002 até junho/2002. Apresentada impugnação que foi julgada desfavorável à Ampla. Apresentado recurso, o qual foi acolhido em decisão proferida em 21 de novembro de 2007. Contra essa decisão a Fazenda apresentou recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, que aguarda julgamento.

ISS

No dia 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a companhia o auto de infração visando a cobrança de débito fiscal no valor atualizado de R\$ 7.850, relativos ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Ampla apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão.

(d) Contingências fiscais - Processos com expectativa de perda provável

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo permanente

A Ampla recebeu um Auto de Infração para cobrar débitos relativos ao período de julho/1997 a outubro/1998, no valor atualizado de R\$ 15.265, sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo permanente. A Companhia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes.

Adicionalmente, a Ampla ajuizou Ação Anulatória de débitos de ICMS decorrentes da não comprovação da aquisição de bens destinados ao ativo permanente no período de janeiro/1999 a janeiro/2001, no valor atualizado de R\$ 4.809. A Companhia obteve decisão desfavorável e aguarda conversão em renda dos valores depositados à Fazenda Estadual.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ICMS - Pagamento a menor

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar crédito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado de R\$ 4.203. A Ampla apresentou defesa (Embargos Execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS - Comparação entre informes gerenciais e livros fiscais

A Companhia impetrou 2 Mandados de Segurança questionando a possibilidade de inscrição em dívida ativa de débitos de ICMS decorrentes de Autos de Infração julgados improcedentes pelo Conselho de Contribuintes, mas que por determinação do Secretário foram inseridos. Os débitos são decorrentes de suposto pagamento a menor, de acordo com a comparação entre os informes gerenciais e os livros fiscais. A Ampla obteve decisões favoráveis nas instâncias inferiores e aguarda decisão de recurso da Fazenda ao Supremo Tribunal Federal – STF. Os valores envolvidos perfazem o montante atualizado de R\$ 3.275.

20 PARCELAMENTO ESPECIAL – LEI Nº 10.684

Em 29 de agosto de 2003, a Ampla aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial – PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos, em 120 (cento e vinte) meses, oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Ampla, no período de outubro/96 a julho/2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Ampla, quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável.

Do montante total de R\$ 28.942, R\$ 5.815 (R\$ 5.562 em 31 de dezembro de 2007) estão classificados no passivo circulante e o valor restante, R\$ 23.127 (R\$ 27.784 em 31 de dezembro de 2007) no passivo não circulante.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21 TAXAS REGULAMENTARES

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes.

	2008	2007
Quota da conta de consumo de combustível - CCC	9.181	2.244
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	6.190	5.201
Quota de reserva global de reversão - RGR e outros	6.191	6.084
Total de taxas regulamentares	21.562	13.529

22 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS POS-EMPREGO

	2008			2007		
	Passivo acumulado	Passivo acumulado	LCF	Passivo acumulado	Passivo acumulado	LCF
Benefícios com efeito Deliberação CVM nº 371		2.8052	2.8052	29.167	133.151	133.151
Total de obrigações com benefícios pós-emprego		2.8052	2.8052	29.167	133.151	133.151

Fundo de pensão

A Ampla é patrocinadora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal a complementação dos benefícios previdenciários aos empregados da Ampla. A BRASILETROS adota dois tipos de Planos de Benefícios: Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido) e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Contribuição Variável) - antigo Plano de Complementação de Aposentadoria - PACD, alterado com base na Resolução MPS/CGPC nº16 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, para o cálculo e acumulação dos recursos necessários ao seu plano previdenciário.

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os Planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos aos seus empregados e ex-empregados.

Foi adotado o método de crédito unitário projetado que reflete os benefícios de aposentadoria baseados nos serviços tanto prestados como a prestar pelos empregados na data da avaliação atuarial. Este método aloca o custo dos benefícios de aposentadoria dos empregados uniformemente (em valores absolutos ou como porcentagem de salários) durante todo o período de emprego.

O custeio dos planos é feito com base em contribuição da patrocinadora e dos participantes, conforme os percentuais, definidos no regulamento e no custeio dos planos, abaixo descritos:

I) Plano de complementação de aposentadoria (PCA)

Patrocinadora

Contribui com 4,62% da folha de salários, dos quais 0,65% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Em 2008 a Ampla contribuiu com o montante de R\$ 15.865 (R\$ 14.768 em 2007) referentes a fundos de complementação de aposentadoria.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

II) Plano de aposentadoria de contribuição variável (PACV)

Patrocinadora

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contribui com 3,99% em média, da folha de salários dos participantes ativos com base na posição de 31 de dezembro de 2008. 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas e 0,02% são destinados à cobertura dos beneficiários.

Em 2008 a Ampla contribuiu com o montante de R\$ 4.962 (R\$ 4.815 em 2007) referentes a fundos de contribuição variável

Participantes Ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,67% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

Os participantes dos planos estão posicionados em 31 de dezembro, conforme quadro abaixo:

Descrição	2008	2007
		(Reclassificado)
Participantes ativos	1.353	1.393
Participantes aguardando benefício	162	165
Participantes aposentados / beneficiários (espólio)	2.599	2.598
Total de participantes	4.114	4.156

O passivo atuarial apurado em 31 de dezembro de 2008 reflete o cálculo efetuado por atuário independente em conformidade com a deliberação CVM nº 371.

A composição da obrigação atuarial da controladora, em 31 de dezembro de 2008, é como segue:

Composição da obrigação atuarial	PACV - Plano de Aposentadoria da Controladora	PACV - Plano de Benefício da Controladora	Plano de Benefício da Ampla	Total
	R\$ mil (R\$ 100 mil)	R\$ mil (R\$ 100 mil)	R\$ mil (R\$ 100 mil)	R\$ mil (R\$ 100 mil)
Valor presente das obrigações atuariais atualmente necessárias	1.010,128	10.000	81.335	82.345
Valor presente de juros	13.405,301	10.375	-	23.780
Valor presente de dividendos e lucros distribuídos	-	1.787	-	1.787
Passivo atuarial líquido	14.415,429	22.162	81.335	117.912

Movimentação do passivo atuarial em 2008:

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2008	2007
Provisão de férias	10.590	10.323
13º salário	118	492
Total de obrigações estimadas	10.708	10.815

24 - EFICIÊNCIA E PESQUISA ENERGÉTICA

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

De acordo com as resoluções ANEEL nº 300, de 12 de fevereiro de 2008 e nº 316, de 13 de maio de 2008, a Sociedade efetua os registros contábeis das obrigações com os Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico no mês de competência do faturamento gerador de tais obrigações e as corrige pela taxa SELIC até o mês do efetivo desembolso financeiro desses recursos.

A seguir apresentamos a composição dos saldos desses passivos.

	2008	2007 (Reclassificado)
Programa de Eficiência Energética - PEE	23.023	22.895
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	19.929	7.082
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	6.308	3.344
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	3.154	1.839
Total do passivo circulante	52.414	35.140
Programa de Eficiência Energética - PEE	21.791	18.691
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.522	8.442
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	1.449
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	724
Total do passivo não circulante	25.313	29.306
Total de eficiência e pesquisa energética	77.727	64.446

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No saldo de P&E (R\$ 44.814) estão incluídos valores aplicados em projetos que ainda estão em curso. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R\$ 11.335 (R\$ 11.567 em 31 de dezembro de 2007). No saldo de P&D (R\$ 23.451) também estão incluídos valores aplicados em projetos em curso que somam o montante de R\$ 7.062 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 3.182 em 31 de dezembro de 2007).

De acordo com o artigo 9º, da acima mencionada resolução nº 316, o recolhimento ao FNDCT e ao MME (EPE) passa a ser efetuado até o quinto dia útil do segundo mês subsequente ao reconhecimento contábil da obrigação registrada a partir de 1º de janeiro de 2009.

25 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2008	2007 (Reclassificado)
Contribuição de iluminação pública	32.866	28.653
Projetos de extensão de redes	-	2.421
Instalação de rede provisória	-	2.257
Valores a repassar - diferencial novos serviços	-	6.739
Adiantamento de clientes	28.104	14.930
Provisão de Baixa Renda (*)	51.000	51.000
Outros	1.409	3.047
Total de outras obrigações	113.379	109.047

(*) Provisão para devolução de baixa renda

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com as novas diretrizes estabelecidas pelo Órgão Regulador, a Companhia mantém provisão de R\$ 51.000 para cobrir diferenças de valores homologados em períodos anteriores em virtude de reclassificações de consumidores beneficiados com o subsídio.

26 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social está representado por 3.922.515.918,446 ações ordinárias, sem valor nominal, todas integralizadas que se encontram assim distribuídas:

Quantidade de ações ordinárias	2008 e 2007
Ações ao portador aguardando substituição por nominativas	2.623.705.268
Ações nominativas	3.919.892.213.178
Total de ações em circulação	3.922.515.918,446

Sua composição acionária tem a seguinte distribuição:

Ações de	2008		2007	
	Quantidade de Ações Ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de Ações Ordinárias	% de Participação no capital
Unigás, Ltda (S.A.)	1.778.725.861,446	45,27	1.831.121.933,310	46,69
Chilvina Investimentos S.A.	874.007.876,446	22,02	874.007.876,446	22,02
Unigas Azemia - Anterior Energias Internacionais S.A.	816.891.967,968	20,68	816.891.967,967	20,68
Chilvina Azemia S.A.	405.768.821,330	10,34	405.768.821,338	10,34
Unigas Investimentos Portugal Ltda S/A (S.A.)	302.764.331,115	7,56	302.764.331,115	7,56
Unigas Investimentos S.A.	63.361.430,280	1,62	-	-
Outros	1.210.794,380	0,03	14.210.795,710	0,37
Total de ações em circulação	3.922.515.918,446	100,00	3.922.515.918,446	100,00

Retenção de lucros

No exercício de 2008, a Administração propôs a retenção de lucros na ordem de R\$ 172.596 (R\$ 122.587 em 2007), nos termos do Art. 196 da Lei nº 6404/76, sendo totalmente proveniente do lucro líquido do exercício.

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Ampla, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei 6.404/76.

A Ampla declarou em 31 de dezembro de 2008 dividendos de R\$ 92.936 (R\$ 36.416 em 31 de dezembro de 2007), equivalente a 35% do lucro líquido ajustado.

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	281.386	153.331
Prejuízo acumulado	(1.879)	-
(-) Reserva legal - 5%	(13.975)	(7.667)
Lucro líquido ajustado	265.532	145.664
Dividendos propostos (35%)	92.936	36.416
Dividendos por lote de mil ações ON	0,02	0,01

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Valor Consumidores (MWh ajustado)		MVAh (não ajustado)		Valor	
	2008	2007 (Reclassificada)	2008	2007 (Reclassificada)	2008	2007 (Reclassificada)
Fornecimento líquido:						
Residência	2.092.164	2.007.066	3.556.915	3.460.675	1.733.677	1.570.776
Indústria	4.905	5.011	1.151.344	942.466	464.226	363.939
Comércio, serviços e outras	143.490	143.144	1.176.737	1.091.048	607.639	526.403
Rua	57.237	50.540	215.658	225.750	58.203	56.974
Poder público	11.515	11.080	374.429	362.422	165.751	134.173
Iluminação pública	1.142	975	447.020	414.569	126.506	110.320
Serviços públicos	1.024	961	275.449	264.301	74.410	73.214
	2.301.569	2.217.796	7.740.550	7.431.161	2.565.802	2.142.219
Suprimento de energia elétrica	5	4	329.336	300.400	23.401	45.498
Fornecimento não faturado	-	-	444.412	10.744	10.707	1.753
Baixa tensão	-	-	-	-	11.3662	93.559
Ativo regulatório	-	-	-	-	(100.101)	(90.257)
Descontab. sobre rede elétrica	-	-	-	-	145.093	151.349
Outras receitas	-	-	-	-	74.365	54.085
ICMS	-	-	-	-	(927.013)	(838.816)
PIB	-	-	-	-	(43.431)	(40.756)
COFINS	-	-	-	-	(150.021)	(154.019)
ISS	-	-	-	-	(2.637)	(1.977)
Custo para reserva global de reversa	-	-	-	-	(50.509)	(78.588)
Subvenções COFICIDE	-	-	-	-	(145.462)	(149.191)
P&D e Eficiência Energética	-	-	-	-	(35.414)	(21.343)
Total	2.301.574	2.217.799	8.494.960	8.118.799	2.457.329	2.132.280

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28 CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

A composição do saldo é como segue

	2008	2007
Companhia de Interconexão Energética - CIEE	-	(177.773)
Itaipu Binacional	(207.879)	(176.065)
Rede básica	(116.383)	(115.620)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	(35.182)	(26.166)
Encargos de conexão	(14.730)	(12.801)
CCEE	(249.340)	-
CCEARs - Contratos Comerc. Energia Ambiente Regulado	(479.009)	(388.330)
Light S.A.	(112.678)	(101.776)
CVA Econômica	(86.262)	(27.286)
CVA Financeira Sobrecontratação	91.447	(3.506)
CVA Transmissoras	-	27.516
Ajuste de Índice de Reajuste Tarifário	(2.383)	23.968
Outros	(41.050)	(23.361)
Sub-total	(1.253.449)	(1.004.200)
Encargos de uso rede de transmissão	(14.166)	(12.760)
Total do custo com energia elétrica	(1.267.615)	(1.016.960)

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29 RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

	2008			2007 (R\$ mil/ajustado)
	Unidos de Operação	Despesas de Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	
Receita operacional líquida				2.451.329
Costo Despesa operacional				2.132.090
Pessoal (incluindo previdência privada)	(12.418)	(20.497)	(210.101)	(132.906)
Material	(7.580)	(7.128)	(516)	(15.124)
Serviços de terceiros	(146.985)	(26.627)	(48.097)	(175.853)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.253.149)	-	-	(1.253.149)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(11.186)	-	-	(11.186)
Encargos de Serviços do Sistema	-	-	52.135	52.135
Depreciação e amortização	(148.837)	-	(8.193)	(154.030)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(30.971)	-	(30.971)
Provisão para contingências	-	-	(25.451)	(25.451)
Taxa de fiscalização ANEEL	-	-	(6.855)	(6.855)
Outras despesas operacionais	(12.041)	(220)	(25.457)	(15.718)
Total	(1.652.276)	(75.443)	(172.145)	(1.899.864)
Resultado do serviço				551.465
Resultado financeiro				(124.841)
Resultado operacional				426.624
				233.758

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição de outras despesas operacionais é como segue

	2008	2007
Aluguéis	(7.093)	(6.193)
Tubulos	(1.051)	(1.110)
Despesas postais	(2.898)	(2.685)
Despesas gerais	(7.761)	(4.309)
Publicidade e propaganda	(1.941)	(3.542)
Indenizações a terceiros	(734)	(579)
Seguros	(1.804)	(1.250)
Estagiários	(884)	(871)
Publicações legais e assinatura	(929)	(1.210)
Recursos hídricos	1	162
Doações, contribuições e subvenções	(1.213)	(371)
Transporte próprio	152	(177)
Viagens	(1.220)	(1.037)
Ajuste de inventário	(132)	173
Perda no inventário de estoques	-	(1.573)
Perda na desativação de bens e direitos	(9.263)	(8.073)
Perda na alienação de bens e direitos	-	118
Ajuste baixa de adiantamentos	-	(8.195)
Ajuste atualização atuarial	-	(4.869)
Quanta Geração	-	(1.362)
Outras	(744)	(8.385)
Total de outras despesas operacionais	<u>(37.718)</u>	<u>(55.944)</u>

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição do resultado financeiro é como segue.

	2008	2007
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	27.914	11.985
Multas e acréscimos moratórios	42.147	39.930
Transações com partes relacionadas	57.201	600
Variações monetárias diversas	3.828	4.065
Ativo regulatório	25.404	31.395
Outras receitas financeiras	14.119	1.138
Total de receitas financeiras	170.613	89.113
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(164.729)	(134.223)
Multas e acréscimos moratórios	(6.425)	(31.499)
Transações com partes relacionadas	(926)	(13.207)
Variações monetárias diversas	(19.909)	(18.727)
Juros de bônus	(81.857)	(105.287)
Ativo regulatório	(8.254)	(7.322)
Outras despesas financeiras	(13.354)	(37.648)
Total de despesas financeiras	(295.454)	(347.913)
Resultado financeiro	(124.841)	(258.800)

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	2008	2007
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	426.625	233.758
Efeitos fiscais a alíquota nominal (34%)	(145.053)	(79.178)
Diferenças permanentes	(263)	(1.033)
Incentivos fiscais	299	353
Depreciação Lei 8.200	(248)	(269)
Outras	27	-
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(145.238)	(80.427)

31 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os honorários dos administradores foram fixados pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2008, no montante global anual de até R\$ 7.000 (R\$ 6.000 em 2007). Desse total, R\$ 2.777 (R\$ 3.323 em 2007) foram apropriados em despesas gerais e administrativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

32 SEGUROS (não auditada)

Em 31 de dezembro de 2008, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil e resumida como segue:

Risco	Data de vigência		Importância segurada	Prêmio
	De	Até		
Risco operacional	01/07/2008	30/06/2009	US\$ 30 milhões	US\$ 445 mil
Responsabilidade civil geral	01/07/2008	30/06/2009	US\$ 70 milhões	US\$ 459 mil

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

33 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CVM, por meio da Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu a divulgação, em nota explicativa as demonstrações financeiras, do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nas demonstrações financeiras.

O negócio da Ampla compreende a distribuição de energia para os consumidores de suas áreas de concessão, portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados as seguintes transações:

- Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo estão relacionados à recomposição tarifária extraordinária e, portanto, não estão sujeitos a ajuste a valor de mercado.

- As aplicações em Fundos de Investimentos e CDBs – Certificados de Depósitos Bancários seguem a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

- Os empréstimos da Ampla concentrados no curto prazo, para atendimento de seu capital de giro, aproximam-se do valor de mercado na data de balanço. Para os empréstimos e debêntures de longo prazo, por se tratarem, em sua maioria, de fontes de financiamentos específicas, o valor de mercado não foi calculado de forma a obter o valor de negociação a taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Ampla podem ser assim enumerados:

(a) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Ampla vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures. Outro risco que a Ampla enfrenta é a não-correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifas de energia elétrica não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da Ampla.

(b) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Ampla vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Ampla tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
BFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

em montante julgado suficiente, pela Administração da Ampla, para refletir possíveis riscos de realização das contas a receber (vide nota 5).

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

34 PROCESSO DE REVISÃO TARIFÁRIA

A Resolução Homologatória nº 617, de 11 de março de 2008, homologou o reajuste tarifário anual da Ampla, com vigência a partir do dia 15 de março de 2008, data da publicação da resolução no Diário Oficial da União, concedendo um reajuste médio da tarifa de 11,11%, sendo composto de:

Índice de Reajuste Tarifário Econômico (IRET) 7,78%

Compensação do saldo da CVA e demais passivos financeiros 3,33%

A revisão tarifária está em processo de homologação provisória

35 INVESTIMENTO REMUNERÁVEL (Não auditado)

O investimento remunerável, também denominado de base de remuneração, constituído pelo ativo imobilizado em serviço - AIS - e aloxarificado em operação, deduzido do saldo das obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica, sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da parcela "B" da receita requerida, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL, nº 284, de 23 de dezembro de 2003, se atualizados pelo IGP-M nos reajustes tarifários anuais já ocorridos, estariam assim formados:

Componentes do Investimento Remunerável	Revisão 12/03	Reajuste 12/04	Reajuste 03/06	Reajuste 03/07	Reajuste 03/08
Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	2.715.313	3.648.752	3.137.167	3.252.301	3.434.275
(+) Depreciação Acumulada	(1.094.195)	(1.228.862)	(1.264.190)	(1.310.588)	(1.424.214)
(+) Obrigação vinculada ao SPL	(188.832)	(212.021)	(218.170)	(226.136)	(245.785)
Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	1.432.286	1.608.170	1.654.807	1.715.539	1.864.276
(-) Aloxarificado	5.306	5.951	6.124	6.148	6.899
Investimento Remunerável	1.437.586	1.614.121	1.660.931	1.721.887	1.871.175
Bens 100% deprecitados	302.335	339.686	349.537	362.365	393.762
Variação do IGP-M	-	12,28%	2,90%	3,67%	8,67%
Cota de depreciação	4,47%				

36 QUESTÕES AMBIENTAIS

A Ampla, ao longo dos anos, tem se tornado uma empresa de referência nas questões ambientais. Dotada de rígidos mecanismos de controle, que medem e monitoram periodicamente os aspectos e impactos ambientais e cumprimento de requisitos legais, a empresa investe na qualificação de seus profissionais, em projetos socioambientais, além de ações de proteção da biodiversidade. Esse esforço realinha o compromisso da Companhia com a sustentabilidade e dentre seus investimentos destacam-se:

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ações de Educação Ambiental

Em 2008, a Ampla aplicou cerca de R\$ 138 promovendo uma série de atividades relacionadas à educação ambiental, em busca de sensibilizar seus colaboradores e familiares, clientes e sociedade em geral para as questões de preservação dos recursos naturais, assim como divulgar conceitos de sustentabilidade. Dentre as atividades, as de maior destaque foram a tenda de educação ambiental, durante o rodéo de eletristas e caminhadas ecológicas desenvolvidas para o público interno.

Cursos de Qualificação e Treinamento

Em 2008, foram aplicados R\$ 102 na realização de cursos e treinamentos ambientais, visando qualificar os colaboradores para a execução de suas tarefas diárias com maior enfoque e conhecimento nas questões ambientais. A segunda edição do projeto Jovem Jardineiro teve grande destaque na mídia, programa que qualificou jovens de baixa renda a realizar atividades de poda e jardinagem. Cursos de avaliação de aspectos e impactos, interpretação da NBR ISO 14001:2004, dentre outros, foram ministrados por empresas de consultoria para reciclar e qualificar nossos colaboradores.

Gestão Ambiental e Investimentos Ambientais

Em 2008, foram aplicados R\$ 1.046 em projetos de gestão ambiental. Esse investimento garantiu a manutenção dos sites certificados e ampliação significativa do escopo

Redução do Consumo de Recursos Naturais e Proteção à Biodiversidade

Em 2008, foram aplicados R\$ 58 em projetos de iniciativa na busca da redução do consumo dos recursos naturais. Um dos projetos implementados foi o sistema de captação de água da chuva no município de Araruama.

Licenciamento Ambiental

Em 2008, foram investidos R\$ 195 em estudos e licenciamento de subestações e linhas de transmissão, a fim de cumprir toda normativa legal

Tratamento e Destinação de Resíduos Perigosos

O tratamento, disposição e destinação dos resíduos perigosos, estão inseridos em procedimentos ambientais. O transporte desses materiais é feito por empresas

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

especializadas, e licenciadas para esta atividade. Dentre os resíduos perigosos (classe I) tratados, estão as lâmpadas fluorescentes e as britas contaminadas com óleo. Em 2008, foram gastos R\$ 51 nessas ações.

Podas e Supressão vegetal

A Ampla gastou R\$ 7.979 em 2008 na execução de podas de árvores e limpeza de faixas no traçado das linhas de transmissão, garantindo assim o fornecimento de energia com qualidade para cerca de 2,4 milhões de clientes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
BFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

37 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE (não auditada)

Em atendimento as instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2008, das unidades de negócio distribuição, comercialização, atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e consolidado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
BFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.

33.050.071/0601-58

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00305-0	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	33.050.071/0001-58

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	11
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	12
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	13
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	14
12	01	PERFECIONAR AUDITORES INDEPENDENTES - SEM NESSALVA	15
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	17
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	24/84

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo F

Informações Trimestrais da Emissora (ITRs) relativos aos períodos encerrados em 30 de setembro de 2008 e 2009 e relatórios de revisão especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APROVAÇÃO SOBRE A COMPANHIA SEUS ÓRGÃOS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01-01 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Companhia	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	CNPJ	13.052.071/0001-98
Código da Companhia	00305-2		
Código do Segmento	000033 200054944		

01-02 - SEDE

Endereço Completo		País		UF
Rua, Número, Complemento, Bairro, Cidade, Estado		Brasil		
CEP	00000-00	CEP	00000-00	
CEP	00000-00	CEP	00000-00	
CEP	00000-00	CEP	00000-00	

01-03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

Nome		Cargo	
Endereço Completo		País	
Rua, Número, Complemento, Bairro, Cidade, Estado		Brasil	
CEP	00000-00	CEP	00000-00
CEP	00000-00	CEP	00000-00
CEP	00000-00	CEP	00000-00

01-04 - REFERÊNCIA - AUDITOR

Nome do Auditor		Data da Auditoria		Data da Emissão do Relatório		Data da Emissão do Relatório	
Nome do Auditor	Nome do Auditor	Nome do Auditor	Nome do Auditor	Nome do Auditor	Nome do Auditor	Nome do Auditor	Nome do Auditor
01/01/2023	01/01/2023	01/01/2023	01/01/2023	01/01/2023	01/01/2023	01/01/2023	01/01/2023
Assinatura do Auditor						Assinatura do Auditor	
Assinatura do Auditor						Assinatura do Auditor	
Assinatura do Auditor						Assinatura do Auditor	

01-01 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Empresa	BRASIL TELEFONIA S.A. - BTL	CNPJ
CNPJ	04.094.118/0001-11	15.030.011.0001-58

01-02 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Descrição da Classe de Ações	Quantidade em 30/09/2004	Valor Nominal em 30/09/2004	Valor de Mercado em 30/09/2004
02- Capital Integralizado			
1 - Ações Ordinárias	3.922.515.918	3.922.515.918	3.922.515.918
2 - Ações Preferenciais	0	0	0
3 - Total	3.922.515.918	3.922.515.918	3.922.515.918
Em Despesa			
4 - Ações em Arrears	0	0	0
5 - Ações em Negocição	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01-03 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - Descrição da Empresa

Empresas filiadas, subsidiárias, controladas

2 - Descrição da Atividade

3 - Descrição da Atividade

4 - Descrição da Atividade

5 - Descrição da Atividade

6 - Descrição da Atividade

7 - Descrição da Atividade

8 - Descrição da Atividade

9 - Descrição da Atividade

10 - Descrição da Atividade

11 - Descrição da Atividade

12 - Descrição da Atividade

13 - Descrição da Atividade

14 - Descrição da Atividade

15 - Descrição da Atividade

16 - Descrição da Atividade

17 - Descrição da Atividade

18 - Descrição da Atividade

19 - Descrição da Atividade

20 - Descrição da Atividade

21 - Descrição da Atividade

22 - Descrição da Atividade

23 - Descrição da Atividade

24 - Descrição da Atividade

25 - Descrição da Atividade

26 - Descrição da Atividade

27 - Descrição da Atividade

28 - Descrição da Atividade

29 - Descrição da Atividade

30 - Descrição da Atividade

31 - Descrição da Atividade

32 - Descrição da Atividade

33 - Descrição da Atividade

34 - Descrição da Atividade

35 - Descrição da Atividade

36 - Descrição da Atividade

37 - Descrição da Atividade

38 - Descrição da Atividade

39 - Descrição da Atividade

40 - Descrição da Atividade

41 - Descrição da Atividade

42 - Descrição da Atividade

43 - Descrição da Atividade

44 - Descrição da Atividade

45 - Descrição da Atividade

46 - Descrição da Atividade

47 - Descrição da Atividade

48 - Descrição da Atividade

49 - Descrição da Atividade

50 - Descrição da Atividade

51 - Descrição da Atividade

52 - Descrição da Atividade

53 - Descrição da Atividade

54 - Descrição da Atividade

55 - Descrição da Atividade

56 - Descrição da Atividade

57 - Descrição da Atividade

58 - Descrição da Atividade

59 - Descrição da Atividade

60 - Descrição da Atividade

61 - Descrição da Atividade

62 - Descrição da Atividade

63 - Descrição da Atividade

64 - Descrição da Atividade

65 - Descrição da Atividade

66 - Descrição da Atividade

67 - Descrição da Atividade

68 - Descrição da Atividade

69 - Descrição da Atividade

70 - Descrição da Atividade

71 - Descrição da Atividade

72 - Descrição da Atividade

73 - Descrição da Atividade

74 - Descrição da Atividade

75 - Descrição da Atividade

76 - Descrição da Atividade

77 - Descrição da Atividade

78 - Descrição da Atividade

79 - Descrição da Atividade

80 - Descrição da Atividade

81 - Descrição da Atividade

82 - Descrição da Atividade

83 - Descrição da Atividade

84 - Descrição da Atividade

85 - Descrição da Atividade

86 - Descrição da Atividade

87 - Descrição da Atividade

88 - Descrição da Atividade

89 - Descrição da Atividade

90 - Descrição da Atividade

91 - Descrição da Atividade

92 - Descrição da Atividade

93 - Descrição da Atividade

94 - Descrição da Atividade

95 - Descrição da Atividade

96 - Descrição da Atividade

97 - Descrição da Atividade

98 - Descrição da Atividade

99 - Descrição da Atividade

100 - Descrição da Atividade

01-04 - SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nome	Endereço	Capital Social
------	----------	----------------

01-05 - PROVENTOS EM DINHEIRO DE LÍQUIDOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

Descrição da Classe de Ações	Valor em 30/09/2004	Valor em 30/09/2004	Valor em 30/09/2004	Valor em 30/09/2004
1 - Ações Ordinárias	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Ações Preferenciais	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Total	0,00	0,00	0,00	0,00

01 01 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Empresa	GRUPPO BOMFIM S.A.	Nº
CNPJ nº	00.941.548/0001-11	25.030.011-0001-05

02 01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - R\$ Mil

Ativo	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total
Ativo Circulante	1.000.000		1.000.000
Ativo Não Circulante		1.000.000	1.000.000
Total	1.000.000	1.000.000	2.000.000
Ativo Circulante	1.000.000		1.000.000
Ativo Não Circulante		1.000.000	1.000.000

01 31 - 45 YTFKACAD

[illegible]

02:37: PALANDEP PATBANDHAI 2455021800000000

λ	\mathcal{H}_λ	$\dim \mathcal{H}_\lambda$	$\dim \mathcal{H}_\lambda^{\text{new}}$
0	$\mathbb{C}[x, y]$	$1 \times 1 \times 1$	$1 \times 1 \times 1$
1	$\mathbb{C}[x, y]_1$	$2 \times 2 \times 2$	$2 \times 2 \times 2$
2	$\mathbb{C}[x, y]_2 = \mathbb{C}[x, y]_1 \oplus \mathbb{C}[x, y]_2$	$5 \times 5 \times 5$	$5 \times 5 \times 5$
3	$\mathbb{C}[x, y]_3$	$7 \times 7 \times 7$	$7 \times 7 \times 7$
4	$\mathbb{C}[x, y]_4 = \mathbb{C}[x, y]_3 \oplus \mathbb{C}[x, y]_4$	$14 \times 14 \times 14$	$14 \times 14 \times 14$
5	$\mathbb{C}[x, y]_5$	$17 \times 17 \times 17$	$17 \times 17 \times 17$
6	$\mathbb{C}[x, y]_6 = \mathbb{C}[x, y]_5 \oplus \mathbb{C}[x, y]_6$	$26 \times 26 \times 26$	$26 \times 26 \times 26$
7	$\mathbb{C}[x, y]_7$	$30 \times 30 \times 30$	$30 \times 30 \times 30$
8	$\mathbb{C}[x, y]_8 = \mathbb{C}[x, y]_7 \oplus \mathbb{C}[x, y]_8$	$41 \times 41 \times 41$	$41 \times 41 \times 41$
9	$\mathbb{C}[x, y]_9$	$47 \times 47 \times 47$	$47 \times 47 \times 47$
10	$\mathbb{C}[x, y]_{10} = \mathbb{C}[x, y]_9 \oplus \mathbb{C}[x, y]_{10}$	$60 \times 60 \times 60$	$60 \times 60 \times 60$
11	$\mathbb{C}[x, y]_{11}$	$67 \times 67 \times 67$	$67 \times 67 \times 67$
12	$\mathbb{C}[x, y]_{12} = \mathbb{C}[x, y]_{11} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{12}$	$83 \times 83 \times 83$	$83 \times 83 \times 83$
13	$\mathbb{C}[x, y]_{13}$	$92 \times 92 \times 92$	$92 \times 92 \times 92$
14	$\mathbb{C}[x, y]_{14} = \mathbb{C}[x, y]_{13} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{14}$	$107 \times 107 \times 107$	$107 \times 107 \times 107$
15	$\mathbb{C}[x, y]_{15}$	$118 \times 118 \times 118$	$118 \times 118 \times 118$
16	$\mathbb{C}[x, y]_{16} = \mathbb{C}[x, y]_{15} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{16}$	$137 \times 137 \times 137$	$137 \times 137 \times 137$
17	$\mathbb{C}[x, y]_{17}$	$150 \times 150 \times 150$	$150 \times 150 \times 150$
18	$\mathbb{C}[x, y]_{18} = \mathbb{C}[x, y]_{17} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{18}$	$171 \times 171 \times 171$	$171 \times 171 \times 171$
19	$\mathbb{C}[x, y]_{19}$	$185 \times 185 \times 185$	$185 \times 185 \times 185$
20	$\mathbb{C}[x, y]_{20} = \mathbb{C}[x, y]_{19} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{20}$	$209 \times 209 \times 209$	$209 \times 209 \times 209$
21	$\mathbb{C}[x, y]_{21}$	$225 \times 225 \times 225$	$225 \times 225 \times 225$
22	$\mathbb{C}[x, y]_{22} = \mathbb{C}[x, y]_{21} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{22}$	$253 \times 253 \times 253$	$253 \times 253 \times 253$
23	$\mathbb{C}[x, y]_{23}$	$271 \times 271 \times 271$	$271 \times 271 \times 271$
24	$\mathbb{C}[x, y]_{24} = \mathbb{C}[x, y]_{23} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{24}$	$303 \times 303 \times 303$	$303 \times 303 \times 303$
25	$\mathbb{C}[x, y]_{25}$	$323 \times 323 \times 323$	$323 \times 323 \times 323$
26	$\mathbb{C}[x, y]_{26} = \mathbb{C}[x, y]_{25} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{26}$	$359 \times 359 \times 359$	$359 \times 359 \times 359$
27	$\mathbb{C}[x, y]_{27}$	$381 \times 381 \times 381$	$381 \times 381 \times 381$
28	$\mathbb{C}[x, y]_{28} = \mathbb{C}[x, y]_{27} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{28}$	$421 \times 421 \times 421$	$421 \times 421 \times 421$
29	$\mathbb{C}[x, y]_{29}$	$445 \times 445 \times 445$	$445 \times 445 \times 445$
30	$\mathbb{C}[x, y]_{30} = \mathbb{C}[x, y]_{29} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{30}$	$491 \times 491 \times 491$	$491 \times 491 \times 491$
31	$\mathbb{C}[x, y]_{31}$	$517 \times 517 \times 517$	$517 \times 517 \times 517$
32	$\mathbb{C}[x, y]_{32} = \mathbb{C}[x, y]_{31} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{32}$	$567 \times 567 \times 567$	$567 \times 567 \times 567$
33	$\mathbb{C}[x, y]_{33}$	$595 \times 595 \times 595$	$595 \times 595 \times 595$
34	$\mathbb{C}[x, y]_{34} = \mathbb{C}[x, y]_{33} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{34}$	$649 \times 649 \times 649$	$649 \times 649 \times 649$
35	$\mathbb{C}[x, y]_{35}$	$679 \times 679 \times 679$	$679 \times 679 \times 679$
36	$\mathbb{C}[x, y]_{36} = \mathbb{C}[x, y]_{35} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{36}$	$737 \times 737 \times 737$	$737 \times 737 \times 737$
37	$\mathbb{C}[x, y]_{37}$	$769 \times 769 \times 769$	$769 \times 769 \times 769$
38	$\mathbb{C}[x, y]_{38} = \mathbb{C}[x, y]_{37} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{38}$	$831 \times 831 \times 831$	$831 \times 831 \times 831$
39	$\mathbb{C}[x, y]_{39}$	$865 \times 865 \times 865$	$865 \times 865 \times 865$
40	$\mathbb{C}[x, y]_{40} = \mathbb{C}[x, y]_{39} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{40}$	$931 \times 931 \times 931$	$931 \times 931 \times 931$
41	$\mathbb{C}[x, y]_{41}$	$967 \times 967 \times 967$	$967 \times 967 \times 967$
42	$\mathbb{C}[x, y]_{42} = \mathbb{C}[x, y]_{41} \oplus \mathbb{C}[x, y]_{42}$	$1037 \times 1037 \times 1037$	$1037 \times 1037 \times 1037$

01 01 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Empresa	GRUPPO BOMBALEIRAS S.A.	CNPJ
Código CVM	000.041.540-00041-00000004	28/09/2003 00:00:00

02 01 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (R\$ em Mil)

Item	Descrição	30/09/2003	30/09/2002
1	Capital Social	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
2	Reserva de Capital	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
3	Reserva de Lucros	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
4	Reserva de Avaliação	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
5	Reserva de Provisões	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
6	Reserva de Impostos	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
7	Reserva de Dividendos	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
8	Reserva de Depreciação	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
9	Reserva de Amortização	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
10	Reserva de Provisões	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
11	Reserva de Provisões	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
12	Reserva de Provisões	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
13	Reserva de Provisões	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
14	Reserva de Provisões	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
15	Reserva de Provisões	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
16	Reserva de Provisões	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
17	Reserva de Provisões	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00
18	Reserva de Provisões	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00

09-11-2014

[illegible]

03:11:00W045TRACAO DO RESULTADO REG. 03:11:00

Year	Country	Population (millions)	Urban Population (millions)	Urban % of Total	Population Density (per sq km)	Urban Density (per sq km)
1950	United States	150.7	80.0	53.1	26.0	130.0
1955	United States	157.7	85.0	53.9	27.0	135.0
1960	United States	162.6	89.0	54.7	28.0	140.0
1965	United States	169.1	93.0	55.0	29.0	145.0
1970	United States	175.3	97.0	55.3	30.0	150.0
1975	United States	181.2	101.0	55.7	31.0	155.0
1980	United States	187.0	105.0	56.2	32.0	160.0
1985	United States	192.7	109.0	56.6	33.0	165.0
1990	United States	199.3	113.0	56.7	34.0	170.0
1995	United States	205.1	117.0	57.0	35.0	175.0
2000	United States	210.6	121.0	57.4	36.0	180.0
2005	United States	215.9	125.0	57.9	37.0	185.0
2010	United States	221.2	129.0	58.3	38.0	190.0
2015	United States	226.5	133.0	58.7	39.0	195.0
2020	United States	231.8	137.0	59.1	40.0	200.0
2025	United States	237.1	141.0	59.5	41.0	205.0
2030	United States	242.4	145.0	59.8	42.0	210.0
2035	United States	247.7	149.0	60.2	43.0	215.0
2040	United States	253.0	153.0	60.5	44.0	220.0
2045	United States	258.3	157.0	60.8	45.0	225.0
2050	United States	263.6	161.0	61.1	46.0	230.0

06.01 – NOTAS EXPLICATIVAS

As investigações na legislação societária foram feitas aplicando-se para todas as companhias constâncias na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estender as sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e avaliação de demonstrações financeiras.

a) Proarbitramento contábil – emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

A convergência total para as normas contábeis internacionais ainda depende do processo de normatização a ser desenvolvido pela CVM. Em linha com esse processo normativo, a CVM aprovou em 20/02/08 a Deliberação CVM nº 534, que aprova o promemorial técnico CVM-02 (Conta de Proarbitramentos Contábeis) e em 2 de maio de 2008 emitia a Instrução CVM nº 469, Contorno emitido ao mercado, a CVM pretende concluir ainda em 2008, o seu processo normativo para os dispositivos da lei societária que foram alterados e que necessitam de regulamentação e revisar todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas propostas pela nova lei.

A Administração da Companhia efetuou uma avaliação dos efeitos da posse de um período da nova lei, destacando que a aplicação dos dispositivos da Lei 11.638 não provocará efeitos materiais no patrimônio líquido e no resultado do trimestre e do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2008.

As principais alterações normativas, que embora não produzam efeitos relevantes sobre o patrimônio líquido em 30 de setembro de 2008 e os resultados do trimestre e do período de nove meses findos nessa data, são apresentadas a seguir:

Em 30 de setembro de 2008, o saldo sobre o lucro de Jufenda totalizava R\$ 1.962, a nova documentação da convergência para as normas internacionais em andamento e esperado que o resultado seja afetado pelo efeito da baixa desse ativo, produzindo o efeito em resultado de R\$ 1.255, líquido dos efeitos tributários.

Contorno mencionado na nota explicativa 11 trata a Companhia a proceder realiações no ativo imobilizado em exercícios anteriores. O saldo da reserva de realiação em 30 de setembro de 2008 totaliza R\$ 213.370. O novo texto do artigo 3º da Instrução CVM 469/2008, a Companhia optou por o estorno das saldos correspondentes a essa realiação em 31/12/2008.

Efeitos do estorno da Realiação

- Estorno de realiação dos ativos imobilizados no montante de R\$ 37.026;
- Estorno do passivo pelo estorno da devida montante de R\$ 68.832;

00715 – ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A. 07/09/2009 08

06.01 – NOTAS EXPLICATIVAS

- Deterioração patrimonial pelo estorno de reservas no montante de R\$ 218.364;
- Emissão da redenção registrada em 2-08 no montante de R\$ 9.139;

Com relação ao novo conceito de análise a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, estatísticas da Administração indicam que os efeitos das fusões provocaram impactos relevantes sobre o patrimônio líquido e no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2008.

7 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancários - CDB, Operações Compromissadas - OC - e também a fundos de renda fixa - FFI - gerenciados e administrados pelas seguintes instituições:

Distribuição	30-09-2008	30-09-2007
Banco Votorantim S.A.	89.369	11.264
Banco Bradesco S.A.	78.203	24.187
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	17.869	30.333
Banco Safra S.A.	14.763	-
Banco Itaú S.A.	1.128	969
Banco Viba S.A.	645	3.637
Banco Pichler S.A.	293	290
Banco Santander S.A.	135	51
HSBC Bank Brasil S.A.	21	23
Outros	2	67
Total de aplicações financeiras	228.699	121.428

Copyright © 2009
DATA-PAGE - 10/29/2009

11.02.2015 14:23:55 58

100

[illegible]

code number 62 200 51
is under discussion.

00715 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A.

07/09/2020 10:00:00 -03

00701 - NOTAS EXPLICATIVAS

Obtensíveis de Barça Renda

	30/09/2018	30/09/2019
Contribuições de Barça Renda	897.889	838.031
Recebimentos	1.530.194	1.162.500
Provisão	(57.140)	(57.140)
Total de consumíveis de Barça Renda	<u>1.470.943</u>	<u>1.842.391</u>

O Decreto nº 4.338, de 13 de agosto de 2002, permitiu ao Conselho Regulatório ampliar o equiparamento na subclasse Residencial Barça Renda para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 224 KWh, o qual havia sido inicialmente definido para unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, em conformidade com a Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

Este subclasse está sendo custeado com recursos financeiros oriundos da adição de encargos aos recebidos a título pela ELETROBRAS, assim como as receitas das outras unidades pelos concessionários, geradores, sob controle federal, e de distribuição a dos setores dividendos da ELETROBRAS, com recursos da RUIR - Reserva Global de Reversão.

Conforme sequência da fiscalização da ANEEL, ocorrida em setembro de 2009, a Sociedade registrou uma provisão de R\$ 510.000, que gerou um montante negativo de R\$ 13.963 em 31 de setembro de 2008 e R\$ 3.347 em 31 de junho de 2008.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31.03.2003	31.03.2002
Ativo circulante		
CVV - Compras em combustíveis	350	731
CVV - Fretos/Jornal	4.910	17.291
CVV - Resíduos 11/2001	2.417	3.418
CVV - Selos contratuais	51.880	181.888
Contratual - PIS/Cofins	1.280	-
CVV - S. L.	210	615
Despesas do Verbo do Sistema	57.580	15.911
Outras	315	671
Total de ativo circulante	119.832	310.825
Ativo não circulante		
Parcela A - Extraordinária - 10	36.615	36.615
Parcela A - Amortização Selos 11/2001	69.717	186.661
CVV - PIS/Cofins	1.375	5.001
Total de ativo não circulante	107.707	228.277
Passivo circulante		
CVV - Compras em combustíveis	3.875	1.795
CVV - Fretos/Jornal	51.217	32.591
CVV - Fretos/Bate-Bateria	2.898	1.711
Selos contratuais	9.501	5.775
Outras	1.755	11.295
Total de passivo circulante	69.246	52.767

10 Parcela A - Baseada na Portaria Interministerial nº 290 de 29 de outubro de 2001 e na Lei nº 10.138 de 26 de abril de 2002, a Sociedade registrou como despesas antes pelas os incrementos de custos ocorridos em 2001 e 2002 que estão relacionados aos custos sobre os quais não tem gerenciamento (Parcela A).

O montante de R\$ 36.615 em 31 de setembro de 2003 e em 31 de outubro de 2003 refere-se ao saldo fornecido pela Resolução ANEEL nº 182 de 24 de agosto de 2002 e será recuperado através da recomposição tarifária extraordinária após a realização da RRE - O montante acumulado de atribuição intertemporal referente a este saldo em 30 de setembro de 2003 e de R\$ 69.717 (R\$ 65.965 em 30 de junho de 2003) classificados na rubrica Parcela A - Amortização Selos.

6. REVENHOS RECEBÍVEIS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR – Lei Formaplan Trensamentos
 EMPRESA PÚBLICA, PRIVADA E CONTRATA

Divulgação Extraordinária
 Legislação Secundária
 DATA-PAGE = 12/09/2020

00715 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A

07.001 10.1.0001 00

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2018	30/06/2018
Desenvolções em curso	3.841	61.190
Gastos a receber sem contrapartidas	2.832	4.687
Antecipações em curso	6.672	4.550
Manutenção	4.658	4.658
Serviços em curso	11.757	6.540
Contratados e serviços prestados	14.626	10.512
Gastos a receber sem contrapartida pública	8.420	8.112
Depósitos a ser liberados a concessionária	18.171	14.284
Ganhos vendáveis a receber	3.050	4.118
Provisão para crédito de liquidação dos ativos vendáveis a receber	(28.171)	(28.171)
Total de rendas a receber	13.616	27.422

A rubrica "Contratados e serviços prestados" abrange-se a registro de créditos contra terceiros na execução de serviços solicitados, provenientes da utilização de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento procedidos durante a suspensão de atividades a receber.

Na rubrica "Serviços em curso" são registrados os gastos de pessoal, material e serviços na execução de obras prestadas a terceiros, tais como: instalação de rede e na posterior instalação de infraestrutura, processo de instalação, processo de transformações, instalação de padrão, isolamento e isolamento de redes, afigue e substituição de equipamentos.

7. DÍVIDAS E OBRIGAÇÕES

00715 - 00.0001 00.0001

PAGE 21

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR – 1 – Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

UNID - 1 AMPHA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Divulgação Extraordinária

Regulamento Brasileiro
 DATA-PAGE - 10/09/2020

00.001-001.0001-00

00.001 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30/09/2018	30/09/2018 (Reclassificação)
Acumulado a empregados	\$ 437	\$ 568
Assistência médica aposentados	2.581	3.462
Aluguel de equipamentos	723	724
Acompanhamento necessários	3.347	3.441
Cargos e depósitos vinculados	4.217	1.153
Outros devedores	106	106
Total de devedores diversos	17.399	17.354

A Entidade não se responsabiliza pelo pagamento dos planos de saúde de aposentados - pagos pela Ampla - e que serão reconhecidos pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - FUNDSEFUNDOS.

SIMPÓSIO DE RENDITA CONTRIBUIÇÃO MESCLADA DIFERIDA

ENCARGO DE CONTABILIDADE

2020 - 20

00000 - AMPLA EMPRESA E SERVIÇOS S.A.

DATA: 12/09/2020 08

00000 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ampla reconhece e corresponde o imposto de renda e contribuição social devidos sobre diferenças temporárias, reserva de reavaliação do seu ativo imobilizado, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre os períodos 1981 a 1991, com composição e composição reconstruída a seguir:

	1981 a 1991		1992 a 1999		2000 a 2001		Total
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
Imposto de Renda	1.110.000	100,00	1.110.000	100,00	1.110.000	100,00	3.330.000
Contribuição Social	1.110.000	100,00	1.110.000	100,00	1.110.000	100,00	3.330.000
Total	2.220.000		2.220.000		2.220.000		6.660.000

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o período 1981 a 1991 devidos antes, no prazo máximo estipulado nas disposições regulamentares então detidas pela Instrução CVM nº 321, de 27 de junho de 2002, e correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	Montante a receber
2008	20.610
2009	40.900
2010	61.049
2011	81.178
2012	101.148
2013	121.190
2014	141.190
2015	161.190
2016	181.190
	<u>621.214</u>

As principais razões para estabelecer prazos de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

VALORES A RECEBER

00.001 001.0000 08 NOTAS EXPLICATIVAS

	12/31/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a compensar	23.328	23.289
ICMS a compensar	107.883	117.131
Outros tributos a compensar	14.886	22.557
Total de tributos a compensar - ativo e remanescente	145.998	163.077
ICMS a compensar	51.753	52.588
Total de tributos a compensar - ativo e remanescente	51.753	52.588

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a dívidas pagáveis mensais efetuadas ao longo do exercício.

Os valores na rubrica de ICMS a compensar a curto prazo devem-se principalmente a créditos sobre créditos aos pagamentos em cumprimento ao Decreto Estadual nº 31.632/22 que dispõe sobre pagamentos distantes do imposto nos dias 15 e 20 de abril e dia 15 de março propriamente em meses adjacentes no mês de junho de 2023.

O montante classificado no longo prazo refere-se, basicamente, ao ICFR (Imposto Gerente) nº 102/03, que determina que o crédito do imposto quando se refere a uma série de bens para o Ativo Fixo seja compensado em 48 meses.

10. DÍVIDAS A LONGO PRAZO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR – 1 Formulário Trimestral
 EMPRESA PÚBLICA, PRIVADA E OUTRAS

Divulgação Externa
 Regulação Secundária
 DATA-PAGE = 12/09/2020

00715 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A.

07/09/2020 10:00:00 AM

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30/09/2018	30/09/2019
Despesas antecipadas	308	1.822
Despesas na Emissão de Debêntures	340	320
Despesas de Emissão Bancária	303	363
Total de ativos circulante	2.131	2.434
Despesas na Emissão de Debêntures	660	1.078
Despesas de Emissão Bancária	682	1.180
Total de ativos circulante	2.022	2.258

A Anpá optou por diferir as despesas incorridas com a emissão de debêntures, realizadas em 28 de julho de 2018 no valor de R\$ 6.011,11 totalmente amortizadas em 1º de março de 2019 no valor de R\$ 4.588 e em 1º de setembro de 2019 no valor de R\$ 2.038, pelo prazo de resgate das debêntures. Adicionalmente optou pelo diferimento de despesas com emissão bancária no montante de R\$ 2.220. Até 30 de setembro de 2018, a Anpá amortizou um total de R\$ 1.373 de despesas antecipadas com emissão de debêntures R\$ 11.228 em 30 de junho de 2018 e R\$ 150 com despesas de emissão bancária R\$ 670 em 1º de julho de 2018.

00000 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.1.1. Imobilizado em curso

De acordo com a Instrução Conjunta nº 33 das Mesas de Controle Unida do Serviço Público de Energia Elétrica instituída pela Resolução ANEEL nº 431 de 29 de outubro de 2001, a Ampla transfere para o ativo imobilizado os meios de empréstimos de recursos vinculados às atividades em curso, até 30 de junho de 2003. A partir de julho desse ano, os juros não foram mais capitalizados. O ativo imobilizado em curso refere-se substancialmente a obras de expansão da rede de distribuição de energia elétrica.

1.1.2. Obrigações específicas vinculadas à concessão

As obrigações específicas vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores na União, dos Estados, dos Municípios e dos consórcios, com contrapartidas não sendo emitidas a qualquer título a favor do devedor e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O despacho ANEEL nº 3073 de 28 de dezembro de 2000 altera a forma de emitir as obrigações específicas, determinando que seus valores sejam quantizados. O despacho nº 3112 de 27 de maio de 2007 determinou que tal pagamento seja introduzido nos registros contábeis somente a partir da segunda revisão contábil da Sociedade.

1.1.3. Reavaliação

Consabstanciado na Lei nº 6.414 de dezembro de 1976 e na Deliberação CVM nº 183 de 19 de junho de 1995, a Ampla contratou os serviços de peritos independentes para efetuar um inventário físico e reavaliação dos seus bens contabilizados no ativo imobilizado a partir do exercício de 1996, optando a Ampla por realizar suas reavaliações periodicamente a cada quatro anos. Como resultado desse trabalho, a Sociedade contabilizou em suas demonstrações financeiras um acréscimo líquido em seu ativo imobilizado de R\$ 235.608 em 31 de dezembro de 1995, R\$ 23.331 em 31 de dezembro de 2000 e R\$ 3.1376 em 31 de dezembro de 2004, tendo como contrapartida o crédito de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido. A Sociedade constituiu provisão às alíquotas de 25% e 9% para imposto de renda e contribuição social, diferidos, respectivamente, sobre o montante das reavaliações. Conforme mencionado na nota 2, a Companhia optou pelo estorno do saldo dessa reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2008.

SERVICO PÚBLICO FEDERAL
 CNP - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - 1 Imposto de Renda
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Investigação Externa
 Investigação Societária
 DATA-PAGE - 10/09/2020

00105 - ANTER, EMILIA E SERVIÇOS S.A. 01.001.001.000.00

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. INTANGÍVEL

	2019		2018	
	Valor Inicial	Acréscimo (+) Diminuição (-)	Valor Inicial	Valor Final
Imóvel				
Software	1.132	(1.072)	1.000	628
Marcas e patentes	2.557	1.110	2.000	3.167
Outros	27.000	(1.270)	28.000	26.730
Subtotal	30.689	(1.232)	31.000	30.525
Imóvel				
Software	3.100		3.100	3.100
Marcas e patentes	0	0	0	0
Outros				27
Subtotal	3.100	0	3.100	3.127
Total do intangível	33.789	(1.232)	34.100	33.652

13. IMPRÓPRIOS E DÚVIDAS FINANCEIRAS

	2019		2018	
	Valor Inicial	Valor Final	Valor Inicial	Valor Final
Impedidos				
Impedidos	0	0	0	0
Dúvidas				
Dúvidas	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0
Impedidos e Dúvidas	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

00115 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- **Finame** – Iniciou em dezembro de 2004 e terminou em junho de 2010.
 Destinação: aquisição de equipamentos agrícolas.
 Garantia: recebíveis de clientes e conta reserva.
- **Finame-Receita Ampla** – Iniciou em agosto de 2005 e terminou em junho de 2011.
 Destinação: financiamento do projeto de investimentos “Rede Ampla” (custeio do custo de energia no período de 2006 a 2007). O valor da linha de crédito aprovada foi de R\$ 165.000, dos quais 100% foram saques pela Ampla.
 Garantia: recebíveis de clientes e conta reserva.
- **Finame Capex** – Iniciou em novembro de 2006 e terminou em junho de 2012.
 Destinação: financiamento dos projetos de modernização, expansão e upgrade do rede, em âmbito de concessão da Ampla no período de 2006 a 2008. A linha de crédito aprovada é de R\$ 301.125, de 30 de setembro de 2008, a Ampla privou o crédito 30 a esse valor.
 Garantia: recebíveis de clientes e conta reserva.

(b) Eletrobrás

- **Finame** – Iniciou em setembro de 2003 e terminou em fevereiro de 2008.
 Destinação: Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Receita) – 3 contratos totalizando investimento no montante de R\$ 1.039, e Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso de Energia Elétrica para Todos – 2 contratos totalizando investimento no montante de R\$ 8.600.
 Garantia: produção e recebíveis de clientes.

(c) Bradesco S.A.

- **Valor de principal** – R\$ 42.852, com início em julho de 2005 (cadastro em dezembro de 2009) e término em julho de 2009.
 Destinação: pagamento do principal e juros da 2ª emissão de debêntures, efetuada antecipadamente em julho de 2005 (recompra de dívida).
 Garantia: não apresenta.
 Instrumento financeiro: capital de giro.

02-01 2015 1000-2415-2415

- Valor de principal: R\$ 23.333, com o primeiro pagamento de 2007 e os outros em dezembro de 2007.

De suma importância a análise de curto prazo, ocasionada pela queda da função de crescimento do mercado de renda, em janeiro de 2003.

(1) 1990年12月22日，原告与被告签订了《合作开发协议》，约定原告与被告合作开发位于北京市昌平区某处土地，原告负责提供资金，被告负责办理相关手续。协议约定，原告投入资金后，双方共同成立一个项目公司，负责该土地的开发建设。协议还对双方的权利义务、利润分配、违约责任等进行了详细约定。原告按照协议约定投入了资金，但被告在办理相关手续过程中，存在拖延、隐瞒等行为，导致项目进展严重滞后。原告多次与被告沟通，要求被告履行义务，但被告均以各种理由推脱。原告认为被告的行为严重违反了《合作开发协议》的约定，给原告造成了巨大的经济损失，遂诉至法院，请求法院判令被告承担违约责任，赔偿原告损失。

Instytutu i wycenę gotalności usług drukarskich

- * Valor de principal: R\$ 13.380, com início em dezembro de 2017 e término em dezembro de 2018.

Destinação preferencial da principal e parte da renda do 3º e 4º mês de deficiências, realizada em março de 2008 (retirada do relatório de trabalho).

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2689-2696.

Disponible en français

- * Valor de principal: R\$ 1.000,00, com prazo em fevereiro de 2008 e taxa de juros de 20%.

Desdobramento: produção de um fragmento da principal estrutura dos grupos de trabalho com Banks. Posteriormente, realizando uma leitura conjunta, os alunos analisam o conteúdo de cada item.

1. *Urethral* 2. *Uterus*

Застава и герб Републике Српске

111. Harriet MEX 3 4

- Valor de principal: R\$ 300,00, com prazo em parcelas de 2,00 e término em julho de 2012.

Destinação: necessidade de caixa de curto prazo, ocasionada, pela queda da fatura de compensação de imposto de renda, em janeiro de 2017.

Yoshitaka Tsubota

7. *Aspirin* (acetylsalicylic acid) is a common analgesic and antipyretic.

151 Hanger, *Victual* 5, 3.

- **Velocidade média** – RS 300/3 com 4 cilindros, 1600 cc e transmissão manual de 5ª vez

Destacamos, portanto, os principais pontos da 2ª emissão de debêntures, elevando anteriormente em 20% o montante de 200,5 milhões para 240,6 milhões de reais.

U.S. 2011-2012 U.S. 2011-2012

Задание 1. Прочитайте текст и выполните задание.

00.01 - NOTAS EXPEDITIVAS

(f) União de Bancos Brasileiros S.A.

• Valor de principal: R\$ 32.164, com início em junho de 2005 e término em dezembro de 2006 e termo em junho de 2009.

Destinação: pagamento do principal e juros da 2ª emissão de debêntures, efetivado através de renda em maio de 2009 (refinanciamento de dívida).

Garantias: sem garantias.

Instrumento financeiro: contrato de empréstimo.

• Valor de principal: R\$ 46.627, com início em janeiro de 2007 e término em dezembro de 2009.

Destinação: necessidade de caixa de curto prazo ocasionada pela queda da fatura de compensação de imposto de renda em janeiro de 2007.

Garantias: sem garantias.

Instrumento financeiro: contrato de empréstimo.

• Valor de principal: R\$ 13.500, com início em novembro de 2007 e término em outubro de 2012.

Destinação: pagamento do principal e juros da 3ª série da 3ª emissão de debêntures, realizada em março de 2008 (refinanciamento de dívida).

Garantias: sem garantias.

Instrumento financeiro: contrato de empréstimo.

(g) HSBC – Bank Brasil S.A.

• Valor de principal: R\$ 30.000, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012.

Destinação: pagamento do principal e juros da 3ª série da 3ª emissão de debêntures, realizada em março de 2008 (refinanciamento de dívida).

Garantias: total promissória.

Instrumento financeiro: CCB – crédito de crédito bancário.

• Valor de principal: R\$ 120.000, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012.

Destinação: pagamento do principal e juros da 3ª série da 3ª emissão de debêntures, realizada em março de 2008 (refinanciamento de dívida).

Garantias: total promissória.

Instrumento financeiro: CCB – crédito de crédito bancário.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR – 1 – Informações Financeiras
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

UNIDADE – ARCEL MITTAL E SERVIÇOS S.A.

Divulgação Expansa

Regulamento Brasileiro
 DATA-PAGE – 10/09/2004

DATA DE EMISSÃO DO

00.01 – NOTAS EXPLICATIVAS

Iti Banco do Brasil S.A.

- Valor de principal: R\$ 100.000.000,00 em dezembro de 2005 e terminou em outubro de 2013.

Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures realizada em março de 2008 e finalizada em maio de 2010.

Garantia: nota promissória

Instrumento financeiro: nota de crédito comercial

Iti Banco Itaú S.A.

- Valor de principal: R\$ 13.350.000,00 em dezembro de 2007 e terminou em dezembro de 2012.

Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures realizada em março de 2008 e finalizada em maio de 2010.

Garantia: sem garantias

Instrumento financeiro: CDB – cessão de crédito bancário

Os valores pagos das parcelas do não circulante principal e têm sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

	até 09/2005	até 09/2008
2000	150.133	560.428
2001	181.598	570.549
2002	214.211	209.121
2003	60.960	133.647
após 2002	185.618	524.191
Total circulante	792.520	2.018.737

As principais medidas e análises são utilizadas para atribuição dos empréstimos e financiamentos em certas seguintes variáveis no período de nove meses finais em:

EXERCÍCIO DE 2005

2005 - 32

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2005, foi aprovada a 2ª emissão de debêntures, que teve como objetivos o resgate parcial da 2ª emissão de debêntures realizada em 31 de março de 2003, o financiamento dos programas de investimentos da Anpra previstos para o ano de 2005 e o pagamento de dividendos de longo prazo, sendo o eventual saldo remanescente a ser usado para o reforço de capital de giro.

4ª EMISSÃO

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Sociedade, por meio da renovação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Sociedade está sujeita à manutenção de determinados indicadores financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações Financeiras. Até 30 de setembro de 2008, a Anpra vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices na avaliação de sua Administração.

Curva de amortizações dos Longos Prazo das debêntures

	2009	2011	2012	Total
1ª série - 3ª emissão	154.176	-	-	154.176
1ª série - 4ª emissão	-	183.000	183.000	366.000
	<u>154.176</u>	<u>183.000</u>	<u>183.000</u>	<u>520.176</u>

15.13.08811318.0815

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CNP - CONDIÇÃO DE VAGAS E MOBILIDADE
 ITR - Imposto Territorial Rural
 EMPRESA PÚBLICA, PRIVADA E OUTRAS

Divulgação Extraordinária
 Imposto de Renda
 DATA-PAGE - 12/09/2020

00000 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A

00000 - 000000000000000000

00000 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30/06/2018	30/06/2018
Suprimento de energia elétrica		
Luzes e lâmpadas Iluminação	17.288	18.891
Reparos e manutenções	26.380	31.364
Rede Básica	13.150	12.72
CCFLAR	32.904	33.68
CCFL-SIPRI	22.075	33.211
Outros	19.874	13.42
Materiais e Serviços		
Nacionais	15.106	30.427
Estrangeiros	481	842
Total de fornecedores	172.671	184.662

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2018	30/06/2018
	Contribuição	Contribuição
Imposto de renda - IRPJ - lucro líquido sobre o LRA	1.965	1.152
Imposto sobre o lucro líquido sobre o lucro líquido sobre o LRA	7.087	7.112
Contribuição para o fundo de previdência social - COTIPSS	5.690	6.238
Proventos de previdência social - COTIPSS	6.752	3.191
Imposto sobre vendas - IBS	762	768
Total de impostos, taxas e contribuições	21.256	20.461

17. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

00105 – NOTAS EXPLICATIVAS

Os setores com partes relacionadas em 30 de setembro de 2003 e 31 de junho de 2003 são apresentados a seguir:

Partes relacionadas	
1.000.000,00	1.000.000,00
2.000.000,00	2.000.000,00
3.000.000,00	3.000.000,00
4.000.000,00	4.000.000,00
5.000.000,00	5.000.000,00
6.000.000,00	6.000.000,00
7.000.000,00	7.000.000,00
8.000.000,00	8.000.000,00
9.000.000,00	9.000.000,00
10.000.000,00	10.000.000,00
11.000.000,00	11.000.000,00
12.000.000,00	12.000.000,00
13.000.000,00	13.000.000,00
14.000.000,00	14.000.000,00
15.000.000,00	15.000.000,00
16.000.000,00	16.000.000,00
17.000.000,00	17.000.000,00
18.000.000,00	18.000.000,00
19.000.000,00	19.000.000,00
20.000.000,00	20.000.000,00
21.000.000,00	21.000.000,00
22.000.000,00	22.000.000,00
23.000.000,00	23.000.000,00
24.000.000,00	24.000.000,00
25.000.000,00	25.000.000,00
26.000.000,00	26.000.000,00
27.000.000,00	27.000.000,00
28.000.000,00	28.000.000,00
29.000.000,00	29.000.000,00
30.000.000,00	30.000.000,00
31.000.000,00	31.000.000,00
32.000.000,00	32.000.000,00
33.000.000,00	33.000.000,00
34.000.000,00	34.000.000,00
35.000.000,00	35.000.000,00
36.000.000,00	36.000.000,00
37.000.000,00	37.000.000,00
38.000.000,00	38.000.000,00
39.000.000,00	39.000.000,00
40.000.000,00	40.000.000,00
41.000.000,00	41.000.000,00
42.000.000,00	42.000.000,00
43.000.000,00	43.000.000,00
44.000.000,00	44.000.000,00
45.000.000,00	45.000.000,00
46.000.000,00	46.000.000,00
47.000.000,00	47.000.000,00
48.000.000,00	48.000.000,00
49.000.000,00	49.000.000,00
50.000.000,00	50.000.000,00
51.000.000,00	51.000.000,00
52.000.000,00	52.000.000,00
53.000.000,00	53.000.000,00
54.000.000,00	54.000.000,00
55.000.000,00	55.000.000,00
56.000.000,00	56.000.000,00
57.000.000,00	57.000.000,00
58.000.000,00	58.000.000,00
59.000.000,00	59.000.000,00
60.000.000,00	60.000.000,00
61.000.000,00	61.000.000,00
62.000.000,00	62.000.000,00
63.000.000,00	63.000.000,00
64.000.000,00	64.000.000,00
65.000.000,00	65.000.000,00
66.000.000,00	66.000.000,00
67.000.000,00	67.000.000,00
68.000.000,00	68.000.000,00
69.000.000,00	69.000.000,00
70.000.000,00	70.000.000,00
71.000.000,00	71.000.000,00
72.000.000,00	72.000.000,00
73.000.000,00	73.000.000,00
74.000.000,00	74.000.000,00
75.000.000,00	75.000.000,00
76.000.000,00	76.000.000,00
77.000.000,00	77.000.000,00
78.000.000,00	78.000.000,00
79.000.000,00	79.000.000,00
80.000.000,00	80.000.000,00
81.000.000,00	81.000.000,00
82.000.000,00	82.000.000,00
83.000.000,00	83.000.000,00
84.000.000,00	84.000.000,00
85.000.000,00	85.000.000,00
86.000.000,00	86.000.000,00
87.000.000,00	87.000.000,00
88.000.000,00	88.000.000,00
89.000.000,00	89.000.000,00
90.000.000,00	90.000.000,00
91.000.000,00	91.000.000,00
92.000.000,00	92.000.000,00
93.000.000,00	93.000.000,00
94.000.000,00	94.000.000,00
95.000.000,00	95.000.000,00
96.000.000,00	96.000.000,00
97.000.000,00	97.000.000,00
98.000.000,00	98.000.000,00
99.000.000,00	99.000.000,00
100.000.000,00	100.000.000,00

As transações com partes relacionadas foram controladas em conformidade com as normas de contabilidade da Administração da Ampla, conforme abaixo discriminadas:

Transações ativas

na Energisa Agência anteriormente Energisa Internacional:

Com a venda da UT-RJ Overseas, os contratos de aluguel que a Ampla tinha com a mesma, foram transferidos para a Energisa Agência e tiveram a data de vencimento alterada para 6 de agosto de 2003. Este prazo não deveria ser prorrogado conforme nota explicativa nº 34 (10).

Crédito de aluguel no montante de R\$ 14.622 em 1 de agosto de 2003, de acordo com a

12/09/2003 10:00:00

Ho CVM Brasil Multiserviços Ltda e Synapsis Brasil S.A.

Em 30 de setembro de 2003 a Ampla possui o mês a pagar a CVM Brasil referentes aos serviços de manutenção da rede elétrica no valor de R\$ 1.532 (R\$ 2.138 em 31 de junho de 2003). Nos atos circulantes a manutenção refere-se a adiantamentos a CVM de custos da prestação de serviços de instalação de obras e recuperação de medidores no valor de R\$ 1.907 (R\$ 2.811 em 31 de junho de 2003) classificados atualmente em partes relacionadas.

00715 - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

07/09/2020 10:00:00 AM

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com a Synapsis a Ampla possui contratos de prestação de serviços especializados, tais como: gerenciamento de software, administração e finanças, prestação de serviços de engenharia, relaxamento. Juntamente as operações da Ampla, a FAME e Synapsis são partes relacionadas da Sociedade, por fazerem parte do mesmo grupo econômico.

16.1 Fretidade

Referente ao contrato de compra de energia com início em 31 de dezembro de 2002 e término em 30 de dezembro de 2022 com preço médio mensal pago pela AMPLA e reajuste anual com base em 10% da variação do IGP-M. A Fretidade pertence ao grupo 3.02 (Eleticidade de Parâmetros Sólidos S.A.) que por sua vez é administrada Ampla.

16.1.1.1 Ampla Brasil S.A.

O montante de R\$ 1.452 (R\$ 1.452 em 30 de junho de 2008) trata-se de um saldo a receber da Ampla com sua controladora referente a pagamentos de diversos gastos administrativos.

18. EXXASREQUIREMENTS

As obrigações a serem recolhidas derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	30/06/2008	30/06/2008
Quota da conta de consumo de energia elétrica – CCE	5.911	5.911
Quota de recolhimento a conta de desenvolvimento energético – CDE	6.190	6.190
Quota de reserva global de reserva – RGR e outros	5.255	5.255
Obrigações regulamentares	17.356	17.356

00715 - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

07.001.001.0001.00

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de setembro de 2018, a estimativa de desenvolvimento dos valores de R\$ 9.407, sendo R\$ 9.271 a ser recolhidos LÍQUID e R\$ 136 às JPM.

20. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	30/09/2018	31/09/2018
Provisão de terras	9.602	9.795
Provisão	5.824	4.115
Total de obrigações estimadas	<u>5.126</u>	<u>13.814</u>

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/09/2018	30/09/2018 reclassificado
Embalagem embalagem pública	30.529	28.837
Adiantamento de clientes	23.981	23.536
Ferros	1.050	1.151
Total de outras obrigações	<u>55.499</u>	<u>53.527</u>

22. FÓRMULA DE RECUPERAÇÃO - FÓRMULA 2016/10/684

Em 29 de agosto de 2016, a Ampla aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (Pacote de Recuperação Fiscal - PAFR), também conhecido como REEF 11, instituído pelo Decreto 7.681/2010. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos em 12 meses e cinco meses, comidos de notificações fiscais de lançamentos de crédito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e créditos contra a Ampla, no período de outubro 199 a julho 2016, cujos valores se referem, predominantemente, à responsabilidade voluntária sobre contribuições de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Ampla, em 10 de março de 2016, das irregularidades detectadas se mostrou positiva.

02-01 08:15 PWT 247245

El Plan de implementación de acciones de ECV:

Full-text available

Contribuir com 4,62% da folha de salários, dos quais 0,02% são destinados a cobrir a parte dos benefícios e 4,60% são usados para cobertura das despesas administrativas.

Até 30 de setembro de 2018, a Turquia continha um crescimento de 88,1% (+0,88) e em 30 de setembro de 2021 referentes a Eufros de complementação de aposentadoria

Public Works Areas

A contribuição corresponde a porcentagem acumulada em função da curva salarial, conforme Tabela 4, em função do nível de escolaridade, variando de 1,78% a 10% do salário.

Public policy analysis

Esta contribución se define de la siguiente manera: base no reducida de plan de estudio, que corresponde al total de los cursos, menos los porcentajes acumulados vigentes para los participantes al año.

UFF, maio de 2002, e-mail de André Bunchô e Zaira, a PMVA.

Full-text available

Entenda: com 4 29% em área a colônia de sala ex-lua pertencentes ativos com base na posição de 30 de setembro de 2018, 5 97% utilizados para cobertura das despesas administrativas e 6 02% são destinados a cobertura dos benefícios.

Até 30 de setembro de 2008, a Amplia contribuiu com o montante de R\$ 4.988 (R\$ 4.250 em 30 de setembro de 2007) referentes a fundos de contribuição social.

Public policy issues

Os participantes ativos do PAC V deverão efetuar a seguinte função descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio atribuído a partir da população ativa no PAC V, na conclusão da avaliação era de $\pm 67\%$ da folha de salários dos participantes ativos do PAC V.

1.1. COMPANHIA ELETRIC

No dia 04 de julho de 2005 a Secretaria de Receita Federal lavrou contra a Companhia auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da equidade do imposto de renda na fonte – IRL incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior em decorrência da Fixed Rate Notes II RNO emitidos pela Ampa em 1998. Em decisão de 17/04/2016, a Ampa obteve decisão favorável em que se declarou a nulidade da Auto. Desta decisão ainda cabe recurso. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de êxito na esfera administrativa é possível, embora seja igual a Administração opinar por não constituir prejuízo. O valor encoberto neste processo atualizado em 30 de setembro de 2008 é de R\$ 552.561.

Em 29 de setembro de 2008, a Companhia foi citada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal, de IRLS e do aumento de IRLS devido ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza, sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 17/04/2016 os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Ampa apresentou recurso, o qual aguarda julgamento. Os advogados externos entendem que as chances de êxito são possíveis, motivo pelo qual a Administração decidiu não constituir prejuízo. Os valores atualizados em setembro de 2008 resultam em R\$ 112.922.

Em agosto de 1996 a Ampa obteve extinção em Mandado de Segurança que prestou vista a que dência da COELPA sobre as operações de energia elétrica, tendo como argumento a inamabilidade para a definição no § 1º do art. 155 da Constituição Federal. A partir desta decisão a Companhia ficou autorizada a não efetuar o recolhimento da COELPA durante o período de agosto de 1996 a dezembro de 2004. Com o advento da Lei nº 10.123/01 que instituiu o sistema de distribuição de energia elétrica, a Ampa passou a recolher os valores dessa contribuição de acordo com o que dispôs a Lei nº 7.18/98 e a partir de janeiro de 2004 pela alíquota de 7,0% segundo as normas da Lei nº 10.833/03. A Procuradoria Federal apresentou ação rescisória contra a Ampa com o objetivo de rescindir o acórdão proferido pela 1ª Turma Regional Federal do Mandado de Segurança. Nesta ação a Ampa obteve sucessivas decisões favoráveis no Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. Os advogados externos entendem que a chance de êxito é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não constituir prejuízo. O valor atualizado em setembro de 2008 é de R\$ 382.000.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CNR - COMISSÃO DE NÚMEROS CONTÁBEIS
 ITR - 1 Formulário Trimestral
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Extraordinária
 Registração Semestral
 DATA-BASE = 31/03/2024

00775 - ANELA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

07.001.001.0001-00

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE SERVIÇOS

A composição do fornecimento de energia elétrica por classe de consumidores é como segue:

Descrição	2023		2022		2021	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Residencial	1.100.000.000,00	99,99%	1.100.000.000,00	99,99%	1.100.000.000,00	99,99%
Comercial	1.000.000,00	0,01%	1.000.000,00	0,01%	1.000.000,00	0,01%
Industrial	1.000.000,00	0,01%	1.000.000,00	0,01%	1.000.000,00	0,01%
Outras	1.000.000,00	0,01%	1.000.000,00	0,01%	1.000.000,00	0,01%
Total	1.102.000.000,00	100,00%	1.102.000.000,00	100,00%	1.102.000.000,00	100,00%
Residencial	1.100.000.000,00	99,99%	1.100.000.000,00	99,99%	1.100.000.000,00	99,99%
Comercial	1.000.000,00	0,01%	1.000.000,00	0,01%	1.000.000,00	0,01%
Industrial	1.000.000,00	0,01%	1.000.000,00	0,01%	1.000.000,00	0,01%
Outras	1.000.000,00	0,01%	1.000.000,00	0,01%	1.000.000,00	0,01%
Total	1.102.000.000,00	100,00%	1.102.000.000,00	100,00%	1.102.000.000,00	100,00%

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - 1 - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

00105 - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Investigação Expansão

Investigação Supratotais
 DATA-PAGE - 10/09/2020

00105 - 001.0005.00

00105 - NOTAS EXPLICATIVAS

27 ENCARGOS COMERCIAIS E FINANCEIROS

A composição do saldo é como segue:

	30/09/2018	30/09/2017
Companhia de Integração Energética S.A. - CIEE	-	148.170
Itaipu Binacional	134.991	135.780
Rede Luiza	150.734	157.890
Estrela Comercial e Indus. de Energia S.A.	120.342	124.710
Encargos de conversão	110.671	109.767
CIEE	218.171	-
CIEE Brasil - Companhia Comercial Energia Ambiente Regional	350.231	276.121
Ejélu S.A.	183.191	178.161
CAVA - Companhia	100.483	100.483
CAVA - Companhia Sufrágio - Companhia	80.883	81.751
Agência Indus. de Reciclagem Ambiental	12.183	13.608
Outros	100.733	111.330
Subtotal	930.112	753.717
Encargos de resgate de financiamento	110.671	109.767
Total de encargos comerciais e financeiros	1.040.783	863.484

06.01 38735 EXPENSES

28. K. S. L. L. S. 81 (1978) 104. K. S. L. L. S. 81 (1978) 104. K. S. L. L. S. 81 (1978) 104.

Receitas - por segmento	2023		2022		Variação	Var. %
	2023	2022	2023	2022		
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil		
Receitas - por segmento					1.812.490	1.571.165*
Receitas - por segmento						
Receitas - por segmento	1.200.000	1.100.000	1.100.000	1.100.000	100.000	9.09%
Receitas - por segmento	1.000.000	900.000	900.000	900.000	100.000	11.11%
Receitas - por segmento	1.100.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	100.000	10.00%
Receitas - por segmento	1.200.000	1.100.000	1.100.000	1.100.000	100.000	9.09%
Receitas - por segmento	1.300.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	100.000	8.33%
Receitas - por segmento	1.400.000	1.300.000	1.300.000	1.300.000	100.000	7.69%
Receitas - por segmento	1.500.000	1.400.000	1.400.000	1.400.000	100.000	7.14%
Receitas - por segmento	1.600.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	100.000	6.67%
Receitas - por segmento	1.700.000	1.600.000	1.600.000	1.600.000	100.000	6.25%
Receitas - por segmento	1.800.000	1.700.000	1.700.000	1.700.000	100.000	5.88%
Receitas - por segmento	1.900.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	100.000	5.56%
Receitas - por segmento	2.000.000	1.900.000	1.900.000	1.900.000	100.000	5.26%
Receitas - por segmento	2.100.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	100.000	5.00%
Receitas - por segmento	2.200.000	2.100.000	2.100.000	2.100.000	100.000	4.76%
Receitas - por segmento	2.300.000	2.200.000	2.200.000	2.200.000	100.000	4.55%
Receitas - por segmento	2.400.000	2.300.000	2.300.000	2.300.000	100.000	4.35%
Receitas - por segmento	2.500.000	2.400.000	2.400.000	2.400.000	100.000	4.17%
Receitas - por segmento	2.600.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	100.000	4.00%
Receitas - por segmento	2.700.000	2.600.000	2.600.000	2.600.000	100.000	3.85%
Receitas - por segmento	2.800.000	2.700.000	2.700.000	2.700.000	100.000	3.70%
Receitas - por segmento	2.900.000	2.800.000	2.800.000	2.800.000	100.000	3.57%
Receitas - por segmento	3.000.000	2.900.000	2.900.000	2.900.000	100.000	3.45%
Receitas - por segmento	3.100.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	100.000	3.33%
Receitas - por segmento	3.200.000	3.100.000	3.100.000	3.100.000	100.000	3.23%
Receitas - por segmento	3.300.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000	100.000	3.13%
Receitas - por segmento	3.400.000	3.300.000	3.300.000	3.300.000	100.000	3.03%
Receitas - por segmento	3.500.000	3.400.000	3.400.000	3.400.000	100.000	2.94%
Receitas - por segmento	3.600.000	3.500.000	3.500.000	3.500.000	100.000	2.86%
Receitas - por segmento	3.700.000	3.600.000	3.600.000	3.600.000	100.000	2.78%
Receitas - por segmento	3.800.000	3.700.000	3.700.000	3.700.000	100.000	2.70%
Receitas - por segmento	3.900.000	3.800.000	3.800.000	3.800.000	100.000	2.63%
Receitas - por segmento	4.000.000	3.900.000	3.900.000	3.900.000	100.000	2.56%
Receitas - por segmento	4.100.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000	100.000	2.50%
Receitas - por segmento	4.200.000	4.100.000	4.100.000	4.100.000	100.000	2.44%
Receitas - por segmento	4.300.000	4.200.000	4.200.000	4.200.000	100.000	2.38%
Receitas - por segmento	4.400.000	4.300.000	4.300.000	4.300.000	100.000	2.33%
Receitas - por segmento	4.500.000	4.400.000	4.400.000	4.400.000	100.000	2.27%
Receitas - por segmento	4.600.000	4.500.000	4.500.000	4.500.000	100.000	2.22%
Receitas - por segmento	4.700.000	4.600.000	4.600.000	4.600.000	100.000	2.17%
Receitas - por segmento	4.800.000	4.700.000	4.700.000	4.700.000	100.000	2.13%
Receitas - por segmento	4.900.000	4.800.000	4.800.000	4.800.000	100.000	2.08%
Receitas - por segmento	5.000.000	4.900.000	4.900.000	4.900.000	100.000	2.04%
Receitas - por segmento	5.100.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	100.000	2.00%
Receitas - por segmento	5.200.000	5.100.000	5.100.000	5.100.000	100.000	1.96%
Receitas - por segmento	5.300.000	5.200.000	5.200.000	5.200.000	100.000	1.92%
Receitas - por segmento	5.400.000	5.300.000	5.300.000	5.300.000	100.000	1.89%
Receitas - por segmento	5.500.000	5.400.000	5.400.000	5.400.000	100.000	1.85%
Receitas - por segmento	5.600.000	5.500.000	5.500.000	5.500.000	100.000	1.82%
Receitas - por segmento	5.700.000	5.600.000	5.600.000	5.600.000	100.000	1.79%
Receitas - por segmento	5.800.000	5.700.000	5.700.000	5.700.000	100.000	1.76%
Receitas - por segmento	5.900.000	5.800.000	5.800.000	5.800.000	100.000	1.73%
Receitas - por segmento	6.000.000	5.900.000	5.900.000	5.900.000	100.000	1.70%
Receitas - por segmento	6.100.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000	100.000	1.67%
Receitas - por segmento	6.200.000	6.100.000	6.100.000	6.100.000	100.000	1.64%
Receitas - por segmento	6.300.000	6.200.000	6.200.000	6.200.000	100.000	1.61%
Receitas - por segmento	6.400.000	6.300.000	6.300.000	6.300.000	100.000	1.58%
Receitas - por segmento	6.500.000	6.400.000	6.400.000	6.400.000	100.000	1.55%
Receitas - por segmento	6.600.000	6.500.000	6.500.000	6.500.000	100.000	1.52%
Receitas - por segmento	6.700.000	6.600.000	6.600.000	6.600.000	100.000	1.49%
Receitas - por segmento	6.800.000	6.700.000	6.700.000	6.700.000	100.000	1.46%
Receitas - por segmento	6.900.000	6.800.000	6.800.000	6.800.000	100.000	1.43%
Receitas - por segmento	7.000.000	6.900.000	6.900.000	6.900.000	100.000	1.40%
Receitas - por segmento	7.100.000	7.000.000	7.000.000	7.000.000	100.000	1.37%
Receitas - por segmento	7.200.000	7.100.000	7.100.000	7.100.000	100.000	1.34%
Receitas - por segmento	7.300.000	7.200.000	7.200.000	7.200.000	100.000	1.31%
Receitas - por segmento	7.400.000	7.300.000	7.300.000	7.300.000	100.000	1.28%
Receitas - por segmento	7.500.000	7.400.000	7.400.000	7.400.000	100.000	1.25%
Receitas - por segmento	7.600.000	7.500.000	7.500.000	7.500.000	100.000	1.22%
Receitas - por segmento	7.700.000	7.600.000	7.600.000	7.600.000	100.000	1.19%
Receitas - por segmento	7.800.000	7.700.000	7.700.000	7.700.000	100.000	1.16%
Receitas - por segmento	7.900.000	7.800.000	7.800.000	7.800.000	100.000	1.13%
Receitas - por segmento	8.000.000	7.900.000	7.900.000	7.900.000	100.000	1.10%
Receitas - por segmento	8.100.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000	100.000	1.07%
Receitas - por segmento	8.200.000	8.100.000	8.100.000	8.100.000	100.000	1.04%
Receitas - por segmento	8.300.000	8.200.000	8.200.000	8.200.000	100.000	1.01%
Receitas - por segmento	8.400.000	8.300.000	8.300.000	8.300.000	100.000	0.98%
Receitas - por segmento	8.500.000	8.400.000	8.400.000	8.400.000	100.000	0.95%
Receitas - por segmento	8.600.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000	100.000	0.92%
Receitas - por segmento	8.700.000	8.600.000	8.600.000	8.600.000	100.000	0.89%
Receitas - por segmento	8.800.000	8.700.000	8.700.000	8.700.000	100.000	0.86%
Receitas - por segmento	8.900.000	8.800.000	8.800.000	8.800.000	100.000	0.83%
Receitas - por segmento	9.000.000	8.900.000	8.900.000	8.900.000	100.000	0.80%
Receitas - por segmento	9.100.000	9.000.000	9.000.000	9.000.000	100.000	0.77%
Receitas - por segmento	9.200.000	9.100.000	9.100.000	9.100.000	100.000	0.74%
Receitas - por segmento	9.300.000	9.200.000	9.200.000	9.200.000	100.000	0.71%
Receitas - por segmento	9.400.000	9.300.000	9.300.000	9.300.000	100.000	0.68%
Receitas - por segmento	9.500.000	9.400.000	9.400.000	9.400.000	100.000	0.65%
Receitas - por segmento	9.600.000	9.500.000	9.500.000	9.500.000	100.000	0.62%
Receitas - por segmento	9.700.000	9.600.000	9.600.000	9.600.000	100.000	0.59%
Receitas - por segmento	9.800.000	9.700.000	9.700.000	9.700.000	100.000	0.56%
Receitas - por segmento	9.900.000	9.800.000	9.800.000	9.800.000	100.000	0.53%
Receitas - por segmento	10.000.000	9.900.000	9.900.000	9.900.000	100.000	0.50%
Receitas - por segmento	10.100.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	100.000	0.47%
Receitas - por segmento	10.200.000	10.100.000	10.100.000	10.100.000	100.000	0.44%
Receitas - por segmento	10.300.000	10.200.000	10.200.000	10.200.000	100.000	0.41%
Receitas - por segmento	10.400.000	10.300.000	10.300.000	10.300.000	100.000	0.38%
Receitas - por segmento	10.500.000	10.400.000	10.400.000	10.400.000	100.000	0.35%
Receitas - por segmento	10.600.000	10.500.000	10.500.000	10.500.000	100.000	0.32%
Receitas - por segmento	10.700.000	10.600.000	10.600.000	10.600.000	100.000	0.29%
Receitas - por segmento	10.800.000	10.700.000	10.700.000	10.700.000	100.000	0.26%
Receitas - por segmento	10.900.000	10.800.000	10.800.000	10.800.000	100.000	0.23%
Receitas - por segmento	11.000.000	10.900.000	10.900.000	10.900.000	100.000	0.20%
Receitas - por segmento	11.100.000	11.000.000	11.000.000	11.000.000	100.000	0.17%
Receitas - por segmento	11.200.000	11.100.000	11.100.000	11.100.000	100.000	0.14%
Receitas - por segmento	11.300.000	11.200.000	11.200.000	11.200.000	100.000	0.11%
Receitas - por segmento	11.400.000	11.300.000	11.300.000	11.300.000	100.000	0.08%
Receitas - por segmento	11.500.000	11.400.000	11.400.000	11.400.000	100.000	0.05%
Receitas - por segmento	11.600.000	11.500.000	11.500.000	11.500.000	100.000	0.02%
Receitas - por segmento	11.700.000	11.600.000	11.600.000	11.600.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	11.800.000	11.700.000	11.700.000	11.700.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	11.900.000	11.800.000	11.800.000	11.800.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	12.000.000	11.900.000	11.900.000	11.900.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	12.100.000	12.000.000	12.000.000	12.000.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	12.200.000	12.100.000	12.100.000	12.100.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	12.300.000	12.200.000	12.200.000	12.200.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	12.400.000	12.300.000	12.300.000	12.300.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	12.500.000	12.400.000	12.400.000	12.400.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	12.600.000	12.500.000	12.500.000	12.500.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	12.700.000	12.600.000	12.600.000	12.600.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	12.800.000	12.700.000	12.700.000	12.700.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	12.900.000	12.800.000	12.800.000	12.800.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	13.000.000	12.900.000	12.900.000	12.900.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	13.100.000	13.000.000	13.000.000	13.000.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	13.200.000	13.100.000	13.100.000	13.100.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	13.300.000	13.200.000	13.200.000	13.200.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	13.400.000	13.300.000	13.300.000	13.300.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	13.500.000	13.400.000	13.400.000	13.400.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	13.600.000	13.500.000	13.500.000	13.500.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	13.700.000	13.600.000	13.600.000	13.600.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	13.800.000	13.700.000	13.700.000	13.700.000	100.000	0.00%
Receitas - por segmento	13.90					

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - 1 - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Empresagás Expansa
 Registração Societária
 DATA-PAGE - 30/09/2020

0010 - 1 - EMPRESA INDÚSTRIA E SERVIÇOS S.A.

00.001-1/00000000-00

00.001 - NOTAS EXPLICATIVAS

A anexação de rubrica de despesas operacionais e extracurriculares

	<u>2019-2020</u>	<u>2018-2019</u>
Alugueiros	8.336;	1.589;
Alugueiros	1.310;	1.167;
Despesas pessoais	1.956;	1.087;
Despesas pessoais	2.277;	2.271;
Publicidade e propaganda	1.846;	2.016;
Indicações e despesas	1.990;	1.211;
Serviços	1.171;	1.559;
Estimativa	1.038;	1.061;
Publicação de dados e estatística	1.861;	1.151;
Recursos humanos		1.031;
Despesas com tributos e encargos	1.871;	1.131;
Despesas pessoais	1.511;	1.131;
Consumo próprio de energia elétrica	8.132;	1.872;
Recuperação de Despesas	8.132;	1.872;
Viagens	1.801;	1.776;
Aquisição de inventário	1.111;	1.111;
Total das despesas operacionais	<u>2.134.331;</u>	<u>1.134.331;</u>

SERVICIO PÚBLICO FEDERAL
 CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR – Instituto Brasileiro de Registro e Títulos
 EMPRESA PÚBLICA, PRIVADA E CONTRATADA

Divulgação Extraordinária
 Regulação Supervisória
 DATA-PAGE – 12/09/2020

000000 – ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A.

000000 – 000000000000000000

000000 – NOTAS EXPLICATIVAS

A reclassificação do resultado financeiro é apurada da seguinte forma:

	30/09/2018	30/09/2017 (Reclassificação)
Receitas Financeiras		
Renda de aplicação financeira	17.087	7.130
Multas e encargos moratórios	31.837	29.878
Partes recebidas	14.694	11.228
Variações monetárias diversas	2.828	4.183
Ativos Regulatórios	18.841	21.418
Outras receitas financeiras	1.423	136
Total de receitas financeiras	97.507	57.829
Despesas Financeiras		
Encargos de dívida	117.539	117.828
Multas e encargos moratórios	15.330	13.089
Partes recebidas	1.233	489
Variações monetárias diversas	17.809	12.373
Juros Debitados	162.893	178.316
Ativos regulatórios	29.284	12.688
Outras despesas financeiras	17.602	126.954
Total de despesas financeiras	422.289	452.697
Resultado financeiro	(324.782)	(394.868)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MIN. CONSUM. DE VAREJAS MONETARIAS
 ITN - : 1-800-080000
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Copyright © 2009 by
 DATA-FAST - 2009, 2008
 11.02.2009 18

932

ASDA 741714 E 4254505 U A

11:02 - 11:35 AM

06.01 20725 EXP=247292

20. KUCUK, S. and S. YILMAZ. 1999. The effects of different levels of nitrogen and phosphorus on the growth and yield of wheat (*Triticum aestivum* L.) in the Mediterranean region of Turkey. *Journal of Agricultural Science* 133: 115-120.

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Não Operacionais		
Aluguel	-	908
Receita com o aluguel de bens duráveis	660	312
Receita de vendas	603	1.217
Receita de licenciamento	360	65
Outros	-	218
Total das receitas operacionais	1.623	1.812
Despesas Não Operacionais		
Despesa de amortização de bens duráveis	1.668	1.538
Despesa com o aluguel de bens duráveis	-	180
Despesa de adiantamentos	-	1.150
Aporte financeiro adicional	-	1.428
Outros	-	-
Total das despesas não operacionais	1.668	4.296
Resultado não operacional total	(844)	(418)

00000 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A.

00000 12/09/2004 00

00.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. IMPOSTO DE RENDIMENTO CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A reconciliação da previsão para o imposto de renda e contribuição social calculada pela administração fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é representada como segue:

	30/09/2004	30/09/2003
Impostos do imposto de renda e contribuição social	240.953	157.626
Impostos fiscais a crédito nominal (20%)	(81.974)	(51.393)
Diferenças permanentes	0	534
Degradação (28,30%)	(153)	0
Outras	18	(36)
Imposto de renda e contribuição social em meses e ditais	(81.974)	(51.393)

31. SGO 2008 (Não revisado pelos auditores independentes)

Em 30 de setembro de 2008, a cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil e ressegura como segue:

Risco	Data de vigência		Importância segurada	Régimen
	De	Até		
Risco operacional	01/07/2008	31/09/2009	US\$ 30 milhões	US\$ 455 mil
Responsabilidade civil geral	01/07/2008	31/09/2009	US\$ 70 milhões	US\$ 459 mil

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CVM, por meio da Instrução nº 233, de 23 de março de 1995, estabeleceu a obrigação para as empresas as demonstrações financeiras do valor de mercado dos instrumentos financeiros, exceto os dos contratos demonstrações financeiras.

O negócio da Ampla compreende a distribuição de energia para os consumidores de suas áreas de concessão, portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

02.01 – NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo estão relacionados a recomposição futura extraordinária, portanto, não estão sujeitos a ajuste a valor de mercado.

Aplicações em fundos de curto prazo e ou aplicações de renda fixa se aproximam do valor de mercado.

Os empréstimos de Ampla concentrados no curto prazo para atendimento de seu capital de giro, aproximam-se do valor de mercado na data do balanço. Para os empréstimos e debêntures de longo prazo, por se tratar em sua maioria de fontes de financiamentos específicos, o valor de mercado não foi calculado de forma a obter o valor de negociação a taxas vigentes no mercado para contratos com condições e prazos similares.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Ampla podem ser assim categorizados:

Risco de preço de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Ampla vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures.

Dado o fato que a Ampla enfrenta a correlação entre os índices de taxa e a evolução monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifas de energia elétrica não necessariamente acompanharam os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as operações da Ampla.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Ampla vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores devidos a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco a Ampla tem o direito de interromper o fornecimento de energia a caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas tarifas dentro de prazos e condições e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante a cada mês e é feita pela Administração de Ampla, para refletir possíveis riscos de realização das contas a receber (vide nota 15).

33. PROCESSO DE REVISÃO FISCAL

A Resolução Homologar nº 617 de 11 de março de 2008 homologou o regime tributário anual da Angra, com vigência a partir do dia 13 de março de 2008, data da publicação da resolução no Diário Oficial da União, concedendo um regime médio da terra de 11,11%, sendo composto de:

- Índice de Regime Tributário (IDRT) de 7,38%
- Compensação do saldo da C.A. Vendas e Passivos financeiros 3,33%

34. EXEMPLOS SUCEDENTES

a) Desvalorização Cambial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 15 e nº 17, a Companhia realizou o cancelamento de seus negócios, possui operações derivativas e em moeda estrangeira, decorrentes de operações de valores a receber de empresas relacionadas. Portanto, flutuações significativas na taxa de câmbio podem produzir efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em decorrência da atual condição de mercado, especificamente em setembro e outubro de 2008, a companhia experimentamos desvalorização em relação a cotação de moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 30 de setembro de 2008, a cotação do dólar norte-americano em relação ao real era US\$ 1,00 = R\$1,90113. Na data da apresentação desta Informação Trimestral, a cotação era US\$ 1,00 = R\$2,2632, registrando uma desvalorização do real de aproximadamente 18% em relação a 30 de setembro de 2008.

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que requerem que os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira sejam avaliados monetariamente com base na cotação das respectivas moedas estrangeiras na data do balanço e, portanto, não refletem os efeitos de mudanças nas taxas de câmbio subsequentes à data do balanço.

b) Provisão de vencimento de crédito a receber

A operação financeira com a empresa Finesis Agência descreve na nota explicativa nº 17, título o vencimento em 3 de outubro de 2008. Entretanto, a Administração de Companhia está estudando o adiamento de pagamento desse prazo, devido ao fato de poder ser parte relaxação e o acionista controlador de ambas as empresas ter manifestado a intenção em prosseguir com essa operação.

Apresentação dos resultados do 3º trimestre de 2008

Destaques do período comparados com o 3T07

- O índice total de perdas (patrimônios 12 meses) no 3T08 foi de **18,84%**, o que representa uma redução de 1,4 pp.
- A rentabilidade atingiu o índice de **99,84%**, registrando uma evolução de 1,1 pp.
- As receitas operacionais brutas e líquidas chegaram a **R\$ 931 milhões** e **R\$ 597 milhões**, respectivamente, e que os custos evoluíram de 23,4% e 22,9%.
- O lucro líquido atingiu **R\$ 31 milhões**, registrando um crescimento de 124,0%.
- O volume de vendas de energia¹ cresceu 10,1%, alcançando 1.931 GWh no trimestre.

Indicadores Consolidados	3T08	3T07	Var%	3T08	Var%	3T08	3T07	Var%
Receita Operacional Bruta	931,0	845,0	10,4%	931,0	10,4%	931,0	845,0	10,4%
Receita Operacional Líquida	597,0	545,0	9,5%	597,0	9,5%	597,0	545,0	9,5%
Despesa Operacional Bruta	334,0	340,0	-1,8%	334,0	-1,8%	334,0	340,0	-1,8%
Despesa Operacional Líquida	340,0	340,0	0,0%	340,0	0,0%	340,0	340,0	0,0%
Resultado Operacional	263,0	205,0	28,3%	263,0	28,3%	263,0	205,0	28,3%
Resultado Líquido	31,0	10,0	210,0%	31,0	210,0%	31,0	10,0	210,0%

1. Não inclui vendas de energia elétrica para geração própria e para consumo próprio.

2. Em milhões de reais.

3. Os dados financeiros foram auditados por uma firma independente e registrada no Conselho Federal de Contabilidade.

A Empresa

A Anpra Energia e Serviços S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com o segmento de serviço público de energia elétrica, que tem por objetivo explorar os sistemas de distribuição que o comércio varejo de energia elétrica e participar de pesquisas e atividades no setor energético. Em 6 de dezembro de 1996, foi aprovada, junto ao Poder Judiciário, a Compra de Concessão nº 004/96, que tem prazo de 30 anos, expirando em dezembro de 2026.

A Anpra distribui energia elétrica para 69 municípios do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo 15,1% do território estadual, com a cobertura de uma área de 32.185 km². A Respaq Petróleo atua no Rio de Janeiro e São Gonçalo e os municípios de Itaboraí e Magé somam a maior concentração de clientes da distribuição. As Respas dos Lagos e do sul Fluminense detêm as maiores frações. A demanda de energia apresenta perfil sazonal. Os maiores picos de demanda correspondem a 50% do total de clientes da Anpra e representam 40% da energia faturada em kWh.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR – 1 Formulário Trimestral
 EMPRESA PÚBLICA, PRIVADA E OUTRAS

Divulgação Externa

Registralpha Societaria
 DATA-PAGE = 12/09/2021

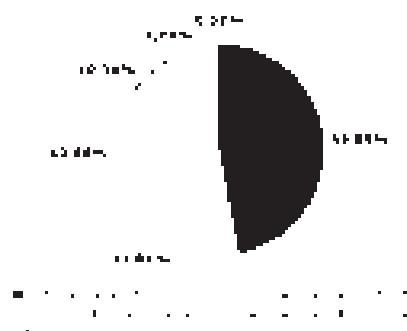
00715 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A.

07/09/2021 10:00:58 AM

01.01 - CONSTATAS DO DESEMPENHO DA EMPRESA NO TRIMESTRE

Estrutura Societária

A Anpam é controlada pela Entesa S.A., por meio da Entesa Brasil S.A. – Entesa S.A. e Entesa S.A., que juntas detêm 91,33% do capital da Companhia. A composição accionária da Anpam é da seguinte forma:



As ações livremente negociadas (free float) da Companhia, código CBL11, representam 8,67% do capital total da Companhia que é composta por 3.921.511 918,44 ações ordinárias.

Desempenho Mercadológico

Números de clientes (em milhares)***	%	Clientes 3T20	Clientes 3T19	Var. %	Clientes 3T20	Var. %
Clientes ativos	100	1.000.000	1.000.000	0,0%	1.000.000	0,0%
Novos clientes	100	2.000	2.000	0,0%	2.000	0,0%
Clientes inativos	0	0	0	0,0%	0	0,0%
Clientes em processo de cancelamento	0	0	0	0,0%	0	0,0%
Clientes em processo de recuperação	0	0	0	0,0%	0	0,0%
Clientes em processo de reativação	0	0	0	0,0%	0	0,0%
Clientes em processo de exclusão	0	0	0	0,0%	0	0,0%
Total de Clientes	100	1.000.000	1.000.000	0,0%	1.000.000	0,0%
*** Dados em milhares		100	100	0,0%	100	0,0%

CVM - COMENTÁRIOS DO DESEMPENHO DA COMISSÃO NO TRIMESTRE

Evolução da demanda(1)	PMV 2T04	PMV 2T03	Var %	PMV 2T04	Var %	PMV 2T04	PMV 2T03	Var %
Residencial	1.114	1.077	+3,4	1.114	0,0	1.114	1.077	+3,4
Industrial	1.114	1.077	+3,4	1.114	+3,4	1.114	1.077	+3,4
Comércio, serviços e outros	1.114	1.077	+3,4	1.114	0,0	1.114	1.077	+3,4
Total	1.114	1.077	+3,4	1.114	+3,4	1.114	1.077	+3,4
Residencial	1.114	1.077	+3,4	1.114	+3,4	1.114	1.077	+3,4
Industrial	1.114	1.077	+3,4	1.114	0,0	1.114	1.077	+3,4
Comércio, serviços e outros	1.114	1.077	+3,4	1.114	0,0	1.114	1.077	+3,4
Total	1.114	1.077	+3,4	1.114	+3,4	1.114	1.077	+3,4
Total da Companhia	1.114	1.077	+3,4	1.114	+3,4	1.114	1.077	+3,4
Total da região	1.114	1.077	+3,4	1.114	+3,4	1.114	1.077	+3,4

(1) Fonte: dados da Companhia de Energia Elétrica

O desempenho das classes de consumo reflete a oferta adequada de serviços e a boa gestão da população, a nível da atividade económica, as condições climáticas e a expansão do sistema elétrico, e neste contexto o fornecimento de energia elétrica na área de atuação da Companhia aponta para a contínua cota do aumento do consumo.

O número de consumidores chegou a 4,4 mil, ultrapassando o mesmo período do ano anterior, alcançando o 298.100 clientes, um aumento de 97.400 clientes. A classe Residencial atingiu um crescimento de 4,4% com 80.123 novos clientes, seguido pela classe Hora com 11,9% de crescimento com 5.980 novos clientes. Comparativamente ao 2T03 a evolução foi de 1,5%, em valores absolutos, o que corresponde a 15.972 novos clientes.

O consumo totalizado no 2T04 apresentou um aumento de 10,1%, se comparado ao mesmo período do ano anterior, refletido principalmente da evolução percebida nas classes Industrial e Comércio público.

A classe Industrial foi a que apresentou maior crescimento percentual (36,6%). Tal desempenho deve-se principalmente a significativa recuperação do consumo nas grandes e médias indústrias.

O aumento do consumo da classe Comércio público em 15,5%, no 2T04 e 19,7% no 4T03, deve-se ao aumento do número de pontos de iluminação com 66 mil lâmpadas, da área de concessão da Companhia.

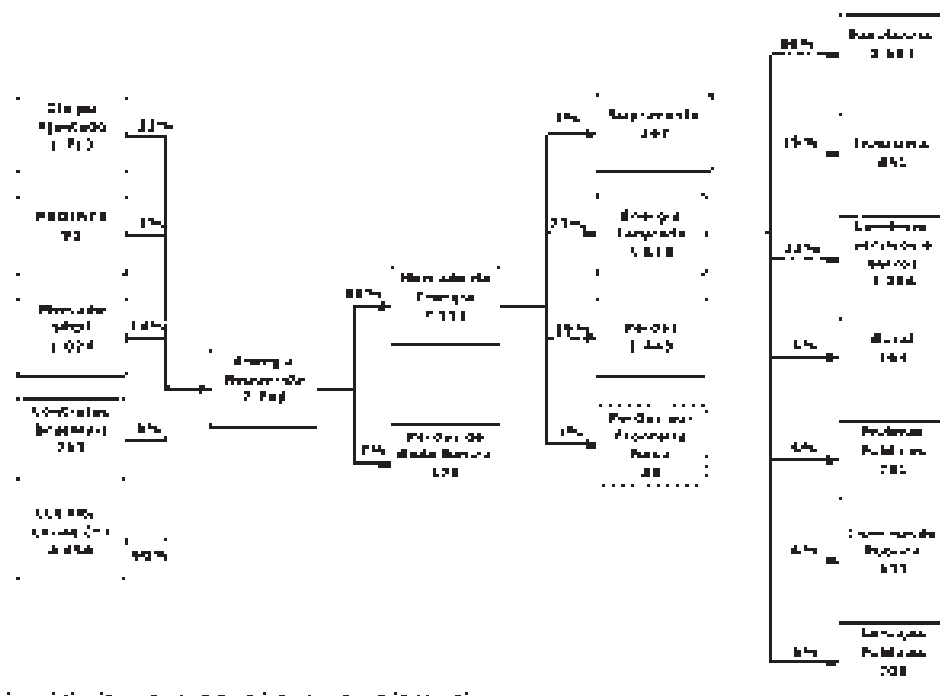
A classe Residencial, que representa 60,5% dos clientes da Anpra, apresentou evolução de 5,5% no consumo de energia quando comparadas a 2T03 e 2T04, o que se justifica pelo crescimento vegetativo da mesma.

00715 - ANERA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

31/03/2024 08:00:00 AM

01.01 - CONSTATAS DO DESEMPENHO DA EXERCÍCIO NO TRIMESTRE

Balanco Energético



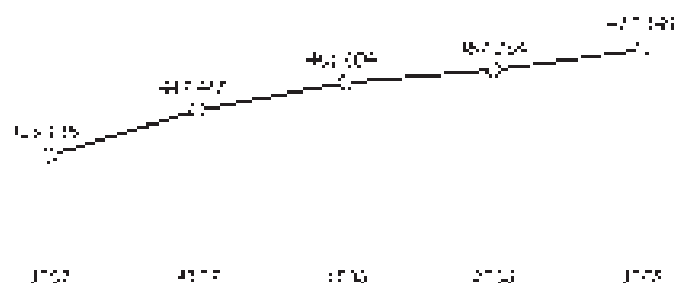
Desempenho Operacional

Perdas de Energia Elétrica

As perdas mantiveram-se dentro de fôlego em relação ao plano, atingindo 18,8% em 3T08 contra 20,2 no mesmo período do exercício anterior, o que representa uma redução de 1,4 pp.

Os resultados positivos na recuperação de mercado refletem a eficiência dos recursos investidos para melhorar as relações com a rede, melhorar e manter a base de clientes e resultados da bem-sucedida estratégia da Companhia de associar inovação tecnológica ao combate ao furto de energia elétrica, de forma a melhorar a eficiência e a segurança nas sociedades envolvidas, por meio de projetos sociais.

Ampla Chip - Nº Clientes Conectados



Perdas (TAM - Taxa Anual Móvel)

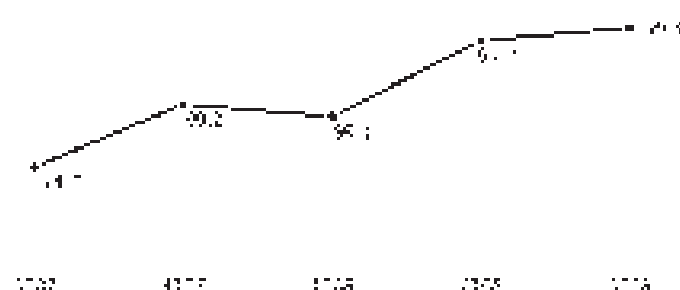


07.01 – COMENTÁRIOS DO DESEMPENHO DA EXATIDÃO NO TRILIBRITM

Cobertura de Risco

A cobertura de risco no 1ºT20 alcançou a marca de 99,8% do total balanceado, um acréscimo de 1,1 em comparação ao 4ºT19 (98,7%). Este índice reflete as ações implementadas pela empresa visando a diminuição da volatilidade e a recuperação de mercado, e é calculada através da diferença total acumulada em três meses e total balanceado no mês anterior.

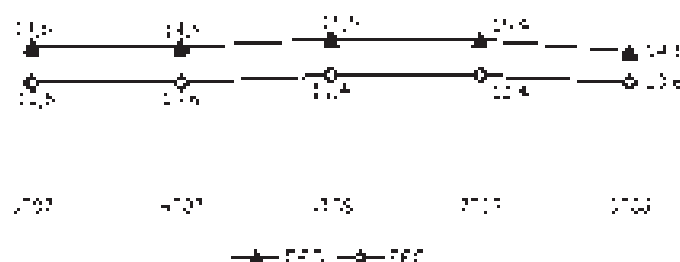
Cobertura de Risco (TAH - Taxa Anual Móvel)



Qualidade Operacional

Os índices de qualidade do fornecimento DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) no 1ºT20 foram de 14,1 horas e 10,6 (vezes), respectivamente, o que representa uma redução de 8,4% e 7,0 em comparação ao 2ºT19.

Indicadores DEC e FEC



SERVICÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITM - Informações Financeiras

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Relatório de Expansão

Regulamento Brasileiro

DATA-PAGE - 10/09/2009

00115 -

ARCEL MEXIA E SERVIÇOS S.A

01.001 - 01.0001 DE

01.01 - COMENTÁRIOS DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Compensação do resultado acumulado nos quatro meses do ano, os resultados negativos foi de R\$ 127,7 milhões em 2008 contra um resultado negativo de R\$ 201,0 milhões em 2007, em nota de 16,7%. Os principais fatores para este resultado foram:

Receitas Financeiras

Aumento da renda de aplicações financeira devido ao maior volume de caixa investido de R\$ 226 milhões no JIO9 contra R\$ 64,9 milhões no JIO7 e R\$ 121,4 milhões no 2108.

A variação apresentada na rubrica "partes relacionadas" é explicada pela elevação da taxa de câmbio em relação ao dólar que, de junho a setembro de 2008, sofreu uma elevação de 20,3% e como consequência gerou um ganho de variação cambial sobre empréstimo ativo em dólar com a empresa.

Despesas Financeiras

Redução de 98,9% na taxa de juros e despesas relacionadas é explicada por uma multa não razoavelmente aplicada à Companhia em 2007. Com relação a "partes relacionadas", como no parágrafo anterior a variação é explicada em função da variação de dólar. A remuneração dos juros de debêntures em comparação ao mesmo período do ano anterior, bem como no mesmo mês de janeiro a setembro de 2008, foi reduzida pela liquidação em março de 2008 da 12ª série da 2ª emissão das debêntures.

Lucro Líquido

A Arçila registrou no JIO9 um lucro líquido de R\$ 11,0 milhões (superior 137,0% ao registrado no JIO7 R\$13,1 milhões). Apesar do aumento dos custos e despesas operacionais (15,8%), a maior receita líquida (22,9%) e o melhor resultado financeiro (22,2%) apresentados no período da 9ª série a 12ª série que do lucro líquido.

No acumulado a Companhia registrou lucro líquido de 158,9 milhões, superior em 51,9% aos R\$ 104 milhões do mesmo período do ano anterior.

Endenunciamento

00115 - 01.0001 DE

01.001 - 01.0001 DE

0015 – AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

01/01/2024-03/09/2024

01.01 – COMENTÁRIOS DO DESEMPENHO DA EXERCÍCIO NO TRIMESTRE

Item	2024 Trimestre	2023 Trimestre	2024 Ano	%	2023 Ano	%
Receita Operacional	1.444,4	1.348,0	1.444,4	100,0%	1.348,0	100,0%
Receita Financeira	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Receita Extraordinária	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Despesa Operacional	1.235,2	1.235,2	1.235,2	85,5%	1.235,2	91,6%
Despesa Financeira	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Despesa Extraordinária	0,0	0,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Resultado Líquido	209,2	112,8	209,2	14,5%	112,8	8,4%

A dívida bruta da Companhia apresentou redução de 1,5% em comparação ao trimestre anterior, tendo como principais causas as amortizações da BLDPS – Fianex que totalizaram R\$ 12,1 milhões no 3T24. O aumento do valor das amortizações da 3ª emissão deve-se a presença de juros no período. Em relação ao saldo das debêntures da 4ª emissão a variação negativa foi gerada em função do pagamento de juros no período no valor R\$ 9,1 milhões. As demais linhas mantiveram-se em linha com o 2T24.

A dívida líquida de R\$ 1.026,0 milhões apresentou uma redução de 1,3% em comparação a junho de 2024 e, além do efeito da diminuição da dívida bruta, foi impactada pela maior geração de caixa em 10,8% no 2T24, em comparação a 2T23. O prazo médio de vencimento da dívida é de 3,7 anos. O custo médio está em 14,19% a.a.

Investimentos

Os investimentos no 3T24 somaram R\$ 83,0 milhões, variando 12,9% em relação ao realizado no mesmo período do ano passado (R\$ 73,5 milhões). No acumulado, a Companhia fez investimentos no valor de R\$ 280,9 milhões, 2,6% a menos que em 2023 (R\$ 271,9 milhões). Os investimentos no período 3T 24 (R\$ 103,7 milhões) foram destinados a projetos de combate às perdas (rede ampla, ampla chip, normalização e outros) e 13,4% (R\$ 13,7 milhões) a projetos de melhoria na qualidade da fonte gerada de energia. Para a expansão da rede e a incorporação de novos clientes, foram investidos um total de R\$ 103,1 milhões, com destaque para os investimentos em programas federais, como o programa de Universalização (R\$ 31,4 milhões) e o programa Luz para Todos (R\$ 15,6 milhões). Para sustentar o constante crescimento da demanda de energia no sistema, foram investidos R\$ 17,6 milhões em novas subestações e no aumento de capacidade de outras instalações. Os demais projetos totalizaram R\$ 13,8 milhões.

01 91 . 34 47 38 00 00

[illegible]

14 DI - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA PÚBLICA DO PARTELLAR DE DIOGILAS

[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01.01.01 - CVM	01.01.01.01 - RAZÃO SOCIAL	01.01.01.02 - CNPJ
00000000	AURIA EMPRESA PARTICIPADA S.A.	13.112.021/0001-01

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBENTURAS

14.01.01 - CVM	14.01.01.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.02 - CVM	14.01.01.02.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.03 - CVM	14.01.01.03.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.04 - CVM	14.01.01.04.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.05 - CVM	14.01.01.05.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.06 - CVM	14.01.01.06.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.07 - CVM	14.01.01.07.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.08 - CVM	14.01.01.08.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.09 - CVM	14.01.01.09.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.10 - CVM	14.01.01.10.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.11 - CVM	14.01.01.11.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.12 - CVM	14.01.01.12.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.13 - CVM	14.01.01.13.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.14 - CVM	14.01.01.14.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.15 - CVM	14.01.01.15.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.16 - CVM	14.01.01.16.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.17 - CVM	14.01.01.17.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.18 - CVM	14.01.01.18.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.19 - CVM	14.01.01.19.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.20 - CVM	14.01.01.20.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.21 - CVM	14.01.01.21.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.22 - CVM	14.01.01.22.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.23 - CVM	14.01.01.23.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.24 - CVM	14.01.01.24.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.25 - CVM	14.01.01.25.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.26 - CVM	14.01.01.26.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.27 - CVM	14.01.01.27.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.28 - CVM	14.01.01.28.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.29 - CVM	14.01.01.29.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.30 - CVM	14.01.01.30.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.31 - CVM	14.01.01.31.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.32 - CVM	14.01.01.32.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.33 - CVM	14.01.01.33.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.34 - CVM	14.01.01.34.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.35 - CVM	14.01.01.35.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.36 - CVM	14.01.01.36.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.37 - CVM	14.01.01.37.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.38 - CVM	14.01.01.38.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.39 - CVM	14.01.01.39.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.40 - CVM	14.01.01.40.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.41 - CVM	14.01.01.41.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.42 - CVM	14.01.01.42.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.43 - CVM	14.01.01.43.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.44 - CVM	14.01.01.44.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.45 - CVM	14.01.01.45.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.46 - CVM	14.01.01.46.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.47 - CVM	14.01.01.47.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.48 - CVM	14.01.01.48.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.49 - CVM	14.01.01.49.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.50 - CVM	14.01.01.50.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.51 - CVM	14.01.01.51.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.52 - CVM	14.01.01.52.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.53 - CVM	14.01.01.53.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.54 - CVM	14.01.01.54.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.55 - CVM	14.01.01.55.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.56 - CVM	14.01.01.56.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.57 - CVM	14.01.01.57.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.58 - CVM	14.01.01.58.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.59 - CVM	14.01.01.59.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.60 - CVM	14.01.01.60.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.61 - CVM	14.01.01.61.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.62 - CVM	14.01.01.62.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.63 - CVM	14.01.01.63.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.64 - CVM	14.01.01.64.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.65 - CVM	14.01.01.65.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.66 - CVM	14.01.01.66.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.67 - CVM	14.01.01.67.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.68 - CVM	14.01.01.68.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.69 - CVM	14.01.01.69.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.70 - CVM	14.01.01.70.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.71 - CVM	14.01.01.71.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.72 - CVM	14.01.01.72.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.73 - CVM	14.01.01.73.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.74 - CVM	14.01.01.74.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.75 - CVM	14.01.01.75.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.76 - CVM	14.01.01.76.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.77 - CVM	14.01.01.77.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.78 - CVM	14.01.01.78.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.79 - CVM	14.01.01.79.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.80 - CVM	14.01.01.80.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.81 - CVM	14.01.01.81.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.82 - CVM	14.01.01.82.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.83 - CVM	14.01.01.83.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.84 - CVM	14.01.01.84.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.85 - CVM	14.01.01.85.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.86 - CVM	14.01.01.86.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.87 - CVM	14.01.01.87.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.88 - CVM	14.01.01.88.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.89 - CVM	14.01.01.89.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.90 - CVM	14.01.01.90.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.91 - CVM	14.01.01.91.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.92 - CVM	14.01.01.92.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.93 - CVM	14.01.01.93.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.94 - CVM	14.01.01.94.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.95 - CVM	14.01.01.95.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.96 - CVM	14.01.01.96.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.97 - CVM	14.01.01.97.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.98 - CVM	14.01.01.98.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.99 - CVM	14.01.01.99.01 - CVM
00000000	00000000
14.01.01.100 - CVM	14.01.01.100.01 - CVM
00000000	00000000

RELATÓRIO SOBRE REVISÃO ESPECIAL

As

Acionistas e Administradores da

Empresal Empre e Serviços S.A.

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITR) da **CAIXA - COOPERADORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, compreendendo o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018, a demonstração do resultado para o período de nove meses e trimestre findos naquela data, e a situação de desempenho e as informações relevantes apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e globalmente sob a responsabilidade de sua administração.
2. Nessa revisão foi efetuada a verificação das contas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBAUD/CPC, em conjunto com a Comissão Federal de Contabilidade, com o intuito de verificar a adequação e discussões com os administradores da Sociedade pelas áreas contábil, financeira e operacional, e o SCG, sobre quanto aos procedimentos e controles adotados na elaboração das Informações Trimestrais e ITREs, das informações e dos eventos subsequentes que tenham em potencial efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Sociedade.
3. Baseado em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1. Para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentamos o seguinte parecer: as mesmas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, explicitamente aderem a e corroboram as Informações Trimestrais incluídas na Instrução CVM nº 169/13.
4. O balanço patrimonial em 30 de junho de 2018, apresentado para fins comparativos, foi por nós revisado e nosso relatório sobre revisão especial datado de 1 de agosto de 2018, foi enviado aos revisores. A demonstração do resultado para o período de nove meses e trimestre findos em 30 de setembro de 2017, apresentada para fins comparativos, foi por nós revisada e nosso relatório sobre revisão especial datado de 14 de outubro de 2017, foi enviado aos revisores.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITM - I - Informações Empresariais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Investigação Externa

Regulatório - Supervisão
DATA-PAGE - 10/09/2008

UNID - ARRELA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

DATA-PAGE - 10/09/2008 08

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO EXTERNA - SEM RESERVA

9. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, alterando, por sua parte, o Código de Comércio de 1950. Essa Lei alterou a legislação infra-legal em termos de dispositivos legais nº 10.191/01 e das Normas CVM nºs 3.605/06 e 3.606/06, que possuem modalidades nas quais as empresas são obrigadas a elaborar e publicar relatórios anuais em forma de relatórios anuais por elas emitidos e das dependências de informações por parte dos órgãos reguladores, por serem aplicadas pelas companhias. Dessa forma, a Lei nº 11.638/07 alterou a legislação da Lei nº 11.638/07, a preparação das informações trimestrais e anuais, assim as informações contábeis emitidas pela Companhia em decorrência da mudança e período de nove meses em 10 de setembro de 2008, foram elaboradas de acordo com as informações específicas da CVM e não contemplam todas as informações necessárias contábeis estabelecidas pela Lei nº 11.638/07.

Niterói, 12 de novembro de 2008.

C A N A R I M

Audidores Associados

CRC-RO/03-03445

Érico L. Canarian

Sócio-Responsável

Cadastro CRC-RO/03-03445

Elaborado pelo da AGN International Ltd.

01/01 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Empresa	EMPRESA PARANAPETROLIO LTDA	Nº
CNPJ/C	00.941.548/0001-20	25.030.017.0001-08

ÍNDICE

CLASSE	CLASSE	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
02	02	DESCRIÇÃO	2
03	03	DESCRIÇÃO	3
04	04	DESCRIÇÃO	4
05	05	DESCRIÇÃO	5
06	06	DESCRIÇÃO	6
07	07	DESCRIÇÃO	7
08	08	DESCRIÇÃO	8
09	09	DESCRIÇÃO	9
10	10	DESCRIÇÃO	10
11	11	DESCRIÇÃO	11
12	12	DESCRIÇÃO	12
13	13	DESCRIÇÃO	13
14	14	DESCRIÇÃO	14
15	15	DESCRIÇÃO	15
16	16	DESCRIÇÃO	16
17	17	DESCRIÇÃO	17
18	18	DESCRIÇÃO	18
19	19	DESCRIÇÃO	19

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APROVAÇÃO SOBRE A COMPANHIA SEUS ÓRGÃOS OU SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01-01 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Companhia	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A	CNPJ	13.052.071/0001-98
Código da Companhia	00305-2		
Código do Segmento	000033		200004944

01-02 - SEDE

Endereço Completo		País		
Rua, Número e Complemento		Cidade		
CEP		UF		
Telefone	Telex	Fax	E-mail	
01	00000000	00000000		
02	00000000	00000000		
03	00000000			

01-03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

Nome			
Endereço Completo			
Cidade		País	
CEP	UF		
01	00000000	00000000	
02	00000000		

01-04 - REFERÊNCIA - AUDITOR

Período de Referência		Período de Referência		Período de Referência		Período de Referência	
Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício
01/01/2029	31/12/2029	1	01/01/2029	31/12/2029	1	01/01/2029	31/12/2029
Nome do Auditor						CNPJ	
Endereço Completo						Cidade	
CEP						UF	

01 31 - 45 YTFKACAD

[illegible]

0' 95 . 20415291246150 4' 00" 11 1/2 30H101

Item	2009-2010	2008-2009	2007-2008
Gr. Capital Expenditures			
- Buildings	3,600,000,000	3,500,000,000	3,120,000,000
- Infrastructure	0	0	0
- Other	1,900,000,000	3,020,000,000	3,120,000,000
Em. Insurance			
- Buildings	0	0	0
- Infrastructure	0	0	0
- Other	0	0	0

0' 04.20KCTEHH3 ICAY 06 EWHHE3A

1. **Introduction**
 2. **Background**
 3. **Methodology**
 4. **Results**
 5. **Conclusion**
 6. **References**

[illegible]

١٧	١٨	١٩	٢٠	٢١	٢٢	٢٣	٢٤	٢٥	٢٦	٢٧	٢٨	٢٩	٣٠	٣١	٣٢	٣٣	٣٤	٣٥	٣٦	٣٧	٣٨	٣٩	٤٠	٤١	٤٢	٤٣	٤٤	٤٥	٤٦	٤٧	٤٨	٤٩	٥٠	٥١	٥٢	٥٣	٥٤	٥٥	٥٦	٥٧	٥٨	٥٩	٦٠	٦١	٦٢	٦٣	٦٤	٦٥	٦٦	٦٧	٦٨	٦٩	٧٠	٧١	٧٢	٧٣	٧٤	٧٥	٧٦	٧٧	٧٨	٧٩	٨٠	٨١	٨٢	٨٣	٨٤	٨٥	٨٦	٨٧	٨٨	٨٩	٩٠	٩١	٩٢	٩٣	٩٤	٩٥	٩٦	٩٧	٩٨	٩٩	١٠٠
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

01 04 - SERVICE TO MONITORING OF LEADERS COURAGEOUS QUESTIONS ABOUT TRAVELING

Report Number	Report Title	Year	Author	Source
12	2008	2008	2008	2008
13	2009	2009	2009	2009

0: 31. 24 YTEKACAD

[illegible]

02:31 : 046 065P P4TB#96161 6TT#9, 5443 NUN

Year	Country	Population (millions)	Population (millions)	Population (millions)
1990	China	1,190	1,190	1,190
1991	China	1,200	1,200	1,200
1992	China	1,210	1,210	1,210
1993	China	1,220	1,220	1,220
1994	China	1,230	1,230	1,230
1995	China	1,240	1,240	1,240
1996	China	1,250	1,250	1,250
1997	China	1,260	1,260	1,260
1998	China	1,270	1,270	1,270
1999	China	1,280	1,280	1,280
2000	China	1,290	1,290	1,290
2001	China	1,300	1,300	1,300
2002	China	1,310	1,310	1,310
2003	China	1,320	1,320	1,320
2004	China	1,330	1,330	1,330
2005	China	1,340	1,340	1,340
2006	China	1,350	1,350	1,350
2007	China	1,360	1,360	1,360
2008	China	1,370	1,370	1,370
2009	China	1,380	1,380	1,380
2010	China	1,390	1,390	1,390
2011	China	1,400	1,400	1,400
2012	China	1,410	1,410	1,410
2013	China	1,420	1,420	1,420
2014	China	1,430	1,430	1,430
2015	China	1,440	1,440	1,440
2016	China	1,450	1,450	1,450
2017	China	1,460	1,460	1,460
2018	China	1,470	1,470	1,470
2019	China	1,480	1,480	1,480
2020	China	1,490	1,490	1,490
2021	China	1,500	1,500	1,500
2022	China	1,510	1,510	1,510
2023	China	1,520	1,520	1,520
2024	China	1,530	1,530	1,530
2025	China	1,540	1,540	1,540
2026	China	1,550	1,550	1,550
2027	China	1,560	1,560	1,560
2028	China	1,570	1,570	1,570
2029	China	1,580	1,580	1,580
2030	China	1,590	1,590	1,590
2031	China	1,600	1,600	1,600
2032	China	1,610	1,610	1,610
2033	China	1,620	1,620	1,620
2034	China	1,630	1,630	1,630
2035	China	1,640	1,640	1,640
2036	China	1,650	1,650	1,650
2037	China	1,660	1,660	1,660
2038	China	1,670	1,670	1,670
2039	China	1,680	1,680	1,680
2040	China	1,690	1,690	1,690
2041	China	1,700	1,700	1,700
2042	China	1,710	1,710	1,710
2043	China	1,720	1,720	1,720
2044	China	1,730	1,730	1,730
2045	China	1,740	1,740	1,740
2046	China	1,750	1,750	1,750
2047	China	1,760	1,760	1,760
2048	China	1,770	1,770	1,770
2049	China	1,780	1,780	1,780
2050	China	1,790	1,790	1,790
2051	China	1,800	1,800	1,800
2052	China	1,810	1,810	1,810
2053	China	1,820	1,820	1,820
2054	China	1,830	1,830	1,830
2055	China	1,840	1,840	1,840
2056	China	1,850	1,850	1,850
2057	China	1,860	1,860	1,860
2058	China	1,870	1,870	1,870
2059	China	1,880	1,880	1,880
2060	China	1,890	1,890	1,890
2061	China	1,900	1,900	1,900
2062	China	1,910	1,910	1,910
2063	China	1,920	1,920	1,920
2064	China	1,930	1,930	1,930
2065	China	1,940	1,940	1,940
2066	China	1,950	1,950	1,950
2067	China	1,960	1,960	1,960
2068	China	1,970	1,970	1,970
2				

01 01 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Empresa	EMPRESA PARANAPETROLIO S.A.	Nº
CNPJ	00.941.540/0001-21	25.730.017-0071-05

02 01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - Realizável

Ativo	Ativo	Ativo	Ativo
Ativo	Ativo	Ativo	Ativo

0: 31. 24 YTEKACAD

[illegible]

02 31 : PALANER PATRAGONAL 245502 18mm 8/11

[illegible]

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Empresa	INDUSTRIAL ALUMINUM S.A.	Nº
CNPJ nº	04.094.114/0001-11	25.030.011.0001-05

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (R\$ mil)

Item	Descrição	30/09/2009	30/09/2008
1.0	Capital Social		
1.1	Capital Social Integralizado		
1.2	Reserva de Capitalização		
1.3	Reserva de Avaliação	1.221	1.221
1.4	Reserva de Retenções		
1.5	Reserva de Lucros		
1.6	Reserva de Depreciação		
1.7	Reserva de Impostos		
1.8	Reserva de Provisões		
1.9	Reserva de Contingências		
1.10	Reserva de Resultados		
1.11	Reserva de Resultados		
1.12	Reserva de Resultados		
1.13	Reserva de Resultados		
1.14	Reserva de Resultados		
1.15	Reserva de Resultados		
1.16	Reserva de Resultados		
1.17	Reserva de Resultados		
1.18	Reserva de Resultados		
1.19	Reserva de Resultados		
1.20	Reserva de Resultados		
1.21	Reserva de Resultados		
1.22	Reserva de Resultados		
1.23	Reserva de Resultados		
1.24	Reserva de Resultados		
1.25	Reserva de Resultados		
1.26	Reserva de Resultados		
1.27	Reserva de Resultados		
1.28	Reserva de Resultados		
1.29	Reserva de Resultados		
1.30	Reserva de Resultados		
1.31	Reserva de Resultados		
1.32	Reserva de Resultados		
1.33	Reserva de Resultados		
1.34	Reserva de Resultados		
1.35	Reserva de Resultados		
1.36	Reserva de Resultados		
1.37	Reserva de Resultados		
1.38	Reserva de Resultados		
1.39	Reserva de Resultados		
1.40	Reserva de Resultados		
1.41	Reserva de Resultados		
1.42	Reserva de Resultados		
1.43	Reserva de Resultados		
1.44	Reserva de Resultados		
1.45	Reserva de Resultados		
1.46	Reserva de Resultados		
1.47	Reserva de Resultados		
1.48	Reserva de Resultados		
1.49	Reserva de Resultados		
1.50	Reserva de Resultados		
1.51	Reserva de Resultados		
1.52	Reserva de Resultados		
1.53	Reserva de Resultados		
1.54	Reserva de Resultados		
1.55	Reserva de Resultados		
1.56	Reserva de Resultados		
1.57	Reserva de Resultados		
1.58	Reserva de Resultados		
1.59	Reserva de Resultados		
1.60	Reserva de Resultados		
1.61	Reserva de Resultados		
1.62	Reserva de Resultados		
1.63	Reserva de Resultados		
1.64	Reserva de Resultados		
1.65	Reserva de Resultados		
1.66	Reserva de Resultados		
1.67	Reserva de Resultados		
1.68	Reserva de Resultados		
1.69	Reserva de Resultados		
1.70	Reserva de Resultados		
1.71	Reserva de Resultados		
1.72	Reserva de Resultados		
1.73	Reserva de Resultados		
1.74	Reserva de Resultados		
1.75	Reserva de Resultados		
1.76	Reserva de Resultados		
1.77	Reserva de Resultados		
1.78	Reserva de Resultados		
1.79	Reserva de Resultados		
1.80	Reserva de Resultados		
1.81	Reserva de Resultados		
1.82	Reserva de Resultados		
1.83	Reserva de Resultados		
1.84	Reserva de Resultados		
1.85	Reserva de Resultados		
1.86	Reserva de Resultados		
1.87	Reserva de Resultados		
1.88	Reserva de Resultados		
1.89	Reserva de Resultados		
1.90	Reserva de Resultados		
1.91	Reserva de Resultados		
1.92	Reserva de Resultados		
1.93	Reserva de Resultados		
1.94	Reserva de Resultados		
1.95	Reserva de Resultados		
1.96	Reserva de Resultados		
1.97	Reserva de Resultados		
1.98	Reserva de Resultados		
1.99	Reserva de Resultados		
1.100	Reserva de Resultados		

03 21 - IDENTIFICAÇÃO

Identificação	Descrição	Valor
03 21 01	Identificação da Empresa	03 21 01 01

03 21 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

Conta	Descrição	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
03 21 01 01	Receita Total	102.100	102.100	102.100	102.100	408.400
03 21 01 02	Despesa Total	102.100	102.100	102.100	102.100	408.400
03 21 01 03	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 04	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 05	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 06	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 07	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 08	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 09	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 10	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 11	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 12	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 13	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 14	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 15	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 16	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 17	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 18	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 19	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 20	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 21	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 22	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 23	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 24	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 25	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 26	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 27	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 28	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 29	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 30	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 31	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 32	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 33	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 34	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 35	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 36	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 37	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 38	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 39	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 40	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 41	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 42	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 43	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 44	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 45	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 46	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 47	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 48	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 49	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 50	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 51	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 52	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 53	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 54	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 55	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 56	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 57	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 58	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 59	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 60	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 61	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 62	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 63	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 64	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 65	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 66	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 67	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 68	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 69	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 70	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 71	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 72	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 73	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 74	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 75	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 76	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 77	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 78	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 79	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 80	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 81	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 82	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 83	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 84	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 85	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 86	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 87	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 88	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 89	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 90	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 91	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 92	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 93	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 94	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 95	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 96	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 97	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 98	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 99	Resultado Líquido	0	0	0	0	0
03 21 01 100	Resultado Líquido	0	0	0	0	0

00000 - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

00000 - 000000000000000000

00000 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEÚDO OPERACIONAL

A Ampla Energia Serviços S.A. ("Ampla" ou "Sociedade") é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica. A Ampla tem por objeto explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético. Em 01 de dezembro de 1999, foi assinado pelo Brasil e pela Companhia Brasileira de Energia S/A ("CBE") um contrato de 30 anos, expirando-se em dezembro de 2029. Nesse contrato estão definidas as áreas de distribuição de energia a serem atendidas pela Sociedade. Atualmente, a Sociedade é responsável pela fornecimento de energia elétrica para 19 municípios, sendo 63 no estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 2,576 mil consumidores (2,336 mil em julho de 2009), com um quadro de 1.271 empregados (1.272 em julho de 2009).

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais refletem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, compatibilizadas com a legislação específica aplicável às concessionárias do serviço público de energia elétrica, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

No âmbito das informações trimestrais (IIR), as práticas contábeis adotadas são consistentes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, publicadas na Imprensa Oficial em 29 de março de 2009. Dessa forma, as informações trimestrais (IIR) devem ser lidas em conjunto com as informações demonstrações financeiras anuais.

Para fins de melhor apresentação e manutenção da compreensão, as informações trimestrais findas em 30 de junho de 2009 e em 30 de setembro de 2009 foram reclassificadas, quando aplicável.

0010 - APPLE TELEFIA E SERVICOS S.A. 001001 0010001 00

00101 - NOTAS EXPLICATIVAS

	2008-2009	
	Plano 2008	Reclassificado
Ativos	1.632.834	1.631.834
Ativo circulante	1.712.571	1.662.997
Creditos	1.260.074	1.170.135
Clientes	808.170	808.170
Ativos reguladores	451.903	451.964
Ativo não circulante	592.800	591.897
Ativo realizavel a longo prazo	477.416	477.695
Creditos a termos	115.384	114.203
Ativos realizaveis	115.384	114.207
Passivos	1.631.834	1.631.834
Passivo circulante	550.118	1.598.801
Dívidas	350.768	345.754
Passivos reguladores	199.350	199.186
Passivo não circulante	1.081.716	1.033.033
Passivo realizavel a longo prazo	1.069.530	1.069.997
Dívidas	12.186	33.036
Passivos reguladores	1.057.344	1.036.961

	2009-2009	
	Atualizado	Reclassificado
Demonstração do resultado		
Receita bruta de vendas	1.843.767	1.844.773
Custos e despesas operacionais	44.446	45.146
Receita líquida de vendas de serviços	1.821.780	1.818.936
Custo de bens e serviços vendidos	30.333	1.960.197
Despesa com a compra para revenda	29.323	1.960.287
Receita líquida	451.138	618.739
Despesas financeiras operacionais	121.603	132.816
Despesas pessoais administrativas	16.303	20.528
Despesa de serviços de suporte	12.176	15.571
Gastos de despesas operacionais	4.127	15.957
Receita líquida operacional	119.887	241.683
Receita líquida operacional	119.887	-
Receitas financeiras operacionais	1.446	-
Despesas pessoais administrativas	20.113	-
Resultado líquido	89.220	158.019

00715 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A.

07.001 12.1.0001 00

00.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Orientado pela Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, novas práticas contábeis foram adotadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em função da implementação de resultados do trimestre findo em 30 de setembro de 2008, apresentada para fins comparativos em conjunto com as informações do trimestre corrente, não incluímos a estes confins financeiros o efeito escalar CVM 2.000 uma vez que os correspondentes lançamentos foram efetuados no encerramento do exercício de 2008.

Se as práticas contábeis antes tivessem sido adotadas em 31 de dezembro de 2007, os seguintes registros não teriam sido efetuados quando do trimestre findo em 30 de setembro de 2008:

- Jornal de despesas antecipadas no montante de R\$ 808;
- amortização de ativos não financeiros no montante de R\$ 394;
- depreciação de ativos não financeiros no montante de R\$ 12.528;
- desavaliação de bens reavaliados no montante de R\$ 17.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 - APLICACÖES FINANCEIRAS

Os dados e aplicações financeiras referem-se ao segmento de fundos de investimento - FFI, havendo ainda certificados de depósitos bancários - CDB e estão vinculadas as seguintes instituições:

Aplicação	Deposita/Investido	31/03/2008	31/03/2009
Fundos exclusivos			
Fundo Estradex S.A.	Fundo de Investimento	88.812	127.834
Fundo Eum S.A.	Fundo de Investimento	1.694.16	113.390
Fundo Vestejato S.A.	Fundo de Investimento	1.007.50	83.163
% Total de fundos exclusivos		<u>30.587</u>	<u>324.387</u>
Fundos de aplicação diversificada			
Fundo Estradex S.A.	F.F.F.	87.190	86.707
Fundo Estradex S.A.	Fundo de Investimento	11.813	1.115
Fundo Vestejato S.A.	F.F.F.		26.171
Fundo Eum e Fundo de Valores Diversificados S.A.	F.F.F.	16.112	16.601
Fundo Investimentos Diversificados	F.F.F.	30.280	150
Fundo Investimentos Diversificados	Fundo de Investimento	11.76	13,2
% Total de fundos aplicações Diversificadas		<u>151.161</u>	<u>130.636</u>
Total de aplicações financeiras		<u>459.928</u>	<u>555.023</u>

00715 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia participa de fundos de investimentos exclusivos de fundos Fidejuss que tem por objetivo seguir a variação do CDI investindo basicamente em títulos públicos e CDB's - Certificados de Depósitos Bancários - de bancos de primeira linha. Estes fundos exclusivos são demonstrados como segue:

	12/31	31/03/2010	30/06/2010
Composto:			
Comida:			
Fundos Públicos Posicionados	1.12%	8.771	18.861
Certificados de Depósitos Bancários CDB's	1.88%	2.433	2.433
		<u>11.204</u>	<u>21.294</u>
Fundo:			
Fundos Públicos Posicionados	1.12%	8.425	18.469
Certificados de Depósitos Bancários CDB's	1.88%	2.106	2.132
		<u>10.531</u>	<u>20.601</u>
Variável:			
Fundos Públicos Posicionados	1.12%	6.024	12.110
Certificados de Depósitos Bancários CDB's	1.88%	1.226	7.661
		<u>7.250</u>	<u>19.771</u>
Subtotal do Composto		<u>18.481</u>	<u>41.666</u>
Fixo:			
Subtotal do Fixo	1.50%	<u>109.010</u>	<u>119.360</u>
Variável:			
Fundos Públicos Posicionados	1.12%	6.034	7.110
Certificados de Depósitos Bancários CDB's	1.88%	91.134	80.633
Subtotal do Variável		<u>97.168</u>	<u>87.743</u>
Total de fundos exclusivos		<u>281.959</u>	<u>248.769</u>

00000 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A

00000 12/09/2009 00

00.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O preço a receber de consumidores residenciais de baixa renda é calculado pela Companhia e sabido do consumidor, a aprovação e homologação da ANEEL, conforme determina a Resolução nº 099 de 25 de outubro de 2004. O saldo em 30 de setembro de 2009 é de R\$ 33.658 (R\$ 26.117 em junho de 2009).

6 - ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Ativos		Passivos	
	R\$ Milhões		R\$ Milhões	
	Nº Conta	Nº Conta	Nº Conta	Nº Conta
Ativos				
Devedores a 120	16.120		16.120	
Devedores a 360 de Devedores a 120	133	133	133	
Devedores a 360 a 120	50.658	50.658	50.658	50.658
Devedores a 360 a 360				
Total de ativos regulatórios	<u>66.911</u>	<u>50.791</u>	<u>66.911</u>	<u>50.791</u>
Passivos				
Devedores a 120	2.857	2.857	2.857	2.857
Devedores a 360 de Devedores a 120	43	43	43	
Devedores a 360 a 120	50.078	50.078	50.078	50.078
Devedores a 360 a 360				
Total de passivos regulatórios	<u>52.978</u>	<u>52.978</u>	<u>52.978</u>	<u>52.978</u>

6.1 Devedores a 120

	Saldo Inicial R\$ Milhões
Saldo Inicial	
Estimativa pela Concessão em 2004	78.008
Ajuste do valor contabilizado conforme homologação da ANEEL	18.130
Atualização Monetária - SELIC	10.031
Reversação em 30 de junho de 2009	<u>182.515</u>
Total de devedores a 120	<u>108.704</u>

000000 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A.

000000 - 000000000000000000

000000 - NOTAS EXPLICATIVAS

	30/09/2009	30/09/2008
Ativo circulante		
CVM - Caixa, caixa de combustível	8.854	8.655
CVM - Despesa paga	1.424	1.504
CVM - Sobresobretaxação (II)	2.121	3.121
Contabilidade - PIS COFINS	1.824	-
CVM - C/DI	1.150	1.550
Encargos de serviços do sistema	50.871	28.175
CVM - Reserva 770-11	1.521	4.385
Previdência	61.236	8.115
Obrigações	7.871	6.861
Total do ativo circulante	85.854	111.356
Ativo não circulante		
CVM - Caixa, caixa de combustível	2.215	3.166
CVM - Despesa paga	1.434	4.064
CVM - Sobresobretaxação (II)	6.050	8.761
Contabilidade - PIS COFINS	915	-
CVM - C/DI	375	327
Encargos de serviços do sistema	10.258	11.257
CVM - Reserva 770-11	6.801	5.151
Previdência	2.166	25.255
Obrigações	1.021	2.552
Total do ativo não circulante	33.335	70.376
Passivo circulante		
CVM - Caixa, caixa de combustível	18.506	20.090
CVM - Despesa	60.171	19.371
CVM - Despesa rede básica	168	315
CVM - Sobresobretaxação (II)	1.050	13.260
Obrigações	7.871	7.131
Total do passivo circulante	87.766	70.167
Passivo não circulante		
CVM - Caixa, caixa de combustível	6.156	3.617
CVM - Despesa	60.157	20.734
CVM - Despesa rede básica	251	122
CVM - Sobresobretaxação (II)	2.121	4.368
Obrigações	3.624	1.827
Total do passivo não circulante	72.309	30.668

06.01 – NOTAS EXPLICATIVAS

11 CVT – Sobrecumulação

A Lei nº 10.848/04 e o Decreto nº 5.163/04 regulamentados pela Resolução nº 305/2008 definiram as condições de contratação de energia por parte dos distribuidores de energia elétrica nos mercados regulados e a forma de repasse desses custos às tarifas de fornecimento. De acordo com a referida legislação, as distribuidoras têm o direito de recuperar mediante tarifa os custos com aquisição de energia de até 20% do montante de energia recomendada para atendimento ao seu mercado. Levando em conta em consideração os resultados financeiros do mercado de curto prazo para atendimento de até 100% da demanda regulada, no trimestre encerrado em 30 de setembro de 2009, a variação se positiva de R\$ 12.843 (negativa de R\$ 13.773 em 30 de setembro de 2008).

12 Parcela A

Resolução da Comissão Reguladora nº 296 de 25 de outubro de 2001 e na Lei nº 1.438 de 29 de abril de 2002, a Sociedade registrou como despesas antecipadas os incrementos de custos incorridos em 2001 e 2002 que estão relacionados aos estudos sobre os quais não tem controle ou custo Parcela A.

A parcela da recomposição tarifária dos custos da Parcela A registrada no balanço a receber, sofreu os seguintes efeitos reconduções nos resultados:

	30/09/2009	30/09/2008
Perdas com reconhecimento		
Saldo herdado da ANEEL	36.915	36.915
1- Recuperação	132.163	132.923
Variação monetária - SFLIC	51.194	78.855
Saldo da parcela A	85.915	110.478

O montante de R\$ 36.915 em 30 de setembro de 2009 e em 30 de outubro de 2009 refere-se ao saldo fornecido pela Resolução ANEEL nº 482 de 29 de agosto de 2002 e será recuperado em 13 meses através da recomposição tarifária extraordinária. Conforme previsto pela Resolução ANEEL nº 1 de 12 de janeiro de 2004, a recuperação da Parcela A deve ocorrer após a recuperação completa da RHT, isto é, tendo sido iniciada em junho de 2009, regularizando após a realização da RHT. O montante acumulado de custo regular monetário referente a este saldo em 30 de setembro de 2009 e de R\$ 51.194 (R\$ 78.855 em 30 de outubro de 2009) classificados no montante Parcela A – atualização SFLIC.

0000 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A.

000001 01.01.2009 00

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6.3 - DREX, S.A. (RUB)

	31.03.2009	31.03.2008
Descontos em curso	1.397	43
Impostos a receber e provisões	4.130	4.555
Antecipações em curso	7.514	5.224
Sindicato	5.658	5.658
Serviços em curso	30.299	24.353
Empreendimentos e serviços prestados	45.416	25.323
Impostos e recursos em determinação pública	7.817	7.817
Dívidas a receber	3.36	3.393
Provisão para crédito de liquidação de dívidas a receber	28.471	128.471
Total de rendas a receber	78.216	511.22

(a) Na rubrica "Serviços em curso" são registrados os custos de pessoal, material e serviços na execução de obras prestadas a terceiros, tais como: renovação de rede e em poste, instalação de linha em rede, provisoriedade, instalação provisória de transformadores, instalação de padlock, isolamento e afastamento de redes, abastecimento e substituição de equipamentos.

(b) A rubrica "Empreendimentos e serviços prestados" destina-se ao registro de custos com terceiros na execução de serviços solicitados, provenientes da alteração de bens e direitos de propriedade do concessionário e de danos creditos recebidos em caráter excepcional, em processos de pagamento parcelados ou não, incluindo também de dívidas a receber.

7 - DÍVIDAS E DEVEDORES

	31.03.2009	31.03.2008
Adiantamento a empregados	5.107	5.107
Adiantamento a fornecedores	4.284	4.680
Adiantamento a fornecedores	3.143	748
Adiantamento a fornecedores	4.909	4.204
Cargos e depósitos em caução	10.967	9.365
Outros devedores	101	101
Total de devedores	28.819	24.515

00715 - ANEXO EMPRESA E SERVICIOS S.A. 07/09/2009 00

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/09/2008	30/09/2009
Impuesto de renta e contribución social a compensar	73.28	73.727
ICMS a compensar	105.508	112.582
Otros tributos a compensar	27.825	21.814
Total de tributos a compensar - anterior y actual	206.621	208.123
ICMS a compensar	47.237	48.366
Total de tributos a compensar - anterior y actual	47.237	48.366

El monto de impuesto de renta e contribución social a compensar refiere se a retenciones de IRRI sobre aplicaciones financieras IRRI CSII recibidas en firme por órganos públicos e de pagos de IRRI e CSII por estimación mensual.

El monto de otros tributos a compensar refiere se a retenciones de IIS e COIIS de órganos públicos.

A tributo de ICMS a compensar de corto plazo representa principalmente créditos reclamados ante pagos de contribuyente de Decreto España nº 3163/02 que dispõe sobre pagos de retención impuestos por días 1 - 20 e último día útil dentro de proporción en curso, apartados por meses de setiembre e junio de 2009.

El monto clasificado en largo plazo refiere se básicamente a IC Complementar nº 157/09 que determina que el crédito de impuesto cuando se refiere a aplicación de 90% por los Años 1 sus se compensados en 48 meses.

00 INR0371ZAW0

0000000000000000

PAGE 21

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - 1 - Informações Trimestrais
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Investigação Externa
 Regulação Supervisora
 DATA-PAGE - 10/09/2009

UNID - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S/A 31.03.2009 08

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.1.1 - Composição do Ativo Circulante				
1.1.1.1 - Caixa e equivalentes em moeda	37.444,00	37.444,00	37.444,00	37.444,00
1.1.1.2 - Contas a receber	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.1.3 - Contas a pagar	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.1.4 - Outros	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.1.5 - Total do Ativo Circulante	39.444,00	39.444,00	39.444,00	39.444,00
1.1.2 - Composição do Ativo Não Circulante				
1.1.2.1 - Imobilizado	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.2.2 - Intangível	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.2.3 - Total do Ativo Não Circulante	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1.1.3 - Total do Ativo	41.444,00	41.444,00	41.444,00	41.444,00
1.2.1 - Composição do Passivo Circulante				
1.2.1.1 - Contas a pagar	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.2.1.2 - Contas a receber	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.2.1.3 - Outros	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.2.1.4 - Total do Passivo Circulante	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
1.2.2 - Composição do Passivo Não Circulante				
1.2.2.1 - Provisões	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.2.2.2 - Total do Passivo Não Circulante	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.2.3 - Total do Passivo	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00
1.3.1 - Composição do Patrimônio Líquido				
1.3.1.1 - Capital Social	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.1.2 - Reservas	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.1.3 - Total do Patrimônio Líquido	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1.3.2 - Total do Patrimônio Líquido	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00

As principais taxas anuais de depreciação por natureza/válido, de acordo com a resolução ANEEL nº 240 de 6 de dezembro de 2008 são as seguintes:

ANEXO 2 - Tabela 1 - 24

00000 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A.

00000 12/09/2009 00

00.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Distribuição	Taxas anuais de Depreciação (%)
Linhas de transmissão - tensão > 69kV	6,0
Linhas de transmissão - tensão < 69kV	6,7
Condutor - tensão > 69kV	3,1
Condutor - tensão < 69kV	6,7
Condutor - tensão > 69kV	2,4
Condutor - tensão < 69kV	6,0
Isolante	3,0
Isolante - tensão > 69kV	3,8
Isolante - tensão < 69kV	6,0
Terminais	3,3
Regulador de tensão - tensão > 69kV	3,2
Regulador de tensão - tensão < 69kV	1,8
Sistema de radiação - tensão	7,1
Transformador de distribuição	6,0
Transformador de força	2,4
Comercialização	
Capacidade geral	0,1
Módulo	1,0
Administração central	
Capacidade geral	0,0
Unidade	0,0

em mobilizado em curso

O ativo mobilizado em curso refere-se, sobretudo, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica. De acordo com a Instrução emitida nº 63/04 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituída pela Resolução ANEEL nº 441 de 26 de outubro de 2004, a Anpva transfere para o ativo mobilizado os custos de empréstimos de recursos vinculados ao ativo mobilizado em curso até 30 de junho de 2005. A partir de julho desse ano, os custos não foram mais capitalizados.

(b) Exatidão das obrigações vinculadas a concessão

As obrigações especiais vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores em Unidades dos Estados, dos Municípios e dos Consórcios, sem que as obrigações não sejam garantidas a qualquer retorno a favor do devedor e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O despacho ANEEL nº 3.073 de 18 de dezembro de 2008 alterou a forma de contabilização das obrigações especiais ao determinar que seus saldos sejam amortizados

00000 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A.

00000 000000000000000000

00.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para a realização desse programa, a Sociedade conta com recursos da conta de desenvolvimento exigente - CDB 115% na reserva global de reversão - BDR (55%) do Programa do Estado do Rio de Janeiro (29%) de recursos próprios (15%).

11 - INFLUENCER

	12/31/2008		12/31/2007	
	Valor Receita	Débito Despesa	Valor Receita	Valor Despesa
Imagem				
- Salários	12.111	12.111	8.112	8.112
- Manutenção	2.111	18.111	2.111	18.111
Subtotal	<u>14.222</u>	<u>30.222</u>	<u>10.223</u>	<u>26.223</u>
Fin. Curto				
- Salários	1.111	-	1.111	1.111
- Manutenção	111	-	111	-
Subtotal	<u>1.222</u>	<u>-</u>	<u>1.222</u>	<u>1.111</u>
Total Influencer	<u>15.444</u>	<u>30.222</u>	<u>11.445</u>	<u>27.334</u>

12 - RENDIMENTOS

0010 – NOTAS EXPLICATIVAS

Destinação: Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – dois contratos totalizando financiamento no montante de R\$ 7,2

Garantia: prestação e execução de serviços

■ Valor para textos: Início em setembro de 2008 e término em março de 2011.

Destinação: Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso de Energia, três contratos totalizando financiamento no montante de R\$ 13.450

Garantia: prestação e execução de serviços

(ii) Bradesco S.A.

■ Valor de principal: R\$ 23.333, com início em janeiro de 2007 e término em dezembro de 2009.

Destinação: necessidade de caixa de curto prazo ocasionada pela queda da fatura de compensação de imposto de renda, em janeiro de 2007.

Garantia: sem garantias

Instrumento financeiro: contrato de empréstimo

■ Valor de principal: R\$ 13.450, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012.

Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures, a ser realizado em março de 2008 e refinanciamento da dívida.

Garantia: sem garantias

Instrumento financeiro: capital de giro

Carência para pagamento de principal: 3 meses

■ Valor de principal: R\$ 100.000, com início em dezembro de 2008 e término em janeiro de 2013.

Destinação: antecipação de pagamento de principal e juros do empréstimo com Banco Axiabank, realizada em dezembro de 2008 e refinanciamento da dívida.

Garantia: sem garantias

Instrumento financeiro: CCB – crédito com garantia bancária

Carência para pagamento de principal: 3 meses

(iii) Banco Alfa S.A.

00000 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A

00000 12/09/2009 00

00.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Valor de principal: R\$ 500.000, com início em janeiro de 2007 e término em julho de 2012.

Destinação: excessidade de caixa de caixa para, ocasionado pela queda da unidade de compensação de imposto de renda em janeiro de 2007.

Garantia: Não promissória.

Instrumento financeiro: capital de giro.

Carência para pagamento de principal: 3 meses.

(e) União dos Bancos Brasileiros S.A.

- Valor de principal: R\$ 450.000, com início em janeiro de 2007 e término em dezembro de 2009.

Destinação: excessidade de caixa de caixa para, ocasionado pela queda da unidade de compensação de imposto de renda em janeiro de 2007.

Garantia: sem garantias.

Instrumento financeiro: contrato de empréstimo.

- Valor de principal: R\$ 13.300, com início em novembro de 2007 e término em outubro de 2012.

Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures a ser realizada em taxa de 7,08% efetiva, anuidade de capital.

Garantia: sem garantias.

Instrumento financeiro: contrato de empréstimo.

Carência para pagamento de principal: 3 meses.

(f) HSBC Bank Brasil S.A.

- Valor de principal: R\$ 300.000, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012.

Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures a ser realizada em taxa de 7,08% efetiva, anuidade de capital.

Garantia: não promissória.

Instrumento financeiro: CCB – crédito de crédito bancário.

Carência para pagamento de principal: 4 meses.

- Valor de principal: R\$ 120.000, com início em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2012.

00.000.000.000-00 NOTAS EXPLICATIVAS

Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures a ser realizada em taxa de 2,00% refinanciamento de dívida;
 Origem: nota promissória;
 Instrumento financeiro: CCB – crédito de crédito bancário;
 Carência para pagamento de principal: 4 meses

(g) Banco do Brasil S.A.

* Valor de principal: R\$ 15.000,00 com vencimento em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2007;
 Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures a ser realizada em taxa de 2,00% refinanciamento de dívida;
 Origem: nota promissória;
 Instrumento financeiro: nota de crédito comercial;
 Carência para pagamento de principal: 6 meses

(h) Banco Itaú S.A.

* Valor de principal: R\$ 13.350,00 com vencimento em dezembro de 2007 e término em dezembro de 2007;
 Destinação: pagamento do principal e juros da 1ª série da 3ª emissão de debêntures a ser realizada em taxa de 2,00% refinanciamento de dívida;
 Origem: sem garantias;
 Instrumento financeiro: CCB – cédula de crédito bancário;
 Carência para pagamento de principal: 3 meses

A curva de amortização de longo prazo dos empréstimos e financiamentos se apresenta da seguinte forma:

	31/12/2007	31/12/2008
1.1	38.117	38.004
1.2	131.488	129.999
1.32	214.298	212.226
1.33	21.753	22.753
total 1.1 + 1.2 + 1.32 + 1.33	405.656	403.082

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos incluem as seguintes variações nos períodos de nove meses findos em:

00000 - ANELA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

00000 12/09/2009 00

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Indicador	2008	2007
SAV	7,67%	8,82%
CLH	7,67%	8,77%
ROPM	1,07%	2,12%
ROE	1,89%	1,90%

14 - DÍBITOS

	30/09/2009		30/09/2008	
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante
Principal circulante	133.924	57.000	131.766	57.000
Juros incidentes	11.214	-	21.667	-
Total dívidas	145.138	57.000	153.433	57.000

Características das emissões

Série	Formulário Emissão	Formulário Secundária
1 - EMISSÃO	Seção 2 - Características da emissão	Seção 2 - Características da emissão
Quantidade emitida	Quantidade emitida	Quantidade emitida
Valor nominal	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00
Exigibilidade	Exigível a partir de 2008	Exigível a partir de 2008
Amortização	Exigível a partir de 2008	Exigível a partir de 2008
Garantias	Emissão sem garantia	Emissão sem garantia
Outros dados	Valor nominal emitido em R\$ 1.000.000,00	Valor nominal emitido em R\$ 1.000.000,00
Outros dados	Valor nominal emitido em R\$ 1.000.000,00	Valor nominal emitido em R\$ 1.000.000,00

3 - EMISSÃO

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2008, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures, que teve como objetivos o resgate parcial da 2ª emissão de debêntures realizada em 31 de março de 2008, o financiamento dos programas de investimentos da Anela previstos para o ano de 2008 e o pagamento de dividendos em espécie, sendo o eventual saldo remanescente em caixa para a retenção de capital de giro.

00000000 NOTAS EXPLICATIVAS

REGISTRO

No dia 04 de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lançou contra a Companhia auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte – IRRF – incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior em decorrência da Use of Rate Notes (URNs) emitidos pela Ampla em 1998. Em 21 de janeiro a Ampla obteve decisão favorável, em que se excluiu a insubsistência do Auto. Desta decisão não cabe recurso. O valor envolvido neste processo atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$ 698.126.

URFINS sobre energia elétrica – Ação Rescisória

Em agosto de 1996, a Ampla obteve êxito em Mandado de Segurança que questionava a incidência da URFINS sobre as operações de energia elétrica, tendo como fundamento a inconstitucionalidade definida por 3/4 do art. 158 da Constituição Federal de 1988. Devido a esta decisão, a Companhia ficou autorizada a não efetuar o recolhimento da URFINS durante o período de agosto de 1996 e dezembro de 2000. Com o advento da Emenda Constitucional 15/97, de 11/12/97, que modificou o texto do dispositivo constitucional e assim a Ampla passou a recolher em abril de 2002 os valores dessa contribuição, de acordo com o que dispõe a Lei 9.718/98 e, a partir de fevereiro de 2006, pela alíquota de 7,9%, segundo o disposto na Lei nº 10.833/03. Em 08 de abril de 1997, a União Federal propôs uma ação rescisória em face da Companhia, com o fim de anular a decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em 23 de julho de 1996, no refer do Mandado de Segurança. A Companhia obteve sucessivos êxitos no sentido da inconstitucionalidade da ação rescisória e agenda o pagamento de recursos representado pela União Federal. O valor envolvido neste processo atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$ 138.907.

URFINS – Auto de infração perdido por uma infração

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar juros de Uofins excentos de impostos pagamentos a menor no período de dezembro 2001 a junho 2002. A Ampla impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recursos voluntários, que foram julgados parcialmente procedente, procedente para anular a incidência da Uofins sobre receitas financeiras e improcedente quanto a observância da inconstitucionalidade. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais, que julgaram parcialmente de valor envolvido neste processo atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$ 158.948.

URFINS – Auto de Infração

00001 – NOTAS EXPLICATIVAS

A Receita Federal do Brasil lavrou Auto de Infração objetivando a cobrança de débitos de ITR sob o argumento de que a Amplia não recolheu corretamente os valores devidos nos meses de janeiro 2002 a janeiro 2002. Em primeira instância o auto de infração foi julgado procedente. O recurso apresentado pela Amplia ao Conselho de Contribuintes foi acolhido para afastar a exigência do ITR sobre isentas financeiras. Contra essa decisão a Fazenda apresentou recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais, que aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$ 12.914.

ICMS – Prazo de Recolhimento

Em 26 de setembro de 2008 a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro em razão de recolhimento espúrio de ICMS sobre o prazo legal estipulado pelo DAA 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinados ao Fundo Estadual de Combate à Pêssima sorte e pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Recurso Fiscal. A Amplia apresentou recurso, o que aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$ 150.702.

ICMS – Não exigência sobre determinadas operações

Em 09 de abril de 2007 a Amplia foi autuada em razão de débitos de ICMS, levando-se em conta a não incidência do tributo sobre determinadas operações de venda e demanda contribuinte. A Companhia agiu em decisão de primeira instância a julgar. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$ 3.428.

ICMS – Criação onerosa da aquisição de bens destinados ao auto-permanente

A Amplia recebeu três Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro 1996 a novembro 1998, novembro 1998 a março 1999 e julho 1997 a outubro 1998, nos valores atualizados em setembro de 2009 de R\$ 86.4, R\$ 1.331 e R\$ 76.711, sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao auto-permanente. Para os três autos de infração a Companhia agiu em decisão de segunda instância a julgar.

Adicionalmente, a Amplia foi autuada em razão de débitos de ICMS oriundos de autos de infração relativos ao período de maio 98 a maio 99, levando-se em consideração o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao auto-permanente. O valor atualizado em setembro de 2009, é de R\$ 11.796. A Companhia agiu em decisão de primeira instância a julgar.

ICMS – Compensação de créditos sem comprovação documental

000000000000000000000000

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Ampla se credenciou indevidamente de valores de ICMS relativos de 1998 sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes. O valor atualizado do rateio processual atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$ 12.090.

ICMS – Saldos de bens por apropriação

A Ampla apurou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em setembro de 2009 de R\$ 8.805 e de R\$ 6.591, cobrados sobre os saldos de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a compensação do retorno ao estabelecer o prazo de origem no prazo legal de 180 dias, no período de novembro 1998 a agosto 2000. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial nos dois processos.

ICMS – Aquisição de bens sem comprovação de documentação fiscal supostamente indevida

Em 18 de abril de 2004, a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração no valor atualizado em setembro de 2009 de R\$ 1.286 para coleta de débitos de ICMS relativos ao período de 10 de janeiro de 1999 a 10 de novembro de 2000, referentes à aquisição de bens sem comprovação de documentação fiscal supostamente indevida. A Companhia aguarda decisão do Recurso apresentado ao Conselho de Contribuintes.

ICMS – Comparação entre informes gerenciais e livros fiscais

A Companhia impetrou Mandado de Segurança questionando a legalidade da possibilidade da Secretaria de Fazenda sobre decisão anterior do Conselho de Contribuintes que havia ratificado impropriedade de dois autos de infração. Os autos são referentes de suposto pagamento e menor de dez do com a compensação entre os informes gerenciais e os livros fiscais. A Ampla obtive decisões favoráveis nas instâncias inferiores e aguarda decisão em recurso do Estado ao Supremo Tribunal Federal – STF. O valor atualizado do rateio processual atualizado em 30 de setembro de 2009, é de R\$ 3.572.

Exatidão do valor

00000 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Ampla possui vários processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em áreas e espaços públicos, relativos ao período de 2002 a 2006, as quais se encontram atualmente em andamento em setembro de 2009 de R\$ 43.196. No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca da taxa de inflação. Com relação aos processos relativos aos anos de 2003 a 2006, a Companhia está discutindo as cobranças na esteira nacional em um Mandado de Segurança em primeira instância.

ISS

No dia 30 de maio de 2003, o Município de Caldas das Figueiras concedeu à Companhia o direito de utilização e sendo a cobrança de débito fiscal no valor atualizado em setembro de 2009 de R\$ 136, relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Ampla apresentou impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão.

COLINS e PIS – Compensações não homologadas

A Ampla recebeu em 23/12/08 termo de intimação fiscal da não homologação de pedidos de compensação de débitos de COLINS e PIS nos valores de R\$ 2.463 e R\$ 6.496 do período de apuração de novembro de 2005, com créditos decorrentes do pagamento a menor de COLINS do período de outubro de 2002. Em 23/12/2008 foram apresentadas manifestações de inconformidade e aguarda-se a decisão.

COLINS – Compensação não homologada

A Ampla recebeu em 23/12/09 termo de intimação fiscal da não homologação de pedido de compensação de débito de COLINS no valor de R\$ 5.962 do período de apuração de setembro de 2002, com crédito decorrente do pagamento a menor de IRPJ do período de janeiro de 2005. Em 23/08/2009 foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se decisão.

PIS e COLINS IRPJ e SLL – Compensação não homologada

A Ampla recebeu em 02/12/09 termo de intimação fiscal da não homologação de pedido de compensação de débito de PIS COLINS IRPJ e SLL no valor de R\$ 29.807 do período de apuração de abril de 2006, maio de 2006, julho de 2005, agosto de 2005, janeiro de 2006 e fevereiro de 2006, com créditos decorrentes dos pagamentos a menor de IRPJ do período de outubro de 2002. Em 01/12/09 foi apresentada manifestação de inconformidade e aguarda-se decisão.

na Continuação dos fatos: Processos com respectiva de pendências

0010 – AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

DATA-PAGE – 10/09/2009 08

0001 – NOTAS EXPLICATIVAS

ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo permanente

A Ampla apresentou Ação Anulatória de débitos de ICMS decorrentes da não comprovação da aquisição de bens destinados ao ativo permanente no período de janeiro 1996 a setembro 2001, no valor analisado em setembro de 2009 de R\$ 4.809. A Ação apresenta o encargo decaído decaível e aguarda conversão em renda dos valores depositados a Fazenda Estadual.

ICMS – Pagamentos em nome

O Estado de Rio de Janeiro apresentou Execução Fiscal para cobrar débitos propostos decorrente de suposto pagamento a maior no período de fevereiro 1996 a setembro 2001, no valor analisado em setembro de 2009 de R\$ 6.881. A Ampla apresentou defesa fundamentada e aguarda decisão de primeira instância judicial.

15. PARCELAMENTO ESPECIAL – LITIS – ICMS

Em 29 de agosto de 2003 a Ampla aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal Parcelamento Especial – PAFS, um bem conhecido como RFIIS II, instituído pela Lei nº 10.681/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos em 12 (doze) meses, oriundos de contribuições fiscais de lançamento de agosto do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em nome da Ampla no período de outubro de 2000 a julho 2003, em os valores se referem proporcionalmente à responsabilidade solidária sobre contribuições de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Ampla quanto ao risco de perda das imputações eletrônicas se mostrou provável.

O montante total de R\$ 25.298 (R\$ 15.102 e R\$ 5.942 em 30 de junho de 2009) está classificado no passivo corrente e o valor restante R\$ 5.290 (R\$ 2.660 em 30 de junho de 2009) no passivo não circulante.

16. GERAÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO

A Ampla é participante da Fundação Ampla de Seguridade Social – BRASILETROS, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal a complementação dos benefícios previdenciários aos empregados da Ampla. A BRASILETROS adota dois tipos de Plano de Benefícios: Plano de Complementação de Aposentadoria – PUA Benefícios Definidos e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PUCV (Contribuição Variável) – antigo Plano de Complementação de Aposentadoria – PACC, alterado sem base na Resolução MPB4/1996, art. 16, do Sistema de Gestão da Previdência Complementar, para vedar o acúmulo dos recursos necessários ao supêrno previdenciário.

00.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Anpá reconhece contabilmente em 31 de dezembro de 2009 o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221, apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Lei nº 9.637, de 13 de dezembro de 2008 (Lei referida de 13/12/08), suportado por contrato celebrado em 04 de janeiro de 2002, com a RRG VIT L I ROR, através do qual ficou estabelecido que o déficit atuado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 10% ao ano, de acordo da variação ocorrida índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

Os Planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados anualmente ao final de cada exercício, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. Excepcionalmente, neste trimestre, a Anpá reconhece em complemento ao déficit atuarial, no montante de R\$ 1.133, apurado em setembro de 2009 por atuação independente. O saldo registrado em 31 de setembro de 2009, no montante de R\$ 238.050 (R\$ 236.917 em 31 de julho de 2009), corresponde a totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

Foi adotado o método de crédito certeiro, previsto que reflete os benefícios de aposentadoria baseados nos serviços tanto prestados como a prestar pelos empregados na data da avaliação atuarial. É o método dos custos dos benefícios de aposentadoria dos empregados anteriormente com valores absolutos ou como porcentagem de salários durante todo o período de emprego.

O sistema dos planos é feito com base em contribuições da patrocinadora e dos participantes, conforme as porcentagens definidas no regulamento e no estatuto dos planos, através gestões.

1. Patrocinadora complementação de aposentadoria (PCA)

Patrocinadora

Contribuição setembrária junho de 2009 com 3,50% da folha de salários, com 1,50% sendo destinados a cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Até 30 de setembro de 2009 a Anpá contribuía com o montante de R\$ 16.230 (R\$ 1.800 em 31 de setembro de 2008) referentes a fundos de complementação de aposentadoria.

Participantes ativos

00.00 – NOTAS EXPLICATIVAS

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,72% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de sistema, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

III Plano de aposentadoria de contribuição variável (PACV)

Participantes

Contribuem em setenta e quatro (74%) com 4,0% a contribuição de salários dos participantes ativos, dos quais 0,57% a 1,97% também em função de 2,46% foram destinados à cobertura dos beneficiários 3,97% a 3,97% também em função de 2,46% destinados para cobertura das despesas administrativas.

Até 30 de setembro de 2009 a Angra contribuía com a exatidão de R\$ 22.834 (R\$ 3,688 em 30 de setembro de 2008) referentes a fundos de contribuição variável.

Participantes Ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição de forma no Regulamento do Plano, sendo que a percentagem atrelada depende a partir da população ativa no PACV, ou seja, base da avaliação refere-se a 4,72% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

30. LEI Nº 2.883, DE 19 DE SETEMBRO DE 2006

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessões e permissões de serviços públicos de distribuição de energia elétrica são obrigadas a destinar, anualmente, em percento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

De acordo com as resoluções ANEEL nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 e a ANEEL nº 13 de maio de 2008, a Sociedade efetua os registros contábeis das obrigações com os Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, no mês de competência do levantamento, acerca de tais obrigações e as corrige pela taxa SELIC, até o mês do efetivo desembolso ou pagamento desses recursos.

00000 - ANIMA EMPRESA E SERVIÇOS S.A

00000 000000000000000000

00000 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir apresentamos a composição dos saldos desses passivos:

	30/09/2009	30/09/2008
Provisão de F.C. em circulação - PFC	31.960	37.374
Provisão de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	26.000	28.778
Fundo Acumulado de Desenvolvimento em F.C. e P&D - N.M.F.	823	507
Empreço de Pesquisa em Circulação - PFC	1	0,3
Total do passivo circulante	58.784	66.662
Provisão de F.C. em circulação - PFC	38.394	36.464
Provisão de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	27.778	0
Total do passivo não circulante	66.172	36.464
Total do passivo a pesquisa em desenvolvimento	124.956	103.126

No saldo de PFC (R\$ 37.378) estão incluídos valores aplicados em projetos que ainda estão em curso. Em 30 de setembro de 2008 esse montante era de R\$ 27.960 (R\$ 6.017 em 30 de junho de 2009). No saldo de P&D (R\$ 28.778) também estão incluídos valores aplicados em projetos em curso que somam o montante de R\$ 9.812 em 30 de setembro de 2008 (R\$ 8.532 em 30 de junho de 2009).

21 - PROVISÃO DE OBRIGAÇÕES

	30/09/2009	30/09/2008
Contribuição de danos àis pública	41.234	38.464
Adiantamento de rendas	44.862	43.82
Provisão de Passa Renda (P.R.)	38.488	38.489
Outras	7.515	8.134
Total do passivo circulante	132.102	128.907

1) Provisão para de obrigação de Passa Renda

00000000

ARCEL MEXCELIA E SERVIÇOS S.A

00.000.000.00000000

00.000 – NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com a Resolução Normativa nº 207 de 18 de dezembro de 2007, a Companhia mantém provisão de R\$ 35.359 em setembro e junho de 2009, com o objetivo de cobrir possíveis diferenças de valores homologados em períodos anteriores, em virtude de realocações de consumidores beneficiados pelo sistema.

22 PATRIMÔNIO EQUITÁRIO

Capital Social

O capital social está representado por 3.922.515.978.446 ações ordinárias, sem valor nominal, todas integralizadas e que se encontram assim distribuídas em 30 de setembro de 2009 e 30 de junho de 2009:

	30/09/2009 e 30/06/2009
Quantidade de ações ordinárias	
Ações emitidas apresentando subscrita por numeradas	3.922.515.978
Ações nominal vari	3.919.802.215.178
Total de ações em circulação	3.922.515.978.446

Sua composição acionária tem a seguinte distribuição em 30 de setembro de 2009 e 30 de junho de 2009:

	30/09/2009 e 30/06/2009	
Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Porcentagem Participação
Indesa Brasil S.A.	1.839.177.933.511	46,89%
Unilever Investead S.A.	822.607.826.007	21,02%
Unesa S.A.	839.867.907.808	21,43%
Unilever S.A.	115.768.821.119	2,95%
Electra Chile de Portugal Inter SGRPS S.A.	307.176.833.018	7,83%
Outros	13.209.105.083	0,34%
Total de ações em circulação	3.922.515.978.446	100,00%

Dinheiros

000000000000000000

000000000000000000

06.01 38735 EXP=267242

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Ampar, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 2º-2 da Lei 15.404/36.

A ampla declaração em dezembro de 2006, dividindo ao amparo de R\$ 92.936, equivalentes a 33% do lucro líquido ajustado, os quais foram distribuídos pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2007.

28. RECEIPTS AND DISBURSEMENTS

UNID: L ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S/A 01.001.001.0001.00

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição do fornecimento de energia elétrica por classe de consumidores é como segue:

Descrição	2009		2008		2007	
	Q	Q	Q	Q	Q	Q
Residencial	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Comercial	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Industrial	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Outras	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Total	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000
Residencial	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Comercial	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Industrial	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Outras	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Total	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000

SERVICIO PUBLICO FEDERAL
 CMC - COMISSÃO DE MANEJO MONETÁRIO
 ITB - Imposto Transm. Imob.
 EMPRESA COMERCIAL - INDUSTRIAL E AGRÍCOLA

Investigative Bureau
Investigative Services
DATA-BASE - 12/29/2009
11:03:11 AM EST 58

00000000

AMERICAN OVERSIGHT

11:02 AM 11/20/05 WB

02-01 08:15 BY: 21-24

25. RESULTS AND DISCUSSION

[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CNR - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 ITR - 1 Formulário Trimestral
 EMPRESA PÚBLICA, PRIVADA E OUTRAS

Divulgação Externa
 Regulação Setorial
 DATA-PAGE - 12/09/2009

00715 - ANIMA EMPRESA E SERVIÇOS S.A

07.001 10.1000 00

06.01 - NOTAS EXPEDIENTES

A composição de outras despesas operacionais é como segue:

	2009 (100)	2009 (200)
		(Reclassificação)
Alugueiros	18.897	18.146
Contribuintes	11.097	11.140
Despesas postais	12.811	11.968
Despesas gerais	12.318	11.987
Publicidade e propaganda	11.378	11.520
Indicações e telefones	14.212	1090
Seguros	11.173	11.121
Estágios	19.061	1628
Proteções elétricas e semelhantes	1515	1800
Requisição de aluguel	-	-
Doações, contribuições e subvenções	16.791	1871
Despesas próprias	176	111
Alugueiros	1581	1801
Perda na desativação de bens e direitos	1291	14.908
Aperto de inventário	12.148	121
Total de outras despesas operacionais	127.311	140.464

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. IMPÓSITO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da previsão para o imposto de renda e contribuição social calculada pela administração fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é representada como segue:

	31.03.2009	31.03.2008
Valor antes do imposto de renda e da contribuição social	187.073	210.953
Receitos fiscais a título de normalização	167.854	187.924
Diferenças permanentes	273	91
Aproximação de 5,00%	178	183
Outros	96	18
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	167.954	187.924

27. Seguro (Riscos não segurados)

Em 30 de junho de 2009, a cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração para com eventuais sinistros e responsabilidades e valores resguardados segue:

Risco	Data de vigência		Importância segurada	Prêmios
	De	Até		
Risco operacional	01.07.2009	31.06.2010	1.884.000,00 R\$	1.884.000,00 R\$
Responsabilidade civil geral	01.07.2009	31.06.2010	1.884.000,00 R\$	1.884.000,00 R\$

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CVM, por meio de Instrução nº 238, de 23 de março de 1995, estabelece a divulgação, em lista explicativa, as demonstrações financeiras do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos ou não nas demonstrações financeiras.

O Anexo A da Ampla compreende a distribuição de energia para os consumidores de suas áreas de concessão; portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo estão relacionados à recuperação de tarifa extraordinária; portanto, não estão sujeitos ao ajuste a valor de mercado;
- As aplicações em Fundos de Investimentos e CDBs – Certificados de Depósitos Bancários seguem a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário;
- Os empréstimos da Ampla vertidos nos curto prazo, para atendimento de seu capital de giro, aproximam-se do valor de mercado na data de balanço. Para os empréstimos e empréstimos de longo prazo, por se tratar, em sua maioria, de linhas de financiamento específicas, o valor de mercado não foi calculado de forma a obter o valor de negociação a taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Ampla podem ser resumidos em:

1a) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Ampla vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e débitos. Outro risco que a Ampla enfrenta é a relação existente entre os índices de inflação, mais tarde suas dívidas e das contas a receber. Os registros de tarifas de energia elétrica não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros, levando a algumas dívidas da Ampla.

Segue análise de sensibilidade dos riscos da variação do CDI, principal indicador das dívidas da Companhia, demonstrando os efeitos no resultado da variação nos cenários:

00.01 – NOTAS EXPLICATIVAS

2.0 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Debêntures

Em 21 de outubro de 2009, a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária, a qual teve por objeto a emissão pública de debêntures simples e livres de quaisquer encargos nominativos e escrituras da espécie mencionada, em duas séries, no montante total de R\$ 15.000.000,00, a serem distribuídas sob regime de warrant na forma de lotes iguais.

De acordo com o aprovado, a emissão será realizada em até duas séries, sendo que a quantidade de debêntures em cada série será determinada pelo agente de emissão de acordo com o planejamento de coleta de intuições de investimento a ser organizado pelos coordenadores da oferta, sem acionamento de reservas, sem bonificação ou empréstimo possível, tendo observado que a ser emitido e debêntures em primeira série e das debêntures da segunda série não poderá exceder R\$ 12.000.000,00 e nem R\$ 3.000.000,00 de valor nominal, conforme igual a R\$ 100. A primeira série terá remuneração limitada a CDI + 1,50% ao ano pelo prazo de 3 anos, com pagamentos semestrais de juros e amortização na data do vencimento. A segunda série terá remuneração limitada pelo CDI. A amortização ocorrerá em 10 parcelas a 70% ao ano pelo prazo de 10 anos, com pagamentos anuais de juros e amortizações a partir do quarto ano. A data de emissão será o dia 15 de dezembro de 2009 e os recursos serão destinados ao pagamento e à amortização de dívidas em circulação em garantia.

00715 - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

07/09/2009 10:58

01.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA EMPRESA NO TRIMESTRE

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE (3T09)

Destaque

A Companhia segue apresentando montante negativo em relação aos custos de produção e eficiência do serviço no trimestre reportado, DSC de 13,55 reais e POC de 9,74 reais, que comparados ao 3T08 refletem redução de 21,1% e 54,1% respectivamente.

Os investimentos da Companhia foram superiores em R\$ 35,6 milhões a 3T08, comparados a um superávit monetário em julho de 2008. Os investimentos de capital da Companhia aumentaram de R\$ 27,2 milhões no 3T08 para R\$ 28,1 milhões em 3T09. Contudo, o POC, em função da redução de 21,1% de 2008, do modo de medição da eficiência do serviço e da redução de 54,1% do DSC, apresentou redução de 54,1%.

Os encargos de dívida aumentaram em 21,1% de 2008 para 2009, no 3T09 em comparação com o mesmo período do ano passado.

A Ampla foi beneficiada pelo 1º ano comercial da unidade DSC, melhor desempenho para o período pelo 1º ano de 2008.

Descrição do Evento	3T08	3T09	Var. Tr.	3T08	Var. Tr.	3T09	3T08	Var. Tr.
Receita	1.000	1.000	0	1.000	0	1.000	1.000	0
Despesa	1.000	1.000	0	1.000	0	1.000	1.000	0
Resultado	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa	1.000	1.000	0	1.000	0	1.000	1.000	0
Resultado	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa	1.000	1.000	0	1.000	0	1.000	1.000	0
Resultado	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa	1.000	1.000	0	1.000	0	1.000	1.000	0
Resultado	0	0	0	0	0	0	0	0

Os resultados da Companhia 3T09 foram impactados negativamente pelas projeções de 1T09, principalmente por Máxima, devido a despesas de gastos com o efeito do aumento de R\$ 10 milhões no custo do serviço de Energia 15% do aumento de 10%.

5.109: 5.1-10 7.8-6.8

00000000

AMERICAN POLICE & ASSOCIATES, INC.

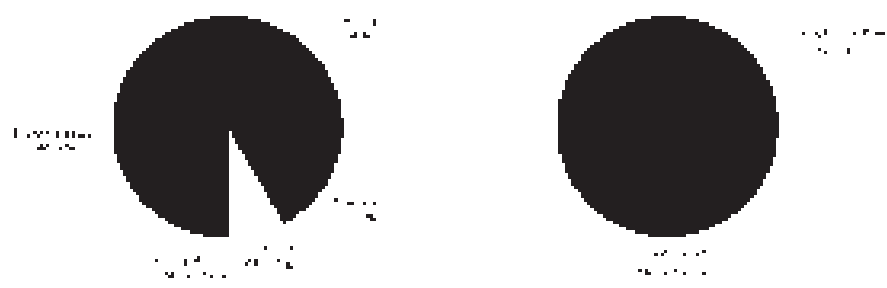
Copyright © 2009
DATA-PAQS - 11/29/2009

11.031 - 11.035 5H

0001 CONFIDENTIAL DO NOT DISCLOSE TO ANYONE WITHOUT AUTHORITY

[illegible]**Comprehensive Agenda**

doi:10.1371/journal.pone.0124012.g002



© 2014 by Taylor & Francis Group, LLC

Mercoledì 14 Capitolo

Dasemawandha play books

Em 17 de setembro de 1999, a *Comissão Organizadora do I Seminário Brasileiro de Amparo ao Párvulo* realizou a 1ª reunião, com o objetivo de definir o conteúdo do curso, com 17 dias de duração, a partir de 1999/09/17 até 1999/09/30, no Hotel Intercontinental, em São Paulo, com a participação de representantes de diversas instituições, com o intuito de discutir o tema e definir o conteúdo do curso. A reunião foi realizada no Hotel Intercontinental, em São Paulo, em 17 de setembro de 1999, com a participação de representantes de diversas instituições, com o intuito de discutir o tema e definir o conteúdo do curso. A reunião foi realizada no Hotel Intercontinental, em São Paulo, em 17 de setembro de 1999, com a participação de representantes de diversas instituições, com o intuito de discutir o tema e definir o conteúdo do curso.

Fonte: dados levantados pelo IBGE a partir das informações censitárias de 1970 e de 1980. Os dados foram reordenados de 1970 na forma de decimais, pois a correspondência entre os municípios de 1970 e 1980 é 1:1.

Desempenho de Mercado

Principles & Methods of Climatology

5.109: 5.1-15 1.8-0.5

USE CONFIDENCE IN VARIOUS MODULARITIES:

10217146 6/10/2018

174. : *Agave americana* L.

2074-5465 - 12:28, 2028

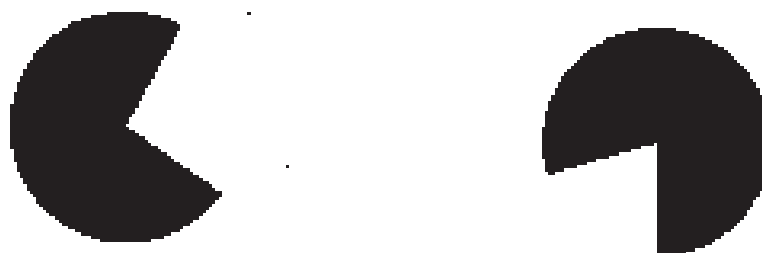
EXPERICA CONSULTING, THE VERBAAL, E. CONTRAS

www.elsevier.com/locate/jmb

ASAC [REDACTED] E 425-5005 U A

11:02 - 11:30 AM

CONFIDENTIAL - DO NOT DISCLOSE TO ANYONE WITHOUT THE AUTHORITY OF THE FBI

[illegible]

Emerging Electrical Facilities

Intégration des données géospatiales (Thèmes des Questionnaires géospatiaux)	1996a	1996b	1996c	1996d	1996e	1996f	1996g	1996h	1996i	1996j	1996k	1996l	1996m	1996n	1996o	1996p	1996q	1996r	1996s	1996t	1996u	1996v	1996w	1996x	1996y	1996z	1996aa	1996ab	1996ac	1996ad	1996ae	1996af	1996ag	1996ah	1996ai	1996aj	1996ak	1996al	1996am	1996an	1996ao	1996ap	1996aq	1996ar	1996as	1996at	1996au	1996av	1996aw	1996ax	1996ay	1996az	1996ba	1996bb	1996bc	1996bd	1996be	1996bf	1996bg	1996bh	1996bi	1996bj	1996bk	1996bl	1996bm	1996bn	1996bo	1996bp	1996bq	1996br	1996bs	1996bt	1996bu	1996bv	1996bw	1996bx	1996by	1996bz	1996ca	1996cb	1996cc	1996cd	1996ce	1996cf	1996cg	1996ch	1996ci	1996cj	1996ck	1996cl	1996cm	1996cn	1996co	1996cp	1996cq	1996cr	1996cs	1996ct	1996cu	1996cv	1996cw	1996cx	1996cy	1996cz	1996da	1996db	1996dc	1996dd	1996de	1996df	1996dg	1996dh	1996di	1996dj	1996dk	1996dl	1996dm	1996dn	1996do	1996dp	1996dq	1996dr	1996ds	1996dt	1996du	1996dv	1996dw	1996dx	1996dy	1996dz	1996ea	1996eb	1996ec	1996ed	1996ee	1996ef	1996eg	1996eh	1996ei	1996ej	1996ek	1996el	1996em	1996en	1996eo	1996ep	1996eq	1996er	1996es	1996et	1996eu	1996ev	1996ew	1996ex	1996ey	1996ez	1996fa	1996fb	1996fc	1996fd	1996fe	1996ff	1996fg	1996fh	1996fi	1996fj	1996fk	1996fl	1996fm	1996fn	1996fo	1996fp	1996fq	1996fr	1996fs	1996ft	1996fu	1996fv	1996fw	1996fx	1996fy	1996fz	1996ga	1996gb	1996gc	1996gd	1996ge	1996gf	1996gg	1996gh	1996gi	1996gj	1996gk	1996gl	1996gm	1996gn	1996go	1996gp	1996gq	1996gr	1996gs	1996gt	1996gu	1996gv	1996gw	1996gx	1996gy	1996gz	1996ha	1996hb	1996hc	1996hd	1996he	1996hf	1996hg	1996hh	1996hi	1996hj	1996hk	1996hl	1996hm	1996hn	1996ho	1996hp	1996hq	1996hr	1996hs	1996ht	1996hu	1996hv	1996hw	1996hx	1996hy	1996hz	1996ia	1996ib	1996ic	1996id	1996ie	1996if	1996ig	1996ih	1996ii	1996ij	1996ik	1996il	1996im	1996in	1996io	1996ip	1996iq	1996ir	1996is	1996it	1996iu	1996iv	1996iw	1996ix	1996iy	1996iz	1996ja	1996jb	1996jc	1996jd	1996je	1996jf	1996jg	1996jh	1996ji	1996jj	1996jk	1996jl	1996jm	1996jn	1996jo	1996jp	1996jq	1996jr	1996js	1996jt	1996ju	1996jv	1996jw	1996jx	1996jy	1996jz	1996ka	1996kb	1996kc	1996kd	1996ke	1996kf	1996kg	1996kh	1996ki	1996kj	1996kk	1996kl	1996km	1996kn	1996ko	1996kp	1996kq	1996kr	1996ks	1996kt	1996ku	1996kv	1996kw	1996kx	1996ky	1996kz	1996la	1996lb	1996lc	1996ld	1996le	1996lf	1996lg	1996lh	1996li	1996lj	1996lk	1996ll	1996lm	1996ln	1996lo	1996lp	1996lq	1996lr	1996ls	1996lt	1996lu	1996lv	1996lw	1996lx	1996ly	1996lz	1996ma	1996mb	1996mc	1996md	1996me	1996mf	1996mg	1996mh	1996mi	1996mj	1996mk	1996ml	1996mm	1996mn	1996mo	1996mp	1996mq	1996mr	1996ms	1996mt	1996mu	1996mv	1996mw	1996mx	1996my	1996mz	1996na	1996nb	1996nc	1996nd	1996ne	1996nf	1996ng	1996nh	1996ni	1996nj	1996nk	1996nl	1996nm	1996nn	1996no	1996np	1996nq	1996nr	1996ns	1996nt	1996nu	1996nv	1996nw	1996nx	1996ny	1996nz	1996oa	1996ob	1996oc	1996od	1996oe	1996of	1996og	1996oh	1996oi	1996oj	1996ok	1996ol	1996om	1996on	1996oo	1996op	1996oq	1996or	1996os	1996ot	1996ou	1996ov	1996ow	1996ox	1996oy	1996oz	1996pa	1996pb	1996pc	1996pd	1996pe	1996pf	1996pg	1996ph	1996pi	1996pj	1996pk	1996pl	1996pm	1996pn	1996po	1996pp	1996pq	1996pr	1996ps	1996pt	1996pu	1996pv	1996pw	1996px	1996py	1996pz	1996qa	1996qb	1996qc	1996qd	1996qe	1996qf	1996qg	1996qh	1996qi	1996qj	1996qk	1996ql	1996qm	1996qn	1996qo	1996qp	1996qq	1996qr	1996qs	1996qt	1996qu	1996qv	1996qw	1996qx	1996qy	1996qz	1996ra	1996rb	1996rc	1996rd	1996re	1996rf	1996rg	1996rh	1996ri	1996rj	1996rk	1996rl	1996rm	1996rn	1996ro	1996rp	1996rq	1996rr	1996rs	1996rt	1996ru	1996rv	1996rw	1996rx	1996ry	1996rz	1996sa	1996sb	1996sc	1996sd	1996se	1996sf	1996sg	1996sh	1996si	1996sj	1996sk	1996sl	1996sm	1996sn	1996so	1996sp	1996sq	1996sr	1996ss	1996st	1996su	1996sv	1996sw	1996sx	1996sy	1996sz	1996ta	1996tb	1996tc	1996td	1996te	1996tf	1996tg	1996th	1996ti	1996tj	1996tk	1996tl	1996tm	1996tn	1996to	1996tp	1996tq	1996tr	1996ts	1996tt	1996tu	1996tv	1996tw	1996tx	1996ty	1996tz	1996ua	1996ub	1996uc	1996ud	1996ue	1996uf	1996ug	1996uh	1996ui	1996uj	1996uk	1996ul	1996um	1996un	1996uo	1996up	1996uq	1996ur	1996us	1996ut	1996uu	1996uv	1996uw	1996ux	1996uy	1996uz	1996va	1996vb	1996vc	1996vd	1996ve	1996vf	1996vg	1996vh	1996vi	1996vj	1996vk	1996vl	1996vm	1996vn	1996vo	1996vp	1996vq	1996vr	1996vs	1996vt	1996vu	1996vv	1996vw	1996vx	1996vy	1996vz	1996wa	1996wb	1996wc	1996wd	1996we	1996wf	1996wg	1996wh	1996wi	1996wj	1996wk	1996wl	1996wm	1996wn	1996wo	1996wp	1996wq	1996wr	1996ws	1996wt	1996wu	1996wv	1996ww	1996wx	1996wy	1996wz	1996xa	1996xb	1996xc	1996xd	1996xe	1996xf	1996xg	1996xh	1996xi	1996xj	1996xk	1996xl	1996xm	1996xn	1996xo	1996xp	1996xq	1996xr	1996xs	1996xt	1996xu	1996xv	1996xw	1996xx	1996xy	1996xz	1996ya	1996yb	1996yc	1996yd	1996ye	1996yf	1996yg	1996yh	1996yi	1996yj	1996yk	1996yl	1996ym	1996yn	1996yo	1996yp	1996yq	1996yr	1996ys	1996yt	1996yu	1996yv	1996yw	1996yx	1996yy	1996yz	1996za	1996zb	1996zc	1996zd	1996ze	1996zf	1996zg	1996zh	1996zi	1996zj	1996zk	1996zl	1996zm	1996zn	1996zo	1996zp	1996zq	1996zr	1996zs	1996zt	1996zu	1996zv	1996zw	1996zx	1996zy	1996zz
Intégration des données géospatiales (Thèmes des Questionnaires géospatiaux)	1996a	1996b	1996c	1996d	1996e	1996f	1996g	1996h	1996i	1996j	1996k	1996l	1996m	1996n	1996o	1996p	1996q	1996r	1996s	1996t	1996u	1996v	1996w	1996x	1996y	1996z	1996aa	1996ab	1996ac	1996ad	1996ae	1996af	1996ag	1996ah	1996ai	1996aj	1996ak	1996al	1996am	1996an	1996ao	1996ap	1996aq	1996ar	1996as	1996at	1996au	1996av	1996aw	1996ax	1996ay	1996az	1996ba	1996bb	1996bc	1996bd	1996be	1996bf	1996bg	1996bh	1996bi	1996bj	1996bk	1996bl	1996bm	1996bn	1996bo	1996bp	1996bq	1996br	1996bs	1996bt	1996bu	1996bv	1996bw	1996bx	1996by	1996bz	1996ca	1996cb	1996cc	1996cd	1996ce	1996cf	1996cg	1996ch	1996ci	1996cj	1996ck	1996cl	1996cm	1996cn	1996co	1996cp	1996cq	1996cr	1996cs	1996ct	1996cu	1996cv	1996cw	1996cx	1996cy	1996cz	1996da	1996db	1996dc	1996dd	1996de	1996df	1996dg	1996dh	1996di	1996dj	1996dk	1996dl	1996dm	1996dn	1996do	1996dp	1996dq	1996dr	1996ds	1996dt	1996du	1996dv	1996dw	1996dx	1996dy	1996dz	1996ea	1996eb	1996ec	1996ed	1996ee	1996ef	1996eg	1996eh	1996ei	1996ej	1996ek	1996el	1996em	1996en	1996eo	1996ep	1996eq	1996er	1996es	1996et	1996eu	1996ev	1996ew	1996ex	1996ey	1996ez	1996fa	1996fb	1996fc	1996fd	1996fe	1996ff	1996fg	1996fh	1996fi	1996fj	1996fk	1996fl	1996fm	1996fn	1996fo	1996fp	1996fq	1996fr	1996fs	1996ft	1996fu	1996fv	1996fw	1996fx	1996fy	1996fz	1996ga	1996gb	1996gc	1996gd	1996ge	1996gf	1996gg	1996gh	1996gi	1996gj	1996gk	1996gl	1996gm	1996gn	1996go	1996gp	1996gq	1996gr	1996gs	1996gt	1996gu	1996gv	1996gw	1996gx	1996gy	1996gz	1996ha	1996hb	1996hc	1996hd	1996he	1996hf	1996hg	1996hh	1996hi	1996hj	1996hk	1996hl	1996hm	1996hn	1996ho	1996hp	1996hq	1996hr	1996hs	1996ht	1996hu	1996hv	1996hw	1996hx	1996hy	1996hz	1996ia	1996ib	1996ic	1996id	1996ie	1996if	1996ig	1996ih	1996ii	1996ij	1996ik	1996il	1996im	1996in	1996io	1996ip	1996iq	1996ir	1996is	1996it	1996iu	1996iv	1996iw	1996ix	1996iy	1996iz	1996ja	1996jb	1996jc	1996jd	1996je	1996jf	1996jg	1996jh	1996ji	1996jj	1996jk	1996jl	1996jm	1996jn	1996jo	1996jp	1996jq	1996jr	1996js	1996jt	1996ju	1996jv	1996jw	1996jx	1996jy	1996jz	1996ka	1996kb	1996kc	1996kd	1996ke	1996kf	1996kg	1996kh	1996ki	1996kj	1996kk	1996kl	1996km	1996kn	1996ko	1996kp	1996kq	1996kr	1996ks	1996kt	1996ku	1996kv	1996kw	1996kx	1996ky	1996kz	1996la	1996lb	1996lc	1996ld	1996le	1996lf	1996lg	1996lh	1996li	1996lj	1996lk	1996ll	1996lm	1996ln	1996lo	1996lp	1996lq	1996lr	1996ls	1996lt	1996lu	1996lv	1996lw	1996lx	1996ly	1996lz	1996ma	1996mb	1996mc	1996md	1996me	1996mf	1996mg	1996mh	1996mi	1996mj	1996mk	1996ml	1996mm	1996mn	1996mo	1996mp	1996mq	1996mr	1996ms	1996mt	1996mu	1996mv	1996mw	1996mx	1996my	1996mz	1996na	1996nb	1996nc	1996nd	1996ne	1996nf	1996ng	1996nh	1996ni	1996nj	1996nk	1996nl	1996nm	1996nn	1996no	1996np	1996nq	1996nr	1996ns	1996nt	1996nu	1996nv	1996nw	1996nx	1996ny	1996nz	1996oa	1996ob	1996oc	1996od	1996oe	1996of	1996og	1996oh	1996oi	1996oj	1996ok	1996ol	1996om	1996on	1996oo	1996op	1996oq	1996or	1996os	1996ot	1996ou	1996ov	1996ow	1996ox	1996oy	1996oz	1996pa	1996pb	1996pc	1996pd	1996pe	1996pf	1996pg	1996ph	1996pi	1996pj	1996pk	1996pl	1996pm	1996pn	1996po	1996pp	1996pq	1996pr	1996ps	1996pt	1996pu	1996pv	1996pw	1996px	1996py	1996pz	1996qa	1996qb	1996qc	1996qd	1996qe	1996qf	1996qg	1996qh	1996qi	1996qj	1996qk	1996ql	1996qm	1996qn	1996qo	1996qp	1996qq	1996qr	1996qs	1996qt	1996qu	1996qv	1996qw	1996qx	1996qy	1996qz	1996ra	1996rb	1996rc	1996rd	1996re	1996rf	1996rg	1996rh	1996ri	1996rj	1996rk	1996rl	1996rm	1996rn	1996ro	1996rp	1996rq	1996rr	1996rs	1996rt	1996ru	1996rv	1996rw	1996rx	1996ry	1996rz	1996sa	1996sb	1996sc	1996sd	1996se	1996sf	1996sg	1996sh	1996si	1996sj	1996sk	1996sl	1996sm	1996sn	1996so	1996sp	1996sq	1996sr	1996ss	1996st	1996su	1996sv	1996sw	1996sx	1996sy	1996sz	1996ta	1996tb	1996tc	1996td																																																																																																																																																																																		

4. *Amphibolus* can distribute in the world from the 17th century to the 19th century. Amphibolus can be found in the 17th century.

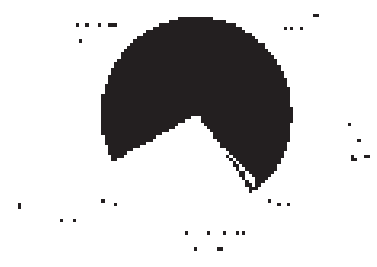
2. Para cada uno de los elementos de la familia de los subconjuntos \mathcal{A} de X se define la imagen directa de S en X respecto a \mathcal{A} como el conjunto de los elementos x de X tales que $x \in A$ para algún $A \in \mathcal{A}$ y $S \cap A \neq \emptyset$.

00000 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A

00000 - 000000000000000000

00000 - COMENTÁRIOS DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO TRILISTITEX

Participação Percentual por Classe de Renda (2008)



Clientes Livres

A empresa possui 6.000 em 2008, com 10.000 em 2007, o que representa uma redução percentual de 40,0% em relação à participação para a classe de renda superior a R\$ 5.000,00, da população total residente no Brasil.

A empresa não possui a maioria dos seus clientes em uma única cidade, sendo que a maior concentração ocorre em São Paulo, com 10,0% da população total residente no Brasil, o que representa uma redução percentual de 10,0% em relação à participação para a classe de renda superior a R\$ 5.000,00, da população total residente no Brasil.

O desempenho da empresa em 2008, em termos de participação percentual da população total residente no Brasil, foi de 10,0%, o que representa uma redução percentual de 10,0% em relação à participação para a classe de renda superior a R\$ 5.000,00, da população total residente no Brasil, o que representa uma redução percentual de 10,0% em relação à participação para a classe de renda superior a R\$ 5.000,00, da população total residente no Brasil.

Desempenho de Mercado

A empresa possui 6.000 em 2008, o que representa uma redução percentual de 40,0% em relação à participação para a classe de renda superior a R\$ 5.000,00, da população total residente no Brasil, o que representa uma redução percentual de 10,0% em relação à participação para a classe de renda superior a R\$ 5.000,00, da população total residente no Brasil.

No dia 01 de maio de 2009, foi publicada a Portaria nº 1.000/2009 do Instituto de Mercado de Valores e Registro de Empresas, aprovando o modelo de registro de empresas no Brasil, o que representa uma redução percentual de 10,0% em relação à participação para a classe de renda superior a R\$ 5.000,00, da população total residente no Brasil, o que representa uma redução percentual de 10,0% em relação à participação para a classe de renda superior a R\$ 5.000,00, da população total residente no Brasil.

00000 - ANUA EMPRESA E SERVIÇOS S/A

07.000 10.0000 00

01.01 - CONDIÇÃO DO DESEMPENHO DA EMPRESA NO TRIMESTRE

Descrição Contas de Resultado - R\$ mil	2008	2008	Var. %	2009	R\$ mil	2009	2009	R\$ mil
Receita Operacional Bruta	10000	10000	0,0%	10000	10000	10000	10000	0,0%
Receita Operacional Líquida	8000	8000	0,0%	8000	8000	8000	8000	0,0%
Despesa Operacional Bruta	2000	2000	0,0%	2000	2000	2000	2000	0,0%
Despesa Operacional Líquida	1500	1500	0,0%	1500	1500	1500	1500	0,0%
Resultado Operacional	6500	6500	0,0%	6500	6500	6500	6500	0,0%
Despesa Financeira	1000	1000	0,0%	1000	1000	1000	1000	0,0%
Resultado Financeiro	5500	5500	0,0%	5500	5500	5500	5500	0,0%
Despesa Tributária	1000	1000	0,0%	1000	1000	1000	1000	0,0%
Resultado Tributário	4500	4500	0,0%	4500	4500	4500	4500	0,0%
Resultado Líquido	4500	4500	0,0%	4500	4500	4500	4500	0,0%

Receita Operacional Bruta

Descrição Contas de Resultado - R\$ mil	2008	2008	Var. %	2009	R\$ mil	2009	2009	R\$ mil
Receita Operacional Bruta	10000	10000	0,0%	10000	10000	10000	10000	0,0%
Receita Operacional Líquida	8000	8000	0,0%	8000	8000	8000	8000	0,0%
Despesa Operacional Bruta	2000	2000	0,0%	2000	2000	2000	2000	0,0%
Despesa Operacional Líquida	1500	1500	0,0%	1500	1500	1500	1500	0,0%

A receita bruta da Anpa (Anpa - R\$ mil) é o valor líquido recebido pela empresa de 10.000,00 (dez mil reais) em 2008 e em 2009. A receita bruta da Anpa (Anpa - R\$ mil) é o valor líquido recebido pela empresa de 10.000,00 (dez mil reais) em 2008 e em 2009.

A receita bruta da Anpa (Anpa - R\$ mil) é o valor líquido recebido pela empresa de 10.000,00 (dez mil reais) em 2008 e em 2009. A receita bruta da Anpa (Anpa - R\$ mil) é o valor líquido recebido pela empresa de 10.000,00 (dez mil reais) em 2008 e em 2009.

A receita bruta da Anpa (Anpa - R\$ mil) é o valor líquido recebido pela empresa de 10.000,00 (dez mil reais) em 2008 e em 2009. A receita bruta da Anpa (Anpa - R\$ mil) é o valor líquido recebido pela empresa de 10.000,00 (dez mil reais) em 2008 e em 2009.

Deduções da Receita

Descrição Contas de Resultado - R\$ mil	2008	2008	Var. %	2009	R\$ mil	2009	2009	R\$ mil
Despesa Operacional Bruta	2000	2000	0,0%	2000	2000	2000	2000	0,0%
Despesa Operacional Líquida	1500	1500	0,0%	1500	1500	1500	1500	0,0%
Despesa Financeira	1000	1000	0,0%	1000	1000	1000	1000	0,0%
Despesa Tributária	1000	1000	0,0%	1000	1000	1000	1000	0,0%

A dedução da receita bruta da Anpa (Anpa - R\$ mil) é o valor líquido recebido pela empresa de 10.000,00 (dez mil reais) em 2008 e em 2009. A dedução da receita bruta da Anpa (Anpa - R\$ mil) é o valor líquido recebido pela empresa de 10.000,00 (dez mil reais) em 2008 e em 2009.

A dedução da receita bruta da Anpa (Anpa - R\$ mil) é o valor líquido recebido pela empresa de 10.000,00 (dez mil reais) em 2008 e em 2009. A dedução da receita bruta da Anpa (Anpa - R\$ mil) é o valor líquido recebido pela empresa de 10.000,00 (dez mil reais) em 2008 e em 2009.

01.01 - CONSTATÃO DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

A CVM, por meio do Conselho de Supervisores, fornece referências sobre o controle contábil das contas das empresas investigadas e supervisionadas para que sejam cumpridas na íntegra, tendo, quando necessário, sido enviados para a CVM e para a Receita Federal, e também para a Receita Estadual, os dados necessários para a elaboração dos relatórios. Os dados relativos ao desempenho tributário das empresas são fornecidos em função do seu tamanho e estrutura, em função da natureza das atividades econômicas exercidas. A CVM, por meio do Conselho de Supervisores, em conjunto com a Receita Federal, para promover o cumprimento das obrigações tributárias das empresas, presta assistência técnica e financeira às empresas, de acordo com o disposto no artigo 170 da Lei nº 6.404/1976.

Custos do Serviço e Despesas Operacionais

Descrição do Serviço e Despesa Operacional	2008	2009	2009	2009	2009	2009	2009
Salário	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Aluguel	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Outros	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Salário	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Aluguel	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Outros	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Salário	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Aluguel	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Outros	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000

Os custos do serviço e das despesas operacionais foram de R\$ 1.000.000,00 em 2008 e de R\$ 1.000.000,00 em 2009, com um aumento de 0,0% em 2009 em relação a 2008.



Custos e despesas não gerenciáveis

Os custos e despesas não gerenciáveis foram de R\$ 1.000.000,00 em 2008 e de R\$ 1.000.000,00 em 2009, com um aumento de 0,0% em 2009 em relação a 2008.

Os custos e despesas não gerenciáveis foram de R\$ 1.000.000,00 em 2008 e de R\$ 1.000.000,00 em 2009, com um aumento de 0,0% em 2009 em relação a 2008. Os custos e despesas não gerenciáveis foram de R\$ 1.000.000,00 em 2008 e de R\$ 1.000.000,00 em 2009, com um aumento de 0,0% em 2009 em relação a 2008.

00715 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A.

07/01/2010 10:00:00 AM

01.01 - CONSTATAS DO DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO TRIMESTRAL

em 30 de março de 2009 e sua reconstrução na parte referente a esse trimestre. Uma das empresas em questão a rede de Antares, passando de R\$ 1,7 milhões em 2008 para R\$ 3 milhões em 2009. A conta Energia no período de 3 meses - 11,3 representa o custo médio para manter a rede e a rede de Antares para o período de 3 meses quando o custo médio de manutenção por km é de R\$ 1,7 milhões em 2008 e R\$ 3 milhões em 2009.

Custos e despesas gerenciais

Distribuição de despesas gerenciais no 3º trimestre de 2009: R\$ 112,3 contra R\$ 137,3 no 3º trimestre de 2008, o que representa uma redução de 22,3% (R\$ 25,0) em relação ao período anterior, conforme segue:

- Salário de pessoal administrativo: aumento de R\$ 1,4 milhões devido a uma mudança na forma de cálculo, passando de 2008 para 2009, a forma de cálculo passou a ser baseada no valor médio de 2008, passando de R\$ 1,4 milhões para R\$ 1,5 milhões.
- Salário de pessoal de Terceiros: redução de 10% (R\$ 1,0) em relação ao período anterior, devido a redução de R\$ 1,0 milhões de despesas com terceiros, devido a redução de despesas com terceiros, devido a redução de despesas com terceiros.
- Salário de pessoal de Terceiros: redução de 10% (R\$ 1,0) em relação ao período anterior, devido a redução de R\$ 1,0 milhões de despesas com terceiros, devido a redução de despesas com terceiros.

Em relação às despesas administrativas, as despesas administrativas no 3º trimestre de 2009 foram de R\$ 112,3 contra R\$ 137,3 no 3º trimestre de 2008, o que representa uma redução de 22,3% (R\$ 25,0) em relação ao período anterior, conforme segue:

RECEITA

Em 2009, a receita da empresa foi de R\$ 1,0 milhões, contra R\$ 1,0 milhões em 2008, o que representa uma redução de 0% (R\$ 0,0) em relação ao período anterior, devido a redução de R\$ 0,0 milhões de receitas, devido a redução de receitas, devido a redução de receitas.

Resultado Financeiro

Copyright © 2009
DATA-PAGE - 10/28/2009

1500 04/11/14 E 1500005 U 1

CONFIDENTIAL - DO NOT DISCLOSE TO ANY OTHERS WITHOUT AUTHORIZATION

[illegible]

■

On 11/20/2016, 11:25 AM, "Boris" <boris@boris.com> wrote:
 I have a question about the "Boris" <boris@boris.com> email address. I have been using it for a long time, but I have never received any feedback from you. I am not sure if you are still using it or if you have moved to a new address. I would appreciate it if you could let me know.

Aspergillus fumigatus isolado em 1971 (Fig. 2B) e em 1976, por exemplo, devido a sua ocorrência em 1978 com o patógeno descrito como *Aspergillus nidulans* (Fig. 2C).

En: *Journal of International Industrial Organization*, 2013, 2, 1-6. *Keywords:* *Acquisitive Mergers, Globalization, US FDI in India, India's FDI Inflows*
 Re: *Journal of International Industrial Organization*, 2013, 2, 1-6. *Keywords:* *Acquisitive Mergers, Globalization, US FDI in India, India's FDI Inflows*

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Uma amostra de 400 estudantes foi selecionada aleatoriamente para responder a seguinte pergunta: "Você acredita que a educação é importante para o futuro do Brasil?". Os resultados foram os seguintes:

Lynch and Leonard 1998

© 2011 by the author(s). Published by the American Psychological Association. This article is intended solely for the personal use of the individual user and is not to be disseminated broadly. This article is intended solely for the personal use of the individual user and is not to be disseminated broadly.

English and Mathematics

[illegible]

11

00715 - ANEXO EMPRESA E SERVIÇOS S.A.

07/09/2009 10:58:58

01.01 - CONSTATAS DO DESEMPENHO DA EXERCÍCIO NO TRIMESTRE

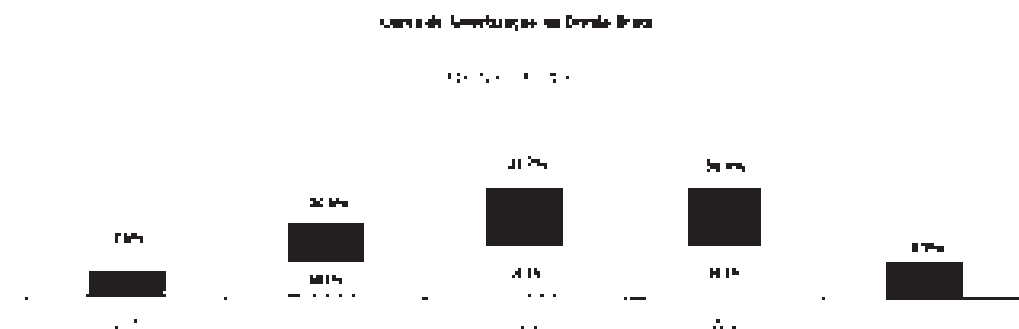


O desempenho líquido do RTRM no 3º Trimestre 2009 foi de R\$ 1.541 milhões, mostrando uma queda de 5% em relação ao 3º Trimestre 2008, que fechou em R\$ 1.619. Em termos absolutos, a receita líquida do RTRM foi de R\$ 61.826,4 milhões frente a R\$ 63.557 milhões no 3º Trimestre 2008, com redução de 2,7%. A redução da receita líquida decorre, principalmente, da redução da receita de publicidade, que passou de R\$ 4.141 milhões de 2008 para R\$ 3.941 milhões de 2009, aumento de 4,8%. Em relação ao 3º Trimestre 2008, a receita líquida de publicidade do RTRM foi de R\$ 3.941 milhões em dezembro de 2008.

O lucro líquido do RTRM no 3º Trimestre 2009 foi de R\$ 1.196 milhões, ou seja, uma redução relativa quando comparado ao 3º Trimestre 2008, que fechou em R\$ 1.273. A redução do lucro líquido do RTRM foi de R\$ 77 milhões, ou seja, uma redução de 6,1% em relação ao 3º Trimestre 2008.

Foram 33 milhões de horas produzidas no 3º Trimestre 2009, ou seja, uma redução de 10% em relação ao 3º Trimestre 2008, que fechou em 37 milhões de horas. A redução da produção decorre da redução da produção de 33 milhões de horas produzidas no 3º Trimestre 2009, ou seja, uma redução de 10% em relação ao 3º Trimestre 2008.

Como resultado da redução da produção, o lucro líquido do RTRM no 3º Trimestre 2009 foi de R\$ 1.196 milhões, ou seja, uma redução de 6,1% em relação ao 3º Trimestre 2008.



A receita líquida do RTRM no 3º Trimestre 2009 foi de R\$ 1.541 milhões, ou seja, uma redução de 5% em relação ao 3º Trimestre 2008.

5.107: 5.12-13 5.2-6=7.8

USE COMBINATION OF VARIOUS MODULARITIES:

[illegible]

174. : *Polysiphonia* *Thuyseria*

DATA-FILE - 11:29, 2029

EXEMPLES: CONGRUENCE, THE/VERBAAL, F. JOUTRAS

00000000

AMERICAN OVERSIGHT

11:02 AM 11/20/05 WB

CONFIDENTIAL DO NOT DISCLOSE TO ANY OTHERS

Revised: Tenthredinidae

Na década de 1990, o mercado de trabalho brasileiro sofreu mudanças profundas, afetando a participação dos jovens no mercado de trabalho. Segundo o IBGE (2003), a taxa de desemprego entre os jovens (15-24 anos) aumentou significativamente, passando de 12,5% em 1990 para 20,5% em 2003. Isso pode ser atribuído a uma combinação de fatores, incluindo a redução da demanda por mão de obra não qualificada, a falta de qualificação adequada e a concorrência por empregos de menor qualificação por parte dos jovens.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Administradores da
Ampla Energia e Serviços S.A.

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da **AMPA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.** referentes ao período de nove meses e trimestre findos em 30 de setembro de 2009, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas técnicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC – e contamos, principalmente, em tal investigação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais assuntos abordados na elaboração das Informações Trimestrais, e na revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma irregularidade relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pelo Conselho de Auditores Independentes - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção inicial somente foram contabilizados pela Companhia durante o quarto trimestre de 2008 e contabilizados nas demonstrações trimestrais de 31 de dezembro de 2008. A demonstração do resultado, referentes ao período de nove meses e trimestre findos em 30 de setembro de 2009, apresentada em conformidade com as informações do trimestre corrente, não foi ajustada para fins de comparação, conforme indicado pelo Ofício-Circular CVM/SNC/SIP nº 22/09.

Page 1 of 1

11:02:41.595 AM

Ben C. Leggett, O.D., is currently a student at the University of

Enrico L. Canziani
Nato e Residente
Columbus, Ohio 43207-3125

© 1999 by John Wiley & Sons, Inc.

01/01 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Empresa	EMPRESA INDUSTRIAL DE ALUMINIO S.A.	Nº
CNPJ nº	00.941.548/0001-10	29.030.017.0001-08

ÍNDICE

CLASSE	CLASSE	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
02	02	DESCRIÇÃO	2
03	03	DESCRIÇÃO	3
04	04	DESCRIÇÃO	4
05	05	DESCRIÇÃO	5
06	06	DESCRIÇÃO	6
07	07	DESCRIÇÃO	7
08	08	DESCRIÇÃO	8
09	09	DESCRIÇÃO	9
10	10	DESCRIÇÃO	10
11	11	DESCRIÇÃO	11
12	12	DESCRIÇÃO	12
13	13	DESCRIÇÃO	13
14	14	DESCRIÇÃO	14
15	15	DESCRIÇÃO	15
16	16	DESCRIÇÃO	16
17	17	DESCRIÇÃO	17
18	18	DESCRIÇÃO	18

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo G

Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

"ESTATUTO SOCIAL DA AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETO -

ARTIGO PRIMEIRO - A Ampla Energia e Serviços S.A., que usará a abreviatura AMPLA, é uma sociedade anônima e terá suas atividades regidas por este Estatuto e pela legislação em vigor. **ARTIGO SEGUNDO** - A AMPLA tem por objeto social: a) estudar, planejar, projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade, organizar subsidiária, ou incorporar outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seus objetivos; b) participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, notadamente nas áreas de geração, transmissão e formação de pessoal técnico e a preparação de operários qualificados, através de programas de treinamento e cursos especializados; c) participar de organizações regionais, nacionais e internacionais, voltadas ao planejamento, operação, intercâmbio técnico e desenvolvimento empresarial, relacionadas com a área de energia elétrica; e d) participar de outras empresas do setor elétrico como sócia ou acionista, inclusive no âmbito de programas de privatização, no Brasil e no exterior. **ARTIGO TERCEIRO** - A sede e o foro da Companhia são os da cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, podendo, por deliberação da Diretoria, instalar em qualquer parte do Território Nacional sucursais, filiais, agências, postos de serviço, depósitos e escritórios que se fizerem necessários. **ARTIGO QUARTO** - A duração da Companhia é indeterminada. **CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES - ARTIGO QUINTO** - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 998.230.386,65 (novecentos e noventa e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 3.922.515.918.446 (três trilhões, novecentos e vinte e dois bilhões, quinhentos e quinze milhões, novecentas e dezoito mil, quatrocentas e quarenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, na forma do Art. 168 da Lei nº 6.404/76, por mera deliberação do Conselho de Administração, no valor máximo de R\$ 142.307.692,88 (cento e quarenta e dois milhões, trezentos e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos), até o limite de R\$ 1.767.731.999,26 (um bilhão, setecentos e sessenta e sete milhões, setecentos e trinta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos), mediante a emissão das ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do Art. 172 da Lei nº 6.404/76. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - As ações da AMPLA serão escriturais, permanecendo em contas de depósito em instituição autorizada, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos Arts. 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, cabendo a cada ação o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. **ARTIGO SEXTO** - A integralização das ações obedecerá às normas e condições estabelecidas pela

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Assembléia Geral. **ARTIGO SÉTIMO** - A instituição depositária poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais. **ARTIGO OITAVO** - Em caso de aumento de Capital Social, os acionistas da companhia terão direito de preferência para a subscrição de ações correspondentes ao aumento nos termos da Lei, na proporção do número de ações que já possuírem. **ARTIGO NONO** - A cada ação ordinária nominativa corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral. **CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO - ARTIGO DEZ** - A AMPLA será administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com as atribuições previstas na lei, sem prejuízo daquelas estabelecidas neste Estatuto, e por uma Diretoria composta por 10 (dez) membros, sendo um (i) o Diretor Presidente, (ii) o Diretor Técnico, (iii) o Diretor Comercial, (iv) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, (v) o Diretor de Recursos Humanos, (vi) o Diretor de Relações Institucionais e Comunicação, (vii) o Diretor de Regulação, (viii) o Diretor Jurídico, (ix) o Diretor de Recuperação de Mercado, e (x) o Diretor de Planejamento e Controle. **ARTIGO ONZE** - A investidura nos cargos de Conselheiro de Administração e de Diretor far-se-á mediante termo lavrado em livro próprio. **Parágrafo Único** - Findo o mandato, os administradores permanecerão no exercício de seus cargos, até a investidura de seus sucessores. **ARTIGO DOZE** - O Conselho de Administração será constituído de 09 (nove) membros e até igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 02 (dois) anos, cabendo a um deles a Presidência do Conselho e a outro a Vice-Presidência, respectivamente. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os empregados e aposentados da AMPLA e os empregados e aposentados da BRASILETROS, individualmente ou através de sociedade de participação, condomínio ou clube de investidores, terão direito de eleger, no seu conjunto, um membro do Conselho de Administração. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - No caso de simples ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, o seu substituto será o Vice-Presidente do Conselho. **ARTIGO TREZE** - O Conselho de Administração reunir-se-á, com a presença da maioria de seus membros, trimestralmente, ou quando necessário, sempre que convocado por seu Presidente ou pelo Vice-Presidente, ou ainda por dois de seus membros, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas; as deliberações, consignadas em ata, no livro próprio, serão tomadas por maioria de votos, sem que o Presidente do Conselho tenha voto de desempate. **ARTIGO QUATORZE** - Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da AMPLA, através de diretrizes fundamentais de administração, bem como o controle superior da AMPLA, pela fiscalização da observância das diretrizes por ele fixadas, acompanhamento da execução dos programas aprovados e verificação dos resultados obtidos. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração deliberar sobre o seguinte: (i) aprovação do plano anual de financiamento, incluindo gestão de caixa e sua alteração, contrair empréstimo no País ou no exterior em valor superior a R\$ 50.000.000,00; (ii) aprovação do plano anual de investimento no ativo fixo da Companhia; (iii) a prestação de garantia a financiamentos, tomados no País ou no exterior, em valor superior a R\$50.000.000,00; (iv) eleição e destituição de Diretores, fixando-lhes as atribuições; (v) a estrutura organizacional da

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

empresa; (vi) fiscalização da gestão da empresa, inclusive mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos; (vii) a convocação da Assembléia Geral; (viii) o relatório da administração e das contas da Diretoria Executiva; (ix) aprovação e alteração de plano estratégico de longo prazo; (x) a escolha e destituição de auditores independentes; (xi) fixação de participações de Diretores e outros empregados nos lucros da AMPLA; (xii) seleção, contratação e destituição de administradores de subsidiárias e de outras sociedades em que a AMPLA detenha participação; (xiii) participação em licitação ou rejeição pela AMPLA de nova concessão de serviço público, bem como aceitação ou rejeição de qualquer modificação de seus termos ou cessão de direitos decorrentes de tal concessão; (xiv) propostas de planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados da AMPLA; (xv) alienação de bens do ativo permanente, cujo valor exceda a R\$ 50.000.000,00; (xvi) fazer pré-pagamento ou renovação de dívidas referente ao principal, em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00; (xvii) alienação ou aquisição de participações em outras empresas, a serem registradas no ativo permanente, cujo valor exceda a 5% (cinco por cento) do valor do ativo permanente no último Balanço publicado; (xviii) aprovar a nomeação de procuradores da AMPLA para representá-los nas assembleias gerais de acionistas das sociedades em que a AMPLA detenha participação acionária; e (xix) emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública, estabelecendo: I - o valor da emissão e a sua divisão em séries, se for o caso; II - a quantidade e valor nominal das Notas Promissórias; III - as garantias, quando for o caso; IV - as condições de remuneração e de atualização monetária, se houver; V - o prazo de vencimento dos títulos; VI - o demonstrativo para comprovação dos limites previstos na legislação aplicável; VII - o local de pagamento; VIII - a contratação de prestação de serviços, tais como custódia, liquidação, emissão de certificados, agente pagador, conforme o caso; e IX - e todas as demais condições e características da emissão. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - O Conselho de Administração, em cada exercício, examinará e submeterá à decisão da Assembléia Geral Ordinária, o Relatório da Administração, balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das origens e aplicações dos recursos, bem como a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, anexando o parecer do Conselho Fiscal e o certificado dos auditores independentes. **ARTIGO QUINZE** - No caso de vacância ou impedimento temporário do cargo de membro do Conselho o mesmo será substituído por seu suplente, que servirá até a primeira Assembléia Geral que eleger o seu substituto. **ARTIGO DEZESSEIS** - A Diretoria é o órgão executivo da Companhia e é composta de 10 (dez) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, observadas as disposições do Art. 14, sendo o prazo de gestão de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, à qual caberá à Administração da Sociedade, nos limites das atribuições estabelecidas pelo mencionado Conselho. **ARTIGO DEZESSETE** - À Diretoria Executiva caberá, dentro da orientação traçada pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da AMPLA. **ARTIGO DEZOITO** - O Diretor Presidente exercerá as atribuições que lhe forem determinadas pelo Conselho de

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Administração, sendo responsável pelas áreas de planejamento estratégico e controle de gestão da AMPLA, pelo departamento de auditoria, pelo departamento jurídico e pelo departamento de relações corporativas, bem como a representação ativa e passiva da Companhia. **ARTIGO DEZENOVE** - Os demais Diretores exercerão as atribuições que lhes forem determinadas pelo Conselho de Administração, sendo o Diretor Técnico responsável pelas áreas de planejamento técnico, engenharia, operação de redes e investimentos e transmissão e sub-transmissão; o Diretor Comercial responsável pelas áreas comercial e de distribuição; o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores responsável pelas áreas administrativa, de informática, financeira, contábil, patrimonial e de relações com investidores; o Diretor de Recursos Humanos responsável pela área de recursos humanos; o Diretor de Relações Institucionais e Comunicação responsável pela área de relações com órgãos e entidades governamentais; o Diretor de Regulação responsável pelos assuntos regulatórios do setor elétrico, que sejam do interesse da Companhia; o Diretor Jurídico responsável pela área jurídica; o Diretor de Recuperação de Mercado responsável pela melhoria dos níveis de perdas de energia e cobrabilidade; e o Diretor de Planejamento e Controle responsável pela área de planejamento estratégico, execução e controle da gestão. Os Diretores mencionados acima reportar-se-ão diretamente ao Diretor Presidente e não terão funções deliberativas. **ARTIGO VINTE** - O instrumento de mandato nomeando procurador da AMPLA, perante terceiros, inclusive com a cláusula "ad judicium", que não o previsto no art. 14, § 1º, item (xviii), dependerá da assinatura do Diretor Presidente. **CAPÍTULO IV - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS - ARTIGO VINTE E UM** - A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, para: tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; eleger, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração; fixar os honorários dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal. **ARTIGO VINTE E DOIS** - Compete privativamente à Assembléia Geral de Acionistas deliberar sobre a emissão de debêntures, estabelecendo: I - o valor da emissão ou os critérios de determinação do seu limite, e a sua divisão em séries, se for o caso; II - o número e o valor nominal das debêntures; III - as garantias reais ou a garantia flutuante, se houver; IV - as condições de correção monetária, se houver; V - a conversibilidade ou não em ações e as condições a serem observadas na conversão; VI - a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate; VII - a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver; e VIII - o modo de subscrição e colocação e o tipo das debêntures. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Assembléia Geral de Acionistas poderá, caso a caso, em conformidade com o artigo 59, § 1º da Lei n.º 6.404/76, delegar ao Conselho de Administração a deliberação sobre as condições mencionadas nos n.ºs VI a VIII deste artigo e sobre a oportunidade da emissão. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Compete, ainda, à Assembléia Geral deliberar acerca do pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas nos termos da Lei nº 9.249/95 e legislação pertinente. **ARTIGO VINTE E TRÊS** - Além dos casos previstos em lei, a

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Assembleia Geral será convocada sempre que o Conselho de Administração achar conveniente, ou nos termos da lei. **ARTIGO VINTE E QUATRO** - A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, ainda, na ausência deste, por um dos acionistas escolhido pelo voto da maioria dos presentes. O secretário da Assembleia será escolhido pelo Presidente da mesa. **ARTIGO VINTE E CINCO** - A transferência de ações poderá ser suspensa pelo prazo de até 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia Geral. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O edital de convocação poderá condicionar a presença do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito na sede da Companhia, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral, do comprovante expedido pela instituição depositária das respectivas ações. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - O edital de convocação também poderá condicionar a representação, por procurador, do acionista, na Assembleia Geral, a que o depósito do respectivo instrumento seja efetuado na sede da AMPLA, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral. **CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL - ARTIGO VINTE E SEIS** - A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, podendo ser instalado nos exercícios sociais a pedido de acionistas que representam, no mínimo, 10% (dez por cento) com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. **PARÁGRAFO ÚNICO** - O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros eleitos pela Assembleia Geral, na forma da lei, tendo a competência que lhe é atribuída pelo artigo 163 da Lei nº 6.404/76. **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ARTIGO VINTE E SETE** - O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos da legislação federal sobre energia elétrica, à legislação sobre as sociedades por ações e ao presente Estatuto. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Observar-se-ão, quanto aos resultados, as seguintes regras: I - do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda; II - do lucro do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; III - observadas as deduções estabelecidas nos incisos I e II acima, será realizada a distribuição do dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76; IV - o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder 80% (oitenta por cento) do valor do capital subscrito; V - a companhia poderá registrar como reserva os juros sobre investimentos, realizados mediante a utilização de capital próprio, nas obras em andamento; VI - outras reservas poderão ser constituídas, na forma e limites legais; e VII - o valor dos juros pagos ou creditados, mediante aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a título de juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, § 7º da Lei nº 9.249/95, sem prejuízo do disposto pelos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, e legislação e regulamentação pertinentes, poderá integrar o montante dos dividendos distribuídos pela

00305-0

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

33.050.071/0001-58

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Companhia para todos os efeitos legais. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - O dividendo de que trata o item III do Parágrafo Primeiro deste artigo não será obrigatório no exercício em que os órgãos da administração informarem à assembléia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da AMPLA. O Conselho Fiscal dará parecer sobre essa informação. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 2º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser distribuídos tão logo o permita a situação financeira da AMPLA. **CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - ARTIGO VINTE E OITO** - Deverão ser observadas, pelos órgãos societários, as seguintes regras: I - subordinam-se à prévia aprovação do Poder Concedente as alterações de cláusulas estatutárias; II - Deverão ser submetidas à prévia e expressa concordância do Poder Concedente as transferências, cessões, alienações e onerações, sob qualquer forma ou título, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosa, da totalidade ou parte das ações com direito a voto e/ou direitos de subscrição ou bonificações, do bloco de controle, distribuídas em decorrência da capitalização de lucros ou reservas da AMPLA; III - não poderão ser averbadas transferências da propriedade de ações com direito de voto, integrantes do bloco de controle, no livro de Registro de Ações da AMPLA, sem que o novo titular firme, junto com o termo de transferência, declaração de que se obriga a observar e a cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas no CONTRATO DE CONCESSÃO. A declaração será emitida em duas vias, uma das quais para o arquivo na sede da AMPLA e outra para encaminhamento ao Poder Concedente; e IV - será averbado à margem do registro de ações de titularidade dos acionistas controladores o seguinte termo: Estas ações não poderão ser oneradas, cedidas ou transferidas a qualquer título, sem a prévia e expressa concordância do Poder Concedente. **ARTIGO VINTE E NOVE** - O Conselho de Administração exercerá suas atribuições no sentido de zelar pela fiel observância das normas legais, regulamentares e disposições contratuais pertinentes à prestação dos serviços de energia elétrica concedidos; bem como para que a empresa realize os investimentos necessários à manutenção e ao aperfeiçoamento destes serviços, sempre visando ao atendimento adequado aos usuários, e outros por ventura previstos neste Estatuto. **ARTIGO TRINTA** - Constará do Relatório da Administração capítulo destacado sobre as atividades e investimentos relacionados à prestação dos serviços concedidos. **ARTIGO TRINTA E UM** - A AMPLA se obriga a realizar todas as gestões e interpor todas as defesas legais e judiciais destinadas a prevenir e impedir que se realize toda ação ou ato que, direta ou indiretamente, tenda a sujeitar o seu controle acionário ao Governo Federal, Estadual ou Municipal ou a empresas de administração pública direta ou indireta, inclusive sociedades de economia mista a serem constituídas e, ainda, qualquer sociedade ou qualquer entidade controlada pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ou na qual o mesmo detenha direitos de voto ou participação superiores a 50% (cinquenta por cento)."

Emissora

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Praça Leoni Ramos, nº 1, CEP 24210-200, Niterói - RJ

Coordenador Líder

BANCO BRADESCO BBI S.A.

Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, 01310-917, São Paulo - SP

Coordenador

BANCO VOTORANTIM S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, 18º andar, 04794-000, São Paulo - SP

Consultores Legais da Emissora

PINHEIRO GUIMARÃES - ADVOGADOS

Avenida Rio Branco, nº 181, 27º andar, 20040-918, Rio de Janeiro - RJ

Consultores Legais dos Coordenadores

SOUZA, CESCON, BARRIEU E FLESCHE - ADVOGADOS

Praia de Botafogo, nº 228, conj. 1101, 22250-040, Rio de Janeiro - RJ

Agente Fiduciário

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Avenida Brig. Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, 04538-132, São Paulo - SP

Banco Mandatário

BANCO ITAÚ S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, Torre Eudoro Villela, 04309-010, São Paulo - SP

Instituição Depositária

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, Torre Eudoro Villela, 04309-010, São Paulo - SP

Auditores Independentes

CANARIM AUDITORES ASSOCIADOS

Avenida Rio Branco, nº 122, 4º andar, 20040-001, Rio de Janeiro - RJ

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES

Avenida Presidente Wilson, nº 231, 22º andar, 20030-021, Rio de Janeiro - RJ

www.luzpublicidade.com.br



(11) 3121-5555